

1. Formas Antigas

fenício (semítico), 1000 A.C. grego ocidental, 800 A.C. latino, 50 D.C.





2. Nos Manuscritos Gregos do Novo Testamento



3. Formas Modernas

I *I* i *i* I I i i I *I* i *i* *I* *i*

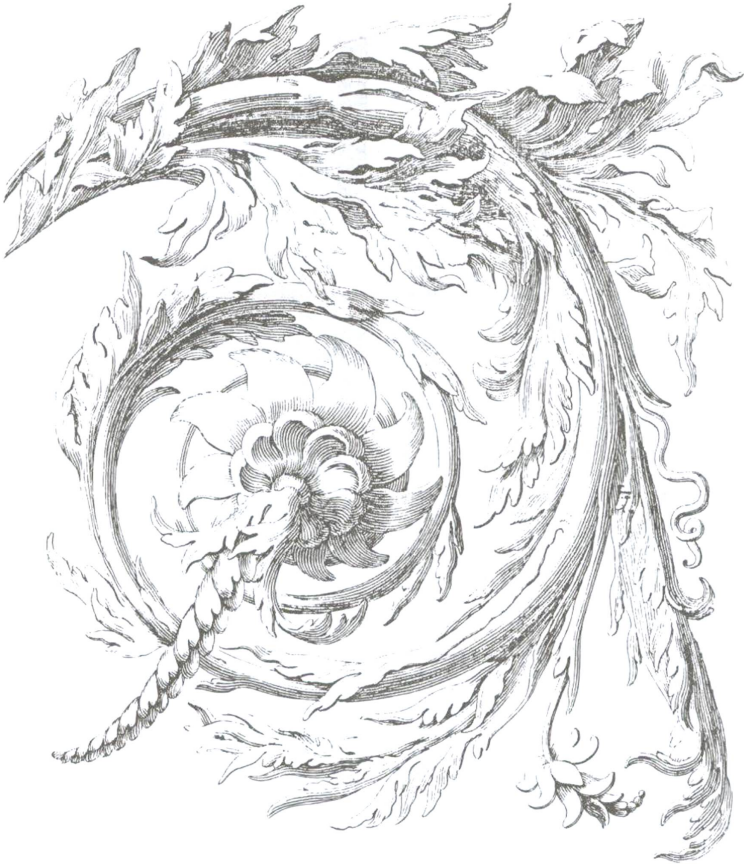
4. História

I é a nona letra do alfabeto português. Historicamente, deriva-se da letra semítica *yod*, «mão», uma letra consoante. O grego adotou essa letra como o seu *iota*, uma vogal, pronunciada com um som longo, como na palavra portuguesa «sim», e com um som breve, como na palavra inglesa «it». No latim, originalmente, essa letra era representada pelo Y. Posteriormente, passou a ser representada pelo Y ou pelo I. O ponto sobre o «i» minúsculo apareceu como forma abreviada de um sinal originalmente usado acima dessa letra, inventado pelos escribas da Idade Média.

5. Usos e Símbolos

No latim, essa letra representa o numero 1. A letra simboliza qualquer coisa pequena e insignificante, como na expressão bíblica que diz que nenhum jota ou til passará da lei, sem que tudo seja cumprido. *I* é usado como símbolo do *Codex Washingtonianus II*, descrito no artigo separado *I*.

Caligrafia de Darrell Steven Champlin



Decoração barroca

I

I

Essa é a letra que designa os manuscritos de Washington das epístolas paulinas. Originalmente continha duzentas e dez folhas, mas sobrevivem somente oitenta e quatro, e mais algumas fragmentadas. Esse manuscrito está atualmente no Freer Museum do Instituto Smithsoniano, em Washington D.C., nos Estados Unidos da América do Norte; razão pela qual o seu nome.

Conteúdo. Todas as epístolas paulinas, exceto Romanos; e também Hebreus (que vem depois de II Tessalonicenses). O texto é um bom representante do tipo de texto alexandrino, embora se alie mais de perto ao manuscrito Aleph do que ao manuscrito B. Data do século V ou VI D.C. Ver o artigo geral intitulado Manuscritos do Novo Testamento.

I Ching Ver depois de **Icabó.**

IAMBLICHUS

Suas datas aproximadas foram 270—330 D.C. Foi um filósofo neoplatonista (ver sobre o Neoplatonismo), nascido em Calcis, na Coele-Síria. Estudou com Anatólio e Porfírio. Foi homem de considerável influência. Era chamado de «o divino», título esse que continuou a ser usado até por volta do século XV.

Idéias:

1. Seu grande sistema de emanações e sistemas hierárquicos diferem do sistema concebido por Plotino (vide) somente por alguns acréscimos adornadores. Ele acrescentou coisas inspiradas pelos pitagoreanos, que diziam que tudo se resume em números.

2. Em Plotino temos as três grandes realidades: o Um, o Nous (a alma) e a Natureza. Mas Iamblichus inseriu emanações entre o Um e o Nous. Além disso, atribuiu ao Nous e às emanações a natureza divina, como se fossem as forças intelectual, supermundana e cósmica. Ele dividia a Nous em duas tríadas. A primeira delas composta por deuses inteligíveis, arquétipos da idéia; a segunda, consistia em deuses que seriam idéias intelectuais. E também dividia a alma em uma tríada de deuses psíquicos. Além disso, ainda, ele dividia a natureza em centenas de deuses, os principais, que seriam os deuses celestiais, mas também os deuses da natureza, os deuses das nações e os deuses dos indivíduos. Isso assemelha-se a uma angelologia bem desenvolvida, com a exceção de que a palavra *deuses* é usada para descrever esses seres.

3. Dentro desse extenso esquema de deuses, temos todas as coisas no céu e na terra debaixo de controle, influenciadas por eles. Outrossim, esse esquema é teísta (fazendo oposição ao deísmo), porquanto esses deuses deveriam ser servidos e deveríamos orar a eles. E espera-se ali que eles respondam e ajudem às pessoas.

4. A alma preexistente, ao descer ao corpo físico, aprende certas lições que precisa saber. Essa descida dá-se por imperiosa necessidade. Porém, uma vez encarnando-se no corpo, a alma adquire livre-arbítrio. À moda platônica, faz parte das responsabilidades da alma retornar ao mundo supersensível (o mundo das idéias ou universais), mediante a vida virtuosa, que transforma a alma e a libera da servidão neste mundo.

5. Uma alma, com grande probabilidade, passaria por várias ou mesmo por muitas encarnações, a fim de solucionar seus problemas e atingir sua liberdade. Cinco tipos de virtudes são descritas em seu sistema: a. política; b. purificadora; c. teórica; d. paradigmática; e e. sacerdotal.

Escritos. Sobre os Pitagoreanos; Exortação ao Estudo da Filosofia; Sobre a Ciência Geral da Matemática; Sobre a Aritmética de Nicômaco; Princípios Teológicos da Aritmética; Sobre os Mistérios Egípcios.

IARMUQUE, WADI EL

Desconhece-se a forma desse nome no hebraico. No grego temos *Ieronúmikes*, palavra que, de acordo com os especialistas, significa «recinto sagrado». Esse nome grego foi arabizado com a forma de al-Yarmuq. O curso inferior desse wadi chama-se *Shari'at el-Menadireh*.

Esse wadi é mencionado somente nos livros apócrifos do Antigo Testamento (ver I Macabeus). Um wadi é um riacho intermitente, cujos regimes de cheia e vazante dependem das chuvas. Esse «segundo rio» de Canaã drenava, de forma intermitente, o platô de Haurã-Basã, atravessando uma garganta que ia até o vale do rio Jordão.

Embora tivesse sido o palco do triunfo do islamismo, em 636 D.C., e apesar de ser, nos dias modernos, uma das fronteiras de Israel com a Síria e a Jordânia, raramente formava uma linha divisória histórica cultural. Antes, tornou-se famoso, esse wadi, por seus mananciais com propriedades terapêuticas, irrigação e produção de energia elétrica (nos dias do mandato britânico).

IAWEH

Ver o artigo sobre **Yahweh.**

IBAS

Faleceu em cerca de 457 D.C. Tornou-se bispo de Edessa (vide), em lugar de Rábulas. Envolveu-se com o *nestorianismo* (vide) e traduziu para o siríaco (idioma usado pela Igreja persa) vários escritos de Teodoro de Mopsuéstia (vide). Foi deposto pelo concílio de Éfeso, em 449 D.C., mas foi reinstalado pelo concílio de Calcedônia (451 D.C.). Escreveu uma carta ao bispo persa, Maris, que se tornou famosa, mas que foi condenada por Justiniano e pelo quinto concílio ecumênico, de 553 D.C.

IBHAR

No hebraico, «Deus escolhe». Foi um dos filhos de Davi, nascido em Jerusalém (I Crô. 3:6; II Sam. 5:15). Sua mãe era uma das esposas de Davi, e não alguma concubina, embora o seu nome não seja determinado. Nasceu entre Salomão e Elisua. Viveu por volta de 1044 A.C.

IBLEÃ

No hebraico, «povo devorador». Esse era o nome de uma das cidades do território de Issacar, e que mais tarde passou para a posse de Manassés (Jos. 17:11). Porém, os israelitas não foram capazes de expulsar dali os cananeus (Juí. 1:27). Ficava localizada entre Dor e Megido, perto do passo de Gur (II Reis 9:27). Esse nome aparece com a forma de Bileã, em I Crô. 6:70. Nesse trecho aprendemos que a cidade foi dada à família de Coate, como cidade levítica. Guardava um dos quatro ou cinco passos da via Maris, no ponto mais ao sul do vale de Jezreel. O lugar vinha sendo

ocupado deste a remota antiguidade, e seu nome figura na lista de Tutmés III, no século XV A.C., onde são mencionadas cento e dezenove cidades cananéias. Aparece como a cidade de número quarenta e três nessa lista, com o nome de *Ybr'm*. Em Jos. 17:11, onde nossa versão portuguesa (e outras) dizem «em Issacar e em Aser», a tradução mais correta seria «nas fronteiras de Issacar e nas fronteiras de Aser». O rei Acazias, de Judá, foi morto perto desse lugar (na subida de Gur), por Jeú (II Reis 9:27). Além disso, Salum assassinou Zacarias, rei de Israel, perto dali (II Reis 15:10). Isso torna-se ainda mais claro se, em vez de «diante do povo», for traduzido por «em Ibleã», conforme pensam alguns eruditos.

O local é atualmente ocupado por Khirbet Bil 'ameh, ao norte de Siquém, cerca de dezesseis quilômetros a suleste de Megido.

IBLIS

O termo árabe **Iblis** derivou-se do vocábulo grego, **o diábolos**, «diabo». Esse é o nome do príncipe dos anjos caídos. De acordo com os escritos islâmicos, ele foi transformado no diabo quando se recusou a adorar a Adão, quando Deus lhe ordenou que assim fizesse. Ele é o equivalente islâmico de Satanás (vide).

IBN DAUD, ABRAHAM

Suas datas aproximadas foram 1110—1180. Foi o primeiro filósofo aristotélico judeu. Foi discípulo de Avicena (vide). Em sua obra *Al-'Aquida al-Rafia* (A Fé Exaltada), ele procurou demonstrar a unidade essencial entre a Tora (vide) e a filosofia, isto é, a fé revelada com o raciocínio filosófico. Seguia idéias **árabe-aristotélicas e** acabou limitando a onisciência divina a fim de encontrar espaço para o **livre-arbítrio** humano. Ensinava que Deus é tão exaltado que não podemos fazer muitas descrições positivas a seu respeito, pelo que seríamos forçados a conhecê-lo, dizendo aquilo que ele não é. No campo da ética ele combinava as idéias de Platão e de Aristóteles. Não demorou muito para ser postergado a segundo plano, como filósofo, pelo poderoso *Maimônides* (vide). No entanto, a sua outra obra, intitulada *Sefer hak-Kabbalah* (Livro das Tradições), que, pelo menos em parte, era uma defesa contra os ataques do karaísmo (vide), que consistia na rejeição das tradições rabínicas em favor do literalismo bíblico (ele também rejeitava o cristianismo), permanece até hoje como um importante documento histórico para compreendermos os vários ramos do judaísmo naquela época.

IBN EZRA, ABRAHAM BEN MEIER

Suas datas foram 1089-1164. Foi um filósofo judeu-espanhol. Nasceu em Toledo, Espanha. Saiu da Espanha para viver no Norte da África, e dali esteve, sucessivamente, no Egito, na Itália, na França e na Inglaterra. Era erudito, poeta e comentador da Bíblia. Tornou-se mais bem conhecido por seus comentários bíblicos; mas distinguiu-se, sobretudo, nos escritos filosóficos, e também sobre gramática, matemática e astronomia. Traduziu para o hebraico várias obras originalmente publicadas em árabe, que tratavam sobre assuntos filosóficos e filológicos. Sua diligência ao comentar sobre a Bíblia fez dele um dos precursores da moderna crítica bíblica. Ele exprimiu dúvidas filosóficas em seu comentário sobre o Pentateuco e atacou o literalismo bíblico (refutando os karaítas), — que não tinham respeito pelas tradições orais e pelas exposições rabínicas.

Escreveu muitos poemas seculares em hebraico, como também poemas religiosos e místicos, todos eles produzidos com espírito, bom humor e ironia. Sua profunda espiritualidade transparece principalmente em sua poesia. Introduziu o sistema decimal na **ciência-matemática** dos hebreus, e preparou obras técnicas sobre astronomia e matemática.

Seus escritos mostram influências neoplatônicas e pitagoreanas. Ele propunha três mundos: o mais alto, dos anjos; o mundo médio, do sol, da lua e das estrelas; e o mundo da natureza, onde vivemos. Deus é considerado por ele um ser espiritual e incorpóreo, que conheceria as idéias gerais (espécies), mas que não se preocuparia com os indivíduos formadores dessas espécies. O ato criativo de Deus é que trouxe à existência o mundo da natureza; mas, segundo ele, os outros mundos seriam eternos. Isso posto, ele opunha-se à idéia da criação *ex nihilo* (vide). Os anjos seriam os mediadores de Deus neste mundo. O homem seria dotado de **livre-arbítrio** (vide).

Suas principais obras escritas têm os títulos de *Sobre os Nomes de Deus; Sobre as Divisões e Razões dos Mandamentos Bíblicos; Comentários Bíblicos;* e também muitos *poemas* de todas as modalidades.

Acredita-se que ele foi usado como modelo no famoso poema de Robert Browning, *Rabino Ben Esdras*. Faleceu em Roma, a 23 de janeiro de 1167.

IBN GABIROL, SALOMÃO BEN JUDÁ

Suas datas aproximadas foram 1020-1057. Seu pseudônimo era *Avicebron*. É considerado como o primeiro filósofo da Espanha, tendo sido um dos mais importantes poetas hebreus da Idade Média. Nasceu em Málaga, na Espanha. O que sabemos sobre ele deriva-se do que ele mesmo escreveu. Era homem doentio e pobre. Faleceu em Valência, em cerca de 1057. Quase todos os seus escritos em prosa perderam-se; mas temos muito ainda de sua poesia. Seus poemas abordam suas lutas pessoais, o amor, a natureza e elementos de seu meio ambiente judaico. Escreveu muitos poemas religiosos que refletem sua fé pessoal e sua cultura judaica. Sua obra *Keter Malkhut* (Coroa Real) mostra-nos que ele defendia idéias cabalísticas (místicas). Esse poema é uma ode de grande inspiração. Ali, ele descreve os atributos de Deus, concluindo com uma confissão de pecado, a qual tem sido adaptada para uso no dia da Expiação (*Yom Kippur*).

Ele popularizou a filosofia grega, entretecendo-a com a religião judaica. Sua obra filosófica mais famosa chama-se *Mekor Hayim* (Fonte da Vida). Essa obra foi traduzida para o latim com o título de *Fons Vitae*, que revela suas tendências neoplatônicas, tendo sido escrita na forma de um diálogo. Essa obra exerceu grande influência sobre os franciscanos e outros eruditos eclesiásticos católicos romanos; mas Tomás de Aquino a criticou. Vários pequenos trechos de seus escritos ficaram registrados permanentemente na *Cabala* (vide).

Sob o verbete *Avicebron*, o leitor encontrará outros detalhes sobre as *idéias* de Ibn Gabirol. Esse nome é uma forma latinizada da forma hebraica, e lhe servia como uma espécie de pseudônimo.

IBN RUSHD

Ver sobre *Averróis* e o *Averroísmo*.

IBN SINA

Ver sobre **Avicena**.

IBNÉIAS

No hebraico, «Deus edifica». Esse era o nome de um benjamita, filho de Jeroboão. Ele voltou do cativeiro babilônico (vide), a fim de residir em Jerusalém (I Crô. 9:8). Ele foi um chefe tribal que viveu por volta de 536 A.C.

IBNIJAS

No hebraico, «Deus edifica» ou «edificação de Yahweh». Ele era benjamita, pai de Reuel. Voltou do cativeiro babilônico e passou a residir em Jerusalém, em cerca de 536 A.C. Ver I Crô. 9:8.

IBRI

No hebraico, «hebreu». Um levita merarita, filho de Jaazias e contemporâneo de Davi. Viveu por volta de 1014 A.C. Ver I Crô. 24:27.

IBSÃO

No hebraico, «fragmento». Nome de um descendente de Issacar, da família de Tola. Ver I Crô. 7:2.

IBZÃ

No hebraico, «brilhante», embora alguns pensem no sentido «rápido» ou «maldoso». Foi o décimo *juiz* de Israel, cuja história é registrada em Juí. 12:8-10. Julgou o povo de Israel por sete anos. Era de Belém, talvez uma cidade com esse nome, no território de Zebulom, e não em Judá, embora os eruditos disputem sobre essa questão. Sua morte, provavelmente, foi pouco depois de 1080 A.C. Tornou-se famoso pelo grande número de filhos. Tinha trinta filhos e trinta filhas. E juntou considerável fortuna por meio de seus casamentos. Cada um de seus filhos também se casou.

Nos tempos dos juízes de Israel, eles brandiam uma autoridade que se aproximava da autoridade de um rei, embora a história subseqüente mostre que os próprios israelitas faziam distinção entre os dois ofícios. Citações extraídas dos textos ugaríticos, bem como os trechos de Isa. 40:23 e Amós 2:3 mostram a natureza real e magisterial do governo dos juízes. Também agiram, com freqüência, como libertadores de opressões estrangeiras e como árbitros (Juí. 2:16; 4:4,5; I Sam. 7:15-17).

Josefo (*Anti.* 5:7,13) refere-se à terra dele como Belém de Judá; mas isso é rejeitado pela maioria dos eruditos. Quase sempre, se não mesmo sempre, esse lugar era especificamente mencionado como «de Judá» ou de «Efrata». O trecho de Jos. 19:15 menciona uma Belém no território de Zebulom, que é a moderna Beit Lahm, a oeste de Nazaré e ao norte de Megido. Por meio de algum tipo de confusão, Ibzã esteve identificada com o Boaz da história de Rute. Ver o Talmude, *Baba Bathra* 91a.

Alguns eruditos procuram mostrar que os juízes Ibzã, Jefté, Elom e Abdom só exerciam autoridade sobre a área da Transjordânia, e essencialmente durante a opressão dos amonitas.

ICABÔ

No hebraico, **'Ikabod**, «onde está a glória?», que pode significar «inglória». Originalmente, foi usada para indicar que «a glória do Senhor partiu». Esse é o nome de um filho de Finéias. Sua esposa deu a seu filho esse nome, ao ouvir dizer que os filisteus haviam tomado e levado embora a arca da aliança (I Sam. 4:19-22). Ela estava já sentindo as dores de parto quando ouviu o acontecido. O relato torna-se ainda mais dramático diante do fato de que, ao mesmo tempo, seu marido foi morto em batalha. Outrossim, Eli, avô da criança, juiz de Israel pelo espaço de quarenta anos (ver I Sam. 4:18), ao ouvir as notícias de que a arca fora tomada e de que seus dois filhos, Hofni e Finéias, haviam morrido, caiu de costas, quebrou o pescoço e morreu. Assim, quando o menino estava nascendo, sua mãe não podia ser consolada pelas mulheres que procuravam animá-la, em face do nascimento da criança, a única coisa positiva em meio a diversos acontecimentos consternadores.

I CHING

Ver sobre o **Livro das Mudanças**.

ÍCONE

Vem do grego **eikon**, «imagem», «representação». O termo é usado essencialmente na Igreja Ortodoxa Oriental, aludindo a alguma imagem, pintura, baixo-relevo ou mosaico, representando Cristo, a Virgem Maria ou algum santo. Os judeus e os árabes consideram que o uso de tais imagens e representações é uma idolatria. Sensíveis diante de tais acusações, alguns líderes ortodoxos orientais começaram a rejeitar tal uso. Daí originaram-se as controvérsias iconoclastas. Ver sobre o *iconoclasmo*. As controvérsias em torno da veneração de imagens continuou rugindo durante os séculos VIII e IX. Finalmente, o uso dessas coisas foi declarado legítimo pelos ortodoxos orientais, embora a igreja nestoriana continuasse fazendo oposição a tal costume.

ICÔNIO

Essa cidade dos tempos do Novo Testamento é mencionada na Bíblia em Atos 13:51; 14:1,19,21; 16:2; II Tim. 3:11. Icônio era uma cidade da Ásia Menor, no que atualmente é a Turquia. A moderna cidade de Konya identifica o seu local antigo. Era a última cidade da Frígia pela qual o viajante passava, ao dirigir-se para o Oriente. Nos tempos greco-romanos, era considerada a principal cidade da Licaônia, de acordo com algumas fontes informativas, embora outros a localizassem na Frígia. As fronteiras antigas variavam muito, e assim uma cidade fronteiriça ora pertencia a uma região, ora a outra, dependendo da época envolvida. Alguns estudiosos afirmam exatamente isso, dizendo que primeiro ela fazia parte da Frígia e, mais tarde, da Licaônia, e então que chegou a fazer parte do reino da Galácia. Finalmente, tornou-se parte da província romana da Galácia.

O nome dessa cidade vem do termo grego *eikon*, «imagem». Não sabemos dizer por que motivo essa cidade foi assim chamada, embora talvez isso se devesse a alguma prática idólatra que ali era efetuada. Um mito do dilúvio dá também uma razão a esse nome. O rei Nanacos, da Frígia, profetizou uma grande inundação, que ocorreria depois de sua época. E exortou seus ouvintes ao arrependimento, para evitarem o dilúvio. Mas, o dilúvio veio e destruiu os homens. Então os deuses reproduziram o homem, produzindo *imagens*; e daí teria vindo o nome da cidade. Naturalmente, isso não passa de uma curiosidade mitológica.

Aquela região estava sujeita a inundações, o que se poderia esperar um relato mítico daquele tipo. No tempo do imperador romano Adriano, a cidade e a

região em redor tornaram-se uma colônia romana, embora retivesse sua cultura grega predominante. Fizera parte dos domínios dos reis selêucidas (ver sobre *Seleuco*), no século III A.C., quando, então, foi totalmente helenizada. Os reis do Ponto se apossaram da cidade e fizeram dela uma cidade independente, nos dias das guerras de Mitrídates com Roma. Em 39 A.C., Marco Antônio entregou a cidade a Polemom, rei da Cilícia Traquéia; e, três anos mais tarde, a Amintas, que veio a ser rei da Galácia. Quando este morreu, a cidade tornou-se novamente independente, embora incorporando em sua estrutura a província da Galácia. Não obstante, reteve seu idioma grego, bem como seus padrões culturais e de organização política gerais. Era uma região próspera com pouco mais de quinhentos quilômetros quadrados de terras férteis, muita água e abundante vegetação. Ramsay chamou o lugar de Damasco da Ásia Menor, por causa de seu excelente clima e de uma natureza que facilitava a prosperidade.

A cidade que o apóstolo Paulo conheceu era um local ajardinado, localizado entre pomares e fazendas. Entretanto, tudo o mais ao derredor era desértico. Lucas concorda aqui com Xenofonte, ao afirmar que Icônio estava localizada na Frígia, contrariamente a Derbe e Listra, cidades pertencentes à Licaônia. Cícero e Estrabão declararam que Icônio era uma das cidades da Licaônia, mas erradamente. Há um monumento, descoberto em 1910, que esclarece que em Icônio se falava o idioma frígio até os meados do século III D.C. E, juntamente com outras inscrições, isso tem servido para demonstrar que a cidade era ao menos parcialmente pertencente à Frígia, ainda que, administrativamente, pertencesse à *Galácia*. (Ver o artigo sobre este lugar e Atos 14:6). Essas provas têm contribuído para confirmar, em outra instância, a exatidão das referências históricas feitas por Lucas, as quais, em muitas oportunidades, têm sido postas em dúvida.

Icônio era cidade populosa, situada cerca de cento e sessenta quilômetros a suleste de Antioquia *da Pisídia*, em uma fértil planície, ao pé do monte Tauro, quase que circundada pelo mesmo. Lucas, na passagem de Atos 14:6, distingue essa localidade de Listra e Derbe, ambas cidades da Licaônia. (Ver as notas acima sobre esse particular). Em períodos diversos da história foi considerada como cidade de alguma forma vinculada à Pisídia ou à Frígia, bem como à Licaônia; contudo, a sua população era de origem frígia.

Quando a província da Galácia foi dividida, Icônio se tornou capital da Licaônia, e assim ultrapassou em importância a Antioquia da Pisídia. Estritamente falando, quando por ali andaram Paulo e Barnabé, Listra e Derbe eram cidades da Licaônia-Galática, ao passo que Icônio ficava na Frígia-Galática. E todas essas três cidades estavam localizadas na província romana da Galácia. Era em Icônio que se entrecruzavam diversas estradas romanas, localizada, como estava ela, no caminho do oriente para o ocidente. A cidade moderna de Icônio, que ocupa o local da antiga cidade do mesmo nome, conta com uma população de cerca de trinta mil habitantes.

Os versículos de Atos 16:1 e *ss*, revelam-nos que Timóteo era homem bem conhecido, naquele território, por seu zelo e graça cristãs. Paulo conheceu-o em Listra e, evidentemente, levou-o em sua companhia pelas áreas ao redor dessas cidades, no desempenho de suas atividades missionárias. O que nos deixa admirados e perplexos é que o apóstolo Paulo tenha circuncidado a Timóteo a fim de, segundo todas as aparências indicam, agradar aos «judaizantes» da área, contra quem sempre fez tão veemente oposição, nas epístolas que escreveu às igrejas cristãs do território, que, sem dúvida, foram escritas antes de seu encontro com Timóteo.

Icônio é também a cena da bem conhecida narrativa histórica, mas de natureza apócrifa, de «Paulo e Tecla», contida no livro apócrifo Atos de Paulo. (Ver o artigo sobre *Livros Apócrifos do Novo Testamento*).

ICONOCLASMO (CONTROVÉRSIAS ICONOCLÁSTICAS)

O adjetivo «iconoclástico» vem do termo grego que significa «quebra de imagens». As controvérsias em torno do uso de imagens, pinturas e outras representações de Cristo, da Virgem Maria e dos santos sacudiram a Igreja Oriental Ortodoxa durante o período de 726—843 D.C. Alguns líderes daquela igreja haviam sido influenciados pelas críticas dos judeus e dos islamitas, que afirmavam que tais coisas são uma manifestação da idolatria. Contudo, o povo se acostumara ao uso de tais objetos, em sua veneração, e não se dispunham a abandonar facilmente a prática. Os imperadores Leão III, Constantino V, Leão IV, Leão V, Miguel II e Teófilo haviam perseguido aos cristãos por causa da veneração a imagens santas. A posição ao uso dos ícones originou-se especialmente na Ásia Menor, com o apoio de seus vizinhos judeus e islamitas, e também devido ao combate às imagens, por parte de grupos cristãos que eram considerados heréticos.

O imperador Leão III, o Isáurio, ordenou que as imagens fossem removidas dos templos cristãos e dos edifícios públicos, mas esse decreto foi desobedecido em muitos lugares. Constantino I Coprônimo também se opôs ao uso de toda espécie de imagem, e o sínodo de Hieria, em 754 D.C., apoiou-o quanto a isso. A reverência prestada a qualquer tipo de ídolo foi considerada uma idolatria.

Todavia, havia aqueles que defendiam seu uso, como João Damasceno (cerca de 675—749 D.C.), que escreveu três notáveis discursos contra os iconoclastas. Ele estabeleceu a diferença entre LATRIA («adoração», que pertence somente a Deus) e *dulia* («veneração», que poderia ser prestada a pessoas que tivessem servido bem a Deus). Ele sentia que uma imagem pode ajudar o indivíduo em sua lealdade a Cristo, em Sua encarnação, porquanto a matéria poderia ser útil ao lembrar-nos de certas realidades espirituais. Naturalmente, a matéria, por si mesma, não pode ser considerada má. Porém, sempre foi uma doutrina cristã comum — que qualquer objeto material venerado torna-se um objeto de idolatria.

De acordo com uma teologia *sofisticada*, a imagem seria apenas um memorial de alguma verdade ou pessoa espiritual; e a veneração assim prestada seria dirigida àquela verdade ou pessoa, e não à imagem propriamente dita. Entretanto, no nível *popular*, as pessoas realmente veneram às próprias imagens, e a cuidadosa distinção entre adoração e veneração é forçada ao máximo, para dizermos o mínimo. Na verdade, a veneração de imagens, nas igrejas Ocidental e Oriental, que foi tão vigorosa (e corretamente) repelida pela Reforma Protestante, é precisamente aquilo que os judeus e os islamitas diziam — é idolatria. Esse é um dos maiores escândalos da cristandade. O outro seu grande escândalo é o seu vergonhoso registro de perseguições, banimentos, encarceramentos e execuções daqueles que diferem dos grupos oficiais quanto a opiniões e crenças religiosas.

Alguns desses cristãos idólatras têm chegado ao extremo de afirmar que os objetos materiais assemelham-se a entidades dotadas de espírito, capazes de atuar como pontes de ligação entre o que é material e o que é espiritual. Se João Damasceno realmente quis dizer tal coisa, então só nos resta lamentar que um homem tão notável quanto ele tenha se deixado envolver por um erro tão crasso.

O imperador Leão IV (reinou entre 775 e 780 D.C.) relaxou a perseguição contra os que veneravam imagens. A imperatriz Irene (em 787 D.C.), tirou proveito desse relaxamento e convocou o Segundo Concílio Ecumênico de Nicéia, presidido pelo patriarca Tarásio. Nesse concílio foi mantida a distinção entre a adoração e a veneração, afirmando que a honra prestada às imagens, na realidade, é uma honra prestada às pessoas representadas, e não às imagens propriamente ditas. Isso, porém, é apenas uma sofisticada declaração de teólogos, que nunca foi compreendida pela mente popular. A despeito dessa definição (sendo uma vergonha que um concílio ecumênico tenha aprovado tão grande absurdo), a perseguição contra os veneradores de imagens continuou sob os governos dos imperadores Leão V, o Armênio (reinou entre 813 e 820 D.C.), Miguel II (reinou entre 820 e 829 D.C.) e Teófilo (reinou entre 829 e 842 D.C.).

Depois disso, a imperatriz Teodora ordenou que o patriarca Nicéforo convocasse um sínodo (em 843 D.C.), que reafirmou as decisões do Segundo Concílio Ecumênico de Nicéia. Isso pôs fim às controvérsias iconoclásticas, removendo o último estigma de heresia e idolatria da veneração prestada a imagens de escultura. O incrível é que esse evento é comemorado pela Igreja Ortodoxa Oriental no primeiro domingo da quaresma como «a festa do triunfo da ortodoxia». Normalmente, as heresias têm uma maneira de serem transformadas em ortodoxias; algumas vezes, para melhor, mas, geralmente, para pior. Entrementes, na Igreja Ocidental a adoração (ou veneração) de imagens continuou sem qualquer freio, embora também tivesse havido ali alguma oposição a tal prática. Ver informações adicionais no artigo intitulado *Imagens*.

É inevitável que, à proporção que os homens crescem em sua espiritualidade, que sua abordagem à pessoa de Deus torne-se cada vez mais mística (ver sobre o *Misticismo*) e cada vez menos materialista. Os ritos vão perdendo mais e mais a sua importância, e as imagens terminam por ser abertamente rejeitadas. E, quando uma pessoa obtém o contacto direto com o Espírito de Deus, de tal modo que se estabelece uma comunhão viva entre o Espírito de Deus e o espírito humano, então os homens não mais sentem qualquer necessidade de agência intermediária. Que isso ainda não tenha acontecido no caso da maioria dos cristãos, após tantos séculos de existência da Igreja cristã, somente demonstra o fato de que os homens, a despeito de tantas vantagens, não têm progredido muito em sua espiritualidade. (AM C E)

ICONOGRAFIA

Essa palavra deriva-se do grego *eikon*, «imagem», *semelhança*, *retrato*. Esse é um termo eclesiástico clássico que se refere a imagens, mosaicos ou pinturas, usados pelas igrejas cristãs, para efeito de decoração e veneração. Ver os artigos sobre as *Imagens* e sobre *Iconoclasmo* (*Controvérsias Iconoclásticas*).

••• ••• •••

ID

Ver o artigo geral sobre **Freud, Sigmund**, especialmente os pontos 3 a 6. Para Freud, o *id* indicava a base original e mais primitiva da personalidade, o reservatório de impulsos biológicos. Para ele, essa parte do ser humano opera com base no princípio do prazer. Ele pensava que a *libido* (impulsos sexuais e outros impulsos primitivos) constituia a fonte de energia mais importante que atuava sobre o id. O id buscaria satisfação mediante dois processos: o primeiro seriam as ações biológicas reflexas; e o segundo seriam as reações psicológicas, chamadas «processo primário». O processo primário tentaria aliviar o id de suas tensões, formando uma imagem que aliviaria os impulsos. Essas imagens de cumprimento de desejos ocorreriam nos sonhos, nas visões, nas fantasias e nas alucinações. A palavra *id* é um pronome latino, que indica a terceira pessoa do singular, no neutro.

IDADE

Idade avançada. Há várias questões envolvidas, a saber: a. Atingir idade avançada com freqüência é considerado na Bíblia como uma bênção divina, uma recompensa pela piedade (ver Jó 5:36; Gên. 15:15; Efé. 6:3). Isso está ligado a vários atos que prometem especificamente que quem os fizer atingirá avançada idade, como ser obediente aos pais ou devolver ao ninho o passarinho pequeno caído do mesmo. b. Mas a idade avançada traz suas dificuldades, por causa de problemas de saúde e de incapacidade física (ver Sal. 71:9; I Sam. 3:2; Gên. 48:10; II Sam. 19:35; I Reis 1:1-4, e especialmente, Ecl. 12:1-5). c. Deus continua cuidando da pessoa idosa (ver Isa. 46:4), em antecipação à glória futura (ver Sal. 73:24). d. A idade avançada é um tempo de reflexão sobre como Deus guiou a pessoa a cada passo do caminho (ver Sal. 37:35), permanecendo fiel até o fim. O Senhor é retratado não somente como uma criança, mas também como um homem varonil, coroado de cabelos brancos (ver Apo. 1:14), a fim de relembrar-nos que Ele é importante à vida inteira, do começo ao fim. e. A mentalidade oriental respeitava e honrava a idade avançada, e as cãs eram tidas como sinal de honra, e não como um sinal de debilidade (ver Pro. 20:29). Não honrar os idosos traz o mal a qualquer nação (ver Isa. 3:5; Lam. 5:12). f. Contudo, a idade avançada só é honrosa quando coroa uma vida de retidão (Pro. 16:31). g. A experiência é um valioso mestre, pelo que a idade avançada deveria produzir a sabedoria (ver Jó 12:20; 15:10; 32:7). Reoboão caiu no erro fatal de rejeitar o conselho dos mais velhos. h. A Igreja do Novo Testamento deve ser governada por anciãos.

Extensão e idade da responsabilidade.

Até os 13 anos, o menino judeu era considerado menor; e a menina, até os 12 anos, mais um dia, embora fossem necessários mais seis meses para que ela atingisse a idade da plena responsabilidade. A Mishnah Abot 5:21 determina que a idade própria para o casamento é aos dezoito anos; mas outrós autores falavam em até doze anos para as mulheres.

Um homem poderia esperar viver até os setenta anos, e se morresse aos oitenta, podia ser considerado idoso (Baba Batra 75a e Sal. 90:10). Chegar à idade avançada era considerado uma bênção espiritual em Israel (Gên. 15:15; Jó 5:26). Cria-se que os anos trazem consigo sabedoria e virtudes espirituais (Jó 12:20; 15:10). Fator de longevidade era o tratamento respeitoso dado aos pais (Efé. 6:3, onde se pode ver notas completas a respeito, no NTI). (E NTI)

IDADE DA RESPONSABILIDADE

Ver o artigo intitulado, **Infantes, Morte e Salvação dos.**

IDALA

No hebraico, «exaltado» (?). Esse era o nome de uma cidade do território de Zebulom, perto da sua fronteira ocidental (ver Jos. 19:15). É mencionada juntamente com Sinrom e Belém. Os estudiosos têm identificado o antigo local com a moderna Khirbet el-Hawarah, que fica cerca de um quilômetro e meio a sudoeste de Belém.

IDBÁS

No hebraico, «doce de mel». Esse era o nome de um homem de Judá, que aparece como o pai de Etã. Provavelmente, ele descendia do fundador de Etã, uma cidade da tribo de Judá, ou, então, tudo quanto se deve entender é que ele era habitante daquele lugar. Ver I Crô. 4:3.

IDEAL

Vem do termo grego **eidos**, «visão», «contemplação». Consideremos os pontos abaixo:

1. O uso popular dessa palavra refere-se a algum padrão de perfeição ou a algo que aponta para a nobreza, para alguma elevada qualidade, ou seja, para algo que deve ser emulado. O ideal é a forma mais desejável de realização de qualquer coisa.

2. Aquilo que existe somente na imaginação, sem qualquer realidade física.

3. Quando um ideal é pertencente às idéias, então devemos falar em *ideal conceptual*.

4. Nos escritos de Platão, idéia é arquétipa. Ver sobre *Idéia*, terceiro ponto. O *mundo ideal* é o mundo arquétipo e não material das idéias, das formas ou universais (vide).

5. No pensamento de *Kant*, o ideal da razão pura é a idéia de algo absolutamente necessário, determinado, do princípio ao fim, pela mera idéia. Isso envolve um conceito abrangente da totalidade da realidade, que não é hipostatizado como existente e nem é produto da percepção dos sentidos. A idéia de Deus contém, em si mesma, todas as existências finitas.

6. Na ética, o ideal é sempre a escolha melhor possível de atos ou estados mentais. Dentro da ética cristã, esse ideal é exemplificado na pessoa e nos atos de Cristo (o Logos), —que é o Arquétipo de toda a existência humana. Ver II Cor. 3:18. Por sua vez, Deus é o ideal de Cristo (ver Mat. 5:48; Col. 1:15-19).

IDEALISMO

Esboço:

I. Definição e Caracterização Geral
II. Os Filósofos e Várias Formas de Idealismo
III. Quatro Tipos Históricos de Idealismo
IV. O Idealismo e a Ética
V. Críticas Principais do Idealismo

I. Definição e Caracterização

O termo vem do grego **ideein**, «ver», e de **eidos**, «visão», «contemplação». De acordo com um uso popular, o termo indica um conjunto de padrões daquilo que é mais desejável, com os esforços necessários para atingir tal alvo. Nesse sentido, o idealismo é similar ao perfeccionismo. Um idealista, pois, busca um alto padrão, e, com freqüência, mostra-se avesso ao mero pragmatismo. O idealismo, porém, com freqüência, torna-se impraticável, visto que aquilo que é melhor raramente é exeqüível.

Na filosofia, o termo é bastante amplo, podendo ser bem definido somente no tocante a certos tipos específicos de idealismo, conforme se vê na discussão abaixo. As duas divisões principais do idealismo são: a divisão metafísica e a divisão epistemológica. O *idealismo metafísico* (vide) é a suposição de que a idéia ou substância **não-material** é real, em contraste com as entidades materiais. Essas entidades são explicadas como epifenômenos da idéia, e não como coisas reais em si mesmas. A idéia é real; a matéria é mera aparência; a natureza do que é real é mental ou espiritual, e **não-material.** O que é material é ilusório, sendo uma projeção da idéia, e não a essência mesma da realidade. A crença no caráter espiritual da realidade era proeminente nas obras de Platão, bem como em algumas religiões orientais. George Berkeley asseverava que os objetos físicos são, de fato, apenas idéias que os homens, equivocadamente, pensam que têm uma existência separada e uma essência diferente daquilo que é espiritual e mental. O *idealismo epistemológico* (vide) é a idéia de que nada podemos conhecer, exceto as *idéias*. O mundo físico só poderia ser concebido em relação à mente e dependente dela. Assim, se Deus deixasse de pensar, todas as coisas deixariam de existir. A única coisa que me é dado saber é a minha idéia de uma entidade qualquer. Se alguma coisa pode existir ou não à parte da minha idéia, a idéia de Deus, ou da mente em geral, é uma questão debatível. O que é certo, segundo o idealismo epistemológico é que podemos *saber* sobre qualquer coisa que resida na idéia dessa coisa, embora não conhecendo diretamente a coisa propriamente dita. Assim, se eu tropeçar em uma cadeira, poderei dizer: «Essa cadeira é real. Sei disso porque senti dor ao chutá-la». Mas Berkeley respondia a isso dizendo que a única coisa que realmente experimentamos foi o nosso conceito mental de solidariedade e choque, quando nosso pé bateu na cadeira. Na verdade, para ele, tanto a perna da pessoa quanto aquela cadeira seriam apenas categorias da mente. Isso já entra no campo do *idealismo subjetivo* (vide). A materialidade seria uma ilusão, sendo apenas um nome que damos a certos fenômenos mentais.

«*Idealismo*. Na metafísica, a teoria de que a realidade pertence à natureza da mente ou da idéia. Pode ser um idealismo monista (absolutista), pluralista, impessoal ou pessoal. Na epistemologia (ou gnosiologia), o idealismo é a teoria de que um objeto conhecido é um produto do fato de ter sido ele conhecido». (MM)

O idealismo metafísico, algumas vezes, recebe o nome de *pampsiquismo* (vide). Até onde sabemos dizer, Leibniz, no século XVIII, foi o primeiro filósofo a usar o termo *idealismo*. Esse termo veio a designar certa variedade de filosofias que consideram o que é mental ou espiritual como a chave tanto da natureza quanto da compreensão da natureza.

II. Os Filósofos e Várias Formas de Idealismo Tipos Básicos:

1. *Schelling* referiu-se ao idealismo de Fichte como um idealismo *subjetivo*. Em outras palavras, o que conheço sobre a realidade é a *minha* idéia. Postulo o mundo através da minha idéia. Isso nos leva ao *solipsismo* (vide). Fichte é considerado o originador do idealismo alemão.

2. *Schelling* falava de sua própria filosofia como um *idealismo objetivo*. O mundo (a criação, a existência) existiria à parte de minha idéia. Reflete uma inteligência que o criou. O mundo seria ideal em sua

essência e sem importar se eu tomo conhecimento dele ou não, ele continua existindo.

3. *Hegel* ensinava um *idealismo absoluto*. A Força Cósmica todo-abrangente (Deus) é idéia, e não material. É espiritual em sua essência. O idealismo subjetivo, dentro desse sistema, é a *tese*. O idealismo objetivo seria a *antítese*. Essas formas são apenas nomes que damos às operações do Espírito Absoluto, que atua através de seu próprio sistema de tese, antítese e síntese, através do qual dá forma a todas as coisas, bem como seu estado de ser, seus atos e suas realizações. O Espírito Absoluto nunca descansa, e nenhuma síntese Dele é final. Uma nova tese surgirá inevitavelmente de sua antítese, dando origem a uma nova síntese.

4. O idealismo de *Kant* chama-se *idealismo transcendental* ou *crítico*. Um conhecimento real das coisas deve transcender à mera experiência. Isso é conseguido pelas categorias inatas e intuitivas da mente, as quais impõem ao mundo as qualidades que o mundo tem. Isso é o *idealismo subjetivo* (vide). Porém, essas categorias não nos dizem qual a natureza verdadeira das coisas, isto é, a realidade das coisas em si mesmas. Para falarmos sobre isso, teremos necessidade de postulados que transcendam à experiência humana, que são necessários (embora não comprovados) para que se forme um sistema de teologia. Isso posto, postulamos Deus, a alma, a liberdade e outras entidades metafísicas e éticas, a fim de podermos arquitetar um sistema de filosofia que faça sentido. Desse modo, transcendemos à experiência humana. O idealismo transcendental é a teoria kantiana que diz que todo conhecimento se refere aos fenômenos organizados pelas categorias mentais.

5. *Berkeley* defendia o *idealismo epistemológico*. Ver sob I, acima, quanto à descrição dessa posição. Muitos racionalistas lhe dão apoio. Ele ensinava um *idealismo subjetivo* (vide).

6. *Platão* preparou o caminho para um tipo especial de idealismo que tem desfrutado de uma longa e influente história. Para ele, as idéias, formas ou universais, são a verdadeira realidade, possuídas de natureza espiritual. A matéria seria menos real e, se admitirmos qualquer realidade, então teremos um *dualismo* (vide), onde o ideal é mais real, e a matéria é menos real, imitativa do real, em seu caráter. Esse é um tipo de idealismo metafísico, que admite certo tipo de dualismo. O cristianismo reteve essa forma de dualismo. O mundo celestial é o mundo espiritual, onde imperam as realidades espirituais; e o mundo inferior é material, e é mera *cópia* do mundo superior, por intermédio do poder do *Logos*. Os trechos de Hebreus 8:5 e 9:23 refletem o dualismo platônico, com uma cópia do arquétipo que vai sendo produzida nos objetos materiais. Essa forma de idealismo metafísico chama-se *realismo metafísico*, dando a entender que a idéia é que é real.

7. *Howison* (vide) falava sobre o *idealismo pessoal*. O artigo sobre ele explica melhor esse conceito.

8. *Fouilée* (vide) falava sobre a *força do pensamento*, que ele intitulava de *idealismo voluntarista*.

9. *Ward* (vide) desenvolveu o *idealismo teísta*.

10. *Bowne* (vide) promoveu o idealismo pessoal.

11. *Sorley* (vide) ensinava um *idealismo ético*.

12. *Husserl* (vide, sob o quarto ponto), falava de um *idealismo transcendental fenomenológico*.

13. *Messer* (vide) desenvolveu um *idealismo ético* que influenciou a disciplina da epistemologia.

14. *Gentile* (vide), influenciado por Hegel, criou o *idealismo atual*.

III. Quatro Tipos Históricos de Idealismo

Ignorando a complexidade que aparece na segunda seção, acima, poderíamos falar sobre as quatro principais manifestações históricas do *idealismo*:

1. *O Platônico*. As idéias são reais; são arquétipos copiados pelos objetos materiais. Ver o ponto II, parte 6.

2. *O Berkeleiano*. Toda a realidade pertence à natureza do consciente, consistindo em idéias passivas e inertes, e também em espírito, que é ativo. O Espírito divino daria aos homens as idéias que eles têm sobre as coisas, e todas as coisas são conhecidas através das idéias que fazemos sobre elas. Ver sobre a seção I, quanto a maiores detalhes. Ver sobre o *Idealismo Subjetivo*.

3. *O Hegeliano*. Deve haver coerência em todas as coisas. Tudo é de essência espiritual, e tudo é manifestação da Idéia Absoluta, do Espírito divino. Ver o ponto três da seção II. Isso é uma forma de *panteísmo* (vide).

4. *O Lotzeano*. Lotze pensava que o próprio «eu», ou personalidade, é o fato metafísico final. Tudo seria ou um «eu» ou algum aspecto, processo, parte ou relação de um «eu» ou de vários «eus». É interessante observarmos que essas quatro formas de idealismo também se encontram na religião chinesa e na religião hindu, embora com formas e graus variados.

O tipo de Platão é axiológico e elevadamente ético.

O tipo de Berkeley é mentalista e subjetivo.

O tipo de Hegel é absolutista.

O tipo de Lotze é personalista.

IV. O Idealismo e a Ética

Como é óbvio, os idealistas abordam a ética de vários modos. Porém, podemos afirmar algumas bases comuns deles. Em primeiro lugar, eles negam a ética naturalista e materialista, e muitos deles acham padrões éticos em alguns conceitos de Deus, e não em métodos empíricos. Em segundo lugar, muitos deles envolvem-se na auto-realização que segue algum ideal divino, pessoal ou impessoal. Em terceiro lugar, a ética idealista tende por ser rigorosa, absolutista ou formal, e não relativista. Isso significa que certos padrões são buscados em fontes extra-humanas no que é divino ou cósmico, e não na experiência humana, obtida através da percepção dos sentidos. Isso, usualmente, nos dá regras absolutistas que não se alteram com as vicissitudes da experiência humana.

A auto-realização, a liberdade e o dever sempre foram importantes princípios dos sistemas idealistas. Há uma tentativa para escapar ao mecanismo. Há o reconhecimento da imortalidade da alma, com todas as implicações éticas desse conceito. Precisamos de postulados morais baseados sobre Deus, sobre a alma, sobre a liberdade e sobre o dever, pois de outro modo, não poderemos construir qualquer sistema ético razoável (Kant).

As objeções a certos aspectos do idealismo incluem a idéia de que há algo que remove a idéia de um Deus pessoal, como no caso do Espírito Absoluto, de Hegel. Fichte, como é óbvio, — não falava sobre Deus como faz o cristianismo, e criticava os cristãos como hedonistas que fazem o que fazem para obter os prazeres celestiais. Além disso, o Deus cristão também é criticado como um Ser hedonista, porquanto tudo faria para seu próprio prazer.

V. Críticas Principais do Idealismo

Bertrand Russell, G.E. Moore e outros criticaram o Idealismo pelas seguintes razões:

1. Seu sistema de conhecimento, especialmente no caso do idealismo subjetivo, epistemológico, está

sujeito a muitas críticas, faltando-lhe qualquer comprovação que seja oferecida pelo raciocínio lógico.

2. O idealismo subjetivo, monístico e solipsístico falha, por não satisfazer às descobertas feitas pela experiência humana.

3. O empirismo oferece uma abordagem melhor ao conhecimento do que os sistemas elaborados, mas não comprovados, como o das categorias de Kant.

4. O pensamento *a priori* e seus resultados parecem ser apenas um exercício de inferências lógicas, e não um reflexo da realidade. Essa posição nega as idéias inatas.

5. Sistemas elaborados, como aquele de Hegel, com seu sistema bem organizado de tríadas parece ser um exercício da mente filosófica, e não um reflexo da realidade.

6. Os materialistas atacam a insistência do idealismo de que tudo é espiritual na natureza, que a essência da existência é mente, idéia ou espírito. Eles não encontram evidências adequadas em comprovação disso.

Quanto a um completo estudo sobre o idealismo e como manuseia os ramos tradicionais da filosofia, ver os artigos sobre os filósofos mencionados nas seções I e II. Em adição a isso ver os artigos sobre Bradley, Bosanquet, Creighton, Barrett, Sorley, Royce, Calkins, Munsterbery, Hocking e J.S. Moore. (AM C E EP H MM P)

IDEALISMO ABSOLUTO

Essa é a posição que diz que a essência de todas as coisas é a idéia, e não a matéria, e que todas as coisas unem-se em torno da Idéia Absoluta. Se juntarmos a essa idéia o adjetivo «divino», então chegaremos a uma forma de panteísmo, como nos escritos de Hegel. Ver sobre o *Idealismo*, seção II, terceiro ponto, bem como o artigo sobre *Hegel*, que oferece descrições detalhadas.

IDEALISMO CRÍTICO

Ver o artigo geral sobre o Idealismo. Emanuel Kant chamava sua própria filosofia de idealismo crítico, porquanto seria um idealismo alicerçado sobre os poderes da razão. Ver o artigo geral sobre *Emanuel Kant*.

IDEALISMO EPISTEMOLÓGICO (Gnoselógico)

Ver o artigo geral sobre o *Idealismo*, seção I, quanto a uma declaração a respeito. De acordo com essa teoria, a única coisa que podemos saber sobre alguma coisa é a idéia que fazemos dessa coisa. Sem importar se tal coisa existe mesmo ou não, à parte de ser conhecida, ou qual seja a sua real natureza, não conhecemos qualquer coisa em si mesma, mas apenas formamos uma idéia da mesma.

Formas:

1. A de *Berkeley: idealismo subjetivo*. Nada conheço senão minhas idéias no tocante às coisas. As coisas existem porque são conhecidas pelas mentes; ou, pelo menos, é somente assim que *sabemos* que as coisas existem, e qualquer outra afirmação, que passe disso, é meramente especulativa.

2. A de *Kant: idealismo transcendental*. Sabemos das coisas através das categorias da mente, que pesam sobre o suposto mundo exterior, dando-lhes formas. Quanto a uma declaração plena, ver sobre *Idealismo*, seção II, quarto ponto.

3. A de *Hegel: idealismo absolutista*. Essa forma supõe que tudo quanto existe e pode ser conhecido, finalmente, relaciona-se ao Espírito Absoluto e às suas ações, através da tríada de tese, antítese e síntese. As idéias, em todas as entidades, procedem da Idéia Absoluta. Naturalmente, temos aqui uma modalidade de panteísmo (vide). Todos os objetos são identificados com a idéia, e o ideal do conhecimento é um sistema todo-abrangente de idéias.

4. A de *Platão: os universais*. Os universais é que seriam objeto do nosso conhecimento. Os universais (idéias, formas) existem sob a forma de uma hierarquia, e a da bondade (o Deus de Platão) é a maior hierarquia, e a organizadora de todas as outras. O conhecimento não repousa sobre alguma percepção que examine somente os particulares (os objetos deste mundo), que são apenas *imitações* dos universais. A razão fornece-nos algum conhecimento, visto que ela é uma capacidade dada pelos universais, podendo determinar algumas coisas, como princípios éticos. Então vem a *intuição* que nos fornece mais proposições, como uma capacidade *inerente* ao homem. Ver sobre as *Idéias Inatas*. Mediante a contemplação, por meio das experiências místicas, a visão direta dos universais dá-nos o conhecimento mais elevado. Os *universais* (vide) existem separadamente das mentes humanas, pelo que devemos pensar em um idealismo *objetivo*, — não subjetivo. Eles são reais, pelo que temos aí um *realismo* metafísico.

IDEALISMO METAFÍSICO

Temos coberto esse assunto com muitos detalhes no artigo geral intitulado *Idealismo*, em sua seção I. Sob a seção II, damos quatro tipos de idealismo histórico, que fornecem mais informes. O idealismo metafísico, que assevera a natureza espiritual de toda a realidade, faz contraste direto com o materialismo.

IDEALISMO OBJETIVO

Essa é uma forma de idealismo metafísico (vide). Afirma que apesar da essência de todas as coisas ser a *idéia*, há idéias separadas das minhas próprias idéias, ou seja, *idéias objetivas* (realidades espirituais objetivas) que não dependem da minha mente para existirem. Platão e o cristianismo representam um *dualismo* (vide), posto que admitem a realidade da matéria, separada da mente (embora Platão falasse sobre a matéria como *menos real*). Porém, eles apóiam o idealismo objetivo ao postularem um mundo ou mundos de realidade espiritual, onde a matéria não é a base da realidade.

IDEALISMO PRÁTICO

Esse fala sobre a forma popular do idealismo, isto é, como o termo é definido fora de seu uso pelos filósofos. O idealismo prático é a devoção aos *ideais*, ou elevados padrões. Encoraja a busca por esses padrões no âmbito pessoal e no âmbito social. O cristianismo é uma fé de elevados ideais, que apresentam a pessoa e os ensinamentos de Cristo como o mais elevado ideal a ser atingido. A ética, em geral, promove a *conduta ideal*, e cada sistema tenta dizer qual é essa conduta ideal. Essa conduta ideal torna-se o padrão ideal. Portanto, a ética é uma forma de idealismo prático.

IDEALISMO SUBJETIVO

Toda a natureza teria a natureza da consciência. O que eu sei é o que as *minhas* idéias me revelam. De

nada mais sabemos, senão das idéias; e, quando essas idéias são *minhas*, — então existe um idealismo subjetivo. Ver o artigo sobre o *Idealismo*, seção I, com o título, *Idealismo Epistemológico*. Berkeley ensinava um idealismo subjetivo, tal como Kant. Se tudo quanto sabemos é aquilo que as categorias da mente projetam sobre nós e impõem sobre o mundo, então nada sabemos exceto o que a nossa mente projeta. Kant, em seu raciocínio prático, partiu a concha do subjetivismo, mas somente através de *postulados*, e não através de *proposições*. No idealismo subjetivo, não supomos que a minha idéia do mundo represente a natureza *verdadeira* das coisas em si mesmas, isto é, daquilo que elas realmente são. A mente impõe sobre as coisas a natureza *aparente* que têm. Nunca podemos ter absoluta certeza de que os presumíveis objetos da mente têm qualquer existência real. Podem ser meras criações ou projeções de uma idéia. Nesse caso, ficamos envolvidos no *solipsismo* (vide) que diz: «Só eu existo». Mediante uma *fé animal*, podemos aceitar a existência de outras mentes; mas aquilo que sabemos é somente o que está em nossas mentes. O *idealismo subjetivo divino* indica que somente o pensamento de *Deus* é real, e que se Deus parasse de pensar, todas as coisas deixariam de existir. Não haveria qualquer realidade objetiva à parte do pensamento divino. Berkeley afirmava que as nossas idéias derivam-se das idéias divinas, pelo que ele ensinava um idealismo subjetivo divino.

IDEALISMO TRANSCENDENTAL

Ver o artigo geral sobre o **Idealismo** (II.4), quanto à forma kantiana de idealismo transcendental. Ver também sobre *Husserl*. Este último veio a encarar a própria filosofia como uma espécie de fenomenologia transcendental, uma análise das estruturas subjetivas, com base nas quais o mundo individual possa ser formado de modo legítimo e subjetivo. Sua fenomenologia, pois, tornou-se uma espécie de metafísica. Ele mesmo chamou essa abordagem à filosofia de «idealismo transcendental-fenomenológico». Ver também sobre *Transcendência*, pontos três e cinco.

IDÉIA Ver também *Universais* (*Formas*).

A raiz grega dessa palavra é **ideein**, «ver». A sua forma nominal é *eidos*. Uma idéia é um conceito ou noção *daquilo* que foi visto, embora uma idéia não dependa exclusivamente dos nossos cinco sentidos. Trata-se de um conceito ou formulação mental sobre algo e, com freqüência, é a representação produzida pelo nosso processo pensante. Portanto, trata-se de uma representação mental ou de algo visualmente percebido ou mentalmente apreendido. Tanto pode fazer parte do processo pensante como ser a conclusão desse processo.

Na filosofia, o termo é usado em grande variedade de maneiras, incluindo a designação de entidades elevadas, não-materiais. Abaixo damos exemplos dos diversos usos da palavra:

1. Originalmente, o termo *eidos* era usado no grego a fim de referir-se a alguma visão ou contemplação. Os filósofos, pois, expandiram esse uso simples.

2. Os atomistas materialistas, como Leucipo e Demócrito, falavam sobre as *eidola* a fim de falarem sobre as *imagens dos sentidos*. Epicuro adotou esse uso, que passou a ser comumente usado na filosofia empírica.

3. Porém, Platão usava o termo *idéia* a fim de aludir a elevadas entidades ou arquétipos espirituais, não-materiais. A *idéia* da bondade e da beleza tornaram-se o Deus de Platão. Quando usada desse modo, a *idéia* é sinônimo de *forma* ou de *universal* (vide). O céu concebido por Platão estaria repleto desses arquétipos universais ou idéias, enquanto que a criação física seria mera cópia dos mesmos.

4. Aristóteles e Tomás de Aquino falavam sobre os dados captados pelos sentidos como se produzissem uma noção que, por generalização ou abstração, pudéssemos extrair dali alguma idéia.

5. Nos escritos de Filo e de Agostinho, as idéias residem na mente de Deus. Poderíamos ilustrar isso pensando sobre um artista, que, a fim de crer, deve empregar as suas idéias, tornando-as concretas em seu trabalho de arte. Ver sobre o *Conceptualismo*.

6. Hobbes, seguindo um molde empírico, fazia da idéia apenas o resultado das imagens dos sentidos. Ele falava sobre um fantasma ou aparição, no cérebro, resultante da impressão de algo captado por nossos cinco sentidos.

7. Os racionalistas do século XVIII seguiam a opinião de Platão fazendo a idéia ser algo anterior e maior que os informes dados pelos sentidos, dados esses que nos permitiriam chegar à compreensão das coisas. Partindo daí, a noção de *idéias inatas* tornou-se uma doutrina comum no racionalismo. Ver o artigo sobre este assunto.

8. Descartes (vide) falava sobre três tipos de idéias: a. as *idéias inatas*, que seriam idéias na mente, antes da experiência, existindo como uma herança natural da personalidade humana. Tais idéias seriam conhecidas *intuitivamente*. b. As idéias *adventícias*, que seriam aquelas que chegam até nós por meio dos nossos sentidos físicos. c. As idéias *facciosas*, que seriam derivadas de elementos de idéias acerca da multiplicidade das coisas.

9. Locke falava de uma idéia como objeto do entendimento, produzida no processo do pensamento. Os informes dos sentidos fariam parte das idéias. Ele falava em idéias simples e em idéias complexas: a idéia simples é uma espécie de primeira impressão sobre alguma coisa; mas as idéias complexas incluem modos, substâncias e relações. Essas idéias complexas nos chegam empiricamente, visto que, segundo ele pensava, não existe tal coisa como idéias inatas.

10. Berkeley acreditava em idéias inatas e no primado das idéias. Toda a realidade compor-se-ia de idéias, e não de matéria. Ver sobre o *Idealismo*.

11. Hume supunha que as impressões aparecessem primeiro, e que essas, uma vez organizadas, tornam-se as idéias.

12. *Categorias da Mente*. Essas categorias, que incluem as idéias, a priori, forçam, sobre o mundo exterior, as formas que elas têm. Em outras palavras, as categorias fazem o mundo ser o que pensamos que ele é, embora não possamos ter certeza sobre a natureza das coisas propriamente ditas, nem sobre a verdadeira natureza das coisas que percebemos. Existem idéias da razão pura, que vão além do que as experiências empíricas nos podem dizer. Essas idéias incluem noções sobre a alma imaterial, sobre a sistematização dos fenômenos (idéias acerca da natureza do mundo) e sobre as idéias que abordam a questão da unidade de toda a existência, ou seja, Deus. As três idéias básicas da razão prática (postulados, em contraste com proposições) são: Deus, a liberdade e a imortalidade. Esses conceitos ultrapassam às nossas experiências empíricas e são necessários para a construção de um sistema filosófico sensato.

13. Hegel falava sobre a Idéia Absoluta, aquela força que cria a unidade de todas as coisas e é a fonte

mesma da existência. Essa Idéia Absoluta, por meio de sua tríada de tese, antítese e síntese, teria criado todas as coisas.

14. Husserl pensava ser possível termos uma visão (idéia) direta (intuitiva) da essência das coisas.

15. Ortega y Gasset pensava que as crenças são fundamentais na experiência humana, supondo que dali é que as nossas idéias são geradas. A crença, pois, daria força às idéias.

16. Para o *positivismo lógico* (vide), uma idéia só é válida se tiver sido firmada pela experimentação. Toda verificação residiria na manipulação dos dados colhidos pela percepção dos sentidos, com a ajuda de equipamentos de laboratório. Após tal verificação, a idéia torna-se destituída de sentido. Essa posição extrema tem sido criticada pelos próprios cientistas, e não apenas por filósofos e teólogos. Eles salientam, por exemplo, que podemos falar sobre partículas subatômicas, como os prótons e os eléctrons, embora não possamos senti-los ou vê-los. Há uma inferência matemática e lógica que, geralmente, vai além das evidências, com base em simples dados colhidos pelos sentidos, e muitas dessas inferências têm levado os homens a novas descobertas. A intuição (vide) insiste em que as idéias podem ocorrer sem serem solicitadas e provocadas, com base em fontes conhecidas (como Deus ou a alma), e também com base em fontes totalmente desconhecidas. A experiência parece provar que isso, realmente, acontece.

17. O misticismo (vide) pressupõe que as idéias nos podem ser dadas por Deus como um dom, ou então da parte de forças cósmicas. E também que algumas das idéias que assim recebemos são totalmente transcendentais à experimentação humana. As idéias religiosas básicas repousam sobre esse pressuposto.

IDÉIAS Ver **Idéia, e Universais (Formas)**.

IDÉIAS (FORMAS) PLATÔNICAS

Ver **Universais (Formas)**.

IDÉIAS INATAS

Essa é a teoria que diz que a mente humana, desde o nascimento, ou mesmo antes (como no conceito da preexistência da alma), conta com um depósito de idéias. Portanto, há idéias que não se derivam, necessariamente, da experiência humana, com base na percepção dos sentidos. Antes, são idéias que *nascem* juntamente com a pessoa. Esse termo, inato, vem do latim *in* (em) e *natus* (nascido). As idéias existem na mente desde o nascimento. Não são produtos da experiência.

1. *Platão* ensinava a doutrina da *anamnesis* (vide), ou seja, da «recordação». A alma já teria visto os universais (vide), retendo uma memória latente dos mesmos. Assim, de fato, a mente humana seria um armazém de todo o conhecimento; mas a sua união com o corpo oculta esse conhecimento da pessoa. Através de vários exercícios de raciocínio, através da intuição e das experiências místicas podemos extrair informes de nosso fundo de conhecimentos. E, mediante a libertação do corpo físico, após muitas encarnações, retornaríamos ao mundo dos universais (idéias, formas) e, novamente, seríamos capazes de contemplá-los diretamente.

2. O *hinduísmo* (vide), com seu ensino sobre a alma preexistente, pressupõe que um homem não começa a aprender as coisas por ocasião do nascimento. Ele teria visto todo o processo e a evolução da realidade desde o começo, pelo que é cheio de conhecimentos. A contemplação (que consiste em olhar para dentro) possibilita descobrir tudo que é importante para a vida.

3. *Sócrates* pensava que o indivíduo possui todo o conhecimento dentro de si mesmo, e que, através do raciocínio (como nos diálogos), e através da intuição, ele é capaz de extrair esse conhecimento. Por isso ele costumava dizer: «Conhece-te a ti mesmo».

4. Nos escritos de *Aristóteles* e dos *estóicos*, supõe-se que os princípios básicos são intuídos; mas o resto do conhecimento, com base nesses princípios, vem à tona na experiência prática, através do método empírico.

5. *Descartes* defendia as idéias inatas, mas nem por isso negava o desenvolvimento prático de outras idéias, por meio da experiência diária.

6. *Locke*, em sua doutrina da tabula rasa (folha em branco), atacou a noção das idéias inatas, asseverando que o infante enche o seu cérebro com idéias, por meio da experiência, com base na percepção dos sentidos, e que, à parte desse processo, não haveria formação de idéias.

7. Para *Kant*, as idéias tanto são inatas quanto são empíricas. As categorias da mente projetariam sobre o mundo as formas que ele contém. Portanto, os juízos são *a priori*; mas, a partir dali, todo conhecimento e ciência alicerça-se sobre nossas experiências empíricas das idéias. Isso não nos dá, necessariamente, o conhecimento da verdadeira natureza das coisas, mas apenas a praticalidade.

8. As declarações de cientistas como *Edison* e *Einstein* dão apoio ao conceito das idéias inatas. Algumas idéias simplesmente existem e já estão em nossa possessão, ou chegam até nós mediante a intuição ou as experiências místicas. Outras idéias desenvolvem-se por meio de experiência, com base na percepção dos sentidos.

9. De modo geral, os filósofos que apóiam o *racionalismo* (vide), a *intuição* (vide) e o *misticismo* (vide) são favoráveis ao conceito das idéias inatas. Os empiristas, por outro lado, geralmente negam a validade das idéias inatas. Platão, Descartes e Leibniz são os principais nomes da filosofia ligados a esse conceito das idéias inatas.

IDENTIDADE, TEORIA DA

Essa teoria refere-se à idéia materialista de que a consciência, bem como todos os fenômenos mentais, devem ser identificados com os estados neurofisiológicos. Em outras palavras, não haveria tal coisa como a mente separada do cérebro. Usamos termos que exprimem emoções, vontade e estados mentais; mas as definições exatas desses termos teriam de apelar para funções cerebrais. Os conceitos mentais são declarados estados do sistema nervoso central. Ver o artigo geral sobre o *Problema Corpo-Mente*, que oferece uma discussão geral sobre o assunto. A refutação científica do materialismo está tomando cada vez maior vulto. Ver os artigos intitulados *Experiências Perto da Morte, Parapsicologia, Imortalidade* e *Alma*, onde são expostas evidências abundantes que mostram que o corpo físico e seu cérebro não podem explicar os fenômenos mentais e espirituais. Em nosso próprio tempo, o *Dualismo* (vide) está obtendo grandes avanços científicos.

IDENTIDADE, TEORIA DOS UNIVERSAIS

Ver o artigo sobre **Champeaux, Guilherme de.**

IDENTIDADE METAFÍSICA

Ver o artigo sobre a **Identidade Pessoal.**

IDENTIDADE PESSOAL

Esse título lança-nos na discussão que revolve em torno de problemas de origem, de permanência e de mudança. Em que sentido pode-se dizer que uma alma preserva sua identidade pessoal? No materialismo, naturalmente, não há tal coisa como uma identidade pessoal contínua, após a morte do corpo físico, porque, de acordo com essa teoria, o corpo *é* a pessoa. Poucos são tentados a chamar aos ossos ou às cinzas que sobraram de *uma pessoa*.

1. Nas obras de *Platão*, a identidade pessoal é preservada na continuação da pessoa essencial, a alma, que retorna ao mundo dos universais (vide), que era o seu equivalente ao céu. Porém, em sua doutrina da reabsorção, torna-se duvidoso que seja preservada a identidade pessoal. Se o «eu» é absorvido pelo superego, então isso pode significar o fim da individualidade. Ou então, pode ser que ele ensinasse que o «eu» assume a consciência do superego, ou universal maior, a bondade (o Deus de Platão).

2. Em *Aristóteles*, a alma é a forma do corpo, embora ele não tivesse certeza se essa alma pode continuar existindo após a morte do corpo, pelo que tomou uma posição agnóstica.

3. *Kant* postulava uma alma que continua após a morte biológica, pelo menos enquanto for justo que assim aconteça. Recompensas e castigos são postulados necessários para garantir qualquer tipo de filosofia razoável, a menos que suponhamos que tudo é apenas *caos*, conforme afirma o pessimismo (vide).

4. *Bergson*, além de outros filósofos, pensava que a memória assegura a identidade. Porém, poderíamos indagar: Se uma pessoa é vitimada pela amnésia total, tal pessoa deixa de existir? Se uma alma passa por muitas reencarnações, mas se entre cada qual há uma total perda da memória, isso significa que tal alma tornou-se não-existente, pelo fato de não poder relembrar? A resposta óbvia é «não». Se a existência real prossegue, então a identidade pessoal fica assegurada, com ou sem a memória. A qualidade dessa existência poderia piorar ou melhorar (porquanto certas coisas deveriam ser esquecidas, e não relembradas), mas a existência e a identidade prosseguem.

5. Se o «eu» nada é senão um punhado de impressões (conforme Hume pensava), então não possuímos qualquer identidade pessoal nem mesmo agora, — quanto mais depois que a morte tiver dissolvido esse punhado de impressões.

6. *Whitehead* argumentava que o *tornar-se* elimina a identidade pessoal. Ele dizia que não há tal coisa como a «continuidade do tornar-se», mas apenas o «tornar-se na continuidade». Porém, é difícil perceber por que motivo a evolução, em qualquer forma, eliminaria a identidade, porquanto a forma de vida tem prosseguimento, e isso é o que realmente importa e é essencial. Na essencialidade, pois, prossegue a identidade pessoal.

7. Em algumas religiões orientais, a identidade pessoal é concebida como algo que continua somente até que o «eu» seja absorvido pelo Eu. Então, a individualidade cessa, e Deus torna-se tudo em todos. O *estoicismo* tinha uma noção similar, supondo que a identidade pessoal prossegue através das reencarnações; mas, quando houver a grande conflagração, no fim do ciclo, tudo será absorvido novamente no fogo divino (Deus). Todavia, o «eu» poderá começar novamente, quando um novo ciclo tiver começo, mediante novas emanações do fogo divino.

8. Além disso, temos o conceito da *imortalidade condicional* (vide). Isso significa que algumas almas, que cumpram as condições devidas, ganharão a verdadeira imortalidade, enquanto que as demais almas seriam aniquiladas, fazendo cessar a identidade pessoal delas.

9. Dentro da *fé cristã*, a alma garante a individualidade e a identidade pessoal, mesmo quando transformada segundo a imagem do Logos, de modo a participar da natureza divina. Desse modo, o «eu» assume um conhecimento comunal com todas as almas. A consciência é compartilhada, visto que a alma terá adquirido um conhecimento total. Embora a alma participe de maneira finita e secundária na divindade, ainda assim preserva a sua individualidade e a sua identidade pessoal. Todavia esta ter-se-á tornado comunal e divina, o que dará àquela individualidade um aspecto inteiramente transcendental. A alma chega a participar, desse modo, da forma de vida independente e necessária do próprio Deus; mas, ao assim fazer, continuará sendo uma entidade distinta.

10. *Kant* certamente estava com a razão ao supor que o que é real deve ser buscado para além das vicissitudes da existência empírica. Precisa ser buscado para além da corrente da consciência. Antes, é um «eu» *noumenal*. Ele estava falando acerca da verdadeira imortalidade. No sentido mais estrito, somente Deus é imortal, porquanto somente a sua forma de vida é tanto necessária (não pode deixar de existir) quanto independente (não deriva seu Ser de nenhum outro ser). Na redenção humana, esse tipo de vida será dado aos homens. Ainda assim, entretanto, a identidade pessoal de cada remido não será eliminada, mas antes, será vastamente elevada quanto a uma forma de vida, que é o próprio princípio da vida.

IDENTIFICAÇÃO COM CRISTO

Paulo usa a expressão «em Cristo», por mais de cento e sessenta vezes em suas epístolas. Com isso ele indicava uma união mística com Cristo, em tudo quanto ele é, incluindo tudo em que nos podemos tornar nele. Ver o artigo intitulado *Cristo-Misticismo*. A teoria da identificação provê uma possível explicação sobre a expiação realizada por Cristo, e essa é uma parte da idéia da união mística com ele. Nessa expiação, ele identificou-se com homens pecadores. Nesse ato, ele também identificou os homens com ele mesmo, em sua santidade. Cristo tornou-se pecado por nós, embora não conhecesse pecado, para que pudéssemos tornar-nos justiça de Deus, *em Cristo* (II Cor. 5:21).

Também há uma importante aplicação soteriológica desse princípio. Visto que Cristo compartilha de nossa natureza humana, finalmente, haveremos de compartilhar de sua natureza divina. Esse princípio é ensinado em passagens como Rom. 8:29; II Cor. 3:18; Col. 2:10; Efé. 3:19 e II Ped. 1:4. Um símbolo usado para ilustrar a idéia geral é o do batismo. Somos batizados no Espírito, e isso confere-nos a união essencial com Cristo (I Cor. 12:13; Gál. 3:27). No cenáculo, Jesus anunciou a unidade essencial que ele mantém com o seus discípulos (João 14:20). O trecho de João 15:1-6 ilustra isso com a figura da vinha e seus ramos. Essa ilustração mostra que a união com Cristo é uma comunicação vital, e não apenas verbal, sob a forma de conceitos teológicos. Outrossim, temos a metáfora da Cabeça e do Corpo, que representa pluralidade, mas igualmente, uma *união vital*, e essencial. Ver Efé. 1:22,23; 4:12-16; 5:23-32. Essa figura requer a interpretação que mostra a participação na mesma natureza. A salvação não consiste meramente em se mudar para um bom lugar e contar

com boas coisas. Consiste muito mais naquilo em que nos tornaremos, pois participaremos da própria natureza divina. Isso, naturalmente, ocorrerá em sentido finito e secundário; mas será uma realidade, e não apenas uma figura. Dentro da figura da Cabeça e do Corpo, também aprendemos a necessidade de nossa obediência ao Cabeça, porquanto é a cabeça que dá ordens ao corpo.

O crente é identificado com Cristo em sua morte (Rom. 6:1-11); em seu sepultamento (Rom. 6:4); em sua ressurreição (Col. 3:1); em sua ascensão (Efé. 2:6); em seu reino (II Tim. 2:12); em sua glória final (Rom. 8:17); e em sua natureza essencial e divina, conforme tem sido explicado acima. Ver o artigo intitulado *União com Deus*. Ver também sobre *Divindade, Participação do Homem na*. Temos provido um artigo detalhado sobre a *Transformação Segundo a Imagem de Cristo*. Isso consistiu a substância mesma da *Redenção* (vide).

IDEOLOGIA

Essa palavra vem do grego, **eidos**, «idéia», e **logos**, «raciocínio». O sentido é o conhecimento sobre as idéias. Consideremos os cinco pontos abaixo:

1. Em sentido positivo, *ideologia* significa qualquer sistema de idéias e normas que orienta a maneira de pensar e de agir das pessoas. Aponta para idéias e maneira de pensar que caracterizam um grupo particular, bem como os ideais que guiam a conduta desse grupo.

2. *Destutt de Tracy* (vide) usava o termo (no francês *idéologiste*) a fim de referir-se àquela filosofia que supõe que todas as idéias podem ser traçadas de volta às impressões captadas pelos sentidos físicos. Em outras palavras, as idéias originar-se-iam do empirismo. Napoleão percebeu que isso poderia prejudicar a fé religiosa, e fez oposição a tal conceito. Por conseguinte, a palavra *idéologue* veio a adquirir um sentido pejorativo. Os seguidores de Tracy, assim sendo, usavam a palavra *idéologie* para se referirem à sua própria filosofia.

3. *Marx* e *Engels* falavam de filosofias que não concordavam com as *ideologias* deles, atribuindo a todas essas filosofias erros e distorções. O termo, pois, foi usado em sentido pejorativo para indicar todos os sistemas, menos o sistema comunista. Em sua arrogância, eles consideravam que o sistema deles não continha erros e nem distorções, pelo que o sistema deles não seria uma ideologia. Os dogmas sempre caem nesse absurdo. Mas, nos escritos posteriores deles, o termo «ideologia» aparece em sentido generalizado, especialmente no tocante a questões metafísicas; e o próprio sistema deles, a partir daí, pode ser intitulado de uma ideologia, que alicerça todas as coisas sobre o materialismo e as suas condições, sobretudo as condições econômicas.

4. *Karl Mannheim* (vide) usava o termo para aludir a algum conjunto de crenças onde aparece uma diferença entre motivos anunciados e motivos subjacentes. Uma ideologia parcial é aquela que tem uma origem psicológica. Uma ideologia total é aquela que tem suas origens nas condições sociais.

5. *Quine* (vide) usava essa palavra como sinônimo de *significação*.

IDO

No hebraico, «oportuno». Esse foi o nome de várias personagens que figuram nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. O pai de Abinadabe. Este era encarregado de um dos doze distritos criados por Salomão. Ele tinha autoridade sobre Maanaim (I Reis 4:14). Viveu por volta de 995 A.C.

2. Com base em uma raiz hebraica diferente, com o sentido de «belo favorito», esse era o nome de um levita da família de Gérson. Ele também é chamado Adaías, em I Crô. 6:41, embora Ido em I Crô. 6:21. Era filho de Joá e pai de Zerá. Foi um dos antepassados de Asafe (vide).

3. Com base em uma raiz hebraica com o sentido de «amorável», temos o nome de um chefe da meia-tribo de Manassés, que residia do outro lado do Jordão (I Crô. 27:21). Foi nomeado líder por Davi, e era filho de Zacarias.

4. Um homem que, durante o cativeiro babilônico (vide), casou-se com uma mulher estrangeira. Então, ao voltar a Jerusalém, foi forçado a divorciar-se dela, a fim de que a comunidade judaica fosse devidamente restaurada. Seu nome, com essa forma, só ocorre em I Esdras 9:35 (um dos livros apócrifos); mas, em Esd. 10:43 ele recebe o nome de Jadai.

5. Um profeta de Judá, que cuidava dos rolos públicos, durante os reinados de Reoboão e Abias, e que escreveu crônicas que serviram de fontes informativas do cronista de Salomão (II Crô. 9:29), de Reoboão (II Crô. 12:15) e de Abias (II Crô. 13:22). Josefo afirmava que esse homem fora enviado a Jeroboão, em Betel, e que, finalmente, foi morto por um leão, por haver desobedecido suas instruções (I Reis 13). Ver *Anti.* 8.9,1.

6. O chefe de um grupo de levitas de Casifia, que supriu Esdras com levitas e servos do templo, após o retorno do cativeiro babilônico (Esd. 8:17; I Esdras 8:45,46). Trinta e oito levitas e duzentos e cinqüenta servos do templo responderam à sua chamada. Isso talvez indique que Ido era chefe dos servos do templo, e assim descendia daqueles gibeonitas encarregados do trabalho braçal do tabernáculo e do templo. Com base na circunstância de que Judá, embora no cativeiro, gozava de boa margem de liberdade na observação de sua fé religiosa e na preservação da antiga ordem de coisas, é possível que uma coisa estivesse relacionada à outra.

7. Um membro da família sacerdotal que retornou a Jerusalém juntamente com Zorobabel (Nee. 12:4,6,16). O vs. 16 apresenta-o como pai de Zacarias; portanto ele pode ter sido o mesmo homem do número «8», abaixo. Viveu por volta de 536 A.C.

8. Avô do profeta Zacarias (Zac. 1:1,7; Esd. 5:1; 6:14). Disputa-se se esse foi ou não o mesmo homem do número anterior, acima.

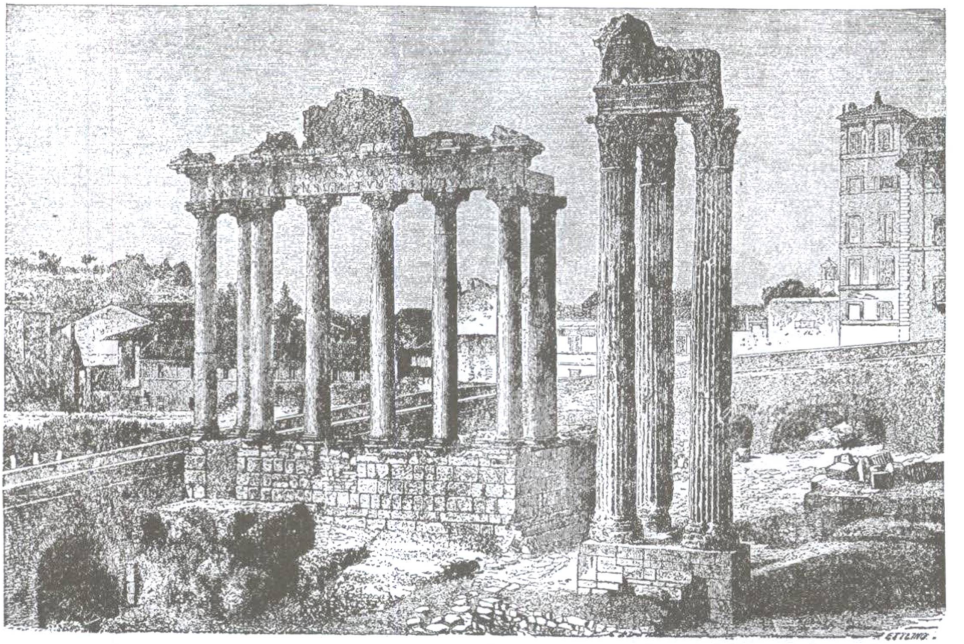
IDOLATRIA

Esboço:

I. Definições e Caracterização Geral
II. Os Ídolos e as Imagens
III. Deuses Falsos
IV. Ensinos Bíblicos sobre a Idolatria
V. A Idolatria na Igreja

I. Definições e Caracterização Geral

1. Essa palavra vem do grego, **eidolon**, «ídolo», e **latreuein**, «adorar». Esse termo refere-se à adoração ou veneração a ídolos ou imagens, quando usado em seu sentido primário. Porém, em um sentido mais lato, pode indicar a veneração ou adoração a qualquer objeto, pessoa, instituição, ambição, etc., que tome o lugar de Deus, ou que lhe diminua a honra que lhe devemos. Nesse sentido mais amplo, todos os homens, com bastante freqüência, se não mesmo continua-



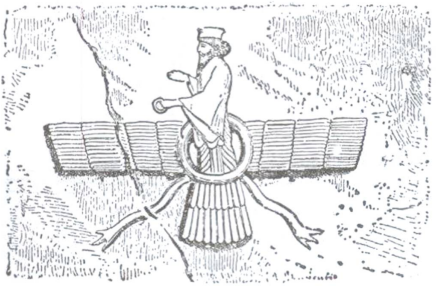
Templos de Saturno e Vespasiano



Deus-Sol da Babilônia



Ápis, Deus-Touro do Egito



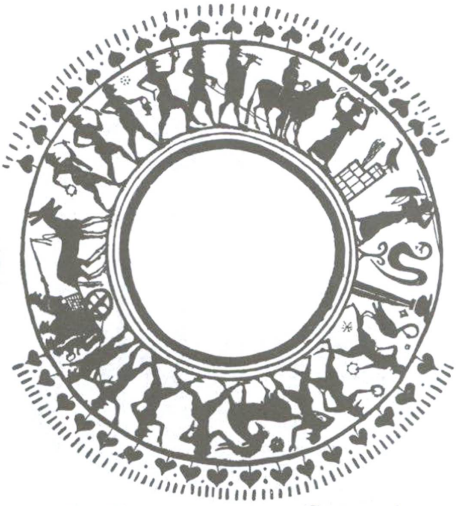
Auramazda, Deus Persa



Deus Voador da Assíria



Ídolos Babilônicos



Sacrifício a Atena num Casamento



Deusa Fenícia de Amor



Ceres, Deusa Romana
da Agricultura



Escaravelho Sagrado
dos Egípcios

mente, são idólatras. Naturalmente, essa condição surge em muitos graus; e um dos principais propósitos da fé religiosa e do desenvolvimento espiritual é livrar-nos totalmente de todas as formas de idolatria. Paulo, em Colossenses 3:5, ensina-nos que a cobiça é uma forma de idolatria. Isso posto, qualquer desejo ardente, que faça sombra ao amor a Deus, envolve alguma idolatria.

2. «A *idolatria* consiste na adoração a algum falso deus, ou a prestação de honras divinas ao mesmo. Esse deus falso pode ser representado por algum objeto ou imagem. Esse termo usualmente inclui a idéia da dendrolatria, da litolatria, da necrolatria, da pirolatria e da zoolatria... O estado mental dos idólatras é radicalmente incompatível com a fé monoteísta. A idolatria é má porque seus devotos, em vez de depositarem sua confiança em Deus, depositam-na em algum objeto, de onde não pode provir o bem desejado; e, em vez de se submeterem a Deus, em algum sentido submetem-se às perversões de valor representadas por aquela imagem». (H)

3. Na idolatria há certos elementos da *criação* que usurpam a posição que cabe somente a Deus. Podemos fazer da autoglorificação um ídolo, como também das honrarias, do dinheiro, das altas posições sociais. Praticamente, tudo quanto se torne excessivamente importante em nossa vida pode tornar-se um ídolo para nós. A idolatria não requer a existência de qualquer objeto físico. Se alguém adora a um deus falso, sem transformar em deus a alguma imagem, ainda assim é culpado de idolatria, porquanto fez de um *conceito* uma falsa divindade.

4. *Uma Rua de Mão Dupla de Trânsito.* A antropologia tem mostrado amplamente que as religiões dos povos geralmente começam na idolatria, e então progridem para uma forma de fé mais pura, que finalmente, rejeita os tipos primitivos de conceitos que requeiram a presença de algum ídolo. Quando a fé de um povo vai-se tornando mais intelectual e espiritual, menor se vai tornando a necessidade de crassas representações materiais. Por outro lado, algumas vezes a idolatria resulta da degeneração de uma fé anteriormente superior. Vemos isso no Novo Testamento, em vários lugares, no tocante a Israel, a certas alturas de sua história. É admirável como a crueza domina essa questão. Em muitos lugares do mundo, da Índia à Sibéria, da Melanésia às Américas, simples toras de madeira têm sido erigidas em memória de pessoas amadas ou de heróis já falecidos; e, então, essa tora de madeira ou pedra torna-se um objeto de adoração, porquanto muitos supõem que o espírito da pessoa retorna para residir ali. Um culto religioso então desenvolve-se, quando tal imagem é alvo de preces e oferendas, a fim de aplacar aquele suposto espírito. Na Escandinávia e nos países germânicos, os arqueólogos têm encontrado pedras e toras de madeira escavadas, com propósitos religiosos.

«A tendência de atribuir uma residência material a alguma divindade, ou, geralmente, de prestar culto ao espírito, em termos tangíveis é algo tão comum que quase se torna um sinal universal da cultura humana. A idolatria está presente na grande maioria das religiões do mundo, incluindo o hinduísmo e o budismo. Aparentemente, não é proibida pelo zoroastrismo. Mas é proibida pelo islamismo. O relato bíblico do povo de Israel, que adorou o bezerro de ouro, ao pé do monte Sinai, é uma prova de idolatria no judaísmo primitivo. Os mandamentos contra a adoração a outros deuses e contra o fabrico de imagens são injunções específicas contra a idolatria» (AM). Esse autor, que acabamos de citar, deveria ter incluído o fato de que o cristianismo é uma das grandes religiões que, em alguns de seus segmentos, pratica a idolatria. Por que motivo uma imagem de uso cristão seria prova menor de idolatria do que uma imagem venerada no hinduísmo ou no budismo?

5. *A Vasta Extensão da Idolatria.* Nosso artigo chamado *Deuses Falsos* apresenta um sumário do que se sabe acerca dos deuses falsos que têm sido adorados pelos homens; e a lista é tão extensa que chega a admirar. O panteão mesopotâmico compunha-se de mais de mil e quinhentos deuses. Os mais conhecidos dentre eles eram Samás, Marduque, Sin e Istar, a qual era a deusa do amor carnal. Nabu era o patrono da ciência e da erudição. Nergal era o deus da guerra e da caça. Quase todas as atividades e aspirações dos homens têm sido representadas por alguma prática idólatra.

6. *Natureza Corrompida da Idolatria.* Toda idolatria é corrupta. Paulo supunha que os ídolos representam forças demoníacas. Ver I Cor. 10:20. A religião dos cananeus era repleta de corrupções morais, que ameaçavam continuamente a Israel. Havia todos os tipos de abusos sexuais, como a prostituição sagrada, associados aos cultos de fertilidade, nos quais Baal e Astarte eram adorados, sem falarmos em cultos onde havia orgias de bebidas alcoólicas. Também havia o sacrifício de infantes na fogueira. A radicalidade dessa forma de idolatria foi a razão por detrás do mandamento da eliminação de toda forma de idolatria, com a destruição das imagens, colunas e estátuas, e com a destruição dos lugares altos, onde esses ritos eram efetuados. (Ver Deu. 7:1-5; 12:2,3).

II. Os Ídolos e as Imagens

Um ídolo representa alguma divindade, ou então é aceito como se tivesse qualidades divinas por si mesmo. Em qualquer desses casos, aquele objeto recebe adoração. Contudo, é possível haver uma imagem, sem que essa seja adorada, como no caso dos querubins que havia no templo de Jerusalém. Sem dúvida, esses querubins não eram adorados, formando uma exceção acerca da proibição de imagens. Uma imagem também pode ser um amuleto que é concebido como dotado de alguma forma de poder de proteger, de ajudar ou de permitir alguma realização; mas um amuleto não é necessariamente adorado. Isso posto, apesar de representar alguma crença supersticiosa, um amuleto não é obrigatoriamente uma forma de idolatria. E, naturalmente, é possível a posse de uma imagem esculpida ou uma pintura, representando algum santo ou herói religioso, sem que a mesma seja adorada, por ser apenas um lembrete de que se deveria emular as qualidades morais e espirituais de tal santo. Por outro lado, quando tais imagens são «veneradas», então é provável que, na maioria dos casos, esteja sendo praticada a idolatria. As estátuas dos mestres jainistas e confucionistas são comuns; mas nunca são veneradas como deuses ou poderes divinos. Eles são relembrados como grandes mestres, e suas imagens são apenas memoriais desse fato. As divindades da natureza, com freqüência, eram adoradas sem o uso de quaisquer objetos materiais; mas, quando os homens começaram a pensar nos deuses como *espíritos*, e esses habitando nos mais variados objetos, então todo tipo de objeto e representação material passou a ser adorado. Assim, o sol, a lua e as estrelas eram concebidos como lugares de habitação de divindades, como se fossem as próprias divindades, razão pela qual eram adorados diretamente. Algumas vezes, as imagens só são adoradas mediante alguma forma de cerimônia, que,

supostamente, lhes transmitiria vida, ou seja, fazem delas manifestações localizadas de alguma divindade. O esforço por retratar os imaginários poderes de alguns deuses têm criado imagens fantasticamente grotescas. As religiões da Babilônia e do Egito levavam a sério a idéia de que um deus ou espírito divino podia residir em algum objeto material. O hinduísmo e o budismo têm feito intenso uso de ídolos para ajudar o povo comum a adorar. Os elementos mais intelectuais dessas religiões asseveram que as imagens de escultura são meras representações das divindades; mas, ao nível popular, essa delicada distinção inexiste, conforme se vê na Igreja Católica Romana e na Igreja Ortodoxa Oriental. O islamismo destruiu todos os ídolos em Meca, proibindo a feitura de qualquer representação material do ser divino. O zoroastrismo, embora inclua formas de idolatria, nunca representou a divindade com forma humana.

III. Deuses Falsos

Temos dado um artigo separado sobre esse assunto, com esse título, mostrando a natureza muito abrangente da idolatria, juntamente com muita informação de interesse geral para os estudiosos da Bíblia.

IV. Ensinos Bíblicos Sobre a Idolatria

O segundo mandamento da lei de Deus proíbe qualquer forma de idolatria. Ver Êxo. 20:3-5. A idolatria dos hebreus, quando ocorria, não só incluía a adoração a deuses falsos, mediante imagens ou sem elas; mas também a adoração a Yahweh, embora através de símbolos visíveis (Osé. 8:5,6; 10:5). No Novo Testamento, qualquer coisa muito desejada, que suplante a comunhão com Deus ou a impeça, é considerada idolatria (I Cor. 10:14; Gál. 5:20; Col. 3:5). «A teologia moral cristã insiste em que qualquer desejo desordenado, que veja o objeto de tal desejo como a fonte última do bem e a base do bem-estar do indivíduo, é idolatria» (H)

1. *Formas de Idolatria na Bíblia.* A adoração a imagens (Isa. 44:17), o oferecimento de sacrifícios a imagens (Sal. 106:38; Atos 7:41), a adoração a deuses falsos (Deu. 30:17; Sal. 81:9), o serviço prestado a outros deuses (Deu. 7:4), o temor a outros deuses (II Reis 17:35), a adoração ao verdadeiro Deus, mas por meio de alguma imagem (Êxo. 32:46 e Sal. 10:6,18,20), a adoração a demônios (Mat. 4:8,10; I Cor. 10:20), o manter ídolos no próprio coração (Eze. 14:3,4), a adoração aos espíritos dos mortos (Sal. 106:28), a cobiça (Efé. 5:5; Col. 3:5), a sensualidade (Fil. 3:19), a redução da glória de Deus em uma mera imagem (Rom. 1:23), a adoração aos corpos celestes (Deu. 4:19).

2. *Descrições Bíblicas da Idolatria.* Ali a idolatria é uma abominação (Deu. 7:25), é odiosa a Deus (Deu. 16:22), é vã e tola (Sal. 115:4-8), é destituída de proveito (Juí. 10:14; Isa. 46:7), é irracional (Atos 17:29; Rom. 1:21-23), é contaminadora (Eze. 20:7; 36:18).

3. *Adjetivos Aviltadores.* Os ídolos e as imagens de escultura são deuses estranhos (Gên. 35:2), são novos deuses (Deu. 32:17), são deuses fundidos (Êxo. 34:17), são imagens de escultura (Isa. 45:20), são destituídos de sentidos (Sal. 115:5,7), são mudos (Hab. 2:18; I Cor. 12:2), são abomináveis (Isa. 44:19), são pedras de tropeço (Eze. 14:3), não passam de vento e confusão (Isa. 41:29), são como o nada (Isa. 42:24; I Cor. 8:4), são impotentes (Heb. 10:5), são vaidades (Jer. 18:15), são vaidades dos gentios (Jer. 14:22).

4. *Castigos Prometidos aos Idólatras.* A morte judicial (Deu. 17:2-5), o banimento (Jer. 8:3; Osé. 8:5-8), a exclusão do céu (I Cor. 6:9,10; Efé. 5:5; Apo. 22:15), o julgamento da eternidade (Apo. 14:9-11; 21:8).

«Não houve nenhum período da história dos hebreus em que esse povo estivesse isento da atração exercida pelos ídolos. Raquel tomou os *terafins* (deuses domésticos, representados por figurinhas de barro) com ela, quando Jacó e seus familiares fugiram de Labão (Gên. 31:34). Os israelitas adoraram aos ídolos do Egito durante sua jornada ali, e não desistiram deles — nem mesmo quando foram tirados da escravidão por Moisés (Jos. 24:14; Eze. 20:8-18)». (Z) Esse autor continua a fim de mostrar a idolatria através de toda a história de Israel: no Sinai (Êxo. 32), em suas vagueações pelo deserto (Núm. 25:1-3; 31:16), imediatamente antes de entrarem na Terra Prometida (Deu. 4:15-19), no tempo dos juízes de Israel (Juí. 2:11-13; 6:25-32; 8:24-27), no tempo de Salomão, através da influência de suas muitas esposas estrangeiras (I Reis 11:1-8), no tempo de Jeroboão, quando houve a adoração ao bezerro de ouro (I Reis 12:25-33), durante o reinado de Reboão, em Judá (I Reis 14:21-24), sob Acabe, em Israel (I Reis 16:32), o que levou Elias a desafiar tal idolatria (I Reis 14:21-24), nos dias do profeta Amós (Amós 5:26), nos dias de Oséias (Osé. 2:16,17; 8:4-6), nos dias de Isaías (Isa. 2:8; 40:18-20; 41:6; 44:9-20), nos dias de Jeremias (Jer. 2:23-25; 10:2-10; 11:13; 23:13,14). E talvez uma das razões pelas quais aqueles que retornaram do cativeiro babilônico tiveram de desfazer-se de suas esposas estrangeiras, com as quais se tinham casado, eram as práticas idólatras que elas haviam introduzido em suas famílias (Eze. 10:3,19).

No Novo Testamento, Jesus estendeu os pecados até os seus íntimos motivos (Mat. 5:21 *ss*). Assim, no caso da idolatria, qualquer coisa que ocupe excessivamente o nosso tempo, às expensas da espiritualidade, é uma manifestação de idolatria (Efé. 5:5; Col. 3:5; Fil. 3:19, onde a glutonaria é especificamente mencionada).

V. A Idolatria na Igreja

O que digo sobre isso aparece no artigo *Iconoclasmo* (*Controvérsias Iconoclásticas*). — Ver também sobre *Imagens* e *Ídolos*. Os intelectuais cristãos, tal como seus colegas budistas, dizem que as imagens de escultura são apenas memórias de qualidades dignas de emulação, de santos ou heróis espirituais, o que, presumivelmente, — ajudaria os religiosos sinceros a copiarem tais virtudes. Entretanto, o povo comum não é sofisticado o bastante para separar a imagem da adoração à divindade ou santo. E nem significa grande coisa a autêntica distinção entre adoração e veneração. O resultado disso é que a idolatria tornou-se muito comum na Igreja cristã, tanto no Oriente quanto no Ocidente. E, apesar dos grupos protestantes e evangélicos terem removido as formas mais crassas de idolatria, de seu culto, ainda assim há muitas formas sutis de idolatria que ali são cultivadas. Quem não se mostra ocasionalmente cobiçoso? Quem não tem desejos desordenados? Quantos escapam da idolatria sob a forma de glutonaria ou sensualidade? Além disso, há variedades religiosas de idolatria, como a *bibliolatria* (vide). Uma forma comum de idolatria consiste em idolatrar o credo denominacional, o que, geralmente, se faz com uma atitude arrogante. O coração humano, fora da Igreja ou dentro dela, no Oriente ou no Ocidente, pende para a idolatria, e uma parte do crescimento espiritual consiste na eliminação

gradual de todas as formas de idolatria, até as mais sutis.

ÍDOLO

Ver sobre **Idolatria.**

ÍDOLOS, CARNES OFERECIDAS AOS

A Liberdade Cristã (I Cor. 8:1-11:1).

Declarações Concludentes (10:23—11:1).

Neste ponto, Paulo talvez tenha feito uma pausa por alguns minutos, ou mesmo deixou de lado o seu estudo geral acerca da «liberdade cristã», que vinha considerando por tanto tempo. Mas então, retornando ao tema, começa a sumariar o que já dissera. Ele nos dá aqui uma espécie de reafirmação de princípios gerais e, em suas declarações finais, menciona e refuta os *slogans* usados pelo partido liberal em Corinto. Seu tema geral é prenhe de interesse e preocupação pelos outros, tudo visando regulamentar a conduta da comunidade geral da Igreja, a fim de que houvesse o mais alto benefício espiritual para todos. Neste ponto, Paulo não mostra qualquer preocupação em face do perigo, e nem discute qualquer perigo pessoal, conforme havia feito em I Cor. 9:24-27. Não obstante, percebia grandes perigos, que pairavam sobre a comunidade cristã de Corinto, por causa do abuso da liberdade cristã que ali se praticava.

De modo geral, três tópicos têm sido ventilados e continuam a ser agora discutidos, com declarações conclusivas, a saber:

1. O consumo de alimentos oferecidos como sacrifício, em templos pagãos, é uma atitude idólatra, ou, pelo menos, chega à beira da idolatria, sendo algo absolutamente proibido para os crentes. Ver os versículos catorze a vinte e dois deste capítulo.

2. Mas um crente pode comprar nos mercados carne que sabe ter sido usada em ritos pagãos. Paulo aceitava não haver nisso nenhum perigo, salvo se isso viesse a ocasionar o tropeço de algum irmão *débil na fé*, dotado de fortes escrúpulos contra tal atitude. (Ver o oitavo capítulo desta epístola, como também 10:25,26). Seja como for, nenhuma idolatria está envolvida nessa compra e consumo de alimentos.

3. O *caso intermediário*. Um crente poderia ser convidado a participar de uma refeição na casa de um amigo pagão. Ora, os pagãos muito religiosos faziam com que virtualmente todos os seus atos fossem uma espécie de devoção a seus deuses. Todavia, se nenhuma atenção for focalizada no fato de que a carne a ser comida fora usada em ritos pagãos, então tal alimento podia ser reputado legítimo, e o crente podia participar do mesmo sem receio. Não obstante, se algum irmão «fraco» na fé viesse a tomar conhecimento dessa atividade social, salientando o fato de que tal crente estivera nesse banquete, comendo carnes que haviam sido oferecidas em sacrifício, então é melhor tal crente descontinuar essa prática. Isso ainda não seria idolatria «per se», mas poderia ser um meio de enfraquecimento de outro crente na fé, e nenhum acontecimento social tem tal valor (ver I Cor. 10:27-33).

A liberdade cristã, dentro do contexto da vida moderna. O que expomos nos três pontos acima revela o que Paulo pensava sobre esse aspecto da «liberdade cristã». E várias aplicações para os tempos modernos podem ser determinadas, conforme mostramos abaixo:

1. Em primeiro lugar, em qualquer situação, em qualquer ação planejada, o crente deve primeiramente indagar de si mesmo se há qualquer mandamento «escrito» e contrário ao que ele planeja fazer. Caso tal mandamento exista, então não estará ele abordando alguma questão própria da «liberdade cristã», mas antes, alguma coisa que não é moralmente indiferente. Porém, existem certas coisas acerca das quais não há qualquer mandamento específico «escrito», mas antes, são cobertas por regras de natureza geral. Nesse caso, a atitude certa é a prática da moderação em tudo. Prazeres legítimos, mas imoderadamente praticados, como a gula, como o uso do tempo disponível para coisas não-essenciais, etc., tornam-se pecaminosos, não podendo ser classificados dentro da categoria da «liberdade cristã». As ações e os alimentos que prejudicam o corpo são pecaminosos, porquanto o corpo é o templo do Espírito Santo. Por igual modo, saber fazer o bem, mas recusar-se a praticá-lo, é uma maldade pecaminosa. A inação é um pecado, como também o é a preguiça.

2. Além disso, existem aqueles casos que poderíamos chamar de *marginais*, onde não há qualquer mandamento definido a respeito, embora muitos crentes piedosos pensem que esta ou aquela ação é errada. Aqui caberiam certos prazeres como a dança, o cinema, o fumo, a ingestão moderada de bebidas alcoólicas, as maneiras de vestir, a escolha do tipo de literatura, etc. Em todas essas questões, não cobertas por algum mandamento direto, cabe a «liberdade cristã». Nesses casos, entretanto, o crente procura ser honesto na avaliação do «conteúdo moral» de tais ações. Antes de mais nada, a moderação é novamente a palavra de ordem. Uma vez que a moderação se imponha, fica à disposição da consciência de cada crente decidir o que ele deve e o que não deve fazer. Entretanto, a «liberdade» do crente termina, nesses casos, no momento em que algum irmão se escandalizar em razão de algum ato nosso. E ainda que um irmão se mostre muito escrupuloso e crítico, é aconselhável refrearmos da prática criticada, ainda que seja legítima, a menos, naturalmente, que a crítica se volte contra algum mandamento escrito, em cujo caso o crente não tenha escolha senão continuar obedecendo ao Senhor.

Queremos ilustrar esta segunda possibilidade com um caso definido: Está cientificamente comprovado que o fumo provoca o câncer. Portanto, essa prática é um vício, um erro. Por outro lado, também é possível que fumar seis cigarros ou menos por dia não prejudique ao corpo e que tal indulgência não é prejudicial. Nesse caso, fumar poucos cigarros não é mau em si. No entanto, é natural que um crente fumante, ainda que extremamente moderado, seja criticado por outros. Por essa razão, é aconselhável ao crente jamais pôr um cigarro na boca. Outro tanto se poderia dizer acerca da ingestão de bebidas alcoólicas. Também não se pode dizer ser errado procurar entretenimento em certos lugares públicos inocentes. Contudo, a seleção deve ser muito criteriosa, para que se evitem as influências corruptoras do mundo. Essa mesma regra se aplica à vida do lar, no que concerne à literatura que ali é lida, aos programas de rádio e televisão, etc. Porque todas essas coisas *podem ser* forças em favor do bem o do mal. Por essa razão, a «liberdade cristã», em todos esses casos, deve ser posta a trabalhar em favor da edificação da alma, para que nenhum prejuízo espiritual resulte da mesma, devendo as nossas ações, nesses particulares, serem governadas, até certo ponto, pelos sentimentos e crenças de outras pessoas, que nos observam de perto.

A atitude de Paulo, quanto a isso, era bastante liberal. O trecho de I Cor. 10:30 mostra que ele cria

que os poderes demoníacos podem estar por detrás das práticas idólatras. Por certo, ele não encorajava os crentes a entrarem nos templos pagãos ou nas festas pagãs, ou a participarem de qualquer outra atividade pagã. Porém, não condenava as refeições privadas onde houvesse carnes que haviam sido usadas na adoração pagã, a menos que isso viesse a escandalizar a outras pessoas.

A liberalidade de Paulo, porém, não era compartilhada por outros líderes cristãos primitivos. Em Apocalipse 2:14,20, por exemplo, temos a proibição direta de se comer carnes oferecidas a ídolos, sem qualquer qualificação. Paulo situava a questão dentro do contexto da liberdade cristã. O Apocalipse não vê a possibilidade de liberdade, em tal caso. A liberalidade sobre práticas dúbias raramente funciona bem. Paulo estava certo em teoria, mas, na prática, naturalmente entram os abusos. Além disso, a mente judaica normal jamais teria concordado com a opinião liberal de Paulo, visto que tudo quanto estivesse ligado à idolatria era abominável para essa mentalidade. No NTI, em Apo. 2:14, ofereço uma longa nota expositiva sobre a questão. Um judeu devoto tinha o cuidado de evitar toda a forma de idolatria, ou qualquer contacto com a mesma, temendo encorajar seus vizinhos pagãos a agir de forma menos séria a respeito. (*Aboth*, 5.18; *Sanhedrin* 7.4,10).

Mediante referências nos escritos clássicos, sabemos quão importantes eram as festas nos templos idólatras. Esses eram movimentos sociais, religiosos e patrióticos. Faziam parte da sociedade pagã, e não eram facilmente abandonados nem mesmo pelos convertidos ao cristianismo. Ver Suetônio (*Cláudio* 33). Ele nos conta que Cláudio, certa ocasião, foi ao fórum, mas sentiu o odor de um banquete que estava sendo efetuado no templo dedicado a Marte. Ele saiu do fórum, e sentou-se à mesa, no templo de Marte.

Uma Progressão. Nessa questão podemos notar certa progressão. O trecho de I Coríntios 8 representa a questão como *indiferente*, salvaguardando aos cristãos somente ao apelar para o seu bom senso, acerca do uso correto da liberdade cristã. O trecho de I Coríntios 10:25 *ss* reforça um pouco mais enfaticamente aquela cautela. O trecho de Romanos 14:19 *ss* fala ainda em termos mais enfáticos, apelando para que o crente não *destrua* a outrem mediante o abuso da liberdade cristã. Atos 15:20, por sua vez, encerra uma proibição absoluta, sem quaisquer qualificações. Esse versículo faz parte dos decretos do concílio ecumênico de Jerusalém, que envolve a questão como algo obrigatório para as igrejas gentílicas. E Apocalipse 2:14,20 mostra que essa proibição continuava válida várias décadas mais tarde.

ÍDOLOS DA MENTE

Francis Bacon, em seu *Novum Organum* (livro I, 39-44) apresentou quatro fontes principais de erros que assediam a mente humana em sua inquirição pela verdade. Essas fontes ele intitulava de *ídolos da mente*. Ver o artigo sobre *Bacon, Francis*, quarto parágrafo.

ÍDOLOS E IMAGENS

Ver sobre **Idolatria**, seção II.

IDUEL

Nome de um dos principais chefes dos judeus nos dias de Esdras. Ele é chamado de Ariel, em Esd. 8:16. A forma alternativa, Iduel, aparece em I Esdras 8:43.

IDUMÉIA

1. *O Nome*. Essa palavra vem de uma forma grega, *Idoumaia*, do termo hebraico para *Edom*. Originalmente, o nome derivava-se de *Edom* (vide), filho de Isaque, que também era conhecido como *Esaú* (vide). Significa «vermelho». Esse nome, ao que parece, derivava-se do fato de sua cor avermelhada, quando ele nasceu (ver Gên. 25:25). Esse nome foi reforçado, em seu sentido, pelo incidente sobre o guisado avermelhado (ver Gên. 25:30).

2. *A Região*. A região que chegou a ser chamada *Edom*, estendia-se para ambos os lados da *Arabá*; e sua porção ocidental chegava a Cades (ver Núm. 20:16). Ficava de ambos os lados dos grandes vales de El Ghor e de El Arabá, entre o mar Morto e o golfo Elanítico do mar Vermelho. Esaú instalou-se nesse distrito, e ali ficou durante o tempo de vida de seu pai, de tal modo que, gradualmente, sua posteridade tomou posse da região. A bênção profética de Isaque mencionava essa terra como pertencente aos descendentes de Esaú (Gên. 27:38,40; Deu. 2:5-12,22). O monte Seir (Gên. 14:6) ficava nessa área, sendo descrita na Bíblia antes da região ser chamada de Edom. A província greco-romana continha um território maior do que o Edom original. As novas fronteiras incluíam os desertos do Negebe e a Sefelá, bem como os locais de Laquis e Hebrom. O trecho de Mar. 3:8 usa a forma grega do nome, em relação ao ministério de Jesus naquele território.

Quanto a uma completa descrição sobre esse lugar, seu território, história, etc., ver o artigo sobre *Edom, Idumeus*.

IE-NAÁS

No hebraico, «cidade da serpente». Era uma cidade de Judá, que alguns supõem ter recebido tal nome devido à abundância de serpentes no local. Mas, também é possível que ali se tivesse praticado a adoração à serpente. Teína é chamado de pai desse lugar, em I Crô. 4:12. Sua localização é desconhecida, mas talvez ficasse perto de Beit Jibrin, onde há um lugar chamado Deir Nahhas, que poderia assinalar o antigo local.

IEZER

Essa é uma forma contraída do nome Abiézer. Essa forma mais curta acha-se em Núm. 26:30. Ver sobre *Abiézer*.

IFDÉIAS

No hebraico, **Yahweh redime**. Ele descendia de Benjamim (I Crô. 8:25), e viveu por volta de 1600 A.C. Era um dos chefes da tribo de Benjamim, e residia em Jerusalém.

IFTÁ

No hebraico, «irrompimento». Esse era o nome de uma cidade na Sefelá de Judá, alistada juntamente com Libna, Eter, Asã, Asná, Nezibe, e outras, em Jos. 15:43. Tem sido tentativamente identificada com a moderna aldeia de Tarqumiya, a leste de Laquis.

IFTAEL

No hebraico, **El (Deus) abre**. Refere-se a um vale na fronteira norte do território de Zebulom, mencionado em Jos. 19:14,26. Entretanto, é desconhecida a sua localização exata.

IGAL

No hebraico, «que Deus redima». Esse nome figura como apelativo de várias pessoas, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de José, representante da tribo de Issacar, que foi um dos espias enviados a explorar a Terra Prometida, preparando-a para ser invadida (Núm. 23:7; 14:37). Viveu por volta de 1657 A.C.

2. Um filho de Natã de Zobá, e um dos trinta poderosos guerreiros de Davi (II Sam. 23:36). Viveu por volta de 1040 A.C. O nome aparece com a forma de Joel, em I Crô. 11:38.

3. Um filho de Semaías e descendente de Zorobabel (I Crô. 3:22). Viveu por volta de 406 A.C.

IGBAL, MOHAMMAD

Suas datas foram 1877—1938. Foi um importante filósofo paquistanês, que ensinava uma forma de *panenteísmo* (vide). Educou-se em Cambridge e em Munique. Era obviamente influenciado pelos escritos de Bergson. Falava sobre a realidade última como *duração*. Pensava que o homem é livre, e que podemos considerar seus atos como espontâneos. Deus e o homem se inter-relacionariam em um universo orgânico.

Igbal também foi um importante estadista. Foi o primeiro a projetar o conceito de um estado islâmico na Índia moderna; e, finalmente, isso levou à formação do Paquistão. Além de sua atuação na filosofia, ele era advogado praticante e escreveu poemas e outras obras literárias. Os paquistaneses honram-no como seu pai espiritual.

IGDALIAS

No hebraico, «Deus é grande». Nome do antepassado de alguns homens que contavam com um aposento no templo, nos dias do profeta Jeremias (Jer. 35:4), o que sucedeu por volta de 606 A.C.

IGIGI

Um termo coletivo, na religião babilônica, para indicar os deuses do céu, que se teriam incorporado nas estrelas. Esse termo era usado para indicar os deuses acima do horizonte. Aquelas divindades incorporadas nas estrelas, quando desciam abaixo do horizonte, eram chamadas *anunaqui*.

IGNORÂNCIA

A raiz dessa palavra é latina, **in** «não» e **gno** (de gnoscere), «conhecer». Há muitas formas e níveis de ignorância. Consiste em ser alguém privado de conhecimento, e não ter consciência de alguma coisa; de estar mal informado; de estar auto-iludido, de tal maneira que fica bloqueado o verdadeiro conhecimento; e, finalmente, de não ter aprendido, de não possuir habilitações. Um homem, por mais erudito que seja, ainda assim é ignorante quanto a muitas coisas. Dentro do campo espiritual, conhecemos pouquíssimo; e muitas das coisas que pensamos que sabemos, são distorcidas por falsos dogmas e por atitudes hostis.

De acordo com as leis de muitos países, a ignorância não isenta o indivíduo de suas responsabilidades, embora possa atenuar os castigos aplicados. Na ética, Sócrates ensinava que o principal problema do homem é a ignorância, visto que se o homem realmente sabe o que é melhor, então o põe em prática. Como é óbvio, essa posição é exageradamente otimista; mas a ignorância nada vale, e sempre se mostra um entrave. Assim, o conhecimento é uma virtude, e a ignorância é um vício. A ignorância pode ser voluntária ou involuntária. Quando nos recusamos a mudar de rumo, crescer e aprender, então nos tornamos voluntariamente ignorantes. Alguns chegam a pensar que a ignorância voluntária é uma virtude, como se fosse desejável ser ignorante, vivendo sobre a base de uma fé cega. Contudo, as circunstâncias e as limitações naturais forçam a ignorância sobre todas as pessoas, nos mais variegados graus.

Na teologia, a ignorância involuntária e inevitável desculpa a culpa, quando então é chamada de «ignorância invencível». Porém, quando a ignorância é voluntária e, por conseguinte, vencível, então passa a ser pecaminosa. Assim, no primeiro capítulo de Romanos, é ensinado que os pagãos têm responsabilidade. Apesar de estarem na incredulidade, devido à sua ignorância, Deus não deixa as coisas nesse pé, pois, através da mensagem cristã, finalmente remove essa ignorância. Isso, parcialmente, através da missão de Cristo no hades, o que aponta para uma oportunidade universal, embora nem sempre aceita. Ver o artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*.

A Teologia e a Ignorância:

1. Os pecados cometidos por ignorância são menos graves que aqueles praticados voluntariamente, e podiam ser expiados por meio de holocaustos (Lev. 4:4; Núm. 15:22-29). Paulo recebeu misericórdia, porquanto perseguiu à Igreja por motivo de ignorância (Atos 12:30; Luc. 23:34).

2. Contudo, algumas vezes a ignorância é autoperpetuada. Pode ser vinculada à dureza do coração do indivíduo (Efé. 4:18), e pode ser deliberada (II Ped. 3:5; Rom. 1:18 *ss*).

3. *A ignorância sobre Cristo* é evidenciada por muitas coisas, como segue:

a. A falta de amor (I João 4:8).
b. A vida no pecado (Tito 1:16).
c. O não guardar os mandamentos de Cristo (I João 2:4).
d. O não tirar proveito da mensagem do evangelho (Atos 17:30).

4. *Resultados da Ignorância Espiritual*:

a. O erro (Mat. 22:29); b. a idolatria (Isa. 44:19); c. a alienação de Deus (Efé. 4:18); d. incorre em punição (Sal. 79:6; II Tes. 1:8).

5. A ignorância voluntária envolve o desprazer de Deus (Rom. 1:18 *ss*). Ver o artigo intitulado *Pecado Voluntário*.

6. *Exemplos Bíblicos*: Faraó (Êxo. 5:2); os israelitas (Sal. 95:10; Isa. 1:3); os falsos profetas (Isa. 56:10); certos líderes judeus (Luc. 23:34); Nicodemos (João 3:10); os gentios (Gál. 4:8); Paulo, ainda em sua incredulidade (I Tim. 1:13).

7. *O Remédio para a Ignorância Espiritual*. Esse remédio reside na múltipla missão de Cristo: à terra (João 3:16 *ss*); ao hades (I Ped. 3:18—4:6) e nos lugares celestiais (I João 2:1). O mistério da vontade de Deus promete-nos pôr fim à ignorância, acompanhada pela *restauração* geral (ver Efé. 1:9,10). Ver o artigo geral sobre esse assunto.

IGNORÂNCIA INVENCÍVEL

De acordo com a teologia católica romana, além de outras, existe o conceito segundo o qual algumas pessoas teriam uma invencível ignorância a respeito de Cristo e seu evangelho. Isso significa que tais indivíduos não são responsáveis pela sua ignorância,

visto que não ouviram, da maneira correta, as reivindicações de Cristo e suas exigências aos homens.

A expressão **«ignorância invencível»** é contrastada com uma outra, «ignorância voluntária», a qual já significa uma ignorância proposital, pois os indivíduos envolvidos não querem mesmo conhecer a verdade. O trecho de Atos 17:30 tem sido usado como texto de prova bíblica dessa idéia. Romanos 3:25 fala a respeito da *tolerância* de Deus acerca daqueles que viveram antes da crucificação de Jesus, a despeito do fato de que, no primeiro capítulo de Romanos, Paulo assevera a justiça de Deus, ao condenar os pagãos ignorantes. É que no terceiro capítulo dessa epístola, Paulo mostra-nos que Deus não executa uma justiça nua (embora isso seja seu direito), mas antes, condiciona seus atos pelo amor e pela compaixão. O relato bíblico da descida de Cristo ao hades, para pregar o evangelho aos perdidos que ali se encontravam (I Ped. 3:18—4:6), justifica o conceito da ignorância invencível. A fim de contrabalançar pela falta de oportunidade, a oportunidade de salvação, oferecida pelo evangelho, não cessaria por ocasião da morte biológica do indivíduo. A Igreja oriental sempre ensinou isso. Assim, o mundo intermediário, entre a morte do indivíduo, e antes da *parousia* (segunda vinda de Cristo), é ali encarado como um tempo possível de preparo para a salvação, sempre com base nas condições inarredáveis do arrependimento e da fé em Cristo. Sem dúvida, ali há juízos intermediários e preliminares, todos com propósitos remediais, mas nenhum juízo final, que impeça toda e qualquer oportunidade de salvação. Segundo alguns teólogos, a segunda vinda de Cristo porá ponto final à oportunidade de salvação. Acredito que não podemos marcar uma data para o fim da oportunidade, e se existir tal data, isto está dentro dos mistérios de Deus que, atualmente, não temos meios para conhecer. Devemos nos lembrar também que além da salvação dos redimidos, existirá uma *restauração* dos não-redimidos. Isto também será uma obra magnífica do *Logos*. Ver o artigo sobre *Restauração* para detalhes completos sobre este conceito.

IGNORATIO ELENCHI

Expressão latina que significa «raciocinar com base na ignorância». Indica raciocinar com base em premissas irrelevantes, ou em premissas que, realmente, não resultam nas conclusões atingidas. As falácias de relevância são aquelas que se originam de tal atividade. Ver o artigo sobre a *Falácia*, especialmente em seu oitavo ponto.

IGREJA (NO NOVO TESTAMENTO)

Ver o artigo separado sobre *Igreja, Pano de Fundo no Antigo Testamento*. Ver também os artigos sobre *Cristianismo; Cristologia; Novo Testamento e Igreja Apostólica*.

Esboço:

1. Sentido e Usos da Palavra Igreja
2. Conceitos da Igreja Dentro do Cristianismo Histórico
3. A Igreja Primitiva
4. A Natureza da Igreja
5. O Ministério da Igreja
6. O Destino da Igreja
7. Sumário de Características Principais

Efésios 3:10: *para que agora a multiforme sabedoria de Deus seja manifestada, por meio da igreja, aos principados e potestades nas regiões celestes,*

1. Sentido e usos da palavra igreja

a. O vocábulo grego **ekklesia** significa, basicamente, «os chamados para fora», dando a entender um grupo distinto, selecionado e tirado para fora de algo. É verdade que essa palavra nem sempre se refere a um grupo religioso, pois no grego clássico era empregada para indicar «assembléia», «reunião convocada pelo arauto», «assembléia legislativa». Em Atenas, essas assembléias governantes eram eleitas pelos seus concidadãos por determinado período de tempo. Portanto, a «assembléia» pode ser legislativa, política, social ou religiosa. (Ver Josefo, *Antiq.* 12.164; 19.332 e Atos 19:39).

b. Tal palavra pode significar apenas «reunião», «ajuntamento» (ver I Macabeus 3.13; Atos 19:32,40).

c. Referia-se à congregação judaica, especialmente quando reunida com finalidades religiosas, para observância dos ritos religiosos, (ver Deut. 31:30; Juí. 20:2; Josefo, *Antiq.* 4.309 e Atos 7:38).

d. É usada para indicar a igreja cristã, um culto cristão, mas nunca o mero edifício das reuniões ou templo, (ver I Cor. 11:18; 14:4,9,28,35).

e. A «congregação» considerada como a totalidade dos crentes que vivem em um determinado lugar, uma igreja local, que nos primeiros tempos se reunia em moradias comuns, (ver Mat. 18:17; Atos 5:11; I Cor. 4:17; 16:19; Rom. 16:5).

f. A igreja universal, mística, composta de todos os crentes de todos os tempos e de todos os lugares, os quais aceitam Cristo como cabeça. Essa igreja é considerada como um organismo espiritual que tem Cristo por centro; e a união mística da igreja com Cristo se dá através do seu Espírito, e não devido a alguma organização. Portanto, transcende a denominações evangélicas, que defendem determinadas crenças ou governos eclesiásticos, (ver Mat. 16:18; Atos 9:31; I Cor. 6:4; Efé. 1:22; 3:10,21; 5:23 e *ss*, 5:27,29,32; Col. 1:18,24; Fil. 3:6; I Tim. 5:16). Quando está em foco a «igreja universal», são utilizadas expressões como «a igreja de Deus» ou «a igreja de Cristo», ver I Cor. 1:2; 10:32; 11:16,22; 15:9; II Cor. 1:1; Gál. 1:13 quanto à expressão «igreja de Deus»; e Rom. 16:16 e I Tes. 1:1 quanto à expressão «igreja de Cristo». Outros nomes empregados são «igreja dos santos» (ver I Cor. 14:33); «igreja dos primogênitos» (ver Heb. 12:23); e «igreja primeira e espiritual» (ver II Clemente 14:1). O vocábulo grego figura nas páginas do N.T. por cento e quinze vezes.

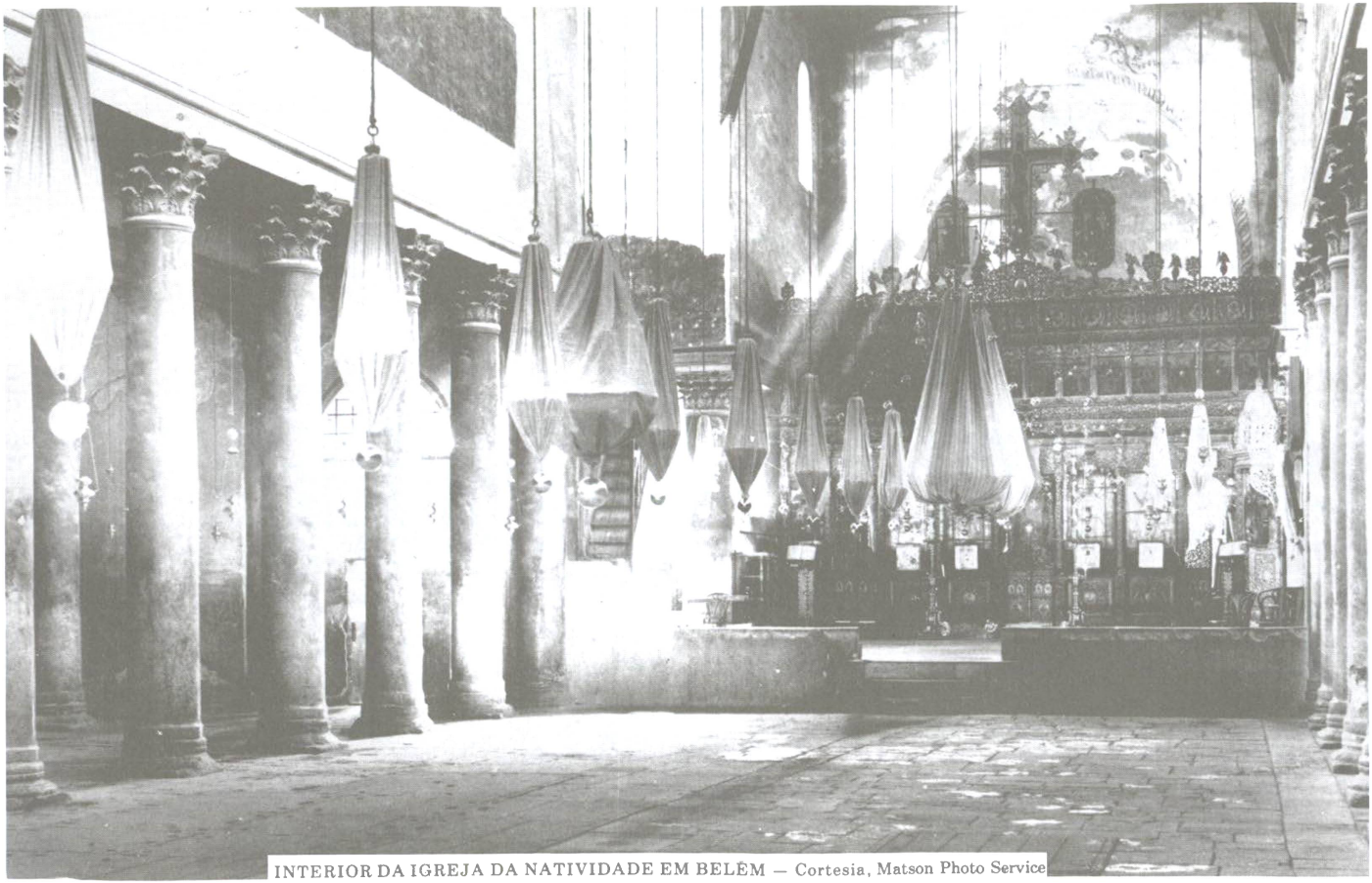
2. Conceitos da igreja dentro do cristianismo histórico

A idéia da igreja, dentro do cristianismo histórico, tem sido modificada por considerações que envolvem essencialmente três fatores: a. a natureza e a função da comunidade religiosa; b. a natureza e a função da igreja como instituição; e c. a relação entre a instituição e a comunidade geral:

a. A *natureza e a função da comunidade religiosa*. Na igreja mais primitiva, após a ressurreição de Jesus Cristo, a igreja era reputada como, antes de tudo, um povo escolhido de Deus, uma entidade que viera substituir a posição da apóstata nação de Israel, que havia rejeitado o Messias. Nos territórios judaicos, entretanto, não havia clara linha de demarcação entre a igreja cristã e a sinagoga judaica; por isso mesmo, os primitivos cristãos continuaram a adorar no templo de Jerusalém e a observar os seus ritos, até à destruição de Jerusalém, que ocorreu no ano 70 D.C. Foi esse evento que produziu clara separação entre a



IGREJA DA NATIVIDADE, A MAIS ANTIGA IGREJA DA CRISTANDADE — Cortesia, Matson Photo Service



INTERIOR DA IGREJA DA NATIVIDADE EM BELÉM — Cortesia, Matson Photo Service

igreja e a instituição religiosa judaica, naqueles territórios, embora tal distinção desde há algum tempo viesse sendo observada nos territórios por onde se espalhara a missão evangelizadora entre os gentios. (Quanto ao caráter judaico da igreja primitiva, ver as notas expositivas sobre Atos 2:46 e 3:1 no NTI). Ninguém se tornava membro da comunidade cristã como algo formal, através da aceitação de um credo ou mediante admissão formal e, sim, através da livre associação com outros crentes, que também se tinham tornado discípulos de Cristo mediante conversão e profissão cristã. A igreja cristã primitiva gradualmente percebeu sua significação universal e até mesmo cósmica, ultrapassando o provincialismo que caracterizava o judaísmo. O conceito da igreja como entidade formada por um povo universal, vinculado mediante a união mística com Cristo, tornou-se especialmente forte pouco mais adiante, no seio de algumas seitas medievais, em algumas ordens monásticas, bem como no período da Reforma Protestante e, mais tarde, entre os anabatistas. Essa foi uma importante ênfase dada pelo maioria dos movimentos reformadores, a começar por Wycliff.

b. *A natureza e a função da igreja como instituição.* O reconhecimento da autoridade dos apóstolos e ministros da Palavra, desde o princípio, deu à igreja uma espécie de caráter institucional frouxo (ver Mat. 16:18 e *ss*). Após a destruição de Jerusalém, a comunidade religiosa cristã procurou substituir a «autoridade» que antes estivera investida no templo e no sumo sacerdote judaicos, além das Escrituras do A.T. Os «apóstolos» gradualmente assumiram essa posição, posto que de maneira mais relaxada; e então se desenvolveu gradualmente o «cânon» do N.T., a seleção de escritos de primitivos cristãos bem conhecidos. Não foi senão já durante a cristianização do império romano, quando do surgimento de um clero formal e oficial, bem como quando do desenvolvimento da importância exagerada conferida a ritos e cerimônias, que a igreja se tornou uma autêntica instituição. Cipriano (258 D.C.) sistematizou esses conceitos e práticas em desenvolvimento. Para ele, a igreja era essencialmente uma instituição salvadora, centralizada em torno da autoridade dos bispos ou pastores, a quem considerava «sucessores» dos apóstolos e «despenseiros de Deus».

Já na Igreja Católica Romana da era medieval, a palavra «igreja» passou a significar, essencialmente, a instituição hierárquica que serve de mediadora da graça e das bênçãos divinas, através dos «sacramentos». A grande fortaleza dessa instituição encontrou seu lugar no desenvolvimento do papado. A Reforma Protestante na realidade não rejeitou esse conceito da igreja, mas meramente desafiou a sua organização sacerdotal, conferindo aos crentes comuns muitas das funções daquela, tendo rejeitado totalmente a autoridade do papa, que os romanistas consideravam suprema. A Reforma Protestante, pois, reenfatizou a função da igreja, que consiste na prédica do evangelho, tendo dado um papel subordinado aos sacramentos, sobretudo no seio das igrejas que ficaram sob a influência de Calvino. Mais tarde, nas áreas protestantes, a igreja passou a ser reputada como «escola para ensinar a correta doutrina», o que obscureceu a missão evangelística, tendo sido a igreja transformada em uma escola. Porém, quando do reavivamento do evangelismo nos séculos XVIII e XIX, o que continuou com maior intensidade no nosso século XX, a ênfase original da Reforma Protestante foi ainda mais fortemente confirmada.

c. *A relação entre a instituição da igreja e a comunidade geral.* A ênfase original nesse sentido, primitivamente, era «No mundo, mas não parte dele». Porém, quando do desenvolvimento eclesiástico da igreja, vários outros pontos de vista foram surgindo. Agostinho subordinava o estado à igreja, fazendo desta mestra do estado, não apenas nas questões religiosas, mas até nas questões políticas. Assim teve início o conflito entre igreja e estado, como uma «doutrina oficial», embora Constantino já tivesse lançado o alicerce para tanto, tornando o cristianismo a religião oficial do império romano.

A Reforma Protestante a princípio rejeitou a idéia da união entre o estado e a igreja, principalmente como meio de escapar à punição das autoridades civis por motivo de crenças religiosas. Calvino foi exceção a essa regra, pois mantinha ele, na forma mais rígida, a combinação dessas duas instituições. A liberalização moderna da doutrina e da prática moral tem tendido por destruir a natureza distintiva da igreja, negando virtualmente que a igreja seja uma comunidade de indivíduos regenerados, transformando-a em apenas mais um lugar onde os homens vão ouvir dissertações morais ou religiosas, mas que não prega e nem busca a conversão moral e espiritual, com a conseqüente salvação da alma. A ênfase dada a «questões sociais», também tem tendido por destruir o caráter original da igreja, como lugar onde os homens pensam acerca do destino de suas almas eternas. Por outro lado, algumas denominações e igrejas locais não possuem qualquer senso de obrigação social e, por causa disso, se têm tornado obsoletas em um mundo que muito necessita de boa influência espiritual. Pois se raciocina, e corretamente, que se uma igreja não tem aplicação social, e nem enfrenta grandes questões sociais, dificilmente pode ter qualquer resposta verdadeira para o homem contemporâneo. A igreja precisa encontrar o meio-termo entre o interesse individual e o interesse social. O fato de que indivíduos estão sendo conduzidos a Cristo não soluciona todos os problemas sociais; e o N.T. não pretende tanto, embora os remidos sejam pessoas melhor equipadas para encontrar soluções sociais do que aquelas ainda dominadas por motivações egoístas. Por exemplo, entre indivíduos verdadeiramente convertidos, — em qualquer raça, não deveria haver quaisquer problemas de ordem racial, mas, bem pelo contrário, o senso de boa vontade e de profundo interesse pelos outros. Dessa maneira, esse problema social particular, tão agudo em nossa época, poderia encontrar no seio da igreja cristã pelo menos uma *disposição* acertada. Com base nessa atitude tais problemas pudessem encontrar uma solução prática.

3. A igreja primitiva

Em sentido literal, Jesus não foi o fundador da igreja, embora sua doutrina e caráter distintivo tenha produzido tal fundação pelas mãos dos apóstolos. Embora já houvesse certa organização incipiente entre o pequeno grupo de discípulos, a doação do Espírito Santo, no dia de Pentecoste, marcou o verdadeiro começo da igreja cristã, ainda que, mesmo naquela oportunidade, nenhuma divisão clara tenha havido entre os crentes primitivos e a instituição da sinagoga judaica. A fundação da igreja, e seu desenvolvimento em uma entidade distintiva, foram graduais, não tendo sido assinaladas por qualquer grande acontecimento. Fez parte do processo histórico. Esse processo, todavia, foi quase imediato nos territórios atingidos pela missão evangelizadora entre os gentios, em contraste com o que sucedeu na igreja que ficou em territórios judaicos. E gradualmente foi emergindo o conceito da nova Israel. A

igreja primitiva, a despeito de possuir elementos similares àqueles de épocas posteriores, possuía diversas características distintivas, a saber:

a. Sua atitude era de ardor e confiança intensos, e isso inspirado pela «proximidade» da vida terrena de Jesus e sua ressurreição recente. A isso os cristãos primitivos vinculavam a idéia de um retorno imediato de Cristo; alguns termos terrenos e políticos. Não obstante, o «reino de Deus» haveria de tornar-se uma realidade para eles, dentro de pouco tempo, (ver I Cor. 15:51 quanto a essa intensa expectação sobre o segundo advento de Cristo, com suas circunstâncias acompanhantes).

b. Além disso, houve o dom do Espírito Santo. (Ver Atos 2:4). Que um grande número de crentes primitivos exercia um ou mais dos dons do Espírito fazia aquele corpo tornar-se uma entidade distintiva e poderosa.

c. A igreja cristã primitiva tinha profunda *consciência social*, pelo menos no que dizia respeito aos seus próprios membros, que chegava ao ponto de auxílios e esmolas; e essa característica foi tomada de empréstimo da parte dos judeus. Essa atitude intensa levou os crentes à experiência comunitária, segundo se lê em Atos 4:32 e *ss*, que parece ter fracassado e agravado ainda mais os problemas econômicos. Não obstante, essa atitude usualmente se faz ausente nas versões modernas da igreja. (Ver o artigo sobre *Esmolas*).

d. Os padrões de organização «oficial» e de doutrinas «oficiais», não se faziam presentes na igreja primitiva, embora tanto caracterizem a igreja moderna. A primeira epístola aos Coríntios mostra-nos que os crentes muito variavam em suas opiniões doutrinárias, embora nenhuma divisão ou denominação houvesse sido provocada por essa diversidade. Nenhum credo era reputado como pertencente a alguma comunidade cristã, e todos aqueles que consideravam Cristo como cabeça eram recebidos na comunhão. Na igreja de Jerusalém o legalismo se mostrava fortíssimo, e as idéias da salvação pelas obras, como a circuncisão, eram básicas, tendo sido tomadas por empréstimo do judaísmo. (Ver o décimo quinto capítulo do livro de Atos). Os apóstolos tiveram de exercer extrema paciência com os cristãos primitivos para que as revelações superiores do N.T. tivessem a chance de lançar raiz. Havia paciência e atenção pelos crentes, o que se faz notavelmente presente na igreja evangélica moderna, que se mostra sempre pronta a dividir-se em torno das questões insignificantes. — Modernamente se vê «aqueles que não nos seguem» e imediatamente condenam-nos, o que é atitude positivamente contrária àquela do Senhor Jesus. (Ver Mar. 9:38 e *ss*).

e. A igreja primitiva verdadeira, ainda frouxamente organizada, pode ser considerada como *instituição* que perdurou somente até os tempos da perseguição movida pelo rei Agripa (em 42 D.C.). Depois que os cristãos foram expulsos de Jerusalém, ao retornarem, formas governamentais mais fortes foram criadas, e Tiago se tornou uma espécie de bispo de Jerusalém. Os séculos que se seguiram serviram somente para sobrecarregar ainda mais a igreja de formas eclesiásticas externas, estranhas à sua natureza original.

4. A natureza da igreja

Grande parte da natureza espiritual da igreja pode ser percebida através dos seus *títulos*, a saber:

a. A igreja é uma «assembléia de convocados para fora», uma raça nova e selecionada.

b. Ela é o «novo homem» (ver Efé. 2:15).

c. Ela é o «corpo de Cristo» (ver Efé. 1:22).

d. Ela é o templo do Espírito (ver Efé. 2:21,22).

e. Ela se compõe dos eleitos (ver Efé. 1:4), destinados a receber bênçãos celestiais eternas.

f. Ela é a plenitude de Cristo (ver Efé. 1:23), participante de sua própria natureza (ver II Cor. 3:18 e Rom. 8:29), bem como de sua herança e glorificação (ver Rom. 8:17,30).

g. Ela é «de Deus e em Jesus Cristo», o que mostra a íntima relação que a igreja mantém para com ambos, o que significa que ela faz parte da família de Deus (ver I Tes. 2:14 e Efé. 2:19).

h. Ela é, portanto, um feito sobrenatural de Deus, e não apenas uma organização religiosa.

i. Ela é uma noiva celestial que aguarda o noivo celeste (ver Mar. 2:19,20; II Cor. 11:2; Rom. 7:1-6; Efé. 5:26,27 e Apo. 19 — 21).

j. Ela se compõe do conjunto dos remidos que haverão de participar da perfeita santidade de Deus (ver Mat. 5:48), bem como da literal natureza metafísica de Cristo, o Filho de Deus (ver Rom. 8:29), os quais, no momento, estão em processo de transformação com esse propósito (ver II Cor. 3:18).

k. A igreja tem um aspecto local, mas também tem um aspecto universal; pois todos os seres humanos que consideram Cristo como Cabeça, tendo tido um encontro com o Espírito Santo regenerador, são seus membros, sem importar suas associações eclesiásticas e comunitárias. Ver no NTI as notas expositivas sobre os usos da palavra grega «*ekklesia*», o que mostra que a igreja é tanto um corpo local de crentes como também envolve todos os indivíduos levados à união mística com Cristo, através da atuação do Espírito de Deus, sem importar suas conexões terrenas que porventura tenham. Quanto a outras notas acerca da «natureza da igreja», ver Efé. 3:3, sob o título «o mistério da igreja».

5. O ministério da igreja

Esse ministério é ao mesmo tempo interno e externo, cobrindo os campos da auto-edificação e da evangelização daqueles que ainda não vieram a Cristo. Os dons do Espírito Santo (ver I Cor. 12 — 14) têm por finalidade precípua a edificação da igreja; mas os «evangelistas», dados à igreja como dotes, são especialmente preparados pelo Espírito para aumentar o número dos crentes. (Ver Efé. 4:13).

O ministério da igreja é, essencialmente, a continuação do mistério do próprio Cristo Jesus, e isso segundo a inspiração dada por seu alter ego, o Espírito Santo. O Senhor Jesus foi por toda a parte, «fazendo o bem», pois ele sempre se mostrou humanitário, amoroso e gentil. Cristo foi o mestre supremo e o supremo evangelista, como também foi o supremo pastor e o supremo inquiridor pela verdade e por Deus, além de ser o supremo achador de ovelhas perdidas. Cristo nomeou os «subpastores», para que o imitassem. Estes têm o privilégio de fazer suas obras, e maiores ainda, contanto que tenham a fé para tanto (ver João 14:12). Aos subpastores cabe pregar a Cristo como Senhor, e a eles mesmos como servos dos outros, por amor a Cristo (ver II Cor. 4:5). Esse ministério tem um aspecto social e outro individual, tal como se deu no caso do ministério de Cristo; mas a igreja jamais deve olvidar-se da responsabilidade de buscar o eterno bem-estar da alma humana individual. A igreja, em sua unidade composta de judeus e gentios, serve de divina ilustração sobre como Deus haverá de unir finalmente todas as coisas em Jesus Cristo, dentro de uma grandiosa restauração, que é o tema do «mistério da vontade de Deus», tal como se vê em Efé. 1:10. Assim pois, até mesmo ante os mais elevados

poderes angelicais, a igreja é o teatro de Deus onde ele demonstra como está operando no cosmos; pelo que, de forma indireta, o ministério da igreja envolve até mesmo os poderes super-humanos. Bastaria isso para mostrar-nos a magnitude e a importância do ministério da igreja.

6. O destino da igreja

As idéias essenciais sobre o «destino» da igreja, que em muito ultrapassam as questões de ser alguém perdoado de seus pecados e de ser um dia transferido para os *céus* (por maiores que sejam essas realidades), estão contidas nas notas de sumário no NTI sobre as questões da «vida eterna» (ver João 3:15), da «participação no tipo da vida de Deus — sua vida necessária e independente» (ver João 5:25,26 e 6:57), da «salvação» (Heb. 2:3), da «transformação segundo a imagem de Cristo» (Rom. 8:29), da «participação na santidade do próprio Deus Pai» (ver Rom. 3:21 e Mat. 5:48), da «participação na divindade» (ver II Ped. 1:4), de serem os remidos, coletivamente, a «plenitude de Cristo, que é tudo para todos» (ver Efé. 1:23).

A igreja e todos os seus membros, na qualidade dos «eleitos» (ver Efé. 1:4) de Deus, estão destinados a se elevarem muito mais alto que os próprios anjos, a ponto de virem a participar, no sentido mais literal, da própria natureza de Jesus Cristo, de sua elevadíssima natureza metafísica, tornando-se seres idênticos a ele, participantes de sua divindade, que ele possui na posição de Deus-homem. E tais seres participarão das perfeições da natureza de Deus Pai, sendo santos como ele é santo, porquanto receberão as suas perfeições, as suas qualidades morais positivas, por intermédio do Espírito Santo (ver Gál. 5:22,23). Dessa forma, serão os maiores instrumentos nas obras eternas de Deus, em que cada qual desfrutará de um desenvolvimento todo seu, sem igual, passando a ser um instrumento ímpar nas mãos de Deus, sempre funcionando como um membro da família divina. (Ver Apo. 2:17 acerca desse caráter «sem-par» de cada crente. O trecho de Efé. 2:18,19 fala sobre Deus como o Pai deles, e eles como seus filhos. Efé. 2:10 refere-se ao fato de que serão eles instrumentos de ação, agora e para sempre, superiores a qualquer outro ser, por mais exaltado que seja).

Nisso consiste o evangelho paulino, em seus pontos essenciais. Pois os remidos haverão de participar do próprio «tipo de vida» que Deus possui, de sua verdadeira imortalidade, a vida que não pode deixar de existir, a mais elevada forma de vida, a vida necessária e independente. (Ver as notas expositivas sobre João 5:25,26 e 6:57 no NTI). Há muitas formas de vida, a começar pelos animais unicelulares, e daí se elevando para animais mais complexos até chegar ao homem, que possui vida espiritual; desse ponto, subindo-se na escala, chega-se aos anjos; e então se chega ao pináculo mesmo de toda a existência, o próprio Deus, a fonte originária de toda outra forma de vida. Os trechos citados mostram-nos que os remidos, quando já estiverem com seus corpos ressurrectos, que será seu veículo espiritual vinculado à alma, haverão de compartilhar desse «tipo» de vida, não desfrutando tão-somente da existência sem fim. Pois a verdadeira vida eterna é uma «modalidade» de vida, e não meramente existência interminável.

7. Sumário de características principais

a. É a comunidade dos chamados para fora, composta daqueles que crêem e estão sendo transformados segundo a imagem de Cristo (ver Rom. 8:29).

b. São os filhos de Deus, que estão assumindo a natureza do Filho (ver Col. 2:10).

c. Neste caso, é uma assembléia local que dá testemunho perante os perdidos, servindo de centro de edificação para os convertidos (ver Mat. 28:19,20).

d. A igreja pertence a Deus (ver I Tim. 3:15).

e. Ela é o corpo de Cristo (ver Efé. 1:23).

f. Cristo é o cabeça da igreja (ver Efé. 1:22), e também é seu alicerce (ver I Cor. 3:11).

g. Foi comprada pelo sangue de Cristo (ver Heb. 9:12).

h. É o lugar onde Deus exibe a sua sabedoria (ver Efé. 3:10).

i. É o lugar onde o louvor a Deus é magnificado (ver Isa. 60:6).

j. Ela se compõe dos eleitos (ver Efé. 1:4), é gloriosa (ver Efé. 5:27), está revestida de justiça (ver Apo. 19:8).

k. Ela é um corpo espiritualmente batizado (ver I Cor. 12:13).

l. Ela é o templo de Deus (ver Efé. 2:20).

m. A igreja é o teatro de Deus. A vontade de Deus é unir todas as coisas em redor de Cristo, harmoniosamente, e a igreja já mostra para os homens como Deus atua neste propósito. Na igreja, ele une todos os homens, de todas as religiões, raças e culturas. Efé. 1:23 ensina-nos que Deus se utilizará da igreja como um de seus principais instrumentos para realizar tal plano.

n. Na eternidade futura, a igreja estará envolvida no trabalho da grande restauração universal, de todas as coisas, como o corpo que faz a vontade da Cabeça (Cristo, o *Logos*). Este trabalho durará através de muitos ciclos da eternidade e resultará na Unidade de todas as coisas no Logos. Ver Efé. 1:10,23. Ver o artigo sobre a *Restauração*.

o. Nos membros da igreja, isto é, nos filhos de Deus, o Pai reproduz sua própria natureza divina. Esta reprodução é verdadeira, não-simbólica ou meramente moral, mas é finita. Mesmo assim, sempre estará em evolução, sempre aumentando. Sendo que existe uma infinidade com a qual a alma deve ser enchida, deve existir também um enchimento infinito, com o resultado de que o finito sempre se aproxima o infinito, mas nunca o alcança absolutamente. A glorificação (vide) será um processo infinito, não uma realização estagnada da *Parousia* (vide). Ver II Ped. 1:4: Col. 2:10 e II Cor. 3:18. (B C E ID MAR NTI STI W Z)

IGREJA, ADORAÇÃO DA Ver sobre **Adoração.**

IGREJA ANGLICANA

Ver sobre **Comunhão Anglicana e Episcopalismo.**

IGREJA, ÉTICA DA

Ver sobre o **Cristianismo**, ponto 5, E.

IGREJA, HISTÓRIA DA

Ver o artigo sobre o **Cristianismo**, ponto terceiro, Principais Períodos Históricos, e ponto quarto, Principais Divisões Históricas.

IGREJA, INTERPRETAÇÕES E DEFINIÇÕES DA

1. Definições do Novo Testamento e Comuns

a. Um corpo de crentes do evangelho de Cristo, formando uma congregação que crê no senhorio de Cristo. b. Uma congregação local formada por tais crentes. c. O corpo universal e místico, composto de todos os crentes, considerados como uma entidade espiritual, incluindo as almas já nas dimensões

espirituais bem como os crentes que ainda estão neste mundo. d. O grupo inteiro dos crentes, de todas as denominações, coletivamente chamados de a Igreja; a atual representação terrena da Igreja. e. Um templo cristão, ou o lugar onde os crentes reúnem-se para cultuar. f. Uma denominação específica, como a Igreja Episcopal. g. A profissão clerical. h. Qualquer organização que esteja relacionada ou realize a obra de um corpo religioso, tal como um grupo missionário pode ser intitulado, frouxamente, de igreja, embora represente uma igreja local ou uma denominação, não sendo, em si mesmo, uma igreja organizada. i. Os cultos religiosos, como na expressão «Fui à igreja», isto é, para ocupar-me da adoração da igreja. Ver o artigo geral sobre *Igreja, Novo Testamento*.

2. Várias Definições de Teólogos e Filósofos

a. *John Huss* (que vide) definia a Igreja como «o corpo dos predestinados».

b. *Sebastian Frank* (que vide) falava em termos da Igreja *universal* à qual ele se mostrava leal, em vez de qualquer igreja ou denominação específica.

c. *Richard Hooker* (que vide) encarava a Igreja e o estado como aspectos de um mesmo governo, com o estado dotado de autoridade sobre a Igreja.

d. *Pufendorf* (que vide) ensinava que ao estado pertence a suprema *jurisdição* sobre as questões religiosas, pelo que não haveria qualquer distinção entre Igreja e estado, no tocante ao poder exercido neste mundo. O poder eclesiástico residiria na Igreja.

e. *Gioberti* (que vide) falava sobre a Igreja como a consumação do *ideal* da perfeição, e, portanto, essencial para o bem-estar do homem na terra.

f. *Os céticos*. Esses opinam que a Igreja consiste naqueles grupos de pessoas religiosas que laboram sob a ilusão de que um deus ou deuses comunicou-lhes algo, aderindo rigidamente a certos ensinos religiosos. É impossível provar se essa opinião está certa ou errada; mas as evidências em prol da validade de tal opinião são reputadas por muitos como dúbias.

g. *Os agnósticos*. Para eles, a Igreja consistiria em grupos ou indivíduos que aceitam a validade da revelação divina e sua importância para a vida humana. Há evidências tanto em favor como contra essa opinião, e somente o tempo poderá dizer qual posição está certa, e com qual grau de verdade.

h. *Os ateus*. Para eles, a Igreja seria composta por indivíduos ou grupos que defendem a posição teísta, supondo os tais que há um deus ou deuses, que comunicariam os seus desejos e demandas. Porém, as evidências relativas a isso são negativas. Portanto, uma igreja seria, essencialmente, um grupo de auto-iludidos, ensinando certas idéias como verdades, usualmente através de textos de prova extraídos de livros santos, mas sem qualquer base nos fatos, por serem apenas produtos da imaginação.

i. *Os comunistas*. Entre eles mantém-se a posição ateísta. Mas eles também acrescentam que a Igreja, como uma organização, sempre se alia aos poderes políticos opressores, a fim de manter o povo escravizado. Geralmente essa opressão ocorre por causa de interesses econômicos ou por motivo de cobiça.

j. *Uma definição universal*. Todas as pessoas religiosas, de qualquer convicção, cristã ou não-cristã, que buscam a Deus sob vários nomes e crenças, mas que têm alguma porção da verdade, e cuja busca é válida em graus variados, poderiam ser chamados de *a Igreja*. Dentro dessa definição, algum grupo particular, como os cristãos ou os budistas, etc., pode ser considerado como mais próximo da verdade, como possuidor de maior verdade, embora os demais grupos, nem por isso, sejam desprezados. Comumente, essa idéia tem por paralelo a noção que a unidade final será o resultado das diversas formas de busca, visto que o mesmo Deus está sendo buscado. Os pensadores cristãos que tomam essa posição asseveram que o *Logos* (ver sobre *o Verbo*) é o poder que atua por detrás das várias fés religiosas, e que ele implanta as suas *sementes* por toda a parte. Entretanto, essa posição não ignora as operações do mal. Ela reconhece a presença de forças malignas no mundo, que podem usar uma máscara de espiritualidade. Porém, apesar de tais aberrações, há fé na bondade geral das pessoas e dos grupos religiosos, bem como na unidade essencial, embora oculta e não-reconhecida, entre essas pessoas e grupos.

IGREJA, PACTO DA (Declarações Doutrinárias)

Muitas escolas denominacionais e igrejas locais requerem de seus membros a aderência a certas doutrinas e práticas, o que se torna em uma espécie de pacto que governa aquela organização. Nos grupos evangélicos mais conservadores, a declaração doutrinária, que faz parte importante do tal pacto, é considerada uma questão importantíssima. Líderes e ministros que tenham opiniões contrárias, sobre qualquer questão considerada importante, segundo espera-se deles, devem resignar. A coisa chegou a um ponto em que algumas igrejas, escolas e denominações requerem que sejam assinadas, anualmente, declarações de fé por parte dos líderes. Em outras organizações, mais liberais, tais declarações de fé são consideradas meros ideais, e não normas absolutas. A base desses pactos é a noção de que tais declarações e práticas são consideradas divinas, porquanto refletem ensinamentos bíblicos, a autoridade final dos grupos evangélicos conservadores.

Os pactos atuam como unificadores e excluentes, em prol da suposta correção e pureza do grupo em questão. Diversas críticas, entretanto, são feitas contra esses pactos, a saber: 1. Inevitavelmente, pelo menos em parte esses pactos interpretam as Escrituras, embora tais interpretações não reflitam, necessariamente, a verdade bíblica. 2. Esses pactos transformam-se em instrumentos de exclusão e perseguição, coisas essas piores, eticamente falando, do que os erros que pretendem combater. 3. Porventura, nesses pactos, já foi incluída a lei do amor, o mais importante dos princípios éticos, e a prova da espiritualidade do crente (I João 4:6 *ss*)?

IGREJA, PAI DA

Ver o artigo sobre a **Patrística**.

IGREJA, Pano de Fundo no Antigo Testamento

Palavras hebraicas. Na Septuaginta, o termo grego *ecclesia* foi usado para traduzir duas palavras hebraicas: *edhah* e *gahal*. A primeira delas é freqüentemente traduzida por *congregação*, nas versões modernas; e a segunda, *assembléia*. *Edhah* vem de uma raiz que significa «nomear», pelo que indica algum grupo ou companhia que se reuniu em virtude de algum arranjo de nomeação. No sentido religioso estrito, foi Yahweh quem convocou, e foi Israel quem se reuniu. Por sua vez, *gahal* vem de uma raiz cujo sentido básico é «chamar». Essa palavra tinha um uso muito geral, pelo que praticamente toda forma de chamamento podia ser expressa por ela. O livro de Deuteronômio usa essa palavra para referir-se àqueles que foram chamados, tendo-se reunido a fim

de ouvir a lei, no monte Horebe. Em I Reis 8:14 *ss.* vemos a mesma palavra ser usada em relação à convocação do povo, que se reuniu por ocasião da dedicação do templo de Jerusalém.

Ecclesia na Septuaginta. Os tradutores do Pentateuco traduziram *ecclesia* para indicar tanto *edhah* quanto *gahal.* Porém, nas porções posteriores do Antigo Testamento, *edhah* foi consistentemente traduzida por *sinagoga*, enquanto que *gahal* foi ali traduzida por *igreja.* No caso de assembléias religiosas, a palavra padrão passou a ser sinagoga. É perfeitamente possível que os primeiros cristãos tenham escolhido propositalmente a palavra *ecclesia* como o nome da assembléia cristã, a fim de evitar a palavra judaica «sinagoga». Até hoje é disputado o quanto da sinagoga judaica foi incorporado na igreja cristã. Alguns eruditos opinam que ofícios eclesiásticos como diáconos e anciãos se derivam não tanto de certos ofícios judaicos, e, sim, de posições seculares; mas outros dizem precisamente o contrário. Seja como for, é óbvio que a doutrina e o espírito do judaísmo foram incorporados pela Igreja cristã, ainda que alguns ofícios eclesiásticos do cristianismo se tivessem derivado, pelo menos em parte, de instituições não-judaicas.

Quanto à natureza da congregação judaica, ver os artigos separados sobre o *Judaísmo*, sobre o *Antigo Testamento* e sobre as *Sinagogas.*

IGREJA ALTA

Essa expressão foi usada pela primeira vez nos tempos da rainha Ana, da Inglaterra. Referia-se àqueles que apoiavam a Igreja Anglicana, quanto às suas medidas e normas mais vigorosas. Mais tarde, porém, passou a significar aqueles que defendiam o aspecto mais sacramental do anglicanismo, ou seja, as idéias do anglo-catolicismo (vide).

A expressão «Igreja alta» é o oposto da expressão «Igreja baixa». — Esta última aponta para os membros de postura mais protestante e evangélica. E também deve ser contrastada com a expressão «Igreja lata», — a qual aponta para aqueles que, apesar de preferirem uma forma episcopal de governo eclesiástico, não pensam que isso fosse necessário para que alguém pertença à genuína Igreja de Cristo. Os eclesiásticos da Igreja lata também favorecem algumas normas e pontos de vista liberais. Os *episcopais reformados* aceitam as idéias da Igreja lata, quanto à forma de governo eclesiástico, mas não aceitam a doutrina da regeneração batismal, recebem membros vindos de outras denominações evangélicas, sem imporem exigências especiais e, de modo geral, são mais evangélicos que os demais grupos anglicanos. Ver também os artigos intitulados *Comunhão Anglicana* e *Episcopalismo.*

IGREJA APOSTÓLICA

Engloba a primitiva comunidade cristã, ou Igreja primitiva, em seus primeiros estágios na Palestina, quando os apóstolos viviam e exerciam autoridade. O momento exato do começo da Igreja é questão controvertida. Alguns afiançam que ela começou quando Jesus chamou Seus primeiros discípulos; outros, quando Jesus entregou a Pedro as chaves do reino; outros, quando os discípulos exerceram fé na realidade da ressurreição de Cristo; outros insistem que a descida do Espírito, no Pentecoste, deu início à Igreja. Essa última é a opinião da maioria dos intérpretes. Foi então que o cristianismo começou a emergir como uma fé separada, assumindo caráter todo-distintivo. Com Paulo e a inauguração da missão entre os gentios, a Igreja passou para uma nova e decisiva fase de sua existência, não demorando a tornar-se uma Igreja gentílica. A destruição do templo de Jerusalém e seu culto (70 D.C.) foi um evento decisivo para o cristianismo. Os cristãos fugiram de Jerusalém para Pella (Eusébio, *Hist. Ecl.* III,5,2), e assim escaparam da tragédia. Simbolicamente, isso foi como deixar a Igreja Mãe, e a Igreja Filha não mais voltou ao lar original. Antes do fim do primeiro século, já prevaleciam na Igreja a organização, a atitude religiosa e a teologia básica dos cristãos helenistas. A Igreja foi diferenciada e enriquecida de muitos modos, por meio dessa circunstância. Havia sido ultrapassado o provincialismo próprio do judaísmo.

Fontes de informação. O livro de Atos é a nossa principal fonte informativa, embora as epístolas de Paulo preencham detalhes não cobertos pelo livro de Atos e posteriores ao mesmo. Além do Novo Testamento, temos como fontes históricas o Didache, as Epístolas de Clemente e Barnabé, com seus elementos litúrgicos, exegéticos e disciplinares, além de refletirem o desenvolvimento da doutrina e do dogma, tudo o que nos permite discernir os primeiros anos da Igreja e a influência dos apóstolos na sua formação e propagação. Os escritos dos primeiros gnósticos e outros hereges alertam-nos para o fato de que havia contracorrentes subterrâneas na Igreja, e que o Novo Testamento historia o avanço da corrente principal. Além disso, vários dos livros do Novo Testamento, como Colossenses, I e II Timóteo, I, II e III João, Judas e porções do Apocalipse, atacam essas contracorrentes. Isso permite-nos perceber que o cristianismo se expandia em muitas direções, algumas das quais não se harmonizavam com a corrente principal.

Algumas características principais. 1. O frescor e o poder da influência de Jesus; 2. a autoridade e energia dos apóstolos; 3. a importância dos dons carismáticos; 4. a propagação da Igreja qual incêndio, pelos países gentílicos, o que implicava no aparecimento de uma nova grande religião mundial; 5. os primórdios do cânon e do dogma, com a cristalização da tradição oral sob a forma de autoridade escrita, no Novo Testamento, a segunda revelação (a primeira, foi a do Antigo Testamento); 6. a expectação do breve retorno de Cristo, a *parousia*, ou «presença», o que emprestava às atividades dos cristãos um senso de urgência e de realização espiritual.

Falsas idealizações da Igreja. Imediatamente após a era dos apóstolos, os escritos da época refletem uma atitude de admiração diante da Igreja, como se ela não pudesse errar. Ela era apresentada como um modelo de unidade, concórdia e amor. Porém, o próprio Novo Testamento mostra-nos que tal noção labora em equívoco, apesar das genuínas e impressionantes realizações da Igreja primitiva. Epístolas como I e II Coríntios e Gálatas mostram de modo claro que havia muitas controvérsias e divisões, muitas facções e conflitos internos. Os livros neotestamentários escritos contra a heresia (formas de gnosticismo e legalismo), mostram que havia vexosas contracorrentes, que se opunham à corrente principal da Igreja. Essa falsa idealização prossegue até os nossos dias, incluindo a prática extremamente duvidosa de «tentar restaurar» a Igreja original.

As denominações evangélicas entrechocam-se, cada qual dizendo-se melhor representante da Igreja original. Aquela que melhor pudesse fazê-lo, segundo muitos supunham, seria a mais espiritualmente avançada, se não mesmo a única Igreja. Essas tentativas de «restauração» e esses esforços de

«representatividade», olvidam-se que a Igreja primitiva refletia um *começo*, e não uma realização terminada. Portanto, é errado alguém impor qualquer prática a outros, simplesmente porque ela foi adotada pela Igreja primitiva. A verdade sempre será uma busca e uma evolução, e nunca uma questão «estagnada», diante da qual o indivíduo possa dizer: «Achei». É fácil alguém selecionar certos livros ou situações históricas e então dizer: «Eis aí!», limitando a verdade àquele modelo. Tal limitação sempre segue linhas denominacionais, distorcendo ou ignorando trechos bíblicos que não se coadunam ao ideal do momento. Por exemplo, os modernos movimentos carismáticos ufanam-se da alegada restauração por eles produzida quanto aos dons do Espírito, mas quase todos ignoram o ensino paulino sobre a posição das mulheres na igreja. Todavia, talvez essa seja até uma boa medida, pois os ensinos de Paulo eram pesadamente coloridos pela prática e pelos costumes orientais, que dificilmente têm plena aplicação à sociedade moderna. Acresce-se a isso que os movimentos carismáticos cada vez mais caem no subjetivismo, afastando-se da doutrina cristã exarada no Novo Testamento e caindo em desvios como o fanatismo e o ascetismo. Contudo, se a Igreja primitiva é o modelo que devemos seguir à risca, então os ensinos sobre o papel das mulheres na igreja são absolutamente obrigatórios. Por outro lado, os grupos evangélicos tradicionais, não-carismáticos, afirmam-se melhores, pois, alegadamente, parecer-se-iam mais com a Igreja primitiva, embora ignorassem os dons espirituais (que faziam parte integrante e inseparável do cristianismo neotestamentário). E como justificativa, os grupos tradicionais usam textos de prova como I Cor. 13:8, em defesa de sua rejeição dos dons espirituais. A verdade, porém, é que textos como esse nada têm a ver com o término do cânon do Novo Testamento; preliminarmente, referem-se ao tempo da *parousia* (a segunda vinda de Cristo), quando então as antigas formas de expressão da espiritualidade não mais serão necessárias.

Exemplos poderiam ser multiplicados, mostrando que nenhuma denominação evangélica de nossos dias assemelha-se muito à Igreja original. Mas então, indagamos: E essa semelhança é necessária? Não é muito melhor ultrapassar a Igreja primitiva, entrando em nossas áreas da expressão e da organização espiritual, em vez de simplesmente tentar duplicar aqueles *primórdios*? Que a Igreja primitiva seja para nós um ideal quanto a princípios básicos, mas não um molde dentro do qual tenhamos de ser espremidos! Há muitas formas de idolatria e de falsa concepção do cristianismo primitivo. A forma de idolatria aqui denunciada promove muita arrogância humana, com resultantes discórdias e divisões. (R Z)

IGREJA BATISTA

Ver **Batista, Igreja.**

IGREJA BIZANTINA

Ver **Igreja Ortodoxa Oriental.**

IGREJA CATÓLICA

Há vários pontos a serem considerados:

1. A expressão pode ser usada para indicar a original Igreja universal e apostólica. 2. Pode ser um sinônimo de Antiga Igreja Católica, aquele aspecto histórico da Igreja, após a era apostólica, antes do aparecimento da Igreja Católica Romana. 3. Um sinônimo dessa Igreja Católica Romana. 4. Como designação das igrejas ortodoxas orientais, em contraste com outros segmentos da cristandade. 5. A Igreja universal e ortodoxa, em contraste com ramos heréticos da mesma. Esse uso da expressão prevaleceu por dez séculos, até à separação final entre o Oriente e o Ocidente, em 1054 D.C. A partir daí as igrejas orientais adotaram o adjetivo qualificativo ortodoxa, como designação distintiva. Por essa altura dos acontecimentos, a palavra «católica», para muitos tornou-se um sinônimo de católica romana. Os anglicanos continuam falando na Santa Igreja Católica, no terceiro artigo do credo do Livro de Oração Comum; e até mesmo alguns grupos protestantes continuam usando o termo «católico», em um contraste proposital como «católico romano», para designar a verdadeira Igreja, pois entendem que a Igreja é algo distinto dos acréscimos incorporados à Igreja Católica Romana. Além disso, temos o título «Igreja Católica Grega», como sinônimo de Igreja Ortodoxa Oriental.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA

Outro título dos irvingitas, uma organização religiosa que, pelo menos em parte, originou-se dos esforços de Edward Irving (que vide), um notável pregador escocês cujas datas foram 1792-1834. Ele ensinava que os dons espirituais de Cristo, conferidos à Igreja apostólica, como profecia, milagres, curas, falar em línguas, etc., visavam a todos os cristãos verdadeiros de todas as épocas. Após o seu falecimento, em 1834, alguns de seus seguidores, que se julgavam *profetas*, estabeleceram uma igreja em Londres, com toda uma hierarquia de apóstolos, profetas, evangelistas e pastores, de acordo com o ensino do quarto capítulo da epístola aos Efésios. Formaram um grupo ritualista, com vestimentas distintivas, velas, azeite santo e crisma. O grupo transferiu um ramo para os Estados Unidos da América, porém nunca cresceu muito. Muitos outros grupos, entretanto, impelidos por idéias similares, têm aparecido em nosso século XX. E alguns desses grupos têm adotado o termo apostólico e/ou católico. (AM E)

IGREJA CATÓLICA ROMANA, CATOLICISMO

Esboço:

1. Considerações Gerais
2. Origens
3. Descentralização
4. Conflitos com os Poderes Civis
5. Centralização Renovada
6. Fim do Papado Medieval
7. A Renascença e a Reforma Protestante
8. A Reforma Católica e a Moderna Igreja Católica Romana
9. Teologia e Autoridade
10. Normas Diretivas
11. Os Credos da Igreja Católica Romana
12. Ofícios
13. O Catolicismo e as Estatísticas

1. Considerações Gerais. Ver **Igreja Católica** quanto à história de como essa expressão veio a designar a denominação *Igreja Católica Romana*. Além das idéias ali oferecidas, na opinião de alguns eruditos protestantes, o termo *católica* chegou a incluir os sentidos de sincretismo, envolvimento em sistemas teológicos posteriores e não-cristãos, a invasão do secularismo, corrupção e adulteração de documentos.

Portanto, o termo pode envolver a idéia de muito opróbrio e desfaçatez. Por outro lado, os católicos romanos similarmente empregam a palavra *protestante* para indicar as idéias de facciosismo, abandono da Igreja-mãe, doutrinas falsas, etc. Em todas as discussões fazemos bem em demonstrar simpatia para com as idéias e os sentimentos alheios, assumindo a atitude de que podemos aprender algo até mesmo daqueles *sistemas* que não aprovamos. Basta um pouco de exame para mostrar-nos, de pronto, que todos os sistemas têm algumas verdades que outros sistemas negligenciam ou rejeitam, e que nenhuma denominação cristã à face da terra pode afirmar ser *a única* e verdadeira Igreja de Cristo. De fato, as denominações são apenas *seitas* que representam a Igreja cristã sob diferentes ângulos, com sua mistura particular de verdade e erro. Essa é uma verdade combatida em toda a parte e por todos, mas que é verdade, no entanto. Os grupos protestantes ufanam-se em terem abandonado as tradições, aferrando-se exclusivamente às Escrituras como sua autoridade. Porém, suas doutrinas a respeito da Igreja, em sua origem e natureza, a respeito do cânon das Escrituras, e a respeito da questão inteira da autoridade, repousam quadradamente sobre as tradições humanas, e não sobre a Bíblia Sagrada. Os católicos romanos, em contraste com isso, declaram abertamente que sua doutrina consiste em acréscimos aos ensinamentos bíblicos. Por conseguinte, encontramos diferentes idéias e atitudes, e cada grupo cristão representa a verdade em algum de seus aspectos, mostrando-se deficiente quanto a outros, que outros grupos não se esquecem de salientar. Isso não significa, contudo, que todas as denominações cristãs sejam iguais quanto à proporção da verdade que defendem; mas indica que todos faríamos bem em manter uma atitude de amor e paciência (e jamais de arrogância) quando abordamos os vários sistemas que se têm originado na fé cristã primitiva. Na verdade, a mesma atitude deveria ter aplicação quando tratamos sobre as convicções religiosas de qualquer grupo, cristão ou não-cristão. O ódio jamais ganha mais do que o ódio, e a verdade dificilmente pensa que vale a pena o tempo perdido quando os debates religiosos empestiam o ambiente com o ar do ódio e da arrogância. Realmente, nunca o homem se mostra tão arrogante como quando defende o seu próprio sistema e ataca os sistemas alheios.

2. Origens. a. De acordo com o ponto de vista católico romano, — a Igreja Católica Romana, — em sua forma atual —, representa uma evolução natural, — que tem sido guiada pelo Espírito de Deus. Embora possa ser demonstrado que sua complexa hierarquia foi um desenvolvimento que precisou de séculos, é dito que isso foi uma parte necessária do crescimento da Igreja. O Novo Testamento seria um livro de inícios, e não de finalidades. Portanto, de nada adianta apelar para textos de prova do Novo Testamento, pois esses documentos mostrariam como a Igreja começou, e não como a Igreja deve ser. De fato, a Igreja está sempre em mutação, pelo que outras mudanças devem ser esperadas. Seria um dogma que os ensinamentos do Novo Testamento sejam o tribunal superior e final de apelo, no que concerne ao cristianismo. Isso posto, é legítimo o desenvolvimento de ofícios eclesiásticos em nada parecidos com aqueles do Novo Testamento. De acordo com essa posição, a Antiga Igreja Católica (após a era apostólica, mas antes da consolidação do poder do bispo de Roma), bem como a Igreja Católica Romana, são a mesma que a Igreja apostólica, em diversos estágios de desenvolvimento. Apesar de que a antiga Igreja Católica não contava com uma centralização que se possa comparar àquela que se evidenciou mais tarde na Igreja Católica Romana, centralizada em torno do papado, temos os primórdios necessários ao movimento centralizador na autoridade conferida a Pedro, em Mateus 16, e na autoridade investida no bispo de Roma, que já se tornara óbvia no segundo século da era cristã. Que o bispo de Roma, já no século II D.C., tinha poderes maiores que os de outros bispos, é confirmado nos escritos de Clemente de Roma, Inácio de Antioquia, Tertuliano e Irineu. É possível que a conversão nominal de Constantino, com a legalização da Igreja cristã em Roma, em vista da qual ela obteve poderes políticos, deva ser considerada como o começo da Igreja Católica Romana, bem como o fim da antiga Igreja Católica. Outros estudiosos pensam que aquele imperador deu início oficial ao catolicismo, e que quando do cisma entre a Igreja oficial ocidental e a Igreja oficial oriental, tiveram início a Igreja Católica Romana e a Igreja Ortodoxa Oriental. Constantino subiu ao trono do império romano em 324 D.C., e, no mesmo ano, expediu um edito de tolerância, dando ao cristianismo os mesmos privilégios que o império conferia ao paganismo romano. Em 325 D.C., Constantino convocou o concílio de Nicéia.

b. De acordo com o ponto de vista protestante, os estágios de desenvolvimento da Igreja Católica Romana, não passam de uma fabricação sem base, na tentativa de justificar seu afastamento cada vez maior do modelo da Igreja apostólica. Os grupos protestantes e evangélicos apelam para o Novo Testamento como a única regra e padrão para essas coisas, e qualquer noção que não faça parte do mesmo deve ser rejeitada como uma criação humana, normalmente contrária à vontade revelada de Deus.

c. Qualquer um desses pontos de vista, entretanto, necessariamente repousa sobre algum dogma. Pois o próprio Novo Testamento não declara ser a única regra de fé e prática, e nem a única autoridade para a organização e desenvolvimento da Igreja cristã. Os homens é que dizem essas coisas. Mas igualmente, através de um dogma, os homens declaram que isso não é verdade. No fim, o que está em jogo é a fé de cada indivíduo, que aceita ou rejeita um ou outro desses pontos de vista. Há uma regra melhor que essa, a saber, a regra do *valor intrínseco*. Precisamos considerar uma idéia ou uma organização, examinando-a quanto ao seu valor intrínseco. Esse valor intrínseco deve ser aquilatado de tal modo que inclua os princípios de espiritualidade, moralidade e veracidade de idéias. Com base no exame desses três fatores, poderíamos julgar o valor intrínseco das idéias ou das organizações religiosas. Essa é uma maneira elaborada de compreender as palavras de Cristo: «Por seus frutos os conhecereis» (Mat. 7:16). Em última análise, em qualquer investigação de veracidade, essa é a melhor regra. Cada indivíduo, ao enfrentar a decisão de associar-se a este ou a aquele grupo, deveria fazê-lo com base no valor intrínseco de cada grupo. Se alguém partir do pressuposto que a valia só pode ser definida com base no Novo Testamento, então isso já é partir de um dogma, e tal pessoa terá de assumir a responsabilidade por isso.

3. Descentralização. Nos dias do império romano dividido, o primado de Roma foi mantido, embora houvesse acontecimentos históricos debilitadores desse primado. Isso deveu-se, ao menos em parte, ao cesaropapismo dos imperadores do segmento oriental do império, bem como à falta de coesão de um idioma comum. No Ocidente, a perseguição dos vândalos à

Igreja africana, e a transferência da capital de Milão para Ravena fortaleceram o poder de Roma. A conversão dos anglo-saxões, por meio de missionários enviados por Gregório, o Grande (590-604 D.C.), e a obra de Bonifácio (que vide), na Alemanha e entre os francos, ajudaram a produzir uma maior unidade da Igreja do Ocidente. Porém, foram degenerando cada vez mais as relações entre a Igreja do ocidente e a Igreja do Oriente, onde era popular a teoria dos cinco patriarcados. O aparecimento do islamismo, com a conseqüente quebra da unidade mediterrânea, acentuou ainda mais a oposição a Roma. O levantamento de Constantinopla, como poderoso centro de cristandade, em oposição a Roma, já havia ajudado nesse processo. A heresia monofisista (que vide) enfraqueceu a influência do cristianismo ortodoxo na Síria e no Egito. O patriarcado de Jerusalém foi debilitado pelo domínio islamita, e isso deixou Constantinopla (que vide), como a única grande rival de Roma, do que resultou a Igreja Ortodoxa Oriental, ligada àquela, e também do que resultou a Igreja Católica Romana, ligada a esta, se não oficialmente, pelo menos virtualmente. É contenção dos católicos romanos que por mais que os gregos se julguem justificados em sua ruptura com Roma, a qual se consumou em 1054, eles estavam em erro ao provocar tal cisma ou divisão, que fez o Oriente opor-se ao Ocidente. Naturalmente, a Igreja Ortodoxa Oriental encontra muitas razões válidas sobre as quais justifica o seu ato. A principal dessas razões, para os ortodoxos orientais, era e continua sendo as reivindicações de superioridade do bispo de Roma acima de todos os demais bispos da cristandade.

4. Conflitos com os Poderes Civis. A Igreja Católica, seguindo a doutrina de Agostinho, julgava-se mestra do estado e superior ao mesmo. Portanto, houve pesado envolvimento político, de mistura com questões religiosas. No entanto, o poder civil, em muitas ocasiões, tolheu e distorceu os propósitos da Igreja Católica. Os imperadores bizantinos, durante os séculos VI a VIII D.C., haviam reivindicado o direito de ratificar as eleições dos papas romanos. Os francos também exerceram um poder similar. Porém, nenhum desses poderes temporais encontrava-se suficientemente próximo de Roma para dominá-la totalmente. O caso foi diferente quando, durante a anarquia feudal, as casas de Teofilacto e dos Crescentii conseguiram dominar o papado. Esse domínio foi interrompido pelos imperadores germânicos, em proveito próprio. Foi contra essa opressão governamental que os papas lutaram, no conflito por causa das investiduras (que vide). Gregório VII (1073-1084) (que vide), e seus sucessores imediatos, libertaram a Igreja Católica Romana do domínio dos governantes civis. Esses papas também deram origem às cruzadas (que vide), podendo-se mesmo afirmar que o papado medieval começou, especificamente, nesse período.

5. Centralização Renovada. Durante o século XII D.C., a centralização da Igreja Católica Romana, que tornou os papas controladores da organização eclesiástica inteira, foi levada avante. Isso alcançou o ponto culminante durante os pontificados de Alexandre III (1159-1181) e Inocente III (1198-1216) (que vide). Nesse tempo, a autoridade da Igreja Católica Romana fazia-se sentir em todos os campos da sociedade ocidental, de tal modo que a própria cultura tornou-se uma dimensão da Igreja.

6. O Fim do Papado Medieval. A supremacia papal, fora da esfera religiosa, não perdurou por longo tempo, embora a educação, durante muitos séculos, essencialmente fosse uma tarefa da Igreja de Roma. Aumentou a diferença entre a Europa germânica e a Europa romana. A França atingiu seu maior poder quando das lutas entre Filipe, o Belo, e Bonifácio VIII (1294-1303) (que vide), o que terminou com a humilhação desse papa. O papado em Avinhão (que vide), assinalou o fim do papado da era medieval. As nações européias tomaram forma clara, e a despeito da universalidade da cristandade, elas mantiveram-se como unidades separadas. O grande cisma ocidental (que vide), bem como o movimento conciliar (que vide) demonstraram o mesmo tipo de tendência em prol da independência, como algo que havia na própria Igreja Católica Romana. Entrementes, houve um reavivamento da cultura clássica, e a filosofia passou a ser considerada importante, novamente. Os humanistas criaram a ciência histórica, e a ciência natural lhe seguiu de perto as pegadas.

7. A Renascença e a Reforma Protestante. A renascença foi o reavivamento das letras e das artes na Europa, o que marcou a transição da história medieval para história moderna. A renascença começou na Itália, no século XIV, e gradualmente, propagou-se para outros países europeus. O período desse reavivamento cultural—séculos XIV a XVI—produziu toda espécie de modificações, incluindo o surgimento do poder das ciências. A Reforma Protestante do século XVI, pelo menos em parte, foi uma expressão do novo senso de liberdade e crescimento. Os protestantes sentiam que a corrupção maculara a Igreja de Roma de tal maneira que somente uma mudança radical poderia injetar vida nova nas instituições religiosas. Doutrinariamente falando, a Reforma (que vide), consistia, essencialmente, no retorno ao agostinianismo-paulinismo, em contraste com o tomismo (que vide), que se tornara a expressão religiosa e filosófica comum da Igreja de Roma. Os católicos romanos, apesar de admitirem que a reforma era inadiável, acreditam que foi um erro drástico dos protestantes destruírem as instituições romanas e perturbarem sua unidade essencial. A rejeição do domínio romanista, por parte de tão grande parcela do norte europeu, separou a Europa protestante da unidade católica romana, que agora, mais do que nunca, nem podia ser intitulada «católica», ou universal. A partir de então, temos a Igreja Católica Romana em seu aspecto mais autêntico, em oposição às igrejas ortodoxas orientais e às igrejas protestantes.

8. A Reforma Católica e a Moderna Igreja Católica Romana. O período moderno da Igreja Católica teve início com a Reforma Católica ou Contra-Reforma (que vide). O Concílio de Trento (que vide) reagiu fortemente contra os reformadores protestantes, inaugurando a reforma católica. Missionários católicos romanos levaram o evangelho romanista aos confins da terra, ao passo que os eruditos católicos romanos produziram uma complexa teologia. Todavia, o período da iluminação (que vide) assinalou um marcante declínio do catolicismo, e o jansenismo (que vide), apressou o mesmo. No entanto, o século XIX viu um outro ressurgimento, e o ressurgimento e consagração da monarquia religiosa papal obteve um novo ímpeto por força do decreto da infalibilidade papal, baixado pelo concílio do Vaticano de 1869-1870.

9. Teologia e Autoridade. As bases da doutrina católica romana não se encontram somente nas Sagradas Escrituras, pois incluem as decisões dos concílios, as idéias e interpretações dos grandes teólogos do passado, os pronunciamentos dos pais da Igreja do Ocidente e do Oriente, as explicações e desenvolvimentos do escolasticismo (que vide). Além

disso, essa doutrina reconhece estar endividada ao platonismo, por causa do uso que dele fizeram os primeiros pais da Igreja, bem como para com Aristóteles, através de Tomás de Aquino (que vide). Acrescenta-se a isso os decretos dos papas e o acúmulo de conhecimentos e instruções da lei canônica (que vide).

A filosofia católica romana sobre a *autoridade* (que vide) difere da filosofia protestante a esse respeito. Os protestantes, a fim de simplificarem as coisas, e a fim de removerem contradições, escolheram como autoridade *somente as Escrituras*. Porém, apesar disso parecer uma maneira muito recomendável de solucionar os problemas, na prática a regra passa a ser «como eu interpreto as Escrituras». Assim, entre os grupos protestantes, a regra aplicada assemelha-se bastante ao método católico romano de estabelecer a autoridade. Somente que em vez de pais da Igreja, como intérpretes, os protestantes preferem as interpretações específicas das várias denominações protestantes. Essas interpretações, apesar de diversas e, às vezes, contraditórias, são respeitadas e tornam-se credos. A verdade é que é impossível separar a interpretação da regra das «Escrituras somente». Pois assim que vários grupos interpretam as Escrituras, surgem tantas *autoridades* quantas são as denominações. Isso pode ser demonstrado pela história ou na prática contemporânea. Não fora isso, teríamos apenas *uma* denominação protestante, opondo-se à Igreja Católica Romana. Em vez disso, há *muitas* facções no protestantismo, com suas muitas autoridades interpretativas, cada qual afirmando estar mais próxima do padrão neotestamentário que todas as demais facções. A arrogância, nesse caso, torna-se a ordem do dia.

A posição católica romana sobre a autoridade admite, de saída, que também precisamos de uma autoridade interpretativa, e não meramente de uma autoridade básica. Isso significa que aquilo que cremos sobre as Escrituras deve depender, ao menos em parte, daquilo que a Igreja histórica tem compreendido sobre elas, pois nenhuma interpretação reveste-se de autoridade privada. Mesmo admitindo-se que essa idéia exprime uma verdade, nem por isso aceitamos a complexa base de autoridade católica romana, porquanto há ali, de mistura, elementos espúrios, apesar de entendermos que o problema da autoridade não pode ser resolvido mediante o apelo às *Escrituras somente*. Realmente, é mister que a autoridade seja algo de natureza complexa, se nossa inquirição pela verdade divina tiver de ser séria. Pois nenhuma regra isolada, nenhuma interpretação isolada, nenhuma denominação isolada, nenhuma teologia isolada, e também nenhuma religião isolada, poderá fornecer-nos toda a verdade. Solicito que o leitor considere o que escrevi no artigo sobre a *Autoridade*. Ver também os artigos sobre o *Cânon* e *Os Cânones de Várias Igrejas*, quanto a outras idéias. A verdade jamais admite uma abordagem simples. Os homens que criam abordagens simples buscam apenas conforto mental. Mas a verdade de Deus é mais importante do que o nosso conforto mental.

10. Normas Diretivas. De conformidade com o ensinamento católico romano, a Igreja, por vontade de Cristo, não é apenas uma sociedade sobrenatural, mas é também uma sociedade independente. Cristo teria entregue a autoridade para ensinar, santificar e governar não à comunidade cristã em geral, mas aos apóstolos. Essa autoridade teria sido transferida aos bispos, sucessores dos apóstolos. Ver o artigo sobre a *Sucessão Apostólica*. O sumo pontífice exerceria suprema e total jurisdição sobre a Igreja Universal, atuando como uma força unificadora. Todas as questões pertinentes à disciplina e ao governo eclesiástico, como também questões de fé, de moral e de prática, dependeriam da interpretação da Igreja, através de seus ministros, supremamente através do papa. Essa autoridade seria episcopal. Não pode haver concílio geral que não seja convocado pelo papa. Os bispos são postos em seus respectivos postos pela lei divina, os quais eles ocupam sob a autoridade do papa, o grande bispo. Os cardeais (que vide) seriam os principais conselheiros ou ministros do papa, e o ajudariam a governar a Igreja, além de elegerem um novo papa, quando isso se torna necessário. As normas eclesiásticas são explicadas com detalhes no *Codex juris canonici* (que vide), publicado em 1917.

11. Os Credos da Igreja Católica Romana. Ver o artigo separado sobre os **Credos.** Os credos considerados autoritários pela Igreja Católica Romana são o credo niceno (325 D.C.), o credo de Toledo (675 D.C.), o credo de Leão IX (1053), a profissão de fé prescrita para os waldenses (1208), o capítulo *Firmiter* do quarto concílio laterano (1215), o decreto dos gregos (1439), o decreto para os jacobitas (1442), a profissão de fé tridentina (1564), a profissão de fé prescrita para os gregos, por Gregório XIII (1575), a profissão de fé prescrita para os orientais ou maronitas (que vide), por Benedito XIV (1743). A isso deve-se acrescentar as solenes definições dos papas, bem como as definições dos concílios ecumênicos. Os concílios reconhecidos como verdadeiramente ecumênicos, dotados de autoridade, são 21: Nicéia (325), Constantinopla (381), Éfeso (431), Calcedônia (451), Constantinopla (553), Constantinopla (680-681), Nicéia (787), Constantinopla (869-870), laterano (1139), laterano (1179), laterano (1215), Lyons (1245), Lyons (1274), Viena (1311-1312), Constância (1414-1418), Florência (1438-1445), laterano (1512-1517), Trento (1545-1563), Vaticano I (1869-1870), e II (1965). Solenes definições papais incluem a condenação dos jansenistas (1653) por Inocente X, bem como o juramento antimodernista de Pio X (1910).

12. Ofícios. O primado cabe ao papa, bispo de Roma, vicário ou substituto de Jesus Cristo, sucessor de São Pedro, supremo pontífice da Igreja universal, patriarca do Ocidente, primaz da Itália e arcebispo e metropolitano da província romana. Em seguida, há o *colégio dos cardeais*, que é o senado da Igreja Católica Romana, com cerca de setenta membros. Consiste em bispos-cardeais, padres-cardeais e diáconos-cardeais. Os seis bispos-cardeais ocupam as sés suburbanas. Historicamente, os cinqüenta padres-cardeais eram os padres paroquianos de Roma, mas, na realidade, muitos deles eram escolhidos dentre os bispos e arcebispos do mundo católico. Os catorze diáconos-cardeais são padres e membros da cúria papal. Além disso, temos os bispos, os padres e certa variedade de ofícios dos quais até leigos podem participar.

A Igreja Católica compõe-se de igrejas ocidentais e orientais. Em adição ao papa, em 1940, na Igreja Ocidental, havia quatro grandes patriarcados, a saber: os patriarcados latinos de Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém, dentre os quais apenas o último exercia jurisdição. Havia também quatro patriarcados secundários, a saber: em Veneza, Lisboa, Índias Orientais e Índias Ocidentais. Na Igreja Ocidental, um *país* normalmente tem uma ou mais províncias eclesiásticas. Uma província eclesiástica consiste em uma arquidiocese, e, usualmente, em uma ou mais dioceses. Uma diocese é um território, incluindo as suas igrejas, sobre o qual um

bispo exerce controle. Um arcebispo ou metropolitano é chefe de uma arquidiocese, e, além da jurisdição sobre o seu próprio território, ele tem um certo poder limitado sobre os bispos de sua província que são chamados seus *sufragâneos*. Este último vocábulo também pode indicar algum bispo auxiliar, que ajuda um bispo em sua área, e que, algumas vezes, tem autoridade sobre uma parte dessa área.

13. O Catolicismo e as Estatísticas. Calcula-se que cerca de dezoito por cento da população do mundo consiste em católicos romanos. (AM BR C CE R)

IGREJA CÔPTICA

Essa é a igreja cristã nativa do Egito, derivada das rivalidades político-eclesiásticas entre Alexandria e Constantinopla, e não por causa das controvérsias cristológicas sobre o monofisismo (que vide). Era o nacionalismo egípcio representado pelos nativos e pelos monges, contra o imperialismo bizantino. Quando o concílio de Calcedônia (451 D.C.) decidiu-se contra Eutíquio, os nacionalistas coptas aliaram-se contra os melquitas bizantinos, tornando uma realidade a Igreja Côptica provincial. Desde 1882, missionários evangélicos ocidentais têm tido acesso ao Egito, e a Igreja Côptica, no presente, constitui cerca de um doze avos da população, contando com um patriarca, metropolitas e bispos, os quais também têm interesses em Jerusalém, em Jafa, e até mesmo em Khartoum, na África.

IGREJA CRISTÃ (IGREJA DE CRISTO)

Na qualidade de nome de uma **denominação** evangélica, esse título designa a união de três grupos distintos que repudiaram nomes seculares: um movimento liderado por James O'Kelley, metodista; um outro dirigido por Abner Jones e Elias Smith, batistas; e também por Barton W. Stone e outros, presbiterianos. Eles formaram uma união, em 1820. Muitas das igrejas envolvidas subseqüentemente uniram-se aos Discípulos de Cristo, em 1832, mas alguns, finalmente, tornaram-se congregacionais, em 1930, formando uma denominação separada, chamada Igrejas Cristãs e Congregacionais. Os Discípulos de Cristo são comumente chamados de Igrejas Cristãs, ainda que no Brasil, eles tenham tomado o nome de Igreja de Cristo. Ver o artigo sobre os *Discípulos de Cristo*.

De maneira geral e popular, o termo *Igreja Cristã* refere-se a todas as igrejas cristãs, coletivamente, sem importar a denominação. (E)

IGREJA DA ESCÓCIA

Ver os artigos separados sobre **Igreja Presbiteriana; Calvino, João** e **Calvinismo**. A Igreja da Escócia é uma das igrejas presbiterianas de grande destaque histórico. Naquele país é a igreja oficial. Foi constituída pela ação dos estados escoceses e pela Primeira Assembléia Geral, de 1560. A princípio lutou contra o catolicismo e contra o episcopalianismo, o último dos quais era promovido pela coroa real. Entretanto, em 1688 a vitória do presbiterianismo na Escócia se completou. Desde então, a Igreja Presbiteriana da Escócia tem sofrido cismas causados, principalmente, pela oposição à conexão da mesma com o Estado. Um desses cismas teve lugar em 1733, com a organização do Presbitério Associado, encabeçado por Ebenezer Erskine (vide). O último e maior desses rompimentos foi o da *Disruption*, de 1843. A partir dessa data, têm sido feitos esforços tendentes à unificação. Em 1929, tais esforços resultaram na unificação da Igreja da Escócia com a Igreja Unida Livre. Esse corpo unificado, porém, reteve o título de *Igreja da Escócia*. Todavia, houve provisões para proteção da liberdade pessoal e espiritual, que permitiu a conexão com o Estado com menos perturbações. O número total de membros atinge mais de um milhão e meio de pessoas.

IGREJA DA INGLATERRA

Ver os artigos sobre *Comunhão Anglicana; Anglo-catolicismo;* e *Episcopalismo*.

IGREJA DE CRISTO

Ver sobre **Campbell, Alexander** e sobre os **Campbellitas**. As Igrejas de Cristo originalmente faziam parte dos Discípulos de Cristo (que vide). Mas tornaram-se um corpo separado em 1906. São congregacionais quanto ao governo eclesiástico e não têm qualquer organização central. Eles têm cerca de vinte mil igrejas, com três milhões de membros. Eles propõem estar restaurando o cristianismo primitivo; evitam a música instrumental na igreja; repudiam as sociedades missionárias; e alguns deles não aprovam a Escola Dominical.

IGREJA DE DEUS

Esse é o nome dado a duzentos grupos religiosos independentes, pelo menos, de tipo pentecostal, e, originalmente, derivados do metodismo. Quanto ao padrão doutrinário geral, eles são fundamentalistas, mas crêem na doutrina da inteira santificação e no batismo do Espírito Santo (que vide). A maioria desses grupos tem um governo eclesiástico tipo congregacional. O maior desses grupos, nos Estados Unidos da América, foi organizado no estado de Arkansas, em 1895, e, hoje em dia conta com aproximadamente um milhão de membros. Outros grandes grupos estão centralizados em Cleveland, estado de Ohio, e em Anderson, estado de Indiana. Esses grupos têm suas representações internacionais, mediante a atividade missionária.

IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS

Esse título, com pequenas variantes, designa seis grupos religiosos distintos. O artigo geral é dado sob o título **Santos dos Últimos Dias (Mormons)**.

IGREJA DE ROMA

Ver sobre **Igreja Católica Romana** e sobre **Catolicismo**.

IGREJA DO NAZARENO

Excluindo os grandes grupos pentecostais dos Estados Unidos da América, essa é a maior das denominações tipo «holiness». Desenvolveu-se a partir do *National Holiness Movement*, organizado após a Guerra Civil Americana. Em 1908, vários grupos uniram-se sob o título de Igreja do Nazareno. Até cerca de 1919, vários grupos congêneres continuaram a unir-se ao grupo original, quando então esse título tornou-se o nome oficial da denominação. A doutrina deles é fundamentalista, mas também defendem a idéia da inteira santificação; e muitos deles, em nossos dias, também aceitam o batismo do Espírito Santo (que vide). Seu governo eclesiástico usualmente é congregacional, mas as assembléias locais estão

sujeitas ao conselho, ou a um corpo de superintendentes, eleitos pelas assembléias distritais. Há também a Assembléia Geral, composta de igual número de elementos leigos e do ministério, —que supervisiona a denominação. Eles subscrevem a quinze artigos de fé, a maioria deles em comum com outros grupos evangélicos, embora com tendências teológicas wesleyanas-arminianas. Eles dirigem um certo número de colégios bíblicos e de artes liberais, e contam com trabalho missionário em muitos lugares do mundo. Sua casa publicadora, a escola teológica graduada e a sede da denominação, ficam localizadas em Kansas City, Missouri, nos Estados Unidos da América.

IGREJA E ESTADO

Esboço

1. Primórdios do Relacionamento
2. A Igreja sob o Favor Imperial
3. Agostinho e sua *De Civitate Dei*
4. O Papa Gelásio I
5. Carlos Magno, Imperador dos Francos
6. As Doações de Constantino
7. O Papa Gregório VII
8. Inocente III e Bonifácio VIII
9. A Renascença
10. A Reforma Protestante
11. Os Puritanos
12. Os Batistas
13. O Novo Testamento e a Ética
14. A Igreja e as Influências Políticas

1. Primórdios do Relacionamento

O judaísmo, visto que estava disperso por todo o império romano, era aceito como uma religião reconhecida pelo estado romano. Teria sido impossível erradicá-lo. Outras religiões não-romanas, visto que não reconheciam a autoridade dos deuses romanos, que eram tidos como patronos e protetores do estado, eram reputadas traidoras. A revolta dos judeus contra Roma, com a subseqüente destruição de Jerusalém, no ano 70 D.C., complicou as coisas para os cristãos, visto que o cristianismo era reputado um ramo do judaísmo, e os romanos não estabeleciam clara diferença entre o cristianismo e o judaísmo. A narrativa de Lucas-Atos foi escrita, pelo menos parcialmente, por causa da esperança que Lucas tinha de poder mostrar aos romanos que o cristianismo merecia ser reconhecido, não menos do que o judaísmo. A revolta judaica pôs fim a qualquer esperança de reconciliação entre o cristianismo e as autoridades imperiais. Seguiu-se um longo período de perseguições, contra o cristianismo, movidas por dez imperadores romanos, embora não consecutivos. O rumo de tais acontecimentos não se alterou senão por ocasião da conversão nominal de Constantino, em 311 D.C. Nesse primeiro período do conflito entre Roma e o cristianismo, o estado romano mostrou ser o grande adversário da Igreja cristã. Não obstante, os autores do Novo Testamento ensinavam a obediência ao estado, a fim de que a desobediência não viesse a violar a consciência dos cristãos. Ver Romanos 13 e I Pedro 2:13 *ss*.

2. A Igreja sob o Favor Imperial

Constantino converteu-se ao cristianismo em 311 D.C., quando livrou a cidade de Roma das tropas de Maxêncio, quando da batalha da ponte Mílvia. A caminho de Roma, ele teve uma visão da cruz com as palavras «In hoc signo vinces» («Sob este sinal vencerás»). Em 313 D.C., juntamente com Licínio, Constantino baixou o edito de Tolerância. Isso fez o cristianismo tornar-se uma religião lícita, aos olhos do estado romano. Mas Licínio continuou a perseguir aos cristãos; e Constantino, objetando a isso, juntamente com outras razões, derrotou-o em batalha, em 324 D.C., e expediu um decreto de tolerância universal no império. Desse modo chegou ao fim a perseguição oficial contra os cristãos, após três séculos de brutal opressão. Em 325 D.C., Constantino convocou e participou do concílio de Nicéia (que vide), o primeiro concílio ecumênico verdadeiro da Igreja, com representação de todos os quadrantes do cristianismo da época. Destarte, o cristianismo entrou em um período em que era visto com favor pelas autoridades do império romano, e começou a ascender a um poder sem precedentes, de tal modo que não demorou a chegar ao próprio trono de Roma. Foi assim reforçada a idéia de muitos cristãos de que o bispo de Roma merecia maior honra que aquela dada aos demais bispos, o que foi o começo histórico do sistema papal, e vastas alterações esperavam a Igreja. Nesse período inicial, a Igreja permaneceu sujeita ao estado; porém, haviam sido soltas forças que haveriam de reverter essa situação.

3. Agostinho e sua De Civitate Dei

Agostinho nasceu em 354 e faleceu em 430 D.C. Sua maior obra, intitulada em português, *A Cidade de Deus*, dividiu a humanidade em duas categorias gerais, os súditos da cidade de Deus e os súditos da cidade do homem. A primeira dessas cidades seria a Igreja; e a segunda seria o estado secular. Ambas as cidades teriam sido determinadas por Deus, dotadas de autoridades separadas; mas a cidade de Deus deveria ser guia e mestra da cidade do homem. Isso armou o palco para a doutrina da superioridade da Igreja sobre o estado, conferindo uma base doutrinária para a mescla e interdependência da Igreja e do estado. Passar-se-iam muitos séculos, antes que o princípio da separação entre a Igreja e o estado fosse novamente posto em prática.

4. O Papa Gelásio I

Em 494 D.C., esse papa escreveu uma carta ao imperador bizantino, Anástio I, na qual reafirmou o papel das autoridades da Igreja e do estado, de acordo com o pensamento de Agostinho. Ele comparou essas duas autoridades a duas espadas, a espiritual e a temporal, asseverando que a espada espiritual é a mais importante. Ele argumentou que a Igreja terá de prestar contas diante do Tribunal divino por seus atos, brandindo um poder que se alicerça sobre uma maior responsabilidade.

5. Carlos Magno, Imperador dos Francos

Algo de novo sucedeu quando da coroação de Carlos Magno, no ano 800 D.C. A iniciação desse imperador, ao seu ofício, foi feita sob a bênção do papa. Carlos Magno e seus sucessores provavelmente não consideraram esse ato como um precedente ou uma necessidade para que o estado pudesse governar; entretanto, foi um passo na direção da superioridade papal sobre o governo civil.

6. As Doações de Constantino

Esse foi um documento forjado, que, juntamente com outros documentos de igual natureza, asseveravam a supremacia do papa sobre os reis e imperadores. Tais documentos foram dados a público entre 750 e 800 D.C., servindo de sinal da usurpação o qual estava se configurando cada vez mais.

7. O Papa Gregório VII

Seu pontificado foi entre 1073 e 1085 D.C. Em sua controvérsia com o imperador do Santo Império Romano, fundado por Carlos Magno, Henrique IV, acerca do poder dos estados germânicos sobre a Igreja em seus territórios, esse papa afirmou a supremacia papal em termos muito vigorosos, no documento

Dicatatus Papae. Não sabemos se Gregório redigiu pessoalmente esse documento, mas certamente o mesmo exprimia os seus pontos de vista.

8. Inocente III e Bonifácio VIII

Os pontificados desses dois papas estenderam-se de 1284 a 1303 D.C. Ambos procuraram consolidar e aumentar a autoridade do papado. Entretanto, Filipe IV, da França, apelidado o Belo, resistiu com sucesso a esses esforços papais, reafirmando a autoridade do estado sobre a Igreja. Escritores capazes, como Marsílio de Pádua, contestaram vigorosamente a posição papal, o que deu início a um declínio do poder da Igreja sobre o estado. Filipe, o Belo, impôs impostos ao clero, declarou guerra contra a Inglaterra e recusou-se a estabelecer a paz, conforme o papa determinara. Em face disso, Bonifácio expediu a bula *Unam Sanctam* (que vide), que punia Filipe por causa de seus abusos contra a Igreja. Mas Filipe reagiu enviando tropas que aprisionaram o papa, o qual morreu desgostoso, pouco depois.

9. A Renascença

Grande onda de despertamento intelectual e estético, bem como da cultura *secular*, originou-se na Itália, no século XIV, espraiando-se prontamente por toda a Europa. Fazia séculos que a Igreja de Roma era a protetora e controladora do processo educativo, e continuava a cumprir um papel significativo nesse campo. Mas agora estava surgindo um novo poder, o poder secular. A cultura clássica foi revivida, e as idéias de Platão e Aristóteles, não mais modificadas pelas autoridades eclesiásticas, voltaram a impor-se. É nessa reação contra o escolasticismo que temos o começo da ciência moderna. Até então a Igreja entravara o avanço do conhecimento, afirmando que tudo quanto se podia conhecer já fora descoberto, e que agora o papel dos mestres era não deixar perecer esse conhecimento. O efeito geral da renascença foi diluir e debilitar o poder da Igreja de Roma, que controlara com supremacia toda área da cultura européia. Em muitos lugares, o estado estava assumindo uma posição de superioridade em relação à Igreja, embora Igreja e estado continuassem muito ligados um ao outro.

10. A Reforma Protestante

Em certo sentido religioso a Reforma Protestante, iniciada em cerca de 1517 D.C., foi um retorno à teologia agostiniana (com seu centro na Bíblia), e um afastamento para longe do tomismo (que vide), que consistia na utilização intelectual de Aristóteles para efeito de definição da fé cristã. Tais definições eram parciais e simplistas, mas serviam para estabelecer os pontos necessários.

Em um sentido secular, a Reforma Protestante fez parte da revolta ou reação da Renascença. Os homens começaram a exigir liberdade de pensamento, e começaram a sentir que o liame com a Igreja de Roma representava mais um par de algemas. Os grupos protestantes, sofrendo sob as perseguições que se utilizavam tanto dos poderes eclesiásticos quanto da autoridade civil, perceberam quão vantajoso lhes seria a total separação entre a Igreja e o estado. Por esse motivo, o estado foi declarado responsável pelas questões temporais e materiais, enquanto que a Igreja foi declarada responsável pelas questões religiosas e espirituais. Julgou-se que seria melhor não serem misturadas as atribuições da Igreja e do estado. Naturalmente, temos a considerar o caso excepcional de João Calvino, —que, apesar de ter sido um líder protestante, mantinha a necessidade da união entre a Igreja e o estado, tendo lançado mão do poder civil para perseguir, banir e até mesmo executar os seus opositores. Esse é um dos mais tristes capítulos que a história religiosa cristã tem para contar-nos. É lamentável que quando alguém requer liberdade de pensamento para si mesmo, não estenda tal liberdade aos seus semelhantes, que porventura venham a discordar dele. Não houve teocracia mais poderosa e intolerante, desde os passados dias de Israel, como aquela que Calvino estabeleceu em seu pequeno estado de Genebra, na Suíça. Nessa pequena cidade-estado a doutrina oficial dizia que os hereges estavam sujeitos à punição capital, por meio dos poderes do estado, controlados pelas autoridades eclesiásticas. Ver o artigo sobre *Calvino*, que oferece detalhes sobre essa questão. Noutros lugares, entretanto, surgiram em cena modelos pluralistas, os quais haveriam de tornar-se o padrão para as relações entre a Igreja e o estado, nas nações européias. Na França, as autoridades eclesiásticas tornaram-se sujeitas ao poder civil. De fato, naquele país, a Igreja de Roma tornou-se cativa à monarquia dos Bourbons; e, durante a Revolução Francesa do século XVIII, a Igreja de Roma foi um dos alvos dos ataques, porquanto o povo comum era dominado pela nobreza, em aliança com a Igreja de Roma. Algo similar sucedeu na Rússia czarista, onde a Igreja Ortodoxa Russa foi um dos objetos dos ataques dos revolucionários de 1917 e 1918. Na União Soviética a Igreja é mantida em posição de subserviência ao estado.

11. Os Puritanos

O grande alvo dos puritanos era «purificar» a Igreja da Inglaterra, removendo dela toda a influência romanista. Eles queriam a Bíblia, sem as tradições humanas. Também protestaram contra o erastianismo (que vide), isto é, a teoria concernente à relação entre a Igreja e o estado, conforme a mesma foi desenvolvida por Thomas Luber (1524-1583). Esse homem era apelidado de Erasto; e daí se deriva o nome dado às suas idéias. Apesar de que Erasto se manifestava contrário aos poderes exagerados do estado sobre a Igreja, também pensava que tais poderes deveriam reter a capacidade de disciplinar. Os puritanos, pois, objetavam tanto à indiferença da realeza quanto à objeção às aspirações religiosas. As autoridades da Igreja e do estado, aliadas uma à outra, objetavam ao desejo de Tyndale de traduzir a Bíblia para o inglês, em vista do que ele teve de ir para a Alemanha, a fim de realizar sua obra de tradução.

Entretanto, em suas bases, o puritanismo defendia a idéia das *duas espadas* do papa Gelásio I (ver o quarto ponto, acima), de acordo com tal noção a Igreja é superior ao estado, embora Igreja e estado tenham funções separadas e distintas. Temos nisso o estranho fenômeno de pessoas cristãs de exigirem liberdade, por se sentirem oprimidas por agentes que tentavam tolher suas idéias e seu trabalho, mas que, uma vez em posições de mando, não hesitavam em limitar a liberdade alheia. Em certo sentido, trata-se do mesmo antigo lema: «Poder é direito». O poder é considerado errôneo enquanto não é *meu*. Assim, temos o interessante fenômeno histórico de que, quando os puritanos abandonaram a Inglaterra e dirigiram-se à América do Norte, ali chegando, em nome da liberdade religiosa, estabeleceram o modelo que João Calvino iniciara em Genebra, nas colônias norte-americanas. Ali estabeleceu-se uma nova teocracia, na qual os puritanos eram os novos mandantes. Deve-se observar que os líderes puritanos reconheciam a diferença entre as esferas da religião e do estado; mas também podemos estar certos de que o domingo era dia santo obrigatório, sendo estritamente observado, sob severas penas decretadas contra os

violadores. Isso é apenas um exemplo da intolerância humana. As pessoas adaptavam-se porque eram forçadas a fazê-lo. Outrossim, o poder da Igreja era o mesmo poder que ocupava os tribunais civis. Isso sempre dá margem a muitos abusos.

A Revolução Americana pluralizou eficazmente a sociedade norte-americana. Ademais, houve movimentos de imigração que trouxeram pessoas de muitos países diferentes, com muitas idéias e costumes diferentes. E isso exigiu que houvesse alguma espécie de acomodação. A Revolução Americana de 1776 também estabeleceu o ideal democrático, com eleições diretas que não falharam nem uma vez sequer, durante mais de duzentos anos. Ali o poder da ética protestante permeia a tudo; mas o estado deixou de punir os ofensores religiosos, embora muitas leis (nunca postas em execução) houvesse nos livros da lei, que teriam permitido esse papel às autoridades civis norte-americanas.

Todavia, a mesma coisa que já havia acontecido na Europa, aconteceu também na América do Norte. Grandes ondas de secularismo e de materialismo têm feito as coisas inclinarem-se para o extremo oposto, onde liberdade quase se torna um sinônimo de abuso. Os poderes civis têm-se oposto a qualquer ensino religioso nas escolas públicas.

12. Os Batistas

Talvez nenhuma denominação evangélica se tenha mostrado mais enfática na defesa da separação entre a Igreja e o estado como os batistas. Esse sempre foi um dos conceitos fundamentais dos grupos batistas, que tem sido defendido quase fanaticamente nessa denominação.

13. O Novo Testamento e a Ética

Não podemos usar aqui o Antigo Testamento como roteiro, pois se já houve mistura entre a religião e o estado, isso ocorreu, acima de tudo, no antigo Israel. Qualquer tentativa que ali se fizesse para separar as duas coisas, teria sido considerada uma blasfêmia e uma traição contra a teocracia. Por isso mesmo, é muito significativo que os argumentos de João Calvino em favor de sua teocracia, mediante os quais justificava as suas práticas de perseguição, banimento e execução capital, estavam baseados no modelo veterotestamentário. Entretanto, Jesus deixou bem claro que o seu reino não é deste mundo. Ver João 18:36. Na verdade, parece que João Batista chegou a ficar desapontado com Jesus devido à ausência de aspirações políticas por parte do Senhor, pois supunha que o Messias seria um monarca dotado de grande poder, que faria todas as coisas virarem de ponta-cabeça. Mas também é significativo que quando João Batista enviou um mensageiro a Jesus, para indagar dele se ele era o esperado Messias, Jesus deu uma resposta totalmente espiritual, inteiramente não-política. Jesus não respondeu que tinha um grande número de adeptos que seriam capazes de tomar conta do governo, quando chegasse o tempo certo. Jesus respondeu que, verdadeiramente, ele era o Messias, visto que os cegos estavam recebendo de volta a visão, os aleijados estavam andando de novo, os leprosos estavam sendo purificados, os surdos estavam ouvindo de novo, e aos pobres estava sendo anunciado o evangelho. E então Jesus acrescentou: «E bem-aventurado é aquele que não achar em mim motivo de tropeço» (Mat. 11:6). Isso Jesus disse como que para indicar que João achara nele motivo de tropeço.

No Novo Testamento não há promoção de qualquer governo da Igreja, senão sobre ela mesma. Não há qualquer esforço para impor o poder eclesiástico sobre as autoridades civis. Bem pelo contrário, à Igreja é ordenado que se mantenha em sujeição aos poderes civis, determinados por Deus (Rom. 13; I Ped. 2:13 *ss*). Apesar de não haver qualquer ensino direto que requeira a separação entre a Igreja e o estado, os princípios éticos do Novo Testamento requerem precisamente isso. É impossível imaginarmos Jesus perseguindo, banindo ou matando, através das autoridades civis, mesmo aos piores blasfemos. Quando João e Tiago desejaram fazer descer fogo do céu, com a ajuda de Jesus, a fim de consumir os habitantes de certa vila de samaritanos que se tinham recusado a recebê-los e ajudá-los, o Senhor os repreendeu em termos nada incertos. Jesus não veio a fim de destruir vidas humanas. Ver Lucas 9:54 *ss*. Também é impossível imaginarmos Jesus, agitando-se entre os ricos e poderosos, escrevendo cartas e fazendo discursos, a fim de obter uma autoridade maior que a deles. Aquele que nunca aceitou qualquer oferta de poder civil, de forma alguma serve de modelo para a sede de poder. Aquele que se submeteu humildemente à perseguição, embora pudesse ter invocado os poderes sobrenaturais para defendê-lo e vindicar a sua causa (ver Mat. 26:53), dificilmente pode servir de modelo para aqueles que se utilizam da autoridade civil para promoverem desígnios religiosos.

Um dos maiores problemas resultantes da mistura dos papéis da Igreja e do estado reside justamente aí. Uma vez que a Igreja dispõe do estado, para utilizar-se do mesmo, ela é tentada a oprimir os não-conformistas. E a história está repleta de exemplos dessa natureza. Mas os não-conformistas, uma vez que obtêm postos de mando, incluindo o poder civil, com freqüência têm achado por bem perseguir os seus opositores. No Novo Testamento, entretanto, não há qualquer precedente para tanto. Até mesmo os mais notórios hereges deveriam simplesmente ser ignorados, e nunca perseguidos (ver Tito 3:10; I Cor. 5:9). O ato de Paulo, que entregou certo indivíduo a Satanás, para a destruição da carne, conforme se vê em I Coríntios 5:5, ou entregou a outrem a algum outro castigo, administrado pelas forças das trevas, segundo se vê em I Timóteo 1:20, não se pareceram nada com o ato de Calvino, que ordenou que Serveto fosse queimado vivo na fogueira, através dos poderes civis que estavam sob as suas ordens. Naqueles trechos do Novo Testamento encontramos puros atos espirituais, com base na autoridade apostólica. Pessoalmente, só conheço um caso semelhante na Igreja evangélica. Certo missionário evangélico, na África, entregou um homem aos poderes sobrenaturais para que fosse eliminado, porquanto tal indivíduo estava promovendo um anel de prostituição na própria igreja, alistando mulheres que eram membros da igreja, para servirem como prostitutas. Assim fez o missionário, e não demorou que aquele homem morresse, diante dos degraus da porta do templo. Todavia, práticas assim não devem ser encorajadas. Doutra sorte, logo a Igreja tornar-se-á um centro de magia negra, e não uma igreja cristã. De fato, tal prática logo faria um grande número de pessoas arrogantes proferirem toda espécie de maldições contra os seus inimigos, embora estes talvez fossem espiritualmente superiores a seus amaldiçoadores. Conheço um missionário que se sentia muito infeliz devido a certa pessoa que estava se opondo a um esforço religioso no qual o missionário estava envolvido. Foi tentado a orar pelo castigo de tal pessoa. Mas, em vez disso, mostrou ser mais sóbrio, e orou pela conversão daquela pessoa. Essa conversão não ocorreu; suas orações não foram respondidas afirmativamente. Mas, pelo menos, o missionário não

se tornou culpado de um ato impensado e brutal. Além disso, a obra que estava sendo perseguida começou a prosperar, a despeito da perseguição. Uma das razões que levaram aquele missionário a refrear-se foi que ele pensou: «Se eu fosse severamente punido pelos meus erros, há muito tempo que eu teria sido eliminado dentre os vivos». De fato, aqueles que abusam do poder neles investidos e perseguem a outros, com freqüência são espiritualmente inferiores àqueles contra os quais abusam.

14. A Igreja e as Influências Políticas

Ver o artigo separado sobre a **Igreja e o Mundo** no ponto quinto, onde comentamos sobre esse aspecto da questão. (AM H NTI)

IGREJA E O MUNDO

Esboço:

1. A Igreja é Chamada do Mundo
2. O Mundo é Objeto da Atenção da Igreja
3. A Igreja e o Estado
4. A Igreja e a Obediência ao Estado
5. A Igreja e as Influências Políticas
6. A História do Mundo e da Igreja
7. A Igreja e o Destino Físico do Mundo
8. A Influência da Igreja sobre o Mundo
9. A Igreja e o Ideal Mais Elevado

Como é óbvio, a Igreja procede do mundo, pois todos os seus membros são seres humanos, que se identificam com alguma nação, raça ou família. Porém, à Igreja é vedado fazer parte do mundo. Não obstante, o mundo físico e suas instituições e povos têm um destino tanto inteiramente distinto quanto relacionado ao destino espiritual. Por conseguinte, os membros da Igreja, embora envolvidos no destino espiritual, contribuem para fazer o que o mundo é atualmente e no amanhã.

1. A Igreja é Chamada do Mundo. Esse é o ponto central da doutrina bíblica da eleição (que vide). A Bíblia encara o sistema de vida do mundo como contrário aos propósitos do crente (João 15:18 *ss*). Ela também dá a entender que o mundo é um elemento corruptor, que pode destruir o caráter distintivo do crente (I João 2:15-17). Por conseguinte, é um grave equívoco dos crentes quando a Igreja tenta incorporar em seus cultos os entretenimentos mundanos, incluindo a música profana, na tentativa de atrair pessoas. Na verdade, esses artifícios atraem, mas nada há de espiritualmente benéfico nos mesmos. A música tipo *rock and roll* nas igrejas atrai grandes multidões, tal como sucede lá fora; mas isso somente prova que essa gente, que freqüenta certas igrejas, é mundana. É impossível alguém imaginar Jesus atraindo multidões com um conjunto musical que executasse a música que se ouvia na corte de Herodes, como aquela que foi usada quando da dança sensual de Herodias.

2. O Mundo é Objeto da Atenção da Igreja. É nisso que consiste o evangelismo (vide). A Grande Comissão deixou claro que o evangelismo deve abarcar o mundo inteiro, pois todos os homens são passíveis da graça divina e da missão de Cristo (I Tim. 2:4). É um grave erro dizer que só devemos procurar conquistar aqueles que foram eleitos no mundo. Isso nega o fato central do amor de Deus. Deus amou o mundo, e não somente os eleitos do mundo (João 3:16), embora saibamos que só serão salvos aqueles que confiarem em Cristo, conforme se vê no restante desse versículo. Se há a doutrina da eleição, há também a doutrina do livre-arbítrio. Algumas idéias bíblicas não podem ser compreendidas exceto à luz de seu pólo aparentemente oposto. Por detrás do determinismo (que inclui a eleição) e do livre-arbítrio há alguma verdade mais ampla, da qual ambos esses aspectos são expressões. Não chegaremos mais perto da verdade se negarmos qualquer desses dois aspectos. Se o pólo sul é uma realidade, o pólo norte também o é. A compreensão de muitas verdades bíblicas depende de uma noção de polaridade (que vide). Grandes doutrinas aparecem como paradoxos (que vide). Consideremos, para exemplificar, a divindade e a humanidade de Cristo. Não há como explicar logicamente uma pessoa que, ao mesmo tempo, era Deus e homem. — Essas considerações são os pólos da natureza total de Cristo, a qual já constitui um mistério. Não compreenderemos melhor a Cristo se negarmos qualquer desses pólos. Na teologia há pontos que, para nós, são misteriosos; se assim não fora, teríamos uma *humanologia*, e não uma *teologia*. A preocupação de Cristo incluía as massas. A Igreja deve imitá-lo nesse interesse.

3. A Igreja e o Estado. Essa questão já foi amplamente tratada, em um artigo separado (que vide), com treze subtítulos. Uma história da relação entre a Igreja e o Estado é ali apresentada, entre várias considerações.

4. A Igreja e a Obediência ao Estado. Os trechos de Romanos 13 e I Pedro 2:13 *ss*, mostram que essa obediência era requerida da parte dos crentes, exceto nos casos de violação da consciência. Nesses casos, é melhor obedecer a Deus do que ao homem (Atos 5:29).

5. A Igreja e as Influências Políticas. Isso é uma subcategoria da relação entre a Igreja e o estado. Quando o império romano perseguiu a Igreja, era fácil os crentes fingirem prestar lealdade à religião oficial, conservando Cristo nos seus corações. Lemos que foi precisamente isso que muitos cristãos fizeram. Porém, esses não tinham uma lealdade autêntica. A perseguição traça uma linha demarcatória bem nítida. Então sabemos a quem devemos prestar lealdade, e como devemos expressá-la; mas, a fim de salvar a vida física, podemos, em palavras e ações, contradizer uma clara lealdade. Há aqui um problema ainda maior. Estamos falando sobre a *influência* exercida pela política e pelas instituições humanas. Essas influências corrompem, enfraquecem e destroem. Atualmente, por exemplo, a Igreja procura sobreviver nos países comunistas. Ali, é conveniente e seguro falar em termos favoráveis sobre o comunismo (que vide), a fim de manter a tranqüilidade e impedir a detenção ou a perda da vida. Em Cuba, é aconselhável chamar Castro de grande estadista, embora ele tenha fechado todas as escolas religiosas na ilha, forçando todas as crianças a estudarem a doutrina atéia-comunista, com pressões para que os habitantes da ilha se convertam a essa doutrina política. No entanto, ainda recentemente (novembro de 1985), o arcebispo católico romano de Cuba intitulou Castro de grande estadista. O arcebispo tinha um pedido humilde, ou seja, a permissão da existência de escolas *neutras*, onde as crianças cristãs não fossem forçadas a estudar e aceitar o ateísmo. O arcebispo não tinha a mínima esperança que pudessem ser restauradas as escolas da Igreja Católica Romana, e nem perdeu tempo em solicitar isso. Ele nem buscou isso, porque conhece bem o poder e os métodos do comunismo. No entanto, foi forçado a elogiar o homem que destruiu um aspecto tão importante das atividades católicas, e que oprime o que restou.

A Teologia da Libertação. A despeito das evidências do que o comunismo faz com todas as formas de expressão religiosa, no seio das igrejas

católicas e protestantes, há ministros que procuram promover um entendimento entre o comunismo e a fé religiosa. Esses homens dizem que a Igreja sempre se mostrou aliada das classes ricas e privilegiadas, opressora dos pobres. Isso significa que a Igreja precisa mudar radicalmente, a fim de amoldar-se aos ideais comunistas. Entre eles, a preocupação pela mudança social é tão intensa que eles não têm interesse pelas questões da alma, por seu desenvolvimento espiritual e por sua salvação. Isso distorce totalmente a idéia de *igreja*. E a doutrina de Cristo também é distorcida, porquanto ele é apresentado como o líder de uma revolução política, um mero homem. Tais homens não falam sobre a dimensão espiritual, inerente à natureza divina de Jesus Cristo. Também não se referem ao que Cristo realmente disse e fez, porquanto Jesus teria sido uma personalidade apolítica, com quem João Batista, exatamente por essa razão, ficou desapontado. Do começo ao fim, Jesus estava interessado apenas pela alma e seu destino. Ele preocupava-se com os pobres, mas, muito mais, com a porção imaterial do homem (ver Mat. 10:28). Jesus foi uma pessoa supremamente espiritual, e não uma figura política. E no entanto, agora surge uma chamada *teologia* que ignora tudo isso. Ver o artigo separado sobre a *Teologia da Libertação*.

O Terror do Nazismo. Retrocedendo na história algumas poucas décadas, mencionamos o nazismo, o qual podemos usar como representante das forças malignas que amedrontam a Igreja. Uma Igreja temerosa transige com o mal, mostra-se indiferente diante de grandes injustiças e acima de tudo, com vistas à sua própria proteção, não se opõe ao mal de forma vigorosa. Desse modo, as forças políticas influenciam a ética da Igreja. Quando isso sucede, ela não mais tem a coragem de ser a guardadora de seu irmão.

6. A História do Mundo e da Igreja. Deus opera através do processo histórico. O plano da redenção acompanha os ciclos da história. A mensagem da Igreja busca transformar o material em espiritual. Trata-se de um mui longo processo evolutivo. Os teólogos têm dividido a história do mundo em diversas dispensações, em cada uma das quais Deus estaria agindo de modo particular em relação aos homens. Em Efésios 1:10, Paulo contemplou a eternidade futura, vendo ali ainda outros ciclos, nos quais via em ação os processos redentores e restauradores. Ele afirma que serão necessários ainda grandes ciclos futuros para que todas as coisas sejam arrumadas de modo a ter Jesus Cristo como centro; mas ele também assegura que esse é o mistério da vontade de Deus, pelo que sem dúvida terá cumprimento. Ver o artigo sobre a *Restauração*. Muitos cristãos gostam de pensar na restauração apenas como algo que envolverá o tempo, mas o trecho de Efésios mostra-nos que a mesma envolverá longos ciclos da eternidade futura. A passagem de Efésios 1:23 dá a entender que a Igreja, na qualidade de corpo de Cristo, ou seja, os membros que ele usa como expressão da Cabeça, estará envolvida nesse labor de restauração, visto que Cristo terá de tornar-se tudo para todos. O seu corpo místico, a Igreja, é que completa e dá plenitude a Cristo, levando-o a preencher todas as coisas. O seu corpo místico é a sua plenitude, e, por sua vez, ele preencherá tudo em todos. Os processos redentor e restaurador, pois, estão envolvidos em vastos ciclos de tempo, e o próprio mundo será apanhado no vórtice desse drama sagrado.

7. A Igreja e o Destino Físico do Mundo. Dois planos distintos, mas interligados, estão sendo cumpridos. Um deles é físico, o outro, espiritual. Deus está realizando algo de grande valor, em sua criação física, inteiramente à parte da realidade espiritual. Portanto, o mundo tem um certo destino. As nações, e não somente os indivíduos, têm destinos. E a totalidade das nações, em cada época, e coletivamente, como um todo, no fim dos tempos têm um destino a cumprir. O trabalho dos cientistas é importante a seu próprio modo, porquanto promove o destino físico do mundo. Embora inconscientemente, os cientistas estão servindo a Deus, quando servem à humanidade. De acordo com certos místicos contemporâneos, parte do destino físico do mundo é a colonização do espaço. Se isso é verdade, então os programas espaciais fazem parte do plano de Deus quanto ao mundo físico. É perfeitamente possível um homem trabalhar sua vida inteira contribuindo para o destino físico do mundo. E, se a reencarnação (que vide) é uma realidade, ao menos em casos especiais, então várias vidas podem ser usadas em diversos projetos, ou no aperfeiçoamento de algum projeto especial. E tudo isso poderia servir à vontade de Deus, aqui no mundo. O destino espiritual da alma já é outro destino, podendo ter ligações com o destino físico do mundo. Uma alma humana labora em ambas essas áreas, e ambas são importantes. Finalmente, como é natural, a alma entrará em um nível superior da existência, o espiritual, e ali cumprirá um destino. O que o indivíduo tiver feito nesta existência física é importante nesse sentido, como é óbvio; mas o mundo físico tem um valor todo próprio. Os homens servem a Deus de muitas maneiras, se estão atuando com honestidade.

8. A Influência da Igreja Sobre o Mundo. A Igreja está interessada, primariamente, na salvação dos indivíduos, neste mundo. Porém, a Igreja também é uma força no mundo, no tocante ao bem ético, secular e político. A presença da Igreja, inteiramente à parte da salvação do indivíduo, deveria ser um fator que aprimora o bem-estar e a qualidade de vida neste mundo. Muitas leis têm sido decretadas, levando em conta ensinamentos cristãos. Muitas escolas, hospitais e instituições de caridade têm sido organizadas por causa da influência do cristianismo. Sistemas políticos têm sido influenciados naquilo que buscam fazer, por causa da vida e dos ensinamentos de Cristo. O crente individual, se estiver vivendo como deve, terá de aprimorar o meio ambiente no qual vive. A Igreja não mais tem os meios e o conhecimento necessários para dizer aos economistas e aos líderes deste mundo como eles devem agir, em muitas situações. Mas os líderes cristãos, pelo menos, podem anunciar princípios éticos gerais que servem de linhas mestras em muitos casos. Assim, muitos problemas da medicina *também* são problemas espirituais e éticos. Poderíamos exemplificar isso com o aborto e a eutanásia.

A maior influência que a Igreja pode exercer sobre o mundo envolve a maneira de pensar dos homens. A Igreja proclama que o mundo é um ser bidimensional, e não meramente material. Portanto, tudo quanto o homem faz, tem alguma ligação com essa sua dimensão superior. O lado espiritual do homem também empresta a todas as suas ações uma grande importância ética. O lado espiritual do homem requer que pensemos em termos de *responsabilidade* e de *prestação de contas*. Um político é responsável por aquilo que ele faz, mesmo que, nesta esfera terrena, seus atos não sejam julgados.

9. A Igreja e o Ideal Mais Elevado. Em meio às suas necessidades, é fácil os pobres envolverem-se de tal modo no cuidado por suas necessidades básicas que

chegam a esquecer-se da dimensão espiritual da vida. Por sua vez, é tão fácil ao homem rico envolver-se no cuidado por suas possessões materiais que ele se esquece de que só existe uma riqueza permanente, a riqueza do espírito. E é possível que os poderosos sintam-se tão atarefados em suas posições que se olvidem de onde está o Poder real. A Igreja, pois, tem a responsabilidade de projetar diante de todos os homens a natureza transitória de todas as coisas mundanas e físicas, não com o intuito de eliminar a importância delas, e nem a fim de reduzir todos os seres humanos à condição de monges e freiras, mas a fim de dar aos homens um bom equilíbrio quanto ao que devem esperar da vida. (NTI R)

IGREJA INDÍGENA

Ver sobre *Indigenização* (*Igreja Indígena*).

IGREJA INVISÍVEL (MÍSTICA); IGREJA VISÍVEL

Esboço:

I. Negação da Realidade da Igreja Mística
II. A Unidade no Espírito
III. A Igreja Mística
IV. Várias Definições
V. Abusos Combatidos

I. Negação da Realidade da Igreja Mística

Alguns congregacionalistas, batistas e nominalistas teológicos radicais rejeitam a idéia de uma Igreja universal ou invisível. Tal rejeição, porém, é tão contra as Escrituras quanto a razão. Se só existem as igrejas visíveis, impõe-se a indagação: os crentes que morrem e passam para o Senhor, não pertencem mais à Igreja, somente porque não são mais visíveis e nem estão organizados em assembléias locais? Outrossim, apesar de ser verdade que Paulo, em suas epístolas, escreveu a comunidades cristãs locais, cujos membros podiam ser determinados com bastante exatidão, também é possível falar genericamente sobre a Igreja que consiste em uma comunidade espiritual, englobando crentes vivos e mortos. Certamente que ao dizer «...para que, pela Igreja, a multiforme sabedoria de Deus se torne conhecida...» (Efé. 3:10), ele não se referia a qualquer igreja local. Outro tanto pode-se dizer quanto a Efésios 1:22,23: «...para ser o cabeça sobre todas as cousas, o deu à Igreja, que é o seu corpo...» Um outro trecho claríssimo, nesse sentido, é o de Atos 9:31: «A igreja, na verdade, tinha paz por toda a Judéia, Galiléia e Samaria...» Ali estão em foco várias comunidades, em três regiões políticas diversas, mas todas elas englobadas sob um título singular: *a Igreja*. Poderíamos ampliar isso, dizendo: «A Igreja, pela face do mundo inteiro». A Igreja universal é o corpo místico de Cristo, no dizer de Efésios 1:23. Sempre será verdade que a verdadeira Igreja não pode ser identificada com um edifício ou com uma congregação local, ou mesmo com qualquer combinação de congregações locais. É mister envolver nela todos os salvos, de todas as épocas, em todos os mundos. Quando uma pessoa se converte, torna-se membro do corpo místico de Cristo, a Igreja, mesmo que não pertença ainda e nem venha a pertencer a qualquer congregação local. Por exemplo, uma pessoa que se converta momentos antes de morrer, e não haja tempo hábil para ela ser batizada. Só porque ela nunca pertenceu a alguma igreja local deixaria de pertencer à Igreja de Cristo? Na verdade, uma pessoa pode ser membro de uma igreja local sem pertencer à Igreja de Cristo (visto que nunca se converteu, mas, erroneamente, foi aceita como membro de alguma congregação local). E isso mostra que devemos distinguir entre o conceito de Igreja universal e o conceito de igrejas locais.

II. A Unidade no Espírito

No trecho de Efésios 4:4-6 encontramos as sete grandes unidades espirituais. Ver o artigo intitulado: *Unidades: as Sete Unidades Espirituais*. Uma dessas unidades consiste no fato de que existe «...somente um corpo...» Essas palavras aludem à igreja mística, universal, composta de todos quantos realmente têm depositado a sua confiança em Cristo, entregando-lhe a própria alma, tendo entrado em contacto com o Espírito Santo por meio da conversão, o passo inicial da regeneração. Isso não pode ser limitado a alguma igreja local, a alguma denominação, a algum grupo de igrejas, a algum credo, a alguma organização eclesiástica, a alguma raça humana, a alguma nação, e nem mesmo pode ser circunscrito a este mundo, porquanto a maior parte da Igreja universal já se encontra nos lugares celestiais, a sua legítima habitação. Aqueles que têm a Cristo como seu Cabeça (ver Col. 2:19) pertencem à Igreja de Cristo.

Idealmente, as igrejas locais não deveriam contar com membros que também não pertencessem à Igreja mística, invisível e universal. Neste caso, todas as igrejas locais, consideradas em seu conjunto, representariam a Igreja universal militante, isto é, *à face da terra*. Mas, mesmo nesse caso, deve-se confessar que a maior parte da Igreja não se circunscreve às igrejas locais atualmente existentes, conforme se percebe nos parágrafos acima. Quando alguém entra em união vital com Cristo, no Espírito Santo, fica fazendo parte da sua Igreja. E essa união tanto é terrena quanto celestial, tanto é histórica, no presente, quanto é eterna, quando chegar a atingir a glória.

III. A Igreja Mística

Essa expressão, «Igreja mística», envolve três coisas: 1. há uma Igreja de Cristo que não se evidencia diante de nossos sentidos. Portanto, a Igreja consiste em mais do que as igrejas locais, que podem ser percebidas por nossos sentidos. 2. Há uma Igreja cuja existência depende da realidade da *comunhão mística* dos remidos com Cristo. Por mais de cento e sessenta vezes o apóstolo Paulo empregou a expressão «em Cristo», que alude à união mística do crente com ele. Isso é discutido no artigo intitulado *Cristo-Misticismo*. O corpo místico e universal está unido a Cristo, e o poder residente do Espírito Santo torna-o um corpo uno, conforme lemos em I Cor. 12:12. 3. A Igreja mística também está acima da capacidade humana de compreensão e raciocínio, envolvendo uma profunda natureza espiritual que une as almas humanas remidas a Cristo.

«O *corpo* compõe-se da comunidade inteira dos crentes, do corpo místico de Cristo (comparar com Efé. 2:15; Rom. 12:5; I Cor. 10:17; 12:13 e Col. 1:24)» (Salmond comentando sobre Efé. 4:4).

«Um só corpo místico em Cristo, a Igreja ou reino espiritual» (Robertson, em seu comentário sobre Efé. 4:4).

«*Um corpo* designa a totalidade dos crentes, como um corpo místico. Não é a mesma coisa que a Igreja, quando *vista* como um fenômeno *externo*, pois o corpo de Cristo está oculto. Mas, trata-se de uma *realidade*, tal como o conjunto de nervos do corpo humano é uma realidade oculta, que pode ser acompanhada, tornando-se perceptível. Assim também é a Igreja *invisível*, cuja unidade é enfatizada pelo apóstolo, para que se mantenha unida» (Braune, falando sobre Efé. 4:4).

IV. Várias Definições

1. *Orígenes*, em seu universalismo, afirmava que a Igreja, na verdade, é composta misticamente de todos os homens, e que o poder de Cristo (o Logos) é tão imenso que, finalmente, isso se tornará uma realidade. Mas, um trecho como o de João 12:32: «E eu, quando for levantado da terra, atrairei todos a mim mesmo», precisa ser interpretado à luz de declarações condicionadoras, como : «...todos os que se acham nos túmulos ouvirão a sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida; e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição do juízo» (João 5:28,29).

2. *Agostinho* referia-se à Igreja como *invisível*, porque seus membros são conhecidos somente por Deus. Ele se valia da predestinação como garantia de que o número desses membros se completará, sem faltar nenhum; mas nenhuma congregação local, ou mesmo a combinação de todas elas, pode revelar-nos o número total dos membros da Igreja.

3. A Igreja, enquanto está *na terra*, é militante (ou em peregrinação, conforme dizia Agostinho); e, de acordo com alguns teólogos, enquanto está *no purgatório* é expectante; e, quando já estiver totalmente *no céu*, será triunfante. Foi Agostinho, em sua obra, *A Cidade de Deus*, quem sugeriu essas distinções.

4. A Igreja Católica Romana fala sobre o reino de Deus como se fora a Igreja *visível*, que teria sido posta nas mãos de Pedro, e então nas dos papas, sob a forma das *chaves do reino*. Ver o artigo com esse nome.

5. Nem *Lutero* e nem *Calvino* cederam à tentação de falar somente sobre as igrejas locais visíveis dos fiéis, embora isso servisse para promover seus movimentos separatistas. Lutero também falava sobre uma cristandade *interna*, espiritual, em contraste com a cristandade *formada pelo homem*, que seria aquela que incorpora as adições e tradições. Calvino seguia certas idéias de Agostinho, excetuando o que diz respeito ao chamado «purgatório». A eleição garante a unidade de todos os crentes; mas isso não pode ser identificado com qualquer congregação local ou com qualquer combinação de igrejas locais.

6. *As sete características externas, de Lutero*, mediante as quais poderíamos reconhecer uma comunidade de verdadeiros crentes, em uma igreja local e visível:

a. Ali a Palavra de Deus é pregada, acolhida e obedecida.
b. Há um batismo cristão.
c. As chaves são exercidas no governo e na disciplina da igreja local.
d. A Ceia do Senhor é observada.
e. A cruz evidencia-se nas vidas dos membros: aqueles crentes sofrem por amor a Cristo.
f. Há uma chamada para os ministros trabalharem no evangelho.
g. A adoração e a oração são uma constante nessas igrejas locais.

V. Abusos Combatidos

É possível alguém abusar do ensino sobre a Igreja mística e invisível, reduzindo o valor e a importância das igrejas locais.

1. *Karl Barth* falava sobre o erro da *igreja docética*, que magnifica a Igreja mística e invisível, mas esquece-se da importância da comunhão e da prática cristãs visíveis, que constituem nossa principal atividade neste lado da existência. Mediante uma fé autêntica e esclarecida, percebemos a realidade da Igreja invisível; mas é nas igrejas locais e visíveis que experimentamos praticamente essa realidade. Além disso, a unidade da Igreja deve ser demonstrada de maneira *visível*, e não apenas como um conceito abstrato.

2. Os movimentos congregacionais, como o dos batistas, têm enfatizado a importância da igreja local, e, algumas vezes, ao ponto de negarem a validade da doutrina da Igreja mística, universal e invisível. Apesar de que isso importa em um exagero, a ênfase sobre a igreja local é útil.

3. O movimento ecumênico pensa que a unidade da Igreja deve estar alicerçada sobre as igrejas visíveis, não se contentando com a teologia que diz que a Igreja já está unida em espírito. Mas essa unidade em espírito é uma realidade, segundo se lê em Efésios 4:3: «...esforçando-vos diligentemente por preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz». A nós cabe preservar, e não criar essa unidade. No entanto, quase todos os esquemas unionistas partem do pressuposto de que a unidade espiritual básica de todos os cristãos deve assumir uma forma organizacional. Porém, os mais diversos evangélicos, incluindo alguns liberais, têm-se oposto a tais esforços. Tais esquemas são por eles considerados errados e desnecessários, visto que os crentes já são um só em espírito, e que a pluralidade de organizações cristãs é tão inevitável que toda união em torno de alguma organização qualquer não passa de uma utopia. Se a unidade de espírito tiver de ser organizacional, então a Igreja Católica Romana nos dá o maior exemplo de unidade, e todos deveríamos obedecer ao papa.

IGREJA ORTODOXA ORIENTAL

Ver **Ortodoxa Oriental, Igreja.**

IGREJA PRESBITERIANA

Ver o artigo separado sobre **Igrejas Reformadas**, que supre o pano de fundo histórico sobre as igrejas presbiterianas. Aquele artigo também contém uma lista de confissões que têm estado historicamente associadas àquela igreja. Ver também sobre Calvino, *João*.

Essa denominação protestante chama-se *presbiteriana* devido à sua forma de governo eclesiástico. Essa forma não depende do voto da congregação democrática, mas do voto do corpo de presbíteros ou anciãos. Os tribunais superiores compõem-se de presbíteros, e não de bispos, arcebispos, etc. A Igreja Presbiteriana é *protestante* porquanto teve sua origem na Reforma Protestante (vide). E é *católica* no sentido de que reconhece a Igreja universal de Cristo, que envolve mais do que seu próprio grupo, embora prefira suas próprias tradições, reputando-as superiores às tradições de outras denominações. Finalmente, ela é *evangélica* porque acredita que a graça de Deus, na salvação, é conferida diretamente ao indivíduo que a recebe, por meio da fé. Esse indivíduo é um sacerdote e não precisa de qualquer poder intermediário de sacerdotes profissionais. Os presbiterianos conservadores acreditam no princípio reformado das *Escrituras somente* quanto à sua autoridade, pelo que, apesar de respeitarem os concílios universais da Igreja, nos primeiros séculos cristãos, não pensa neles como autoritários, e, muito menos infalíveis, como interpretações das Escrituras e como diretrizes da prática cristã.

A base doutrinária comum é o *calvinismo* (vide), embora, como é óbvio, muitos presbiterianos modernos, atuando no nível do liberalismo e sendo historicamente independentes, não são rigidamente

calvinistas em qualquer sentido. Historicamente, a posição calvinista tem sido defendida em uma série de credos: duas confissões helvéticas (1536 e 1566), o Catecismo de Heidelburgo (1563), a Confissão Galicana (1559), a Confissão Belga (1561), as confissões escocesas (1560 e 1581), os Artigos Irlandeses (1615), os Cânones do Sínodo de Dort (1619) e os padrões doutrinários de Westminster (1657). Por causa dessa forte unidade doutrinária com o calvinismo histórico, a Igreja Presbiteriana alinha-se como uma das igrejas reformadas, em contraste com o aspecto luterano de Reforma Protestante. Naturalmente, outras igrejas não-presbiterianas também defendem o calvinismo, sem a forma presbiteriana de governo eclesiástico, o que constitui a principal distinção dessa denominação, em contraste com todas as demais denominações.

Conexões Neotestamentárias. Tal como todas as outras denominações, os presbiterianos supõem que sua própria interpretação do Novo Testamento está mais próxima das doutrinas e práticas originais do que as de quaisquer outros grupos; e essa é a razão mesma pela qual eles são presbiterianos. Eles supõem que sua própria forma de governo, apesar de não ser exclusivamente aquela que transparece no Novo Testamento, é a forma proeminente. No entanto, as raízes históricas dessa igreja podem ser traçadas diretamente de volta a João Calvino. Os artigos referidos no primeiro parágrafo dão ao leitor essas informações. Naturalmente, o calvinismo, em sua essência, embora não em todos os seus aspectos, é um retorno à posição de Agostinho, em contraste com o tomismo que veio a tornar-se dominante dentro do pensamento católico romano. Ver os artigos sobre *Agostinho* e *Tomás de Aquino*.

Apesar do presbiterianismo ter começado em Genebra, na Suíça, foi na França que se organizou, em 1555, consagrando então os pontos de vista presbiterianos de governo eclesiástico. Ali, o Primeiro Sínodo Nacional (em Paris, 1559) adotou uma constituição que, conforme foi subseqüentemente modificada, proveu uma sessão em cada congregação, presbitérios, sínodos provinciais e um sínodo geral — tudo o que trouxe à existência os orgãos distintivos pelos quais aquela denominação protestante é governada.

Essa forma de governo eclesiástico foi adotada como a Igreja nacional da Escócia, em 1560. Entrou em conflito com os episcopais, mas, finalmente, tornou-se a forma favorita de cristianismo naquele país, uma situação que perdura até hoje. Em contraste, o presbiterianismo nunca foi forte na Inglaterra. Espalhou-se para a Irlanda do Norte na primeira metade do século XVII, mas nunca conseguiu atingir milhões de membros ali. O presbiterianismo também penetrou na Alemanha luterana e foi oficialmente reconhecido como um movimento legal por ocasião do Tratado de Westphalia (vide), em 1648. Na Prússia, em virtude de pressões governamentais, os presbiterianos mesclaram-se com os luteranos. O presbiterianismo foi introduzido na Holanda pelo Sínodo de Antuérpia, em 1463. Tornou-se a principal força protestante na luta pela independência dos espanhóis. A colonização trouxe o presbiterianismo para o Novo Mundo, e vários grupos presbiterianos desenvolveram-se nos Estados Unidos da América do Norte. Vários corpos presbiterianos, vindos principalmente da Escócia, e congraçando as colônias norte-americanos do sul, foram combinadas formando uma única Igreja Presbiteriana do Canadá, em 1875. Esse tornou-se o segundo maior grupo protestante daquele país, por volta de 1925. Em seguida, uniu-se aos metodistas a fim de formarem a Igreja Unida. Porém, uma terça parte da Igreja Presbiteriana preferiu manter-se distante dessa união, tendo preservado o seu próprio nome.

Os movimentos missionários dos séculos XIX e XX fizeram o presbiterianismo tornar-se um movimento internacional; mas, como se tem dado com todos os grupos protestantes, a fragmentação em distintas denominações tem sido considerável. Existem cerca de cinqüenta e cinco milhões de presbiterianos espalhados pelo mundo inteiro.

A Igreja Presbiteriana no Brasil. Em nosso país, a primeira manifestação reformada ocorreu em 1557, com a chegada de um grupo de huguenotes. Mas uma igreja presbiteriana só foi organizada em 1859, pelo missionário A.G. Simonton. A Igreja Presbiteriana do Brasil tem cerca de duzentos mil membros, oitocentas igrejas e quinhentos pastores. A Igreja Presbiteriana Independente conta com cerca de quarenta mil membros, quatrocentas igrejas e duzentos e cinqüenta pastores.

IGREJA PRIMITIVA

Uma expressão usada para aludir ao período inicial da história da Igreja cristã, desde que a mesma começou, em cerca de 30 D.C., até que foi reconhecida como religião lítica, já na época do imperador Constantino, por todo o império romano. Foi nessa oportunidade que ocorreram certas transformações, algumas de bom caráter e outras de mau caráter. A partir desse reconhecimento oficial, o cristianismo passou a ser vinculado à história da humanidade de uma maneira diferente do que vinha acontecendo até então, porque foi a partir desse tempo que ele passou a ser reputado uma *força social* e política, mesmo sem levar em conta a sua natureza religiosa, embora também exercesse fortíssima influência religiosa sobre as questões seculares. O período da Igreja primitiva, pois, inclui as eras apostólica, pós-apostólica e patrística. Poderíamos intitular esse período histórico de período da *Igreja primitiva*.

Durante cerca de três séculos da Igreja primitiva, tiveram lugar certos acontecimentos importantes, como a formação do cânon das Escrituras do Novo Testamento. Ver o artigo sobre o *Cânon*. Também foi durante esse período que ocorreram os primeiros passos na direção da formação do dogma, através da interpretação e de adições feitas às Escrituras. Esse período foi um tempo de consolidação da Igreja no mundo, por meio de missões, — que atingiu todos os rincões do império romano. Mas também foi um tempo de intensas perseguições e de amargos sofrimentos. Com Constantino surgiu a Igreja Católica, embora ainda não a Igreja Católica Romana, que já foi um desenvolvimento posterior, embora não deixasse de ter algumas raízes no período da Igreja primitiva.

Calcula-se que no final desse período (começo do século IV D.C.), os cristãos já eram sete milhões, dentre os cinqüenta milhões de habitantes do império romano, a espantosa proporção de quinze por cento. A expansão geográfica incluía a porção central do império, bem como aquelas províncias mais fronteiriças, como a Gália, a Espanha, além de áreas da Alemanha, das ilhas britânicas, e, no Oriente, Edessa. A penetração do cristianismo pelo império romano, em suas porções ocidental e oriental, emprestou à sua teologia uma perspectiva mais ampla, especialmente através da influência do

neoplatonismo, de tal maneira que, em Alexandria, no Egito, podia-se ver teólogos cristãos explicando a mensagem cristã em termos das idéias de Platão e seus discípulos. Clemente e Orígenes deixaram marcas permanentes sobre o pensamento teológico e sua expressão. Ver o artigo sobre *Alexandria, Teologia de*. Essa linha de pensamento, naquilo que diferia do pensamento ocidental, acabou fazendo parte da teologia cristã oriental e anglicana.

Romanticamente, supomos que a Igreja primitiva representava uma expressão mais pura de espiritualidade cristã do que se verificou nos séculos que se seguiram. Uma idéia paralela é a teoria da desintegração e da apostasia. A Igreja cristã entrou em um declínio gradual onde as doutrinas passaram a ser corrompidas e as práticas morais passaram a ser pervertidas, até que, chegando esse declínio a um ponto extremo, tornou-se necessária a reforma, que se manifestou na Reforma Protestante do século XVI. Nessa afirmação há uma grande simplificação de fatos, que ignora muita coisa boa existente na Igreja cristã imperial. No entanto, Jerônimo elogiou esse período da história eclesiástica, ao falar sobre os seus mártires e suas personagens mais notáveis. Movimentos de reavivamento, durante a Idade Média, falavam sobre o ideal da *ecclesia primitiva*. As pessoas sempre terão saudades do passado, louvando o que foi e criticando o que agora é. A Reforma Protestante dependeu pesadamente desse saudosismo, em seu apelo em favor da reversão de tendências prejudiciais que a Igreja manifestava. Até os nossos próprios dias, gostamos de lembrar a Igreja primitiva, e, mais ainda, a Igreja *apostólica*, quando queremos encontrar um *padrão* mais elevado de cristianismo. É fácil, porém, ignorarmos epístolas como Gálatas e I e II Coríntios, as quais demonstram que havia problemas até mesmo no período apostólico, com lapsos morais e espirituais. Um dos danos produzidos por esse ponto de vista nostálgico de Igreja é que as pessoas passam a pensar que tudo quanto é espiritual precisa passar por uma evolução. Porém, é um erro supor que podemos extrair todas as nossas normas das páginas do Novo Testamento, acerca de como deveria ser a Igreja. E também é um erro pensar que podemos ser uma simples duplicata da Igreja cristã de qualquer século. Os homens gostam de estagnar as coisas, para sentirem um certo conforto mental a respeito do que deveria ser crido e posto em prática. Mas, muitos desenvolvimentos existentes na Igreja, como suas instituições educacionais ou de caridade, são dignos de serem emulados, embora não possamos achar textos de prova de sua existência nos dias do Novo Testamento. Algumas das nossas idéias, alguns elementos da verdade que podemos descobrir, ultrapassam o Novo Testamento e suas doutrinas. Esse documento sagrado nunca teve por intuito ser o *A* a *Z* da teologia. Os homens, com seus dogmas, é que o têm transformado nisso. Mas, o próprio Novo Testamento não reivindica tal papel para si mesmo. Isso posto, sempre haverá a possibilidade de progresso, em todas as *linhas* de pensamento, pois a verdade é maior do que qualquer livro ou coleção de livros, e a espiritualidade é maior do que qualquer expressão histórica da mesma. Logo, apesar de ser bom olhar para o passado e preservar certas tradições sagradas, que têm resistido ao desgaste do tempo, também é bom vivermos em um crescimento presente e contínuo. É nisso que consiste a espiritualidade.

IGREJA REFORMADA

A Igreja Reformada, ao remover a autoridade central que servira de fator de aglutinação, durante vários séculos de história, naturalmente tendeu à fragmentação. O grande número de grupos protestantes hoje existentes, todos afirmando-se melhores representantes e intérpretes das Sagradas Escrituras, que, para os conservadores, tornaram-se a única regra de fé e prática, são o resultado histórico dessa fragmentação. A *Igreja Reformada*, pois, representa um dos dois grandes ramos das igrejas que provieram imediatamente da Reforma protestante (vide). Surgiu na Suíça, simultaneamente com o movimento luterano, na Alemanha. Seus fundadores foram Huldreich Zwínglio (1481—1531) e João Calvino (1509—1564). Nesta enciclopédia há artigos sobre estas duas personagens. — Lutero e Zwínglio conheceram-se em Marburgo, na tentativa de reconciliarem suas diferenças, e assim apresentarem uma Igreja protestante unificada. Mas a tentativa fracassou, principalmente por causa de desacordos em torno dos sacramentos (vide). Porém, a Igreja Reformada encontrou em João Calvino o seu principal porta-voz doutrinador. Suas *Institutas da Religião Cristã* exerceram tremenda influência, tornando-se uma espécie de declaração autoritária das igrejas reformadas.

Apesar de Calvino acolher refugiados protestantes vindos de outros países, também mandou executar a alguns, banindo e aprisionando um grande número de pessoas, em Genebra, na Suíça, por motivo de diferenças doutrinárias. Ver o artigo sobre a *Tolerância*, e também sobre *Calvino*, quanto a esse lamentável aspecto das igrejas reformadas, em seus verdes anos. Irradiando-se da Suíça, as igrejas reformadas espalharam-se para muitos outros países da Europa. Assim, veio à existência a Igreja Reformada da Holanda, a Igreja Reformada da Alemanha, a Igreja Reformada da França, a Igreja Reformada da Hungria, etc. Na Escócia, a Igreja Reformada, liderada por João Knox (vide), veio a tornar-se conhecida como Igreja Presbiteriana, uma designação que veio à existência por causa de sua forma presbiteriana de governo. Ver sobre a *Igreja Presbiteriana*.

As migrações espalharam para várias outras regiões do mundo essa forma de cristianismo protestante. A Igreja Reformada Holandesa foi estabelecida em vários estados norte-americanos. — Imigrantes ali chegados da Alemanha e da Suíça fundaram as Igrejas Reformadas Alemãs, na região mais oriental dos Estados Unidos da América do Norte, perto do Oceano Atlântico, e absorveram muitos huguenotes franceses. A Igreja Presbiteriana Escocesa fundou vários ramos na América do Norte. — Apesar dessas igrejas terem-se conservado essencialmente calvinistas quanto à sua postura teológica, também havia variações, dependendo de uma região ou de outra. A maior parte dessas igrejas vem empregando uma forma presbiteriana de governo eclesiástico, embora isso não faça parte essencial do conceito de uma igreja reformada.

Ver os artigos *Confissão Galicana; Confissões da Igreja Histórica; Confissões Helvéticas; Heidelburgo, Catecismo de*.

IGREJA REORGANIZADA DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS

Ver sobre *Santos dos Últimos Dias* (*Mórmons*).

IGREJAS DE SANTIDADE

Esse título refere-se a certas igrejas e denominações evangélicas que enfatizam a possibilidade de uma

impecável perfeição. Com isso, aqueles grupos querem dar a entender que o crente pode ter uma poderosa experiência, dada pelo Espírito Santo, que lhe confere o poder sobre o pecado, de tal maneira que ele se torna absolutamente livre do princípio dominante do pecado. Esse conceito, todavia, é maculado pela admissão de que é fácil o retorno do crente ao anterior estado pecaminoso.

Essa suposta experiência de perfeita santificação é chamada de *segunda bênção*. Historicamente, antecipou o interesse pelo batismo no Espírito Santo, conforme o mesmo é atualmente promovido pelas igrejas carismáticas. Entretanto, essas duas coisas não são, teologicamente, a mesma coisa, visto que o batismo no Espírito Santo raramente é equiparado à perfeita santificação. Contudo, muitas igrejas carismáticas também têm adotado a teologia da perfeição impecável. A experiência da santificação é intitulada de *segunda bênção* porque segue à primeira bênção, a experiência da conversão e da justificação.

As igrejas de santidade, embora mantendo essa doutrina em comum, diferem largamente umas das outras quanto a outras questões, incluindo questões de governo e norma eclesiástica, não havendo uma única posição denominacional. De fato, essas igrejas estão divididas naquilo que alguns chamam de grupos de *ala esquerda*, os quais insistem sobre vários *charismata* ou dons espirituais, os quais, para eles, servem de prova da experiência da perfeita santificação, e naquilo que chamam de grupos de *ala direita*, que congraça os grupos mais tradicionais desse movimento, os quais repelem essa alegada necessidade. Portanto, podemos dizer que as igrejas pentecostais são igrejas de santidade da ala esquerda.

Embora o conceito de santificação perfeita possa ser encontrado aqui e ali por toda a história da Igreja cristã, o movimento moderno foi diretamente originado por João Wesley e pelo metodismo primitivo (ver os artigos a respeito). Um extremo emocionalismo e várias reivindicações duvidosas, caracterizaram o surgimento e os primeiros tempos desse movimento. Quando lemos sobre alguém que, com a idade de quinze anos, por exemplo, passou por alguma experiência emocional, e agora é um crente impecável, ficamos perguntando aos nossos botões se não estaríamos tratando apenas de algum mero emocionalismo religioso, que pouco ou nada tem a ver com a autêntica santidade, obtida através de muitos anos de luta e de enchimento do Espírito Santo. Mas então ficamos desolados ao ouvir dizer que o mesmo jovem, um mês mais tarde, voltou ao seu estado normal pecaminoso. E isso nos faz indagar se tal experiência trouxe mesmo ao jovem a santidade. Seja como for, um dos princípios do movimento perfeccionista, em seus primórdios, era a tentativa de propalar a experiência, com autêntico zelo missionário, como se a mesma fizesse parte da Grande Comissão.

À medida que os metodistas aumentaram em número, poder, riquezas e influência, o fervor dessa doutrina começou a amainar. Porém, já havia infectado a vários outros grupos, que originalmente se haviam derivado do metodismo. Pouco depois da Guerra Civil norte-americana, na segunda metade do século XIX, foi formado um movimento chamado *National Holiness Movement*, incorporando várias denominações além dos próprios metodistas. Reuniões em acampamentos e reavivamentos freqüentes faziam parte constante das atividades desses grupos. Muitas pessoas foram alegadamente salvas, e então aperfeiçoadas, a intervalos regulares, porque nenhuma dessas experiências era tida como necessariamente permanentes. Isso nos faz meditar sobre a suposta fraqueza do Espírito. Já sabemos muita coisa sobre a real fraqueza humana, e é lamentável que grandes atuações do Espírito possam ser concebidas como tão fracas e indefinidas que a cada ano a obra tem que ser repetida!

Algumas das denominações de santidade têm crescido até atingir grandes números, e muitas delas dispõem de um poderoso exército de missionários, tendo-se tornado organizações internacionais. Algumas dessas principais organizações chamam-se Christian Missionary Alliance, a Igreja de Deus, a Igreja do Nazareno, a Assembléia de Deus e a Conexão Metodista Wesleyana. Nos Estados Unidos da América há mais de uma dúzia de organizações congêneres, de mais modestas proporções. É entre as várias denominações pentecostais, pois, que a doutrina do perfeccionismo tem sido mais intensamente promovida.

Quanto ao seu lado positivo, afirmamos que é correto o crente interessar-se pela santificação, pelo que a idéia fundamental daqueles grupos de santidade é plenamente justificada. Pelo lado negativo, porém, não podemos aceitar uma perfeição que o crente pode perder com tanta facilidade. Além disso, essa perfeição é obtida muito mais através da *redução* do que está envolvido na definição do pecado do que através da obtenção de uma santidade positiva e duradoura. Ver o artigo separado sobre o *Perfeccionismo*. Ver também os artigos intitulados *Santidade* e *Santificação*.

IGREJAS OFICIAIS (ESTABELECIDAS)

Essa designação é dada àqueles corpos eclesiásticos que têm privilégios legais, dotações e reconhecimento oficial da parte de algum estado ou entidade. A Igreja Anglicana é um bom exemplo dessa situação. A Igreja Presbiteriana da Escócia é outro exemplo. Essa filosofia chegou mesmo a ser transferida para certas regiões dos Estados Unidos da América do Norte, como foi o caso do estado de Massachusetts, onde, até 1834, os ministros do evangelho eram pagos com fundos obtidos nos impostos.

IGREJAS REFORMADAS Ver Igreja Reformada.

IGREJAS SIRÍACAS

Esse título refere-se a um grupo de igrejas localizadas no Oriente Próximo, incluindo aquelas de províncias dentro e fora das fronteiras que separavam o império romano do território persa. Esse nome deriva-se do uso comum que elas faziam do idioma siríaco, que usavam como língua civil e religiosa. A principal cidade do grupo era Edessa (vide), atualmente chamada Urga. Essa era a capital do reino sírio, semi-independente e que servia de Estado tampão entre Roma e a Pártia, desde 132 A.C., até que se tornou uma província romana, em 244 D.C.

Sob a liderança de Tiago de Nísibis e de seu discípulo, Efraim Siro, que foram delegados junto ao concílio de Nicéia, essas igrejas passaram a seguir a ortodoxia nicena. E, quando irrompeu a heresia nestoriana, o bispo de Edessa, Rábulas (412—435 D.C.), tentou manter a antiga ortodoxia; mas o seu sucessor, Ibas (435—457 D.C.) acolheu o *nestorianismo* (vide), quando então foi estabelecida uma famosa escola nestoriana em Edessa. Posteriormente, muitas igrejas siríacas vieram a favorecer — o *monofisismo* (vide), ao passo que outras continuaram aderindo ao nestorianismo. Vários importantes textos neotestamentários chegaram até nós através dessa igreja, como a versão Siríaca Peshitta e o Diatessaron de Taciano. Esses textos seguem o siríaco antigo, cujos principais manuscritos são o Siríaco Sinaítico e o

Curetoniano. Ver o artigo geral sobre os *Manuscritos do Novo Testamento* e sobre *Bíblia, Versões da.*

IGUALDADE

Abraham Lincoln, um dos maiores presidentes dos Estados Unidos da América do Norte, afirmava que todos os homens nascem *iguais*. Mas muitos estudiosos não encontram muitas evidências em favor desta idéia. Alguns filósofos opinam que a igualdade é o estado natural que deveria existir no caso de todos os homens, porquanto todos deveriam ter direitos iguais diante da lei. Ver o artigo sobre os *Direitos Naturais*. *Helvécio* (que vide) chegou ao extremo absurdo de afirmar que todos os homens têm inteligência igual e que as diferenças originam-se do meio ambiente e das diferentes condições de educação. Rousseau (que vide) pensava que a igualdade é algo *desnatural*. Emerson (que vide) reconhecia as desigualdades entre os homens, mas ensinava a doutrina da *compensação*, mediante a qual ele pensava que quando um homem é deficiente em algum ponto, pode compensar por isso, destacando-se em algum outro ponto.

A *igualdade* consiste em uma relação de valor idêntico, de vantagens e oportunidades de realização iguais. Todavia, as desigualdades entre os homens são inúmeras e intermináveis. Os homens não são iguais aos outros quanto à herança genética, quanto à saúde, quanto às condições sociais de família, quanto às oportunidades, quanto às habilidades inatas e adquiridas, quanto ao caráter moral, à espiritualidade, à ambição, aos propósitos e às realizações. Em alguns países, essas condições têm melhorado. Em contraste com isso, por exemplo, na antiga cidade de Atenas, a maioria da população compunha-se de escravos, o mais poderoso fator econômico da antiga Roma era o trabalho escravo. Ali, as mulheres nunca tiveram quaisquer direitos dignos do nome. Até mesmo já na Renascença (que vide), as pessoas eram separadas em grupos de importância, de acordo com o trabalho ou profissão de cada um e de acordo com a posição da família no âmbito da sociedade. Alguns dizem que a Reforma Protestante promoveu a doutrina da igualdade de todos os homens, do ponto de vista de Deus; porém, qualquer pessoa que leia as obras teológicas da época sabe que isso não exprime uma verdade. Os movimentos democráticos que enfraqueceram as monarquias européias falavam em igualdade de uma maneira utópica; mas foram feitos progressos muito parciais, nesse campo. Vários filósofos, como Milton, Burke, Rousseau, Shelley e Jefferson referiram-se elogiosamente à igualdade entre os homens, mas as suas idéias obtiveram um êxito apenas parcial.

A Igualdade e a Fé Religiosa. A nossa principal preocupação é com a teologia da igualdade. Os calvinistas (ver sobre o *Calvinismo*) admitem que Deus ama o mundo; mas não acreditam que esse amor seja eficaz, de modo significativo, exceto no caso dos eleitos. Portanto, eles põem a desigualdade sobre bases teológicas e bíblicas, porquanto existem textos bíblicos que, manipulados, parecem defender a desigualdade. Os arminianos (ver sobre o *Arminianismo*) ensinam que a *oportunidade* de salvação é potencialmente a mesma para todos os homens; mas, visto que eles crêem que essa oportunidade termina por ocasião da morte biológica de cada pessoa, e visto que a maioria das pessoas nem chega a ouvir o evangelho da salvação, torna-se óbvio que essa igualdade é apenas um ideal, e não uma expectativa autêntica, dentro desse sistema teológico. No entanto, os arminianos encontram textos de prova em favor de sua posição. Os universalistas (ver sobre o *Universalismo*) crêem que tanto a oportunidade quanto a concretização dessa oportunidade estão predestinadas, de tal maneira que, em última análise, todos os homens haverão de participar da mesma salvação, pelo que todos os homens seriam iguais quanto a essa importantíssima questão da salvação da alma. Alguns textos de prova são apresentados em favor desse conceito; mas os textos invocados (como Efésios 1:9,10) são calorosamente disputados por outros. Mas, se defendermos a doutrina de que alguns homens serão remidos (os eleitos), a fim de chegarem a participar da própria natureza divina, enquanto que os demais homens serão apenas restaurados (ver sobre a *Restauração*), alcançando um estado de glória bem menor, então ainda assim, haverá desigualdade, mas uma desigualdade que, pelo menos, não será ultrajante para o homem, em última análise. Somente se os universalistas estiverem com a razão é que poderemos falar em termos de igualdade espiritual; e qualquer teólogo sabe disso.

IGUALITÁRIO

Alguém que acredita em direitos iguais ou luta por esses direitos. Ver o artigo sobre a *Igualdade.*

I H S

Essas são as três primeiras letras da palavra grega *Iesous*, «Jesus». Nessa palavra, o «H» representa uma letra grega maiúscula, *eta*. Essa letra grega, embora seja uma vogal, foi equivocadamente interpretada como se fosse um H maiúsculo, e assim essa abreviação foi interpretada como se quisesse dizer, «Jesus, Salvador dos Homens», onde o «H» aparece na forma latina da frase, *Jesus Hominum Salvator*. Notemos, pois, que a letra «S» veio a representar «Salvador». O fato da questão, porém, é que IHS significa apenas *Jesus*, da mesma maneira que XC é a abreviação de «Cristo», e IXTHUS, que significa «peixe», é a abreviação da frase grega *Jesus Cristo, Deus Filho, Salvador.*

IÍDICHE Ver Yiddish.

IIM

No hebraico, «círculos», ou «montões». Há duas localidades com esse nome, no Antigo Testamento:

1. Uma cidade no extremo sul do território de Judá (Jos. 15:29).

2. Uma forma abreviada para Ijé-Abarim (vide), mencionada em Núm. 33:45. Nossa versão portuguesa, no entanto, também grafa o nome, nesse versículo, como Ijé-Abarim.

IJÉ-ABARIM

No hebraico, «montões do além». Esse era o nome de um lugar onde Israel parou, em suas vagueações pelo deserto. Ficava entre Obote e o vale de Zerede ou Dibom-Gade (Núm. 21:11,12; 33:44,45). Ficava localizado no território de Moabe ou nas proximidades do mesmo, conforme se depreende de Núm. 33:44 e 21:11.

IJMA

No árabe, **ijma**, «acordo». Esse termo refere-se a princípios do islamismo que são aceitos como autoritários, quando os eruditos daquela fé concordam acerca de algo. As crenças religiosas, pois, tornam-se artigos de fé, e o conjunto desses artigos

chama-se *ijmaa* (forma plural daquela palavra árabe). Daí é que emerge a tradição ortodoxa islâmica. Disse Maomé: «Meu povo nunca estará unanimemente em erro». Assim, quando eles se mostram unânimes quanto a algum ponto, isso é considerado um reflexo da verdade. Esse é o equivalente islâmico dos concílios da cristandade.

IJOM

No hebraico, «ruína». Esse era o nome de uma cidade da porção norte da Palestina, no território de Naftali. Ficava no vale de Hulé, cerca de catorze quilômetros e meio ao norte de Abel-Bete-Maaca. Esse vale é limitado a oeste pelo rio Litânia, e a leste pelo monte Hermom. Foi capturada por Ben-Hadade, da Síria (I Reis 15:20), e, posteriormente, por Tiglate-Pileser, da Assíria (II Reis 15:29).

Vários textos antigos, extrabíblicos, confirmam a existência do lugar. Foi achada uma figurinha que continha um texto de execração (do século XIX A.C.), onde o nome dessa cidade aparece com a forma de *c'yn*. Tutmés III alista cento e dezenove cidades em Canaã, e Ijom aparece como a de número noventa e cinco. A lista de Tiglate-Pileser III, das cidades daquela região, não a menciona, embora mencione outra cidade, que lhe ficava bem próxima. Os eruditos têm identificado tentativamente o local com o moderno Tell Dibbin, perto de Merj'ayun, que parece preservar o antigo nome. As escavações ali feitas, porém, não têm desenterrado quaisquer peças de cerâmica da Idade do Ferro II (900—600 A.C.), conforme se poderia esperar, com base em referências bíblicas, relativas aos reis que teriam governado a cidade durante aquele período.

ILAI

No hebraico, «supremo». Era um aoíta, um dos trinta poderosos guerreiros de Davi (I Crô. 11:29). Ele é chamado de Zalmom, nas listas paralelas de II Sam. 23:28. Viveu por volta de 1046 A.C.

ILEGITIMIDADE

Definições. Literalmente, essa palavra indica algo *contrário à lei* (a raiz é o termo latino *legis*, «lei»). Dentro do contexto ético, qualquer pecado que transgrida a lei de Deus é um ato ilegítimo. Porém, a conotação normal da palavra é algum ato de nascimento de uma criança, fora do casamento. O Antigo Testamento encerra um lato conceito de ilegitimidade, incluindo até uma criança nascida de ato incestuoso (Gên. 19:30-38), pessoas mestiças (Zac. 9:6), e crianças nascidas de mães solteiras. Para enfatizar a seriedade com que a cultura hebréia via essa questão, os descendentes de uma pessoa nascida na ilegitimidade eram excluídos da assembléia do Senhor, bem como de plena participação no culto religioso durante dez gerações (Deu. 23:2). No Novo Testamento há somente uma referência à questão, envolvendo cristãos que não são disciplinados por Deus, como filhos Dele. Se não recebem a disciplina paterna, então não são filhos legítimos de Deus. Naturalmente, isso envolve um uso metafórico do termo.

Nem todas as culturas humanas condenam o sexo pré-marital, que produz a ilegitimidade. De fato, alguns povos pensam que o sexo antes do casamento faz parte natural do namoro; então, se ocorrer a gravidez, espera-se que o casal contraia matrimônio; e a criança que assim nasce não é tida como ilegítima. Comumente, nas áreas rurais, as mulheres solteiras que engravidam, casam-se com o pai da criança. Mas, nas grandes cidades, nem sempre as coisas ocorrem desse jeito, criando um grave problema social, com a existência de tantas mães solteiras que criam seus filhos, ou então que procuram pessoas que adotem suas crianças como filhos adotivos. As leis atinentes à ilegitimidade gradualmente se vão tornando mais e mais liberais, pois tal prática, com a passagem do tempo, cada vez mais tem perdido o seu estigma social. Porém, as raízes são profundas, e a ilegitimidade ainda é considerada algo muito indesejável. A maioria dos países contêm leis que querem que os genitores masculinos assumam a responsabilidade econômica pelos filhos que geram; mas, na prática, isso é ignorado em quase todos os casos. A carga usualmente fica com a mulher, que é forçada a prover o necessário para a criança, sem contar com a estrutura normal de uma família.

Nos Estados Unidos da América, um país com cerca de duzentos e vinte milhões de habitantes, a cada ano ocorrem quatrocentos mil nascimentos de crianças ilegítimas. Em nossos dias, quando o sexo pré-marital é a regra, e não a exceção, essa cifra, embora espantosa, ainda é pequena. Se nascessem filhos ilegítimos de todos os casos de sexo pré-marital, então talvez mais de vinte por cento da população do mundo consistisse em filhos ilegítimos.

O pecado que produz filhos ilegítimos não é nem um pouco diferente do sexo pré-marital e do sexo extramarital, que não resulte em gravidez. O fato de que alguém «foi apanhado» não torna a questão nem mais e nem menos pecaminosa, embora certamente complique os resultados. Além disso, esse «ser apanhado» com freqüência, é sinal de um outro pecado — a falta de responsabilidade, a negligência. Uma das coisas mais ridículas é a recusa de certos casais que, embora pratiquem o sexo pré-marital, não querem usar contraceptivos, por causa de escrúpulos morais contra os mesmos. Certamente isso equivale a coar o mosquito e engolir o camelo.

ILETRADO, INCULTO

Há quatro palavras gregas que precisam ser consideradas neste verbete:

1. *Amathês*, «não-ensinado», «ignorante». Ocorre somente em II Ped. 3:16. O autor aludia às epístolas de Paulo que apresentavam problemas para os ignorantes, que entendiam distorcidamente o que ele dizia, ou que os falsos mestres pervertiam. Sem dúvida estão em foco os mestres gnósticos.

2. *Apaideutos*, «não-instruídos», «insensatos». Palavra grega achada no Novo Testamento somente em II Tim. 2:23. Ali a palavra fala sobre as tolas controvérsias que servem somente para criar a confusão e a discórdia. Presume-se que estão em mira os problemas causados pela atividade dos falsos mestres, principalmente os mestres gnósticos.

3. *Idiotes*, «leigo», «sem treinamento especial». Aponta esse vocábulo para alguém que não faz parte do grupo, que não compreende os conceitos e a linguagem usada pelo grupo, uma pessoa não iniciada dentro de algum sistema. Essa palavra podia ser traduzida como «leigo», fazendo contraste com «profissional», sem importar em que campo da atividade humana. Esse homem era um *destreinado*. A base da palavra é *idios*, «privado», «particular», em contraste com «público». Indicava alguém em *sua própria* condição, e não alguém cujos conhecimentos e cultura tivessem sido desenvolvidos. Nossa palavra *idiota* vem desse termo, denotando alguém em sua própria condição inferior, em comparação com indivíduos normais.

4. *Agrámmatos*, «iletrado», «analfabeto». Alguém incapaz de ler e escrever. Essa palavra também pode significar «não-educado», não dando a indicar um completo analfabetismo. Supomos que esse segundo sentido é aquele tencionado em Atos 4:13, onde se lê que assim as autoridades religiosas de Jerusalém descreveram a Pedro e a João. Faltaria a estes uma educação extensa, adquirida nas escolas rabínicas, pois eram apenas humildes pescadores da Galiléia, embora não lhes faltasse inteligência e um correto treinamento aos pés de Cristo. Provavelmente, a descrição tencionada era insultá-los, e não meramente dar informações a respeito deles. Os humildes discípulos de Jesus foram desprezados pelos doutos da época. Tais homens, na opinião daqueles mestres religiosos, seriam incapazes de aprender e compreender a lei, pelo que não estariam qualificados a ensinar religião.

ILIADUM

Talvez esse seja outro nome do homem também chamado Henadade, em Esd. 3:9. Em I Esdras 5:58, aparece o nome *Iliadum*. Foi antepassado de alguns levitas que ajudaram a reconstruir o templo de Jerusalém, terminado o cativeiro babilônico.

ILIMITADO, O

Vem do grego, **apeiron**, que seria o princípio subjacente das mudanças, de natureza não-determinada, dentro da filosofia de Anaximandro (que vide).

ILÍRICO

A única referência, por nome, a esse território, acha-se em Rom. 15:19. O trecho de Rom. 15:23 alude à área em geral. Esse território é bastante montanhoso. Seu nome derivava-se do nome da primeira tribo da área que os gregos encontraram, quando ali chegaram. Acredita-se que os habitantes originais da região, até onde retrocede a história, eram indo-europeus que falavam uma linguagem antepassada do albanês. Os romanos entraram em choque com aquele povo desde o século III A.C., mas foi somente no século I A.C. que eles foram, finalmente, dominados. Então, o território deles foi dividido nos principados da Panônia e da Dalmácia (atualmente ocupados pelos países modernos, Iugoslávia e Albânia).

As pesquisas arqueológicas mostram-nos que a área foi ocupada por povos indo-europeus desde tão cedo quanto 2000 A.C. Os gregos buscavam ali minérios, e ocuparam certas porções da região no século VI A.C. Os reis macedônios guerrearam contra as tribos ilíricas no século IV A.C., mas a área não foi, realmente, subjugada. Os romanos tiveram duas guerras contra elas, em 229-228 e em 219 A.C. Na época, os ilíricos eram governados por uma rainha de nome Teuta. As vitórias obtidas pelos romanos possibilitaram que a área fosse incorporada ao império romano. Mesmo assim, prosseguiram as dificuldades. A última revolta só foi abafada depois da época de Cristo, quando Tibério efetuou uma campanha militar bem-sucedida contra eles, e pacificou o território.

Nos dias das viagens de Paulo, a Ilíria era a fronteira ocidental do mundo oriental. Não sabemos dizer se Paulo penetrou ou não na região; mas o trecho de II Tim. 4:10 quase certamente, afirma que ele o fez. Alguns eruditos, porém, duvidam que isso foi, realmente, um fato histórico.

Essa era uma província romana, que se estendia ao longo das costas orientais do mar Adriático, que formava a fronteira norte do Épiro, bem como a fronteira nordestina da Macedônia. O Ilírico ficava entre a Itália, a Alemanha, a Macedônia e a Trácia, sendo limitado pelo mar Adriático e pelo rio Danúbio. No grego, o nome usual dessa região era «Illyris», nome esse que aparece tanto em documentos gregos como latinos. Suas praias contavam com excelentes portos, além de uma região costeira fértil. Nos tempos do império romano, esse nome se espalhou para todos os distritos circunvizinhos. Na divisão entre o império romano do Ocidente e do Oriente, a região foi dividida em Ilíria Bárbara, anexada ao império romano ocidental, e a Ilíria Grega, anexada ao império oriental, incluindo a Grécia, o Épiro e a Macedônia. Gradualmente, o apelativo «Ilíria» foi desaparecendo, e o país foi dividido entre os estados da Bósnia, da Croácia, da Sérvia, da Rascia e da Dalmácia (Iugoslávia moderna).

O apóstolo Paulo porventura evangelizou o Ilírico? O fraseado, no original grego, é um tanto ambíguo. Não é definidamente declarado que Paulo realmente tenha labutado naquela região tão ao norte, acima das fronteiras nortistas da Macedônia; mas, por igual modo, com base no texto em foco, não se pode negar que ele o tenha feito. Por essa razão, os intérpretes têm assumido uma ou outra dessas duas possibilidades, como a verdade da questão. É possível, contudo, que Paulo tivesse declarado somente até que ponto, *mais ao norte*, ele chegou em suas viagens missionárias, chegou ao Ilírico, embora não tivesse entrado nesse território.

No livro de Atos não há qualquer alusão de algum trabalho de Paulo nessa área; e embora nada exista de conclusivo contra essa possibilidade, essa ausência de menção pelo menos é um fator contrário. Há estudiosos, todavia, que supõem que tal ministério tenha tido lugar durante a jornada mencionada no trecho de Atos 20:1-3, quando Paulo deixou a Macedônia e esperou que surtisse efeito a mensagem contida na sua segunda epístola aos Coríntios, antes de partir novamente para a cidade de Corinto.

«Estrabão assevera que a Via Inácia passava por ali (pelo Ilírico). A Arábia e o Ilírico, por conseguinte, teriam sido os limites extremos das viagens missionárias de Paulo, até aquela altura dos acontecimentos». (Vincent, *in loc.*).

Porém, sem importar se Paulo evangelizou realmente o Ilírico ou não, — isso em nada afeta sua declaração, que ele faz neste versículo. Tivera Paulo um amplíssimo ministério, tendo evangelizado desde Jerusalém até os limites do extremo norte da Macedônia; e o poder do Espírito Santo o acompanhara em todos esses labores, de forma que muita gente havia aceito a Cristo Jesus como seu Salvador. Alguns eruditos, entretanto, supõem que Paulo não evangelizou realmente a região do Ilírico, embora tenha conquistado vários dos habitantes daquela área, estando ele a trabalhar na Macedônia. Isso é perfeitamente possível, embora não seja um aspecto subentendido em sua declaração aqui, como se esta fosse equivalente a uma afirmativa que ele havia evangelizado indivíduos provenientes dessa região.

Tenho divulgado o evangelho. Essas palavras são equivalentes a «tenho cumprido cabalmente a missão evangelizadora». Paulo sempre pregou «todo o conselho de Deus», a «mensagem evangélica em sua totalidade». Porém, o que aqui é assegurado é que ele havia evangelizado completamente a área delimitada por esses pontos extremos por ele mencionados —

desde Jerusalém até o Ilírico.

O trabalho efetuado por Paulo não era parcial e superficial; seu ministério era pleno e completo em cada área por ele visitada. O sentido dessas palavras, mui provavelmente, é aquilo que Sanday (*in loc.*) indicou: «...parece certo que o que Paulo tencionava dizer é que o evangelho havia sido publicado por 'toda aquela extensão geográfica', não estando em foco o sentido subjetivo no apóstolo, de que ele havia cumprido o seu dever de pregar o evangelho, que lhe fora imposto». Podemos ver como Paulo deixa essa questão ainda mais enfatizada, no vigésimo terceiro versículo deste mesmo capítulo. Outrossim, Paulo não quis dizer que havia pregado o evangelho para cada indivíduo habitante daquela região tão vasta, e nem mesmo que cobrira cada cidade ou povoado, mas antes, que os seus labores haviam sido suficientemente extensos para cobrir a área geral dos países e regiões por ele visitados.

«Que maravilhoso e absolutamente incansável obreiro do amor foi esse homem, Paulo. O Ilírico era a província contígua à Itália». (Newell, *in loc.*).

ILLUMINATI

No latim, «os iluminados». Nome dado a grupos que afirmam ter obtido alguma forma de iluminação espiritual. Sabemos, pela história, que grupos assim estiveram ativos no século XVI. Inácio de Loyola foi avisado a não se aliar a eles. Na França, vários grupos tinham esse nome, embora desligados uns dos outros. Uma sociedade dos fins do século XVIII existia na Alemanha, com esse nome. Era de natureza política e religiosa; mas as perseguições acabaram com eles.

Duas Formas. Em primeiro lugar, há a iluminação da alma pelo Espírito Santo, mediante alguma experiência mística. Também há uma exaltação natural da inteligência humana, que também pode receber tal nome. Portanto, há uma iluminação espiritual e há uma iluminação intelectual.

Os gnósticos do século II D.C., afirmavam-se *iluminados*; mas então, todos os grupos, dentro e fora da Igreja, que reivindicavam ter recebido iluminação, podiam ser assim chamados. Mas, normalmente, o termo tem sido aplicado àqueles grupos fora da corrente principal do cristianismo, geralmente considerados heréticos. Os alumbrados, um grupo místico da Espanha, do século XVI, afirmavam receber iluminação espiritual à parte da Igreja. A Igreja Católica Romana sente-se muito mal à vontade diante de tais reivindicações, porquanto parecem ameaçar a autoridade e a ordem estabelecida do catolicismo romano. Naturalmente, nesses grupos, há doutrinas e práticas duvidosas. Talvez com legitimidade é que eles tenham sido perseguidos.

No século XVIII, os *filósofos*, que se diziam pessoas intelectualmente iluminadas, esperavam poder livrar as pessoas da servidão à Igreja e ao Estado. Surgiram vários grupos com esse propósito na era do Iluminismo (vide). Adão Weishaupt estabeleceu uma sociedade chamada os *Perfectibilisten* (em 1776), que esperava livrar os homens do autoritarismo do Estado e do domínio exercido pela Igreja Católica Romana, para que pudessem recuperar a liberdade humana, que lhes havia sido arrebatada. O governo bávaro e o papa também condenaram o movimento. Também apareceram os *Illuminés* (ou Guérinets) na França, bem como os membros do *Quietismo* (vide). Os rosacrucianos (vide) e os martinistas também têm sido intitulados de *illuminati*.

ILUMINAÇÃO

Esboço:

I. Definição
II. Na Filosofia e na Teologia
III. Alguns Ensinos Bíblicos
IV. Os Olhos da Alma

I. Definição

A base dessa palavra é o termo latino **lumen**, «luz». A raiz verbal significa «iluminar», *illuminare*. A luz é um símbolo comum da verdade e da iluminação espiritual. Jesus foi chamado de a Luz do mundo (João 1:9; 9:5). A Bíblia inclui a metáfora da luz e das trevas, ou seja, da verdade espiritual versus a ignorância causada pelo pecado e pela rebeldia. Ver o artigo detalhado intitulado *Luz, Metáfora da*, onde damos muitas informações relativa à mensagem do presente artigo. Os estudos místicos geralmente são referidos em termos de iluminação. A *experiência perto da morte* (vide) traz até perto da pessoa o Ser de Luz, que a leva a fazer uma revisão de sua vida, para que possa extrair a essência da vida que acabou de viver.

II. Na Filosofia e na Teologia

Tanto na filosofia quanto na teologia, a verdade e Deus são descritos em termos de luz. A luz, por assim dizer, é a verdade de Deus. O homem participa dessa luz através de alguma experiência, mediante a qual Deus se avizinha da alma e a ilumina. Naturalmente, isso envolve experiências místicas (ver sobre o *Misticismo*), ou então a iluminação intelectual, que por muitas vezes tem alguma conotação espiritual.

1. Nos escritos de Platão, temos a imagem da caverna. Ali devemos imaginar uma cena onde homens são mantidos prisioneiros em uma caverna subterrânea. Aqueles homens só podem ver as imagens projetadas nas paredes da caverna, por uma fogueira que crepita *atrás* deles. Vários objetos, entre a fogueira e o lugar onde eles estão sentados, também lançam suas sombras sobre as paredes da caverna. Aqueles homens, vendo as sombras, pensam que elas são as realidades, porquanto as sombras eram as únicas realidades que eles viam. Mas então, um deles escapou da caverna e viu o sol, com sua real iluminação. E reconheceu alguns objetos do mundo real, mediante as sombras projetadas no interior da caverna, sombras essas extremamente imperfeitas e incompletas. Então o homem tornou a descer à caverna, dotado de uma mensagem iluminadora, pois vira a qualidade, que era imitada tão pobremente na caverna. Porém, foi rejeitado como um homem mentiroso. Para Platão, pois, a caverna serve de figura de nosso mundo e da nossa percepção dos sentidos, os quais, quando muito, percebem apenas uma pobre imitação do mundo real, o mundo dos *universais* (vide). É preciso receber uma real iluminação para que se compreenda a verdade.

2. O *estoicismo* ensinava que o homem possui uma fagulha divina, dentro de si, uma partícula do Logos ou Razão Universal. Essa fagulha poderia ser cultivada, mediante o raciocínio e a pesquisa filosóficos. O Logos seria o Fogo Central, a fonte de toda a existência, que se irradiaria ou emanaria para todas as formas de existência.

3. O evangelho de João vincula a luz a Deus, a verdade a Cristo, conforme se demonstra no artigo intitulado *Luz, Metáfora da* (vide).

4. O *neoplatonismo* (vide) dava muita importância à metáfora da luz e à necessidade de iluminação. Encontramos ali um misticismo mediante o qual se espera que um homem obtenha iluminação espiritual.

A vereda da iluminação leva-nos além do que é sensual é racional. Leva-nos até **a presença de Deus**, onde a alma fica enamorada.

5. *Agostinho*, ao adotar a posição bíblica e platônica da iluminação, supôs que a percepção dos sentidos e o mundo da matéria servem de empecilhos à ascensão da alma. Ele falava na mesma hierarquia de fontes de conhecimento. A fonte mais inferior de conhecimentos seria a percepção dos sentidos. Então, viria a razão. Em seguida, a intuição. E, finalmente, as experiências místicas. A experiência mística culminante, que traz uma colossal iluminação à alma, é a *visão beatífica* (vide). Antes disso, a alma do homem é capaz de receber a luz divina, e assim ser transformada.

O evangelho de João faz a ligação entre a vida e a luz: «A vida estava nele, e a vida era a luz dos homens» (João 1:4). Por ocasião da visão beatífica, o indivíduo não é meramente iluminado. Também é transformado, de modo a participar da forma divina da vida, ou seja, da própria divindade. Ver os artigos separados intitulados *Transformação Segundo a Imagem de Cristo* e *Divindade, Participação na, Pelos Homens*. Esse é o propósito final da iluminação.

6. *Boaventura* (vide) supunha que a iluminação divina leva-nos à verdade espiritual, incluindo as normas éticas, embora o seu propósito final seja o de restaurar a alma a Deus.

7. A Igreja Ortodoxa Oriental tem sempre enfatizado a necessidade de iluminação, especialmente através da meditação; e isso também é um elemento constante das religiões orientais em geral.

8. Algumas seitas cristãs, como os anabatistas e os quacres têm enfatizado a sua própria variedade de iluminação.

A iluminação é um aspecto importante do crescimento espiritual. Conforme ficou salientado acima, sua culminação ocorre por ocasião da visão beatífica. Não há como separar a luz espiritual da vida espiritual. A leitura do artigo separado sobre o *Misticismo* dará ao leitor um quadro mais completo sobre a essência da iluminação.

A iluminação é *um* dos meios tradicionais do desenvolvimento espiritual. Esses meios são os seguintes:

1. O *treinamento intelectual* quanto aos documentos sagrados e outros livros, que ajudam a espiritualização das faculdades de raciocínio, e aumentam o nosso conhecimento sobre as realidades espirituais.

2. A *oração* (vide), que procura a comunhão com Deus, pedindo e recebendo. Uma vida de oração bem disciplinada ajuda o indivíduo a crescer espiritualmente, inteiramente à parte do benefício recebido pelo pedir e receber coisas.

3. A *meditação* (vide) é irmã gêmea da oração. É Deus falando conosco. Através da meditação podem ser atingidos estados alterados da consciência, possibilitando a iluminação mística. Esse é um toque místico na vida, extremamente necessário.

4. A *santificação* (vide). De nada adianta meditar, se a vida do indivíduo se caracteriza pelo pecado e pelos vícios. A transformação moral conduz diretamente à transformação espiritual, ou seja, à transformação metafísica, mediante a qual chegamos a participar da natureza divina (ver II Ped. 1:4).

5. *A prática da lei do amor*. Antes de tudo, do amor a Deus; em segundo lugar, do amor ao próximo, mediante as boas obras. Essa é a parte prática da vida cristã, necessária para o nosso crescimento espiritual. O amor é a grande prova da espiritualidade (I João 4:7 *ss*).

6. *O toque místico*, dentro do ministério do Espírito Santo, incluindo o uso dos dons espirituais. A iluminação fica ao encargo do Espírito de Deus. Ele pode realizar isso de várias maneiras, com ou sem o auxílio da meditação.

III. Alguns Ensinos Bíblicos

A palavra subentende a idéia de trazer luz e de iluminar. É usada para traduzir vocábulos hebraicos e gregos que são usados em sentido literal (como em I Sam. 14:27,29; Jó 33:30; Sal. 97:4); mais usualmente, porém, está em pauta a iluminação moral e espiritual. A palavra hebraica é *ore*, que inclui todos os tipos de iluminação. O termo grego é *photídzo*, que também é usado em sentido bem geral, em todos os contextos associados à idéia de trazer, de produzir luz e de iluminar. Essa palavra também envolve a idéia de «revelar», de esclarecer uma coisa qualquer, a fim de tornar-se melhor compreendida.

Textos Bíblicos. Deus ilumina as trevas do homem (Sal. 18:18). Os mandamentos divinos conferem luz aos olhos espirituais (Sal. 19:8). O próprio Deus, entretanto, não precisa de iluminação (Isa. 40:14). Um importante texto neotestamentário é o de Efésios 1:18. Os *olhos de nosso coração* precisam ser iluminados se tivermos de compreender a natureza e a extensão da nossa herança espiritual em Jesus Cristo. Isso significa que o simples estudo da Bíblia e a oração não são suficientes para nosso crescimento e entendimento espirituais. Também precisamos do ministério direto do Espírito Santo. Há vários meios místicos de iluminação, como a meditação, os dons espirituais, a iluminação espiritual, o discernimento — todas essas qualidades espirituais. Em contraste, existem mentes cegas, que foram embotadas através da agência de forças satânicas (II Cor. 4:4). Esse é o equivalente satânico da iluminação, exatamente seu oposto. Algumas das coisas mais sinistras e más são concebidas por homens não-regenerados, que recebem uma espécie de discernimento maligno, como o comunismo, por exemplo. Até mesmo em certos segmentos da cristandade atual o sistema do comunismo está sendo louvado como a vereda iluminada a seguir.

Poderíamos dizer que o zelo religioso resulta da iluminação; mas também pode ser o resultado de uma mente mal-orientada, fanatizada. Alguns judeus eram zelosos em favor de Deus, mas não tinham um verdadeiro entendimento quanto à sua vontade (Rom. 10:2).

O trecho de Heb. 6:4-6 é de difícil interpretação para muitos estudiosos. Ali é dito que aqueles que uma vez foram iluminados e provaram do dom celestial, etc., se vierem a cair (cometerem apostasia), não poderão ser renovados para o arrependimento. E muitos intérpretes têm tido imensas dificuldades para ajustar isso aos seus sistemas teológicos, porquanto esse texto diz que essa renovação é *impossível*. Assim, os calvinistas são forçados a dizer que, nesses casos, a iluminação não chegou ao ponto da conversão. E a maioria dos arminianos, apesar de admitirem que deve estar envolvida a conversão, —procura descobrir vários meios para anular a palavra «impossível», transmutando-a em *possível*, como se fosse possível os apóstatas voltarem a Deus. Outros supõem que estão em foco os apóstatas (poucos em número, comparativamente falando) e não os desviados. Mas, o autor da epístola aos Hebreus, estribando-se em certo ensino teológico, de Números 15:28 *ss*, que afirma que pode haver expiação pelos pecados de ignorância, mas não

pelos pecados voluntários e de presunção, asseverou enfaticamente que tal indivíduo está definitivamente cortado, conforme diz o texto do Antigo Testamento. E ele retorna ao tema em Hebreus 10:26 *ss*, referindo-se ali, especificamente, ao *pecado voluntário*. Ele descrevia os que apostataram da fé cristã, tendo vindo do judaísmo e advertia a seus leitores de que essa apostasia é um erro fatal, que não tem como ser remediado. Ora, essa teologia não satisfaz nem aos calvinistas e nem aos arminianos; mas essa é a teologia expressa pelo autor desse livro canônico.

No que tange à questão, afirmo que a mensagem cristã em geral, bem como o grau de iluminação que transparece em *outros textos* do Novo Testamento, ultrapassa àquilo que o autor da epístola aos Hebreus disse nesse ponto, anulando aquela antiga interpretação rabínica do livro de Números. Portanto, a renovação dos desviados é possível, porquanto a graça de Deus é suficiente para isso. Que outros intérpretes distorçam isso, escolhendo textos que pareçam dar-lhes apoio. Mas, se reconhecermos que todos os textos bíblicos precisam ser equilibrados mediante a *revelação bíblica progressiva*, disporemos dos meios para solucionar muitos dos problemas aparentemente insolúveis da teologia.

No tocante à *iluminação*, emergem dois importantes elementos no sexto capítulo da epístola aos Hebreus. Em *primeiro lugar*, a própria mensagem cristã é uma iluminação. É uma revelação superior, cujo intuito é iluminar todos os homens acima do ponto onde eles haviam chegado, antes dessa revelação ser conferida. Em *segundo lugar*, essa mensagem é mediada pelo Espírito Santo, que ilumina os homens para que possam entendê-la. É óbvio que o ministério do Espírito, em muitas conexões no Novo Testamento, consiste em iluminação espiritual. Portanto, nunca será suficiente simplesmente estudar preceitos e orar. Nosso progresso espiritual depende diretamente do contacto pessoal com o Espírito de Deus, que nos confere compreensão. Isso faz parte do seu ministério.

A iluminação pode ser dada dentro de um sistema que outorga maior **discernimento** quanto à natureza da espiritualidade. Pode ocorrer através de experiências místicas. Pode ser sutil, mas percebida por meio da intuição. Pode ser provocada pelo processo do raciocínio do indivíduo inquiridor. A iluminação é um dos nossos meios de desenvolvimento espiritual.

Deus é a luz do mundo. Ver João 1:3 *ss*. Ver o artigo separado, *Luz, Deus como*.

Cristo é a luz do mundo. Sua luz é salvadora, de tal modo que os homens, através da iluminação dada por ele, chegam a participar da forma de vida de Deus. Ver o artigo separado chamado *Luz do Mundo, Cristo como*. Ver João 1:9 e 9:5.

Cristo trouxe a luz aos homens, por meio do evangelho (João 1:9; II Tim. 1:10). A conversão, para Cristo, é uma experiência iluminadora.

A *inspiração das Escrituras* é uma forma de iluminação divina, para que fosse dada uma importantíssima mensagem. Ver o artigo geral sobre as Escrituras, sobretudo, a segunda seção, que aborda a questão com consideráveis detalhes. A quinta seção desse mesmo artigo descreve *níveis* diversos de inspiração bíblica.

A obra geral do Espírito Santo inclui a iluminação dos homens, para que possam participar da verdade de Deus e, finalmente, de sua própria natureza. Na quarta seção damos explicações sobre Efésios 1:18, «os olhos da alma», e sobre I Coríntios 2:14, onde vemos que a iluminação dada pelo Espírito é necessária para que o homem natural seja regenerado.

Empecilhos. O homem regenerado pode e deveria subir para estados superiores de iluminação espiritual. Para tanto, ele precisa da santificação e de uma intensa inquirição espiritual, com vigorosa aplicação dos meios de crescimento espiritual, conforme já sugerimos, no começo deste artigo. Ver I Cor. 3:1,2.

IV. Os Olhos da Alma

O homem regenerado precisa que os olhos de sua alma sejam iluminados, para que possa crescer na espiritualidade. Ver Efé. 1:18. E o homem não-regenerado precisa da iluminação do Espírito para converter-se e ser regenerado. Nenhum homem, sem a iluminação, pode atingir a vida eterna.

1. Em Efésios 1:18

Sendo iluminados os olhos do vosso coração, para que saibais qual seja a esperança da sua vocação, e quais as riquezas da glória da sua herança nos santos.

As palavras iniciais de Efé. 1:18 «...iluminados os olhos de vosso coração...», referem-se à iluminação prestada pelo Espírito Santo, no espírito humano. Algum contacto divino, que transcenda sentidos, razão e pesquisas, está aqui em foco. Trata-se de um dom de Deus, o dom da consciência iluminada.

Olhos do vosso coração. Esta expressão significa espiritualmente «discernimento sobre verdades básicas». Esse uso do termo é muito antigo, não estando confinado aos escritores bíblicos. Aristóteles já falava sobre os «olhos da alma». É interessante que, normalmente, os «olhos» eram vinculados à «alma» (*psuche*) ou à «mente» (nous), na expressão que aqui temos; mas *coração* fala do íntimo, do homem real, do homem espiritual, da alma ou espírito, e não meramente das disposições íntimas, das emoções. O «coração» pode ser reputado como sede da «vontade» e das «emoções», conforme se verifica na literatura universal e no A.T. (E isso pode ser comparado com o trecho de Sal. 51:10,17, onde os vocábulos «coração» e «espírito» são vinculados em paralelismo poético). Assim também, os «limpos de coração» é que verão a Deus (ver Mat. 5:8); e é com o «coração» que o homem crê para a justiça (ver Rom. 10:10). É evidente, portanto, que «*...a iluminação do coração*, neste caso, não é mera acuidade intelectual e, sim, a invasão de todo o ser íntimo com a luz da verdade divina; é o dom da visão para os espiritualmente cegos; e resulta na apreensão das realidades da graça divina, aplicando-as a nós mesmos». (Beare, *in loc.*).

Paulo quis dar a entender, pois, que a faculdade espiritual do homem, a alma, pode ter olhos, e que esses olhos podem ser iluminados. Trata-se de uma maneira poética de dizer que o homem pode receber a iluminação divina ao nível da alma, mediante o Espírito Santo.

«Esses olhos do coração precisam ser iluminados? Certamente que nada precisa tão urgentemente da luz. A pedagogia científica pode ser inteiramente atordoada por essa tarefa. Às crianças se pode ensinar quase qualquer coisa, se tempo e paciência prevalecerem. Porém, iluminar uma alma obscurecida pelo ódio ou cega por desejos impuros, isso requer a pedagogia divina. Somente Deus pode dar a um homem um novo coração. Por isso é que a Bíblia está repleta de palavras como renascimento, arrependimento, salvação e graça». (Wedel, *in loc.*).

O dom em questão é o dom especial do 'conhecimento' ou discernimento, o que explica a figura simbólica de 'olhos'. Esse é conhecimento 'espiritual', o que justifica o uso da expressão 'olhos

do coração', visto que 'coração', ou seja, 'kardia', significa o 'homem interior'; a sede e o centro da vida mental e espiritual, com alusão especial, ocasionalmente, à faculdade da inteligência, (ver Mat. 13:15; João 12:40; Atos 28:27; Rom. 1:21; II Cor. 4:6; e Heb. 4:12).

Olhos. Esses são a luz do corpo, o instrumento da visão, sem o qual uma pessoa permanece em trevas físicas. É palavra metaforicamente usada no presente texto para falar sobre a capacidade que a alma tem de receber iluminação espiritual. O olho algumas vezes é usado como símbolo da inteligência (ver Eze. 1:18). A alma é a inteligência ou sede da inteligência do indivíduo; a alma pode ser iluminada, recebendo conhecimento intuitivo ou de revelação, porquanto caracteriza-se pela capacidade de receber esse dom divino. Paulo orava para que isso ocorresse com os crentes a quem escrevia esta epístola. No dizer de Robertson (*in loc.*): «Uma bela figura, em que o coração é considerado como dotado de olhos, que se fixam na direção de Cristo».

Com isso se pode comparar a expressão de Platão, «os olhos da alma» (ver Sofista, 254). Olhos do «coração» também aparece nos escritos de Ovídio (ver «Metamorfoses», vv. 62-64). E «olhos do entendimento» aparece nos escritos rabínicos, conforme se vê em Zohar sobre Deut., fol. 119:3; Jetzirah, pars. 22,78. E também nos escritos do rabino Levi ben Gersom, sobre Gênesis, fol. 14:3. Ver igualmente Filo, *De opificio*, Dei, pág. 15.

Saberdes qual é a esperança do seu chamamento. Um dos motivos dessa «iluminação» é que venhamos a conhecer, profunda e espiritualmente, e não apenas intelectualmente ou como conceito, qual seja a esperança de nossa vocação. Levemos em conta os pontos seguintes: 1. Aquilo pelo que esperamos; ou então 2. O «princípio» da esperança, que nos faz continuar a salvação completa, por ser a esperança que o próprio Deus inspira. (Quanto a notas expositivas sobre o «chamamento dos crentes», ver Rom. 8:30 no NTI). Esse chamamento é interno e eficaz, levando nossos olhos a se voltarem para Cristo e para a salvação que há nele. Trata-se de uma operação conquistadora e movimentadora do Espírito Santo nos homens, e que opera de conformidade com o decreto divino da eleição. Ver também o trecho de Rom. 11:29: «...porque os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis».

Centro e fusão de todas as distâncias;
Velhice-mãe de todas as infâncias;
E futuro de quanto há de morrer...
Possa a minha alma ver-te, um só segundo,
Presente e em ti, Pretérito do mundo,
Infinito imortal do verbo Ser!
(Augusto Gil. Porto, Portugal, 1873—1929).

2. Em I Coríntios 2:11

Pois, qual dos homens entende as coisas do homem, senão o espírito do homem que nele está? Assim também as coisas de Deus, ninguém as compreendeu, senão o Espírito de Deus.

A primeira menção da palavra *espírito*, deve ser gravada em letra inicial minúscula, embora no original grego não houvesse diferenciação entre letras maiúsculas e minúsculas, porquanto está aqui em vista o espírito humano. A palavra «Espírito», que aparece em seguida, é um artifício moderno de impressão, para indicar o Espírito Santo de Deus. Algumas vezes é simplesmente impossível saber-se com certeza se está em foco, em uma dada passagem neotestamentária, o espírito humano ou o Espírito de Deus. Nem mesmo a presença ou a ausência do artigo definido, no original grego, serve de grande valia nesse caso. No presente versículo, entretanto, não aparece esse problema, porquanto o espírito do homem é aqui contrastado com o Espírito Santo, pois o qualificativo, «...de Deus...», deixa isso claro, já que isso não pode dar a entender o espírito humano.

O «espírito» é a porção imaterial do homem, a alma, que representa o homem essencial, a verdadeira personalidade do indivíduo. O que Paulo provavelmente desejava dizer é que, mediante o processo intuitivo, através da comunicação com a alma, um homem pode vir a conhecer as profundezas do seu próprio ser. O pleno conhecimento dessa realidade é uma espécie de processo místico, e não um mero funcionamento intelectual. Não obstante, Paulo declara que esse processo é possível, embora não seja usual na experiência da grande maioria dos homens. Seja como for, se um indivíduo tiver de conhecer as profundezas de seu próprio ser, a verdadeira natureza de sua pessoa, isso só poderá ocorrer dentro do nível do «espírito» do ser, e não meramente dentro do nível intelectual ou emocional.

O argumento, pois, é perfeitamente claro, as «*profundezas*» de Deus só podem ser conhecidas através do Espírito de Deus, porque somente ele é capaz de penetrar no ser de Deus e compreendê-lo. Por conseguinte, o Espírito Santo é o agente da revelação de qualquer coisa que sabemos concernente a Deus, sem importar se pensarmos em sua pessoa, em seus decretos ou em suas obras, pois isso necessariamente inclui tudo quanto é inerente ao plano universal da redenção humana. Se tivermos de compreender a glorificação dos remidos, na pessoa de Cristo, segundo a sua imagem, a participação em tudo quanto ele tem e é, somente o Espírito Santo pode transmitir a nós tal conhecimento. Esse tema tem sido abundantemente comentado nas notas expositivas sobre I Cor. 2:10 no *NTI*. Neste ponto, Paulo tão-somente confirma o que ele disse ali, mediante a adição dos pensamentos que encontramos neste versículo.

Além disso, Paulo havia de mostrar logo em seguida, no décimo segundo versículo deste capítulo, que essas palavras se aplicavam igualmente à sua polêmica contra as divisões provocadas pela busca da sabedoria humana na igreja dos coríntios. Ficamos sabendo o que devemos saber acerca das realidades espirituais mediante essa revelação divina do Espírito Santo, e não mediante o estudo acadêmico, porquanto esse estudo pode ser destrutivo, e não benéfico. Infelizmente, porém, muitos dos crentes de Corinto eram «carnais» (ver I Cor. 3:1), não buscando a verdadeira sabedoria e não estando primariamente interessados —na iluminação— do Espírito; antes, buscavam a sabedoria do mundo, que glorifica ao homem.

Do Espírito Para o Espírito

1. Posto que a iluminação procede do Espírito Santo para o espírito humano, é impossível obtê-la através da sabedoria humana. Paulo prossegue em seu ataque contra o partido intelectualizado de Corinto, que substituíra o evangelho por uma mensagem alicerçada sobre a sabedoria humana, e não sobre a revelação divina.

2. Os filósofos emprestavam excessiva importância à capacidade de raciocinar que o ser humano possui, e pensavam que elevadas verdades podiam ser atingidas por esse meio. Paulo, porém, insistia sobre a necessidade da iluminação através do Espírito Santo, se qualquer sabedoria autêntica tiver de ser alcançada.

3. Paulo dava apoio às reivindicações dos místicos: Deus existe e pode revelar-se ao homem, em sua sabedoria divina. A definição básica do misticismo é que se trata de um contacto genuíno com o sobrenatural, contacto esse que transcende à percepção dos sentidos, à razão e à intuição, apesar do poder operar através da intuição.

4. Mui naturalmente, o homem é autoconsciente. Através da influência exercida pelo Espírito, pode tomar consciência de Deus. Por meio da iluminação é que chegamos a saber algo a respeito de Deus, de suas obras e de seus desígnios para conosco e o gênero humano.

«Ele (Paulo)... faz uma tremenda reivindicação nesta passagem. Quando da outorga do Espírito Santo, os homens recebem nada menos que a autoconsciência de Deus. Portanto, tornam-se capazes de compreender sua sabedoria secreta». (C.T. Craig, *in loc.*). Ver os artigos sobre *Espírito Santo* e *Trindade*. Ver as notas expositivas sobre a «iluminação conferida por Deus», no NTI em Efé. 1:18. Quanto ao vocábulo grego «pneuma», que designa o espírito humano, ver os trechos de I Cor. 5:5; 7:34; II Cor. 7:1; I Tes. 5:23 e I Ped. 3:19. Ver sobre *Misticismo*.

ILUMINAÇÃO, A

Assim chama-se o período da história que fica entre 1650 e 1780. Esse período de cento e trinta anos foi assim chamado porque então houve a desintegração do ponto de vista sobre o mundo, de acordo com a era medieval, bem como a gradual secularização do pensamento na Europa ocidental. Isso foi acompanhado pelo desenvolvimento da ciência e do método científico, em contraste com o dogmatismo da Igreja Católica Romana e com o racionalismo da filosofia. Esse período também se tornou conhecido como *Era da Razão*. Os pensadores daquele período consideravam-se *iluminados*, como se as coisas, antes deles, estivessem em trevas. A revolução científica newtoniana fez parte desse movimento e, embora ele mesmo fosse um homem religioso, os seus princípios lançaram os alicerces do ponto de vista mecanista do mundo. Esse período também pavimentou o caminho para o *humanismo* (que vide), que foi promovido por David Hume e por Voltaire. Tanto a iluminação quanto o humanismo floresceram em uma atmosfera na qual os homens haviam abandonado os textos bíblicos de prova, como sua orientação e não mais acreditavam na inerrância e autoridade absoluta do Livro Sagrado. Pela primeira vez desde Constantino, a Igreja e a fé cristã sofriam oposição e eram sujeitadas a abuso, abertamente. Kant (que vide), um importante filósofo da época, criou o lema: «Ousa conhecer». A iluminação foi levada à frente pelos *enciclopedistas* (que vide), cujos extensos escritos incorporavam, tentativamente, todo o conhecimento humano do período, exercendo assim vastíssima influência. John Locke (que vide) promovia a filosofia do método científico, o qual se tem aperfeiçoado e desenvolvido ainda mais, desde seus dias até os nossos e que, essencialmente, continua dominando a abordagem científica do conhecimento. A religião de tendências deístas (ver sobre o *deísmo*) foi um efeito natural da Iluminação. A Iluminação do século XIX mostrou-se propícia ao desenvolvimento do *romantismo* (que vide) que floresceu em seguida. Todavia, isso ocorreu de modo negativo. O romantismo opunha-se às idéias básicas da Iluminação, acreditando que a sua abordagem racional e mecânica da verdade era por demais restrita. Encontramos nisso os primórdios do *idealismo alemão* (que vide), como um sistema que produziu muitas idéias, em oposição a uma perspectiva mecanista do mundo.

Vários Aspectos da Iluminação. Esse movimento penetrou em cada domínio da vida: o religioso, o literário, o artístico, o filosófico e o político.

Na Religião. A desintegração da autoridade da Igreja e seu ponto de vista do mundo, com o desrespeito por seus dogmas e por sua autoridade; o desenvolvimento do deísmo; a fragmentação das organizações religiosas; o surgimento das seitas; a ênfase sobre a religião natural e não sobre a religião sobrenatural. Obras importantes dessa época: *De Veritate*, de Herbert of Cherbury; *The Reasonableness of Christianity*, por John Locke; *Christianity not Mysterious*, por John Toland; *The Deists' Bible*, por Matthew Tindal.

Na Literatura. No caso de alguns autores, houve um retorno a um tipo de ponto de vista clássico do mundo. Quanto a outros autores, eles contemplavam uma visão mais científica e racional do mundo, como no caso de *Diderot* (que vide) e dos enciclopedistas. Apareceram os escritos de homens como Voltaire (que vide).

Na Arte e na Música. Na arte, a Iluminação caracterizou-se pelo domínio do elemento da clareza, da disciplina formal e da restrição impessoal. Atuavam as restrições da razão e da formalidade objetiva. Daí resultaram a magnificência das obras de Rembrandt, Rubens e Atteano. Bach foi o grande músico desse período. A Academia Francesa da Escultura e da Pintura foi uma grande instituição dessa época.

Na Filosofia. Descartes, com o seu «penso, por isso existo», e com sua ênfase sobre o racionalismo; o método científico de John Locke; as metodologias racionais de Spinoza e Leibniz.

Na Ciência. O ponto de vista mundial mecanista de Newton, bem como daqueles que seguiam o seu exemplo. Os seus *Princípios de Matemática* expuseram a nova maneira de considerar o mundo.

Na Economia e na Política. Um sistema racionalmente controlado e arregimentado centralmente acerca do mercantilismo. O conceito do *déspota iluminado* tomou vulto, com freqüência vinculado à noção do direito divino dos reis. Os reis dessa tradição foram Frederico II, o Grande, da Prússia, José II, da Áustria, e Catarina II, da Rússia. O alvo deles era governar mediante a luz da reta razão. Mas, finalmente, o poder da Iluminação foi declinando, em face do peso de seus próprios exageros. Isso é o que sempre acaba sucedendo a todos os movimentos culturais, bons ou maus. (AM C E EP)

ILUSÃO

Essa palavra vem do latim, illudere, «iludir», «enganar».

Esboço:

I. Na Filosofia

II. Na Religião

I. Na Filosofia

a. **Parmênides e Zeno (ver os artigos sobre eles)** afirmavam que a *realidade* é diferente daquilo que é captado pelos nossos sentidos. Platão concordava com eles, afirmando que o mundo detectado pela percepção dos sentidos é um mundo que apenas imita a *realidade* (sendo este último o mundo dos *universais;* vide). Os idealistas modernos, como F.H. Bradley, têm ensinado a essência dessa idéia.

b. O movimento do *ceticismo* (vide) tem demonstrado bem a tese de que os nossos sentidos apresentam-

nos impressões indignas de confiança, envolvendo, realmente, uma ilusão no tocante à *verdade*.

c. O *positivismo lógico*, com seu extremo empirismo, transforma a verdade real em mera ilusão, somente porque nossos sentidos nunca atingem perfeição em sua percepção. — Então, a verdade termina na *praticalidade*; dando a entender que falar sobre uma verdade que ultrapasse disso é uma atividade ilusória.

II. Na Religião

a. A filosofia de Platão era ética e religiosa, visto que seus mais elevados *universais* (a verdadeira realidade) eram de natureza ética e espiritual. Assim, a busca pela verdade é ilusória enquanto não envolve considerações éticas e espirituais. Em sua metáfora da *caverna* ele mostrou que as sombras que os homens divisam no mundo físico são meras sombras ou imitações dos universais, ou seja, expõem diante de nós uma distorção ilusória da realidade.

b. Na filosofia hindu as palavras *maya* (vide) e *avidya* (vide) são usadas como sinônimos, ambas referindo-se à natureza ilusória deste mundo dos fenômenos, das aparências. Somente o mundo espiritual é real, e a inquirição espiritual do homem teria por finalidade fazê-lo retornar a esse mundo, para que o *atman* (a alma humana) possa ser absorvido por *Brahman* (a alma do mundo). Ver os artigos sobre esses dois termos. A alma do mundo seria um espírito imutável e eterno, a única realidade. Essa é uma outra maneira de dizer que Deus é tudo em todos, e que tudo o mais não passa de ilusão.

c. As falsas doutrinas, por mais honradas que sejam (do que todos nós participamos) são aspectos ilusórios da fé religiosa do indivíduo. Também constitui uma ilusão alguém pensar que sua fé e suas crenças estão isentas de ilusões. Pois nenhuma inquirição espiritual já progrediu até o ponto de estar livre de ilusões. Contudo, a pesquisa honesta tende por diminuir tais ilusões.

ILUSÃO, ARGUMENTOS BASEADOS NA

Essa é a expressão que alude a todos os argumentos que lançam dúvidas sobre a capacidade da percepção dos sentidos para transmitir-nos a verdade. O termo «ilusão» pode incluir certa variedade de coisas: 1. A própria percepção dos sentidos, que só toma conhecimento do mundo de modo aparente, mas que na realidade, impõe ao mundo seu tipo de realidade, conforme os homens a conhecem. Por essa razão, alguns têm dito que «Vemos o mundo conforme somos, e não conforme o mundo é». A percepção dos sentidos humanos é bastante limitada. Mais do que isso, é bastante inexata. Mesmo com a ajuda de instrumentos, nunca vemos uma coisa em si mesma, a verdadeira essência da realidade. 2. Também existem as *alucinações*, que impõem sobre aqueles que as têm um mundo falso, embora o tenham como real. Não foi ainda esclarecido até que ponto as alucinações envolvem os processos psicológicos «normais», embora estes envolvam-nas até certo ponto. Sabemos que determinadas drogas fazem as pessoas enxergarem coisas que não estão presentes, e certos estados psicológicos poderiam ter idêntico efeito. 3. Também existem *visões* e *sonhos* no estado desperto. A primeira coisa que os místicos aprendem é a desconfiar de suas visões. A ciência tem demonstrado que certas drogas e estados psicológicos podem produzir visões, e que tais coisas não são, necessariamente, espiritualmente reais ou exatas. Os sonhos são visões durante o sono, e mui provavelmente, estão envolvidos os mesmos estados cérebro-neurológicos, embora atuem de modo diverso. Algumas pessoas têm experimentado a continuação de imagens de sonhos mesmo quando acordadas, pelo menos durante algum tempo. E essa experiência tende por confirmar a declaração que acabamos de fazer. A simples privação da percepção dos sentidos produz visões no homem. Com freqüência dentro de quarenta e oito horas a partir dessa perda. Experiências feitas na Universidade de Utah (e em outras), nas quais um homem é mergulhado em um tanque com água, dentro de uma cápsula, em trevas totais, onde não lhe chegue qualquer ruído, têm demonstrado que tal homem, assim privado de qualquer percepção dos sentidos, começa a sofrer de alucinações no espaço de dois dias. E o que tal homem vê e experimenta lhe parece tão real que, a menos que se lembre de que está em meio a uma experiência, terminará pensando que o que está vendo é perfeitamente real. Que a mente humana tem uma imensa capacidade para simular a realidade, é óbvio e isto envolve aquilo que chamamos de *ilusões*. 4. *Identificação errônea*. Um homem pode ver uma coisa, ao mesmo tempo em que a identifica erroneamente. Os vestígios deixados por um foguete lançado ao espaço podem ser tomados como discos voadores do espaço exterior, completos com tripulantes de outros mundos, por exemplo. 5. Também há as ilusões inspiradas por demônios ou por espíritos não-humanos.

Todas as coisas acima nomeadas podem distorcer a nossa percepção e o conhecimento que temos da realidade. Portanto, as ilusões podem substituir ou distorcer a verdade. Porém, a *aplicação princìpal* quanto a isso é aquela que diz respeito à percepção dos sentidos. Platão argumentava que a percepção dos sentidos não pode ser a base da verdade, e nem a origem da verdade, porquanto os nossos sentidos físicos são inexatos e ilusórios. Ele apelava antes para a razão, para a intuição e para as experiências místicas, como fontes mais seguras da verdade, nessa ordem de importância. Uma outra maneira de resolvermos o problema consiste em dizer que existem duas realidades diferentes, uma delas sujeita aos sentidos, e a outra sujeita à razão, à intuição e às experiências místicas. Além disso, poderíamos dizer que a primeira dessas realidades é *menos real*, por ser temporal e estar em estado de fluxo ou mudança. Seja como for, quando buscamos verdades que satisfazem à alma, não dependemos da percepção dos nossos sentidos, como também não dependemos da ciência e de seus aparelhos. Os ângulos retos, vistos a certa distância, expandem-se e não parecem ter 90 graus. Uma vara de aço colocada dentro da água, parece dobrar e oscilar. Os trilhos das ferrovias, à medida que se perdem à distância, parecem que finalmente se tocam, embora continuem paralelos o tempo todo. As ilusões óticas são inúmeras. Portanto, é uma verdade que a percepção dos sentidos representa uma espécie de véu de aparências que oculta a verdade essêncial da realidade. (EP F)

IMÃ

Título dado ao sacerdote que está oficiando em uma mesquita islâmica. Essa palavra vem do árabe *amma*, «ir adiante». A forma nominal é *imã*. O título também é dado aos líderes islâmicos, tal como os *califas* (vide) e os fundadores de ordens religiosas, etc.

IMACULADA CONCEIÇÃO

Em 1854, o papa Pio IX oficializou essa doutrina (não-criada por ele). Essa teoria diz que a bendita

Virgem Maria, por causa de seu privilégio e papel ímpares como mãe de Deus, e por causa dos méritos de Cristo, foi preservada do pecado original desde o momento em que ela foi concebida. Desde há muito tal doutrina vem sendo debatida. «Maria foi salva pelos méritos de Jesus. No caso dela, e dela somente, a dívida do pecado foi paga a fim de que ela não incorresse na mesma. A justiça de Maria consistia em santidade, inocência e justiça».

Quando o concílio de Trento (1545 — 1563) pronunciou-se sobre o assunto do pecado original, adicionou: «...não é sua intenção incluir nesse decreto sobre o pecado original a bendita e imaculada Virgem Maria, mãe de Deus...» Como é óbvio, isso deu ao papa Pio IX a autoridade de convocar um concílio, visando à oficialização posterior dessa doutrina. O decreto dele reza: «Declaramos, pronunciamos e definimos: a doutrina que diz que a mui bendita Virgem Maria foi preservada da mancha do pecado original, desde o primeiro instante de sua concepção, por uma graça e um privilégio sem iguais do Deus onipotente, e em consideração aos méritos de Cristo Jesus, o Salvador da raça humana, é uma doutrina revelada por Deus, pelo que deve ser firme e constantemente mantida por todos os fiéis» (na bula *Ineffabilis Deus*, 8 de dezembro de 1854).

Pelo menos desde o século VII D.C., tanto no Oriente quanto no Ocidente, vinha sendo proclamada a perfeita impecabilidade de Maria. Quase todos os escolásticos da Idade Média defendiam alguma *forma* dessa doutrina. Bernardo, Alberto, Boaventura e Tomás de Aquino asseveraram que Maria era isenta do pecado original desde o seu nascimento, mas negavam que ela tivesse sido concebida sem o pecado original, um ponto delicado que não é fácil de ser entendido. – Parece que o que eles queriam dizer era que a infusão da alma no elemento físico fora feita de tal modo que nenhum pecado foi capaz de contaminá-la, mas que todos os homens, incluindo Maria, são concebidos em pecado, conforme diz o trecho de Salmos 51:5.

Muitos teólogos têm pensado que o ato sexual, mesmo no matrimônio, sempre é corrupto, porque a concupiscência sempre o acompanharia. Assim, os pais de Maria pecaram por concupiscência ao gerá-la, mas, por um ato de graça divina, a própria Maria teria sido preservada da contaminação. Contudo, Bernardo de Clairvaux e Tomás de Aquino opunham-se a essa teoria, essencialmente porque isso significava que Maria não precisava da redenção. João Duns Scotus tentou solucionar o problema, ao afirmar que ela tivera uma redenção *antecipada*, pelo que tanto fora salva quanto nascera livre da contaminação do pecado, antes mesmo de ser gerada. Idéia tão absurda abriu caminho para a aceitação geral da doutrina da Imaculada Conceição, dentro do romanismo, ajustando-se à idéia geral do batismo, no caso de outras pessoas.

Na verdade, Maria foi salva, conforme todos os pecadores devem sê-lo, pelos méritos de Jesus Cristo, em face de sua missão remidora, visto que meramente ser alguém isento de pecado não salva nenhuma alma. Pois a salvação envolve muito mais do que isso. Muitos eruditos da Bíblia opõem-se a essa doutrina, porquanto ela requer que Maria não precisava de Salvador. No entanto, ela mesma declarou: «...o meu espírito se alegrou em Deus, meu Salvador...» (Luc. 1:47). Porém, uma vez esquecida essa imperiosa verdade, a Igreja Católica Romana universalizou e oficializou a idéia que lentamente se formara por toda a Idade Média, da impecabilidade de Maria.

Uma Interpretação Errônea. Alguns estudiosos têm pensado que a doutrina da Imaculada Conceição ensina que Maria teve um nascimento virginal, tal como Jesus; mas não é isso que tal doutrina quer dizer. O que a doutrina pretende ensinar é que ela recebeu, no momento em que sua alma foi insuflada no corpo, as graças que outras pessoas só receberiam no ato do batismo. Antes de 1854, a Igreja Ortodoxa Oriental, de modo geral, aceitava essa doutrina. Mas, desde aquela data, passou a rejeitá-la; sob a alegação de que detrata da impecabilidade real de Maria. Temos aí um outro ponto delicado da doutrina católica romana. Porque significa que Maria, mediante sua superior espiritualidade, conseguiu nunca pecar, na vida dela; e isso sem qualquer ajuda especial de Deus, que lhe desse qualquer privilégio ou posição especial. Todavia, a impecabilidade de Maria é uma doutrina comum na Igreja Ortodoxa Oriental. Alguns anglicanos têm defendido ou a posição oriental ou a posição ocidental sobre a questão. A festa da conceição da bendita Virgem era celebrada no Oriente, desde o século VII D.C. Realmente, foi dali que a prática se propagou para o Ocidente. Tomás de Aquino, que escreveu em 1272, disse que a Igreja de Roma não observava essa festa, mas que a mesma não deveria ser proibida. (Ver *Summa Theologica* 3.27,2,3). Foi formalmente adotada pela Igreja Católica Romana em 1476, e imposta como observância obrigatória a partir de 1708. A palavra *imaculada* foi adicionada às formulações dessa doutrina, quando do pronunciamento feito pelo papa Pio IX, em 1854. Dentro do calendário da Igreja Anglicana, a idéia aparece sem esse adjetivo. Em todos os segmentos da cristandade, a data da observância dessa festa é a mesma, 8 de dezembro.

Para os católicos romanos, essa doutrina é sagrada, e todo ataque contra a mesma é encarado como uma heresia. Faz parte da veneração a Maria, ou então, segundo os grupos protestantes e evangélicos vêem a questão, da *mariolatria* (vide).

Os evangélicos que aceitam somente as Sagradas Escrituras como seu guia da verdade e da prática cristãs, não ficam em nada impressionados com os pronunciamentos dos concílios e das bulas papais, quando criam dogmas que discordam dos ensinamentos bíblicos. Todavia, apesar de precisarmos usar de muita cautela com as adições dogmáticas alicerçadas sobre a razão ou sobre o desenvolvimento de sistemas teológicos, o nosso ponto de vista sobre a *autoridade* (vide) precisa ser mais amplo do que aquele que diz «as Escrituras somente». Outrossim, o que quase todos os protestantes não reconhecem é que a própria assertiva, «as Escrituras somente» é um dogma, visto que as próprias Escrituras não assumem essa posição de autoridade exclusiva. De fato, a criação desse dogma deveu-se ao desejo de *simplificar* a complicada questão da autoridade. A verdade, porém, é que a questão da autoridade está longe de ser simples. Meu artigo sobre esse ponto demonstra claramente a dificuldade. Nada existe de tão *complexo* quanto a inquirição pela verdade. Trata-se de uma verdadeira aventura, e não de algo que nos seja dado como um pequeno pacote, que basta ser aberto para que já saibamos tudo. Ademais, aqueles que clamam «as Escrituras somente», na realidade querem dizer: «as Escrituras somente, conforme *eu* e *minha* denominação particular as interpretamos».

Pode-se fazer a pergunta: quem é mais sábio na interpretação, eu e minha própria denominação, ou os concílios eclesiásticos? Até onde posso determinar, nem os concílios, nem eu e nem a minha denominação e nem somente as Escrituras podem ser tidos como a

única base de busca pela verdade. As próprias Escrituras não contêm qualquer afirmação deste tipo, que obviamente, é um dogma, não um ensino da Bíblia. Há muitas portas e janelas que se abrem para o *grande tesouro* da verdade, e precisamos usar *todas* elas, sem temer a complexidade ou a crítica dos outros. A *aventura* da busca pela verdade não deve ser abandonada por causa de suas complicações. Certamente, Deus é um ser muito *complexo*, e sua verdade não cede facilmente à inteligência do homem. A busca da verdade será *eterna*, porquanto somente Deus conhece toda a verdade. Todas as criaturas inteligentes terão de *continuar* buscando. Pessoalmente, não creio na doutrina da *imaculada conceição*; mas creio que muitas verdades precisam de séculos para serem definidas, e todas as muitas portas e janelas de busca deveriam ser respeitadas. Em primeiro lugar, precisamos usar de maior *tolerância* (vide); em segundo lugar, de mais *amor* (vide), em nosso relacionamento com todas as pessoas, especialmente com aquelas que se declaram cristãs, sejam do Oriente, do Ocidente, sejam Católicos, Protestantes, sejam Evangélicos ou Ortodoxos.

IMAGEM (NA BÍBLIA)

Ver os artigos *Idolatria; Imagem de Deus, Cristo como; Imagem de Deus, o Homem como*. Ver também *Imagem (na Filosofia)*.

Esboço:

I. Quanto a Objetos Materiais
II. Usos Teológicos do Termo
III. Imagem no Novo Testamento

I. Quanto a Objetos Materiais

Esses objetos eram usados para representar deuses ou poderes cósmicos, ou então eram reputados dotados de qualidades divinas, em si mesmos. Vários termos hebraicos foram usados no Antigo Testamento, para indicá-los:

1. *Pesel*, que indicava todo tipo de imagem esculpida em madeira ou pedra. Tais imagens variavam em tamanho, desde figurinhas até maciças estátuas. Algumas vezes, eram feitas formas grotescas, para representar as necessidades básicas e as aspirações do povo, como os ferozes deuses da tempestade, do julgamento, dos castigos, dos órgãos sexuais, além de formas representando estranhas e imaginárias criaturas irracionais. Todas as imagens desse tipo foram proibidas na legislação hebraica, sendo atacadas pelos profetas. Ver Êxo. 20:4; Lev. 21:1; Deu. 5:8; Isa. 41:20; 44:15; Jer. 8:19; Osé. 11:2; Miq. 5:13.

2. *Masseka*. Essa palavra era usada para indicar as imagens fundidas, de cobre, prata ou ouro. O exemplo mais notório é o bezerro de ouro, de Aarão (Êxo. 32:4), bem como a vigorosa idolatria encabeçada por Jeroboão (I Reis 14:9). Essas imagens também foram condenadas pelos autores bíblicos: Êxo. 34:17; Lev. 19:4; Sal. 116:19; Isa. 30:22; Osé. 13:2; Hab. 2:18

3. *Hammanim*, palavra usada para indicar as «imagens do sol» (Lev. 26:30; Isa. 17:8; Eze. 6:4), embora também apontasse para os altares de incenso.

4. *Teraphim*, palavra usada para indicar os deuses domésticos, as figurinhas, as estatuetas, etc. (Gên. 31:19; I Sam. 19:13; Eze. 21:21), equivalentes às imagens e gravuras de santos, em muitos lares da cristandade. Eram usados nas devoções pessoais, como se pudessem proteger e fazer prosperar as famílias. Outrossim, eram empregados para efeito de adivinhação.

5. *Selem*. No segundo capítulo de Daniel, a grande figura de metal do sonho de Nabucodonosor, é assim chamada. Era uma imensa imagem de ouro, de prata, de bronze, de ferro e de barro. Tal palavra também chegou a ser aplicada a seres humanos vivos (ver Sal. 73:20 e Eze. 16:17).

II. Usos Teológicos do Termo

1. O homem foi criado à imagem de Deus (Gên. 1:27; 9:6). Oferecemos um artigo separado sobre o assunto, *Imagem de Deus, o Homem como*. Esse artigo é detalhado e fornece ampla explicação sobre a teologia envolvida.

2. Cristo como a imagem de Deus (ver Col. 1:15). Ver o artigo separado *Imagem de Deus, Cristo como*.

III. Imagem no Novo Testamento

1. O homem é chamado de a imagem (no grego, *eikon*) de Deus, em I Cor. 11:7. Ver o artigo acima mencionado.

2. Cristo é chamado de a imagem (no grego, *eikon*) de Deus, em Col. 1:15. Ver o artigo mencionado acima.

3. Em Apocalipse 13:14, o termo grego *eikon* é usado para indicar a adoração a ídolos. Em Mat. 22:20, essa mesma palavra refere-se à efígie de César, estampada em uma moeda.

IMAGEM (NA FILOSOFIA)

Essa palavra vem do latim, **imago**, «imitação». Quanto a usos bíblicos do termo, ver o artigo *Imagem (na Bíblia)*.

1. Em textos em que essa palavra vem do grego, *eidolon*, temos alusão às «imagens» ou «esboços» que os objetos enviam à percepção de nossos sentidos. Demócrito e Epicuro usaram esse termo para aludir a como os objetos são capazes de causar nossas percepções, a fim de reagirem e darem-nos noções diversas sobre as coisas.

2. O vocábulo grego *phantasma* tem sido traduzido tanto por «fantasma» quanto por «imagem». Os objetos físicos enviam-nos imagens (no grego, *phantasmata*). No processo do pensamento, injetamos nessas imagens e extraímos delas a *forma* dos objetos. Ver o artigo separado sobre *Forma*. A matemática representa um elevado nível de abstração.

Seguindo a maneira aristotélica de pensar, *Tomás de Aquino* supunha que o intelecto é capaz de abstrair sentidos universais das imagens formadas na percepção dos sentidos, através de *fantasmas*, que representariam as coisas percebidas. Assim, o intelecto passivo (*intellectus possibilis*) receberia esses fantasmas, ao passo que o intelecto ativo (*intellectus agens*) extrairia deles os sentidos envolvidos.

3. Para os empiristas, como Francisco Bacon, Hobbes, Locke e Condillac, a palavra «imagem» deve ser usada para indicar as noções que nos dão os nossos sentidos, quando ouvimos, tocamos ou, de outra maneira qualquer, percebemos os objetos que nos cercam. Locke usou a expressão *idéias simples*; Hume, *impressões*; e vários outros filósofos usaram a palavra *percepção*, para indicar isso. Essas idéias, impressões, percepções ou imagens nos fornecem o material de que nossas idéias se compõem, mediante associação.

4. Berkeley usou o termo de Locke, *idéia*, a fim de incluir o conceito de *imagem*.

5. Francisco Galton usava o termo *imagem genérica* para exprimir a idéia de uma ponte entre os informes concretos da percepção de nossos sentidos e os conceitos gerais. Isso nos daria a seguinte seqüência: a percepção dos sentidos; b. imagem; c. conceitos

gerais. A imagem genérica seria uma espécie de fotografia composta, agrupando percepção do mesmo tipo, e daí abstraindo conceitos gerais.

6. No tocante a argumentos em favor e contra a necessidade das *imagens*, na nossa intelecção, ver os artigos sobre H.H. Price (que argumentava em favor dos dados dos sentidos) e sobre Ryle e Austin, que argumentavam contra esse conceito, porque seria inadequado. Para Austin, os informes dos sentidos não *subentendem* meramente algo dos objetos que percebemos; antes, fornecem-nos a natureza daquilo que está sendo percebido. Isso envolve a posição do realismo do bom senso.

IMAGEM, SEMELHANÇA

No hebraico, **tselem**, «imagem». Essa palavra, que tem a mesma forma no aramaico, é usada por trinta e duas vezes: Gên. 1:26,27; 5:3; 9:6; Núm. 33:52; I Sam. 6:5,11; II Reis 11:18; II Crô. 23:17; Sal. 39:6; 73:20; Eze. 7:20; 16:17; 23:14; Amós 5:26; Dan. 2:31,32,34,35; 3:1-3,5,7,10,12,14,15,18,19.

No grego, *eikón*, palavra que aparece por vinte e três vezes no Novo Testamento: Mat. 22:20; Mar. 12:16; Luc. 20:24; Rom. 1:23; 8:29; I Cor. 11:7; 15:49; II Cor. 3:18; 4:4; Col. 1:15; 3:10; Heb. 10:1; Apo. 13:14,15; 14:9,11; 15:2; 16:2; 19:20; 20:4.

Esses dois termos, o hebraico e o grego, vinculamos aqui à idéia de *imagem*, acerca da qual continuaremos a tecer considerações:

Imagem. O homem foi criado à imagem de Deus; e também haverá de receber a imagem de Cristo (Gên. 1:26,27 e Rom. 8:29). As palavras são plásticas, e seria legítimo pressionar a idéia de que a participação na *natureza essencial* está em pauta. Por outra parte, as palavras podem envolver a idéia de *semelhança*, sem a participação na natureza básica. Os teólogos usualmente explicam que o homem participa da natureza moral e espiritual de Deus, embora não de sua divindade essencial. Porém, a mensagem do evangelho é que o homem poderá vir a participar da natureza essencial do Pai e do Filho (II Cor. 3:18; Col. 2:10; II Ped. 1:4). Jesus Cristo aparece como o *eikon* do Pai (II Cor. 4:4); e, uma vez mais, coisa alguma pode ser provada somente pelo apelo ao significado da palavra. Ver o artigo sobre a *Divindade de Cristo*.

Semelhança. Sob esse título devemos estudar três palavras gregas diferentes, cada qual com seu sentido especializado, a saber: *morphê* (forma), *homoíoma* (semelhança) e *schema* (formato). Esses são vocábulos importantes, que desempenham o seu papel no estudo sobre a encarnação de Cristo, e os teólogos buscam entender perfeitamente o seu sentido. Há quem pense que algumas dessas palavras indicam uma real participação na divindade, e que outras indicam mais a participação na humanidade, por parte de Cristo, o *Logos*. Novamente, porém, nada pode ser provado meramente mediante o apelo ao sentido das palavras. Apresento uma completa explicação a respeito nas notas expositivas do NTI, em Fil. 2:6-8, onde são usadas essas três palavras. Apresento aqui o sumário daquelas notas expositivas:

1. *Morphê*. Esse vocábulo pode significar mera aparência externa, embora também possa indicar a participação na essência. O fato de que o trecho de Fil. 2:6 salienta que o Filho é igual ao Pai, força-nos a aceitar aqui a interpretação que pensa em identidade de natureza essencial.

2. *Homoíoma*. Quando Cristo tomou a forma (*morphê*) de servo, também assumiu a semelhança (*homoíoma*) de ser humano (Fil. 2:7). Novamente, a palavra *homoíoma* poderia apontar simplesmente para a idéia de aparência, mas não de substância idêntica com a humanidade, em cujo caso a palavra apoiaria as idéias docéticas. Ver sobre o *Docetismo*. No entanto, por si mesma, a palavra também pode indicar a participação na essência, que produz a forma ou semelhança, o que, por sua vez, indicaria a real e essencial participação na natureza humana, por parte de Jesus Cristo. Podemos supor que Cristo não poderia ter tido a semelhança da natureza humana, sem ter também a substância dessa natureza; no entanto, nada podemos prover através do mero apelo ao sentido das palavras empregadas. O exame de um léxico mostrará ao leitor a ambigüidade de que venho falando.

3. *Schema*. Lemos em Filipenses 2:7 que Cristo adquiriu a «figura humana». Isso indica a aparência externa, o formato. O formato externo deste mundo, conforme se aprende em I Cor. 7:31, está passando. Esse termo grego refere-se à aparência externa e não à essência. De fato, se Paulo tivesse empregado somente essa palavra, teríamos de aceitar o docetismo. Uma vez mais, podemos supor que Cristo assumiu a figura humana, mas isso porque participava da verdadeira natureza humana, e não que fosse humano somente na aparência. A descrição paulina sobre a humilhação de Cristo não é teologicamente precisa, e os vocábulos por ele usados não devem ser pressionados. Antes, o ensino geral deve ser extraído de vários textos correlatos. Ver o artigo sobre a *Humilhação de Cristo*, onde oferecemos uma exposição do trecho da epístola aos Filipenses, onde as palavras aqui mencionadas são examinadas.

IMAGEM DE DEUS, CRISTO COMO

Cristo é a imagem do Deus invisível (Col. 1:15). O gr. traduzido por *imagem* é *eikon* e apesar de que com freqüência difere de *homoíoma*, que sempre fala de mera semelhança, a própria palavra não subentende, necessariamente, a participação na mesma natureza, e nem nega tal coisa. É simplesmente impossível fazer com que a própria palavra signifique, obrigatoriamente, uma coisa ou outra. Assim sendo, todo o tempo e espaço gastos nessa tentativa são inúteis. Os exemplos de seu uso não subentendem em similaridade de natureza. Quanto a esse particular, somente o contexto em que o termo é usado é que pode determinar em que devemos crer. O homem é chamado de *imagem de Deus* em I Cor. 11:7, e a mesma idéia se acha em Gên. 1:26,28. No entanto, em seu estado atual, o homem não é a imagem de Deus, no sentido de participar realmente de sua natureza. A mesma passagem ensina a similaridade da natureza de Cristo, tal como em João 1:1 e Heb. 1:3, mas o próprio vocábulo grego não pode ser oferecido como prova disso.

Filo usou a expressão «imagem de Deus» como um dos títulos do «Logos»; e sabemos que na filosofia neoplatônica, da qual isso era um representante, o «Logos», possuiria natureza divina, embora se pensasse que ele ocupa posição e funções inferiores às do Deus Altíssimo, por ser uma emanação e controlador das demais emanações de Deus. Por conseguinte, em sua filosofia e teologia, o termo «imagem» indica, para Filo, entre outros termos, a participação da natureza divina por parte do «Logos». (Ver de *mundi*, op. 8; op. I., pág. 6; *de monarch*, ii.5,II, pág. 255; *de somniis*, I, pág. 565). O contexto da presente passagem nos dá o direito de acreditar que o uso que Paulo fez desse vocábulo se aproxima do uso de Filo; pelo menos o Cristo descrito, a «imagem» de Deus, certamente é um ser divino.

Portanto, apesar da própria palavra grega não subentender, necessariamente, uma participação na mesma natureza que a coisa «retratada», o contexto lhe empresta esse significado.

As moedas eram impressas com a *efígie* («imagem», a palavra aqui usada) do imperador (ver Josefo, Guerras dos Judeus 2:169; 194; Antiq. 19, 185 e Mat. 22:20). Essa imagem, pois, é uma «representação». Todavia, o presente contexto ensina-nos que essa «semelhança» ou «representação» contém a natureza veraz daquilo que é representado. Cristo é Deus, e contém a pessoa de Deus tanto quanto homens e anjos podem conhecer. Essa é a idéia envolvida no vocábulo, porque pode-se observar que o próprio Deus é descrito como «invisível», como impossível de ser conhecido por seres inteligentes. O que podemos saber a seu respeito é visto na «imagem» e isso desde toda a eternidade passada, como também agora mesmo, diante dos anjos e dos homens. Assim, pois, vê-se que Cristo não pertence à ordem dos «aeons» ou poderes angelicais. Longe disso, ele mesmo é tudo quanto se pode saber acerca de Deus. Nenhum mero anjo é a imagem de Deus; antes, todos eles foram criados, e Cristo é o criador dos mesmos (ver Col. 1:16). Portanto, a própria palavra imagem, conforme ela é usada em Col. 1:15, no dizer de Vincent (*in loc.*), «...subentende um protótipo, envolvendo a veracidade essencial de seu protótipo». Ora, isso não é deduzido do próprio vocábulo grego, mas antes, do contexto onde o mesmo é usado. Col. 1:16, por exemplo, faz de Cristo a «esfera» ou «modelo» no qual e segundo o qual tudo foi criado (nele), o agente ou poder que criou (por meio dele), bem como o alvo na direção do qual se movimenta toda a vida (para ele). E Col. 1:17 faz dele aquela força que conserva todas as coisas em ordem e em funcionamento, apresentando-o como «divino», pois nada disso poderia ser dito acerca de qualquer ser que fosse menos que divino. Além disso, o trecho de Col. 2:9 afirma claramente, sem nenhuma linguagem metafórica, que em Cristo habita toda a plenitude da deidade. Portanto, o ser chamado de «imagem» deve ser considerado como quem tem a mesma natureza como o ser que lhe serve de molde, isto é, Deus Pai.

Isso pode ser comparado ao trecho de Rom. 8:29, onde a palavra grega «*eikon*» alude à natureza essencial de Cristo que os crentes haverão de possuir mediante a transformação efetuada pelo Espírito Santo. Por possuírem essa «imagem», chegarão a ter a mesma plenitude que ele tem (ver Efé. 1:23); e, finalmente, possuirão toda a plenitude de Deus (ver Efé. 3:19), ficando cheios da natureza divina, tal e qual o próprio Cristo (ver Col. 2:10), isto é, participarão da própria divindade (ver II Ped. 1:4). Por conseguinte, os crentes virão a possuir a essência veraz do protótipo, — que é Jesus Cristo. Essas são doutrinas elevadíssimas, mas que andam praticamente esquecidas, até mesmo pelas igrejas evangélicas, mas que, na realidade, ocupam o centro do evangelho cristão.

Jesus! Ó nome de poder divino
Para todos de celestial nascimento!
Jesus! A mina que jamais falha,
Dos valores mais ricos e doces.
(Frederick Whitefield)

IMAGEM DE DEUS, O HOMEM COMO

Ver o artigo separado sobre **Imagem de Deus, Cristo como**. Ao participar da imagem de Cristo (Rom. 8:29; II Cor. 3:18), o homem remido chega a participar da natureza divina. Visto que tanto o homem quanto Cristo compartilham da natureza divina, esse é o *modus operandi* pelo qual Cristo e os remidos compartilham da mesma essência de ser e têm comunhão um com o outro.

Esboço:

I. Referências Bíblicas
II. Problemas Teológicos Envolvidos no Homem como Imagem de Deus
III. O Destino do Homem como Imagem de Deus

I. Referências Bíblicas

É expressamente afirmado, em Gên. 1:26,27, que o homem foi criado à imagem de Deus. Em Gênesis 5:1-3, aprendemos que o homem tem a semelhança de Deus, e que a sua descendência também a tem. A injunção contra o homicídio foi feita com base no fato de que uma criatura que tem a dignidade de possuir a imagem de Deus, não pode ser tratada dessa maneira. O trecho de Salmos 8:5 não usa a palavra «imagem», mas refere-se à mesma verdade, ao enfatizar a dignidade humana. O trecho de I Coríntios 11:7 aceita o fraseado de Gênesis, ao declarar que o homem é «imagem e glória de Deus». Em um sentido muito mais profundo, Cristo é a imagem de Deus, porquanto traz a estampa mesma de sua natureza (Heb. 1:3); mas, ao ser remido, o homem chega a compartilhar da imagem de Deus, dessa maneira (Rom. 8:29; II Cor. 3:18). O trecho de João 17:21 não usa a palavra «imagem», mas ressalta a unidade formada por Deus Pai, Deus Filho e os filhos de Deus. Na regeneração, o homem é revestido de uma nova natureza, criada segundo a semelhança de Deus (Efé. 4:24). Lemos na nossa versão portuguesa: «criado segundo Deus», o que corresponde exatamente ao que diz o texto original grego, onde não aparece o vocábulo específico «imagem», embora a idéia esteja ali contida. Cristo é a perfeita imagem de Deus (Col. 1:15) e, na redenção, o homem passa a participar da imagem do último Adão (Cristo), embora ainda retendo a imagem do primeiro Adão (ver I Cor. 15:45-49). Desnecessário é dizer, os teólogos não concordam quanto ao que está exatamente implicado nessas declarações, o que é discutido na segunda seção abaixo.

II. Problemas Teológicos Envolvidos no Homem como Imagem de Deus

1. Essa imagem é concreta ou espiritual?
2. Qual é a condição metafísica da imagem dada ao homem?
3. Qual é a futura condição metafísica dessa imagem?
4. Até que ponto a queda no pecado maculou (ou apagou) essa imagem?

Essas são as importantes indagações, que têm suscitado muitos debates entre os teólogos e estudiosos, que passaremos a responder:

1. Essa imagem é concreta ou espiritual?

Em primeiro lugar, deveríamos dizer que as discussões sobre os termos hebraicos e gregos envolvidos não nos ajudam muito a entender a questão. As palavras são por demais plásticas e ambíguas para que nos dêem sempre indicações precisas. O termo grego *eikon*, por exemplo (que é o termo grego comum para «imagem»), quando se refere a um *ídolo*, necessariamente significa uma *representação* de acordo com a qual a imagem não participa da natureza da divindade representada. Mas, quando Cristo é chamado de *eikon de Deus* (ver Col. 1:15), é difícil supor que isso não envolva uma participação real na natureza de Deus. Por igual modo, em Rom. 8:29 e II Cor. 3:18, é difícil pensarmos que o

texto não requeira a idéia de participação na natureza essencial, em que os remidos assumem a natureza do Filho de Deus. Porém, não podemos provar isso meramente apelando para a palavra grega *eikon*. Chegamos a esse pensamento por meio interpretativos, e não mediante definição de palavras.

Sabemos que o idioma hebraico usava mais termos concretos. No Antigo Testamento há muitas declarações sobre Deus, de natureza antropomórfica. Se as considerarmos literalmente, então obteremos a idéia de um mero super-homem. No entanto, João 4:24 lembra-nos que Deus é «espírito»; e isso permite-nos entender que todas as descrições bíblicas de Deus são simbólicas, não revelando, realmente, a natureza do seu ser. As experiências e as pesquisas têm mostrado a realidade do espírito, em contraste com a matéria; mas, até agora, não se conseguiu qualquer descrição da essência de um espírito. Nem a teologia e nem a ciência conseguiram ainda chegar a esse ponto. Penso que chegamos mais perto da verdade supondo que quando o homem foi criado à imagem de Deus, não devemos pensar em qualquer modalidade de imagem física (de aparência de ser), como se o homem duplicasse, ainda que imperfeitamente, o formato de Deus. Antes, devemos abandonar toda idéia concreta, material, sólida. Apesar do homem fazer parte da natureza, porquanto o seu corpo até foi feito do pó da terra (Gên. 2:7), além do que compartilha de certos aspectos da vida animal (ver Gên. 18:27; Jó 19:8,9; Sal. 103:14; Ecl. 3:19,20), ele também foi criado à imagem de Deus (Gên. 1:27). Porém, o que significa isso?

a. Os *mórmons* supõem que há alguma participação literal em uma suposta natureza *material* de Deus, explicando que o *espírito* é apenas uma forma de matéria superior, mais refinada. Eles pensam, outrossim, que Deus tem um corpo físico, de conformidade com o formato do qual o homem teria sido criado e moldado. Não é mesmo impossível que o autor original do livro de Gênesis, em sua teologia primitiva, expressa em termos fortemente antropomórficos, tivesse concebido algo semelhante a isso. Porém, o trecho de João 4:24 nos leva para longe dessa maneira de pensar. Essa idéia é por demais concreta, por demais crassa para representar Deus, e para representar de que modo o homem participa de sua natureza.

b. Alguns teólogos têm procurado chegar por esse prisma à idéia trinitariana. Visto que Deus é um ser triúno, então o homem, criado segundo a sua imagem, também possui uma natureza triúna, composta de corpo físico (a parte material), de alma (propriedades de consciência do mundo, mas não inclinadas para as coisas divinas) e de espírito (natureza espiritual, semelhante à de Deus). Essa idéia contém certo elemento de verdade; mas poucos eruditos supõem que a palavra hebraica *elohim* tenha sido usada para antecipar alguma explicação trinitariana de Deus. Certamente isso seria estranho à teologia dos hebreus. Os teólogos, às vezes, injetam idéias teológicas posteriores (parcialmente baseadas no Novo Testamento) nos ensinos veterotestamentários; mas, ao assim fazerem, erram.

c. Parece melhor entender que o homem foi criado segundo a imagem moral de Deus, incluindo aspectos racionais e espirituais. Isso confere uma interpretação espiritual à questão.

2. Qual é a condição metafísica da imagem dada ao homem?

Quando Deus criou o homem, insuflou nele algo de sua própria natureza, de tal modo que o homem recebeu algo da essência divina? Alguns respondem que sim, e outros, que não. A idéia da *fagulha divina* requer alguma forma de participação na essência divina. O estoicismo, e sua doutrina das emanações do Logos, o Fogo eterno, necessariamente pensava no homem como um real participante na substância ou essência de Deus. Qualquer teoria de emanação (ou panteísta) requer essa idéia. Quase todos os teólogos judeus e cristãos têm relutado em ver qualquer participação real do homem na essência divina, preferindo usar termos como *semelhança*, *aparência*, etc. O homem teria sido criado *parecido com Deus*, embora sem a natureza essencial de Deus, em qualquer sentido real. Essa semelhança, em seguida, é explicada em termos de qualidades ou atributos morais, racionais e espirituais, e nunca em termos de natureza essencial.

3. Qual é a futura condição metafísica dessa imagem?

Prossegue o mesmo debate. Alguns supõem que o fato do homem poder obter a imagem de Cristo (ver Rom. 8:29; II Cor. 3:18), significa apenas um grande avanço na espiritualidade e na forma de vida, embora não uma participação real na essência divina. Porém, os trechos de Efésios 3:19 e Col. 2:9,10 tanto falam sobre a participação na *plenitude de Deus* quanto parecem indicar que participaremos dessa plenitude *da mesma maneira* em que Cristo dela participa. E há trechos que parecem requerer uma real participação na essência divina, como a de II Ped. 1:4, que diz diretamente que os remidos chegarão a receber a natureza divina. Nesse caso, a salvação consiste em chegar a participar da natureza de Deus, posto que em dimensões finitas e secundárias, ainda que *reais*. E esse é o mais elevado conceito espiritual que nos foi revelado na Bíblia. Tornamo-nos, literalmente, filhos de Deus, moldados segundo o modelo do *Filho de Deus*. Jesus Cristo.

4. Até que ponto a queda no pecado maculou (ou apagou) essa imagem?

a. *Muitos eruditos liberais* não levam essa questão a sério. Eles crêem que os homens tateiam em busca de Deus, usando todo o tipo de linguagem e metáfora que, na verdade, não nos transmite a verdade. Eles supõem que argumentos sofisticados sobre essas questões, com suas inevitáveis distorções de palavras e distinções exageradas, não nos dizem muita coisa. Porém, crêem que deveríamos assumir uma atitude otimista. Deus, como Pai amoroso, fonte de toda a vida e existência, é generoso para com o homem. Crêem que o homem, apesar da queda (sem importar o que entendam com isso e sem importar quando tenha tido lugar, originalmente) é dotado de uma natureza moral positiva, que realmente é capaz de buscar e achar a Deus. Quase todos os estudiosos liberais procuram evitar o calvinismo extremado que transforma o homem em um verme que não pode olhar para cima, para Deus, sem assistência especial do Espírito Santo.

b. *Muitos eruditos conservadores*, porém, tomam um ponto de vista pessimista supondo que o homem não tem qualquer capacidade de buscar a Deus sem a ajuda divina. Dentro do calvinismo, essa ajuda é dada para salvar apenas alguns poucos.

c. A *fagulha divina* é uma idéia que afirma que a natureza divina está no homem, e que os seus próprios esforços são capazes de atiçar essa fagulha, com a ajuda de estímulos externos, levando o homem a buscar e encontrar Deus, sem a necessidade de qualquer intervenção radical da parte de Deus.

d. O *arminianismo* concorda com a depravação humana; mas seus advogados acreditam que, na cruz do Calvário foi distribuída uma graça geral, com o

resultado de que todos os homens são agora capazes de buscar a Deus, inteiramente à parte da suposta intervenção divina, que elegeu alguns poucos. A cruz já seria essa intervenção divina. Talvez pudéssemos dizer que a cruz *garantiu* a integridade da imagem de Deus no homem; ou então, talvez a cruz tenha restaurado essa imagem no homem, inteiramente à parte da redenção. Ambas essas idéias são defendidas pelos teólogos.

e. Os *teólogos da Idade Média* supunham que o homem, antes da queda, além de trazer a imagem de Deus, também tinha o *donum superadditum*, isto é, capacidades sobrenaturais. Por ocasião da queda, é de se presumir, o homem perdeu essas capacidades, embora retendo a imagem de Deus. Essa imagem existe no homem, e consiste em sua boa vontade natural, em sua moralidade e em seu amor.

f. *Lutero* acreditava que o homem perdeu a imagem de Deus por ocasião da queda. Portanto, se um homem tem boa vontade, bons impulsos morais e o espírito de amor, isso é porque essas virtudes lhe foram restauradas na regeneração. *Calvino*, naturalmente, concordava com isso.

g. *Alguns reformadores*, porém, pensavam que isso fosse uma idéia extremada. Eles falavam em termos de uma imagem borrada, embora restante em todos os homens em graus diversos. A imagem de Deus, no homem, teria sido deformada, e não perdida. Embora deformada, ainda assim pode inspirar o homem a buscar a Deus, sem a intervenção divina da eleição específica.

h. *Karl Barth* aludia à imagem de Deus em termos de relação do que existe e pode ser criado, e não em termos de qualidades inerentes. Deus, como um ser triúno, tem um relacionamento inerente e essencial com seu próprio ser. Quando ao homem foi dada a mulher, ele aprendeu algo da importância dos relacionamentos pessoais. O homem é capaz de entrar em relação de pacto com Deus. Deus prometeu ligar o homem a si mesmo, nesse pacto. Em Cristo, a *imago* se torna manifesta quando Cristo chama a Noiva (a Igreja) para si mesmo. Logo, para vermos a verdadeira imagem de Deus, devemos olhar não para o indivíduo isolado e, sim, para Jesus Cristo e a sua congregação (imagem), onde encontramos a concretização da imagem de Deus. Assim entendemos algo do que Deus é e do que Ele faz.

i. *Brunner* dizia que Deus tem sua imagem *refletida* no homem, e não em termos de como o homem, como um ser, é possuidor das qualidades divinas. Os discípulos de Cristo deveriam preocupar-se em como refletem a imagem de Deus, pois nisso consistiria o verdadeiro discipulado. Desse modo, Brunner emprestou um sentido essencialmente *moral* ao termo «imagem», evitando assim quaisquer explicações metafísicas.

j. A *teologia católica romana* afirma que foi impossível destruir a imagem de Deus no homem, porquanto isso envolve *o que o homem é*, em sua substância. Se a imagem de Deus tivesse sido destruída na queda, então o próprio homem teria deixado de existir. Assim, a imagem de Deus continua no homem, embora isso precise ser ajudado pelos meios de graça, ministrados através da Igreja (incluindo os sacramentos), para que chegue a fruir sob a forma de redenção. Mas, visto possuir verdadeiramente a imagem de Deus, o homem pode buscar a Deus, sem qualquer intervenção divina. Por essa razão, a teologia natural seria válida, e não somente a teologia sobrenatural, ou revelada. O homem poderia ser levado por Deus ao conhecimento dele, mediante a razão e a natureza.

l. *A teoria da evolução*. Aqueles que crêem na evolução *teísta* pensam que os teólogos têm posto a carroça adiante do burro. Segundo eles pensam, o homem começou como um animal selvagem, e desde então vem evoluindo, e não involuindo. E continua a evoluir, por causa de meios naturais e porque Deus o ajuda a fazê-lo, através de ensinamentos espirituais. Desse modo, a imagem de Deus *está sendo formada* no homem. O homem não a perdeu subitamente, em algum ponto remoto do tempo.

III. O Destino do Homem como Imagem de Deus

Como é patente, a salvação é algo que ultrapassa as condições de perdão dos pecados e da mudança para o céu, algum dia. Envolve mais o que sucede ao indivíduo, em sua evolução espiritual. Também é claro que o Novo Testamento promete aos homens a participação na imagem de Cristo (Rom. 8:29), mediante um processo gradual no qual o Espírito o conduz de um estágio de glória para outro (II Cor. 3:18). Esse processo será eterno. Visto que há uma infinitude com que seremos cheios, também deve haver um enchimento infinito. Chegaremos a compartilhar de toda a plenitude de Deus (Efé. 3:19), tal como o próprio Filho a possui (Col. 2:9,10). Alguns teólogos interpretam metafórica, e não literalmente, esses trechos bíblicos. Eles supõem estar em foco algum elevado e misterioso progresso espiritual, mas negam qualquer participação real na natureza divina. Quanto a nós, autor e co-autor desta enciclopédia, cremos que esses versículos ensinam uma participação real — posto que secundária e finita — na divindade, de tal modo que os filhos de Deus vão adquirindo a própria natureza do Filho de Deus. Quanto a uma completa declaração sobre essa doutrina, ver o artigo intitulado *Transformação Segundo a Imagem de Cristo*. Ver também os artigos, *Divindade, Participação na, pelos Homens* e *Salvação*.

IMAGEM DE ESCULTURA

No hebraico temos uma palavra usada no singular ou no plural, a saber:

1. *Pesel*, «imagem esculpida» ou «imagem cortada». O termo aparece por trinta e uma vezes no Antigo Testamento: Êxo. 20:4; Lev. 26:1; Deu. 4:16,23,25; 5:8; 27:15; Juí. 17:3,4; 18:14,17,18,20,30,31; II Reis 21:7; II Crô. 33:7; Sal. 97:7; Isa. 40:19,20; 42:17; 44:9,10,15,17; 45:20; 48:5; Jer. 10:14; 51:17; Naum 1:14; Hab. 2:18.

2. *Pesilim* (forma plural de *pesel*), empregada por vinte e uma vezes: Deut. 7:5,25; 12:3; II Reis 17:41; II Crô. 33:19; 34:7; Sal. 78:58; Isa. 10:10; 21:9; 30:22; 42:8; Jer. 8:19; 50:38; 51:47,52; Osé. 11:2; Miq. 1:7; 5:13; II Crô. 33:22; 34:3,4.

A raiz dessa palavra hebraica vem de «esculpir». Havia ídolos esculpidos em madeira, em pedra ou em metais. Em contraste com isso, uma imagem de fundição (vide) era moldada em um molde. A lei mosaica contra a idolatria não permitia o fabrico de qualquer imagem esculpida, mesmo que não tivesse finalidades de práticas idólatras (Êxo. 20:4,5; Deu. 5:8), embora os *querubins* do tabernáculo tivessem sido flagrantes exceções. As imagens «fundidas» também foram proibidas pela lei mosaica, conforme se vê, por exemplo, em Êxo. 32:4 e 34:17.

Esse mandamento antiidólatra era bastante abrangente. Não se podia fabricar imagens de qualquer coisa existente nos céus, na terra ou no mar. A tendência humana para a idolatria é quase invencível, pelo que pode fazer imagens dos objetos que menos se prestam para a adoração, contanto que chamem a sua atenção. Quando a Terra Prometida foi conquistada

por Israel, formas de idolatria de todos os tipos foram **sistematicamente destruídas** (Deu. 7:5; 12:3). Apesar disso, mesmo em Israel, periodicamente, a adoração de imagens foi adotada (Juí. 17:3,4; II Reis 21:7; Isa. 42:17). A causa parcial disso era a influência errada dos povos vizinhos, que eram todos idólatras; mas o próprio coração humano inclina-se para toda a modalidade de desvio, acerca do que os homens apresentam as desculpas e justificativas mais absurdas.

Essa proibição mosaica contra a idolatria desencorajou o povo de Israel de ocupar-se em artes imitativas, de tal modo que a pintura, a escultura, etc., nunca se desenvolveram em Israel, fazendo contraste com outros povos. Ver o artigo geral sobre a *Arte*. Mas, tanto no tabernáculo do deserto como no templo de Jerusalém havia objetos que requereram as artes da escultura e da gravação, como os dois querubins que havia no Santo dos Santos (Êxo. 25:18), os ornamentos florais do candeeiro de ouro (Êxo. 24:34), as cortinas bordadas do santuário (Êxo. 26), e a serpente de bronze (Núm. 21:8,9). No templo, havia figuras pintadas ou gravadas sobre as paredes, e também havia a grande bacia de bronze que repousava sobre doze bois de bronze. Podemos entender apenas que essas figuras foram permitidas como exceções, não podendo servir de precedentes para tais práticas, fora daqueles centros de adoração. Ver também o artigo geral sobre a *Idolatria*.

IMAGEM DE NABUCODONOSOR, A

O trecho de Dan. 3:1 informa-nos de que o rei Nabucodonosor, da Babilônia, fez uma imagem de ouro que tinha sessenta côvados de altura (cerca de 30 m), e uma largura de seis côvados (cerca de 3 m). Sem dúvida era feita de algum material recoberto com placas de ouro; e até mesmo isso deve ter custado uma fortuna incalculável, em face das dimensões gigantescas da estátua. Supõe-se que a imagem fosse feita de folhas de metal com uma fina cobertura de ouro. Se o objeto inteiro era recoberto de ouro, então era um espetáculo sem igual na história humana. O tabernáculo de Israel tinha móveis recobertos de ouro (Êxo. 38:30; 39:3 *ss*; comparar com Isa. 40:19 *ss*, 41:7 e Jer. 10:3 *ss*). Referências clássicas exibem um uso similar do ouro, como em Heródoto (*Hist*. 1.183); Plínio (Cartas 33:34; 34:9,10). Alusões nos livros apócrifos e pseudepígrafos demonstram a mesma coisa: Bel e o Dragão 7; Epístola de Jeremias 7:54-56. Também é possível que aquela imagem, posta sobre o seu pedestal, tivesse alcançado essa extraordinária altura de cerca de 30 metros. Talvez alguma divindade fosse honrada mediante aquela imensa imagem; mas honra principalmente ao próprio Nabucodonosor e seu império, simbolizando a adoração aos deuses que ele dizia deverem ser adorados, como exibição de total obediência ao monarca. Naturalmente, deixar de anuir era considerado um ato de traição; e isso explica as dificuldades em que Daniel caiu, ao recusar-se a adorar a imagem.

Alguns intérpretes supõem que a adoração a Yahweh, no Antigo Testamento, envolvia alguma forma de idolatria; e até que essa imagem de Nabucodonosor tinha esse propósito, visto que ele já havia reconhecido a supremacia de Yahweh (ver Dan. 2:47,48). Porém, tal idéia é extremamente improvável. Se esse tivesse sido o caso, então é quase certo que uma situação tão peculiar teria levado o autor do livro de Daniel a comentar a questão. Outros estudiosos supõem que a adoração ao bezerro de ouro, que Aarão fundira, também envolvia a adoração idólatra a Yahweh; mas a narrativa bíblica soa muito mais como um simples lapso em que Israel tornou a adorar ao boi Ápis, egípcio. Seja como for, o fato é que houve ali um autêntico sincretismo, onde a verdade e o erro se misturaram, conforme por tantas vezes tem sucedido, por onde a Igreja cristã se tem propagado o que pode ser tão deletério quanto o paganismo mais franco. Mediante esse sincretismo idólatra a fé não é abandonada de todo, mas é pervertida.

IMAGEM ESCULPIDA (FUNDIDA)

Ver o artigo geral sobre a **Idolatria**.

Era expressamente proibido ao povo de Israel fabricar imagens esculpidas ou fundidas. Ver Êxo. 20:4; Deu. 5:8. Imagens ou representações de deuses imaginários eram feitas em materiais como pedra, madeira, pedras preciosas, argila, mármore, etc. Também eram feitas derramando-se metais fundidos em moldes, quando então eram usados materiais como o ouro, a prata, o ferro, o bronze, etc. Ver Isa. 40:18-20; Lev. 19:4; Deu. 27:15. O bezerro de ouro, preparado por Aarão, foi feito de metal fundido (Êxo. 32:4), como também o foram os bezerros levantados por Jeroboão, em Dã e Betel (I Reis 14:9).

A lei mosaica proibia tal ação (Êxo. 34:17; Lev. 19:4). Os profetas condenaram a prática, juntamente com qualquer forma de idolatria (Isa. 30:22; Osé. 13:2; Hab. 2:18). Essa legislação, como é óbvio, impedia que Israel se tornasse uma nação que cultivasse as artes plásticas, embora, estritamente falando, estas não fossem proibidas por lei. Tais leis não se aplicam às artes enquanto os produtos dessa atividade não forem venerados ou adorados.

IMAGEM GENÉRICA

Ver o artigo sobre **Imagem, quinto ponto.**

IMAGENS EIDÉTICAS

Essas seriam imagens mentais definidas como imagens dotadas da mesma vivacidade dos informes captados pelos sentidos, embora distintas das alucinações. As imagens eidéticas seriam experimentadas como imagens projetadas para o mundo externo. Aqueles que são capazes dessa projeção, usualmente criança, são chamados *eidetikers* (sem correspondentes exato em português). Minha própria experiência, quanto a esse fenômeno, mostrou-me que essas imagens são bi e não tridimensionais, embora eu não possa afirmar que assim acontece com todos quanto projetam essas imagens. Todas as minhas experiências, nesse campo, têm ocorrido imediatamente depois que desperto do sono e as imagens em nada se parecem com sonhos transportados para a vida consciente da pessoa desperta. Quando eu fechava os meus olhos, as imagens permaneciam no nervo óptico, podendo ser vistas tão bem quanto no caso de visões reais, com o sentido da visão, pelo menos durante alguns segundos. Esse fenômeno, aparentemente natural, sempre me deixou perplexo. Seja como for, em meu próprio caso, pelo menos, não parecia haver qualquer significado nessas imagens. Provavelmente trata-se de alguma esquisitice neurológica. De alguma maneira, as imagens são produzidas pela mente ou pelo cérebro e conseguem impressionar o nervo óptico, sem que esteja envolvida qualquer real percepção dos sentidos.

••• ••• •••

IMAGENS E ÍDOLOS

Ver o artigo geral sobre a *Idolatria*, e, especificamente, a segunda seção, intitulada *Ídolos e Imagens*. Quanto à idolatria na Igreja cristã, ver o artigo chamado *Iconoclasmo* (*Controvérsias Iconoclásticas*). Ver também o artigo chamado *Deuses Falsos*, a fim de entender a notável extensão da idolatria no antigo mundo pagão. O uso neotestamentário da palavra *imagem* aparece em um artigo com esse título.

IMAGINAÇÃO

Esboço:

I. Definições Gerais
II. Usos Filosóficos
III. Usos Bíblicos
IV. Usos Psíquicos

I. Definições Gerais

Essa palavra vem do latim imago, base de imitari, «imitar», «representar». Daí é que se deriva imaginari, «imaginar». Imaginar algo é fazer a representação ou imitação mental de alguma coisa. Trata-se do poder de conceber figuras, que a nossa mente tem, conjurando imagens e analogias. As imagens assim produzidas podem ser de coisas físicas, ou de idéias, conceitos, ideais e aspirações. Uma imaginação pode ser uma fantasia, uma noção ou uma crença; e, por muitas vezes, é alguma representação falsa, distorcida. Também pode envolver uma crença falsa, irracional. Também pode envolver um planejamento, de natureza positiva ou negativa.

II. Usos Filosóficos

a. Uma imaginação pode ser uma forma de atividade mental, distinta dos processos cognitivos e racionais; pode ser uma organização livre e criativa do conteúdo mental. Esse tipo de imaginação não consiste na mera produção de imagens mentais.

b. Para muitos empiristas, o termo *imaginação* fala sobre a reorganização dos materiais dos sentidos, por parte da mente. Hobbes, por exemplo, falava sobre imaginação *simples* e imaginação *composta*. A simples se daria, por exemplo, quando imagino um cavalo, como se o estivesse vendo. A composta (preservando a metáfora) seria a criação mental da combinação de um homem e um cavalo, idealizando assim um centauro.

c. *Kant* falava sobre a imaginação *reprodutiva* e sobre a *imaginação produtiva*. A primeira tomaria a percepção dos sentidos, em suas muitas manifestações e vicissitudes, e então, com base nisso, produziria objetos imaginários. A imaginação produtiva seria o poder mediante o qual as *categorias* da mente impõem ao mundo a ordem que ele tem. Essa unifica a nossa experiência sobre o mundo, tornando possível a compreensão das coisas. Isso posto, a imaginação seria uma condição para todo conhecimento. Na estética, Kant fazia a imaginação referir-se a como a mente, ao agir livremente, cria as condições sob as quais a arte pode existir e ser entendida.

d. *Schelling* enfatizava ainda mais a posição cêntrica da imaginação, afirmando que ela provê acesso ao conhecimento e à verdade, e supondo que a arte reveste-se de um valor supremo.

e. *Coleridge* pensava em duas categorias da imaginação: *fantasia*, que corresponde à imaginação composta de Hobbes; e *imaginação construtiva*, que fala sobre a capacidade da mente moldar detalhes em sua própria unidade, seguindo os seus próprios planos. A imaginação era o que ele chamava de função *esemplástica*, mediante a qual o homem molda as coisas em categorias compreensíveis, mediante os poderes mentais.

f. *Croce* usava o termo para referir-se ao produto da intuição criativa.

III. Usos Bíblicos

Quase sempre a Bíblia usa essa palavra em sentido negativo. Há cerca de trinta e seis ocorrências em que as traduções usam a palavra «imaginação», a fim de traduzir as palavras hebraicas *yeser*, *serirut* e *mahasaba*. Esses termos são ali empregados para falar de conluios da perversa mente humana, que traça planos contrários ao bom senso e à espiritualidade. Ver Jer. 3:17; 7:24; Osé. 7:15; Gên. 6:5, como exemplos. Em I Crô. 28:9 e 29:18, o senso dos pensamentos e das motivações das pessoas está em vista.

No Novo Testamento temos quatro palavras gregas a considerar: *Dialogismos* (Rom. 1:21); *dianoia* (Luc. 1:51); *logismos* (II Cor. 10:5) e *meletao* (Atos 4:25). A atividade mental, geralmente perversa e maligna, é assim expressa, embora os próprios vocábulos sejam neutros, podendo referir-se a imaginações boas ou más. Quando más, essas imaginações referem-se às atitudes teimosas, persistentes, orgulhosas, astuciosas, que planejam coisas erradas, pecaminosas e destrutivas. Os pagãos, pois, imaginam coisas vãs (Sal. 2:1).

IV. Usos Psíquicos

A imaginação consiste na técnica da visualização, mediante a qual o indivíduo que medita procura impressionar sua própria mente (ou então outras mentes, humanas ou não) com imagens de coisas que ele gostaria de realizar, ou que gostaria que outras pessoas realizassem. Presumivelmente, mediante essa técnica, o poder mental pode levar à realização dessas coisas. Esse processo também tem sido usado para curar enfermidades, apresentando diante da mente o processo da cura ou um estado hígido e saudável, que então se reproduz no organismo.

IMAGO DEI

Corresponde ao port. «imagem de Deus». É uma expressão latina. Ver os dois artigos seguintes que abordam a questão: *Imagem de Deus, Cristo como* e *Imagem de Deus, o Homem como*.

IMALCUE

De acordo com Josefo (**Anti.** 13:5,1), Imalcue foi um árabe criado em Antioquia da Síria, filho de Alexandre. Há uma alusão a ele em I Macabeus 11:39, da qual Josefo parece ter dependido, mas onde ele é chamado *Malco*. Seja como for, um dos comandantes do exército de Alexandre (chamado Diodoro ou Trifo) dirigiu-se a Imalcue a fim de avisá-lo sobre as maquinações para derrubar Demétrio e sobre a má vontade dos militares contra ele mesmo. E insistiu que Antíoco fosse feito rei, o que faria dele Antíoco VI. Imalcue hesitou; mas depois verificou que a informação era correta, e acolheu o conselho que lhe fora dado (I Macabeus 11.54). Antíoco, por sua vez, confirmou Jônatas como sumo sacerdote, que se tornou um dos amigos do rei (I Macabeus 11:57).

IMANÊNCIA (IMANENTE)

Essa palavra vem do latim, immanere, «habitar». É usada em relação a ações e princípios relativos a Deus (sendo o contrário de *transcendência*), e também relativos a outras entidades espirituais de grande poder.

1. *Ação imanente*. No uso escolástico, um ato que permanece **dentro de um ser** que é seu hospedeiro, mas que não modifica seu objeto. Um ato que modifica o objeto é chamado *transitivo*. Para exemplificar, a função de *ver*. Essa ação interior produz efeitos sobre o hospedeiro, de dentro para fora, e não ao contrário, sem modificar as aparências externas.

2. *Spinoza* fez o contraste entre o que ele chamava de *causa immanens* e o que ele chamava de *causa transiens*. Algumas causas vêm de fora da coisa modificada; mas outras partem de dentro. Ele falava sobre a causalidade de Deus como *imanente*.

3. *Imanência da experiência*. Kant chamava a experiência que pode ser testada por experimentos (a percepção e suas proposições) de *imanente*. Acima disso, temos os *postulados* que repousam sobre aquilo que, para nós, é transcendental.

4. *A epistemologia e a ética imanentistas*. Incorporando as idéias de Kant, alguns filósofos asseveram que podemos saber coisas dentro de nossas próprias mentes, e de nossa experiência pessoal. É impossível saber-se de qualquer coisa fora do ser conhecedor. Essa atitude tem um tom *agnóstico*, no tocante a qualquer coisa que vem além do indivíduo ou a qualquer coisa transcendental (Deus, o espírito, a alma, a natureza do mundo, etc.). Uma outra aplicação, no campo da gnosiologia, é certa forma de *subjetivismo*. Possuímos uma força interior, *inerente*, que precisamos reconhecer em nós mesmos e aperfeiçoar. A falta de significação do pensamento e das ações poderia ser medida em termos de *auto-realização*. Essa é uma aplicação *ética* do termo.

5. *Deus*. Em relação aos conceitos do Ser Supremo ou *Força Cósmica Universal*, o termo *imanente* fala sobre uma identificação parcial ou completa de Deus com o mundo. Se a identificação for absoluta, então teremos o *panteísmo* (vide) ou o *panenteísmo* (vide). O *teísmo* admite a imanência de Deus, mas não identifica o mundo com Deus. Em outras palavras, a essência de Deus é distinta da essência do mundo. A teologia bíblica admite tanto a imanência quanto a transcendência de Deus, porquanto ambas as coisas são ensinadas na Bíblia. O *gnosticismo* (*vide*) procurava solucionar o aparente conflito envolvido na questão supondo que o próprio Deus é transcendente, mas através de muitos supostos mediadores, seria imanente por delegação. A filosofia indiana e o misticismo, em geral, afirmam a imanência como um aspecto importante de seus sistemas de pensamento. O *deísmo* (vide) ensina a transcendência. Os teólogos cristãos, por sua vez, explicam que Deus é imanente em suas obras, mas é transcendental quanto à sua *essência*, a qual, para nós, permanece desconhecida. O trecho de Sal. 139 ensina a imanência de Deus. O teísmo bíblico requer essa imanência como um conceito fundamental. Passagens como Rom. 11:33 *ss* e I Tim. 6:16, por outro lado, ensinam a transcendência de Deus.

IMARCESCÍVEL

No grego é um adjetivo, *amarantinon* — hapax legomena em I Ped. 5:4, com base no *amaranto*, uma flor que não se resseca quando cortada da planta. Portanto, ela é símbolo da imortalidade. No mundo vindouro, as flores florescerão e nunca se ressecarão. (A S)

IMATERIALISMO

Berkeley (vide) cunhou esse termo para aludir à sua crença de que não existe tal coisa como substância *material* em contraste com substância *imaterial*. Para ele, tudo consistiria em *idéia*, ou seja, substância espiritual, ao passo que a alegada substância material seria mero epifenômeno disso. O mundo, e todos os objetos nele existentes, seriam a projeção das minhas *idéias*. O *idealismo* (vide) pode ser usado como termo sinônimo disso. Ver sobre o *Materialismo*, quanto à idéia oposta.

IMEDIAÇÃO

Vem do latim, **in medius**, «no meio». Esse é o estado ou qualidade de ser imediato, sem mediação, livre de intervenção de qualquer pessoa ou coisa intermediária. O termo é usado na psicologia e na gnosiologia com alguns sentidos especiais:

1. *Na Psicologia*. A imediação é a condição na qual o objeto de que temos consciência se faz diretamente presente em nossa mente. Esse tipo de condição é contrastado com a interpretação reflexiva, ou seja, o conhecimento «a respeito» de alguma coisa.

2. *Na Gnosiologia*. O conhecimento sobre a realidade, como na *intuição* (vide), de que uma pessoa tem consciência, sem a mediação da razão ou da percepção dos sentidos, é chamado de conhecimento *imediato*. Certas coisas são auto-evidentes. O *misticismo* (vide) afirma que Deus é gnosiologicamente *imediato*.

IMENSIDADE

Esse é um dos atributos de Deus. Ver sobre *Atributos de Deus*, II.8. Na teologia, esse termo implica tanto na vastidão quanto na onipresença de Deus. Ver também o segundo ponto, sexto parágrafo, *Infinidade*, que está relacionado à imensidade de Deus.

IMER

No hebraico, **cordeiro**. Esse aparece como nome de vários homens que figuram nas páginas do Antigo Testamento:

1. *Um sacerdote*, chefe do décimo sexto turno mensal, dentro das divisões sacerdotais, durante o reinado de Davi (I Crô. 24:14). Viveu por volta de 1014 A.C. Seu nome tornou-se fixo àquele turno sacerdotal por gerações sucessivas. Após o retorno do cativeiro babilônico, o clã de Imer era o segundo mais numeroso na restaurada nação de Israel (Esd. 2:37; Nee. 7:40).

2. *Pasur*, um sacerdote dos dias de Jeremias, pertencia a esse clã (Jer. 20:1). Embora ali chamado filho de Imer, sabemos que, de acordo com o costume judaico, ele era seu *descendente*. Esse homem pertencia ao décimo sexto turno de sacerdotes levíticos. Todavia, não se trata do mesmo *Pasur* mencionado em Jer. 21:1, que já pertencia ao quinto turno, e do qual Malquias era o cabeça ancestral (I Crô. 24:9).

3. *O fundador* de uma família que retornou a Jerusalém, após o cativeiro babilônico (Nee. 7:41). Talvez se trate do mesmo pai de Mesilemote (Nee. 11:13) e de Mesilemite (I Crô. 9:12), cujos descendentes tornaram-se líderes em Israel, após o cativeiro babilônico. Provavelmente, ele foi um daqueles que tiveram de se desfazer de suas esposas estrangeiras (Esd. 10:20), por volta de 536 A.C. Essa pessoa tem sido identificada com os homens de números *um* e *dois*, acima, por alguns estudiosos.

4. *Um homem* que voltou a Jerusalém, terminado o cativeiro babilônico, mas que não foi capaz de provar

sua árvore genealógica (Esd. 2:59; Nee. 7:61).

5. *O pai de Sadoque*, que ajudou a reconstruir as muralhas de Jerusalém, c. 446 A.C. É mencionado em Nee. 3:29. Alguns estudiosos o têm identificado com o terceiro homem desta lista de cinco.

IMERSÃO

Ver o artigo geral sobre o **Batismo** que inclui uma discussão sobre os modos que têm sido empregados no judaísmo e no cristianismo. A *imersão* é o batismo por completa submersão abaixo da superfície da água, em distinção a outros métodos como a *afusão* (vide), que também é chamada *aspersão*. Sabe-se que os judeus imergiam prosélitos convertidos ao judaísmo, e as evidências, tanto no Novo Testamento, quanto nos escritos dos primeiros pais da Igreja, mostram que esse método foi aquele normalmente usado na Igreja cristã primitiva. Que outros métodos tenham sido usados a partir do século II D.C., é uma probabilidade bem evidenciada. Além dos batistas, vários corpos religiosos da Igreja Ortodoxa Oriental, além de numerosas denominações cristãs ocidentais, protestantes e evangélicas, batizam por imersão. Todavia, a aplicação exata varia. Geralmente, o modo de batizar por imersão é por mergulho simples, de costas. Alguns, porém, preferem inclinar o corpo do batizando para a frente; e, de acordo com a fórmula trinitariana, por mergulho tríplice. Ver sobre *Imersão Trina*. Paulo deixa claro, em Rom. 6:4 *ss*, que o batismo dos convertidos, no cristianismo, devase por imersão. Certamente, ele seguiu este modo como rabino convertido ao cristianismo. A *muita água*, referida em João 3:23 (sem dúvida João Batista usava o método judaico), é outra evidência bíblica de que os primitivos cristãos batizavam por imersão. A exigência incluia que a água fosse *viva*, isto é, de um riacho ou rio, etc., não de um poço estagnado. Naturalmente, neste caso, a água seria *muita*. Mas sabemos que os judeus batizaram por *imersão dentro* do riacho. Eles não pegaram um pouco de água do riacho para colocar na cabeça da pessoa sendo batizada. Apesar da palavra grega envolvida (*baptidzo*) poder significar outras coisas além de «mergulhar», esse é o seu sentido mais constante; e nada ganhamos manipulando por meio de sofismas de palavras, na tentativa de obscurecer esse fato. A questão que realmente importa não é *como* a Igreja cristã primitiva batizava. Pois a esmagadora maioria dos estudiosos concorda quanto ao fato de que a *imersão* era o modo então observado. Mas a questão é saber *se outros modos* de batizar são *legítimos*. Alguns respondem afirmativamente, ao passo que outros o fazem na negativa. Meu artigo sobre o *Batismo* aborda essa questão e examina o significado do batismo cristão.

IMERSÃO TRINA

De acordo com esse modo de batismo, o candidato é imerso na água por três vezes, sucessivamente, em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo. Essa idéia alicerça-se sobre Mat. 29:19, por aqueles que entendem que ela requer três mergulhos, e não um só. Sabe-se, pelos escritos patrísticos, que esse método é, realmente, muito antigo. Atualmente, é largamente praticado na Igreja Ortodoxa Oriental, como também por vários grupos ocidentais, como os batistas alemães, ou *dunkers*, além de alguns grupos dos *Irmãos*. Ver os artigos separados sobre *Batismo* e sobre *Imersão*.

••• ••• •••

IMINENTE, VOLTA DE CRISTO

Ver o artigo sobre a **Parousia**, onde a questão é longamente discutida, com argumentos em favor e contra essa idéia. O termo vem do latim, *imminere*, «debruçar-se». Significa que algo está *prestes a acontecer*. No que concerne à segunda vinda de Cristo, afirma que isso pode suceder a qualquer momento, sem nenhum sinal de aviso. Todavia, isso não significa que nenhum sinal possa ocorrer, mas tão-somente que esses sinais são desnecessários. Aplica-se ao arrebatamento da Igreja, que é distinguido da segunda vinda de Cristo, para julgar ao mundo, pelo menos como uma fase anterior da volta de Cristo. Pois, como todos reconhecem, a volta do Senhor para julgar ao mundo é precedida por sinais. Paulo, à primeira vista, defende a volta iminente de Cristo, em I Tessalonicenses, em seus capítulos quarto e quinto. Mas, quando se examina II Tessalonicenses, nota-se que ele não cria nisso, porquanto certamente ensina que a vinda do anticristo e a apostasia ocorrerão antes do arrebatamento da Igreja. O trecho de II Tes. 2:1 *ss*, sem a menor sombra de dúvida, ensina essa doutrina, a despeito do que alguns intérpretes tentem dizer em contrário. O retorno de Cristo a qualquer momento era uma *esperança* na Igreja primitiva, e nunca um dogma. E a passagem do tempo deixou claro que até mesmo o arrebatamento da Igreja (coincidente com a segunda vinda de Cristo) será precedido por sinais. Essas questões são discutidas no artigo desta enciclopédia, intitulado *Parousia*. Ver, especialmente, as seções II e VI do mesmo.

IMITAÇÃO DE CRISTO

Esse é o título de um dos mais difundidos livros devocionais. Tradicionalmente, tem sido atribuído a Tomás à Kempis(vide); porém, as evidências indicam que a maior parte foi escrita por Gerard Groot (vide), que foi o fundador dos Irmãos de Vida Comum, grupo a que Tomás à Kempis pertencia. O livro data do século XIV, tendo sido traduzido para mais de cinqüenta idiomas e tendo passado por não menos de seis mil edições. A sua mensagem é bastante fiel ao cristianismo original, excetuando algumas anotações dogmáticas, que ocorrem de maneira bastante incidental no texto. Assevera a absoluta necessidade de *renunciar* ao mundo, através da participação nos sofrimentos de Cristo. Parte da idéia é que somente aqueles que enveredam pela *estrada real da cruz* podem livrar-se das concupiscências deste mundo, espantando assim os defeitos da pecaminosidade e da fraqueza humanas. Se excetuarmos a Bíblia, essa tem sido uma das produções cristãs mais lidas do mundo. Alguns estudiosos supõem que vários membros do grupo dos Irmãos de Vida Comum participaram como co-autores.

Em 1921, foi descoberto o *Diário Espiritual de Gerard Groot*. E então tornou-se evidente que essa obra foi a base principal da *Imitação de Cristo*. Quanto ao princípio espiritual da imitação de Cristo, ver o artigo *Exemplo*.

IMITADOR DA FÉ RELIGIOSA

«Sede meus imitadores, como também eu sou de Cristo» (I Cor. 11:1). Sob o título *Exemplo*, temos oferecido amplo estudo sobre o princípio da imitação dos bons exemplos, com o fito de melhorar a expressão religiosa do indivíduo. Aprender por imitação é um importante fator na formação do caráter, além de ser um preliminar essencial para o desenvolvimento de uma espiritualidade superior.

Apesar das crianças imitarem, naturalmente, a fé de seus pais, embora isso tenha pouca substância, enquanto o indivíduo é incapaz de tomar as suas próprias decisões, ainda assim trata-se de um começo bom e necessário. Naturalmente, conforme nos mostra o texto bíblico acima citado, imitar a Cristo é o aspecto mais importante e decisivo da questão. O ministério do Espírito Santo garante que o imitador obtém uma autêntica espiritualidade, mediante a sua transformação moral e metafísica.

IMNÁ (IMNA)

No hebraico, «Deus restrinja», embora haja dúvidas quanto a isso. Esse é o nome de três personagens do Antigo Testamento:

1. O filho mais velho de Aser, fundador de uma família que tinha o seu nome (I Crô. 7:30). Viveu por volta de 1874 A.C.

2. O pai de Coré, o levita que estava encarregado do portão oriental do templo e das ofertas voluntárias, nos tempos do rei Ezequias (II Crô. 31:14). Viveu por volta de 726 A.C.

3. Um filho de Helém, descendente de Aser, e um dos líderes daquela tribo (I Crô. 7:35). Viveu por volta de 1618 A.C.

É curioso que, em nossa versão portuguesa, os dois primeiros têm seu nome grafado como Imná; mas, o terceiro, como Imna.

IMODÉSTIA

Ver os artigos separados sobre **Modéstia; Nudismo** e **Obscenidade**.

IMOLAÇÃO

A immolatio, dos tempos clássicos provém da palavra latina *mola*, «refeição». O costume original era que um animal a ser sacrificado em holocausto era, preliminarmente, aspergido. A partir de algum tempo, o termo veio a designar o próprio sacrifício.

De acordo com o uso cristão, o termo equivalia ao *mactatio*, o sacrifício de Cristo, ou então a eucaristia, que celebrava esse sacrifício. Os protestantes e evangélicos objetam à alegada morte de Cristo, repetida em cada missa, asseverando que a Bíblia ensina uma única morte (ver, por exemplo, Heb. 7:27) sacrificial de Cristo, para nunca mais ocorrer a mesma, em qualquer sentido. «...havendo Cristo ressuscitado dentre os mortos, já não morre: a morte já não tem domínio sobre ele» (Rom. 6:9).

Tomás de Aquino, ilogicamente, afirmava a idéia de sacrifício, embora qualificasse isso dizendo que a missa é uma «espécie de imagem representativa» da paixão de Cristo. A morte de Cristo no Calvário fora a verdadeira *imolação*, enquanto que a missa seria o rito no qual nos tornamos partícipes dos frutos da paixão do Senhor. Ele ilustrava mediante uma observação feita por Agostinho, o que dissera: «Podemos apontar para um quadro de Cícero e dizer: Este é Cícero, quando, na verdade, estamos apenas falando de sua representação». Cristo seria sacrificado em cada celebração eucarística. Mas, na verdade, apenas simbolicamente. Penso que essa explicação satisfaz à maioria dos evangélicos. Mas é evidente que não é isso que a teologia católica compreende acerca da missa, apesar das explanações de Tomás de Aquino (ver *Summa Theologica* 3:8,3,1). Se, realmente, Jesus morresse em cada missa celebrada, teria de ressuscitar em seguida, a fim de poder morrer novamente na missa seguinte!

IMORTALIDADE

Esta enciclopédia oferece um estudo profundo e detalhado sobre a *Imortalidade*. Ver o artigo sobre a *Alma* que fala sobre sua *origem, natureza, destino* e sobre as *provas* de sua existência e sobrevivência. Ver também sobre o *Problema Corpo-Mente*. Em relação aos estudos *científicos* sobre a sobrevivência da alma, ver o artigo intitulado *Experiências Perto da Morte*.

Diversos artigos seguem aqui, apresentando estudos científicos e filosóficos sobre a imortalidade:

1. *Abordagem Científica à Crença na Alma e em Sua Sobrevivência ante a Morte Biológica* (*por* Russell Norman Champlin)
2. *O Mundo Não-Físico do Dr. Gustav Stromberg* (*por* James Crenshaw)
3. *Uma Prova da Imortalidade da Alma* (*por* Jacques Maritain)
4. *Quando os Mortos Voltam!* (*por* Henry L. Pierce)

Ver também os artigos separados intitulados:
Imortalidade, Tipos de
Experiências Perto da Morte
Imortalidade da Alma, Afirmações Teológicas

ARTIGO 1

Imortalidade Continua

ABORDAGEM CIENTÍFICA
À Crença Na Alma e Em Sua
Sobrevivência Ante a Morte Biológica
por Russell Norman Champlin

A mim é mais fácil pensar que dois professores ianques mentiriam do que crer que cairiam pedras do céu. (Thomas Jefferson)

Ninguém está imune ao *ceticismo exagerado*, nem mesmo um erudito e ex-Presidente dos Estados Unidos da América. Thomas Jefferson expressou essa vigorosa objeção à possibilidade de haver pedras celestes, no ano de 1807, quando um meteorito precipitou-se no solo perto de Weston, Connecticut, EUA, — e dois professores de Yale College foram recolhê-lo.

Edward J. Olsen, catedrático de mineralogia do Museu Field de História Natural de Chicago, atribui o ceticismo de Jefferson à posição dogmática tomada pela prestigiosa *Academia de Ciências* de Paris. Escrevendo no *Boletim* daquele museu, Olsen aludiu ao fato de que, em 1771, a *Academia de Ciências* de Paris, que então era reputada centro da erudição científica ocidental, «*declarou solenemente* que 'a queda de pedras do firmamento' *é algo fisicamente impossível*», — e que não existiriam meteoritos como tais; antes, estes seriam rochas terrestres, atingidas por relâmpagos.

Esse pronunciamento, diz Olsen, foi assinado, entre outros nomes de renome, pelo brilhantíssimo Antoine Lavoisier, — que **é considerado o pai** da moderna ciência da química. *O triste resultado* disso é que instituições e indivíduos que possuíam coleções de meteoritos, ficaram embaraçados com suas próprias credulidades e doaram ou jogaram fora essas coleções.

Não precisamos ler muitas páginas da história das descobertas científicas para descobrir evidências abundantes de que a maior parte das idéias novas e revolucionárias tem sido recebida com o mesmo tipo de ceticismo irrefletido, da parte de muitos que pertencem à comunidade científica, mormente pelos

que labutam em outros campos de estudo e pensamento, incluindo a religião organizada. As novas idéias, sem importar sua veracidade, sempre trazem certo aspecto de *insensatez*, quando proferidas pela primeira vez. Embora meteoritos antigos com freqüência fossem objetos de adoração, nas religiões antigas, tendo sido encontrados em templos com 4 mil anos de antiguidade, e embora por toda a história tenha havido notícias de tais «pedras celestes», a famosa Academia de Paris, aplicando sua própria e especial sabedoria-ignorante, declarou que tais fenômenos são «fisicamente impossíveis». Porém, sempre será verdade que quando os homens negam algo, por estarem envolvidos nas capas da ignorância, isso não merece um momento de atenção de nossa parte; mas o que os homens afirmam, com base em suas experiências, sempre é merecedor de nosso interesse.

Não é de surpreender, pois que a ciência, como comunidade organizada, não anele por aceitar testar reivindicações de capacidades especiais de inteligência nos indivíduos que podem ler os pensamentos alheios, localizar objetos por meios misteriosos de detecção extra-sensória, deixar impressões sobre filmes fotográficos, curar enfermidades e até predizer o futuro. Contudo, deve-se admitir que os pioneiros que estudam esses fenômenos são, em sua maioria, cientistas, e não teólogos ou filósofos. É de estranhar quando se contempla o fato de que os campeões da sobrevivência da alma ante a morte biológica se acham nos laboratórios. Pois se a ciência e a fé religiosa *têm afirmado* a existência e *a sobrevivência* da alma, por tanto tempo quanto os homens podem lembrar, quem, finalmente, apresentará argumentos, baseados no experimento e no teste, que comprovarão a veracidade dessa milenar e grandiosa crença, será o cientista. Quando isso suceder, por toda parte, os homens considerarão com novos olhos a vida que lhes está ao redor. Os homens serão forçados a levar mais a sério a fé religiosa, pois uma crença imensamente importante receberá confirmação experimental. Os prodigiosos avanços que estão sendo efetuados hoje em dia, no campo dos estudos da parapsicologia, principalmente em universidades e hospitais, parecem indicar que esse dia da prova científica da existência da alma não está longe.

O intuito deste artigo é ligar várias descobertas científicas aos principais conceitos filosóficos da alma, no que tange ao corpo. Outros artigos desta seção, sobre a imortalidade, defendem a alma dos pontos de vista teológico e filosófico. Contendemos que, apesar de podermos ter certeza da sobrevivência da alma, pelo método teológico ou filosófico, também podemos chegar a essa certeza, de modo válido, pela ciência.

Apesar de haver modos de investigar a questão da sobrevivência do ponto de vista da experiência ou do experimento proposital, a maneira mais frutífera parece ser o simples exame «do que o homem é». Isto é, se examinarmos os vários *fenômenos* inerentes à personalidade humana, ficaremos convictos de que uma pessoa é muito mais do que o seu corpo. A teoria materialista de que só existe a matéria, e de que tudo quanto sucede é movimento, se esboroa sob o peso das evidências que emergem do estudo das complexidades e admiráveis capacidades da personalidade humana. Este artigo apresenta uma seleção de itens que deveriam expandir nossa visão sobre o que é o homem.

Esboço:

I. Observações Preliminares: (1) As duas grandes áreas filosófico-teológicas de pensamento e crença, afetadas pelos estudos científicos no campo da parapsicologia; (2) A natureza das qualidades espirituais e/ou psíquicas de saber e ser.

II. A Natureza Humana: o problema corpo-mente

III. Luz Derivada da Ciência

Conclusão: O que fica implícito no que se disse.

I. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

1. *As duas grandes áreas* filosófico-teológicas de pensamento e crença, afetadas pelos estudos científicos no campo da parapsicologia.

a. Epistemologia (Gnosiologia):

Como ficamos sabendo das coisas? Quais são os limites de nosso conhecimento? O cientista rígido, não-iluminado por certos aspectos dos estudos modernos, declara que não pode haver conhecimento exceto através dos cinco sentidos físicos (empirismo). E até esse «conhecimento» seria uma «taxa de probabilidade», pelo que não haveria tal coisa como um conhecimento certo e perfeito (=*ceticismo*). O tipo cético de cientista nega a própria existência dos poderes intuitivos e telepáticos no homem, já que tais capacidades não acham lugar de aceitação em sua ciência materialista. O conhecimento intuitivo talvez se relacione à «mente», em contraste com o «cérebro», e esse cientista está certo de que não há mentes, mas apenas cérebros.

Outros supõem que o conhecimento pode ser obtido através da «razão», à parte da percepção dos sentidos (=*racionalismo*). Esses homens, filósofos ou teólogos, supõem que existe «mente» na personalidade humana, e não apenas cérebro, além do que crêem na existência de uma «mente universal», da qual as mentes individuais podem participar, obtendo formas de elevado conhecimento, que transcendem totalmente à «experiência pessoal». Alguns também postulam a «mente divina», tendo a fé de que as mentes humanas têm afinidade com a mente divina, sendo, portanto, passíveis de obter grande lastro de conhecimentos.

Ainda outros estão convencidos de que o real conhecimento é direto e imediato, sendo recebido sem o concurso de qualquer meio, ou o dos sentidos ou o da razão (=*intuição*). De onde viria esse conhecimento intuitivo? Qual seria a sua fonte? Alguns dizem: «*Isso é real*, mas não sabemos qual seja a sua origem». Outros asseveram: «Vem da mente divina como uma dádiva, ou vem da mente cósmica, guardiã de todo o conhecimento». Sócrates afirmava a existência da mente cósmica (mente universal) e pensava que os princípios éticos podem vir a ser conhecidos dessa origem, inteiramente à parte do experimento.

Além da razão e da intuição, há também a revelação. Os poderes mais elevados ou o Poder é que dá conhecimento aos homens como uma «dádiva», mediante sonhos e revelações (=*misticismo*). Isso foi concretizado nas Escrituras ou livros sagrados. Sobre tais livros e, portanto, sobre o misticismo, alicerçam-se quase todas as religiões.

Se um homem pode obter conhecimento à parte de sua aparelhagem física da percepção dos sentidos, então um ou mais dos meios acima mencionados de obter conhecimento estariam em operação. Os estudos da parapsicologia tendem por comprovar exatamente isso.

b. Ontologia (estudo do ser). Antropologia, o problema corpo-mente.

A segunda área da qual os estudos da parapsicologia fazem diferença está em nosso entendimento do que é o homem. Temos apenas um cérebro, apenas um corpo, ou ambas essas coisas são veículos de uma entidade espiritual? Os chamados fenômenos psíqui-

cos e espirituais são meras manifestações do que é físico, e não energias separadas? (=*epifenomenalismo*). Ou existe uma mente ou alma no complexo humano de energias, que age juntamente com o corpo? (=*interacionismo*). Ou é o homem uma forma ainda mais complexa de energias, um corpo, uma mente e um espírito (alma) (=*substancialismo*). A essas perguntas retornaremos na II seção.

2. **A natureza das qualidades** espirituais e/ou psíquicas de saber e ser.

Geralmente usamos os termos «espiritual» e «psíquico» como sinônimos. Ambos aludem às supostas qualidades não-físicas e às manifestações da personalidade humana. Algumas vezes esses termos são distinguidos: «espiritual» indica as qualidades de um homem que tem consciência de Deus, por meio da fé e da experiência religiosa; «psíquico» seria as qualidades não-físicas e manifestações da personalidade humana, mas de natureza puramente «natural», e não de natureza transcendental ou pertencente ao outro mundo.

A filosofia grega, até antes do tempo de Platão, defendia a espiritualidade do ser humano e fazia uma distinção entre o corpo e a mente (ou alma) quanto à essência do ser. Platão considerava o tipo de conhecimento que podemos ter através dos sentidos como «inferior» e até como um «obstáculo» ao verdadeiro conhecimento. Sendo que o real é imaterial, ele deve ser conhecido por meios imateriais como pela razão e pelo misticismo. Para Platão, a realidade de qualquer coisa é espiritual, enquanto a matéria simplesmente torna-se um veículo de espírito. É notável que a mundividência platônica (e certamente, bíblica, nestes particulares) não é muito diferente do que a visão do mundo que um bom número de físicos têm hoje em dia. Não é raro ler um tratado de um físico que é distintamente platônico em tom. Talvez não esteja muito distante o dia em que a ciência e a religião compartilharão de uma mundividência que incorporará a matéria controlada pelo espírito.

a. A base de todo o saber, incluindo o conhecimento dos sentidos, na realidade é o que é espiritual ou psíquico. Alguns têm mantido esse ponto de vista bastante extremo. Há mais de 25 anos, o Dr. R.H. Thouless, um psicólogo e o Dr. B.P. Wiesner, um bioquímico, propuseram uma teoria que deveria ter chamado mais atenção do que o fez. A hipótese deles foi que até a normal percepção dos sentidos se verifica (quando transpira no cérebro) através do meio da função psíquica no homem. Nessa teoria, a função psíquica é primária ao conhecimento e à experiência, e sempre envolvida neles, longe de ser algo «estranho», que ocorre apenas ocasionalmente. Segundo a mesma teoria, tal como o aparelho da percepção dos sentidos recebe os estímulos externos, assim também a percepção interior, ou função psíquica, julga e avalia as percepções externas. Outrossim, o *homem interior*, a «alma», que possui a função psíquica, inicia, mediante a psicocinética (=poder do pensamento para mover a matéria), a atividade motora do corpo, e o corpo, desse modo, obedece à ordem da alma. O sistema nervoso, pois, seria o meio pelo qual os impulsos psíquicos seriam transmitidos. Nos homens, as funções psíquica e espiritual agem de modo simbólico. Assim é que uma visão ou um sonho fala mediante símbolos, alguns deles bizarros, a fim de atrair nossa atenção. Mas, segundo a teoria acima descrita, até mesmo a percepção dos sentidos é traduzida pela função psíquica para a forma de símbolos. Os objetos reais, portanto, não seriam percebidos diretamente, mas apenas como símbolos. Teríamos nomes para esses símbolos, como «quente», «frio», «doce», «amargo», «vermelho», «aspereza», «solidez». Mas tais vocábulos, apesar de que «normalmente» são tidos como indicações da natureza real dos objetos percebidos, mediante ainda essa teoria são apenas representações «simbólicas» dos objetos. Filosoficamente falando, esse modo de dizer não é diferente do realismo crítico, que supõe a existência de um mundo real, mas que não conhecemos de qualquer modo real, já que nossa maneira de conhecer é errônea e parcial. Além disso, porém, essa teoria assegura-nos que até os símbolos que empregamos para descrever o que sabemos, são manifestações da função psíquica do homem.

Tudo quanto essa teoria quer dizer é que o homem é, primariamente *espírito* ou *alma*, e que até os estímulos físicos chegam a ele pela via das funções da alma, isto é, as percepções internas, que operam simbolicamente. Incorremos em erro ao fazer clara distinção entre o corpo e a alma, quanto ao «saber», pois, na realidade, há uma íntima «interação» entre as duas coisas (=*interacionismo*), sendo que a alma sempre é a mediadora de todo conhecimento, ainda que use dos sentidos físicos em sua operação.

b. O cérebro como filtro. Alguns dizem que o cérebro, apesar de ser notável instrumento, não é o «conhecedor» exclusivo. Longe disso, na realidade é um tipo de *filtro*, isto é, um *limitador*. —Impõe-nos uma visão de «real» que, sem dúvida, está longe de ser uma real visão da realidade. O cérebro só dá atenção ao que é vital para o físico, primariamente, para a «sobrevivência», e então para o trabalho diário, para o prazer, etc. A «mente» ou «alma», de outra parte, estaria envolvida em uma maior participação no que é real, real esse que permanece essencialmente desconhecido para o cérebro. O conhecimento humano pode ser racional, intuitivo ou mesmo místico, e a qualidade espiritual no homem possui tal conhecimento. O cérebro, porém, continua a «filtrar» informações, para benefício da função e da vida do corpo. Alguém poderia indagar: «Se a telepatia é um fenômeno real, por que não temos consciência do mesmo nos acontecimentos da vida diária?» A resposta é que o cérebro filtra esses impulsos, a menos que venham com grande impacto emocional, como quando falece uma pessoa amada. Então, por instantes, uma função psíquica se torna uma realidade na experiência. Visto que isso ocorre raramente, muitos duvidam de que ao menos exista. Dizem eles: «Isso nunca aconteceu comigo, portanto, os que dizem que isso sucede, estão mentindo ou estão equivocados». Outros, que admitem tais fenômenos, dizem: «Acontecem comigo e com outros, mas não com freqüência. Portanto, são reais, mas raros em nossa experiência». Mas a verdade mais provável é que o cérebro, agindo qual filtro, não nos permite experimentar continuamente essas coisas, ou, pelo menos, não reconhecemos a presença delas, porque o cérebro as distorce e nos faz pensar que são coisas «normais», e não extra-sensoriais. Assim, quando alguém recebe um impulso telepático, muda isso (por meio do cérebro) para um mero pensamento seu, perdendo de vista a sua origem exterior. Mas, quando alguém dorme, e a função do cérebro se altera (isto é, diferentes ondas cerebrais se tornam predominantes, diversas da do estado desperto) — os impulsos psíquicos se tornam mais freqüentes. Chegam-nos, então, essencialmente, em imagens de sonho, a linguagem do sono, simbólicas e, às vezes, até mesmo místicas. O fenômeno psíquico mais comum é o sonho de conhecimento prévio, a saber, aquele sonho que vislumbra o futuro. Temos até 20 sonhos por noite, e

nosso futuro imediato é simbolicamente representado nesses sonhos. As técnicas de laboratório, que capturam informes dos sonhos, nos têm conferido esse conhecimento. A auto-sugestão, quando estamos dormindo, pode fazer com que tenhamos consciência (quando acordamos) de alguma informação que os sonhos nos mediaram, através de símbolos. Mas o cérebro, no normal estado desperto, filtra tais informações ou as distorce.

c. **O cérebro como uma ilha**. Prossigamos com outra analogia. Olhando a face do oceano, podemos ver uma série de ilhas. Na realidade estão «separadas», porque, conforme se pode ver claramente, estão separadas por água e estão «isoladas». Essa é uma autêntica visão da realidade. Mas não é a única realidade. Mergulhemos nas águas do oceano. Ali vemos que não existem ilhas, pois, no fundo do mar, todas as ilhas se tornam uma única massa de terra. Assim, pois, o cérebro é como uma ilha. É um separador; divide a minha realidade da do leitor e me dá características pessoais. E o mesmo acontece ao leitor. Mas, em nível subjacente há o «subconsciente», a mente. Ali os homens se tornam unidos, e o fluxo de informações, para lá e para cá, é livre e fácil. No nível da alma, há uma humanidade, em contraste com um indivíduo. As funções da alma se vão tornando mais e mais reais e evidentes, à proporção que nos afastamos da ilha. Um homem é mais que um homem; ele é um elemento de uma unidade, isto é, um rebento da humanidade. A humanidade é uma substância espiritual. Em suas individualizações, manifesta-se em um veículo físico, principalmente dirigido pelo cérebro, um maravilhoso instrumento, mas somente um instrumento da inteligência, e não a própria inteligência.

Teologicamente, em Romanos 5, Paulo vê o homem como mais do que um indivíduo. É ele participante da «humanidade», pelo que recebeu do primeiro homem, Adão, certas características indesejáveis. Mas, de Cristo, o segundo homem, recebe características desejáveis, que lhe garantem a salvação da alma. Seja como for, o homem nunca está só, mas, para o bem ou para o mal, está sempre unido ao que é forçado a ser, por fazer parte da humanidade.

Filosoficamente falando, tal como no conceito platônico do «universal», o indivíduo também não é uma substância para si mesmo, mas faz parte da substância universal da «humanidade». Sua natureza e destino dependem dessa participação, e não meramente do que o torna distinto, seu corpo.

Cientificamente falando, o que é demonstrado pelo *efeito de Backster*, o homem não é um indivíduo isolado, não é uma ilha. No nível «subconsciente», tem 'intercomunicação' com todas as formas de vida. (Quanto a informações sobre esse «efeito de Backster», ver seção III, «Luz Derivada da Ciência»).

Cientificamente falando, na teoria da física avançada, chamada teoria de «campo de força», chegamos bem perto da visão platônica da realidade. Segundo essa teoria, a base não é o átomo, e sim, o átomo é uma concentração de energia psíquica. O *campo de energia* é primário ao desenvolvimento físico, é a «força de vida» que molda o físico, a fim de prover, para si mesmo, um veículo de expressão. Esse conceito também é desenvolvido na seção III, «Forças de vida que moldam o nosso mundo».

A personalidade, pois, é individualidade; mas o real ser humano está envolvido na natureza genérica da total consciência da humanidade, o que é compartilhado coletivamente. As experiências dos místicos têm lugar quando o «filtro» (o cérebro) deles fica inativo—isso é comumente conhecido. Quando isso ocorre, o homem deixa de ser mera ilha. Ele sente unidade com todas as coisas; obtém conhecimento «não-sensorial», através da telepatia, da intuição, de uma visão ou de um sonho. Ele pede emprestado conhecimentos de outras mentes, e até da mente superior. Um homem, deixando de lado a função insular de seu cérebro pode, temporariamente, tornar-se como o fundo do mar. Atinge a cada um e a todos; sente unidade e harmonia.

A ilha pode desaparecer, mas o fundo do mar permanece. Assim também um cérebro, um corpo, pode desaparecer, mas a alma permanece, pois participa da humanidade, é uma substância espiritual. Existe o campo eletromagnético; tem realidade e estrutura, mas não tem corpo, conforme conhecemos os corpos. Assim, por igual modo, a alma é um campo de força, e sobrevive à remoção do corpo, que servirá de veículo de expressão no mundo físico. A alma sobrevive como uma personalidade bem desabrochada, e não como um fantasma sem mente. O homem, enquanto ainda está no corpo, quando aprende o desligar-se do filtro (o cérebro), manifesta qualidades espirituais. Seu conhecimento transcende ao que é apenas sensorial. Pode obter energia de poder, como um taumaturgo. A fotografia kirliana (cuja descrição aparece na seção III), mostra que o poder de curar é real, mesmo que lhe falte ainda qualquer descrição científica. Pode ser fotografado mediante uma espécie de radiografia, e faz sinais em chapas de filmes de raios-X. Também tem certo peso, mas a física, por enquanto, ainda não pode descrevê-la.

3. A realidade e os místicos. Bertrand Russell fez algumas sugestões que manuseamos e ampliamos aqui, quanto à «perspectiva mundial» dos místicos.

a. Os místicos afirmam que há meios válidos e não-sensoriais de acesso à informação acerca da realidade, como a razão, a intuição e a revelação. Porque esses meios se aproximam mais da *verdade universal* do que a percepção dos sentidos. São eles mais válidos do que o conhecimento obtido pelos sentidos.

b. O conceito de *tempo linear* dado pelos sentidos do corpo, é ilusório. Há outros modos válidos de experimentar o tempo.

c. A separação espacial também é uma *ilusão*. De fato, há uma unidade subjacente que liga a tudo, tanto em questões de conhecimento como em questões de ser. A separação espacial é apenas uma maneira de encarar a realidade, mas não é a única maneira e nem a mais verdadeira.

d. O mal é uma ilusão, porque, quando todas as coisas são corretamente entendidas, ou quando se vê o «grande quadro», os elementos «fora de lugar» se ajustam em seus lugares. Essa crença (de alguns) dos místicos, apesar de levar a interessantes avenidas de discussão, está fora do escopo deste artigo, que tenciona apenas demonstrar que a maneira de ver dos místicos tem validade, especificamente, que a ciência tende a confirmar certos pontos de vista deles.

Lawrence Leshan, psicólogo e clínico, tem-se interessado vivamente pela questão da sobrevivência, aplicando à mesma as evidências do «campo de força». Ele trabalhou no Research Facility of Rockland State Hospital e no Instituto de Biologia Aplicada. Portanto, ele traz importantes credenciais para suas investigações sobre a sobrevivência da alma. A tese de Leshan, quando todos os pontos isolados são reunidos, depois de ter ele considerado as teorias da física avançada e as idéias dos místicos, é simplesmente que os físicos teóricos, ao descreverem a realidade em termos de campos e partículas, concordam basicamente com a «perspectiva mundial»

dos místicos. Einstein dizia a mesma coisa de outro modo: O universo mais parece ser uma imensa idéia do que uma magnífica máquina (= *idealismo*). Ou o espírito é primário, e tudo quanto a ciência tem a dizer, finalmente, será apenas uma descrição das operações do espírito. Por espírito queremos indicar um campo de força mais básico do que a matéria, primordial e não sujeito à dissolução (dizemo-lo pela fé), e, portanto, não limitado pelo tempo e pelo espaço, conforme os conhecemos. Algum dia, talvez a ciência possa comprovar a sobrevivência da alma, mas jamais poderá comprovar sua imortalidade, pois jamais chegará o tempo em que não se possa dizer que a alma, tal como o corpo, antes dela, pode ser reduzida a zero. Quanto à imortalidade necessariamente teremos de recorrer à filosofia e à fé religiosa; recorremos à razão, à intuição e à revelação no tocante a esse tipo de verdade. Mas a ciência bem poderá vir a comprovar a existência e a sobrevivência da alma, ante a morte biológica.

II. A NATUREZA HUMANA
O Problema Corpo-Mente

Incluimos aqui só as idéias principais, recusando-nos a afundar em especulações indignas de nossa atenção. Portanto, discutiremos apenas o «epifenomenalismo», o «interacionismo», o «aspecto duplo» e o «substancialismo».

1. Epifenomenalismo. Essa é a idéia que diz que o homem é apenas uma coisa — um corpo físico. O homem seria um monismo, composto de energia atômica. Portanto, todas as chamadas funções «psíquicas» ou «espirituais» poderiam ser explicadas como fraude ou ilusão, ou então como funções do corpo. Essas funções seriam materiais, e não psíquicas. Não haveria *mentes*, mas somente «corpos». Apesar de haver muitos mistérios na função corporal, não haveria mistérios inerentes. A ciência, empregando apenas a teoria atômica, algum dia haverá de poder explicar todos os mistérios, sem apelar para o dualismo. Naturalmente, o epifenomenalismo é materialista. Por exemplo, admitindo a existência de tal coisa como a telepatia, alguns, mas não todos os seus mentores, apelam a que, pela fé, aceitemos que algum dia a teoria materialista explicará tudo. Seria devido, por exemplo, à existência de partículas «subatômicas» que, algum dia, a ciência materialista poderá descrever essas coisas, sem voltar-se para alguma teoria que postule algum tipo de energia não-física.

A psicologia behaviorista tem dependido muito dessa teoria, pregando sua doutrina de *reducionismo*, isto é, todos os chamados fenômenos psíquicos poderiam ser reduzidos a alguma função do corpo. Outrossim, de acordo com o materialismo, todas essas funções deixariam de existir quando da morte do corpo, pois o corpo seria a fonte de todas elas.

Na seção III deste artigo apresentamos evidências suficientes, como cremos, para demonstrar que os fenômenos conhecidos, inerentes à personalidade humana, vão além dos confins da atual teoria materialista, não podendo, de forma alguma, ser explicados por ela. Devemos quebrar as peias do materialismo a fim de obter qualquer tipo de explicação para as maravilhas que compõem um ser humano.

2. Interacionismo. Essa teoria é também chamada de teoria **orgânica**. É uma «dicotomia». Em outras palavras, reconhece a existência do corpo e da alma, como substâncias distintas. Dentro dessa teoria, porém, a «alma» não é uma substância transcendental, mas antes, faz parte «natural» da complexa estrutura humana. O corpo afeta à alma, e a alma ao corpo. Isto é, há «interação», entre eles. Isso é verdade, apesar do fato de que não sabemos o *locus* dessa interação. Talvez seja em cada célula, pois a alma permearia cada célula do corpo. Poderia ser na glândula pineal do cérebro (Descartes). Saber de sua localização, porém, não é importante. Existe a interação, a despeito de nossa falta de conhecimento sobre seu local. Não sabemos como uma substância não-física pode agir sobre uma de natureza física, nem como uma substância física pode atuar sobre outra, não-física, mas isso em nada derrotaria o fato de que isso sucede. Não se pretenderia solucionar todos os mistérios, mas somente prover uma teoria mais adequada do que é o ser humano. As evidências implicam em que o homem é um «dualismo», e não um monismo.

William James, o famoso filósofo pragmático, e também Carl Jung, antigo amigo e associado de Freud, fundador da Psicologia Analítica, são bem conhecidos defensores dessa teoria. Entre seus argumentos figura aquele que tenta demonstrar que o epifenomenalismo não pode explicar adequadamente as manifestações psíquicas, como a enfermidade do corpo, ou mesmo a morte, causadas por meios psíquicos, bem como os muitos fenômenos conhecidos de nós por meio da parapsicologia, como a telepatia, a clarividência, a cura psíquica, o conhecimento prévio, etc. Esses pesquisadores afirmam que a existência da alma, e seu poder sobre o corpo, são fatos demonstrados pela psicologia e pelas ciências físicas.

A Alma através da evolução. Alguns interacionistas, frisando a natureza «natural» da alma, supõem que a própria alma é o produto mais elevado e impressionante da evolução. O desejo de sobreviver à morte proveu um meio ao homem para sobreviver à mesma. Alguns ateus têm sido atraídos por essa teoria, e assim têm aceito a existência da alma sem lhe suporem alguma origem divina. Mas a maioria dos interacionistas, apesar de verem a alma como algo «natural», postulam para a mesma, uma fonte divina, ou, pelo menos, uma origem superior àquele tipo de vida em que ela mesma se encontra.

3. O duplo aspecto. Esse é um conceito que incorpora, de modo prático, o «interacionismo», mas que permanece monista como teoria. Essa teoria admite a existência da alma, mas insiste em que a «substância» da alma não é essencialmente diferente da do corpo, pois por detrás de ambos haveria uma substância comum. Isso significaria que corpo e alma seriam manifestações de uma única forma de energia. Talvez a ciência dos séculos XXI, XXII ou XXIII tenha algum meio de afirmar ou negar a *veracidade* dessa teoria.

4. Substancialismo. Esse conceito concebe uma **tricotomia**. Isto é, o homem seria um complexo formado de corpo-mente-espírito, havendo interação entre os três. Naturalmente, há muitas versões do substancialismo. Contudo, todas supõem que o espírito (ou a alma) é uma substância transcendental, isto é, afinal de contas, não pertence a este mundo, não sendo parte natural do mesmo. Platão, representa esse pensamento; via a alma como pré e pós-existente, no tocante à vida física, além de dizer que, na realidade, ela não pertence a este mundo. Só o pecado teria trazido a alma humana a um lugar vil como a terra. Nesses conceitos, incluindo-se a pré-existência, ele foi seguido pelos pais alexandrinos da Igreja, como Clemente, Orígenes, etc. Alguns diziam que a alma é criada por Deus quando do nascimento ou da concepção (= *criacionismo*), mas destinada a um

mundo superior, e, portanto, um ser transcendental em potencial. Outros supõem a alma como produto da procriação, tal como é o corpo (= *traducionismo*), embora ainda lhe atribuam um destino mais elevado que o plano terrestre. Outrossim, no que toca à natureza da *mente*, não há consenso geral. Alguns vêem a mente como uma função mental que perece por ocasião da morte; outros a vêem como uma função mental, mas que sobrevive à morte e se une à alma em sua ascensão. Alguns teólogos cristãos chamam a mente de «alma», distinguindo-a do «espírito». Fazem dela a «consciência terrestre» (função mental) ou autoconsciência, ao passo que o espírito seria somente «cônscio de Deus». Outros, baseados em evidências da moderna parapsicologia, fazem da «mente» uma espécie de substância semifísica, vitalidade capaz de sobreviver, uma espécie de entidade fantasma, mas que, finalmente, estaria passível de dissolução, ao passo que o espírito ascenderia para sempre.

Por definição cristã, a alma ou espírito é uma substância pura e simples, não estando sujeita à dissolução, destinada a uma existência superior, à qual realmente pertence. De acordo com a definição aristotélica, a alma é intelecto puro, um «impulsionador primário», um exemplo de «impulsionador primário», transcendental; mas sua sobrevivência poderia ser fato ou não, como «personalidade individual» (= *agnosticismo*). Definida segundo os moldes platônicos, a aima ou espírito é uma substância transcendental, um universal, não passível de dissolução, mas que se encaminha para um encontro final com Deus, sua fonte originária, quando então deixará de ser um indivíduo, pois será absorvida pela Alma Universal (= um aspecto do realismo radical).

III. LUZ DERIVADA DA CIÊNCIA

É surpreendente para algumas pessoas que os estudos científicos tenham muita luz para esclarecer a questão da sobrevivência. As descrições seguintes, de mistura com teorias, tentam mostrar quão inadequado é o materialismo ante a possibilidade da existência e da sobrevivência da alma, face à morte biológica.

Aparelho dos fenômenos psíquicos: Antes de descrever alguns estudos que subentendem a existência da alma, bem como sua sobrevivência, é útil considerarmos como o que é psíquico ou espiritual está relacionado ao «aparelho» que usa para sua manifestação.

1. O Dr. Robert Ornstein, pesquisador do Langley Porter Neuropsychiatric Institute, em São Fancisco, E.U.A., crê, através de seus estudos e de experimentos em laboratórios com vários níveis de ondas cerebrais, que o místico é uma pessoa que usa, principalmente, o hemisfério direito de seu cérebro, ao passo que o pensador analítico, que expõe conhecimento «linear» (informe sobre informe, com uma conclusão), é, essencialmente, alguém que usa o seu «hemisfério esquerdo». O conhecimento ocidental é uma questão de passo a passo, uma busca linear, de natureza analítica. Mas o conhecimento místico, mais favorecido nas religiões e no Oriente, é de abordagem mais santificada, enfatizando a intuição e as experiências místicas. O Dr. Ornstein pesquisou os processos mentais dos dois hemisférios do cérebro, tendo demonstrado a distinção dos tipos de pensar e saber, conforme se disse acima. Tem ensinado seus estudantes a se utilizarem de ambos os hemisférios, empregando exercícios que regulam as ondas cerebrais. (Ver o item 2, abaixo, acerca dos vários tipos de ondas cerebrais). A onda «alfa», por exemplo, de uma pessoa desperta, mas relaxada, é favorável à atividade psíquica e espiritual. Não é impossível que um psíquico ou místico natural seja, pelo menos em certos casos, alguém que naturalmente emprega o hemisfério direito do seu cérebro, o que o inclina para o conhecimento intuitivo, sem saber o que está fazendo, ou por que recebe o tipo de conhecimento e os modos de obter conhecimento que lhe são próprios. A pesquisa do Dr. Ornstein, juntamente com a de muitos outros, de natureza similar, tem mostrado que o conhecimento intuitivo é possível mediante a manipulação das ondas cerebrais empregadas no estado consciente. (Suas idéias são esboçadas em seu livro, «The Psychology of Consciousness» em 1972).

2. Obra um tanto similar foi preparada pelo Dr. Bernard Green. No momento, ele prepara um livro que dará o relato de suas descobertas, o qual será publicado pela Prentice-Hall. O Dr. Green tem feito conferências em Oxford, na Sorbonne, na Universidade de Roma e em outras universidades, e é psicólogo atuante na cidade de Nova Iorque. Afirma ele que podem ser distinguidos cinco tipos de ondas cerebrais, cada qual típica de certo modo de pensar e de ter conhecimento:

a. *Onda Gama*. É a onda usualmente associada com pessoas que vivem em estado de ilusão, como os paranóicos e esquizofrênicos.

b. *Onda Delta*. É a «onda inconsciente», que emana quando a pessoa está em sono profundo, mas que também está associada a pessoas que sofrem certas neuroses.

c. *Onda Beta*. É a comum «onda racional», que emana quando se está lendo, trabalhando, ou se está atarefado nas atividades comuns da vida.

d. *Onda Alfa*. Essa onda está associada à criatividade, à cognição e à meditação profunda ou contemplação. Abre as portas para os fenômenos psíquicos.

e. *Onda Teta*. Essa onda está associada à experiência psíquica, à telepatia, etc., mas também com as elevadas experiências espirituais. No comprimento «teta» de onda, o indivíduo deixa de depender de seu corpo.

N.B. (Ciclos por segundo: Delta: 1-3: Teta: 4-7; Alfa: 8-12; Beta: 13-22).

O Dr. Green assegura que as pessoas podem aprender a utilizar os vários estados de atividade cerebral, ou seja, de consciência; mas que a experiência espiritual requer, igualmente, a correção de antigos problemas, ódios, temores, erros praticados e sofridos, etc. Se essas reivindicações, bem como outras, são verazes, então, na interação da alma com o corpo, são empregados tipos específicos de ondas. Se, conforme ele diz, no comprimento «teta» de onda, pode-se aprender até a abandonar o corpo, isto é, a alma pode agir sozinha, sem a interferência do corpo (= projeção da psique), então ele conseguiu estabelecer, em laboratório, o fato de que a inteligência pode ser «extracerebral». Isso, uma vez comprovado, será um golpe fatal sobre o materialismo, que afirma que não pode haver intelecção sem um cérebro. Naturalmente, o consciência durante a morte clínica, quando não há mais ondas cerebrais, prova a mesma coisa, e isso é um fenômeno bem documentado. (Ver a discussão que se segue).

3. A Glândula Pineal. Descartes supunha que o «locus» da interação corpo-alma é a glândula pineal. Essa glândula, localizada no cérebro, em alguns animais, tem a forma de um olho, pelo que alguns a têm denominado de *o terceiro olho*. — Alguns

experimentadores afirmam que certos exercícios desenvolvem o seu uso, e que, através disso, experiências psíquicas e espirituais recebem um veículo de expressão bem disposto. Sem importar se isso é uma verdade ou não, esperamos mais luz para tomar uma decisão. Recentemente, a ciência descobriu uma possível função dessa glândula. Não é, como alguns acharam, um vestígio de um orgão sensório. Esta glândula produz um hormônio que agora se chama melótinom cuja ação é provocada por uma enzima chamada serótonim. Aparentemente, esta enzima está pesadamente envolvida na evolução da espécie. Os primatos e os homens têm muito mais desta substância do que os outros animais. Parece que a glândula aumenta a força mental e intuitiva do homem. Pesquisadores dizem que a árvore (chamada *bó*) — embaixo da qual o Buda meditava, tem uma fruta rica em serótonim. Esta fruta é um tipo de figo chamado *ficus religiosus*, em honra ao Buda. Pode ser que parte da iluminação que ele conseguiu foi devida a enzima e hormônio que temos descrito. Neste caso, suponho que o meio químico encoraja ou facilita a função espiritual, por causa da interação natural entre o corpo e a mente.

4. Ensinando os Cegos a «Ver». Experimentos interessantes têm sido efetuados por Carol Ann Liaros, psicóloga e professora, que envolvem o ato de ensinar cego a «ver» por meios psíquicos. O método usado é aquele que os ensina a distinguir cores, por meio de reações dérmicas, embora, nesse caso, não sejam usadas as mãos diretamente sobre os objetos, motivo por que as variações de calor não podem justificar o fenômeno. Após 20 horas de treinamento, a maior parte de seus estudantes é capaz de distinguir cores, formatos de objetos e a posição dos mesmos, quando próximos. A primeira experiência dela foi efetuada em uma pequena igreja, em Amherst, Nova Iorque, E.U.A., e devido ao seu sucesso inicial nessa atividade, desde então ela tem dirigido muitas classes assim, em várias partes da nação norte-americana. O admirável nos experimentos dela não é meramente que os cegos aprendem a distinguir cores e formatos, mas que há «irrompimentos» nos quais podem, realmente, «visualizar» uma sala, uma pessoa, que trajes e quais cores uma pessoa veste. Típico dessas experiências foi o caso de Lola Reppenhagem, uma cega que participou do programa de Carol, intitulado, «Projeto: Consciência dos Cegos no Exército da Salvação, em Búfalo, Nova Iorque». Essa senhora, ao encontrar-se um dia com sua filha, «viu» que ela estava vestida com calças vermelhas e com uma blusa branca. Tais pessoas, ao lhes perguntarmos como vêem dizem que é um tipo de *conhecer*, em vez de ver, que de algum modo parece estar relacionado à região da testa. Isso pode indicar a ativação da glândula pineal, que poderia mostrar-se ativa na «visão psíquica», que é capaz de substituir a visão sensória de maneira crua. Embora se trate de um «saber», e não de uma visão, a sensação é a de que realmente se vê, a menos que se comecem a fazer análises sobre a questão.

A importância desse tipo de estudo, no que tange ao tema deste artigo, é que parece demonstrar que os fenômenos psíquicos são «naturais», além do fato de que o complexo de energias humanas transcende ao que é meramente sensório, pelo que não pode ser aquela máquina a que é reduzido pelo materialismo. Esses experimentos também tendem a confirmar a tese da «interação», ou seja, que a interação entre alma e corpo é algo comum, um fenômeno natural, de todos os dias.

VÁRIOS EXPERIMENTOS

Cremos que os experimentos descritos aqui esmagam o materialismo e exigem tão grande revisão de sua teoria básica de homem-máquina-conhecimento-através-somente-da-percepção-sensorial, que ela não pode continuar de pé, conforme a conhecemos. Se finalmente for comprovado que as energias envolvidas nos fenômenos psíquicos são totalmente naturais, e —se se puder provar que esse *natural* de alguma maneira é atômico, ainda assim é muito provável que a nova definição deva incluir as antigas idéias do homem como um duplo ou tríplice complexo de energias. Portanto, a nova «ciência atômica» será espiritualizada, tendo de confessar que o homem tem, ou, melhor ainda, «é» uma alma, e que o seu corpo é apenas seu veículo de expressão. Por outro lado, esses estudos podem conduzir-nos a uma nova e totalmente radical perspectiva do homem, isto é, à confissão que «Platão estava com a razão»: o homem é um espírito, envolvido no *drama sagrado da alma*, sendo um ser transcendental: (= *substancialismo*).

1. O campo da parapsicologia muito avançou desde as adivinhações com cartões de J.B. Rhine, efetuadas pela Duke University. Contudo, parece certo o bastante que mesmo esses meios crus têm podido demonstrar que um homem não pode ser apenas «material», conforme esse termo é atualmente definido. Estatisticamente, e às vezes de forma avassaladora, os estudos de Rhine têm demonstrado a existência, nas pessoas, da telepatia, do poder de mover objetos com o pensamento (= *psicocinética*) e até do conhecimento prévio. Um de seus estudantes foi capaz de adivinhar 26 cartões em seguida, isto é, seu desenho, se um círculo, uma estrela, ondas, etc. (havia cinco desenhos diversos, dando uma taxa de probabilidade de um em cinco de ser adivinhado o desenho de cada cartão invisível). Qualquer série envolvia cinco desenhos diferentes, sempre em números iguais, pelo que sem importar quantas adivinhações estivessem envolvidas, a chance era sempre de 5 contra 1 de se *acertar*. Algumas vezes, os estudantes acertavam em bilhões contra um. Mui significativamente, os céticos acertavam «abaixo» da média, mostrando que sua indisposição em crer nas capacidades psíquicas levava sua mente consciente a rejeitar dar ao experimentador a satisfação da prova estatística de sua teoria. E também significativamente, muitos desses céticos «deslocavam» suas adivinhações. Em outras palavras, em vez de adivinharem o cartão sob consideração, iam até o «próximo cartão», identificando-o, embora continuasse intocado na pilha. Uma dessas «deslocações», sem dúvida, é tão significativa quanto um acerto direto, revelando bastante sobre como a mente opera em prejuízo próprio. Que a maioria das pessoas demonstraram resultados apenas medianamente significativos é fato que somente confirma que, enquanto o «filtro» ou cérebro está ativo, por estar, provavelmente na onda «beta», é admirável que qualquer habilidade telepática ou outra se tenha evidenciado. O relativo «embotamento» desse modo de experiência levou outros pesquisadores a tentarem métodos mais interessantes e estimuladores. E têm sido recompensados com resultados convincentes.

2. O Dr. Montague Ullman, M.D., Dr. Stanley Krippner, Ph.D., no Maimônides Hospital de Brooklyn, Nova Iorque, têm usado os estudos de sonhos a fim de demonstrarem a telepatia. Esse método consiste na tentativa de uma pessoa, ao contemplar uma pintura famosa, fazer outra pessoa ser influenciada quanto aos seus sonhos. Em um experimento, por exemplo, o «enviador» contemplava

uma pintura que representava dois corpos de peixes mortos em um prato, com uma vela acesa atrás. O «recebedor», em seu sonho, visualizava cenas de «morte», «água», «natação», «ato de acender uma vela» e com freqüência, mencionava a palavra *veneno* (em inglês, «poison»). Os intérpretes provavelmente estavam corretos ao suporem que isso era uma associação verbal com o vocábulo francês «poisson», que significa «peixe».

Quando a *Última Ceia*, de Leonardo da Vinci, foi usada como estimulador, o recebedor, em seus sonhos, visualizou mágica, doze homens empurrando um bote para a água, estando juntos com um grupo de homens, com a certeza íntima de que um deles era malicioso. Tais resultados têm convencido os pesquisadores de que o «conteúdo dos sonhos» pode ser influenciado pela transmissão telepática do pensamento.

3. Experimentos de Kamensky-Nikolaiev sobre a **telepatia**

Alguns dos estudos mais convincentes e reveladores no campo da telepatia têm sido efetuados em laboratórios de Moscou e Leningrado. Os dois participantes têm sido Kamensky, em Moscou, e Nikolaiev, em Leningrado, e seu objetivo foi de enviar mensagens telepáticas entre essas duas cidades. Os pesquisadores sabem bem que a distância nem impede e nem enfraquece os impulsos psíquicos envolvidos na telepatia e na clarividência. Os pesquisadores que efetuaram as experiências ficaram convencidos de poder descobrir vários «envolvimentos cerebrais», no processo telepático, não se podendo duvidar de que obtiveram o que buscavam.

Nikolaiev, que agiu como *receptor*, não tinha idéia de onde seriam enviadas as mensagens telepáticas. Para preparar-se para elas, lançou-se ao exercício típico de acalmar-se para entrar na onda cerebral Alfa, o que, conforme tem ficado comprovado em muitas experiências, abre caminho para a telepatia e para outros impulsos psíquicos. As pessoas que têm essas habilidades são capazes de utilizar essa onda cerebral, sem terem consciência de que estão pondo de lado a «onda Beta, de todo dia», para usar a onda «Alfa psíquica-criativa». Apenas sabem, experimentalmente, que disso resulta uma certa atitude de «calma» e «meditação». A maioria das pessoas experimenta a onda Alfa apenas por alguns segundos, mas alguns meditadores são capazes de manter essa condição por longos períodos de tempo. É quase certo que poetas e outros artistas usam, inconscientemente, a onda Alfa em seus momentos de *inspiração*, sem saber o que estão fazendo.

Ficando na onda alfa, Nikolaiev estava pronto a receber as mensagens vindas de Moscou. Foi determinado que após o «enviador» ter começado sua «transmissão», dentro de poucos segundos as ondas Alfa de Nikolaiev seriam subitamente bloqueadas, e então que ele começaria a entender, como que intuitivamente, o conteúdo da mensagem enviada. O admirável é que se a mensagem envolvesse uma «imagem» de qualquer espécie, a ativação cerebral se localizava na região occipital, a porção associada à visão; se a mensagem dissesse respeito a *som*, a atividade tinha lugar na área do temporal do receptor, a qual normalmente se ocupa com sons, etc. É admirável contemplar que a imaginação se ocupa com sons, etc. e é significante notar que a imaginação de uma pessoa, envolvendo imagens visuais, sons, etc., pode ser registrada pelo cérebro de outra, ativando as áreas apropriadas. A mesma coisa ocorre durante os sonhos. Se predomina a *vista*, então haverá uma atividade correspondente no cérebro, própria da área associada com o senso da visão, como também se dá no caso de outras funções sensoriais e suas áreas cerebrais relacionadas.

Em vários testes, no tocante aos experimentos aqui descritos, foram registradas mudanças dramáticas nas ondas cerebrais do enviador e do receptor, durante seu «contacto» telepático. Os dois homens desenvolveram tão poderosa «comunicação intuitiva» que ambos não só entraram na onde Alfa durante a «transmissão», mas também ambos registraram o número exato de ondas por segundo, no alcance de ondas Alfa. Descobriu-se que uma luz de corrente alternada, entrando pelos olhos, pode provocar a correspondente freqüência de onda daquela luz; e esse meio artificial, pois, pode produzir uma ou outra das diversas ondas cerebrais que já descrevemos antes. Pessoas, quando em meditação, também têm podido controlar essas freqüências.

Em uma experiência que envolveu Kamensky e Nikolaiev, luzes de diferentes freqüências foram acesas separadas (mas simultaneamente) nos olhos de Kamensky. Esse duplo estímulo provocou freqüências conflitantes em cada lado do cérebro, e disso resultou uma náusea instantânea. Imediatamente, os mesmos padrões apareceram simultaneamente no cérebro de Nikolaiev, dando-lhe a sensação de enjôo do mar. Nem um nem outro conseguiu efetuar outras experiências naquele dia.

Esses informes *provam*, acima de qualquer dúvida, que o cérebro está envolvido de vários modos nas comunicações telepáticas. Também não há que duvidar que está envolvida alguma forma de energia, embora por enquanto não existam descrições dessa energia. Essa energia será atômica, ou formada de partículas subatômicas, ainda desconhecidas da ciência? Ou tratar-se-á de uma energia que não pode ser classificada como atômica? É regularmente certo que muitos, senão a maioria, dos «eventos psíquicos» ou dessas habilidades, são totalmente naturais, e algum dia serão descritos como tais nos manuais de física. Mas mesmo que os eventos psíquicos sejam—naturais—e que, algum dia, estejam sujeitos a estudo científico comum, isso não significa que não envolvam o que é conhecido como a porção espiritual da natureza humana. O alvo deste artigo é demonstrar quão plausível é a suposição que a própria alma, algum dia, será sujeitada à investigação científica, pela corrente principal da ciência, e não meramente por certos pioneiros das áreas marginais, conforme se vê atualmente. Sem importar que chamemos a alma de *energia* atômica ou extra-atômica isso não fará qualquer diferença quanto à sua realidade. Nos eventos psíquicos, a mente, em cooperação com o cérebro, pode estar envolvida, em cujo caso a mente age como campo de energia distinto da energia envolvida no corpo, embora usando, como seu veículo, o corpo.

4. A Dra. Thelma Moss, em sua tese doutoral, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, deu uma taxa de 1000 para 2, quanto à realidade da telepatia. Seu experimento consistiu em *enviadores* que viam transparências e filmes dramáticos, como o do assassinato de Kennedy, e outras cenas que provocavam emoção. Os *enviadores* tentavam enviar suas impressões aos recebedores, em salas separadas. Psicólogos treinados confirmavam o sucesso da experiência, com base em relatos de «imagens mentais» que chegavam às mentes dos recebedores, estando em estado de calma contemplação, ao mesmo tempo em que se exibiam as transparências e os filmes. Outros participantes eram estudantes, que supostamente receberiam tais imagens mentais, mas

sem terem «enviadores» correspondentes. Esses estudantes não tiveram imagens mentais significativas durante seus estados de contemplação, e relataram coisas sem qualquer relação com as transparências e filmes que eram exibidos.

5. Consideremos o pletismógrafo. Trata-se de uma luva (ou dedo) de borracha, que registra alterações na pressão do sangue, na mão. Conforme se sabe bem, quando uma pessoa usa seu poder de raciocínio, mais sangue corre para a cabeça deixando uma pressão menor nas mãos. O *pletismógrafo* registra a baixa de pressão na mão. Os pesquisadores têm usado esse instrumento ao mostrar que, na transferência de pensamento, sem importar se a pessoa tem consciência disso ou não, algo sucede no seu cérebro. Um experimento envolveu a tentativa de afetar o cérebro de outros (causando a baixa pressão sangüínea na mão), enviando nomes de diferentes categorias, isto é: 1. nomes conhecidos de enviadores e recebedores; 2. nomes conhecidos apenas pelos enviadores; 3. nomes conhecidos apenas pelos recebedores; 4. nomes desconhecidos de ambos, escolhidos sem qualquer relação, — em uma lista telefônica. Como já era de esperar, os nomes conhecidos por ambos, com freqüência, baixavam a pressão na mão do recebedor; os nomes conhecidos apenas pelos recebedores faziam a mesma coisa, embora com menor freqüência; os nomes conhecidos somente pelos enviadores ocasionalmente tinham esse efeito; os nomes desconhecidos de ambos raramente tinham efeito. O objetivo do experimento era não o de fazer o recebedor saber qual era o nome, mas meramente — o de verificar quais nomes, enviados durante um período específico de segundos, podia baixar a pressão do sangue na mão do recebedor, presumivelmente fazendo o sangue correr para o cérebro. A energia mental que assim entrasse no cérebro, raciocinaram os pesquisadores, teria esse efeito no físico dos recebedores. E suas suposições eram bem fundadas.

6. O efeito de Backster. Passando agora para estudos de natureza mais espantosa, consideremos o trabalho de Cleve Backster, proprietário e operador da Backster School of Lie Detection no centro de Manhattan, Nova Iorque. Ele é considerado um dos maiores técnicos nesse campo, nos EE.UU. Credita-se a ele o planejamento do equipamento polígrafo, em uso atual, sendo o compilador do *Standard Polygraph Examiner Notepack*, o qual é largamente usado pelos examinadores com polígrafo.

Suas descobertas diziam respeito, primariamente, à percepção de plantas e outras formas inferiores de vida, as quais estão registradas em seu relatório de pesquisa, «Evidência de Percepção Primária na Vida Vegetal», que se pode obter escrevendo-se para o Backster Research Foundation, Inc. — 165 W. 46th. Suite 404, New York, N.Y. 10036.

O Sr. Backster suspeitava que formas inferiores de vida tinham percepção, algo que lhe ocorreu por pura intuição. Para suas suspeitas, ele ligou eletrodos de um detetor de mentiras a uma folha de planta. O detetor de mentiras opera enviando uma débil corrente de eletricidade através do objeto em que os fios forem ligados. Se houver qualquer mudança no campo eletromagnético daquele objeto, isso ficará registrado no gráfico. O detetor de mentiras do Sr. Backster primeiro registrou sua ameaça, que fizera por pensamento, de queimar a folha. Um tanto surpreendido e abalado, apesar de sua intuição original, ele continuou o experimento. Em uma série a planta (por meio do gráfico do detetor de mentiras) registrou seu pensamento de queimar uma folha, sua saída da sala para buscar os fósforos, seu ato de acender o fósforo, e até seu ato de queimar a planta—clara evidência de que a planta estava recebendo sua energia mental. A planta saberia o que ele estava fazendo? Como poderíamos responder a isso? Tal reação poderia ser mecânica, mas o fato de que ele fora capaz de condicionar plantas, como Pavlov fizera com cães, e que as plantas demonstraram ter uma espécie de memória parece indicar algo além de qualquer sugestão anterior sobre a *forma de vida* sofisticada das plantas.

O registro de «pensamentos» também opera à distância. Uma senhora, que também sabia pilotar aviões, mas que se sentia nervosa sempre que voava, deixou uma planta favorita sua no escritório do Sr. Backster. E a qualquer distância, a planta registrava o alívio mental dela, quando ela aterrissava.

Experimentos têm sido igualmente bem-sucedidos com outras formas de vida vegetal, como amebas, lêvedos, sangue, esperma, etc. Este último, por exemplo, quando aproximado de seu dono, identifica-o fazendo o gráfico dar um salto, ao mesmo tempo que nada sucede quando aproximado de outros homens. Nesses casos, a «vida» fica suspensa em líquidos e os eletrodos são fixados a um tubo de ensaio que contém o líquido.

Consideremos um assassino de plantas: seis homens foram enviados ao escritório do Sr. Backster, um dos quais haveria de arrancar uma planta do solo, despedaçando-a, jogando-a no chão e pisoteando-a, em suma, cometendo um herbicídio. O Sr. Backster não sabia quem cometera o crime, e nem estivera presente quando isso fora feito. Mas, fazendo os homens entrarem novamente em seu escritório, pôde identificar o assassino ao fazer os homens passarem defronte da planta, um por um. E, ao chegar a vez do culpado, o detetor de mentiras deu um salto, indicando quem fora o culpado.

O que esse experimento indica? Indica, pelo menos, que há uma espécie de intercomunicação entre todos os seres vivos, que envolve uma forma de energia que ainda não foi descrita pela nossa ciência. A fotografia Kirliana tem mostrado que há uma energia dessa natureza que circunda todas as coisas vivas. É possível que essa energia esteja envolvida na percepção do pensamento humano pelas plantas. Não sabemos, porém, se a planta tem consciência de sua própria percepção. Talvez Anaxágoras, o filósofo pré-socrático, tivesse razão quando disse que as plantas são somente animais fixos no solo. Lembremo-nos de nossa anterior discussão sobre as «ilhas» e o «fundo do mar». O cérebro é uma ilha, mas, sob o nível da água, aquela ilha está *unida* às outras ilhas, não estando mais isolada. A mente consciente normalmente é uma ilha, mas o subconsciente parece estar em contacto com os elementos não físicos de todas as coisas vivas, ou, pelo menos, em potencial. Talvez a ciência do século XXI venha a descobrir a natureza e o *modus operandi* dessa energia. Sem dúvida nossos atuais experimentos e definições são crus. Contudo, por que não seríamos ousados a ponto de pensar que a vida, toda a vida, é mais do que antes supúnhamos? A vida talvez seja espiritual, afinal de contas, e que a forma física seja apenas um veículo, incluindo as plantas e as formas inferiores de vida.

O professor H.H. Price, de Oxford, disse em verdade:

«Não devemos ter medo de estar dizendo asneiras. As gerações futuras provavelmente ficarão perplexas, não porque nossas ousadas teorias são bizarras, mas por serem conservadoras e terem uma natureza tão tímida».

Para aqueles dotados de mente religiosa, que se inclinariam por chamar todos os fenômenos que lhes são estranhos (como os fenômenos psíquicos), de atividade dos demônios, bem poderíamos indagar por que os demônios se apossariam de plantas, amebas e vestígios de sangue. Esse tipo de «asneira» certamente chocará as gerações futuras, que descreverão os fenômenos psíquicos em termos *naturais*, mais ou menos como agora falamos de coisas como a circulação sangüínea. Isso não quer dizer que não existam coisas como forças espirituais «invisíveis». Essa realidade está além de qualquer dúvida, até onde podemos ver as coisas; mas não explica simples capacidades psíquicas nos homens, ainda que, sem dúvida, forças malignas se possam manifestar nos homens, e isso de maneiras «psíquicas». Mas o homem é um espírito e, naturalmente, possui poderes e manifestações espirituais.

7. Fotografia Psíquica. Ted Serios tem mostrado a capacidade de projetar imagens mentais em filme fotográfico comum. O Dr. Julius Eisenbud, da Universidade de Colorado, escreveu um livro sobre suas experiências com Ted, intitulado «O mundo de Ted Serios», que mostra um grande número de tais fotografias. O Dr. Eisenbud, médico psiquiatra, conta muitas confirmações de colegas professores e de observadores desse fenômeno, que atestam sua validade. Ted pode impressionar filmes com o pensamento, deixando uma fotografia, uma pintura, ou simples impressões. Pode «imitar» objetos conhecidos, ou criar as cenas de uma cidade que nem existe. Parece que ele pode pôr «imagens mentais» de qualquer sorte em um filme, e até mesmo, telepaticamente, reproduzir imagens mentais de outras pessoas. A máquina fotográfica pode ter lente ou não. Isso não faz nenhuma diferença. Outrossim, Ted pode produzir imagens mentais sobre vários filmes, ao mesmo tempo. Sabemos que tipo de energia pode deixar marcas sobre um filme fotográfico. Mas aqui está outra forma de energia que atravessa a gaiola de Faraday, que bloqueia as energias conhecidas, como as de rádio e as de eletricidade. No entanto, provavelmente estamos manuseando uma forma desconhecida de energia, talvez condutora do pensamento, que algum dia quiçá venha a ser descrita pela ciência, não sendo então considerada mais misteriosa do que as «ondas de rádio» o eram originalmente. Outros estudos indicam que o complexo de energias não-físicas, existente no homem, pode operar extracerebralmente, estando relacionado à natureza espiritual do homem. Os itens que se seguem, os «campos de vida», e o retorno da «morte clínica», certamente sugerem isso.

8. Os campos de vida que moldam o nosso mundo: a fotografia kirliana.

A humanidade, agora enamorada com o conceito materialista, algum dia poderá reconhecer a dívida imensa que deve a homens como H.S. Burr e E.K. Hunt. O prof. Harold Saxton Burr, Ph.D. e E.K. Hunt, professor de anatomia da Yale University School of Medicine, por muitos anos experimentaram com os campos elétricos que circundam as coisas vivas, tendo noticiado descobertas extraordinárias. Com instrumentos que detectam campos electromagnéticos, esses homens demonstraram que cada espécie tem um campo circundante característico. Foram chamados de *campos-V* ou «Campos de vida». No homem, mostraram que o campo se estende por quatro metros, e em coisas simples, como ovos de rãs, a dez centímetros. Na «aura» assim existente, no caso do ovo, a rã adulta pode ser predita através dos «padrões de luz» e dos «desenhos», podendo-se notar até a posição das pernas, da cabeça, do sistema nervoso, etc. Em outras palavras, o «campo de vida» é anterior ao desenvolvimento de sua contraparte física, e evidentemente, é o guia ou força inteligente que controla o seu desenvolvimento. No caso da rã, se um experimentador removesse o material do qual normalmente se desenvolveria a cabeça, e o trocasse pelo material de onde surgiriam as pernas (citando apenas um exemplo de troca possível), ainda assim as pernas e cabeça se desenvolveriam nos seus devidos lugares. Isso indica que as células não são especializadas, mas antes, podem desenvolver-se em qualquer coisa, e que o «campo de vida» é a força que determina qual célula se tornará em qualquer parte do elemento físico. O «campo de vida» persiste através do crescimento do embrião, até transformar-se em uma rã adulta. Houve um período no desenvolvimento do girino quando uma perna poderia ser amputada, pois outra perna se desenvolveria. Enquanto isso, o «campo de vida» se mantinha inalterado, apesar de sua contraparte física estar sendo modificada nisto ou naquilo. Outrossim, no homem, se alguém tiver sofrido a perda de um dedo da mão, no «campo de vida» haverá ainda cinco dedos.

9. As experiências de Burr resultaram em um livro chamado «*Blueprint for Immortality, the Electric Patterns of Life*», Neville Spearman, Ltd., Londres, 1972. Burr expressa a crença de que os campos de vida não são resultantes da atividade biológica na massa física, mas antes, são as próprias fontes originárias do desenvolvimento biológico e da formação do corpo físico. Postulou ele, também, que os eletroencefalogramas não são medições da atividade do cérebro (físico), mas antes, alterações refletidas no próprio «campo de vida», o que, por sua vez, alteram as ondas do cérebro físico. Os campos de vida evidentemente, não se assemelham, quanto à forma, à coisa física por eles criada, embora tenham padrões de colorido que pertencem a certos elementos físicos futuros, embora Burr, até onde se pode descobrir, não tenha especificado isso. As formas de vida que tenho visto nas fotografias Kirlianas (uma forma de radiografia), entretanto, têm a forma do objeto físico.

A fotografia kirliana. Trata-se de uma espécie de radiografia que é capaz de capturar **campos de luz** que existem em torno de todos os objetos, animados e inanimados, embora aqueles que circundam os animados sejam consideravelmente diferentes, modificando-se com as emoções e os estados de saúde, ao passo que os que circundam os objetos inanimados permanecem fixos na natureza. Parece que aquilo que Burr detectou mediante instrumentos, a fotografia captura em filmes. A fotografia kirliana recebeu o nome do casal russo, Semyon e Valentina Kirlian. Kirlian, um eletrecista, notou, um dia, que se seus dedos tocassem em uma chapa de papel fotográfico, estando em um campo de corrente elétrica de alta freqüência, apareciam impressões de estranhos ziguezagues, manchas e linhas sobre o papel. Impressionado com isso, e querendo melhorar as suas imagens, ele desenvolveu, com extrema dificuldade, uma nova câmera e um método especial de tirar fotos. Uma vez que conseguiu desenvolver sua nova forma de fotografia, relatou: «*Galáxias de fagulhas azuis*, violetas, amarelas e douradas brilharam contra um pano de fundo negro. Algumas piscavam, outras brilhavam com constância, e ainda outras relampejavam a intervalos. Enquanto uma porção dessas fagulhas não tinha movimentos, outra parte percorria labirintos luminosos. Sobre essas fantásticas galáxias de luzes fantasmagóricas, havia lampejos rebrilhantes e multicoloridos e também pequenas nuvens apaga-

das». Foi assim que se abriu um novo e fantástico mundo, para ser contemplado pelos homens. Logo se descobriu que todas as formas de vida possuem seu próprio e característico campo de luz.

O Dr. Willilam Tiller, metalúrgico, que durante cinco anos foi deão do Materials Science Department of Stanford, e que tem títulos no campo da física e, recentemente, completou um Guggenheim Fellowship, em Oxford, tendo estudado intensamente os campos eletrodinâmicos visíveis na fotografia Kirliana, declarou que o mundo que atualmente a ciência nos apresenta é, pelo menos, «incompleto», se não mesmo falso. Ele acredita que as pessoas, pelo mundo inteiro, estão aprendendo a despertar aqueles sistemas sensorais que nos permitem perceber diferentes dimensões do universo. Além disso, ele especula que há outras formas de energia que não a energia eletromagnética, e que algumas são mais lentas e outras mais rápidas que a luz, quanto à sua velocidade.

O que é o «campo de vida»? Essa pergunta, naturalmente, é extremamente difícil de responder. Mas é mais fácil especular. Conforme alguns supõem, pode ser a emanação de energia do «contracorpo», no homem, ou em qualquer espécie viva sob consideração. Os místicos, quando «fora do corpo» (= *projeção da psique*), afirmam que o espírito tem um outro veículo, semelhante ao corpo, sólido ao toque, enquanto a pessoa está na outra dimensão, ao passo que o outro material é transparente e não-resistente ao toque. Outros, ainda, têm especulado que estamos falando diretamente da alma. Pelo menos, estamos falando de uma forma de realidade que transcende ao veículo físico que chamamos de corpo. Se essa energia é a emanação do contracorpo, então certamente está aliada à alma, a qual continua fora de nossa capacidade de descrição, embora não haja razões para duvidarmos de sua realidade. O campo de vida será a forma de energia que a alma usa, ao desenvolver seu próprio corpo, no caso de formas inferiores de vida, um veículo usado por uma Inteligência Superior para a criação de formas físicas? Ou, na forma de vida, já chegamos à «substância da alma»? Provavelmente, o que se vê na obra de Burr e na fotografia Kirliana são *efeitos* de «causas» ainda desconhecidas. Voltamos ao difícil problema, científico e filosófico, da «causa». Com freqüência podemos medir ou, pelo menos, identificar efeitos, mas temos dificuldades com as causas; mas não é impossível que aquilo que os homens têm chamado de alma esteja, de algum modo, por detrás desses efeitos, direta ou indiretamente. No momento, não podemos falar com grande inteligência sobre a fotografia Kirliana, mas suas implicações são imensas. Entretanto, não desesperemos. Imagine-se a tentativa de explicar o raio-x aos homens comuns e leigos de 150 anos atrás.

Burr afirma que as pessoas, bem como tudo, são literalmente mantidas juntas pelos «campos de vida» que são—organizadores. Sem a inteligência divina que governa as leis por detrás desses campos, o universo inteiro se desintegraria em caos, em milésimos de segundo.

Seus estudos têm adicionado uma nova dimensão ao *argumento teleológico* (= argumento baseado no desígnio), em prol da existência de Deus. Escreve ele, pois:

«*É impossível imaginar que o desenvolvimento*, passo a passo, do sistema nervoso, sucedeu por acaso e sem orientação. Você e eu, pois, somos produtos de um padrão de organização, ou, dizendo-o de outro modo, somos a conseqüência de um desígnio. É dificílimo pensar em uma peça de aparelho de qualquer espécie—quer se trate de um ferro elétrico ou de um esmagador de átomos—que não seja produto da mente de um planejador. Portanto, já que o universo exibe um plano, não é pulo no espaço supor que seja o produto de um Planejador».

10. Adicionamos, finalmente, à nossa discussão, um pouco de certeza acerca da alma, que nos deriva da experiência humana. Essa experiência recebe um toque do que é científico, já que está sujeita à observação de natureza regulada e sistemática, o que, naturalmente, é uma função básica do método científico. Henry Pierce, editor científico do Pittsburgh Post Gazette, interessou-se especialmente pelo fenômeno do «retorno após a morte clínica». Ele desvendou, em pesquisas em hospitais, entre médicos, enfermeiras e pacientes, a realidade do que acontece quando homens e mulheres retornam da morte física, mesmo após muitas horas, os quais têm narrativas maravilhosas para contar sobre a vida do outro lado. Temos razão para crer que as pessoas podem penetrar nos primeiros estágios da morte, e mesmo assim retornar, até mesmo depois da alma ter-se separado do corpo. Esse é o tipo de história que as pessoas relatam, quando contam suas experiências. Também podem narrar com exatidão o que lhes sucedera durante seu período de morte, quando o coração não mais pulsava e as ondas cerebrais tinham cessado totalmente de existir. Alguns têm «experiências terrenas» durante esse tempo, algumas delas de natureza transcendental. Não desenvolvo detalhadamente o tema aqui sendo que apresento outros artigos que tratam, especificamente, a volta da morte clínica ou experiências perto da morte. Ver a seguir, entre os artigos sobre a *Imortalidade* o artigo de Henry L. Pierce intitulado, *Quando os Mortos Voltam!* Ver também, *Experiências Perto da Morte*.

A Dra. Elizabeth Kuebler-Ross é perita reconhecida em *Tanatologia* (estudo da morte e seu processo). Como médica e psiquiatra, ela já entrou, naturalmente, em contacto com a morte, por muitas vezes. Tem estudado e observado as vidas e mortes de muitos enfermos condenados à morte, tendo efetuado pesquisas psicológicas com essas pessoas. Em resultado, ela escreveu dois bem conhecidos livros sobre a morte. São intitulados *Sobre a Morte e o Morrer* e *Perguntas e Respostas sobre a Morte*. Antes de seus estudos sobre a morte, incorporados nesses livros, a Dra. Kuebler-Ross não cria na «sobrevivência» da personalidade humana ante a morte biológica. Sua própria pesquisa modificou-lhe a mentalidade. A princípio ela pensava que estava descobrindo uma «ciência» contraditória, e ficou embaraçada ante suas descobertas. Finalmente, centenas de casos a convenceram da grande possibilidade da sobrevivência. Mas agora ela teme ser ridicularizada pela «comunidade científica», cujos dogmas ela ousou desafiar.

Alguns dos casos discutidos em seu livro envolvem a «morte clínica». Com surpreendente freqüência, os relatos que as pessoas contam, voltando desse estado, são similares em tudo. A maioria das pessoas «revividas» após a morte clínica, ou seja, cujos corações não mais pulsavam e que não tinham mais ondas cerebrais, dizem que a «morte» é uma sensação indescritivelmente maravilhosa. Essa gente não mais temia a morte, ainda que continuasse a viver diariamente sob o perigo de ser vitimada por ela. A Dra. Kuebler-Ross entrevistou centenas de pacientes que haviam sido declarados clinicamente mortos. Aquela gente invariavelmente dizia que uma

auto-entidade, se separara do «corpo». Quando isso acontece, diziam elas, sentem-se grandes sentimentos de paz e tranqüilidade. Muitas dessas pessoas testemunham a cena dos médicos revivendo o corpo morto. Muitas tentaram transmitir-lhes que a morte é boa, e que eles deixassem daquelas tentativas. As pessoas que abandonaram o corpo sempre dão boas-vindas àquelas que lhes são queridas. Algumas pessoas especialmente religiosas percebem figuras religiosas importantes que vêm à transição. Um caso típico diz como segue:

«*A paciente disse-me* que olhara para baixo e ficara surpreendida ante a palidez da face de seu corpo. Então teve consciência da equipe médica que corria para ressuscitar o corpo trazendo aparelhos para o quarto. Embora a mulher, naquele momento, não demonstrasse pulsações, nem pulso, nem ondas cerebrais—mais tarde ela narrou quem entrara no quarto e o que haviam dito. Contou que tentara dizer à equipe de ressurreição que não tivesse tanto trabalho com ela, mas não a podiam ouvir. Após alguns poucos momentos, ela sentiu que desaparecia a sua nova consciência. Naquele instante, os instrumentos começaram a registrar sinais vitais novamente».

O que ficou mostrado com isso é que o homem é mais que seu corpo, e que sua inteligência, apesar de usar o cérebro como um veículo, também pode operar, de modo por enquanto misterioso e desconhecido, sem o cérebro físico. Talvez continue a usar um veículo, a saber, o *contracérebro*, no contracorpo, sobre o que já discutimos. Mas talvez a alma não precise de qualquer instrumento para operar, sendo o princípio mesmo da inteligência, um «intelecto», conforme supusemos na discussão anterior.

Se a inteligência, no momento de entrar nos primeiros estágios da morte, quando o corpo fica clinicamente morto, permanece normal, e, além disso, se não há a perda da «consciência» e a identidade pessoal não é atingida, então isso nos exibe o fato da inteligência «extracerebral». Nesse caso, fica demonstrado que o cérebro é apenas um veículo da inteligência, sob certas circunstâncias, e não a própria inteligência. A inteligência é algo muito mais vasto que qualquer órgão físico, que possa contê-lo temporariamente. Filosoficamente falando, falamos do ser vital como o «intelecto», conforme se via, por exemplo, em Aristóteles. Teologicamente, chamamos esse intelecto de fagulha do Grande Intelecto. O «real», afinal, pode ser conforme foi suposto pelo Idealismo, isto é, um campo de força de energia, não idêntico àquilo que chamamos de *matéria*. Pode ser uma energia não-material, mais básica que a própria matéria como uma forma de vida. Em outras palavras, a matéria pode ser apenas uma manifestação sua. A matéria, portanto, não é a substância da vida, mas tão-somente uma de suas expressões. No ser humano, o campo de força, que sobrevive ante a morte biológica, pode ser chamado de alma ou intelecto. Ou o campo de força, conforme nos foi desvendado pela fotografia e mediante instrumentos, pode ser um outro veículo do «intelecto». Seja como for, as evidências mostram que o homem é muito mais do que o seu corpo, e que «aquilo que ele é» sobrevive à morte física.

Relacionados à experiência da «volta da morte biológica», há aqueles casos em que a morte tem lugar, mas, antes de suceder isso, são dadas informações pelo moribundo que mostram que o *homem real* apenas está saindo da vida física, e não morrendo juntamente com ela. «Visões no leito de morte», e tipos similares de experiência, têm atraído a atenção de ministros, médicos e pesquisadores psíquicos, e há abundante literatura sobre o tema. Essas experiências muito se parecem com aquelas que acabamos de descrever, em diversos aspectos. Por exemplo, é comum que os moribundos digam que viram «visitantes» que vieram vê-los passar pela transição. Algumas vezes, o visitante ou visitantes de fato, está «morto», conforme usamos popularmente o vocábulo, mas esse fato passa despercebido pelos moribundos. Em um volume pequeno, mas monumental, intitulado «Visões do Leito de Morte», Sir William Barrett, notório físico de Dublin, relata a seguinte história:

«Estive presente pouco antes da morte da Sra. B. em companhia de seu marido e de sua mãe. Seu marido estava debruçado por sobre ela, falando com ela, quando, empurrando-o para um lado, ela disse: —Oh, não atrapalhe; é lindo. Então, voltando-se dele para mim, estando eu do outro lado do leito, a Sra. B. disse: Oh, ali está Vida. Ela se referia a uma irmã sua, cuja morte, ocorrida três semanas antes, fora ocultada da Sra. B. Posteriormente, a mãe dela, que estivera presente na ocasião, contou-me, conforme eu já disse, que Vida era o nome da falecida irmã da Sra. B., e de cuja enfermidade e falecimento a Sra. B. estava ignorante, pois tinham impedido cuidadosamente que tal notícia lhe fosse dada, em face da seriedade de sua doença».

Há vários tipos de explicação para esses tipos de experiência:

1. A explicação telepática. A Sra. B. poderia ter percebido telepaticamente que sua irmã morrera, e, como é comum, poderia ter confundido esses pensamentos «exteriores» como se fossem seus próprios. Ela também poderia ter tido uma alucinação, obtendo uma suposta visão «exterior», consolando-se com a ilusão que seu fim real ainda não chegara, mas antes, que a morte é, realmente, uma experiência agradável, incluindo a reunião com entes amados. Apesar de admitir-se que a mente humana é capaz de tais contorsões, essa explanação está sujeita a críticas válidas. Essas experiências têm sido «compartilhadas» com pessoas vivas. Ministros e médicos, por ocasião de casos de morte, bem como familiares presentes ao falecimento de entes queridos, ocasionalmente têm visto as mesmas *visões* que os moribundos. Para explicar esse fenômeno, a suposição de que uma alucinação coletiva, acompanhada por telepatia coletiva, seja capaz de criar tal acontecimento, é tão difícil ou mesmo mais difícil do que aceitar a sobrevivência da alma, — como algo possível aos seres humanos. Os estudos anteriores, que indicam a viabilidade da hipótese da sobrevivência, de um ponto de vista científico, são contrários à idéia da telepatia e da alucinação coletivas.

2. A explicação de fraude. Tais narrativas, segundo alguns supõem, seriam invenções, e não acontecimentos reais. Mas essa explicação não é uma tentativa séria para solucionar o enigma das experiências de leito de morte, pois, apoiando-se em preconceitos, resolve que muitas centenas de tais relatos, por grande e diferente número de pessoas, muitas delas honestas e religiosas, devem «contar uma boa história às custas da verdade». Além disso, esses fenômenos transcendem a todas as barreiras de raça e cultura, e são por demais «numerosos» e *similares* para terem a fraude como sua base. Tachando esses casos de fraudes, brincamos com convicções que se fizeram *sagradas* para muitas pessoas, que tiveram envolvidos seres queridos.

3. A teoria de demônios. Com essa, que é a pior de todas as explicações, em vez de uma manifestação do

espírito humano, o que haveria seriam espíritos *enganadores* que convenceram os moribundos de que seres queridos tinham vindo para «levá-los para o outro lado». Por que fariam isso? Por que espíritos malignos se empenhariam por «enganar» a um moribundo, a fim de infundir-lhe confiança e esperança nos instantes da morte? Isso não se parece com o que os demônios gostam de fazer, sendo eles maus. Contra essa teoria, além de seu óbvio absurdo, há o fato de que tais visitas sucedem a todos os tipos de pessoas, até às mais religiosas e fiéis, incluindo todos os ramos da igreja cristã. Dar qualquer crédito a tal teoria exige que creiamos que pessoas que não estiveram sujeitas ao poder demoníaco durante suas vidas, mas que, bem pelo contrário, foram exemplos de *vida cristã*, subitamente, em seu leito de morte, se tornam sujeitas a tal poder. Além disso, já que crianças pequenas passam por tais experiências, teríamos de supor que elas também estão sujeitas a poderes demoníacos, embora durante o resto de suas vidas nada disso lhes podia ser atribuído, por serem relativamente inocentes.

4. A teoria de forma de pensamento. O pensamento é uma energia. Um pensamento criado em um moribundo, devido a poderoso desejo de sobrevivência, poderia externalizar uma forma «visível» que seria vista pelo moribundo, bem como pelas pessoas presentes à cena de morte. Essa teoria é uma modificação da primeira teoria, sendo passível da mesma crítica.

5. A teoria que resta, provavelmente, é a verdadeira: A morte é apenas uma transição. O corpo sucumbe, mas o espírito se eleva. A vida é um grande prosseguimento, e o corpo é apenas um veículo de vida em determinada esfera, sujeito a um conjunto especial de circunstâncias.

Consideremos um outro desses casos, o qual envolveu uma menina pequena (conforme o relato no livro de Sir William Barrett).

«Em uma cidade vizinha havia duas meninas pequenas, Jennie e Edite, uma com cerca de oito anos de idade, e a outra um pouco mais velha. Eram colegas de escola e amigas íntimas. Em junho de 1889, ambas adoeceram de difteria. Ao meio-dia de um quarta-feira, Jennie morreu. Então os pais de Edite, como também seus médicos, tiveram extremo cuidado em impedi-la de saber que sua coleguinha falecera. Temiam o efeito de tal conhecimento sobre suas condições de saúde. Para provar que haviam obtido êxito, e que ela de nada soubera, pode-se mencionar que no sábado, a 8 de junho, ao meio-dia, pouco antes dela perder a consciência de tudo quanto sucedia ao seu redor, ela escolheu duas fotografias suas para serem enviadas a Jennie, além de dizer às pessoas que a atendiam, que transmitissem adeus. Ela faleceu meia-hora depois das 18:00 horas do sábado, dia 8 de junho. Ela se animara e se despedira de seus amigos, falava em morrer, e parecia não ter medo. Ela parecia estar vendo um amigo ou outro da família que ela sabia que já tinha falecido. Até esse ponto, tudo parecia similar a outros casos. Mas então, subitamente, e com grande expressão de surpresa, ela se voltou para seu pai e exclamou: «Ora, papai! O senhor não me disse que Jennie estava aqui!» E imediatamente ela estendeu os braços, como que para receber a alguém, e lhe disse: «*Oh, Jennie*, estou tão alegre por que você está aqui!».

Sir Barrett, cujo livro citamos, ficou intrigado ante a enorme quantidade desse material. O clérigo inglês, J.S. Pollock, em seu livro, «Mortos e Desaparecidos», reuniu uma coletânea dessas narrativas, escolhidas dentre 500 casos que ele recolhera em suas pesquisas.

Frank Podmore, um pesquisador inglês, relatou um caso em que três irmãs, estando juntas, viram pairando sobre o leito de morte de uma delas, que estava morrendo, uma luz brilhante, onde apareciam os rostos de dois de seus irmãos mortos.

Nos arquivos do British Society for Psychical Research e da American Society for Psychical Research, há certo número de casos em que o espírito foi realmente visto ao deixar o corpo. Um desses casos foi registrado no Diário da S.P.R. Esse caso foi apresentado por Richard Hodgson, homem que tinha a reputação de ser arguto investigador, no início deste século.

«O Sr. G. abraçado à sua esposa que falecia, viu que se formavam, perto da porta, 'três nuvens estratos separadas e distintas'. Essas nuvens gradualmente se aproximaram do leito e o envolveram. Disse o Sr. G: «Então, olhando através da névoa, contemplei, de pé, perto da cabeça de minha esposa moribunda, a figura de uma mulher'. Ele também viu 'duas pessoas de branco', que 'se ajoelharam ao lado de minha esposa, aparentemente se inclinando na direção dela, além de outras figuras que pairavam por sobre o leito, de forma mais ou menos distinta. Acima de minha esposa, e ligada com uma corda que saía de sua testa, por sobre seu olho esquerdo, flutuava, em posição horizontal, uma figura despida e branca, aparentemente seu *corpo astral'*. Após observar essa figura por algumas horas, ele contemplou a morte real de sua esposa. 'Com um estertor, minha esposa deixou de respirar... com seu último hálito... quando a alma deixou o corpo, a corda se partiu. Subitamente, desapareceu a figura astral. Todas as outras personagens desapareceram também naquele instante».

Esse caso frisa diversas características interessantes, todas comuns em tais casos, conforme se tem relatado por todo o mundo. Em primeiro lugar, há o «corpo astral», conforme alguns o denominam, que é apenas o «contracorpo» que já mencionamos neste artigo, de onde emana o «campo vital» de energia irradiada. A *aura* humana evidentemente é uma irradiação do contracorpo. Neste artigo já indicamos que essa energia pode ser vista por algumas pessoas, e com ajuda de lentes especiais, e exercícios visuais, a maioria das pessoas interessadas na tentativa, também tem podido vê-la. Se todos pudéssemos fazê-lo, sem ajuda, então seria fácil testificarmos, com olhos naturais, o tipo de coisas relatadas no parágrafo acima. Pensemos na esperança que tomaria conta do homem se ele, somente dentro do *alcance natural* de sua visão, pudesse ver mais. Tudo isso faz-nos lembrar da história bíblica de Eliseu e seu servo. O rei da Síria enviara grande exército contra Israel. O servo de Eliseu, levantando-se cedo pela manhã—viu as hostis sírias. Com grande terror, ele foi despertar seu senhor. Eliseu lhe disse que não tivesse receio, proferindo as palavras famosas: «Não temas, pois aqueles que estão conosco são mais do que os que estão com eles». Então Eliseu orou para que seu servo visse a «realidade» da situação. «Abre os olhos dele», disse ele. E assim o servo teve seus olhos abertos, e eis que a montanha foi vista coalhada de cavalos e carros de fogo, ao redor de Eliseu, (II Reis 6:15). Esta passagem bíblica supõe a existência de *seres invisíveis*. Se a «faixa» da visão natural do homem fosse ampliada, que maravilhas poderíamos contemplar; e talvez a mais comum entre elas fosse a sobrevivência da personalidade por ocasião da morte!

Outra coisa a ser notada aqui é «o fio de prata». Também há referências bíblicas nesse particular: «...antes que se rompa o fio de prata, e se despedace o

copo de ouro, e se quebre o cântaro junto à fonte, e se desfaça a roda junto ao poço, e o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu» (Ecl. 12:6,7). São expressões poéticas acerca da morte física, mas é bem provável que a tradição do «*fio de prata*» tenha entrado na poesia através do fato de que o mesmo tem sido visto, e continua sendo visto por alguns quando a morte se aproxima. O que é esse fio ou corda? Parece ser um elo de ligação entre as energias físicas e não-físicas do complexo humano. Pode ser até mesmo uma espécie de cordão umbilical. É deveras interessante, pois, que a morte seja produzida pelo partir dessa corda, o que dá à pessoa o nascimento em uma vida nova e superior. Não é incomum visões à «beira do leito», nas quais essa corda é partida; e isso usualmente é feito por um dos espíritos que veio auxiliar na morte-nascimento, pelo que se poderia chamá-los de parteiras espirituais. Florence Marryat, a autora da era vitoriana, em diversas ocasiões foi testemunha de mortes, e em algumas ocasiões viu o fio de prata. Ela descreveu o mesmo como uma ligação entre o corpo e o contracorpo, tendo a aparência de *fios de luz*, como «eletricidade».

Um pastor anglicano, G. Maurice Elliott, que durante o seu trabalho ministerial com freqüência acompanhou moribundos, afirmou que em muitas ocasiões testemunhou a saída da alma do corpo. Ele descreve um desses casos, dizendo: «Vimos (sua esposa também observou a visão), bem por cima da cama, uma névoa tênue e branca... Dentro de pouco tempo, ela tomou a forma perfeita da pessoa que sofria... um fio como de prata estava ligado ao corpo físico, e ajudantes o cortaram».

O MÍSTICO INGLÊS, Tudor Pole, apresentou uma descrição similar de uma morte que viu: «Diretamente por cima do moribundo, vi uma forma sombria que pairava em posição horizontal, cerca de sessenta centímetros acima do leito. A forma estava ligada ao corpo físico por dois fios transparentes...a figura cresceu até tornar-se uma contraparte do corpo. Personagens auxilares cortaram esses fios». *Karlis Osis*, psicólogo nascido na Letônea, enviou questionários a cinco mil médicos e a cinco mil enfermeiras, para descobrir a freqüência dos tipos de visões à beira do leito que vimos descrevendo. A obra resultante: «Observações à Beira de Leito por Médicos e Enfermeiras», tornou-se um clássico no seu campo. Osis descobriu que raramente as pessoas que morriam sentiam medo e, de fato, com bastante freqüência, achavam-se em estado de exaltação. *Houve o cuidado* de investigar e relatar casos de pacientes que não estavam drogados. Descobriu ele que um número muito maior de «moribundos» tem visões do que as pessoas em vida normal. Essas visões ocorriam, predominantemente, entre uma hora a um dia antes da morte. Geralmente os pacientes têm plena consciência dos fatos, não se podendo pensar em meros sonhos. Curiosamente, nem todas as pessoas vistas nessas visões estão «mortas», embora predomine o número de pessoas falecidas. Isso nos leva à interessante especulação de que as almas de «pessoas vivas» podem ajudar na morte de entes queridos, e de algum modo, desconhecido da ciência, ajudam-nos na transição. Em muitos desses casos, a visão é compartilhada pelo visitante e pelo visitado, ainda que, fisicamente, as pessoas estivessem bem separadas. Nesses casos, os sobreviventes têm alguma história interessante, que coincide com a *narrativa* do moribundo, pouco antes do seu falecimento. Evidências críveis de — sobrevivência — têm sido dadas por indivíduos não-drogados — e nem marcantemente perturbados, nem por sedativos e nem por delírios. Os visitantes espirituais são reconhecidos invariavelmente como «anjos de misericórdia», que facilitam a transição. São bem acolhidos, pois, pelos moribundos. Usualmente os visitantes são íntimos ou parentes. Algumas vezes, um único espírito acompanha o processo da morte, mas normalmente há diversos.

Duncan MacDougall, um médico da Nova Inglaterra, no começo do século, registrou perdas inesperadas de peso no momento da morte, e até hoje isso não foi explicado. Hipólito Baraduc, na França, *fotografou* a morte de sua esposa, e registrou três nuvens similares às que já descrevemos no caso da Sra. G. cujo marido viu três nuvens separadas e distintas. O engenhoso físico americano, R.A. Watters, em 1934 fotografou o *duplo* de um rato que matou, em uma Câmara de nuvem Wilson. Já mostramos, neste artigo, que «campos de vida» circundam todas as criaturas vivas. Seria demais supor que a vida, toda vida, realmente é *espiritual*, e que todos os corpos são meros veículos?

Similares a esses estudos e observações acerca do retorno após a morte clínica e ao próprio processo de morte, são aqueles que tratam da «projeção da psique». Trata-se da habilidade de alguns de «deixar o corpo» e viajar para obter informações no estado espiritual, impossíveis de serem obtidas pelos meios de percepção normal e parte dessa informação pode transcender o tipo de informação disponível aos sentidos.

O *Dr. Robert Crookall*, um geólogo inglês, dotado de credenciais científicas em outros campos também, dedicou 30 anos ao estudo da projeção da psique. Ele chama atenção para o fato de que a experiência da projeção da psique se parece muito com os casos de «leito de morte», parecendo ser um aspecto temporário daquilo que, na morte, é algo «permanente». Em cerca de 20% dos casos que envolvem a projeção da psique, o «duplo» toma a posição horizontal, pairando por sobre o corpo, e então se torna o veículo da inteligência, bem como o modo de transporte. A mesma coisa ocorre no caso da morte. Em cerca de 20%, igualmente, o fio de prata é visto ligando o corpo flutuante ao corpo físico. Na projeção da psique, a grande diferença é que esse fio não se parte. Parece que a personalidade humana é capaz da «bilocalização», e essa bilocalização é boa previsão do que sucede no processo da morte, não o levando, contudo, a conclusão final.

O Dr. Charles Tart, da Universidade de Califórnia, em Davis, estudou esse fenômeno com grande êxito, obtendo certa «respeitabilidade», para o mesmo em alguns círculos inteligentes. Pelo menos, nem todos os psicólogos continuam pensando tratar-se de algo *patológico*. Uma experiência criada por ele é a que envolve trancar uma pessoa que diz ter regularmente a experiência (ou espontaneamente, ou pelo poder da vontade), em uma sala de hospital. Em uma prateleira, bem elevada no quarto, se põe uma mensagem. O objetivo é que a «alma» suba e leia a mensagem, dizendo qual seu conteúdo ao pesquisador. Toma-se o cuidado de não haver meios físicos pelos quais tal coisa possa ser feita. Assim, a mensagem está irremediavelmente «fora de vista», até onde chegam os olhos naturais. Contudo, aqueles que se «projetam» lêem-na com sucesso. Na maioria dos casos, a alma não se interessa muito por tais coisas, e assim sai do quarto, atravessando facilmente as paredes. A entidade pode observar, então, o que ocorre pelo hospital, ou mesmo em alguma cidade distante e o «relato» é subseqüentemente sujeitado à validação por parte do pesquisador. Tudo isso indica

a realidade da milenar crença na *bilocalização*. Em outras palavras, a personalidade humana, mesmo quando no estado «mortal», é capaz de estar em dois lugares ao mesmo tempo, em um, fisicamente, e em outro, espiritualmente. Várias pessoas, como algumas daquelas que têm sido chamadas de «santos», conhecidas por sua alta espiritualidade, têm tido a capacidade da bilocalização, mas o fenômeno não está limitado a tais pessoas, de modo algum. A reivindicação de «projeção» é tão antiga quanto a própria história, mas só recentemente os pesquisadores, em universidades, se têm disposto a submetê-la a teste, sob condições controladas.

O presente artigo foi traçado para mostrar a fraqueza da teoria materialista. Mostramos que a personalidade humana é dotada de várias «capacidades» que não podem ser explicadas por essa teoria. Mostramos que os «fenômenos observáveis», os que meramente podem ser observados ou os que são sujeitos a controle de laboratório, ultrapassam qualquer «base teórica» que a tese materialista nos oferece. Mostramos que a inteligência pode ser «extracerebral». Nossa discussão tem mostrado que há uma força patente na teoria interacionista, bem como plausibilidade na teoria substancialista. As religiões, pelo mundo todo, favorecem o substancialismo, e muitas mentes universais o têm defendido sem embaraço. A verdadeira defesa do substancialismo, porém, não pode partir da ciência—por enquanto, pelo menos. Essa disciplina, por sua natureza inerente, limita-se ao *aqui* e ao *agora*, àquilo que se pode tocar, ver, ouvir, etc. O *substancialismo* transcende em muito a tudo isso, mas nem por isso é algo irreal ou falso. Mas as coisas que podem ser vistas e ouvidas, ou tocadas, que são estudadas pela ciência têm um significativo valor para a porção espiritual do homem, e o melhor conhecimento delas subentende aspectos de uma realidade superior, pois o físico está perenemente em contacto com o espiritual, e o estudo do que é físico, ou daquilo que se pensa ser meramente físico (embora assim não ocorra, realmente), pode revelar aspectos do não-físico. Portanto, não é impossível que, finalmente, o «defensor» da sobrevivência da alma humana ante a morte biológica, venha a ser a ciência. O que a filosofia racionalista tem especulado, o que a teologia tem afirmado em seus dogmas, poderá vir a ser «provado» pelo que o cientista faz em seu laboratório. Quando aparecer essa «prova», os homens passarão a viver num mundo bem diferente. Tal prova transcenderá, em importância e interesse, a qualquer descoberta da ciência feita até o presente. Se um homem, ao levantar-se da cama pela manhã, puder dizer para si mesmo: *Meu verdadeiro eu jamais morrerá!* isso fará tremenda diferença na maneira como ele passará a agir, no modo como ele passará a viver, no modo como ele pensará sobre si próprio e sobre seus semelhantes, nas suas motivações, nos seus ideais, em todos os seus esforços e em todos os seus sofrimentos.

As majestosas verdades do substancialismo, pelo menos no presente, permanecem fora de alcance para a ciência. Não é provável que, nesta década, alguém possa construir um foguete capaz de entrar na esfera dos universais, de Platão, ou dos lugares celestiais, postulados pelo cristianismo bíblico. Contudo, não é de modo algum impossível que a própria alma seja um foguete poderoso que, liberado do corpo, pode fazer vôos impressionantes até às dimensões da *realidade última*.

••• ••• •••

Edifica para ti mansões mais majestosas,
Oh, minha alma
Enquanto as estações ligeiras passam!
Deixa teu passado de teto baixo!
Que cada novo templo, mais nobre que o anterior,
Feche-te do céu com uma cúpula mais vasta,
Até que, por fim, fiques livre,
Abandonando tua pequena concha no mar intranqüilo da vida!
(Oliver Wendell Holmes)

BIBLIOGRAFIA:

Backster, Cleve, *Evidence of Primary Perception in Plant Life*, Backster Foundation, Nova Iorque, N.Y. 1968.

Broad, C.D. *Human Personality and the Possibility of its Survival*, Berkeley: University of California Press, 1955.

Burr, H.S. *Blueprint for Immortality; the Electric Patterns of Life*, Londres: Neville Spearman, Ltda., 1972.

Eisenbud, Jule, *The World of Ted Serios*, Nova Iorque: William Morrow and Co., 1968.

James, William, *Human Immortality*, Boston: Houghton Mifflin, 1893.

Jung, Carl, *Modern Man in Search of a Soul*, Nova Iorque: Harcourt, Brace and Co., 1968.

McTaggart, J.M.E. *Some Dogmas of Religion*, Londres: Arnold, 1906.

Moody, Raymond A., *Life After Life*, Bantam Books, 1977; *Reflections on Life After Life*, Bantam Books 1978.

Murphy, Gardner, *An Outline of Survival Evidence and Difficulties Confronting the Survival Hypothesis*, Journal of American Society for Psychic Research, 1945.

Ornstein, Robert, *The Psychology of Consciousness*, 1972.

Rhine, J.B. *Extra-Sensory Perception*, Boston: Bruce Humphris Publs., 1964.

Sabom, Michael B., *Recollections of Death, A Medical Investigation*, Harper and Row, 1982.

ARTIGO 2

Imortalidade Continua
O MUNDO NÃO-FÍSICO
Do Dr. Stromberg
por James Crenshaw

Uma base fidedigna para a crença na *sobrevivência da alma* e da memória.

SOBRE O AUTOR

Nativo do estado norte-americano de *Oregon*, James Crenshaw se criou na Califórnia, freqüentou o San Diego State College e a UCLA e se formou como bacharel em literatura inglesa. A sua carreira consiste em escrever—como membro do pessoal de jornais e também como *free-lancer*.

No passar dos anos tornou-se hábil na cobertura de casos tribunícios e de questões que envolvem a lei. Em conseqüência disso, já foi homenageado por sete vezes pelo Tribunal Estadual de Califórnia. Também é um dos poucos leigos que tiveram um artigo publicado pelo *Diário da Associação de Tribunais Norte-americanos*.

Gustav Stromberg, que antes de seu falecimento foi um dos mais famosos astrônomos do mundo, cria que a vida inteira e toda a matéria se originam inteiramente de *um mundo não-físico*, conservando

raízes nesse mundo. Ele imaginava uma espécie de dimensão eterna de onde emergem energia e forma, segundo um plano proposital de padrões ou campos preexistentes, que governariam o mundo percebido pelos nossos cinco sentidos.

O Dr. Stromberg, que por quase **três décadas**, fez parte do pessoal do Observatório de Monte Wilson, no sul do estado norte-americano de Califórnia, dependia de informes científicos e das idéias de seus colegas cientistas na promoção de seus pontos de vista de que um mundo imaterial sustenta e guia tanto o desenvolvimento das formas vivas como a natureza da chamada matéria inanimada. Outrossim, ele chegou à conclusão de que a consciência sobrevive à morte, depois de sua associação com a matéria física, e que a memória é transportada para o mundo não-físico.

Suas teorias estão sendo agora renovadas por outros filósofos cientistas que estão descobrindo novas evidências de que o conceito mecânico e não-teleológico da vida (que não vê propósito nas coisas) «está ultrapassado».

Quando o livro do dr. Stromberg, *The Soul of the Universe* (A Alma do Universo) foi publicado pela primeira vez, em 1940, (David McKay Co., Filadélfia, Pennsylvania, EE.UU), as suas idéias de que os campos organizadores são as forças diretrizes por detrás das formas vivas ainda não haviam sido plenamente corroboradas em laboratório. Subseqüentemente, na Universidade de Yale, o dr. H.S. Burr e os seus associados levaram a efeito uma série de experiências cujo fim era o de testar sua própria teoria «eletrodinâmica» da vida. E as investigações dos mesmos mostraram que todas as plantas e todos os animais vivos são rodeados por campos de energia elétrica, complexos em seu padrão, e que se estendem para bem além dos limites visuais dos organismos vivos. O mais significativo de tudo é que eles descobriram que quando o suprimento de oxigênio, necessário para manter o metabolismo de um organismo, é reduzido, o *campo* que pode ser medido (e observado) e que o envolve e aparentemente o conserva, se contrai, sem haver qualquer modificação em sua estrutura, chegando a desaparecer completamente quando ocorre a morte.

Declarou Burr: «*É muito difícil escaparmos à conclusão de que o padrão elétrico ocupa posição primária, e que, até certo ponto, pelo menos, determina o padrão morfológico*».

Essa é uma *conclusão preliminar* que se reveste da maior importância para os biologistas e cientistas porque, se a mesma é correta, isso significa que a matéria viva é organizada, em todos os estágios de crescimento, por um campo de força elétrica que parece possuir uma certa inteligência toda própria, e que desaparece quando da morte física, deixando que o corpo material se desintegre no pó de sua própria química.

Stromberg postulou que tais campos de força emergem daquilo e voltam para aquilo que ele chamou de *mundo não-físico*, imaginando o mundo de formas físicas como padrões de energia que emergem de um mundo não-físico que possui as suas próprias estruturas imateriais. A matéria viva em particular, afirmava ele, se origina do mundo não-físico e existe por causa do mesmo—tal como os arquétipos postulados por Platão—mundo esse que governaria as formas que a energia assume quando surgem desse reino intangível.

Conforme entendia o dr. Stromberg, a estrutura e a composição dos organismos vivos, seriam determinados por «sistemas imateriais de ondas» ou *campos vivos*, possuidores de propriedades inatas que lhes permitiriam arranjar certos tipos de moléculas nas formas complexas e altamente organizadas das plantas e dos animais vivos. O poder orientador dessa energia organizadora invisível poderia ser observado sobretudo no processo da mitose (divisão celular). Esses processos observáveis têm tornado possível o desenvolvimento de uma teoria científica sobre as relações entre a mente e a matéria, provendo, incidentalmente, uma base fidedigna para a antiga crença na sobrevivência da alma e na preservação de suas memórias após a morte física. Em outras palavras, os padrões de ondas, associados à memória e à personalidade, necessariamente se transfeririam para o mundo não-físico, talvez ressurgindo (reencarnados) fisicamente em período posterior, com modificações dependentes do desenvolvimento consciente por detrás dos padrões emersos.

Embora o dr. Burr e os seus associados da Universidade de Yale estivessem fazendo as suas experiências, enquanto o dr. Stromberg estava formulando a sua teoria sobre o mundo não-físico, este último não tinha consciência das investigações confirmatórias que eram feitas por aqueles, até que seu livro se completou. Nas suas experiências, o dr. Burr colocou medidores de microvolts extremamente sensíveis perto e, em muitos casos, dentro de organismos vivos. Ele e os seus colegas confirmaram o fato já de antemão observado que o potencial elétrico em uma massa fluída viva variava de um ponto para outro, o que indicava, por conseguinte, a existência de um padrão. Com seu refinado equipamento, foram capazes de traçar um mapa dos campos de força organizadores, bem como as modificações havidas nesses campos durante o crescimento normal dos organismos. Também mediram e mapearam as alterações verificadas durante o mais drástico processo de metamorfose—quando, por exemplo, uma larva se transforma em uma borboleta.

Após a publicação de seu lirvo, *The Soul of the Universe*, o dr Stromberg propôs, alicerçado sobre as pesquisas feitas na Universidade de Yale, uma teoria sobre campos vivos *autônomos*. Stromberg acreditava que as origens desses campos elétricos organizadores não poderiam ser localizadas nas partículas eletricamente carregadas de que a matéria, geralmente, se supõe composta. Pelo contrário, ele cria que tais campos deveriam ser considerados como «singularidades» (unidades motivadoras) em campos de força preexistentes, além do espaço e do tempo, não dotados de qualquer propriedade métrica, como, por exemplo, as dimensões. Entretanto, esses campos teriam características topológicas ou morfológicas (formato).

Os campos dessa modalidade poderiam ser imaginados como existentes em uma forma extremamente contraída e dormente em uma célula de ovo ou em uma semente, declarou Stromberg. Se dermos um passo mais, poder-se-ia postular que o campo vivo, quando se encontra em sua forma potencial, não tem qualquer dimensão em absoluto, em cujo caso deveria ser considerado como *uma potencialidade não-física*.

O dr. Stromberg também concluiu que a idéia de fontes vivas, existentes no mundo não-físico, que viriam a tornar-se elementos vivos do mundo físico, está em perfeita consonância com a sua teoria anterior de energia emergente.

«*A vida parece* ter emergido, vinda de 'outro mundo', e não daquele mundo descrito pela ciência da física», comentou Stromberg.

Ele sentiu que essa idéia é paralela à idéia apresentada pelo grupo de Burr, que postulava que os—campos organizadores—são «primariamente,

propriedades do universo e que, em maior ou menor grau, são modificados pela presença da matéria, estando dependentemente relacionados, por isso mesmo, o campo de força e as partículas». (Essa citação é extraída de uma carta que Burr escreveu a Stromberg).

«A fim de explicarmos as relações existentes entre a mente e a matéria», continuou Stromberg, «precisamos supor a existência de um mundo não-físico». E ele continuava dizendo que muitos tipos de emergência também existem, vindos do mundo não-físico para este mundo limitado pelo espaço-tempo, concluindo ainda que esses dois mundos «por toda a parte são contíguos» — isto é, estão adjacentes um ao outro, ou em contacto.

Ele também imaginava a emergência tanto das qualidades mentais como das qualidades físicas a este mundo físico limitado pelo espaço-tempo, como algo que inclui os sentidos de cor, de urgência, de prazer e de dor, bem como a energia, em todas as suas manifestações. Por conseguinte, visto que a origem das qualidades mentais se encontraria no *mundo não-físico*, seguir-se-ia que uma personalidade que perdeu o seu arcabouço físico poderia continuar a ser infernal ou celestialmente consciente dessas qualidades, ali.

O pensamento do dr. Stromberg, em seus últimos anos de vida (ele faleceu em janeiro de 1962), tem sido reputado como influenciado pelo descobrimento daquilo que tem sido chamado de quinta dimensão, ou «dimensão da eternidade», conforme ela foi chamada por um grupo de matemáticos ingleses, encabeçado por J.B. Bennett. A introdução dessa quinta dimensão, traçada para simplificar e generalizar as leis físicas, tem-se mostrado útil na física teórica, especialmente na formulação da dificílima teoria de campo unificado, uma expressão matemática em uma simples fórmula para explicar todos os fatos conhecidos acerca das forças elétricas, magnéticas e gravitacionais.

Stromberg observou que Albert Einstein foi incapaz de formular tal teoria, embora houvesse feito diversas tentativas para fazê-lo, utilizando-se *somente* de quatro dimensões do espaço e do tempo.

«*A adição da quinta dimensão*, dentro do arcabouço de referências cósmicas, tem possibilitado a inclusão, na descrição do universo, daquelas características que não se alteram com o tempo», afirmou Stromberg. E prosseguiu: «Bennett, portanto, deu à quinta dimensão o expressivo nome de 'eternidade'. A razão principal para a introdução dessa quinta e nova dimensão, em nosso quadro mundial, era a necessidade de um domínio no cosmos em que não houvesse qualquer dissipação de energia».

Depois do aparecimento do livro de Bennett sobre a *quinta dimensão*, o dr. Stromberg percebeu que a dimensão da «eternidade» era praticamente idêntica ao seu próprio conceito de um tempo não-físico no mundo, de onde emergiriam energias e de onde seriam recebidos os padrões das formas vivas. A introdução da dimensão da eternidade, no arcabouço da física teórica, tornou possível conceber um mundo real além do espaço e do tempo físicos.

Stromberg acreditava que «o domínio da eternidade... é a habitação de Deus», bem como a habitação da «alma imortal do homem, depois que este despiu as suas vestes externas de carne». E o dr. Stromberg igualmente cria que o homem pode manter comunicação com esse poder universal.

«A introdução do arcabouço mundial em cinco dimensões nos tem possibilitado explicar certo número de fenômenos psíquicos», declarou o dr. Stromberg de certa feita.

Por semelhante modo, ele tinha a certeza de que o desenvolvimento espiritual e ético do homem continua naquela «habitação cósmica» que existe além do espaço e do tempo, até que cada indivíduo tenha cumprido a missão para a qual foi criado.

«Agora faremos uma suposição fundamental», escreveu ele, pouco antes de sua própria jornada para a eternidade. «No mundo não-físico, além do espaço e do tempo, que aqui tem sido denominado de domínio da eternidade, há a origem final de todas as coisas: a energia, a matéria, a vida, a consciência e a mente. Em suma, todas as características do mundo, tanto físicas como mentais, devemos supor como originadas e 'arraigadas' nesse domínio extrafísico recentemente descoberto. Essa suposição deve ser reputada como 'uma hipótese em funcionamento', e a sua justificação depende do fato de poder ser ela explicada ou não, ou antes, de ajudar-nos a apreender as relações existentes entre os fenômenos físicos e os fenômenos mentais».

Os físicos que de modo geral têm abandonado a antiga noção que partículas finais são a substância mesma da matéria, de agora em diante deveriam descobrir que a idéia da quinta dimensão, ou dimensão da eternidade, está compatível com a natureza ondeante da matéria.

Posto que esses físicos consideram a matéria como uma forma de energia, o dr. Stromberg observou: «As radiações solares podem ser matematicamente descritas como um movimento ondeante, embora não como uma vibração em uma substância material (meio ambiente). As *ondas* representam a modificação da energia que emerge em um lugar particular do mundo físico. O que emerge, a radiação, consiste de pequenas parcelas de energia que os físicos denominam de fótons e corpúsculos. A energia pode ser considerada como algo que surge vindo do mundo não físico para o nosso mundo físico».

As partículas, assim sendo, seriam antes, o *resultado*, e não a *causa* das «pequenas parcelas de energia» que surgiriam neste nosso universo físico.

«Tem-se descoberto» escreveu ainda o dr. Stromberg, «que as propriedades de um campo de força não podem ser o efeito de partículas eletricamente carregadas, que se suporiam existentes dentro do átomo. Por exemplo, os eléctrons, diferentemente do que se dizia antes, não se movem em órbitas em volta dos núcleos atômicos e, sim, movem-se como balas de um lugar para outro».

Em um documento publicado em 1946, para o instituto Franklin, acerca da *energia emergente*, escreveu o dr. Stromberg: «Na matéria, é a estrutura de campo que se move, e não os corpúsculos envolvidos. O equívoco que tem surgido em todo o nosso pensamento científico consiste de termos aceito a antiga idéia de uma matéria sólida em movimento contínuo, forçada sobre nós pela crueza de nossos órgãos de percepção, os quais a tudo aplicam uma característica dos elementos da matéria. Quando for abandonada essa idéia de corpúsculos em movimento, então desaparecerão as nossas dificuldades em obter um quadro unificado sobre a natureza corpuscular e sobre a natureza ondeante da matéria e da radiação...»

O dr. Stromberg assumia a posição que, no caso da estrutura atômica, a antiga pergunta sobre o que viria primeiro: a galinha ou o ovo, teria sido respondida. A noção grega de partículas sólidas, como blocos perfazedores da matéria, feneceu inteiramente e, em seu lugar, tem aparecido a idéia de «um campo

autônomo». Os campos de força, sustentava ainda o dr. Stromberg, seriam as linhas diretrizes de todas as estruturas. Quanto a esse conceito ele tem recebido um apoio generalizado.

«O campo que determina as características dos átomos e a propagação dos eléctrons», disse ainda ele, «consiste de elementos oscilantes, dotado de propriedades similares a um sistema de ondas. E essas ondas determinariam, estatisticamente, onde e quando podemos esperar que apareçam as partículas transportadoras de energia (tais como os eléctrons).

Segue-se disso, igualmente, que os campos que determinam a estrutura e a função de um organismo vivo são autônomos; em outras palavras, não são determinados pela configuração e pelas ações dos átomos, dentro da matéria de que se compõe o organismo.

Por conseguinte, as partículas não seriam as causas motivadoras dos campos de energia, mas antes, o seu resultado. «As partículas em repouso», declarou ele, «possuem energias, massas, movimento angular, e em alguns casos, pelo menos, cargas elétricas de certa intensidade definida, fato esse que indica que possuem propriedades que não podem ser expressas em termos de nosso conceito de um espaço e de um tempo contínuos.

Albert Einstein, que escreveu o preâmbulo do livro do dr. Stromberg, indagou em seu próprio livro de ensaios, *Out of My Later Years*: «Não seria possível explicar a inércia total das partículas electromagneticamente?» E ele mesmo respondeu como segue: «O que me parece certo... é que nos alicerces de qualquer teoria de campo coerente, não pode haver, em adição ao conceito de campo, qualquer conceito concernente a partículas. A teoria inteira deve estar baseada exclusivamente sobre equações diferenciais parciais, e sobre suas soluções singularmente independentes».

Um outro cientista chegou ao extremo de declarar que o átomo sólido tem sido reduzido praticamente a um conceito mental.

A tese de Stromberg, em apoio à possibilidade de energias emergirem de um mundo não-físico neste mundo de matéria (conforme o conhecemos), inclina-se decisivamente sobre a idéia de que as partículas, na realidade, são conjuntos de energia padronizada, que são percebidos pelos nossos sentidos físicos por causa de sua estrutura vibratória.

A existência de *campos diretrizes* é algo mais do que uma mera teoria, desde que se fizeram os estudos pioneiros na Universidade de Yale e em outros centros pesquisadores. Nos anos recentes tem havido intensa pesquisa em conexão com aquilo que se tornou conhecido como «ondas permanentes» e campos elétricos, associados à matéria viva, pesquisa essa que suplementa extraordinariamente os estudos efetuados na Universidade de *Yale*. De fato, a ponte entre a física e a biologia, nessa área de pesquisa, se vai alargando e se firmando, à medida que os anos passam.

Escreveu o dr. Stromberg: «Erwin Schrodinger, fundador da moderna mecânica de ondas, tem aplicado as considerações mecânicas ondeantes a fim de explicar a estabilidade dos campos que regulam a estrutura dos organismos vivos. Ele comparou os genes, os elementos hereditários existentes nos núcleos das células germinativas, que são reproduzidos pelas células do corpo, com cristais líquidos e aperiódicos, que se mostram relativamente estáveis em temperaturas ordinárias.

A estrutura dos genes, nas células germinativas, é duplicada nos genes das células do corpo, e encontramos um sistema de ondas nos genes, o que serve de centros diretrizes e estabilizadores na formação de um — organismo vivo.

A estrutura fixa de um órgão, por exemplo, deve ser considerada, portanto, como resultante de fatores estabilizadores existentes nos núcleos das células. Esses efeitos estabilizadores são evidentes na cura dos ferimentos e na restauração e regeneração dos órgãos danificados».

O embriologista alemão, *Hans Spemann* (e Stromberg chama-o de «um dos maiores»), já desde o ano de 1921, havia introduzido a idéia de campos organizadores, depois de haver feito experiências que demonstravam que, no blastóspora (a minúscula abertura existente em um embrião, em seu estágio de gástrula), se pode observar uma onda progressiva de organização, em estudos microscópicos, ao mesmo tempo que ocorrem modificações na aparência externa da célula. Significativamente, todas as células parecem ter as mesmas potencialidades latentes, parecendo que é o campo de força que determina quais dessas potencialidades se desenvolverão em cada porção separada do embrião.

O estágio mais facilmente reconhecido é aquele em que as camadas exteriores da célula da blastóspora se transformam na cavidade do embrião, processo esse que tem lugar tanto no homem como, praticamente, em todos os animais. A organização e o desenvolvimento das várias porções corporais e suas funções são, por igual modo, bem dirigidos.

«Poderíamos comparar um campo vivo a *uma melodia*», escreveu Stromberg. «Uma melodia musical é o efeito, sobre nosso órgão de audição, de uma seqüência de freqüências de tempo, e a melodia não se altera se for tocada rápida ou lentamente, forte ou pianíssimo, contanto que as freqüências e a sua ordem permaneçam inalteradas.

Um campo de força é um padrão de freqüências que existe no espaço, como também no tempo. Um campo vivo, por conseguinte, poderia ser descrito como um padrão intricado de freqüência, uma—sinfonia de vida—que retém as suas propriedades quando passa por grandes modificações quanto ao tamanho. As intricadas propriedades físicas indicam a existência de qualidades de um tipo inteiramente diferente daquelas qualidades que são descritas pela ciência da física».

E que poderíamos dizer acerca do papel do chamado *código genético*, nessa sinfonia de vida?

Os defensores da idéia do mecanismo, que rapidamente estão se tornando uma minoria entre aqueles estudiosos que procuram expor um quadro completo das forças da vida, pretendem fazer-nos acreditar que os genes e os cromossomos, juntamente com aquelas misteriosas substâncias genéticas conhecidas como DNA e RNA, produziriam os seus efeitos através de meras reações químicas—não bem compreendidas até o momento, para dizermos a verdade, mas que poderiam talvez ser finalmente esclarecidas em termos de modificações químicas, se as examinássemos bem de perto e por tempo suficiente.

Porém, essa estrutura mecânica depende pessoalmente da aceitação implícita da idéia de partículas «discretas» (individualmente distintas). Assim sendo, os genes e os seus códigos, juntamente com as estranhas substâncias (DNA e RNA), que estariam associadas à transmissão de características hereditárais específicas e agrupadas, deveriam ser pintados como elementos computadorizados em uma máquinà. programadora fabulosamente complexa e minuciosa.

É verdade que os ácidos ribonucléicos e deozyribonucléicos, embora até o momento não tenham sido artificialmente sintetizados, conforme se pode comprovar, produzem resultados genéticos especializados. E isso tende por dar apoio à teoria puramente química da hereditariedade, especialmente devido ao fato de que determinadas combinações de características parecem estar associadas a certa substância, como se fosse uma configuração de características, agrupadas, ao passo que características isoladas não tão definidamente relacionadas parecem seguir com outra substância genética.

Stromberg e aqueles cientistas que concordam com ele, retrucam que visto que não mais nos preocupamos com meras partículas, até onde diz respeito a estruturas físicas, todas essas combinações devem ser consideradas como uma magnificente interação entre campos de força vastamente complexos. Não haveria qualquer coisa como partículas em um sentido sólido; existem tão-somente campos de energia que necessariamente governam a atividade das partículas aparentes, as quais são resultados, e nunca causas. Esses campos de força não somente orientariam a estrutura de um organismo, mas *são a própria estrutura*. Porquanto existem consideráveis evidências de que esses campos de força são «autonômos» — e não dependentes das estruturas que percebemos com os nossos sentidos para existirem — os defensores da idéia mecânica encontram imensa dificuldade para explicarem, exclusivamente através das reações químicas, essas ações orientadoras.

E visto que esses campos diretrizes vão para algum mundo não-físico, por ocasião da morte do organismo (ou então visto que tais campos se contraem a ponto de não mais poderem ser detetados), Stromberg e os seus apoiadores acreditam que originalmente devem ter emergido do mesmo mundo não-físico, de conformidade com um plano infinito, dirigido por aquilo que eles chamam de *alma do universo*.

Ora, o que significa tudo isso para o terreno da pesquisa psíquica e para as especulações sobre o destino final do homem?

Certamente tudo isso empresta um alento novo às especulações acerca da reencarnação do homem no mundo não-físico.

Mas, quais seriam as relações e qual seria a importância do universo não-físico perante o nosso mundo material de todos os dias?

«Todas as nossas memórias estão indelevelmente gravadas em um campo elétrico vivo, arraigado em um mundo não-físico, mas bem real. Após nossa morte, quando a mente não é mais bloqueada pela matéria inerte, provavelmente poderemos relembrar todas essas memórias, até mesmo aquelas das quais nunca tivemos consciência durante a nossa vida orgânica».

O homem que declarou isso foi um dos principais pensadores científicos da nossa época. Muitos crêem que suas conclusões afetarão profundamente as futuras interpretações sobre as descobertas científicas, especialmente aquelas atinentes à biologia e à física, ligadas à natureza da vida e ao destino final do indivíduo.

O falecido dr. Gustaf Stromberg, astrônomo mundialmente renomado, matemático e físico, do pessoal do Observatório do Monte Wilson, na Califórnia durante vinte e oito anos, disse também: «Um novo e eficaz elemento foi ultimamente introduzido em nosso quadro científico global. Na realidade, esse novo elemento é antiqüíssimo, posto que por muitos séculos povos de muitas culturas têm sentido intuitivamente que tal fonte de poder deveria existir. Com base na análise das descobertas científicas em vários campos, penso que tenho podido mostrar que supondo a existência de uma Mente Universal, capaz de atividade proposital, podemos entender melhor o mundo no qual vivemos e do qual fazemos parte. Em linguagem simples, essa *Mente Universal*, pode ser descrita como um SER de poder ilimitado.

E a esse *ser* chamamos *Deus*».

Stromberg baseou sua conclusão em seus estudos científicos. Disse ele igualmente que «um conceito similar ao Deus de muitas religiões é *indispensável* para que se compreenda mais perfeitamente a ciência moderna».

E prosseguiu: «A idéia da existência de Deus é necessária para garantir uma base lógica para as modernas teorias sobre a origem da matéria e da energia. É necessária para que se compreenda a origem dos campos elétricos organizadores e propositais que existem em todos os organismos e células vivos.

A idéia de Deus, na forma de uma Mente Universal, é necessária para explicar a origem de nossa própria mente e de nossa consciência».

Seu amplo ponto de vista universal, se desenvolveu com a passagem dos anos, ao observar ele o firmamento através do grande telescópio de cem polegadas (o maior do mundo, até à ereção do Observatório do Monte Palomar), e ao estudar as descobertas relacionadas à ciência, acerca de outros campos fora da astronomia.

Por volta de 1940, quando ele publicara seu primeiro livro, **The Soul of the Universe**, já havia concluído que por detrás do mundo físico há um todo-importante mundo não-físico, no qual tem raízes tudo quanto percebemos com nossos cinco sentidos. Outrossim, ele cria que toda a vida e crescimento são controlados por energias emergentes de campos vivos que se manifestam fisicamente, mas vindos desse mundo não-físico.

A descoberta e a mediação dos *campos organizadores*, em associação a essa matéria viva, anunciada principalmente na Universidade de Yale, corroborou suas descobertas teóricas. E então, quando o matemático inglês J.G. Bennett e seus associados surgiram com uma adição palpável à quarta dimensão de Einstein, chamada «eternidade», ou quinta dimensão, o dr. Stromberg encontrou maior corroboração para o seu conceito de um grande terreno universal, de forças invisíveis, que se fazem sentir e que motivam diretamente, se é que não governam e controlam, tudo quanto existe no mundo sólido dos nossos sentidos.

«A introdução de uma *dimensão eterna* ao arcabouço da física teórica possibilitou-nos formar um quadro de uma dimensão transcendental ao espaço físico e ao tempo físico», decidiu ele.

Que relação há entre a personalidade, o pensamento e a memória humanos e essa recém-concebida eternidade?

Stromberg muito se alegrou por descobrir que suas conclusões anteriores, concernentes à indestrutibilidade da memória—que subentende a sobrevivência da consciência após a morte física—se adaptavam admiravelmente bem à dimensão eterna de Bennett—uma espécie de plano perpendicular, onde existe um tempo não-físico que não pode ser medido por relógios. (Bennett solucionou matematicamente essa questão, com extrema habilidade).

Stromberg declarou que cria que a dimensão eterna de Bennett é praticamente *idêntica* ao seu já descrito mundo não-físico, onde tempo e espaço não existem

no sentido terreno.

O dr. Stromberg não endossava as manifestações mediúnicas, nem as práticas dos espíritas. Apesar disto, achava que a comunicação entre este mundo e o mundo espiritual seria metafisicamente possível, e não contrária às leis da natureza. É interessante notar que algumas pessoas místicas falam do mundo espiritual como uma esfera onde não há tempo nos termos terrenos, embora haja seqüência de eventos.

No prefácio de meu próprio livro, *Telephone Between Worlds* (De Vorss & Co., Los Angeles, Califórnia), o dr. Stromberg escreveu acerca de extensos estudos sobre os fenômenos físicos, feitos pela British and American Societies for Psychical Research e pelas universidades de maior nome nos Estados Unidos e na Europa: «*Grande massa* de evidências tem sido coligida que, entre outras coisas, tem comprovado que os fenômenos da telepatia e da clarividência certamente são reais e envolvem uma comunicação direta entre as mentes de diferentes pessoas».

«A razão por que a realidade de tais fenômenos geralmente não tem sido aceita depende (e isso é um interessante comentário sobre a maneira de pensar de nosso mundo moderno) não de qualquer incoerência ou por não serem completas essas evidências e, sim, da ausência de qualquer teoria científica que explique os fatos observados...»

»**Em anos recentes**, algum progresso tem sido feito no desenvolvimento de teorias científicas que explanem os fenômenos físicos em geral. Uma dessas teorias foi desenvolvida, não para explicar fenômenos psíquicos, mas para dar explicação satisfatória sobre o elevado grau de organização no mundo vivo e sobre a inter-relação entre nosso sistema nervoso e nossas atividades mentais».

Naturalmente, Stromberg se referia à sua própria teoria de energias emergentes e de campos organizadores que se originam no mundo não-físico. Também aludia à interdependência entre a memória e a consciência, como entidades nao-físicas, e sua manifestação em organismos corpóreos, neste mundo físico.

E Stromberg concluiu que há uma lei de conservação da memória, tal como há uma lei da conservação da energia, do impulso e das cargas elétricas. As memórias seriam preservadas e poderiam ser reproduzidas posteriormente, podendo também servir para identificar uma «alma» particular.

Escreveu ele: «Nossas memórias não podem ser impressas nos átomos de nossos cérebros, posto que nossos átomos são continuamente incorporados no cérebro, ao passo que antigos átomos são removidos como produtos de decomposição, de modo que temos um *novo* cérebro em tempo *relativamente curto*. Portanto, as memórias devem ser impressas em associação com o *campo cerebral*; em outras palavras, o campo não-material de forças que organiza e estabiliza a matéria da qual o cérebro é feito».

O campo do cérebro, como algo distinto dos átomos e das moléculas que perfazem a estrutura física, que age qual modelo matriz, confere ao cérebro a natureza complexa que possui. Esse campo é extremamente estável, disse ele, porquanto as impressões ali feitas (isto é, a memória) podem permanecer inalteráveis durante a vida inteira, não sendo destruídas pela penetrante radiação cósmica a que o cérebro está continuamente exposto. E escreveu ele ainda:

«Nossos corpos estão morrendo continuamente; a cada segundo algumas células do corpo morrem e outras nascem. Esse processo é modificado em nosso cérebro, onde novas células não podem ser formadas por divisões, pelo que devem existir potencialmente, no embrião e no zigoto.

As memórias provavelmente não podem ser associadas a quaisquer células nervosas particulares. Tal como os pensamentos não podem ser localizados em qualquer porção isolada do cérebro. Antes, parecem ser associadas ao campo do cérebro como um todo. Quando um homem morre, seu campo cerebral se contrai e seu cérebro se desintegra rapidamente, porquanto sua estrutura não é mais sustentada por seu campo organizador. Esse campo contém todas as memórias de um homem, ou sua alma, se assim quisermos chamá-las.

Para onde vai ela? Tal como os outros campos (associados aos corpos vivos), ela vai para um mundo fora do espaço e do tempo. Vai para o *mesmo mundo* de onde veio originalmente, para o mundo onde a própria vida tem origem. Posto que não mais conta com qualquer estrutura de campo, não podemos mais chamá-la de campo, e o único nome que lhe podemos aplicar é *alma*».

Ao abordar a questão da memória em relação aos fenômenos psíquicos—o que toca em todo o problema da sobrevivência pessoal—o dr. Stromberg aludiu às comunicações espíritas como contactos com «complexos de memória». Esses, disse ele, podem pertencer a uma pessoa falecida recentemente—no sentido biológico — ou falecida desde há muito.

«Visto que os pensamentos pertencem ao domínio eterno do universo», escreveu o dr. Stromberg, «concluímos que as idéias e associações de homens desde há muito falecidos, no sentido biológico, podem continuar existindo em forma eficaz e podem influenciar os pensamentos e as idéias de homens modernos. Se isso é assim, então o homem não somente é onipresente, mas também é permanente».

Entretanto, ele não eliminava inteiramente a possibilidade da reencarnação. Posto que os campos organizadores de matéria viva parecem estar vinculados a alguma força orientadora—finalmente, com algum propósito cósmico—ele pode entender que as memórias subsistentes de uma «alma» podem, por meio de alguma circunstância concebível, ser submergidas e reprojetadas em uma forma de vida física. Isso seria apenas um passo na «roda da necessidade», ou seja, nos ciclos de reencarnação em que as memórias submersas teriam uma profunda influência motivadora sobre a vida externamente manifestada do indivíduo.

Ele defendia especificamente a antiga crença na indestrutibilidade dos «registros akashicos», ou seja, as memórias cósmicas impressas em indivíduos, grupos e mundos—um sistema infinitamente complexo de registros, feitos no éter universal, onde as memórias e as impressões emocionais são permanentemente mantidas.

«Se aceitarmos a teoria da indestrutibilidade das memórias, deveremos esperar que cada acontecimento que foi registrado na consciência de qualquer homem também foi registrado no domínio eterno do universo», afirmou ele. «Desse modo, chegamos à antiga idéia de um indestrutível registro akashico, bem conhecido na filosofia mística, mas que agora assume expressões científicas modernas.

Parece que somos capazes de retirar, do imenso reservatório de memórias cósmicas, aquelas que representam as nossas próprias experiências, com a exclusão de todas as demais memórias. Mas algumas vezes parece que apanhamos memórias que pertencem a uma personalidade inteiramente diferente. Por

si mesmo, isso não é mais difícil de compreender do que os conhecidos fatos da telepatia».

E também disse: «Embora raramente consideradas entre os fenômenos psíquicos, as memórias conscientes deveriam ser incluídas entre eles. Constituem uma importante manifestação da psique humana; mas estamos tão familiarizados com eles que geralmente esquecemos que a existência da memória requer uma explicação. Creio que se pudéssemos resolver o mistério da memória, isso nos daria uma explicação sobre muitos outros fenômenos psíquicos».

O dr. Stromberg criticou a antiga idéia de que as memórias são representadas pelas circunvoluções ou impressões feitas no cérebro físico. Ele salientou que o cérebro é uma *estrutura fluida*, e que não podemos pensar em impressões complexas e duradouras em um cérebro, do mesmo modo que não podemos escrever a história de uma vida sobre a água ou sobre areias movediças.

Ao chegar às suas conclusões gerais atinentes à sobrevivência da personalidade humana, ele ignorou quase todo o grande acúmulo de literatura sobre pesquisas psíquicas, bem como os dogmas da religião organizada, embora tenha observado que algumas memórias sobreviventes nos atormentarão, ao passo que outras nos abençoarão no mundo não-físico. Nossa consciência, disse ele, fornece-nos leve indício do que se pode esperar, em grau ainda mais intenso, nas dimensões não-físicas.

E acrescentou: «Isso, segundo me parece, é o céu e o inferno, indicados pelas muitas recentes descobertas da ciência moderna».

Stromberg concordava com o filósofo Henri Bergson, que os átomos de nosso cérebro são *obstáculos* que impedem uma avalanche de sentimentos, pensamentos e memórias de descer sobre a mente que tem consciência terrena, tudo ao mesmo tempo.

«Os átomos formam uma tela ou véu», disse Stromberg, «que nos possibilita concentrarmo-nos sobre as exigências imediatas de nossa vida terrena. Mas, quando esse véu desaparece, por ocasião da morte, nossas memórias sobre esta vida e talvez sobre vidas anteriores, acumulam-se sem empecilho, atormentando-nos ou abençoando-nos e, acima de tudo, ensinando-nos qual o sentido real da vida.

Se Bergson está com a razão, e se por vida devemos entender o desenvolvimento mental, e não físico, então, quando sobrevêm a morte, começa de novo a vida real...»

Os homens bons e altamente desenvolvidos, segundo se pode pensar, sentir-se-ão elevadamente felizes no mundo *não-físico*, não sentindo qualquer impulso de visitar novamente um lugar como esta nossa triste terra.

Mas esse sofrimento não pode ser uma finalidade por si mesma; não serviria a qualquer propósito útil se não ensinasse ao indivíduo que sofre uma lição útil para ele, no futuro.

Stromberg acreditava que a consciência é um tesouro de memórias que é *transferido* para o mundo não-físico, o que conferiria ao indivíduo não apenas as recompensas merecidas, ou o que quer que exista na dimensão eterna, mas também a oportunidade de novos desenvolvimentos, melhorias e progresso, tal como muitas religiões têm ensinado através da história.

Naturalmente, há certa dose de conjectura em tudo isso, mas pelo menos podemos dizer que não há conflito entre a ciência moderna e as seculares idéias sobre a vida após a morte física, com recompensas e castigos.

«*Homens sábios* de todos os séculos têm apreendido intuitivamente essas idéias fundamentais sobre o sentido de nossas vidas. Isso não é surpreendente, posto que o raciocínio é uma característica fundamental do mundo não-físico, e que as nossas idéias estão alicerçadas sobre esse mundo não-físico, de onde todos viemos, e para o qual retornaremos, por ocasião da morte», escreveu ele.

As crenças de Stromberg são apoiadas por declarações similares feitas pelo falecido Sir James Jeans, eminente astrônomo e físico inglês, que baseou suas conclusões sobre seus estudos acerca da natureza da matéria e sua estrutura atômica. Disse ele de certa feita: «Por conjecturas, somos levados a pensar no espaço e no tempo como uma espécie de superfície externa da natureza, como a superfície de uma profunda corrente. Os eventos que afetam nossos sentidos são como as pequenas ondas que surgem à superfície da correnteza; mas suas origens — os objetos materiais — lançam raízes profundas nessa correnteza...»

«...Não temos o *direito* de supor que este mundo externo... por si mesmo limitado dentro dos limites do espaço e do tempo... deve ser removido para algum novo plano de pensamento, antes de podermos perceber que as partículas e as ondas são quadros simbólicos de um só e mesmo universo».

Tal como os religiosos, Stromberg, em todos os seus escritos, deixou claro que ele defendia um ponto de vista teleológico do universo — por detrás de tudo há sentido e propósito.

«*Se nossa vontade* não estiver em harmonia com a *vontade cósmica*, por algum tempo podemos retardar nosso próprio desenvolvimento, e reconhecemos o conflito em nossos próprios sofrimentos», disse ele.

Ele não tinha dúvidas de que a humanidade, finalmente, atingirá um elevado nível ético — de acordo com o ponto de vista *total* sempre há avanço.

«Mas sempre teremos de aprender as lições requeridas... a maioria de nossas lições consistem em experiências dolorosas; mas, quando olhamos na direção do alvo, a *felicidade* retorna às nossas almas».

O propósito da vida parecia perfeitamente evidente para Stromberg. Ele acreditava que no domínio da eternidade deve haver inúmeros elementos de vida em sua forma puramente mental, cada qual com sua estrutura *proposital*, capaz de realizar uma função definida, ao emergir neste mundo físico. A alguns desses elementos ele denominava «instrumentos» das atividades mentais; outros representariam as forças motivadoras, no desenvolvimento dos órgãos e das funções corporais. Cada elemento da vida existe sob forma potencial, como uma idéia existente do domínio da eternidade não-física, ou então, conforme adicionava Stromberg, «na mente do Todo-Poderoso».

E continuava ele: «O mundo físico do espaço, do tempo e da energia, e o mundo não-físico, das idéias, encontram-se em contacto potencial um com o outro; e quando certos pontos de contacto são estimulados ou ativados, um elemento mental emerge como elemento organizador físico eficaz (um *campo de força viva*), neste mundo...

Se as moléculas dos tipos apropriados se fizerem presentes, o campo organizador se expande, e a subseqüente incorporação de matéria o torna fisicamente observável. Dessa maneira podemos entender como uma idéia pura, no domínio eterno, pode tornar-se 'carne'.

Têm sido oferecidas certas razões para a crença que existe um Deus ativo no mundo não-físico, para além do espaço e do tempo, e que podemos manter

comunicação com esse Poder universal, através de nossa mente. Acredito que o «domínio eterno» é a 'habitação' de Deus, e essa é igualmente a moradia da alma imortal do homem, o que representa o seu *eu* verdadeiro, depois que ele se desvencilha destas 'roupagens de carne'.

Também acredito que nessa habitação cósmica, além do espaço, e do tempo, terá prosseguimento o desenvolvimento espiritual e ético do homem, até que possa ele cumprir a missão para a qual foi criado».

Gustav Stromberg queria dizer que, contrariamente a certa maneira moderna de pensar, Deus está *perfeitamente vivo*, e que somente a forma obsoleta de pensar a respeito dessa realidade é que está morta.

ARTIGO 3

Imortalidade Continua

UMA PROVA DA

Imortalidade da Alma

por Jacques Maritain

Jacques Maritain (nasceu 1882) seja talvez o filósofo tomista contemporâneo mais liderante. Tem trabalhado em todos os ramos da *filosofia*, aplicando os princípios tomistas aos problemas contemporâneos. Deixou ele a sua França nativa em 1940, e desde então tem residido nos Estados Unidos da América do Norte.

Este artigo foi extraído da obra de Jacques Maritain *The Range of Reason* (1952), *The Immortality of the Soul*.

A Existência da Alma

É sobre essa **imortalidade**, e sobre o modo como os escolásticos fundamentaram a sua certeza racional que eu agora gostaria de falar.

Naturalmente que devemos entender que temos uma alma, antes de podermos discutir se a alma é imortal. Como *Tomás de Aquino* procedeu quanto a essa questão?

Antes de tudo ele observou que o homem tem certa atividade, a atividade do intelecto, que por si mesma é imaterial. A atividade do intelecto é imaterial porque o objeto proporcional ou *co-natural* do intelecto humano não é, como os objetos dos sentidos, uma categoria particular e limitada das coisas, ou antes, uma categoria limitada das propriedades qualitativas das coisas. O objeto proporcional ou *co-natural* do intelecto é a natureza das coisas perceptíveis pelos sentidos, consideradas de uma maneira que a tudo abarca, sem importar o sentido como as consideramos. Não consiste apenas—como no caso do sentido da visão—de cores ou de coisas coloridas (que absorvem e refletem tais ou quais raios de luz) e nem como no caso do sentido da audição, de sons ou das fontes originárias dos sons; mas é antes o universo inteiro e a contextura da realidade perceptível pelos sentidos, que pode ser conhecida pelo intelecto, porquanto o intelecto não faz ponto final nas qualidades, mas perscruta mais além, e passa a examinar a essência (aquilo que uma coisa é). Esse próprio fato é uma prova da espiritualidade ou da completa isenção de materialidade de nosso intelecto; pois cada atividade na qual a matéria desempenha um papel intrínseco está limitada a uma determinada categoria de objetos materiais, como é o caso dos sentidos, que percebem apenas aquelas propriedades que são capazes de agir sobre os seus órgãos físicos.

De fato, já há certa imaterialidade no conhecimento dado através dos sentidos; o conhecimento, como tal, é uma atividade imaterial, porquanto quando efetuo o ato de conhecer, torno-me, ou sou, a própria coisa que conheço, outra coisa que não eu, até onde essa coisa é outra que não eu. E como poderei ser ou como poderei tornar-me outra coisa que não eu, senão de forma supra-objetiva ou imaterial? O conhecimento dos sentidos é um tipo muito paupérrimo de conhecimento; até o ponto que é um conhecimento, é imaterial, mas é uma atividade imaterial intrinsecamente condicionada pelo funcionamento material dos órgãos dos sentidos, e dependente desse funcionamento. O conhecimento prestado pelos sentidos é a realização imaterial, a atuação imaterial e o produto de um órgão corporal vivo; e seu objeto é também algo meio material, meio imaterial, ou seja, uma qualidade física *intencional* ou imaterialmente presente, dentro do meio através do qual age nos órgãos dos sentidos (algo comparável à maneira pela qual a idéia de um pintor se faz imaterialmente presente em seu pincel).

No entanto, no campo do conhecimento intelectual, temos de nos haver com uma atividade que em si mesma é completamente imaterial. O intelecto humano é capaz de saber de qualquer coisa que participa do ser e da verdade; o universo inteiro está sujeito ao mesmo; e isso significa que, a fim de ser conhecido, um objeto reconhecido pelo intelecto foi despido de qualquer condição existencial de materialidade. —Esta rosa, que vejo, tem contornos; mas o Ser sobre o qual estou pensando, é mais espaçoso do que o espaço. O objeto do intelecto é universal, como, por exemplo, aquele objeto universal ou desindividualizado que é apreendido na idéia de homem, de animal ou de átomo; o objeto do intelecto é um universal que permanece sendo aquilo que é enquanto estiver sendo identificado com uma infinidade de indivíduos. E isso só é possível porque as coisas, a fim de se tornarem objetos da mente, foram inteiramente separadas de sua existência material. A isso precisamos acrescentar que a operação de nosso intelecto não cessa ante o conhecimento da natureza das coisas perceptíveis pelos sentidos; *vai bem além*; conhece por analogia as naturezas espirituais; estende-se ao terreno das coisas meramente possíveis; o seu campo tem uma magnitude infinita.

Assim sendo, os objetos conhecidos pelo intelecto humano, considerados não como coisas existentes em si mesmas, mas precisamente como objetos que determinam o intelecto e estão unidos ao mesmo, são puramente imateriais.

Outrossim, da mesma forma que a condição do *objeto* é imaterial, assim igualmente a condição do *ato* que diz respeito ao mesmo, é determinado ou especificado pelo mesmo. O objeto do intelecto humano, como tal, é puramente imaterial; o ato do intelecto humano é também puramente imaterial.

Outrossim, se o ato do poder intelectual é puramente imaterial, esse poder mesmo é, por semelhante modo, puramente imaterial. No homem, esse animal pensante, o intelecto é um poder puramente espiritual. Não há que duvidar que isso depende do corpo, isto é, que isso depende das condições do cérebro. Sua atividade pode ser perturbada ou impedida por alguma desordem física, por uma explosão de ira, pela ingestão de álcool ou de algum narcótico. Mas essa dependência é de natureza *extrínseca*. Existe porque a nossa inteligência não pode agir sem a atividade conjunta da memória e da imaginação, dos sentidos internos e dos sentidos externos, todos os quais são capacidades orgânicas que residem em algum órgão material, em alguma porção especial do corpo. No tocante ao próprio intelecto, este não é *intrinsecamente* dependente do

corpo, posto que a sua atividade é imaterial; o intelecto humano não reside em qualquer porção especial do corpo humano. Não está contido pelo corpo, mas antes, o intelecto é que contém o corpo. Utiliza-se do cérebro, porquanto os órgãos dos sentidos internos se encontram arraigados no cérebro; não obstante, o cérebro não é um órgão da inteligência; não existe porção alguma do organismo cujo ato seja uma operação intelectual. O intelecto não tem órgão.

Finalmente, posto que a capacidade intelectual é espiritual, ou puramente imaterial em si mesma, a sua primeira raiz substancial, o princípio subjacente do qual esse poder procede e que age através de sua instrumentalidade, é também espiritual.

Bastam essas considerações acerca da espiritualidade do intelecto. Ora, o pensamento, ou seja, a operação do intelecto, é um ato ou emanação do homem, considerado como uma unidade; e quando penso, não é apenas o meu intelecto que pensa; quem pensa é o *eu*, o meu próprio ser. E o meu próprio ser é um ser dotado de corpo; envolve matéria; não é algo puramente espiritual ou imaterial. O corpo é uma porção essencial do homem. O intelecto não é o homem inteiro.

Por conseguinte, o intelecto, ou antes, a raiz substancial do intelecto, que deve ser tão imaterial quanto o intelecto, é apenas uma parte, apesar de ser uma porção essencial, da substância do homem.

Contudo, o homem não é um agregado, uma justaposição de duas substâncias; antes, o homem é um todo natural, um único ser, uma única substância.

Conseqüentemente, devemos concluir que a essência ou substância do homem é uma única essência singela, embora essa substância única seja um composto, cujos componentes são o corpo e o intelecto espiritual—ou antes, a matéria, da qual o corpo é feito, e o princípio espiritual, onde reside a faculdade do intelecto. A matéria—no sentido aristotélico de matéria prima, ou seja, aquela raiz potencial que é o estofo comum de toda a substância corpórea—sim, a matéria, substancialmente unida ao princípio espiritual do inteleto, é ontologicamente amoldada, isto é, toma a sua forma, desde o íntimo, nas profundezas maiores do ser, mediante esse princípio espiritual, como que se dele recebesse um impulso substancial e vital, a fim de constituir aquele nosso corpo. Nesse sentido, Tomás de Aquino, seguindo *Aristóteles*, afirma que o intelecto é a forma, a forma substancial do corpo humano.

Essa é a noção escolástica da alma humana. A alma humana, que é o princípio arraigador da faculdade intelectual, é o primeiro princípio de vida do corpo humano, bem como a forma substancial, o *entelechia* desse corpo. E a alma humana é não somente uma forma substancial ou *entelechia*, como o são as almas das plantas e dos animais irracionais, de conformidade com a filosofia biológica de Aristóteles; pois a alma humana é igualmente um espírito, uma substância espiritual capaz de existir à parte da matéria, posto que a alma humana é o princípio arraigador do poder espiritual, cujo ato é intrinsecamente independente da matéria. A alma humana é ao mesmo tempo alma e espírito; e é a sua própria substancialidade, a subsistência e a existência, que é transmitida à substância humana inteira, a fim de tornar a substância humana aquilo que ela é, fazendo-a subsistir e existir. Cada elemento do corpo humano é humano, e existe como tal em virtude da existência imaterial da alma humana. Nosso corpo, nossas mãos, nossos olhos, existem em virtude da existência de nossa alma.

A alma imaterial é a primeira raiz substancial não somente do intelecto, mas também de tudo aquilo que, em nós, é alguma atividade espiritual; e é igualmente a primeira raiz substancial de todas as nossas demais atividades vivas. Seria inconcebível que uma alma não-espiritual, aquele tipo de alma que não é um espírito e não pode existir sem a matéria informante — a saber, as almas das plantas e dos animais irracionais, segundo a biologia aristotélica — viesse a possuir um poder ou faculdade *superior* ao seu próprio grau no ser, isto é, imaterial, ou pudesse agir através de alguma instrumentalidade supramaterial, independente de qualquer órgão corpóreo e estrutura física. Porém, quando se trata da questão de um espírito que é uma alma ou seja, uma *alma espiritual* como é o caso da alma humana, então é perfeitamente concebível que tal alma possua, à parte de quaisquer faculdades imateriais ou espirituais, outros poderes e atividades que sejam orgânicos e materiais, e que, no tocante à união entre a alma e o corpo, pertençam a um nível *inferior* ao nível do espírito.

Espiritualidade da Alma Humana

Assim sendo, o mesmo caminho pelo qual os escolásticos chegaram à conclusão da existência da alma humana também firmou a sua espiritualidade. Da mesma maneira que o intelecto é espiritual, isto é, intrinsecamante independente da matéria, em sua operação e em sua natureza, assim também, e pela mesma razão, a alma humana, a raiz substancial do intelecto, é espiritual, isto é, intrinsecamente independente da matéria, em sua natureza e em sua existência; a alma humana não vive por causa do corpo, mas o corpo vive por causa da alma humana. A alma humana é uma substância espiritual que, devido à sua união substancial com a matéria, empresta existência e formação ao corpo.

Esse é o meu segundo ponto. Conforme já tivemos ocasião de verificar, os escolásticos demonstraram esse ponto através da análise metafísica da operação intelectual, distinguida cuidadosamente da operação dos sentidos. Naturalmente que os escolásticos postulavam muitas outras evidências em apoio à sua demonstração. Nas suas considerações sobre o intelecto observaram, por exemplo, que este último é capaz de *reflexão perfeita*, ou seja, de dobrar-se inteiramente sobre si mesmo—não à maneira de uma folha de papel, cuja metade pode ser dobrada sobre a outra metade, mas de forma completa, de tal modo que possa apreender a sua operação inteira, penetrando ali o conhecimento; e também pode conter a si mesmo e ao seu próprio princípio, o eu existente, em sua própria atividade de conhecimento, num reflexo perfeito ou autocontido, do que qualquer agente material, existente no espaço e no tempo, é essencialmente incapaz. Neste ponto somos confrontados pelo fenômeno do autoconhecimento, de 'prise de conscience', em que o intelecto toma consciência de si mesmo, o que é um privilégio do espírito, e o que Hegel (seguindo Agostinho) haveria de enfatizar, e o que também desempenha tão tremendo papel na história da humanidade e no desenvolvimento de suas energias espirituais.

Por semelhante modo, é possível demonstrar-se que a vontade humana, que está arraigada no intelecto, e que é capaz de determinar a si mesma, ou de dominar o próprio motivo ou juízo que a determina e se torna eficaz pela própria vontade, é similarmente espiritual, tanto em sua operação como em sua natureza. Cada agente material está sujeito ao determinismo universal. O livre-arbítrio é o privilégio, o glorioso e grande

privilégio de um agente dotado de poder imaterial.

Somos responsáveis por nós mesmos; decidimos por nós mesmos e damos preferência às nossas próprias finalidades e aos nossos próprios destinos. Somos capazes de um amor espiritual e supra-sensual, bem como de desejos e de uma alegria supra-sensuais, que naturalmente se misturam com nossas emoções orgânicas e sensuais, mas que, por si mesmas, são afeições da vontade espiritual, despertadas através da luz imaterial do discernimento intelectual. Deleitamo-nos com a beleza, desejamos a perfeição e a justiça, amamos a verdade, amamos a Deus, amamos a todos os homens—não somente aos membros de nosso grupo social, família, classe ou nação — e isso porque todos os homens são seres humanos e são filhos de Deus. Os santos, aqueles homens que por toda a parte são chamados de homens espirituais, experimentam certa contemplação que firma as suas almas em uma paz superior e mais forte que o mundo inteiro; e passam por conflitos íntimos, crucificações e mortes que somente uma vida superior e mais poderosa do que a existência biológica pode sofrer e atravessar —e continuar viva. E nós mesmos sabemos que podemos deliberar sobre nós mesmos, julgando as nossas próprias ações, apegando-nos ao que é bom, porque é bom, sem qualquer outra razão. E todos nós sabemos, mais ou menos obscuramente, que somos pessoas, que temos direitos e deveres, que preservamos a dignidade humana dentro de nós mesmos. Cada um de nós pode, em certos momentos de sua existência, descer até às maiores profundezas do *ego*, fazendo ali algum compromisso eterno ou dando ali um presente de si mesmo, ou então enfrentando algum julgamento irrefutável de sua consciência; e cada um de nós, em tais ocasiões, sozinho consigo mesmo, sente que é um universo para si mesmo, imerso no grande universo estelar, mas de forma alguma dominado pelo mesmo.

Através de todas essas formas convergentes podemos perceber, e experimentar, até certo ponto, e de forma concreta, aquela realidade viva de nossas raízes espirituais, ou seja, daquilo que está acima do tempo em nós, e que as provas filosóficas tornam intelectualmente certo, ainda que sob a forma abstrata de um conhecimento científico.

A Imortalidade da Alma Humana

O terceiro ponto se alicerça imediatamente sobre o segundo. A imortalidade da alma humana é o *corolário imediato* de sua espiritualidade. A alma, que é espiritual por si mesma, intrinsecamente independente da matéria, em sua natureza e existência, não pode deixar de existir. Um espírito — isto é, uma «forma» que de nada precisa senão de si mesma (salvo do influxo da Causa Primária) para exercer a sua existência—uma vez que venha existir, não mais pode deixar de existir. Uma alma espiritual não pode corromper-se, visto que não possui matéria; não pode desintegrar-se, visto que não possui partes substanciais nenhumas; não pode perder a sua unidade individual porque é auto-subsistente; e nem pode perder a sua energia interna, porquanto ela contém dentro de si mesma todas as fontes de suas energias. A alma humana não pode morrer. Uma vez que ela exista, não pode desaparecer; existirá necessariamente para sempre, perdurará sem-fim.

Assim sendo, a razão filosófica, posta a funcionar por um grande metafísico como foi Tomás de Aquino, é capaz de provar a imortalidade da alma humana de maneira demonstrativa. Naturalmente que essa demonstração subentende vasta e articulada teia de introspecções, noções e princípios metafísicos (relacionada à essência e à natureza, à substância, ao ato e à potência, à matéria, à forma, à operação, etc.), cuja validade é necessariamente pressuposta. Podemos apreciar amplamente a força da demonstração escolástica somente quando percebemos a significação e a ampla validade das noções metafísicas envolvidas. Se os tempos modernos se sentem perdidos em face do conhecimento metafísico, imagino que não devemos lançar a culpa sobre o conhecimento metafísico e, sim, sobre os tempos modernos e sobre o debilitamento da razão que se tem experimentado nos tempos modernos.

Não é surpreendente, por outro lado, que a demonstração filosófica que acabo de sumariar, seja uma demonstração abstrata e difícil. As grandes e fundamentais verdades que não são espontaneamente apreendidas pelo instinto natural da mente humana, são sempre as verdades mais difíceis de serem estabelecidas pela razão filosófica. No tocante à imortalidade da alma humana, a razão filosófica deve usar o mui refinado e elaborado conceito da imaterialidade, um conceito remoto da compreensão natural; e isso não somente no caso dos homens primitivos, mas igualmente no caso de todos quantos pensam com a sua imaginação, em vez de fazê-lo com o seu intelecto. Certos monges da Ásia Menor, durante os primeiros séculos do cristianismo, não ficaram indignados ante a idéia de que Deus é um Ser imaterial? Eles não usavam nossos idiomas modernos, e no entanto estavam convencidos de que o uso do vocábulo *imaterial* dá a entender algo privado de matéria, ou seja, não ser coisa alguma. Certamente criam na imortalidade da alma, mas é duvidoso se realmente entendiam a força do argumento que temos empregado.

Os homens primitivos não filosofavam; mas a despeito disso, dispunham de uma forma própria, instintiva e não conceitual de acreditar na imortalidade da alma. Era uma crença fundamentada sobre uma experiência obscura do eu, bem como sobre as aspirações naturais do espírito que há em nós e que procura vencer a morte. Não precisamos atirarmo-nos a uma análise dessa crença natural, instintiva e não-filosófica na imortalidade. Eu gostaria meramente de citar uma passagem extraída de um livro escrito pelo extinto cientista Pierre Lecomte du Nouy. Referindo-se ao homem pré-histórico, disse ele: «O homem de Neanderthal, que viveu nos tempos paleolíticos, não somente sepultava os seus mortos, mas também algumas vezes, sepultava-os em terreno comum. Um exemplo disso se encontra na Grotte des Enfants, perto de Mentone. Por causa desse respeito que ele tinha para com os seus mortos, temos chegado a um conhecimento anatômico do homem de Neanderthal mais perfeito do que o conhecimento que possuímos de certas raças que se tornaram extintas somente há pouco tempo, ou de raças ainda existentes, como os tasmanianos. Não se deve mais pensar em questão de instinto. Já estamos pensando juntamente com a aurora do pensamento humano, que se revela em uma espécie de revolta contra a morte. E a revolta contra a morte subentende amor por aqueles que se foram, bem como a esperança que o seu desaparecimento não será final. Vemos essas *idéias*, que talvez foram as primeiras — a se desenvolverem — progressiva e paralelamente aos primeiros sentimentos artísticos. Rochas chatas, na forma de *dolmens*, eram postas de modo a proteger os rostos e cabeças daqueles que eram sepultados. Posteriormente, ornamentos, armas, alimentos e as cores que servem para adornar o corpo, passaram a ser postos também nos túmulos. A idéia de que tudo termina é insuportável. O morto haveria de despertar, teria fome, teria de defender-se, e haveria de querer adornar-se». (L'Avenir de l'Esprit,

Gallimard, Paris, 1941, pág. 188).

— Esse mesmo autor passa a observar que as noções primordiais, como aquelas do bem e do mal, ou da imortalidade, nasceram espontaneamente nos seres humanos mais primitivos. Essas noções, por essa mesma razão, devem ser examinadas e escrutinizadas como possuidoras de valor absoluto.

Penso que esses pontos de vista, expressos por Lecomte du Nouy, são verdadeiros e nos levam a pensar. *A priori*, é provável que as grandes e básicas idéias, as idéias primárias, que estão contidas nos mitos do homem primitivo, e que têm sido transmitidas através dos séculos pela herança comum da humanidade, são mais hígidas do que ilusórias, e merecem mais respeito do que desprezo. Ao mesmo tempo, somos livres para preferir uma genuína demonstração filosófica.

A Condição e o Destino da Alma Imortal

O que pode esclarecer-nos a filosofia acerca da condição natural da alma imortal, após a morte de seu corpo? Esse é o meu quarto e último ponto. Realmente, a filosofia pode contar-nos pouquíssimo acerca dessa questão. Tentemos sumariar as poucas indicações que existem. Todas as faculdades orgânicas e sensuais da alma humana permanecem dormentes em uma alma separada, pois não podem ser postas a funcionar sem o corpo. *A alma separada*, por si mesma, está engolfada em um sono completo no que diz respeito ao mundo material; os sentidos externos e sua percepção desaparecem; as imagens da memória e da imaginação, os impulsos dos instintos e das paixões também desaparecem. Mas esse sono não se assemelha ao sono que conhecemos —obscuro— e povoado de sonhos; antes, é lúcido, e inteligente, bem — vivo — para as realidades espirituais. Com base no próprio fato de sua separação do corpo, a alma agora se conhece através de si mesma; sua própria substância se tornou transparente para o seu intelecto; ela é intelectualmente penetrada até às suas maiores profundezas. A alma vem assim a conhecer a si mesma de maneira intuitiva; fica ofuscada por sua própria beleza, a beleza de uma substância espiritual, e conhece outras coisas, através de sua própria substância já conhecida, à medida que outras coisas se assemelham a ela. Conhece a Deus através da imagem de Deus que é a própria alma. E de conformidade com seu estado de existência incorpórea, recebe da parte de Deus, que é o sol dos espíritos, certas idéias e inspirações que a iluminam diretamente, e que ajudam a luz natural do intelecto humano, daquele intelecto que, conforme fraseou Tomás de Aquino, é o mais baixo, dentro da hierarquia dos espíritos.

Tomás de Aquino ensina também que tudo quanto pertence ao intelecto e ao espírito e, especialmente à memória intelectual, mantém vivo, na alma separada, o tesouro inteiro do conhecimento, adquirido durante a nossa vida corporal. O conhecimento intelectual, as virtudes intelectuais aqui neste mundo mais vil adquiridas, subsistem na alma separada. Se por um lado as imagens da memória dos sentidos, que tem sua sede no cérebro, desaparecem, aquilo que penetrou na memória intelectual é preservado. Assim, pois, de maneira intelectual e espiritual, a alma separada sempre conhece aqueles a quem amou. E a esses ama de forma espiritual. E é capaz de conversar com outros espíritos, abrindo para os mesmos aquilo que permanece em seus pensamentos íntimos, e que é aproveitado por sua livre vontade.

Podemos imaginar, portanto, que no momento em que a alma abandona o corpo, — ela se sente subitamente imersa em si mesma, como se estivesse em um abismo rebrilhante, onde, tudo quanto estava sepultado em seu interior, tudo quanto ali estava morto, ressuscita para a plena luz, até o ponto em que isso é abarcado pelas profundezas subconscientes ou supraconscientes da vida espiritual de seu intelecto e vontade. Então, tudo quanto é verdadeiro e bom, existente na alma, se torna uma bênção para ela, ao toque de sua luz revelatória e que em tudo penetra; e tudo quanto estiver retorcido e for mau, transforma-se num tormento para a alma, sob o efeito dessa mesma luz.

Não creio que a razão natural possa prosseguir mais ainda em sua compreensão sobre a condição natural da alma separada. De que consistiria a vida e a felicidade das almas, se o seu estado após a morte fosse um estado puramente natural? Seu bem supremo consistiria de sabedoria, de vida espiritual sem empecilhos, de amizade mútua e, antes de tudo, de avançar constantemente no conhecimento natural e no amor de Deus, a quem, entretanto, jamais veriam face a face. Seria felicidade em movimento, mas sem jamais ser absolutamente cumprida—aquilo que Leibniz chamou de *um chemin par des plaisirs*, «um caminho em meio a prazeres espirituais».

Porém, se desejarmos saber mais do que isso, não poderemos ir além de onde chega a filosofia? A própria filosofia, nesse caso, nos confiará à orientação de um conhecimento cujas fontes originárias são superiores às da própria filosofia. Os cristãos autênticos sabem que o homem não vive em um estado de natureza pura. Sabem que o homem foi criado em estado de graça, mas que, após o primeiro pecado ter ferido a nossa raça, o homem vem vivendo em um estado de natureza decaída ou redimida; sabem que o homem foi criado para desfrutar de uma bênção sobrenatural. Em resposta à questão do destino das almas separadas, os sábios escolásticos não falavam como filósofos e, sim, como teólogos, cujo conhecimento repousa sobre os informes da revelação divina.

Até onde o homem participa dos privilégios metafísicos de espírito e de personalidade, tem aspirações que transcendem à natureza humana e às possibilidades, as quais, conseqüentemente, podem ser denominadas de aspirações transnaturais; o anelo por um estado em que viria a conhecer as coisas de forma completa e sem erro, e no qual desfrutaria de perfeita comunhão com os espíritos, e onde seria livre sem o perigo de falhar ou pecar, e onde habitaria em uma pátria de justiça infindável possuidor de conhecimento intuitivo da Causa Primária do ser.

Tal anelo não pode ser cumprido pela natureza. Só pode ser cumprido pela graça. A alma imortal está envolvida e engajada no grande drama da redenção. Se, no momento de sua separação do corpo, no momento em que sua escolha é fixada imutavelmente e para sempre, a alma imortal der preferência à sua própria vontade e ao seu amor próprio, em detrimento da vontade e do dom de Deus, se ela preferir a miséria, juntamente com o orgulho, — em vez das bênçãos da graça, então lhe será concedido aquilo que ela desejar. Haverá de ter seu desejo, e jamais deixará de querê-lo e preferi-lo, porquanto a livre escolha feita na condição de um espírito *puro* é uma escolha eterna. Mas, se a alma abrir-se para a vontade e o dom de Deus, a quem ama mais do que à sua própria existência, então lhe será concedido aquilo que amou, e entrará para sempre na alegria do Ser não-criado. Verá a Deus face a face e conhecerá a ele, tal como por ele é conhecido, isto é, intuitivamente. E assim a alma se tornará Deus por participação, conforme disse São João da Cruz, e através da graça, atingirá

aquela comunhão na vida divina, aquela bem-aventurança por causa da qual todas as coisas foram criadas. E o grau dessa própria bênção, o grau de sua visão, corresponderá ao grau de seu ímpeto interno, que se projeta para o âmago de Deus, ou, em outras palavras, corresponderá ao grau de amor que tiver atingido em sua vida terrena.

Em última análise, pois devemos dizer juntamente com São João da Cruz que é de conformidade com a nosso amor que seremos julgados. Em seu estado de bem-aventurança, a alma imortal conhecerá a criação no Criador, através daquele tipo de conhecimento que Agostinho intitulou de conhecimento *matutino*, por ser produzido na manhã eterna das idéias criativas; a alma imortal será igual aos anjos, e se comunicará livremente com o reino inteiro dos espíritos; amará a Deus, dali por diante visto claramente, com uma soberana necessidade; e exercerá seu livre-arbítrio no tocante a todas as suas ações concernentes às criaturas, embora esse livre-arbítrio não mais esteja sujeito ao fracasso e ao pecado; a alma habitará no reino da justiça infindável, isto é, no reino das três Pessoas divinas e dos espíritos abençoados; se apegará e possuirá a essência divina que, de forma infinitamente mais clara e mais inteligível do que quaisquer de nossas idéias, iluminará o intelecto humano interiormente e servirá por si mesma de meio inteligível, de forma atuante através da qual ela será conhecida. De conformidade com uma linha dos Salmos que Tomás de Aquino amava e repetia com freqüência: *Na tua luz vemos a luz*.

Tais foram os ensinamentos de Tomás de Aquino, tanto como filósofo quanto como teólogo, acerca da condição e do destino da alma humana. A *imortalidade* não é uma sobrevivência mais ou menos precária, bem ou mal-sucedida, em outros homens ou em outras ondas ideais do universo. A imortalidade é uma propriedade inalienável e natural da alma humana, na qualidade de substância espiritual. E a graça faz com que a vida eterna se torne possível para todos, tanto para os mais destituídos como para os mais dotados. A vida eterna da alma imortal consiste de sua união transformadora com Deus, bem como da vida íntima de Deus, numa união que é realizada incoativamente neste mundo inferior, através do amor e da contemplação, ainda que venha a sê-lo, de maneira definida e perfeita, após o falecimento do corpo, através da visão beatífica. Pois a vida eterna começa neste mundo, e a alma do homem vive e respira onde ela prefere por amor; e o amor, através de uma fé viva, tem força suficiente para levar a alma do homem a experimentar unidade com Deus — «duas naturezas em um único espírito e amor, «dos naturalezas en un espiritu y amor de Dios».

Não acredito que um filósofo possa discutir acerca da imortalidade da alma sem levar em consideração as noções complementares que o pensamento religioso adiciona às respostas verdadeiras e inadequadas que a razão e a filosofia podem fornecer *por si mesmas*.

ARTIGO 4

Imortalidade Continua

QUANDO OS MORTOS VOLTAM!

por Henry L. Pierce

Esses *mortos redivivos* algumas vezes narram experiências que *desafiam* as leis conhecidas pela ciência.

Henry L. Pierce é um psicologista que desde há muito tem estado semelhantemente interessado pela parapsicologia. Com base em sua própria experiência, como escritor de questões médico-científicas, para a Pittsburgh Post-Gazette, destacou ele esses diversos casos nos quais os pacientes relataram ocorrências *fora do corpo*, após se terem recuperado da morte clínica.

A morte sobrevelo repentinamente a um empregado da companhia de energia elétrica de Pittsburgh, no ano passado. Sua idade era de trinta e sete anos; ele foi eletrocutado. Os médicos declaram-no morto. Porém, não perderam as esperanças. Talvez, mediante a administração de oxigênio e através de outras modernas técnicas médicas, pudessem fazê-lo reviver. E conseguiram.

Quando a vítima *recuperou a consciência*, tinha uma história estranha e fascinante para contar. Enquanto estivera morto, esclareceu ele, sentiu que abandonava seu próprio corpo. E insistiu que havia feito uma visita ao seu próprio lar, em estado desencarnado.

Um sonho? *Talvez*.

No entanto, foi capaz de descrever, com pormenores, a visita que um vizinho fizera à sua casa, bem como a conversa que tivera lugar durante essa alegada visita!

Essa história, em traços gerais, tem sido narrada antes, e pode repetir-se indefinidamente nos anos vindouros. O número de casos parecidos já se vai multiplicando. Novas drogas, massagens do coração e cirurgia cardíaca estão trazendo um número crescente de indivíduos de *volta dentre os mortos*; e essas pessoas narram experiências, passadas durante a morte, que parecem desafiar as leis conhecidas pela ciência. Tais experiências poderiam ser sonhos. Porém, tal como aquele trabalhador da companhia de eletricidade, essas pessoas, com freqüência, são capazes de descrever acontecimentos que tiveram lugar a alguma distância — acontecimentos que elas dizem ter visto em primeira mão.

Uma operária em trabalhos de cerâmica, em Montana, chegou a um milímetro da morte, durante uma luta intensa com um ataque de pneumonia. Conta ela a seguinte história:

«Não me lembro de haver perdido a consciência. Disseram-me mais tarde que caí em coma profunda. Mas, repentinamente, fui capaz de ver a mim mesma, deitada sobre o leito. Vi meu marido e o médico, e ouvi tudo quanto disseram. Pensavam que eu não conseguiria resistir até o amanhecer. Conversaram durante pouco tempo, e então entraram na sala de estar. Parecia que eu era capaz de segui-los. Meu marido tomou um livro, que vinha lendo, e leu um parágrafo para o médico, e então ambos debateram um pouco sobre o assunto».

Depois que essa mulher recuperou a consciência, disse a seu esposo tudo quanto havia observado. E ele confirmou cada detalhe.

Um sonho?

Talvez. Ou talvez ela tenha conseguido ouvir o bastante da conversa, em seu estado comatoso, para poder adicionar o restante. Ou talvez, tal como o operário da companhia de eletricidade, ela se tenha aventurado para além da pouco compreendida fronteira da percepção extra-sensorial — o terreno ocupado pela telepatia e pela clarividência.

A maioria desses casos é cuidadosamente suprimida. Larga publicidade é dada ao prodígio médico que algumas vezes consegue fazer reviver os recém-clinicamente mortos. Mas a experiência real da paciente com a morte é criteriosamente evitada. O temor do ridículo é uma das razões disso. Os pacientes se sen-

tem temerosos — temerosos de que não serão cridos, temerosos de que serão reputados loucos. Isso aconteceu ao empregado da companhia de eletricidade. Isso também sucedeu ao indivíduo que, após ter passado por profundo período de coma, alegou ter avistado e conversado com sua esposa, que pouco tempo antes havia sido morta em um acidente de trânsito.

Os médicos e as enfermeiras não gostam de ver esses casos receberem publicidade. Com grande raridade mencionam-nos em seus relatórios. Os jornalistas raramente são convidados a cobrir as histórias onde o sobrenatural aparentemente está envolvido, sem importar quão dramática tenha sido a subseqüente recuperação do paciente.

Uma mulher da região ocidental do estado norte-americano da Pennsylvania foi declarada morta, depois de um ataque do coração. Depois que a *trouxeram de volta* à vida, graças aos modernos métodos cirúrgicos, aos jornalistas foi prometido que o caso prometia produzir dramático material para suas narrativas. Foram marcadas datas possíveis para entrevistas com a paciente. Repentinamente, porém, o pessoal do hospital mudou diametralmente de parecer. Aos jornalistas foi notificado, sem qualquer outras explicações, que não lhes seria permitido conversar de forma alguma com a paciente. E o pessoal da seção de relações públicas do hospital, que antes havia asseverado a necessidade de ser dada publicidade ao caso, tornou-se inexplicavelmente silencioso. Disseram apenas que a paciente «não parecia estar passando muito bem», e que não se podia confiar nos seus juízos. Os médicos cerraram seus livros firmemente em torno do caso, e a identidade dessa paciente jamais foi revelada.

No entanto, *os próprios médicos* não estão imunes a essas experiências insondáveis. Um médico de sessenta e oito anos de idade, da cidade de Búfalo, estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América do Norte, jazia moribundo, após sofrer longa enfermidade. Ao aproximar-se a noite, ele caiu em estado de inconsciência. Sua esposa e seu cunhado estavam ao lado de seu leito.

«Cerca das três horas da madrugada — relata o seu cunhado — ele acordou subitamente de uma profunda coma. Parecia perfeitamente racional e na plena posse de suas faculdades. Declarou ter estado em algum outro lugar. Não o descreveu, mas repetia: 'Não estive aqui — estive em algum outro lugar'. Faleceu antes de amanhecer o dia».

Maiores minúcias possuímos em torno do caso de um médico e diplomata britânico, Sir Auckland Geddes. Em um discurso feito ante a Real Sociedade Médica, intitulado «A Voice from the Grandstand» (Uma Voz da Tribuna), Sir Auckland descreveu o que denominou de «a experiência de um homem que atravessou os próprios portais da morte, e foi trazido de volta à vida pelo tratamento médico».

O paciente de Sir Auckland foi aparentemente envenenado. O veneno o atingiu tão violentamente que ele nem ao menos teve tempo para chamar por socorro. Eis a sua descrição:

«Eu quis telefonar pedindo ajuda, mas descobri que não podia fazê-lo; e assim, placidamente, desisti da tentativa. Percebi que estava gravemente enfermo, e revisei de maneira rápida a minha posição econômica. Depois disso, em ocasião alguma pareceu-me que a minha consciência ficava enevoada; mas repentinamente entendi que a minha consciência se separava de outra consciência que também era minha».

Essa segunda consciência, no dizer de Sir Auckland, gradualmente se tornou dominante, à proporção que a condição física do paciente foi piorando. E continuou o paciente em sua descrição:

«**Gradualmente percebi** que podia ver, não somente o meu corpo e o leito em que eu me encontrava, mas tudo quanto havia na casa e no jardim; e então percebi que não estava vendo apenas 'coisas' em minha cidade, mas igualmente em Londres e na Escócia; de fato, por onde quer que a minha atenção fosse dirigida, segundo me pareceu; e a explicação que recebi, sem saber eu qual a origem, mas que eu mesmo me vi chamando de meu 'preceptor', é que eu estava livre em uma dimensão temporal do espaço na qual *agora*, de alguma maneira, era equivalente a 'aqui', no espaço ordinário tridimensional da vida diária».

Como é que uma pessoa pode *ver* em tal estado, se não possui olhos materiais?

Sir Auckland declarou que embora parecesse ter uma visão através de dois olhos, e mais «apreciava» do que realmente «via» as coisas—mais ou menos como se uma forma inteiramente diferente de percepção (extra-sensorial?) houvesse tomado o lugar da percepção normal.

Foi nesse estado, ainda segundo testemunho de Sir Auckland, que o paciente «viu» uma mulher entrar em seu quarto de dormir. E o próprio paciente prosseguiu:

«Percebi que ela tomou um tremendo choque, e a vi correr para o telefone. Vi o meu médico abandonar os seus pacientes e vir apressadamente, e cheguei a ouvi-lo, ou o vi a pensar: 'Ele está quase morto!' Ouvi-o falar bem claramente comigo, sobre a cama; porém, eu não estava mais em contacto com o meu corpo, e não lhe pude responder».

O médico aplicou no paciente uma injeção, e o paciente, segundo Sir Auckland, teve o seguinte a dizer a respeito:

«Quando o coração começou a pulsar com mais vigor, fui atraído de volta, e fiquei imensamente aborrecido, visto que eu estava tão interessado e começava a compreender onde eu estava e o que eu estava *vendo*. Voltei ao corpo realmente irado, por ter sido puxado de volta de onde eu estava; e uma vez que voltei toda a claridade de visão, sobre qualquer coisa e sobre tudo, desapareceu. E fiquei possuído por uma mera réstia de consciência, que era um tanto sufocada pela dor».

Teria Sido um Sonho?

Mas Sir Auckland declarou que a experiência não teve a tendência de ir-se dissipando como um sonho. «O que devemos pensar a respeito disso!» indagou ele. E ajuntou: «De uma coisa podemos estar bem certos. Não foi uma simulação».

Um cirurgião escocês, Sir Alexander Ogston, relatou como estivera bem perto da morte, devido a uma febre tifóide, no hospital Bloemfontein, na África do Sul.

«A mente e o corpo pareciam-me duplos — declarou ele — e até certo ponto estavam separados. Tomei consciência do meu corpo como uma massa inerte e caída perto da porta; pertencia-me, mas não era eu».

Nessa condição, segundo afirmou, teve «a estranha consciência de que podia enxergar através das paredes do edifício, embora estivesse consciente de que elas estavam ali. Tudo parecia transparente para os meus sentidos».

Sir Ogston contou como *vira* um outro médico, noutra porção do hospital, piorar gravemente de sua

enfermidade, gritar e morrer. Não soubera coisa alguma acerca da existência daquele outro médico, declarou. E acrescentou: «Vi que cobriam o seu cadáver, tendo-o transportado suavemente, estando os pés deles descalços, calma e secretamente».

Mais tarde as enfermeiras confirmaram o acontecido, tal como o paciente em foco havia dito.

Não é preciso que alguém morra ou mesmo que se aproxime da morte para passar por uma experiência similar. Muitas pessoas sabem o que significa alguém procurar despertar no meio de um sono profundo, somente para descobrirem que não podem fazê-lo. Se o leitor já passou, porventura, por essa experiência, então sabe o quão aterrorizante ela pode ser. A gente tem perfeita consciência do ambiente que nos cerca; e tenta gritar — mas não pode emitir um único som. A gente procura beliscar-se, mas percebe que não pode mover os dedos. Por alguns momentos, pelo menos, perde-se o controle sobre o próprio corpo.

Um jovem de vinte anos, da cidade de Búfalo, nos Estados Unidos da América do Norte, passou por essa experiência por duas vezes. Sucede que ele estava então interessado nas questões da percepção extra-sensorial. Portanto, na segunda ocasião em que isso me aconteceu, esqueci o terror por um tempo suficiente para tentar uma experiência.

«Eu queria descobrir se o alcance de minha percepção podia ser estendido, naquele estado — como na telepatia ou clarividência. Portanto, dirigi a minha atenção para as condições atmosféricas, que era uma espécie de passatempo para mim, naqueles tempos. De alguma maneira, que não sei explicar, fui capaz de ver que uma onda de frio se movia em nossa direção, vinda do estado do Colorado. Na manhã seguinte uma predição revisada, enviada pelo serviço de meteorologia, avisava sobre uma onda de frio que se aproximava, vinda do Colorado!»

Pura Coincidência?

Talvez. Pois ondas de frio não são incomuns no mês de dezembro, quando essa experiência teve lugar. Mas, do estado de Colorado? O jovem disse que se soubesse que se aproximava uma onda de frio, tê-la-ia esperado do estado de Montana, Dakota do Sul ou Dakota do Norte — e não do estado de Colorado, que fica mais ao sul.

O que pensa a ciência sobre tudo isso?

A maioria dos médicos se mostra cética. Vêem pacientes que morrem todos os dias. Sabem o que é contemplar um paciente que «se vai». Sabem que alguns pacientes, no momento da morte, parecem *ver* amigos e parentes já falecidos. Não é incomum ver um paciente moribundo abrir bem os olhos, como que surpreendidos, e ouvi-lo proferir o nome de sua esposa ou de algum colega há muito falecido, como que em uma saudação admirada. Porém, a maioria dos médicos acredita que tais pacientes estejam sofrendo de alguma alucinação.

Teriam razão esses médicos? Tais pacientes realmente estariam tão enfermos que não saberiam o que vêem? Estariam de *mente nublada* por causa da febre alta e da enfermidade?

O dr. Karlis Osis, Diretor de Pesquisas da Fundação de Parapsicologia de Nova Iorque, está procurando descobrir isso. Enviou uma lista de perguntas a médicos e enfermeiras de toda a nação norte-americana, perguntando se já haviam observadó pacientes passarem por tais experiências. Solicitava ele informações médicas detalhadas acerca desses pacientes. Haviam eles recebido drogas, antes de falecerem? Estavam atacados de febre muito alta? Deliravam? Havia quaisquer venenos que atuavam sobre os seus corpos? Pareciam ter a mente enevoada ou clara?

Quando todos os relatórios haviam sido enviados de volta, O Dr. Osis contava com um montão de fatos sobre mil trezentos e setenta pacientes moribundos que, segundo disseram os médicos e as enfermeiras, haviam se comportado como quem tivesse *visto* um amigo ou um parente já falecido. E as respostas ao questionário eram realmente surpreendentes.

Os pacientes que aparentemente tinham saudado amigos e parentes já mortos, segundo os relatórios, evidentemente estavam de mente clara, não estavam sob o efeito de drogas, e não estavam atacados por febres altas! Os médicos e as enfermeiras que estiveram presentes à morte desses pacientes disseram que a maioria deles parecia perfeitamente racional, plenamente cônscia de seus respectivos ambientes, até os seus últimos instantes de vida.

Os pacientes que pareciam de mente perturbada eram aqueles que estavam sob o efeito de fortes sedativos, ou que sofriam de febre acima de 41° centígrados. E esses, com grande freqüência, descreveram visões sobre monstros; demônios ou animais espantosos. Muitos desses pacientes confusos também tiveram alucinações com amigos e parentes ainda vivos — algo que jamais aconteceu aos pacientes de mente clara.

Significaria isso que algumas pessoas realmente *vêem o além*, no momento da morte? Haveria uma fronteira, entre a vida e a morte, onde os vivos e os mortos algumas vezes têm permissão de se encontrarem?

Imortalidade Condicional Ver depois de **Imortalidade da Alma**, p. 281.

IMORTALIDADE DA ALMA — Afirmações Teológicas

Um Estudo êm Esboço

Esboço:

Introdução
I. O Pano de Fundo Histórico
II. Conceitos Gerais
III. Sobrevivência Mas Não Imortalidade
IV. Imortalidade Condicional
V. Imortalidade No Pensamento Cristão
VI. Ensinos de Algumas Referências Bíblicas

Introdução: Definições do Termo

1. perene; 2. continuidade da vida depois da morte; 3. vida transcendente: um tipo de vida: I Cor. 8:6. Em último sentido, somente Deus vive. Compare este conceito com o universal de Platão. Deus compartilha sua forma de vida.

Equações:

vida / imortalidade / Deus (divindade infinita)
vida / imortalidade / O Universal do Bem
vida / imortalidade / Ser Absoluto (pessoal)
vida / imortalidade / O Absoluto (cósmico, não-pessoal)

O Homem mortal: a matéria + uma partícula de vida

I. Pano de Fundo Histórico (na religião e na filosofia)

Sir G.B. Taylor e Sir James Frazer. Há evidência da crença na imortalidade da alma nas culturas mais antigas das quais temos algum tipo de conhecimento, através de documentos escritos ou sem eles.

1. *Rig Veda* (quer dizer, «louvor», «conhecimento», mais de 1000 hinos) 1200-1500 A.C., o monumento literário mais velho das raças indo-européias, tem a imortalidade sem a reencarnação. (India).

Upanishades, 30 tratados místicos (originais), e mais de 200 posteriores e apócrifos. Começaram cerca de 1000 A.C. e representam a substância própria da religião oriental, especialmente o budismo. Tratam do Ser Supremo, da criação e da relação da imortalidade com a reencarnacão.

2. *Religião grega*, cerca de 700 A.C., a imortalidade com a reencarnação. Antes desse período, a religião grega tinha a alma fantasma, uma entidade sem inteligência ou memória.

3. *Religião hebraica*, antes de 1000 A.C., a alma fantasma; primeiro a ressurreição sem alma sobrevivente, mas antes dos tempos helenistas, a ressurreição com a alma sobrevivente. Jó 14:14 pode ser uma exceção, se ligado com 19:25. Alguns supõem que a reencarnação está em vista, outros, a ressurreição. 17:13 e seguinte implicam a idéia da alma fantasma.

4. *Filosofia grega*, 585 A.C., em Pitágoras a imortalidade com a reencarnação (da religião órfica), em Anaxágoras (500 A.C.), *nous* é uma entidade distinta do corpo, mas a referência não é clara. Platão liga o poder interpretativo com o criativo, e a imortalidade (existência eterna da alma) com a reencarnação. Ele influenciou todas as religiões e filosofias ocidentais subseqüentes.

II. Conceitos Gerais

1. A imortalidade é uma dimensão de ser, e não meramente vida sem-fim. Ela é não-física em si mesma desde que não haja vida na própria matéria.

2. A imortalidade é transcendência de vida, e não meramente um livramento de morte. A morte é somente a libertação da vida de seu veículo temporário. O corpo nada tem a ver com a criação e nem com a formação do caráter da vida.

3. Psicologicamente, é um desejo. A filosofia e a religião nos asseguram de um fato atrás do desejo. A despeito do obstáculo do corpo, o desejo se expressa fortemente. Sem o corpo, há absoluta segurança e conhecimento inquestionável.

4. Vida — O Grande Continuum. A mortalidade é pontual, um momento particular, passageiro, ou uma expressão específica da vida, por algum tempo.

5. A imortalidade não é algo em que nós entramos pela morte. É algo que somos e que podemos experimentar em diferentes maneiras, inclusive no veículo mortal. Existe antes do nascimento, na vida física e depois da morte biológica, mas não é dependente de tal arranjo.

6. Segundo a visão nos Upanishades:

a. A vida é um único, universal e infalível princípio do Ser Supremo (Brahman) auto-existente e auto-sustentador. Em termos cristãos, ser independente e necessário.

b. A individualidade não é mais do que uma pontualização deste Ser Supremo. Individualidade / Atman.

c. O Ser Supremo é independente da dissolução dos veículos físicos, que, pela natureza própria deles, só podem contê-lo temporária e imperfeitamente.

d. A individualização é repetitiva na esfera terrestre (reencarnação). O *problema moral* está sendo resolvido de acordo com a lei da *colheita* e *semeadura* (karma).

e. Liberdade pode ser obtida (moksha), da corrente que amarra (samsara).

f. Individualidade é solidão, luta, e, essencialmente, uma ilusão.

g. O ser individual (Atman) não é senão uma modalidade do Ser Supremo.

Atman é uma posição espacial e um ponto no tempo de Brahman.

h. O conhecimento é de Brahman, a única realidade, e se realiza na experiência mística, o único meio que possibilita o alcance de Brahman.

i. Nosso destino é o abandono de Atman e a exaltação de Brahman. Esta é a verdadeira imortalidade.

Heródoto nos informa de que vários povos não-gregos apoiaram tais pontos de vista, e que a adoração de Osíris na religião egípcia era similarmente estruturada.

7. *Outros conceitos*

a. O homem é um deus que, temporariamente, experimenta a matéria. Ilustração: o conceito cristão de anjo guardião, se o anjo guardião for considerado como o próprio homem.

b. O homem, um ser mais baixo, torna-se um deus.

c. O homem, uma criatura humilde, obtém um lugar mais alto e melhor, uma esfera sem tristeza, lágrimas, luta ou morte, mas sua glorificação é moderada e o deixa longe da casa do Pai, porque ele não é um filho em sentido metafísico.

III. Sobrevivência mas não Imortalidade

1. **Científica.** A parte mental dura um pouco mais, minutos, horas, ou talvez, dias. Ilustração: Aristóteles acreditava que a alma era separada do corpo, mas dependente dele para vida. Ou epifenomenalismo: a suposta alma é um efeito do corpo.

2. *Estoicismo*. A sobrevivência até a próxima conflagração quando o Logos volta para casa e reúne sua criação vagueante.

3. *Kant*. A alma deve existir e sobreviver até que as contas sejam acertadas, mas poderia ser reduzida a zero, como o corpo é.

4. *Hegel*. A alma deve ser, finalmente, reabsorvida no Espírito Absoluto.

5. *Schopenhauer*. O desejo de viver é uma insanidade. A Vontade Universal (Deus) é louca, e quer viver loucamente. A Redenção ocorreria quando a Vontade Universal pára de querer existir, assim curando a sua insanidade. Esta vontade de existir tem produzido a maior maldade, isto é, a vida *consciente*. A única coisa que podemos esperar é que a Vontade Universal seja curada de sua insanidade.

IV. Imortalidade Condicional

1. **Crisipo** (205 A.C.) e alguns outros estóicos. Os sábios sobrevivem a conflagração geral.

2. Na Igreja, Arnóbius, sexto século D.C. Somente os salvos serão imortais, o resto será aniquilado.

3. Os Adventistas do Sétimo Dia e as Testemunhas de Jeová acreditam numa imortalidade condicional, através da ressurreição, para os fiéis, sem alma qualquer.

V. Imortalidade no Pensamento Cristão

Os conceitos centrais são ligados a Cristo e sua missão — Cristo como Filho, identificado com homens que podem tornar-se filhos. Heb. 2:10; Rom. 8:29.

1. *A base histórica*. A encarnação do Logos (o princípio de filho na Trindade), em Jesus, com a resultante fusão de naturezas: «Reduzir sua divindade ou sua humanidade é sacrificar a própria base de todas as nossas esperanças». (A.E. Taylor). Como o Logos participou da natureza humana, assim a natureza humana, finalmente, deverá participar da

natureza divina, com o resultado de tornar-se um genuíno filho de Deus, metafisicamente.

2. *A base informacional.* Revelação (misticismo)

a. Afirmação moral da verdade da revelação (o problema do bem).

b. Afirmação profética.

c. Afirmação da experiência: felicidade, inspiração para viver, etc.

d. Confirmação de uma literatura imortal: o N.T. traduzido em 1000 línguas.

3. *A base pessoal.* Vidas inspiradoras implicam a necessidade da sobrevivência como uma medida de preservação de valores.

a. Jesus

b. Paulo

4. *A base filosófica.* As melhores idéias do cristianismo correspondem às da filosofia. *Ilustração*: as provas filosóficas da imortalidade, idéias do desígnio e destino.

5. *A base religiosa comparativa.* As grandes verdades são comuns para todas as religiões. Deus, alma, desígnio, moralidade, imortalidade.

6. *A teologia da identificação.* Cristo é o arquétipo e o pioneiro.

a. Com a encarnação: O Logos identifica a si mesmo conosco.

b. Expiação: trata do problema moral.

c. Ressurreição: participação na vida de outra dimensão.

d. Ascensão: arrebatamento da Igreja; transportação para uma nova dimensão de vida.

e. Glorificação: alcance da natureza divina: II Cor. 3:18, João 5:25,26.

f. Restauração: a provisão universal: Efé. 1:10; I Ped. 3:18-4:6.

VI. Ensinos de Algumas Referências Bíblicas

1. *O julgamento*: Eze. 26:20; 32:31; Isa. 14:9,10; Mat. 10:28; Mar. 8:36,37; Luc. 16:19-21; II Cor. 5:1-10; Apoc. 6:9,10; 20:4.

A lei da semeadura e colheita cumprida. As contas são balançadas. O conceito do julgamento implica, necessariamente, a existência da alma.

2. *Libertação do julgamento*: Sal. 86:13; Prov. 15:24.

3. *Esperança no julgamento*: os espíritos também têm oportunidade. A oportunidade é *universal*. I Ped. 3:18—4:6; Efé. 1:10. O julgamento opera *restauração*.

4. *A glória*: um lugar muito melhor; conhecimento inefável; felicidade suprema. Luc. 10:19-21; II Cor. 5:1-10; Atos 7:59; Fil. 1:21-23; Apo. caps. 21-22.

5. *Lugar de perfeição*: Heb. 12:23.

6. *Retorno a Deus*: Ecl. 12:7, retorno a sua fonte: Jó 32:8; retorno para casa: II Cor. 5:1-10.

7. *Imortalidade ligada à ressurreição*: o veículo novo para a alma. II Cor. 5:1-10; I Cor. cap. 15.

8. *A projeção da psique*: II Cor. 12:1-4.

9. *A vida independente e necessária*: João 5:25,26; Rom. 8:29; II Ped. 1:4; II Cor. 3:18. Pai / Filho / filhos. Eles participam finitamente na natureza divina.

Ilustrações: a hierarquia da vida

Todos os membros do corpo têm a mesma natureza

(Filho — cabeça / filhos — membros do corpo)

A imortalidade é mais do que *vida* sem fim. É um tipo de vida; é a vida divina compartilhada.

••• ••• •••

IMORTALIDADE CONDICIONAL

Ver os artigos sobre a **Imortalidade** e sobre a **Alma**. Esta enciclopédia oferece abundante material sobre esses temas, incluindo a abordagem científica ao assunto da existência da alma e sua sobrevivência ante a morte física. Todavia, nem todos aqueles que acreditam na existência real da alma, aceitam a imortalidade como necessária. Para esses, a imortalidade é condicional. Essa idéia pode assumir várias formas, conforme se vê abaixo:

I. Os estóicos pensavam que a alma persiste até à conflagração geral, quando Deus tiver de reverter ao fogo primevo. Então a alma deixaria de existir. A existência da alma, pois, estaria condicionada ao ciclo no qual se encontra. No entanto, de acordo com esse sistema, os grandes ciclos que se seguiriam, trariam a alma de volta à existência, para que vivesse novamente. E isso prosseguiria de forma interminável. Portanto, isso fala de uma espécie de imortalidade intermitente, *condicionada* segundo tal intermitência.

II. Sobrevivência intrinsecamente condicionada Algumas pessoas acreditam na existência da alma, mas supõem que está envolvida em um tempo potencial de existência, tal como sucede ao corpo. Alguns supõem que seu tempo de sobrevivência é curto, dando a entender que a porção mental do homem sobrevive apenas por algumas poucas horas ou dias, após a morte do corpo físico. Outros não pretendem saber por quanto tempo mais a alma sobreviveria ao corpo. Seja como for, o seu período de sobrevivência estaria condicionado à sua própria natureza, da mesma forma que o corpo físico só vive durante certo tempo porque, por sua própria natureza, é mortal. Viver por certo período, mais curto ou mais longo, determinado por fatores intrínsecos, não é próprio da imortalidade. É apenas *sobrevivência*. O termo «imortalidade» subentende existência interminável. Segundo esse termo é usado pelos filósofos e teólogos, também está em pauta uma *modalidade* de vida, distinta da vida física. Platão falava sobre almas humanas passando para a vida eterna, ou *imortalidade*, ao assumirem a natureza divina. Isso reflete certo ensino bíblico muito avançado (ver II Ped. 1:3,4).

III. No campo da teologia. Na Igreja cristã, a começar por alguns dos pais da Igreja, encontramos a doutrina da imortalidade condicional. A existência pessoal eterna é uma nova forma de vida, que denominamos de imortalidade, não sendo reputada como uma propriedade natural da alma, por esses escritores cristãos antigos. Antes, a imortalidade é por eles considerada um dom de Deus, uma realização a ser obtida mediante a inquirição espiritual. Nesse ponto, cumpre-nos distinguir entre os termos *sobrevivência* e *imortalidade*, visto que, de conformidade com alguns que acreditam na imortalidade condicional, a alma *sobrevive*, mas que, em algum tempo subseqüente, deixa de existir, por não ter cumprido as condições que a levariam à imortalidade. Ainda outros pensam que a alma nem existe, e que, quando o corpo físico morre, a alma também é extinta. Porém, quando da ressurreição, os justos seriam recriados, recebendo a imortalidade. Paralelamente, os injustos seriam ressuscitados, julgados e, imediatamente após, aniquilados.

Argumentos em Favor da Imortalidade Condicional:

1. Alguns trechos bíblicos podem ser interpretados como apoios dessa idéia, como Pro. 12:28; Mat. 10:28; João 3:16; Rom. 2:7; I Tim. 6:16; I João 2:17 e

João 5:25,26. Somente Deus é imortal; e, se qualquer outro ser é *imortal*, então é que a imortalidade lhe foi conferida. Acredita-se que essa concessão não é automática, mas precisa ser obtida.

2. Passagens extraídas dos escritos dos pais da Igreja apoiariam a idéia, e, nesse caso, haveria um antigo apoio na interpretação cristã para a mesma. Justino Mártir, *Trypho*, 4—6; Teófilo de Antioquia, *Ad Autolycum*, ii.37; Irineu, *Ad Haereses*, 34; e Arnóbio, *Disputationes Adv. Gentes*, ii.14,16,62.

3. *Com Base na Razão.* O aniquilamento dos ímpios concordaria melhor com a bondade divina do que com uma punição eterna.

4. A alma humana, embora sobreviva à morte biológica, só poderia atingir a imortalidade se fosse possuidora do valor intrínseco necessário para tanto e isso se atinge mediante uma verdadeira espiritualidade, através da transformação operada pelo Espírito Santo, tomando como modelo o Cristo glorificado. Ver II Cor. 3:18.

5. Nessa doutrina, encontramos um tipo de *sobrevivência espiritual dos mais aptos*, o que encontra alguns paralelos no mundo biológico.

6. A imortalidade subentende um tipo diferente de vida, totalmente independente de um corpo físico. Assim, aqueles que insistem em deleitar-se meramente no que é físico e sensual, haverão de perecer nessa ilusão.

Argumentos Contrários à Imortalidade Condicional:

1. Os trechos bíblicos usados em apoio a essa idéia dependem de uma interpretação especial sobre a *morte*. Isso significa que são falsas doutrinas tanto a do aniquilamento da alma quanto da imortalidade condicional. A morte, como segunda morte, é um termo figurado que dá a entender a perdição, o arruinamento dos propósitos da vida humana, podendo ser sinônimo do julgamento divino e do que sucederá quando ocorrer esse julgamento.

2. As citações tiradas dos escritos dos pais da Igreja são tão cuidadosamente selecionadas que se tem a impressão de que eles concordavam com a idéia. Mas, um exame mais cuidadoso revela que somente Arnóbio realmente era um condicionalista. Os outros, ao falarem sobre a punição eterna dos ímpios, não defendiam tal posição, embora algumas passagens, em seus escritos, pareçam dar essa impressão. Ademais, eles poderiam estar empregando a distinção entre o que é eterno e o que é imortal. Uma alma humana pode perdurar para sempre, sem ser imortal, ou seja, sem participar da forma de vida superior que é própria da natureza de Deus.

3. Embora, do ponto de vista humano, o aniquilamento possa ser preferível à punição eterna, a justiça de Deus, conforme se vê em muitas passagens bíblicas, requer a punição eterna, e não o aniquilamento.

4. Há a obtenção da verdadeira *imortalidade*, que é uma realização espiritual. Porém, a simples sobrevivência da alma, conforme vários trechos bíblicos ensinam (os perdidos sofrem com plena consciência de que estão sofrendo), é uma capacidade inata da alma. A alma é imaterial, não estando sujeita à morte biológica. Os trechos bíblicos que falam sobre o sofrimento consciente dos perdidos, como Lucas 16; II Tessalonicenses 1:9 e Apocalipse 14:11, dificilmente prestam-se à interpretação que fala em aniquilamento da alma.

5. A própria doutrina biológica da sobrevivência dos mais aptos pode ser posta em dúvida, sem nada dizermos sobre sua contraparte espiritual.

6. A *imortalidade* é um tipo diferente de vida em relação à vida física, e até mesmo em relação à mera sobrevivência; mas essa observação não afirma a idéia de aniquilamento. Apenas afirma que a salvação é uma evolução espiritual, e que existem muitas formas de sobrevivência, e não apenas uma — a imortalidade — em contraste com o aniquilamento.

IV. Outros Argumentos que Insuflam Esperança

Amigos, devo confessar que não me sinto satisfeito com os argumentos daqueles que atacam e daqueles que defendem essa doutrina. Penso que as próprias Escrituras nos oferecem ensinos que transcendem a ambos esses tipos de argumentos. Faço as seguintes observações:

a. A idéia da imortalidade condicional labora em erro, se o que está em foco é que não há sobrevivência eterna da alma.

b. Pode-se estabelecer uma distinção genuína entre a imortalidade e a sobrevivência da alma; e, nesse sentido, a imortalidade é uma realização espiritual, equivalente à salvação (que vide). A pessoa não-eleita sobrevive eternamente, mas não compartilha da vida imortal de Deus, o único estado de existência que, segundo os termos bíblicos, pode ser chamado de imortalidade. Somente Deus é imortal (I Tim. 6:16); mas, na salvação, os homens chegam a compartilhar da forma de vida e da natureza de Deus, tornando-se verdadeiramente imortais (II Ped. 1:4).

c. *Contudo*, a *sobrevivência* da alma pode envolver formas gloriosas, ainda que as almas não atinjam a verdadeira imortalidade. O trecho de Efésios 1:10 promete uma *restauração* geral (que vide), mediante a qual os homens serão levados à unidade em torno do *Logos*. Essa será uma grande realização divina, que ampliará a missão salvadora do Logos a todos os homens, embora não realizando em favor de todos os mesmos resultados. O trecho de I Pedro 4:6 mostra-nos que o próprio juízo divino será um elemento que produzirá restauração. A narrativa sobre a descida de Cristo ao hades mostra o interesse do Salvador por um ministério verdadeiramente universal, que obterá uma aplicação universal. E a passagem de Efésios 4:9 *ss*, mostra-nos que a descida de Cristo e sua ascensão tiveram o mesmo propósito, cooperando para o mesmo resultado final, a saber, fazer de Cristo tudo para todos, isto é, *preencher todas as coisas*. O julgamento drástico, trágico e terrível dos perdidos, haverá de ser um meio que visa à restauração deles. O julgamento não será apenas uma medida retributiva e punitiva. A idéia de julgamento somente como retribuição é reflexo de uma teologia inferior.

V. Há um grande princípio a ser aprendido.

O contrário da justiça não é a injustica; é **o amor**. Por detrás do amor de Deus, temos o seu poder predestinador, o que serve de demonstração do mistério de sua vontade (Efé. 1:10). O que fará, *finalmente*, a vontade de Deus? *Restaurará*! Isso é o que o texto que fala sobre o mistério da vontade de Deus claramente requer. Notemos que se trata de um *mistério*, uma verdade que estivera oculta até aquele exato instante em que o apóstolo o revelou. Portanto, todas as teologias sobre o juízo divino, que antecedem essa revelação, precisam sofrer uma revisão, não menos do que o Antigo Testamento foi revisado, para ceder lugar à revelação superior do Novo Testamento.

VI. Uma Breve História do Condicionalismo

Sabemos que os filósofos gregos estóicos defendiam certa forma de condicionalismo, conforme foi explicado no primeiro ponto. Crisipo (282-209 A.C.) ensinava claramente essa idéia, segundo os termos estóicos. Estóicos posteriores estiveram divididos

sobre a questão. O cristão Arnóbio (284-305 D.C.) como é óbvio, defendia o condicionalismo; mas não se pode dizer outro tanto sobre outros pais da Igreja, cujos escritos, aqui e acolá, têm frases que podem ser interpretadas desse modo. Dentro da Igreja cristã, durante doze séculos essa doutrina desapareceu. No entanto, reviveu por obra de Fausto Sozzini, 1539-1604. Foi vigorosamente defendida por Hobbes (1588-1679), por Rousseau (1612-1778), e por H. Dodwell, o qual, em 1706, apresentou uma forma sistematizada da doutrina. No século XIX, foi defendida por Richard Whatley e Edward White. Daí passou para a doutrina dos Adventistas do Sétimo Dia, pelo que uma das grandes denominações cristãs passou a representá-la oficialmente. Vários pensadores do nosso século XX têm tomado a sua defesa, como J.Y. Simpson; W.E. Hocking e E.S. Brightman. Porém, o cristianismo evangélico, em todas as suas formas, continua a rejeitá-la. (BRIG E NTI PETA)

IMORTALIDADE, TIPOS DE

Ver o estudo geral sobre a *Imortalidade*, que se desdobra em vários artigos. Ver também sobre *Alma*.

Esboço:

I. Formas Verdadeiras de Imortalidade

II. Formas Espúrias de Imortalidade

I. Formas Verdadeiras de Imortalidade

Qualquer idéia que diga que o homem essencial é mais que o seu corpo físico, que a perda desse veículo físico não põe fim à sua existência e, acima de tudo, que essa vida continua para sempre, é uma doutrina de imortalidade. Mas, quando não se crê que essa forma de vida prossegue para sempre, então tem-se o que poderia ser chamado de *imortalidade temporária*, que já envolve uma contradição de termos. Nesse caso, a idéia deveria chamar-se *sobrevivência da alma*, que não subentende que tal sobrevivência continuará para sempre.

1. *A Imortalidade Entre os Gregos*. Essa idéia também é comum entre as religiões orientais. Promove uma espécie de dualismo, onde o corpo físico usualmente é considerado de pequena importância, ou mesmo é um empecilho para a alma, o homem essencial. Alguns teólogos cristãos têm criticado essa posição, porquanto promove um dualismo contrário ao ensino neotestamentário, onde é ensinada a redenção do homem inteiro — alma e corpo — mediante a ressurreição do corpo, o qual será, então, um corpo espiritual, um veículo apropriado para a alma. Contudo, a posição bíblica tem sofrido abusos, como quando se diz que a ressurreição será do mesmo corpo posto no sepulcro, em vez de ser uma nova criação — o corpo espiritual. Ora esse tipo de crueza é que era repelida pelos gregos. Seja como for, a crítica contra a imortalidade, aos moldes gregos, não tem cabimento. A fé cristã, como é óbvio, nos deu muito maior compreensão quanto ao *modus operandi* e à natureza da imortalidade; mas isso não anula a descrição geral e boa da imortalidade, provida por filósofos gregos, como Platão. Eles afirmavam a sobrevivência da consciência individual, juntamente com uma forma de vida superior, uma inteligência muito mais lúcida, e grande expressão espiritual.

2. *A preexistência da alma* usualmente aparece ligada à idéia de interminabilidade. Platão dizia que a alma é uma substância eterna, que se individualizou sob a forma de almas humanas. Na qualidade de substância eterna, naturalmente, a alma já existia por muito tempo (em forma já individualizada), antes de experimentar a materialidade. E, visto que nenhuma substância eterna pode sofrer dissolução, embora possa assumir novas formas de expressão, como na idéia da reabsorção pelos *universais* (vide), isto é, Deus, segue-se que a alma sobreviverá por toda a eternidade. A única questão debatível é se a alma de algum ser humano deixará de existir ou não, se for mesmo absorvida pelos universais (conforme é dito em algumas religiões orientais). A perda da individualidade será a perda da imortalidade? Alguns pensadores dizem que sim; outros, que não.

3. *A reencarnação* (vide) geralmente aparece ligada à idéia da preexistência da alma, como uma maneira de dar continuidade de expressão à alma, que não pode perecer. Alguns afirmam que a alma precisa de um corpo para continuar existindo; pelo que a reencarnação precisa ter lugar quase imediatamente após a morte. Porém, essa é a opinião apenas de alguns poucos. De fato, a maioria daqueles que crêem na reencarnação supõe que a união da alma com o corpo é uma situação temporária de aprendizado, algo que a alma ultrapassa logo que atinge o conhecimento e a transformação moral de que ela necessita.

4. *O Monismo Espiritual*. Essa é a posição de certas religiões orientais que dizem que a alma humana, *atman*, finalmente será absorvida por *Brahman* (o Espírito divino, todo-abrangente), o único no qual reside a imortalidade. A existência individualizada, em vários trechos dos Upanishadas e da Vedanta, aparece como uma *ilusão*. Isso posto, se somente Deus é imortal, então a imortalidade que nos é emprestada, facilmente pode chegar ao fim, mediante a reabsorção. Todavia, há dualistas hindus que não acreditam que essa reabsorção representará o fim da imortalidade do indivíduo, porque seria uma grande transformação em sua expressão, que levará o indivíduo a assumir consciência universal. Mas, se crermos em uma reabsorção que anule todos os aspectos da individualidade, então já teremos chegado ao monismo espiritual.

Plotino e quase todos os místicos falam em termos monísticos por enfatizarem o divino; mas, sob exame mais detido, vemos que, pelo menos alguns deles, de alguma maneira incorporam a existência individual no Um. De acordo com o monismo espiritual, em sua forma mais estrita, somente Deus sobreviverá, afinal.

5. *A Primitiva Imortalidade Judaica*. A idéia judaica mais primitiva concebia as almas dos homens como meras sombras, que levariam uma vida muito desmaiada no hades. Isso se parecia muito com as primitivas idéias gregas. Mas, surgiu então a idéia da *ressurreição* (vide). Durante algum tempo acreditou-se que, embora não houvesse continuação da existência da alma, contudo, pelo poder e pela graça de Deus, haveria uma restauração pela *ressurreição*. Os chamados Adventistas do Sétimo Dia continuam mantendo essa crença primitiva. Porém, os judeus não diziam muito sobre a natureza dessa imortalidade, obtida mediante a ressurreição. Todavia, o trecho de Daniel 12:2,3 informa-nos que uma vida gloriosa aguarda aos que ressuscitarem, embora não sejam dados ali maiores detalhes. Lembremos, também, que Daniel já exprime um pensamento judaico posterior.

6. *A Imortalidade no Cristianismo*. A fé cristã busca combinar as idéias da imortalidade grega com as idéias da ressurreição dos hebreus. O décimo quinto capítulo de I Coríntios mostra-nos que Paulo teve algum trabalho para unir esses dois conceitos. Nosso artigo sobre a *Ressurreição* ilustra amplamente a doutrina final dali emergente. A grosso modo, podemos dizer que a posição neotestamentária é a redenção da pessoa inteira, ficando assim eliminado o

dualismo dos gregos, que desprezava o corpo físico. Porém, deve ser dito que, no cristianismo, o verdadeiro homem é a alma, e que o corpo ressurrecto continuará sendo apenas um veículo de expressão da alma, o que já ocorre com nosso presente corpo físico. Isso significa que continuará havendo um dualismo essencial no homem, embora o cristianismo nos dê algum discernimento quanto ao *modus operandi* do espírito nos mundos eternos. Os pais gregos da Igreja chegaram a imaginar que, à medida que o indivíduo vier a progredir na eternidade futura, perderá corpos espirituais que se tornem obsoletos e adquirirão outros, tal como perdemos este corpo físico por ocasião da morte. Novos corpos espirituais, pois, seriam adquiridos na transformação da alma, de um estágio de glória para outro, conforme se lê em II Cor. 3:18.

O aspecto mais importante que devemos observar, no tocante à imortalidade aos moldes cristãos, é que, para os remidos, isso significará a participação na forma de vida de Deus (II Ped. 1:4), em sua plenitude (Efé. 3:19), conforme essa plenitude é vista no Filho de Deus (Col. 2:9,10). Isso aponta para uma real participação na natureza divina, embora em sentido finito e secundário. Visto que haverá uma infinitude com que seremos cheios, também haverá um enchimento infinito. Os restaurados, em contraste com os remidos, terão uma forma inferior de imortalidade, porquanto nunca participarão da natureza divina, mas formarão uma espécie de ser espiritual de qualidade inferior. Ver sobre *Restauração*. Os remidos, entretanto, participarão da vida necessária e independente de Deus, sendo esse o nosso mais elevado conceito espiritual. Ver João 5:25,26 e as notas expositivas a respeito, no NTI.

7. *Deus, o Único Ser Imortal*. O trecho de I Tim. 6:16 afirma que somente Deus possui verdadeira imortalidade. Toda outra imortalidade é outorgada e secundária. Esse é um discernimento que já mencionamos no quarto ponto, acima, aceito por algumas religiões orientais. Mas, embora somente Deus seja verdadeiramente imortal, aos remidos será dado *esse tipo* de imortalidade, finalmente. A forma de vida que Deus tem dá origem a si mesma; não tem qualquer causa externa; não teve começo; não pode ter fim; é uma vida necessária, exaltada, inefável.

II. Formas Espúrias de Imortalidade

1. No pensamento dos antigos judeus e gregos, a alma humana aparecia como uma espécie de entidade sem sentidos, destituída de inteligência, propósito ou auto-identidade no hades; parecia mais um pássaro desmentalizado a pairar no espaço. Essa noção do após vida, provavelmente, estava baseada em fenômenos que caracterizavam os fantasmas, em contraste com os espíritos. Ver o artigo intitulado *Fantasma*.

2. *Imortalidade Condicional*. Temos provido um artigo com esse título. Alguns pensadores supõem que a imortalidade precisa ser adquirida seguindo-se os conceitos de algum grupo religioso específico. Somente aqueles que passarem por tal teste obteriam a imortalidade. Porém, isso não passa de um ensino espúrio, que limita a glória da *redenção* (vide) e da *restauração* (vide), conferidas por Deus.

3. *Influência Social*. Outros supõem que a única forma de imortalidade que podemos esperar obter é aquela em que nossa influência prosseguirá, após a nossa morte biológica. O indivíduo desapareceu para sempre. Morreu. Mas sua influência sobrevive. Os cientistas dizem que é irracional pensar que a vida prosseguirá para sempre neste planeta. Isso significa que essa forma social de imortalidade está condenada a ser, finalmente, esquecida. Portanto, não se trata de verdadeira imortalidade. Reflete um baixo conceito acerca do homem.

4. *Continuação Biológica*. Um homem morre, mas seu filho sobrevive. O filho morre, mas o neto do primeiro continua, e assim por diante. Assim, os genes de um homem continuam existindo, desfrutando de uma certa forma de sobrevivência. Porém, quem poderia interessar-se por essa mera forma de imortalidade?

5. *A Eternidade da Verdade e dos Valores*. Apesar de que os homens perecem, os valores que eles tiverem promovido, e as verdades que tiverem descoberto, continuarão. No entanto, pouquíssimas são as pessoas que têm descoberto verdades e valores, em suas existências na terra, pelo que essa suposta forma de imortalidade destinar-se-ia a uma pequena elite. O resto terá de viver na miséria, morrer na miséria, e desaparecer para sempre. Essa suposta imortalidade não oferece qualquer resposta para nossos mais sérios problemas.

6. *O Monismo Impessoal*. Aristóteles afirmava a imortalidade do intelecto ativo do homem, com o que ele entendia o sistema de ideais intelectuais e as implicações disso, que o homem compartilha com Deus. Porém, isso não subentende a continuação da existência individual consciente. É somente através de uma linguagem forçada que poderíamos pensar que tal idéia corresponde à imortalidade humana.

7. *Uma Vontade Pessimista, Sem Propósito*. De acordo com Schopenhauer, Deus resolveu existir, embora a existência, por si mesma, seja má. As almas individuais existem porque isso é parte da vontade de Deus, e porque elas participam desse insano desejo de continuar vivendo. Para Schopenhauer, a melhor coisa que poderia suceder era Deus (o Espírito Absoluto) deixar de querer existir, passando a não mais existir. Nesse caso, todas as coisas também desapareceriam da existência, incluindo as almas humanas, o que, para esse homem, seria uma excelente coisa!

8. *Meu Trabalho é Eterno*. Se eu chegar a trabalhar muito e realizar algo, então esse trabalho sobreviverá a mim. E, quando eu deixar de existir, meu trabalho continuará sendo *meu*. Isso posto, algo em mim tornar-se-á imortal. Porém, esse «meu» não corresponde a «mim», o que mostra que estamos tratando apenas de uma questão retórica sobre a imortalidade, destituída de qualquer valor. Ademais, poucos seres humanos têm feito algo que prossiga por muito tempo. Isso deixa as massas da humanidade sem qualquer forma de imortalidade, o que não é um conceito muito inspirador.

9. *A Continuação da Substância Física*. Visto que a matéria pode ser destruída, embora possa ser transformada em várias formas, a matéria de que meu corpo físico é formado prosseguirá para sempre. Apesar disso envolver uma certa verdade, a continuação de matéria morta dificilmente nos interessaria, se não houver a continuação da consciência. Uma pedra, para mim, seria tão boa quanto isso, mas não constitui uma idéia inspiradora, e nem satisfaz as evidências com que atualmente contamos, conforme é descrito no artigo sobre a *Alma*, além de outras considerações sob o artigo acerca da *Imortalidade*. Ver também *Experiências Perto da Morte*, quanto a coisas significativas que os homens estão aprendendo acerca da morte clínica, coisas essas que nos encorajam a crer que há uma porção imaterial no homem, que é o homem essencial, e que sobrevive ante a morte biológica.

IMORTALISTA

Esse termo alude à pessoa que crê que o homem não é apenas o seu corpo físico, porquanto a alma eterna, que é o homem essencial, sobrevive à morte biológica e nunca morre. Ver o artigo sobre a *Imortalidade* e também sobre *Alma*.

IMPECABILIDADE DE JESUS

Mas vós negastes o Santo e Justo..., Atos 3:14.

Esboço

I. Os Títulos de Jesus
II. O Paradoxo: Jesus Poderia Cometer Pecado?
III. Outra Consideração
IV. A Beleza Moral de Cristo
V. A Impecabilidade de Jesus e seu Ofício Como Sumo Sacerdote
VI. Outros Textos de Prova

I. Os Títulos de Jesus

Os títulos atribuídos a Jesus Cristo, **Santo e Justo**, em Atos 3:14, parecem ser uma reverberação de Isa. 53:11. O título «Justo» é novamente usado com referência ao Senhor Jesus, em Atos 7:52 e 22:14. É adjetivo usado como título messiânico nos livros apócrifos de Enoque 38:2 e Sabedoria de Salomão (segundo capítulo), que fala sobre as perseguições que os ímpios movem contra o justo. Esse título, juntamente com aquele outro, «Servo» que aparece em Atos 3:13, era título dado primitivamente a Jesus, como o Messias, conforme se verifica em trechos como Mat. 27:19; Luc. 23:47; Tiag. 5:6 e I Ped. 3:18.

O Senhor Jesus era possuidor de uma santidade sem-par, conforme o N.T. atesta por todas as suas páginas. Até os demônios sentiam tal qualidade. (Ver Mar. 1:34 e Luc. 4:34). Isso também era pressentido e observado por seus discípulos, pois eles, mais do que quaisquer outras criaturas, foram capazes de testar a natureza autêntica da santidade do Senhor Jesus. (Ver João 6:69). Na passagem de Atos 7:52,56, encontramos o título *Justo* usado por Estêvão (ver Atos 22:14). (Ver os trechos de I Ped. 3:18; I João 2:1 e Apo. 3:7, quanto ao uso dessa expressão, por parte dos apóstolos e dos primitivos cristãos. Quanto a notas expositivas sobre a impecabilidade de Jesus Cristo, são as seguintes: Isa. 53:9; II Cor. 5:21; Heb. 4:15; 7:26; I Ped. 1:19 e 2:22 no NTI).

Cristo Jesus, como alguém que é verdadeiramente impecável, forma a única exceção à regra universal que atinge a humanidade. Isso faz dele um notável milagre moral, no meio de um mundo caído e arruinado pelo pecado. Peter Schaff, comentando acerca desse assunto, com relação ao trecho de João 8:46, diz o seguinte: «A impecabilidade do Senhor Jesus não deve ser confundida com a impecabilidade de Deus; pois o que fica aqui subentendido é a impecabilidade do *homem* Jesus, durante a sua vida terrena, em que havia a possibilidade de pecar, por estar ele sujeito à tentação e à possibilidade de cair ante a mesma, ao passo que a impecabilidade de Deus é um atributo eterno acima do alcance de qualquer conflito... A santidade impecável cresceu juntamente com Jesus e, vencendo com êxito a tentação, em todas as suas formas, isso se tornou absoluta impecabilidade e impossibilidade de pecar. Por isso é que se lê: '...embora sendo Filho, aprendeu a obediência...' (Heb. 5:8)».

II. O Paradoxo: Jesus Poderia Cometer Pecado?

1. As Escrituras declaram que Jesus não cometeu pecado. Mas, poderia ele ter pecado?

2. Se olharmos para o problema segundo o prisma humano (considerando sua natureza humana), diríamos que «sim».

3. Se olharmos para a questão do ponto de vista divino, teríamos de dizer que «não». Alguns vêem a questão de um lado, e outros de outro lado; daí a radicalidade das respostas.

4. Essa doutrina apresenta uma paradoxo, um ensino que parece entrar em contradição consigo mesmo, tal como a divindade e a humanidade de Jesus Cristo representam para nós um paradoxo. Por igual modo, o livre-arbítrio parece contradizer a predestinação; no entanto, de algum modo, ambas as idéias exprimem a verdade.

III. Outra Consideração

Acredito que existe outra consideração que pode anular o paradoxo descrito sob seção II. Jesus, na sua humanidade, desenvolveu um estado tão alto de poder espiritual que foi além do alcance das tentações. Ele desenvolveu uma humanidade tão grandemente espiritual que não mais tinha problemas deste tipo.

IV. A Beleza Moral de Cristo

1. O mundo preferiu Barrabás, e continua dando preferência à feiúra do pecado, da revolta e do egoísmo. Para essas coisas é que o mundo vive.

2. O maior milagre do primeiro século não foi qualquer dos atos prodigiosos de Jesus em particular, e nem todos eles considerados conjuntamente. Antes, foi o próprio Jesus, em suas qualidades morais e espirituais. Há em seu seio uma glória que transfigura ao leitor e a mim.

3. A beleza moral de Cristo tornou-se para nós um modelo, por ser ele o Pioneiro do caminho do desenvolvimento espiritual, Heb. 2:10. Mas o mundo continua preferindo, perversamente, Barrabás. Esse ladrão e assassino se apresenta como o campeão de muitas causas justas, mas está repleto de putrefações. O que preferimos em lugar de Cristo? Esse será o nosso Barrabás.

V. A Impecabilidade de Jesus e seu Ofício Como Sumo Sacerdote

Heb. 4:14-15: Tendo, portanto, um grande sumo sacerdote, Jesus, Filho de Deus, que penetrou os céus, retenhamos firmemente a nossa confissão. Porque não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; porém um que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem pecado.

O que é dito aqui é sem-par no N.T., dando-nos uma visão mais clara sobre a natureza humana de Cristo, pelo menos em alguns particulares. Até mesmo a tentação de Cristo, nos evangelhos sinópticos (ver Mat. 4:1-11 e seus paralelos) tem o propósito polêmico de mostrar que nada podia tirar Jesus de seu *propósito messiânico*, o que significa que ele era mais poderoso que o próprio Satanás. Aqui, porém, sua vitória sobre a tentação visa mostrar o que a natureza humana pode fazer e como ela deve ser, quando devidamente impelida pelo Espírito Santo. Suas tentações têm por fito mostrar-nos que ele se identificou totalmente conosco, sem qualquer limitação. Ele era humano tal e qual somos humanos; não possuía nenhuma natureza humana diferente, como a do homem «antes da queda», (ver Rom. 8:3). Ele foi enviado «na semelhança de carne pecaminosa», isto é, compartilhou da mesma natureza dos homens, a qual fora debilitada e degradada pelo pecado, embora ele mesmo não tivesse qualquer pecado pessoal. Contudo, ele compartilhou do «desastre da natureza humana», que resulta do pecado.

Jesus mostrou que a natureza humana não precisa do pecado como um de seus elementos. A verdadeira

natureza humana é impecável. A natureza humana pervertida é que peca. Daí resulta a necessidade de redenção.

A impecabilidade de Cristo qualificou-o preeminentemente para o sumo sacerdócio, pois ele, diferentemente de outros, não precisa oferecer sacrifício por si mesmo. Todo seu labor pode ser assim devotado a seus irmãos. Assim, mediante o sacrifício de si mesmo, ele eliminou o pecado para sempre (ver Heb. 9:26), livrando os filhos de Deus de sua manopla e dando-lhes um lugar de acesso a Deus Pai. E da «segunda vez» em que ele aparecer (na *parousia*), não haverá mais necessidade de cuidar da questão do pecado. Portanto, ele aparecerá «à parte do pecado», e isso «para a salvação», com o propósito de levar à fruição a salvação de seus irmãos (ver Heb. 9:28). A impecabilidade de Cristo, pois, deve significar mais do que a rejeição de atos pecaminosos; ele nunca favoreceu à atitude do pecado; não pecou em seus desejos e em seus motivos, muito menos em suas ações. Ele mesmo deixou claro que o pecado reside nos desejos e motivos dos homens, e não apenas em atos pecaminosos (ver Mat. 5:27 e *ss*).

Gloriando-nos nas debilidades. Newell (*in loc.*) relata-nos acerca de um amigo seu que sofria de muitas debilidades físicas que ameaçavam o bem-estar de sua própria alma. Seu senso de fraqueza era tão profundo que o avassalava, de tal modo que sentiu que perdera até mesmo o contacto com Deus. Mas foi encorajado, por meio do trecho de II Cor. 12:9,10, a «gloriar-se» nessas debilidades, para extrair delas alguma forma de glória a Deus, transformando-as em pontos fortes. Isso lhe emprestou uma nova orientação.

VI. Outros Textos de Prova

Outros trechos bíblicos que declaram sua impecabilidade, são: Isa. 52:9; II Cor. 5:21; Heb. 4:15; 7:26; I Ped. 1:19 e 2:22.

IMPECABILIDADE DO HOMEM

Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso, e a sua palavra não está em nós. (I João 1:10)

Não temos cometido pecado. No oitavo versículo deste capítulo, encontramos os gnósticos como dizendo: «Não temos qualquer pecado». No presente versículo, vemo-los como dizendo: «Não temos cometido qualquer pecado». (Ver as notas expositivas em I João 1:8 no NTI, acerca de *como* os gnósticos criam que isso pode ser. Ver ali também a discussão a respeito da «perfeição impecável», que alguns cristãos de nossos dias continuam defendendo erroneamente). Evidentemente criam que viviam livres do «estado» de pecado (o que é subentendido, se não diretamente ensinado no oitavo versículo) e também de suas «manifestações» (ver o presente versículo). No oitavo versículo, tal atitude é chamada de *auto-ilusão*. No presente versículo é chamada de blasfêmia, em que Deus é feito mentiroso, quem ensina, nas Escrituras e na consciência que todos os homens são pecadores.

A negação de que alguém não tem pecado serve para negar a verdade através de um argumento sofista; mas é mais ainda do que isso. Biblicamente falando — e até mesmo racionalmente, conforme ousamos dizer — isso envolve chamar a Deus de mentiroso, o qual testifica da pecaminosidade do homem. «Portanto, caso a luz que em ti há sejam trevas, que grandes trevas serão!» (Mat. 6:23b). Tanto a razão como a revelação ensinam-nos que todos os homens são pecadores (ver Sal. 14; capítulos primeiro a terceiro da epístola aos Romanos e, especialmente, Rom. 3:23). Mas os gnósticos, através de «raciocínios teológicos», que eles reputavam luz de inteligências iluminadas, vieram à conclusão perversa de que não tinham pecado pessoal. Portanto, sua «luz» era, para eles, trevas obscurecedoras, que os tinha enganado, levando-os a blasfemarem de Deus e da razão. Tinham muitas visões falsas, e esse misticismo falso os cegava para sua própria corrupção moral. Por muitas razões, os homens de todas as gerações não têm podido ver facilmente a própria necessidade de purificação, a sua necessidade de um Salvador.

«A vaidade é a mola de todas as atitudes do homem». (Matias Aires).

Tanto esforço, perdido em ser perfeito!
Em ser supremo, tanto esforço vão:
Sonho efêmero; acordo e, junto ao leito,
A mesma inércia, a mesma escuridão.

Vejo, através das sombras, um defeito
Em cada cousa, e as cousas todas são,
Para os meus olhos rútilos de eleito,
Prodígios de impureza e imperfeição.
(Hermes Fontes, Sergipe)

Fazemo-lo mentiroso. Naturalmente, isso importava em blasfêmia. Os que assim fazem negam o que Deus tem revelado aos homens através dos profetas, das Sagradas Escrituras, o que também se faz evidente em nossa razão e intuição, a menos que estejamos pervertidos por uma falsa «luz».

Sua palavra não está em nós. (Comparar com o oitavo versículo, onde se vê que a sua «verdade» não está em nós). «Palavra», neste caso, é termo paralelo à «verdade», no oitavo versículo. Está em foco a «verdade moral», contida na palavra do evangelho, o imperativo moral cristão que os apóstolos pregavam. Não está aqui em foco nem o Antigo e nem o Novo Testamento, embora essa «verdade» ou «palavra» esteja concretizada nas Escrituras. Assim também Cristo, do mesmo modo que é a «verdade» personificada, é a «palavra» personificada. (Ver João 1:1 e as notas expositivas ali existentes no NTI, sobre essa complicada doutrina). Cristo traz aos homens a mensagem e a revelação divinas; ele é a «imagem» do Deus invisível. Porém, na qualidade de «imagem», ele é o «primogênito» dentre muitos irmãos, podendo eles tornarem-se possuidores da imagem de Deus, semelhantes ao Filho. No processo de transformação segundo a imagem do Filho, a «verdade» e a «palavra» vivem e produzem em nós o seu resultado. Primeiramente, produzem a santidade; em seguida produzem o próprio tipo de vida de Cristo em nós.

Há outra consideração da doutrina gnóstica que devemos notar aqui. Os gnósticos achavam que o espírito humano é puro e que o princípio do mal reside na matéria (no caso do homem, no corpo). Para eles o espírito é como o ouro. O ouro pode ser metido na lama, mas nem por isso, torna-se lama. Assim, o espírito do homem, cativo no princípio da matéria fica sem defeito, enquanto o princípio da matéria continua aborrecendo com suas exigências ruins.

As doutrinas humanas inventam raciocínios (como os gnósticos fizeram) para criar a alusão da impecabilidade humana.

Fraquezas do raciocínio da impecabilidade do homem.

1. Contradiz as Escrituras de I João.

2. Reduz a definição de pecado para permitir que alguns alcancem um estado de perfeição ilusória.

3. Promete uma impecabilidade *temporária*, porque ensina que a pessoa que alcança este estado, pode cair de novo, anulando o que foi ganho. Se isso representa a verdade do caso, então a realização deste

estado não é nada muito significante. Tanto esforço é perdido rapidamente quando uma tentação forte abala a pessoa.

4. Fala em *perfeição* quando uma pessoa, supostamente, obtém a impecabilidade mas a perfeição inclui as virtudes e qualidades espirituais positivas de Deus, não meramente a ausência de pecado.

IMPEDIMENTOS AO CASAMENTO

A lei canônica declara que o matrimônio é uma relação contratual permanente, cujo propósito é a propagação da raça humana, o cultivo do amor cristão e um meio de desenvolvimento espiritual. Os impedimentos ao cumprimento desses ideais podem envolver aspectos físicos, mentais, orais ou espirituais do casamento. A grosso modo, há dois tipos de impedimento: os impedimentos (*impedimentia*) e os prejuízos (*dirimentia*). Os primeiros não permitem que o casamento tenha lugar; e os últimos anulam uma relação *de facto*, que já havia sido concluída.

Em primeiro lugar, há a questão do *consentimento*, necessária para que o casamento exista. Certas condições, porém, tornam isso impossível ou duvidoso. Entre essas condições há uma idade jovem demais para que as pessoas envolvidas tomem decisões legais; a imaturidade é outra das razões; a insanidade, a intoxicação ou condições físicas que não permitam a expressão física normal no casamento são outras condições desfavoráveis.

Em segundo lugar, há razões religiosas, como no caso do clero católico romano. O voto de celibato na ordenação para os quatro graus superiores do sacerdócio católico romano não permite que um padre contraia casamento; e, se ele já é casado, então esse voto requer que rompa o seu vínculo matrimonial.

Em terceiro lugar, para os católicos romanos está vedado o casamento com um indivíduo não-batizado, ou então batizado de acordo com ritos desaprovados por aquela Igreja.

Em quarto lugar, o adultério é um impedimento, visto que viola o caráter basicamente monógamo da união marital, de tal modo que um casamento pode ser dissolvido por essa razão.

Em quinto lugar, razões físicas, como a impotência masculina, podem anular um casamento; mas a esterilidade não pode ser considerada como uma evidência *prima facie* de impotência.

Em sexto lugar, certas relações de consangüinidade, até o quarto grau de parentesco, — bem como parentescos por afinidade (em razão de casamento), servem de impedimentos. Temos oferecido um artigo separado sobre esse assunto intitulado *Consangüinidade — Impedimento Marital*.

Em sétimo lugar, relações espirituais criadas por co-participante nos ritos do batismo e da confirmação criam impedimentos maritais. Essa participação cria laços metafísicos entre as pessoas, o que é uma espécie de parentesco. Assim, os padrinhos de um batismo não podem casar-se um com o outro, a despeito do fato de não haver entre eles qualquer relação de sangue. De acordo com a doutrina católica romana, eles tornaram-se uma espécie de pais espirituais da pessoa batizada, como se tivessem experimentando um novo nascimento por terem participado da cerimônia.

Em oitavo lugar, é proibido o casamento com pessoas que se afastaram da Igreja Católica Romana ou que pertencem a sociedades proscritas. Todavia, na prática, essa estipulação da lei canônica, com freqüência, é ignorada.

Em nono lugar, ninguém pode casar-se com quem já é casado ou cujo divórcio não seja reconhecido pela Igreja, de forma a anular espiritualmente o casamento anterior.

Em décimo lugar, se uma pessoa esteve em relação de noivado com um parente daquele indivíduo com quem agora pretende casar-se, tal matrimônio pode ser impedido pelo princípio da *honestidade pública*.

Ver *Separação do Crente*, III e IV.

IMPERADOR

De acordo com o uso moderno do termo, um *imperador* é um governante que reina sobre mais de um reino. Se apenas um reino estiver envolvido, então esse governante será um *rei* e não um imperador. De acordo com as leis romanas, várias idéias estavam envolvidas no ofício de imperador. Ali, embora os imperadores fossem autênticos *ditadores*, eles também tinham a responsabilidade de exercer o *imperium* (a autoridade delegada em favor do Estado). Em contraste com isso, um rei governava por sua própria autoridade, por direito hereditário ou por direito político adquirido (ou mal adquirido). Formalmente, os exércitos romanos declaravam que algum homem era o *imperador*. Nos tempos medievais e modernos, os imperadores europeus buscavam seguir o precedente romano, como se houvesse alguma herança cultural e espiritual no ofício. Embora a idéia básica da palavra fosse «ordenar» (no latim, *imperare*), a autoridade deles conhecia certas restrições.

No tocante a como os imperadores romanos relacionaram-se ao Novo Testamento, ver o artigo intitulado *Césares*. O relacionamento usual entre os governantes reais e os seus súditos, conforme o mesmo é refletido nas Escrituras Sagradas, era o relacionamento de rei, como nos casos de Ciro e Nabucodonosor (Esd. 1:1 e Dan. 3:9). No entanto, no Novo Testamento, um dos imperadores romanos também é intitulado «rei» (João 19:15). Os usos metafóricos e espirituais, na Bíblia, estão associados ao vocábulo «rei» e não ao termo «imperador». Cristo jamais é chamado «imperador» nas Escrituras, mas somente «rei». Em Apocalipse 19:16, «Rei dos Reis e Senhor dos Senhores». Jesus não é um imperador porque a sua autoridade não lhe foi delegada por nenhum homem ou povo, mas é Rei por direitos legítimos adquiridos, como Criador, Salvador, Sustentador e herdeiro presuntivo do trono vago de Davi.

IMPERATIVO

Na gramática, esse termo denota o modo verbal em que uma ordem é passada. Vem do latim, *imperare*, «mandar». O assunto é de interesse para a filosofia, por causa de suas associações morais e de toda a questão do dever. Ver os artigos intitulados *Dever* e *Dever do Cristão*, que abordam com mais profundidade o assunto.

A lógica tradicional aborda os argumentos cujas premissas e conclusões podem ser verdadeiras ou falsas, ao passo que os imperativos não podem ser nem uma e nem outra coisa. Por causa disso, alguns filósofos têm hesitado em extrair valores morais de imperativos. Um imperativo contém em si mesmo um juízo moral, e somente a investigação pode determinar a validade desse juízo; pelo que não nos deveríamos preocupar muito com a lógica envolvida que nega aos imperativos a sua qualidade de juízo moral. Alguns lógicos tentam mostrar, mediante manipulações verbais, que um imperativo pode conter um juízo moral genuíno. Seja como for, para os crentes, os imperativos da revelação bíblica têm valor

moral, porquanto repousam sobre a vontade e o conhecimento de Deus, e não sobre as interpretações e manipulações lingüísticas dos homens. Isso posto, os imperativos são juízos morais genuínos. Ver sobre *Misticismo* e *Revelação*. Ver também sobre o *Imperativo Categórico*, de Emanuel Kant.

IMPERATIVO CATEGÓRICO

Dentro da filosofia moral de Emanuel Kant (que vide), o *imperativo categórico* é a obrigação moral por excelência, que se aplica *a priori* a todas as pessoas e a todas as situações. Compõe-se de três elementos: 1. Agir de acordo com aquela máxima que se poderia desejar para que se tornasse uma *lei universal*, a qual todos os homens teriam de obedecer, sempre. 2. Sempre considerar a si mesmo e às pessoas como finalidades, e não como meios. 3. Agir sempre como se a própria pessoa fosse um reino de finalidades meramente possíveis. Kant supunha que essas três máximas eram essencialmente a mesma coisa, em seu sentido e em suas implicações. A verdadeira moralidade deveria ser considerada uma questão de requisitos objetivos, e não uma questão de caprichos pessoais subjetivos. Tal moralidade não pode ser relativa no tocante a uma pessoa ou situação, porquanto repousa sobre os requisitos *a priori* da mente. A ética de Kant é chamada de *formal* ou *absoluta*, em contraste com o que é indutivo ou relativo.

IMPERATIVO PRÁTICO

Esse é um nome alternativo para o *Imperativo Categórico* de Kant (vide). Referindo-se a essa regra como o *imperativo prático*, disse ele: «Trata cada homem como uma finalidade em si mesmo, e nunca apenas como um meio para um fim». Em outras palavras, nunca deveríamos usar outra pessoa apenas como instrumento para chegarmos àquilo que desejamos, ignorando sua dignidade e individualidade. Ver uma completa explanação sobre a ética kantiana, no artigo acerca dele, quarta parte, bem como no artigo sobre a *Ética*, seção oitava.

IMPÉRIO BIZANTINO

Essa era a porção oriental do Império Romano, após a sua divisão inicial por Constantino, quando ele transferiu a capital para Bizâncio, a cuja cidade deu o nome novo de Constantinopla, e após sua divisão final, em duas partes, pelo imperador Teodósio, em 395 D.C. Essa unidade inicial e a divisão posterior, são admiravelmente retratadas na imensa imagem do sonho de Nabucodonosor, onde o império romano é retratado como as duas pernas e os pés da estátua (ver Dan. 2:33). A fase final e profetizada do império romano é retratada naquele sonho de Nabucodonosor pelos dez artelhos da estátua (ver Dan. 2:40-44; Apo. 17:11-18). Essa fase final do império romano será o reinado do anticristo.

Voltando, porém, ao império bizantino, as porções oriental e ocidental do império romano, formavam, teoricamente, um único império. Porém, por certa variedade de razões, a separação em duas porções tornou-se inevitável. Politicamente, isso foi dado a entender por Carlos Magno (800 D.C.), ao procurar reavivar o império romano do Ocidente (ou império latino), depois que o mesmo sucumbira politicamente diante dos invasores bárbaros, em 476 D.C., quando o imperador dos francos assumiu também o título de imperador do Santo Império Romano. A medida política de Carlos Magno também tinha seu aspecto religioso, porquanto foi com a chancela e apoio do papa que Carlos Magno organizou esse império. No entanto, o entendimento religioso com o império bizantino prosseguiu até 1054 D.C., quando houve, finalmente, o rompimento, chamado de o Grande Cisma (que vide).

O império bizantino continuou sendo o grande fator dominante, cultural e econômico, da Europa, pelo espaço de mil anos, desde Teodósio em diante. Mas a conquista árabe (século VII D.C.), e finalmente, as conquistas turcas (séculos XI a XV D.C.) produziram a derrocada desse império. Seu último baluarte, a capital, Constantinopla, foi tomado por Maomé II, em 1453. E sua contraparte ocidental, o Santo Império Romano, iniciado por Carlos Magno no ano 800 D.C., chegou ao fim por um golpe de Napoleão, em 1806. Portanto, este também arrastou-se por mil anos.

IMPÉRIO ROMANO

I. O Termo
  1. Sentido Geográfico
  2. Sentido Político
II. A Transição
III. Augusto
IV. Tibério
V. Calígula
VI. Cláudio
VII. Nero
VIII. O Ano dos Quatro Imperadores
IX. Vespasiano
X. Tito
XI. Domiciano
XII. Cinco Bons Imperadores

I. O Termo

A palavra «império» requer definição, porquanto é usada em dois sentidos distintos, o geográfico e o político, e ambos os sentidos são aplicáveis ao império romano.

1. *O Sentido Geográfico*. Um império é um agregado de territórios, sob um único governo absoluto. Até dias comparativamente recentes, a Grã Bretanha constituía um império mundial. No mesmo contexto, Roma governava um anel de territórios em redor do mar Mediterrâneo, uma área que se expandia cada vez mais, adquirida por uma longa evolução histórica, iniciada com as tribos latinas do rio Tibre, que irromperam o cerco interno de colinas possuídas por outras tribos. Essa expansão continuou até que as fronteiras de Roma chegaram às muralhas de Adriano, na distante Northumberlândia, às longas fronteiras formadas pelas margens dos rios Reno e Danúbio, às costas do mar Negro da Ásia Menor, ao deserto de Saara, e às indeterminadas fronteiras oriental e norte, que oscilavam com a política romana em relação aos partas, sem contarmos o deserto da Arábia e sem contarmos com a indefinida fronteira sul, nas costas do mar Vermelho e no vale do rio Nilo.

Essa gigantesca área havia ficado sob o império ou comando romano, mediante um longo processo através do qual primeiramente a república, e então, o principado, foram empurrando suas fronteiras para mais longe, em um processo que não terminou enquanto esse imenso poder não atingiu os seus limites. Esses limites acompanhavam a mais longa fronteira fluvial da Europa, e não eram bem demarcados em redor do arco inteiro das províncias orientais. O império romano foi duramente conquistado, e era uma massa de território de defesa difícil.

Imperadores Romanos dos Tempos Bíblicos



Augusto (31 A.C.-14 D.C.) Imperador dos tempos do nascimento e primeiros anos de Jesus



Tibério (14-37 D.C.), Imperador durante o ministério de Jesus



Vespasiano (69-79 D.C.) desenho de uma moeda



Nero, (54-58) D.C.



Jerusalém desolada por Tito

Estava destinado a ser dividido pelo meio e sucumbir, primeiramente no Ocidente, e então, no Oriente, devido às pressões de povos que se achavam nas massas de terra mais remotas da Europa e da Ásia. Dessas incursões tribais, Roma desde muitos séculos procurara se proteger, para preservar a cultura e a civilização em torno do Mediterrâneo. Onde chegava o império romano, chegava também a *pax romana*. Foi dentro dessas fronteiras que a Igreja lançou raízes e cresceu e quando a vasta massa se desintegrou, o cristianismo mostrou ser o elo de ligação que vinculava um mundo que se esboroava ao seu sucessor, isto é, a nova Europa, que surgiu quando o torpor e a confusão da Idade das Trevas passaram.

2. *O Sentido Político*. O termo «império» é usado mais comumente para distinguir a república do reinado, para distinguir o governo do senado do governo dos autocratas constitucionais que, devido ao exercício de comandantes militares supremos, eram chamados «imperadores». Portanto, nesse sentido da palavra, o império romano é aquele período da história romana que começa com a vitória final de Otávio, na última Guerra Civil da República, até o colapso da autoridade romana, primeiramente no Ocidente e, dez séculos mais tarde, no Oriente. Verdade é que esse melancólico fim político não pôs fim à cultura, à civilização. Tanto isso é verdade que, pouco mais de trezentos anos após a queda do império romano do Ocidente, Carlos Magno, imperador dos francos, reavivou o mesmo, sob o nome de Santo Império Romano, no ano 800 D.C., cuja forma perdurou até 1806, quando Napoleão deu-lhe fim. Além disso, sobretudo os países que se formaram após o estilhaçamento do império romano do Ocidente, tornaram-se os herdeiros do mesmo: Itália, França, Bélgica, Espanha, Portugal e, (por que não, Grã-Bretanha?), dão hoje continuidade histórica à magnífica civilização romana Ocidental. E foram precisamente esses países, restos do antigo império romano do Ocidente, que encetaram as grandes descobertas, ampliando as fronteiras culturais romanas, e surgiram as Américas do Norte, Central e do Sul, além de muitos outros pontos de civilização na África, na Ásia e na Oceania. O fim do império romano foi político, mas não cultural. Nosso Brasil faz parte dessa imensa evolução histórica.

II. A Transição

Não devemos supor que o povo romano percebeu que, quando da batalha de Ácio, em 31 A.C., houve um momento decisivo na história romana. O acúmulo de poder nas mãos de um só homem, poder constitucionalmente conferido, não era nenhuma novidade naquele último meio século de política tensa e agitada que antecedeu o aparecimento de César Augusto, que impôs a paz e a ordem. Já por várias vezes, a oligarquia dominante havia apelado para a autocracia, em seu esforço para conservar o controle da cidade, da Itália e das províncias ameaçadas. Assim, já por duas vezes o grande Pompeu tomara medidas drásticas para controlar o proletariado urbano, uma sinistra força na confusa situação política de Roma. Se Pompeu não tivesse sido um leal servo do senado, poderia ter-se aproveitado da situação para assumir poderes absolutos e ditatoriais, pois, inclusive, contava com o apoio das forças armadas, e ele teria sido o primeiro «imperador».

Júlio César não era homem tão honrado quanto Pompeu. Doze anos após 62 A.C., quando Pompeu resignou devidamente de seu elevado cargo, Júlio César já se havia tornado o problema que os senadores tinham previsto. Júlio César havia reduzido os gauleses à submissão e demonstrara o poder romano do outro lado do futuro canal inglês, e agora desafiava a oligarquia em bancarrota, a qual só via defesa em Pompeu, o único soldado capaz de enfrentar o gênio militar de César; isso provocou a Guerra Civil. Esse período, bem documentado historicamente para nós, pode ser seguido de perto, semana após semana, quando a república romana estertorava nas ânsias da morte. Nessa Guerra Civil, César emergiu vitorioso. A batalha decisiva se deu em Farsalo, na planície de Tessalônica, a 9 de agosto de 48 A.C. Com a emergência do primeiro imperador romano, estava pavimentado o caminho para o ministério de Cristo e para a carreira inicial do cristianismo; pois a predição bíblica dizia: «Mas, nos dias destes reis, o Deus do céu suscitará um reino que não será jamais destruído...» (Dan. 2:44).

César Augusto não recebeu o título de «imperador», embora, virtualmente, o tenha sido. O que ele fez foi pacificar o império, restaurando a lei e a ordem. César fez isso com pulso firme. Tornou-se mesmo insubstituível; quando os conspiradores o assassinaram, —em março de 44 A.C., não havia alternativa para a sua ditadura firme e eficiente. A república estava morta, e não havia como ressuscitá-la. Mas, ninguém se havia lembrado do filho adotivo e herdeiro de César, que recebera o nome de Octavianus Caesar, então, um jovem de apenas dezenove anos, e que estava estudando na Grécia. Com incrível audácia, o jovem Otávio reivindicou a sua herança. Ainda precisou enfrentar bolsões de resistência, mas acabou por prevalecer sobre as forças reacionárias remanescentes. Essa vitória ocorreu, finalmente, na batalha de Ácio, a que já nos referimos, em 31 A.C. Após uma falsa «restauração da república», em 27 A.C., Otávio recebeu o título de *Augusto*, e deu a si mesmo o título de *princeps*, «primeiro cidadão», que parecia reivindicar pouca coisa. Mas, visto que controlava todas as forças armadas, ele era o virtual «imperador». Havia absorvido a autoridade e os privilégios dos magistrados plebeus, os «tribunos», e também a autoridade dos «censores». O senado continuava funcionando, mas quem realmente brandia o poder era Augusto, que controlava as forças armadas. E a autoridade foi passando mais e mais para as suas mãos, como que atraída por seu forte magnetismo pessoal.

III. Augusto

Foi assim que entrou para a história o primeiro imperador romano, que ordenou o recenseamento do «*toda* a população do império» (Luc. 2:1). Embaladas pela paz reinante, após tantos e tão exaustivos anos de conflitos sangrentos, as populações nem percebiam que Roma dera uma profunda guinada política. Somente alguns poucos percebiam que o antigo regime estava morto. Augusto promoveu um reavivamento religioso pagão, no império; e isso deve ter sido a semente da «adoração ao imperador» que medrou forte poucas gerações mais tarde, e por causa da qual tantos cristãos vieram a perder a vida, por não quererem desistir de sua estrita lealdade ao verdadeiro Senhor, Jesus Cristo. O título que chegou a ser dado aos imperadores, *Kúrios*, «Senhor», é o mesmo que os cristãos davam a Cristo. Mas, voltando a Augusto, também houve notável reavivamento das letras e, em Mecenas, a literatura latina chegou à sua idade áurea. E todos os habitantes do império se dispuseram a trocar a liberdade pela paz que Augusto sabia impor com incrível habilidade.

Augusto também se esforçou muito por consolidar as fronteiras geográficas de seu império. Seu trabalho, nesse campo, não é bem documentado historicamente, mas sabe-se que houve nada menos

de vinte anos de planejamento e de choques armados fronteiriços, cujo alvo não eram novas conquistas, mas a consolidação das fronteiras. Com os buliçosos partas, Augusto preferiu tratar diplomaticamente. A Galácia tornou-se uma província em 25 A.C., a Judéia em 6 D.C., a Espanha foi pacificada e a Gália foi reconhecida. As tribos das áreas ao norte dos Alpes, tanto quanto aquelas da Ásia Menor, foram **dificultosamente trazidas à sujeição.** Ao longo do Danúbio e das fronteiras dos Bálcãs foram criados estados tampões, como Raetia, Noricum, Panônia e Mésia. Só houve um senão quando da desastrosa derrota de Varo, em 9 D.C., quando os romanos perderam três legiões para os germânicos. A fronteira mais segura, do rio Elba, que havia sido escolhida, foi abandonada, em favor da mais próxima e que era também a fronteira do Reno. A despeito disso, não admira que nas recém-formadas e prósperas províncias, o culto ao imperador seguisse a largos passos. (Ver *Adoração ao Imperador*).

IV. Tibério

As datas de seu reinado foram 14—37 D.C. Roma sempre teve de enfrentar dois problemas insolúveis: primeiro, as ambições e o espírito de independência dos comandantes militares e, em que pese as habilidades deles e a necessidade que deles se tinha como protetores das longas e sempre ameaçadas fronteiras do império; e segundo, a sucessão imperial. Augusto não teve dificuldades com o primeiro desses problemas, talvez devido ao forte anelo de paz dos povos que formavam o império. Mas, quanto ao segundo, ninguém teve mais consciência do que o próprio Augusto. As pessoas por ele escolhidas terminaram morrendo prematuramente, como Marcelo, seu sobrinho, Gaio e Lúcio, seus netos, e Druso, seu filho de criação favorito. Tibério, o outro filho de criação, terminou sendo o único sucessor possível, mas somente quando já estava amargurado por haver sido preterido pelo imperador, que parecia não confiar nele. Quando Augusto faleceu, em 14 D.C., Tibério tinha cinqüenta e seis anos de idade. Tibério pertencia à orgulhosa família claudiana por parte de sua mãe, Lívia. E as suspeitas de Augusto se confirmaram, pois Tibério demonstrou clamorosos defeitos, que produziram tanta impopularidade durante os vinte e três anos de seu governo. Tibério via inimigos por toda a parte, e uma opressiva atmosfera de suspeitas cercou o seu governo. Surgiram os *delatores*, que fizeram muitas vítimas inocentes. Tácito, o notável historiador romano do período, foi muito mordaz em seus comentários sobre o governo de Tibério. Lemos que foi no décimo quinto ano do «reinado de Tibério César» (Luc. 3:1), que João Batista deu início a seu ministério, por toda a circunvizinhança do rio Jordão. Visto que logo em seguida teve começo o ministério de Jesus, e que este se prolongou, no máximo, por três anos e meio, isso significa que o Filho de Deus e o seu precursor atuaram ainda durante o reinado do desconfiadíssimo Tibério! Politicamente, a única inovação feita por Tibério foi a organização da Capadócia em província do império. Mas, em seus dias, tornou-se mais clara o que podia fazer a tirania pessoal de um homem. Essa tirania iria crescendo, cada vez em que um novo imperador se sentasse no trono!

V. Calígula

As datas de seu reinado foram 37—41 D.C. O jovem e lunático sucessor de Tibério, misericordiosamente assassinado antes que pudesse provocar uma revolta dos judeus, confirmou a lição que a história vinha ensinando. A sucessão hereditária, mais cedo ou mais tarde, produz monarcas incompetentes, insensatos ou pervertidos. Todas essas péssimas qualidades se concentravam na pessoa de Calígula, apelidado de Gaio. Esse apodo, que significa «botinhas», fora-lhe dado pelos soldados das tropas do Reno quando ele, em criança, acompanhava seu pai aos acampamentos militares, devidamente calçado com os borzeguins do exército.

VI. Cláudio

As datas de seu reinado foram 41-54 D.C. Quando Gaio ou Calígula caiu sob a espada de um oficial da Guarda Pretoriana, esse mesmo corpo de elite arrancou da obscuridade a um tio de Gaio, de nome Cláudio, então com cinqüenta anos de idade, que sempre havia sido rejeitado e humilhado. Cláudio sofria de alguma forma de deficiência de irrigação sangüínea no cérebro, o que, ocasionalmente, deixava-o fisicamente repulsivo. Mas, nem por isso deixava ele de ser um homem capaz, tendo sido mesmo o mais erudito de todos os imperadores romanos. Os ex-companheiros de Cláudio eram a ralé e os desocupados, contudo, ele gostava de estudar. Ambas as influências transpareceram durante o seu governo. Alguns dos seus assessores haviam sido escravos, e esses foram culpados de muitos desmandos. No entanto, Cláudio estava destinado a ampliar ainda mais as fronteiras do império. As duas Mauretânias, no norte da África, foram acrescentadas em 42 D.C., a Bretanha e a Lícia em 43 D.C., e a Trácia em 46 D.C. Cláudio foi assassinado por sua maligna esposa, Agripina, que o envenenou. Ela ansiava por entregar o império a Nero, filho dela, mediante um seu casamento anterior. A morte de Cláudio foi ocultada até que Nero, com a imatura idade de dezessete anos, foi feito o novo imperador de Roma. Enquanto isso, a Igreja cristã ia-se espraiando, mormente com as viagens de Paulo e seus companheiros de viagens missionárias.

VII. Nero

As datas de seu reino foram 54-68 D.C. Enquanto que, em seus verdes anos, Nero só se preocupava com os dotes artísticos dos quais se julgava possuidor, Burro e Sêneca governaram o império durante cinco anos. Nero nada havia feito para merecer o trono. Sua mãe, Agripina, preparou-lhe o caminho com homicídio e intrigas políticas. Mas ela acabou sofrendo o efeito de sua própria feitiçaria, quando Nero cometeu matricídio. Nero, negro não só no nome mas também na alma, chegou a um ponto que não mais podia ser controlado pelo equilibrado Sêneca, seu mestre, pois o jovem imperador tornou-se joguete de inescrupulosos. Vendo-se ameaçado, Sêneca acabou se suicidando. Mas, o ponto culminante das atrocidades de Nero ocorreu quando ele se voltou contra os inocentes cristãos. Talvez até maldosamente, alguns historiadores têm dito que Nero mandou incendiar Roma, para que, em meio às chamas, ele encontrasse o palco apropriado para tanger a sua lira e recitar seus versos quebrados. Para ocultar o crime, Nero acusou os cristãos de incendiários e, em sua pantomima de justiça, ordenou que muitos deles servissem de archotes vivos, para iluminar as orgias efetuadas nos jardins imperiais (64 D.C.). Enquanto isso, as fronteiras do império se deterioravam. A longamente ameaçada revolta dos judeus tornou-se uma realidade em 66 D.C. Vindex se rebelou na Gália, e Galba na Espanha. Na própria cidade de Roma, todos odiavam o desmiolado e cruel Nero. Os comentadores só se admiram como ainda tanto da obra de Augusto, e das sábias inovações de Cláudio puderam continuar. Foi durante o desgoverno de Nero que sucumbiram, como

mártires, Pedro e Paulo. Enquanto perdurou o império romano, os cristãos foram perseguidos por nada menos de dez imperadores, com breves períodos de tréguas. E o impulso inicial foi dado por esse tragicômico Nero! Quando ele foi declarado inimigo público pelo senado romano, Nero não teve coragem de enfrentar a justiça, mas suicidou-se covardemente. Muitas lendas vieram então cercar sua pessoa extravagante, incluindo aquela que dizia que ele, redivivo, e à frente de forças partas, voltaria para destruir Roma. Não é sem razão que Nero tem sido considerado como uma figura que retrata de antemão a carreira do futuro e satânico anticristo!

VIII. O Ano dos Quatro Imperadores (69 D.C.)

Os cristãos de Roma que sobreviveram ao expurgo neroniano, e que agora eram oficialmente proscritos, devem ter visto os horrores desse ano de anarquia como um juizo divino. O que admirava a todos é que o império romano sobrevivia. As tropas romanas do Reno que esmagaram Vindex da Gália, tentaram estabelecer o comandante dessas tropas, Vergínio Rufo, como imperador. E foi descoberto que «um imperador podia ser feito fora de Roma». Isso jamais foi olvidado. A Guarda Pretoriana se declarou em favor de Galba, Nero fugiu e se suicidou em um subúrbio de Roma.

Seguiu-se um ano de complexa guerra civil. Galba logo morreu, assassinado pelos próprios pretorianos que o tinham exaltado. Oto, um outro governador espanhol, e primeiro marido de Popéia, esposa de Nero, soube como cortejar as simpatias das tropas locais, e foi estabelecido imperador. Mas as legiões do Reno nomearam Vitélio, e marcharam sobre a Itália. É incrível como as tribos germânicas não se aproveitaram da ocasião. Enquanto isso, as províncias orientais proclamaram Vespasiano imperador. Vespasiano era o habilidoso general romano que estava às voltas com a crescente revolta dos judeus. Antes do fim daquele ano, as tropas fiéis a Vitélio estavam derrotadas, e Vespasiano tornou-se, afinal, o único imperador reinante de Roma. Nascia assim a dinastia Flaviana, que perdurou por uma geração. A despeito de tanta turbulência, as fronteiras do império resistiram e a guerra dos judeus continuou.

IX. Vespasiano

As datas de seu reinado foram 69—79 D.C. Durante seu reinado de dez anos, a paz e a prosperidade voltaram às fronteiras, as finanças foram recuperadas, e o caráter essencial do principado foi mantido. Vespasiano, como muitos militares, era um organizador. Foi devido às medidas de Vespasiano, bem como às de Trajano, quase vinte anos depois, que o dilúvio dos povos bárbaros foi impedido de cair durante quase um século. Não obstante, a era de Vespasiano não é bem documentada historicamente.

X. Tito

As datas de seu reinado foram 79—81 D.C. O popular filho de Vespasiano, jovem e hábil soldado, e que pusera fim à guerra dos judeus, governou por menos de três anos, após a morte de seu genitor. Com sua morte prematura, Tito deixou o trono vago para o execrável Domiciano, seu irmão mais novo. A cidade de Pompéia, sepultada sob as lavas e as cinzas do vulcão Vesúvio, em agosto de 79 D.C., serve de tremendo documento da Itália da época de Tito. Mas, se Tito foi chamado de «delícias do gênero humano», Domiciano tornou-se conhecido por seu verdadeiro «reinado de terror».

XI. Domiciano

As datas de seu reinado foram 81—96 D.C. Domiciano tinha trinta anos de idade quando, inesperadamente, viu-se feito imperador. Vespasiano, seu pai, e Tito, seu irmão, ambos soldados capazes, haviam deixado transparecer seu desprezo por Domiciano, muito menos habilidoso; e isso em nada serviu para melhorar a sua personalidade ou para capacitá-lo para o governo. Ele mostrou ser um homem cruel, tirânico e impelido por malignas suspeitas; seu governo foi assinalado pelas perseguições, pelas acusações de traição e por assassinatos políticos. Não somente os cristãos, mas até os senadores romanos sofreram. Tácito, amargurado diante das matanças de sua própria gente, durante quinze longos anos, voltou-se, em seus escritos, contra Tibério, que fornecera a Domiciano tantos precedentes negativos. Outros também se voltaram contra o sangüinário imperador, que morreu mais ou menos na época em que o apóstolo João também faleceu, em 96 D.C.

XII. Cinco Bons Imperadores (96—180 D.C.).

Os próximos oitenta e quatro anos da história de Roma viram o trono do império ser ocupado por cinco bons imperadores em sucessão. Esses imperadores foram: Nerva (96—98 D.C.); Trajano (98—117 D.C.); Adriano (117—138 D.C.); Antonino Pio (138—161 D.C.); e Marco Aurélio (161—180 D.C.). Durante esse tempo, o império romano atingiu o seu período áureo. A urbanização muito progrediu; Trajano ampliou as fronteiras do império às suas mais extensas dimensões; Adriano, o mais viajado de todos os imperadores, consolidou essas fronteiras. A grande muralha que atravessa de leste a oeste as ilhas Britânicas, em sua porção norte, separando os picos indomáveis do resto das ilhas, é um monumento duradouro de sua atuação. No entanto, o filósofo Marco Aurélio encontrou muita dificuldade para fazer retroceder uma incursão teutônica nas províncias romanas de Danúbio. Esse foi um sinal decisivo de uma invasão geral que, cerca de três séculos mais tarde, pôs ponto final à organização política do império romano do Ocidente.

Foi durante o governo de Adriano que ocorreu a segunda revolta dos judeus, o que resultou na virtual destruição de Judá como nação, em 138 D.C. Isso deu início à fase definitiva da dispersão dos judeus. Os judeus só se recuperaram do duro golpe no ano de 1948, quando da formação do Estado de Israel, sob a égide das Nações Unidas.

Aqueles que quiserem acompanhar a história subseqüente do império romano, poderão fazê-lo munindo-se de um bom compêndio da história universal. Então lerão sobre a divisão do império em porções Ocidental e Oriental, por Constantino; a cristianização do império, graças ao evangelismo agressivo dos primeiros cristãos; a criação da Igreja Católica, em seus estágios iniciais, pelo imperador Constantino; a transferência do poder maior para Constantinopla; a queda da porção ocidental do império, em 476 D.C., por pressões insuportáveis dos povos bárbaros; os mil anos pelos quais ainda se arrastou o império romano do Oriente; a criação e as vicissitudes do Santo Império Romano, que Carlos Magno fez ressurgir das cinzas do império romano do Ocidente, no ano 800 D.C.; o acordo tácito estabelecido por Carlos Magno com o bispo de Roma; os subseqüentes desentendimentos entre os chefes do Santo Império Romano e os papas, havendo episódios tanto de vitórias quanto de derrotas para ambos os lados; o soerguimento do papado até seu ponto culminante, no século XIII, e seu declínio gradual

desde então; o fim do moribundo Santo Império Romano, em 1806, por parte de Napoleão.

Enquanto houve imperadores romanos no Ocidente, o papado teve de manter-se modesto. A queda do império foi a sua grande chance. O papado atingiu seu zênite no século XIII, quando, realmente era a «grande cidade que domina sobre os reis da terra» (Apo. 17:18). Depois disso, começou um lento declínio. As reivindicações territoriais do papado, cujo ideal, sem dúvida, seria estender seu reinado a todo o orbe, hoje se reduzem a uma praça e a alguns edifícios, encravados na cidade de Roma.

Qual será o *final* de todo esse desdobramento histórico? O leitor deve examinar o décimo sétimo capítulo do Apocalipse. Ali aprendemos que quando a cultura do império romano chegar à fase dos dez artelhos da estátua de Nabucodonosor, símbolos do dez chifres ou dez reis que «ainda não receberam reino», então ressurgirá o império romano, na pessoa de seu último imperador. E todos os habitantes da terra, que não têm seu nome escrito no livro da vida, haverão de se admirar, «vendo a besta que era e não é, mas aparecerá». Ora, uma das primeiras atitudes da fera, ao ressurgir de seu torpor, será derrubar por terra a meretriz, até ali encarapitada em suas costas. O papado, meus amigos, é um poder usurpador, que o anticristo não tolerará.

Todavia, o precedente de crueldades e truculências, deixado pelos antigos imperadores romanos, será seguido fielmente, e com requintes muito maiores de perversidade, pelo anticristo, o último imperador romano. Um detalhe que ele cuidará em revivificar, e que muito nos interessa como estudiosos da Bíblia, será o «culto ao imperador». E o número dos autênticos seguidores de Cristo, os quais não aceitarão adorar ao anticristo, e que, por isso mesmo, perecerá, será imenso, conforme é retratado pelo quinto selo do Apocalipse (6:9-11), e pela grande multidão, «que ninguém podia enumerar, de todas as nações, tribos, povos e línguas» (Apo. 7:9), que são as vítimas da *Grande Tribulação* (vide). Felizmente, acerca do anticristo foi predito um curto reinado. Diz a Bíblia que, quando ele chegar, «tem de durar pouco» (Apo. 17:10). Isso sucederá por pura misericórdia divina: «Não tivessem aqueles dias sido abreviados, e ninguém seria salvo; mas, por causa dos escolhidos, tais dias serão abreviados», explicou o Senhor Jesus (Mat. 24:22).

IMPÉRIO ROMANO, SANTO

Quando Constantino (no começo do século IV D.C.) proclamou Roma como um império cristão, o palco ficou armado para a equação: ser romano é ser cristão, e ser cristão é ser romano, o que veio a tornar-se uma realidade por volta de 395 D.C. O império romano foi cristianizado, pelo que passou a ser apodado de «santo». A história mostra-nos que o *verdadeiro* grau de santidade, assim injetado no império romano, não foi muito grande; mas, pelo menos, o antigo paganismo havia sido derrotado. Desse século até o século VIII D.C., parcialmente devido ao desenvolvimento de grandes centros, como Constantinopla, houve a tendência da cidade de Roma ser ultrapassada como centro de tudo quanto era importante no império romano. Depois disso, houve as invasões dos bárbaros, e sua conversão ao cristianismo. A Igreja ocidental, com capital em Roma, incorporava em si mesma várias populações bárbaras, e seus imperadores concebiam-se como os herdeiros do império romano original. Porém, agora, que as massas populares haviam sido cristianizadas, o império passou a ser denominado «santo», fazendo contraste com o império romano pagão. Seja como for, o fenômeno era, essencialmente, uma questão ocidental. Em sentido mais restrito, os historiadores aludem ao Santo Império Romano como aquele império estabelecido na Europa ocidental em cerca de 962 D.C., que perdurou até 1806, considerado uma extensão do antigo império romano ocidental e como a forma temporal do domínio do qual o papa era o cabeça espiritual. Nesse sentido restrito, Carlos Magno é considerado, com freqüência, como o seu fundador.

A primeira fase real da história do Santo Império Romano teve lugar quando o poder político de Roma tornou-se o protetor e propagador da Igreja latina. Isso começou com a conversão dos francos (496 D.C.) e suas conquistas territoriais. No século VIII, os sarracenos e os lombardos, devido aos seus ataques, forçaram o papado a apelar para o estado franco. Um importante resultado foi a criação do título de governante por direito divino, uma espécie de avanço da antiga idéia do direito divino dos reis. No ano 800 D.C., Carlos Magno (rei dos francos, que eram tribos germânicas) foi coroado imperador pelo papa Leão III. E, com esse ato formal, que mesclou a Igreja com o Estado, a história do Santo Império Romano começou, realmente.

Então, como um segundo importante estágio histórico, o estado franco se desmoronou, e o poder foi transferido para a Alemanha propriamente dita. Os governantes foram Henrique, o Passarinheiro, (919 — 936) e Oto I (936 — 973). Henrique II (1002 — 1024) esteve envolvido em reformas eclesiásticas, tal como aconteceu a Henrique III. Então começou uma luta pela supremacia entre os papas e os imperadores. Henrique IV (1056 — 1106), Frederico Barbaroxa (1152 — 1189), Frederico II (1212 — 1250), e os papas Gregório VII, Alexandre III, Inocente III e Gregório IX estiveram envolvidos nesse conflito. Usualmente, os papas levavam a melhor nessas lutas. Surgiu a doutrina das *Duas Espadas* (vide). Os países que faziam parte do Santo Império Romano foram a Alemanha, a Hungria, a Polônia, a Dinamarca, a França, a Escandinávia, a Espanha, a Inglaterra, a Irlanda, a Itália (excetuando Veneza), Chipre e a Armênia. O reavivamento do estudo e apreciação das leis romanas data desse período.

A terceira fase do Império Romano foi desde 1254 até 1806, durante cujo tempo foi declinando o poder da Alemanha. Dezoito dos vinte e sete imperadores do Santo Império Romano pertenciam à família dos Hapgsburgos, que eram uma antiga família alemã, cujos governantes chegaram a governar a Áustria, a Hungria, a Boêmia, o Santo Império Romano e a Espanha. Essa linhagem terminou em 1740. Uma série de fatores, através de um considerável período de tempo, levou esse império ao fim. Carlos IV (1519 — 1556) uniu a coroa imperial com a coroa de um estado nacional, a Espanha. E isso assinalou o começo do nacionalismo. Isso produziu diversas guerras, particularmente com a França.

A Reforma Protestante, século XVI, lançou em ação várias forças divisivas, especialmente por enfraquecer o predomínio da Igreja Católica Romana por toda a Europa. Um golpe sério foi desfechado contra o Santo Império Romano pela chamada paz de Westfália, que distribuiu direitos religiosos e debilitou monopólios. Ver sobre *Westfália, Paztos de*. Esses tratados foram traçados somente por poder puramente políticos, sem qualquer interferência papal. Em 1806, Napoleão Bonaparte pôs fim ao Santo Império Romano, ao asseverar que agora o império lhe

pertencia, visto que, de acordo com sua própria descrição, ele era o Carlos Magno do Ocidente.

IMPIGEM BRANCA

No hebraico, **bohaq**. Esse termo ocorre somente por uma vez, em Lev. 13:39, onde diz a nossa versão portuguesa: «...então o sacerdote o examinará; se na pele aparecerem manchas baças, brancas, é impigem branca que brotou na pele; está limpo». Em algumas versões, a idéia é que se trata de uma afecção mais grave, como o pênfigo, o impetigo, a eczema de crostas ou a psoríase. Há outras que falam apenas em sardas. Porém, os especialistas opinam que não se trata de qualquer dessas enfermidades. Contudo, o sacerdote precisava fazer o seu diagnóstico, porquanto a pele esbranquiçada também podia ser um sintoma de lepra, em seus estágios iniciais. O mais provável é que, quando a condição era declarada não contagiosa, era apenas o vitiligo — áreas irregulares de pele, que perderam a pigmentação natural. Essas áreas esbranquiçadas desenvolvem-se de um centro para fora, geralmente começando em torno de um pêlo do corpo. A causa é desconhecida. É uma condição desfiguradora, que causa má impressão visual, mas não é perigosa.

As mulheres egípcias estavam acostumadas com o vitiligo. É corrente que elas readquiriam a coloração normal da pele mascando certas plantas encontradas ao longo das margens do rio Nilo. O tingimento das manchas brancas também era uma medida a que muitas pessoas apelavam antigamente, tal como ocorre em nossos próprios dias.

IMPOSIÇÃO DAS MÃOS

Ver *Mãos, Imposição das.*

IMPOSTO DAS DUAS DRACMAS

A cada ano cobrava-se uma taxa de cada judeu com mais de vinte anos de idade, a qual revertia para o trabalho do templo de Jerusalém. Ver Mat. 17:24 e comparar com Êxo. 30:13,14. O valor desse imposto equivalia a duas dracmas áticas, as quais, nos dias do Novo Testamento, valiam por dois dias de trabalho braçal. Ver o artigo geral sobre o *Dinheiro*.

IMPOSTOS

I. Controvérsia sobre o Imposto, Mat. 22:15-22

Os paralelos desta seção são Mar. 12:13-17 e Luc. 20:20-26. A fonte informativa é o *protomarcos*. Ver notas sobre as fontes informativas dos evangelhos no artigo, o *Problema Sinóptico*.

Esta seção é aquilo que os intérpretes têm chamado de *paradigma* ou «história declaratória», porquanto tem por finalidade «pronunciar» uma verdade ou princípio geral que precisa ser seguido pelos discípulos sérios do reino. Nessas histórias o autor revela a ética de Jesus, os princípios morais que ele ensinou como vantajosos para os seus discípulos seguirem. O principal conceito se encontra no vs. 21. Esse conceito é que, na qualidade de discípulos, temos responsabilidades tanto para com Deus como para com as autoridades civis. No décimo terceiro capítulo da epístola aos *Romanos*, Paulo ensina a mesma verdade, e nesse trecho a obediência às autoridades civis é ordenada principalmente porque essas autoridades são vistas como preservadoras da ordem social, e porque Deus foi aquele que lhes conferiu tal autoridade. Muito tem sido escrito sobre as — implicações — desse assunto, incluindo explicações extremadas para um lado ou para outro. Alguns têm ensinado, à base desse texto, uma «separação absoluta entre Igreja e Estado», e apesar desse ponto de vista ter o seu justo valor e de ter produzido, na prática, grandes benefícios à sociedade, não é provável que Jesus estivesse contemplando o governo humano sob esse prisma. Outros fazem com que a obediência ao governo humano seja tão absoluta que os crentes que vivem em sociedades imorais e ímpias são forçados a ser imorais e ímpios. Nos tempos antigos, os cristãos chegaram a prostrar-se diante de César ou de sua imagem como se fosse um deus e alguns negaram a Cristo a fim de escaparem com vida. Nos tempos modernos, basta-nos lembrar a Alemanha — onde, ao tempo de Hitler, enquanto seis milhões de judeus sofreram agonias inenarráveis e finalmente pereceram, quando seus cadáveres foram usados para o fabrico de produtos comerciais, como a gordura que era transformada em sabão, e a pele que era usada para fabricar abajures, a igreja cristã permaneceu geralmente silenciosa — num silêncio que era uma *blasfêmia* contra Deus. Neste último caso, as igrejas cristãs se ocultaram por detrás de passagens como o décimo terceiro capítulo da epístola aos Romanos, e assim se desculpavam.

Mat. 22:15. *Então os fariseus se retiraram e consultaram entre si como o apanhariam em alguma palavra;*

Mui provavelmente a atitude de Jesus se assemelhava à de muitas das autoridades religiosas dos judeus de seu tempo. O mais certo é que ele sempre tivesse mantido o ponto de vista mais estrito possível sobre a monarquia absoluta de Deus neste mundo, sem jamais ter dividido claramente o mundo em duas partes distintas: uma religiosa (*para Deus*), e outra política (*para César*). Isso teria obrigado os discípulos do reino a viverem uma existência dualista, algumas vezes para Deus e outras vezes para César. Não obstante, é necessário obedecer às autoridades (até mesmo as autoridades romanas), e com isso concorda a corrente principal do ensino rabínico. Muitas autoridades religiosas, dos dias de Jesus, eram pacifistas que não queriam imiscuir-se nas questões políticas. Jesus parece ter compartilhado dessa disposição, pois o fato de que a pergunta sobre o tributo lhe tenha sido apresentada por diversas vezes sugere que os seus pontos de vista políticos não eram bem conhecidos, ou mesmo não eram conhecidos de maneira geral. Mas pode haver exceções acerca dessa obediência, conforme foi expresso por Israel Abrahams: «Pois embora assim preparados a obedecerem a Roma, sendo leais a todos os seus legítimos regulamentos, não poderia haver transigência quando César infringisse a esfera que pertencia exclusivamente a Deus» (*Studies in Pharisaism and the Gospels*, primeiro sermão, pág. 64). Isso se assemelha à atitude que os cristãos primitivos apresentaram: «Então Pedro e os demais apóstolos afirmaram: Antes importa obedecer a Deus do que aos homens» (Atos 5:29).

Tanto para as autoridades religiosas de Israel como para os cristãos primitivos, geralmente era difícil encontrar solução para os problemas da obediência a Deus ou a César, porquanto o governo romano nem sempre se mostrava simpático, provocando muitas dificuldades de consciência. Algumas vezes surgiam mesmo *divisões* de opinião entre as autoridades religiosas, sobre o que se deveria fazer em determinados casos. Os crentes tiveram de enfrentar os mesmos problemas, especialmente durante tempos de perseguição. Não obstante, permanece de pé a

regra geral. Posto que a consciência é o guia em todos os casos, os crentes devem prestar lealdade às autoridades civis. O pagamento de impostos era apenas uma questão, e Jesus se pronunciou de modo definido em favor disso. Esta instância, todavia, é expandida a fim de incluir outros tipos de «obediência», conforme é indicado pela declaração geral do vs. 21: «Daí, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus».

Na história judaica nota-se que muitos **se ressentiam** da necessidade de pagar impostos a Roma, e por mais de uma vez rebentaram revoltas justamente sobre essa questão. Muitos judeus argumentavam que não era necessário nem desejável tal imposto, visto que em realidade viviam sob uma «teocracia». Alguns procuraram pôr Jesus em posições embaraçosas ante as autoridades civis, insistindo que ele lhes desse resposta sobre a questão. Se tivesse respondido que deveriam pagar impostos, ele teria deixado indignada boa parte da população contra ele. E se sua resposta fosse negativa, cairia em dificuldades perante as autoridades civis romanas. Como sempre, Jesus não se esquivou, não retrocedeu e nem deu uma resposta de sentido dúbio. Simplesmente expressou a sua convicção. Sim, deviam ser pagos os tributos. Essa declaração talvez tenha sido um dos fatores que fez as multidões finalmente se voltarem contra ele, tendo-o rejeitado totalmente.

Jesus não tinha simpatia pelo nacionalismo *radical*, e é importante observarmos que ele não considerava isso como questão muito importante. Não queria que o *seu evangelho* estivesse associado ao derramamento de sangue que qualquer espécie de levante armado teria causado. Jesus se interessava, primariamente, e quase inteiramente, pelas correntes íntimas que são impostas pelo pecado. Roma acabou sucumbindo. Deus tem sua maneira de tratar com as nações, e os laços externos e políticos flutuam. Mas essa prisão íntima está sempre bem presente entre os homens. Aquele que é libertado pelo Filho, fica realmente liberto. Ele veio a fim de livrar-nos da servidão interna.

II. Impostos em Rom. Cap. 13

Dai a cada um o que lhe é devido; a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra.

A ênfase paulina sobre as questões monetárias, no tocante às relações entre o crente e o Estado, sugere-nos que esse foi um dos pontos delicados que provocaram a sua atenção especial sobre o assunto. Os cristãos de Roma, que professavam o nome de Cristo e que se mostravam piedosos em sua congregação local, exerciam os dons espirituais, mas, ao mesmo tempo, ignoravam os impostos que deveriam pagar, pagando menos do que lhes era exigido, e isso através de meios escusos e desonestos. Ora, essa atitude não é coerente com a consciência cristã. Os intérpretes bíblicos não têm conseguido harmonia, em seus pontos de vista, acerca das distinções que devem haver entre as palavras usadas pelo apóstolo Paulo, *tributo*, e *imposto*, mas abaixo expomos as idéias principais a respeito:

1. O tributo seria as taxas diretas, que fariam contraste com os impostos, que seriam taxas indiretas.

2. Mas outros pensam que a palavra «tributo» indica o dinheiro cobrado por alguma nação estrangeira dominadora, ao passo que o termo *imposto* indica as taxas ordinariamente cobradas dos cidadãos de um país pelo seu próprio governo.

3. Existem estudiosos que revertem esse sentido. Tributos seriam os impostos cobrados por um governo de seus próprios cidadãos, ao passo que os impostos seriam as cobranças feitas por uma potência estrangeira aos cidadãos de um país dominado.

4. Ainda outros eruditos pensam que o «tributo» seria o «genus», isto é, as taxações em geral, ao passo que os *impostos* indicariam espécies distintivas de taxas.

5. Ainda outros intérpretes pensam que a palavra «tributo» significa as taxas cobradas de indivíduos, sobre suas «pessoas», ao passo que o vocábulo «imposto» indicaria as taxas sobre propriedades; mercadorias, etc.

Na realidade, não há meio para determinarmos exatamente a diferença entre essas duas palavras usadas por Paulo, «tributo» e «imposto», e nem tal distinção realmente se reveste de qualquer significado especial. Paulo estava falando acerca de todas as formas de questões monetárias que afetam os crentes em relação ao governo humano, exigindo o apóstolo que os crentes se mostrem honestos sobre todas essas questões.

«O ideal expresso pelo apóstolo Paulo nem confunde Igreja e Estado e nem os põe em antagonismo um contra o outro; mas antes, coordena-os apropriadamente dentro dos princípios éticos cristãos. O romanismo subordina o Estado à Igreja; o erastianismo (como o fazem atualmente o fascismo e o comunismo) subordina a Igreja ao Estado, usualmente confundindo-os; e o puritanismo também os confunde, embora mais como se se tratasse de um princípio teocrático reconhecido». (Schaff e Riddle).

«Se um homem habituar-se a desrespeitar as 'personagens oficiais', não demorará a sentir-se inclinado a dar pouco respeito ou obediências às próprias leis». (Adam Clarke, *in loc.*).

Respeito. Algumas traduções preferem dizer «temor a quem temor», o que expressa o original grego mais literalmente. Mui provavelmente está em foco um «temor respeitoso», o que seria uma atitude natural para com aqueles que governam, os quais têm o direito de punir, de aprisionar e de impor diversas formas de julgamento contra os malfeitores. Os crentes devem ter esse respeito somente por «temor», mas também por motivo de consciência, conforme diz Paulo no quinto versículo deste capítulo, porquanto a consciência cristã formada é que deve dirigir todas as ações dos crentes no tocante ao Estado.

A quem honra, honra. Aqui a idéia é a de uma atitude de reverência para com os que estão investidos de autoridade. Pedro chega a dizer-nos que devemos honrar a todos (porquanto todos os homens foram feitos à imagem de Deus), e que devemos «amar» à irmandade; mas também diz Simão Pedro que devemos «temer» a Deus e «honrar» aos reis. A atitude cristã deve exigir todas essas atitudes, porquanto todo homem é potencialmente transformável segundo a imagem de Cristo, sendo possuidor de uma alma imortal de valor tremendo. Não obstante, aqueles que são «ministros» de Deus, porquanto fazem a obra de Deus ao nível da sociedade humana, conforme o apóstolo Paulo considerava que são as autoridades civis, merecem nosso respeito somente por essa razão, sem levar em conta qualquer consideração acerca do valor da alma humana.

IMPRECAÇÃO, SALMOS DE

Vários salmos consistem em orações que imploram que Deus derrame a sua ira sobre os inimigos do

salmista. Ver, especialmente os Salmos 55, 59,69, 79, 109 e 137. Algo similar acha-se em Jeremias 11. Essas declarações contradizem os ensinos de Jesus em Mat. 5:43-48 e as instruções de Paulo, em Rom. 12:17 *ss*, onde é proibido o espírito de vingança. Quando um profeta profere julgamento contra uma pessoa ou nação, fala em nome de Deus, e isso é muito diferente de um guerreiro, como Davi, que pedia que seus adversários sofressem terrores. Isso não quer dizer que os inimigos de Davi não merecessem a ira de Deus; porém, deveríamos recordar que o próprio Davi ocupou-se em muitas matanças desnecessárias, que não passavam de assassinatos. Assim, era atitude duvidosa que um homicida rogasse para Deus julgar a outros homicidas. Certamente não nos encontramos, nesses trechos, em terreno tipicamente neotestamentário, não havendo manipulação que consiga tal coisa.

Quando Tiago e João apelaram a Jesus, para destruir aos samaritanos (ver Luc. 9:54,55), o Senhor exprimiu um senso moral mais elevado que aquele encontrado nos salmos imprecatórios, e em muitos lugares do Antigo Testamento, se tivermos de interpretá-los literalmente. É um erro supormos que as pessoas, nos tempos do Antigo Testamento, tivessem a mesma iluminação moral e espiritual que vemos no Novo Testamento. Se aceitarmos esse fato, não teremos a necessidade de defender vários atos que, para nós, são contrários à verdadeira natureza de Deus e aos seus requisitos. Devemos notar que Jesus repreendeu a Tiago e João, condenando a *atitude* que eles mostraram possuir. Contudo, sobre bases veterotestamentárias, aqueles autores podem até ser elogiados, visto que exprimiam a sua esperança de que os oponentes da causa de Deus fossem severamente julgados!

IMPRENSA

O trecho de Levítico 19:28 proibia aos judeus que fizessem «marcas» no corpo humano, aquilo que modernamente chamamos de *tatuagem*. Quanto à impressão de páginas impressas mediante tipos móveis, que mais corretamente que as tatuagens chamamos de «imprensa», essa só começou em cerca de 1450 D.C., há cerca de quinhentos e cinqüenta anos atrás. Isso posto, as palavras de Jó 19:23: «Quem me dera fossem agora escritas as minhas palavras! Quem me dera fossem gravadas em livro!» refere-se à escrita sobre algum manuscrito, ou então a palavras esculpidas sobre a rocha, conforme também nos mostra o versículo seguinte. Livros com páginas (chamados *códices*), conforme os conhecemos atualmente, só apareceram a partir do século II D.C. Antes disso eram usados rolos de papiro ou pergaminho.

A imprensa com tipos móveis possibilitou o tremendo avanço do conhecimento, conforme conhecemos atualmente, nas questões seculares e religiosas. Os manuscritos bíblicos eram muito raros (pois eram laboriosamente copiados à mão), e eram guardados nas sinagogas ou nos templos cristãos. Poucos indivíduos possuíam uma cópia completa das Escrituras. Quando tinham alguma cópia, geralmente era de porções breves da Bíblia, e não a coletânea inteira de seus trinta e nove livros (no Antigo Testamento), ou de seus vinte e sete livros (no Novo Testamento).

Os gregos deram ao judaísmo e ao cristianismo o veículo de comunicação universal na época da eclosão do cristianismo, a saber, o idioma grego, em sua variante *koiné* (vide). As conquistas militares de Alexandre, o Grande, propagaram esse idioma para todas as partes do mundo civilizado de então. E os romanos, por sua vez, deram aos cristãos as boas estradas do império, que possibilitaram a rápida propagação da mensagem cristã. Por sua vez, a imprensa conferiu ao cristianismo os modernos meios de comunicação escrita que têm ajudado imensamente o movimento missionário cristão, embora esse veículo também tenha servido para propagar como nunca todas as idéias falsas, filosóficas ou religiosas. A imprensa também contribuiu para estancar o cortejo de variantes textuais, resultantes do trabalho de cópia à mão. Essas variantes textuais chegaram a cerca de vinte mil, embora a esmagadora maioria dessas variantes não se revista de maior importância, porquanto envolvem mais questões de soletração e transposições de pequenos trechos, com certa repetição de material.

IMPRESSÃO

Hume usava esse termo onde outros filósofos falavam em «percepção dos sentidos». Hume dividia as impressões em duas classes: 1. *simples:* as indicações iniciais que a percepção dos sentidos nos oferecem; 2. *complexas:* aquelas indicações que nos permitem formular idéias e teorias.

IMPRIMATUR

No latim, «pode ser publicado». Refere-se à aprovação, dada por algum bispo católico romano, à publicação de algum escrito católico romano, mormente se tratar de assuntos filosóficos ou religiosos, que envolvam questões de fé e de moral. A expressão latina, *nihil obstat*, «nada impede», é equivalente. Mas, se um escritor qualquer não é católico romano, então nenhum bispo terá jurisdição sobre a questão. Mas, dos autores católicos romanos espera-se que eles promovam sua fé, não escrevendo coisas que lancem dúvidas a respeito. Ver sobre *Censor, Censura*.

IMPULSO

Vem do latim, **impulsus**, o particípio passado do verbo **impellere**, «impulsionar», «empurrar». Assim, mediante o uso desse termo aludimos aos impulsos e motivações básicas do ser humano. Um impulso é uma tendência ou força interior que não é controlada pela razão. Produz uma súbita excitação e incitamento, e resulta em atos. As pessoas a quem falta o autocontrole tornam-se escravas de seus impulsos (ver Pro. 13:3). Essas pessoas são precipitadas, apressadas e sujeitas a muitos males (ver Pro. 14:16,17; 21:5). O homem é dotado de uma natureza pecaminosa, o que confere poder e substância a impulsos na maioria das vezes prejudiciais (ver Rom. 7:13-25). As Escrituras advertem-nos contra a impulsividade (Pro. 25:8-10; Ecl. 5:2; Atos 19:36). O autocontrole é um cultivo do Espírito Santo na vida do crente (Gál. 5:22); e o controle que um homem exerce sobre seus impulsos, em vista disso, serve de medida de sua espiritualidade. Uma boa passagem do Novo Testamento sobre essa questão é a de II Cor. 10:5,6, onde é requerido do crente que submeta tudo à obediência a Jesus Cristo.

IMPUTAR, IMPUTAÇÃO

Esboço:

I. A Palavra
II. Caracterização Geral
III. Reforços Teológicos Dessa Doutrina
IV. A Não-Imputação de Pecado
V. Negações Teológicas da Imputação

VI. O Pecado do Homem Imputado a Cristo
VII. O Pecado de Adão Foi Imputado à Humanidade

I. A Palavra

Imputar vem do latim, in, «em», e putare, «considerar», resultando no sentido de «pôr na conta de». É o ato de atribuir uma falta, um crime, um pecado, ou, então, um atributo positivo ou condição positiva a alguém. Logo, na teologia, se o pecado é imputado ao culpado, também o é a justiça, sob determinadas condições. Imputar é atribuir vicariamente. As palavras hebraicas envolvidas são *soom* e *seem*. No grego temos *logidzomai*, «prestar contas» ou «lançar algo na conta de alguém». Essa palavra grega é usada por quarenta e uma vezes no Novo Testamento, com os sentidos de «pensar», «imputar» (Rom. 4:6,8,11,22-24), «lançar na conta» (Rom. 4:4,9,10; 6:11; 8:18), «prestar contas», «supor», «raciocinar».

II. Caracterização Geral

Na teologia, a **imputação** consiste na atribuição de culpa ou de mérito a uma pessoa, com base na culpa ou no mérito de outrem. O conceito aplica-se à doutrina do pecado original (vide), à justificação pela fé (vide) e, no sentido original (ver o ponto III), que o pecado *não* era imputado aos homens antes da cruz de Cristo, no aguardo do remédio do ofício salvatício de Cristo.

O conceito teológico da imputação, no Novo Testamento, deriva-se do argumento paulino de que, assim como a fé de Abraão lhe foi considerada como justiça (Gên. 15:6), assim também a fé do crente lhe é imputada como justiça (Rom. 4:3, 6,9,11,22; Gál. 3:6). Portanto, Deus não imputa o pecado ao indivíduo, mas antes, perdoa o seu pecado e o considera justo, por causa de Cristo, como quem possui a retidão de Cristo (Rom. 4:7; II Cor. 5:19). Tudo isso se alicerça sobre a nossa participação na missão salvadora e santificadora de Cristo, bem como em nossa total identificação com Ele. Ver o artigo separado chamado *Identificação com Cristo*.

Lutero defendia o estrito ponto de vista paulino sobre a questão, em oposição à idéia escolástica da justificação pela fé, acompanhada pelo amor. Porém, sabemos que não existe imputação da justiça de Cristo sem a posse e a demonstração de seu amor em nós. Todavia, esse amor não é nosso próprio. É cultivado pelo Espírito de Deus (Gál. 5:22). Também devemo-nos lembrar que se a imputação for real, então a pessoa vai-se tornando diferente do que era, em virtude da graça santificadora. Na verdade, a imputação não envolve apenas um pronunciamento legal, embora comece por aí. Mas também envolve a comunicação do divino poder transformador. As palavras nunca são suficientes em si mesmas. Precisamos das realidades espirituais para as quais as palavras apontam. Fomos aceitos por causa de Cristo, ou seja, do Amado (ver Efé. 1:6); mas isso não vem desacompanhado pela transformação moral e metafísica. Não existe justificação sem santificação!

III. Reforços Teológicos Dessa Doutrina

Paulo ensinava que o pecado entrou no mundo por meio de Adão, e que a morte física e espiritual entrou por meio do pecado (Rom. 5:12). Mas esse apóstolo ajuntava que, no segundo ou último Adão (Cristo), o dom gratuito da retidão de Deus contrabalançou a situação, de tal modo que assim como o pecado nos é imputado em face do primeiro Adão, assim também a retidão nos é imputada (a nós os que cremos) em face do segundo ou último Adão, Cristo (Rom. 5:18). Essa doutrina permaneceu um tanto vaga e indefinida, na teologia cristã, até que Agostinho a situou em uma posição central, em seu sistema teológico. Agostinho fortaleceu o raciocínio envolvido nesse conceito apelando para o realismo platônico e metafísico. Ele fez de Adão o representante da raça humana, e de sua transgressão o pecado genérico da humanidade. Portanto, em Adão, todos nós pecamos em um sentido metafísico, e não meramente em sentido metafórico. Em conseqüência, a culpa de Adão é vista como uma culpa que foi transferida, considerada como a culpa de todos os homens, da mesma maneira que o universal, nos escritos de Platão pode ser visto em seus particulares. O universal do homem (que seria Adão), portanto, foi duplicado em cada ser humano. Porém, do mesmo modo, o Cristo universal, que é a humanidade em sua forma ideal, pode ser duplicado nos homens, mediante a imputação da retidão. Os ensinos de Lutero, pois, fizeram a Igreja voltar aos ensinos de Paulo e de Agostinho. Calvino aceitava essas idéias, mas falava em uma *imputação mediada*, isto é, o pronunciamento da ira de Deus contra a corrupção da natureza humana, e não meramente contra o homem, por haver recebido a culpa de Adão. Na teologia, ter alguém assumido o pecado de Adão, e ser punido por causa disso, chama-se *atribuição imediata*.

IV. A Não-Imputação de Pecado

Diz o trecho de Romanos 3:25: «...Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos».

Deus não imputava o pecado aos homens, enquanto a missão realizada por Cristo não fez deles seres responsáveis. Não existe justiça crua: o pecado não foi imputado.

1. Os pecados cometidos antes da cruz de Cristo não eram imputados. Em outras palavras, o julgamento que deve cair sobre o pecado foi transferido para o futuro, quando todas as almas humanas tiverem oportunidade de conhecer a Jesus Cristo, tomando uma decisão em favor ou contra as suas exigências. Os juízos preliminares foram suspensos. O próprio hades é apenas um juízo preliminar. O juízo definitivo ocorrerá na geena, ou lago do fogo. Ver Apo. 20:14,15.

2. A descida de Cristo ao hades levou a sua missão e os resultados de sua grandiosa obra até àquele lugar de julgamento parcial. Ver I Ped. 3:18—4:6 e o artigo desta enciclopédia, *Descida de Cristo ao Hades*. O evangelho foi pregado aos mortos (I Ped. 4:6). Isso ofereceu completa oportunidade de salvação aos perdidos, bem como a completa reversão da condição de perdição daqueles que aceitarem esse oferecimento da vida eterna.

3. As fronteiras eternas não são estabelecidas por ocasião da morte biológica do indivíduo. Antes, o hades tornou-se um campo missionário. Deus não imputou os pecados deles; a porta da oportunidade foi deixada aberta, até que pudesse haver a devida aplicação da missão de Cristo às almas.

4. Apesar do primeiro capítulo de Romanos mostrar que Deus poderia ter condenado, com razão, a todos os homens, antes de esperar pelos efeitos da missão terrena de Cristo, ele não o fez. O evangelho transcende a todas essas possibilidades. Não há tal coisa como justiça nua, sem a aplicação do amor e da misericórdia divinos, por meio de Cristo. Jesus teve e tem três missões: a. na terra; b. no hades; c. nos céus. Essa missão em três fases visa ao bem do homem.

5. Somente quando a tríplice missão de Cristo é aplicada é que um homem pode sofrer o julgamento contra a queda no pecado, embora ocorram juízos preliminares que não estabelecem destinos eternos. Ver Atos 17:30 quanto a uma declaração similar àquela de Rom. 3:25.

6. A expiação de Cristo não se limitou a tempos ou localizações geográficas específicas. Antes, visa a todos os tempos; e chega mesmo ao lugar do julgamento parcial, a fim de realizar uma obra completa. Esse sempre foi o ponto de vista da Igreja Oriental; mas, na Igreja Ocidental (Igreja Católica Romana e muitos grupos protestantes e evangélicos) alguns aspectos da missão de Cristo têm sido reduzidos ao ponto do *pessimismo*.

7. Trechos como Rom. 3:25; Atos 17:30; I Ped. 3:18—4:6 e Efé. 1:9,10 exibem facetas teológicas otimistas, que se fazem muito necessárias em nossa teologia, capazes de anular aquelas impressões pessimistas. Ver também o artigo intitulado *Restauração*.

V. Negações Teológicas da Imputação

Alguns teólogos objetam à imputação, conforme a mesma é geralmente explicada pela Igreja cristã, como uma noção contrária à justiça. O professor Vincent Taylor objetava vigorosamente à imputação, tachando-a de uma ficção ética. «A justiça não pode ser imputada a um pecador, tal como a bravura não pode ser imputada a um covarde, ou a sabedoria a um tolo. Se, através da fé, um homem for considerado justo, isso terá de ser, em um sentido crível do termo, que ele mesmo *é* justo, e não que outro é justo em seu lugar». Até onde podemos perceber as coisas, esse ataque visa somente à imputação verbal ou teórica. Mas, se encararmos a doutrina da imputação segundo ela é ensinada na Bíblia, ou seja, como uma obra do Espírito Santo, e não como mera fórmula verbal, não teremos de enfrentar qualquer problema. Nenhuma operação do Espírito é isolada. Quando ele justifica, também santifica, isto é, transforma o caráter. A retidão de Cristo é formada em nós mediante a comunhão com o Espírito. O nosso pecado é anulado, não somente em teoria, mas também na prática, através do poder santificador do Espírito.

VI. O Pecado do Homem Imputado a Cristo

O trecho de II Coríntios 5:21 assevera: «...Àquele que não conheceu pecado, ele (Deus) o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus». A passagem de Gálatas 3:13 afirma que Cristo foi feito maldição por nós. Ele suportou a pena imposta ao pecado humano, e a ira de Deus se descarregou contra o pecado do homem. Lutero disse que Deus tratou com Cristo como se ele fosse o maior dos pecadores. Cristo levou sobre si o pecado do homem, e Deus julgou nele o pecado do homem. — Quanto a explicações completas, ver esses textos explicados nas notas expositivas do NTI.

VII. O Pecado de Adão Imputado à Humanidade

Neste ponto, estamos falando sobre o *pecado original* (vide) e seus efeitos. As bases bíblicas dessa doutrina são Gên. 3; Rom. 5:12-21 e I Cor. 15:21 *ss*. O pecado de Adão foi imputado a toda a sua posteridade, por ter sido ele o cabeça federal da raça humana. Isso ocorreu de forma *imediata*, a direta imputação do pecado de Adão a todos os seus descendentes, fazendo com que o pecado dele fosse o pecado de cada membro da raça. Ou, então, de forma *mediata* um indivíduo é julgado por sua própria natureza corrupta, por seus próprios pecados. Contudo, tudo começou com o pecado de Adão, do qual, em conseqüência, todos os homens compartilham.

••• ••• •••

IMUNDÍCIA

Ver *Limpo e Imundo*.

Estão envolvidas seis palavras hebraicas e cinco palavras gregas, nesse verbete, a saber:

1. *Tumah*, «imundícia». Palavra hebraica que figura por trinta e três vezes, segundo se vê em Lev. 5:3; 7:20,21; 14:19; Núm. 5:19; Juí. 13:7,14; II Sam. 11:4; Esd. 6:21; Lam. 1:9; Eze. 22:15; 24:11,13; 36:25.

2. *Niddah*, «impureza». Palavra hebraica usada por quatro vezes, com esse sentido: II Crô. 29:5; Esd. 9:11; Lev. 20:21; Zac. 13:1.

3. *Tsoah*, «excremento», «imundícia». Palavra hebraica que aparece por cinco vezes: Pro. 30:12; Isa. 28:8; 4:4; II Reis 18:27 e Isa. 26:12.

4. *Iddim*, «coisas que passam». Palavra hebraica usada somente por uma vez, em Isa. 64:6.

5. *Tso*, «imundícia». Palavra hebraica que aparece por duas vezes: Zac. 3:3,4.

6. *Alach*, «ficar imundo». Vocábulo hebraico empregado por três vezes: Jó 15:16; Sal. 14:3 e 53:3.

7. *Akatharsía*, «imundícia». Palavra grega que ocorre por dez vezes: Mat. 23:27; Rom. 1:24; 6:19; II Cor. 12:21; Gál. 5:19; Efé. 4:19; 5:3; Col. 3:5; I Tes. 2:3; 4:7.

8. *Akáthartos*, «imundo». Adjetivo grego usado por trinta e uma vezes: Mat. 10:1; 12:43; Mar. 1:23,26,27; 8:11,30; 5:2,8,13; 6:6; 6:25; 9:25; Luc. 4:33,36; 6:18; 8:29; 9:42; 11:24; Atos 5:16; 8:7; Rom. 14:28; 11:8; I Cor. 7:14; II Cor. 6:17 (citando Isa. 53:11); Efé. 5:5; Apo. 16:13; 17:4; 18:2.

9. *Rúpos*, «sujeira», «imundícia». Palavra grega usada somente por uma vez, em I Ped. 3:21.

10. *Rupóo*, «agir de modo imundo». Palavra grega usada somente por uma vez, em Apo. 22:11.

11. *Molusmós*, «contaminação». Palavra grega usada apenas por uma vez, em II Cor. 7:1.

As referências bíblicas são à imundícia literal e à imundícia figurada. Qualquer coisa feia, suja ou contaminadora pode estar em pauta. Ver II Crô. 19:5 e Esd. 6:21, quanto a referências literárias, para exemplificar. Em Eze. 22:15 está em pauta a imundícia cerimonial. O termo também é usado para indicar vestes ou móveis ou utensílios imundos, conforme se vê, por exemplo, em Isa. 4:4 e 28:8, mas onde a impureza cerimonial está em pauta.

Usos Figurados. 1. Impureza moral, Eze. 36:25; II Cor. 7:1; Tia. 1:21. 2. Nossa retidão é como trapos de imundícia (Isa. 64:6, onde há alusão à menstruação da mulher, mas que as traduções suavizam, por motivos compreensíveis). 3. Até mesmo os melhores cristãos, como os apóstolos, segundo a estimativa carnal, deste mundo pervertido, seriam como o lixo mais imundo (I Cor. 4:13). 4. As poluções morais e pecaminosas do homem interior, do coração, são comparadas com a imundícia (Isa. 4:4; Eze. 6:21). 5. O dinheiro obtido por meios injustos, ou que substitui coisas mais dignas, é imundo (Tito 1:7,11; I Ped. 5:2). Aos ministros do evangelho é recomendado que evitem tal coisa. 6. O indivíduo que diz o que não deve

tem uma boca imunda (Col. 3:8). 7. Os pecados que contaminam são chamados imundos (Apo. 22:11); como também a depravação ética (Tia. 1:21). De modo geral, podemos afirmar que esse termo descreve, graficamente, diversas modalidades da depravação humana.

A Espiritualização do Conceito.

Nos escritos dos profetas do Antigo Testamento já se vê um claro aprofundamento do conceito da imundícia e da purificação. Ali a questão deixa de ser meramente cerimonial, para ser uma questão moral, que envolve contaminação espiritual. Por exemplo, Isaías reconhece essa contaminação em si mesmo, quando clama: «Ai de mim! Estou perdido! porque sou homem de lábios impuros...» (Isa. 6:5). Ou então quando confessa: «Mas todos nós somos como o imundo, e todas as nossas justiças como trapo da imundícia; todos nós murchamos como a folha, e as nossas iniqüidades, como um vento, nos arrebatam» (Isa. 64:6). Similar a isso é a declaração falada por Deus aos homens: «E ali haverá bom caminho, caminho que se chamará o Caminho Santo; o imundo não passará por ele, será somente para o seu povo...» (Isa. 35:8).

Para contaminações meramente cerimoniais eram suficientes ritos e cerimônias. Mas os profetas viram muito bem que, para a polução moral, só mesmo a expiação feita pelo próprio Senhor. Deixemos novamente Isaías falar pelos profetas, quanto a esse aspecto mais profundo da questão: «Mas ele foi traspassado pelas nossas transgressões, e moído pelas nossas iniqüidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados. Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho, mas o Senhor fez cair sobre ele a iniqüidade de nós todos» (Isa. 53:5,6). Naturalmente, o ponto de vista do Novo Testamento olvida inteiramente o aspecto meramente cerimonial da nossa contaminação; o que ali se destaca é a polução moral e espiritual. Por isso mesmo, a expiação pelo sangue de Cristo ocupa lugar cêntrico, dentro do sistema cristão: «...Cristo, tendo-se oferecido uma vez para sempre para tirar os pecados de muitos, aparecerá segunda vez, sem pecado, aos que o aguardam para a salvação» (Heb. 9:28).

O judaísmo, em qualquer de suas fases históricas, nunca chegou a esse nível de entendimento sobre a questão. Todo judeu que chega lá, naturalmente, já se converteu ao Messias, Jesus Cristo. Em consonância com isso, as decisões da Igreja cristã, tomadas por ocasião do concílio de Jerusalém, reconheceram o primado da purificação espiritual, em relação à mera purificação cerimonial: «...Deus, que conhece os corações, lhes deu testemunho, concedendo o Espírito Santo a eles, como também a nós nos concedera. E não estabeleceu distinção alguma entre nós e eles, *purificando-lhes pela fé os corações*» (Atos 15:8; o itálico é nosso). Para Paulo e para o autor da epístola aos Hebreus, a contaminação é algo de natureza essencialmente espiritual, operado no coração pelo poder do Espírito Santo, e não por qualquer rito externo. «Porque o reino de Deus não é comida, nem bebida, mas justiça, e paz e alegria no Espírito Santo. Aquele que deste modo serve a Cristo, é agradável a Deus e aprovado pelos homens» (Rom. 14:17,18). «...nem haja alguma raiz de amargura que, brotando, vos perturbe e, por meio dela, muitos sejam contaminados» (Heb. 12:15). Por isso mesmo, qualquer rito cristão de purificação (como o batismo em água), é puramente simbólico, retratando de uma maneira externa uma realidade interna. «...para que a santificasse, tendo-a purificado —por meio da lavagem de água, pela palavra» (Efé. 5:26). E novamente: «...Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade, para o que também vos chamou mediante o nosso evangelho, para alcançar a glória de nosso Senhor Jesus Cristo» (II Tes. 2:13,14). Ver também o artigo sobre a *Purificação*.

IMUNDO

Ver o artigo intitulado *Limpo e Imundo*.

IMUNIDADE

Vem do latim, **immunitas**, «livre de obrigações públicas». Dentro do contexto eclesiástico, refere-se à isenção de uma pessoa ou classe (nesse caso, algum ministro) de obrigações sociais ou despesas. As imunidades de corpos religiosos e de indivíduos, nos tempos feudais, eram consideráveis. As propriedades eclesiásticas eram isentas de taxas, e os oficiais da Igreja eram isentos de certas obrigações públicas. Nos tempos modernos, como nos Estados Unidos da América do Norte, os ministros são livres do serviço militar, da participação em casos legais como jurados, e as propriedades eclesiásticas não estão sujeitas a impostos. Essas medidas são criticadas por alguns como antidemocráticas, e também porque dão margem a muitos abusos. Há organizações que se apresentam como religiosas, meramente a fim de escaparem à taxação e receberem outros privilégios.

Jovens têm ingressado em seminários teológicos somente para escaparem ao serviço militar. Em favor das imunidades, alguns argumentam que a Igreja está prestando muitos serviços públicos, como a operação de escolas e de instituições de caridade e, por isso, merecem consideração especial. Além disso, na média, os ministros do evangelho recebem menos dinheiro por seus serviços do que outros de nível educacional equivalente, pelo que qualquer imunidade financeira é uma justa compensação.

IMUTABILIDADE

Vem do latim **in**, «não», e **mutabilitas** «mudança». Logo, significa algo permanente, que não muda, que permanece para a eternidade. No sentido teológico, essa palavra é aplicada a Deus e a Jesus Cristo como seus atributos (ver Heb. 13:8). Ver o artigo sobre os *Atributos de Deus*, II.7. O termo não subentende, porém, que Deus viva estagnado em suas obras e, sim, que a sua *essência* básica não está sujeita a mudanças. Todas as demais coisas são mutáveis, porquanto tudo o mais encontra-se em estado de fluxo, o que produz modificações. Na redenção, os homens passam a participar da vida divina, que é necessária e independente, e assim, em um sentido secundário, participam da imutabilidade de Deus.

Essa doutrina é contrária ao conceito de um Deus que evoluiu até tornar-se Deus, como ensina o mormonismo. A Bíblia ensina que não houve deus antes Dele, e nem haverá outro deus depois Dele (ver Isa. 43:10; Deu. 32:39). Deus é o primeiro e o último (Isa. 41:4; 48:2). Ele é imutável em seus propósitos, incluindo aquele de salvar (Sal. 138:8). Ver também I Sam. 15:29 quanto aos seus propósitos imutáveis. A chamada e os dons de Deus não têm arrependimento (Rom. 11:29); Deus completa aquilo que resolveu fazer (Fil. 1:6).

Expressões antropomórficas, especialmente aquelas do Antigo Testamento, podem transmitir a idéia

de mutabilidade, conforme se vê, por exemplo, em Gên. 6:6; I Sam. 15:11; Jer. 18:8,10; 26:3; Joel 2:13; Amós 7:3; Jonas 3:9. Deus é retratado como quem fica irado, para então pacificar-se novamente (Êxo. 32:10-14; Núm. 11:1); mas essas são figuras usadas pelo autor, que não podem sondar a natureza e os propósitos de Deus. Imutabilidade não é imobilidade; portanto, as obras de Deus permanecem interminavelmente, com muitas variações (João 5:17). O que não muda é a sua natureza e o seu propósito final.

IMUTABILIDADE DE CRISTO

Heb. 13:8: *Jesus Cristo é o mesmo, ontem, e hoje, e eternamente.*

Há várias coisas que ficam subentendidas neste versículo, a saber:

1. Os outros heróis que nos são apresentados como exemplos, da antiguidade e dos tempos modernos, são *transitórios*. Seus exemplos podem ser aplicados somente através da memória. Mas há o exemplo eterno e imutável: Jesus Cristo.

2. Existem valores eternos e fixos na mensagem de Cristo, e fazemos bem em dar-lhes ouvidos. As crenças dos homens acerca de Cristo podem modificar; mas há uma verdade básica e inalterável sobre ele que é importante para a nossa salvação e bem-estar.— É nossa tarefa encontrar e aprender essa verdade. Haverá ocasiões em que nosso entendimento sobre Cristo será parcial e, algumas vezes, até mesmo errôneo; o que pensamos sobre ele pode contradizer a «verdade» de outrem. Porém, isso faz parte do problema do entendimento humano, e não indica haver modificação ou verdade parcial em Cristo.

3. *O Jesus histórico* é igualmente o Jesus a quem adoramos e servimos. Esse Jesus histórico é o Jesus teológico. Naturalmente, podemos ter algumas noções falsas acerca dele, mas há tal identificação de pessoa. Jesus é uma figura cósmica, dotada de importância universal. Não foi meramente um homem bom, um excelente mestre. Ele é também o Senhor da Glória, no sentido mais literal possível.

«Nada é mais provável do que aquele que viveu à face da terra, por alguns poucos anos, seja o mesmo Cristo a quem seus seguidores adoravam como Senhor; nenhum novo Jesus foi criado por algum movimento sincretista do primeiro século cristão. Há certa unidade no mistério insolúvel de sua pessoa, que é, não apenas real, mas também é a causa real que subjaz às diversas interpretações de sua vida e de sua obra; e as experiências posteriores da Igreja subentendem, repetida e continuadamente, que deve haver comunhão com ele, como algo mais profundo que qualquer modificação interna ou externa da fé». (James Moffatt, *Jesus Christ the Same*, pág. 11).

4. Portanto, Cristo é o objeto estável de nossa fé, o qual deve fazer a nossa fé ser estável. Essa é a «polêmica» inerente nas palavras do autor sagrado, proferidas para aqueles que demonstravam a tendência de se afastarem de Cristo.

Na verdade, porém, Cristo continua capitaneando para nós a guerra contra a morte e o pecado; o pendão de seu reino não está dilacerado, mas ainda drapeja triunfalmente sobre o campo; ele não é apenas um grande cavaleiro do passado e, sim, uma força viva em nossas vidas de hoje. Ele é uma força viva, porquanto continua vivendo até hoje, entrando em contacto conosco por meio do seu Santo Espírito.

5. Ademais, há uma afirmação sobre a sua natureza básica; e isso deve incluir a sua divindade: ele é o Verbo eterno. Conta com várias expressões, e até mesmo se encarnou no homem Jesus, ficando assim fundido à humanidade. No entanto, ele é um personagem eterno. Sua pessoa e sua natureza não se modificam.

6. Na qualidade de pessoas que não mudam, a revelação que Cristo trouxe é final (ver Heb. 1:1 e *ss*), não podendo ser a mesma ultrapassada, conforme sucedeu à mensagem dos profetas e de Moisés. Portanto, apostatar de Cristo é uma fatalidade, (ver Heb. 6:4 e *ss*).

7. Alguns intérpretes acreditam que o verdadeiro sentido deste versículo é, Jesus é o Cristo, ontem, hoje e para sempre. Assim sendo, nunca podemos esperar outro Messias, outro Salvador. A inserção da palavra «..é..» é possível no grego, apesar de por muitas vezes ficar apenas subentendida. Essa é uma interpretação possível; porquanto a tentação dos leitores originais da epístola era de voltarem ao judaísmo, ou seja, para sua antiga e não cumprida esperança messiânica, ao mesmo tempo que rejeitavam e até desprezavam o verdadeiro Messias, que já se manifestara. A tentação para abandonarem a Cristo é referida nos versículos que se seguem. Certamente esse é um dos significados da expressão, mas parece ir além disso, falando do Filho «cósmico», que é eterno e imutável.

8. O versículo repreende o que se segue: Não deve haver adições novas à verdade, e nem deve haver o retorno a caminhos antigos e insatisfatórios, como o cerimonialismo, a preocupação com alimentos e ritos, e os sacrifícios de animais. Cristo trouxe consigo uma mensagem superior e imutável, que elimina a necessidade de símbolos e sombras ultrapassados. Cristo jamais poderá ser ultrapassado, e nem mesmo precisa ser suplementado.

9. Cristo era o mesmo ontem: seu propósito e sua natureza estavam fixos. Ele planejou a redenção humana: ele é o «autor» da nossa fé, e devemos olhar exclusivamente para ele (ver Heb. 12:2). Cristo é o mesmo «hoje», isto é, o objeto presente da fé, bem como o poder transformador presente, o qual, através do Espírito Santo, vai formando em nós a si mesmo, à sua própria natureza, (ver II Cor. 3:18). Ele será o mesmo «amanhã». Pois trouxe-nos a revelação final de Deus. Se tiver de haver maiores revelações, será apenas a extensão da revelação de sua pessoa, e não a revelação de uma personagem diferente, de um novo Salvador. Lembremo-nos que ele se «assentou à mão direita de Deus», (ver Heb. 10:12,13). Não precisamos atribuir significações específicas para a palavra «ontem» (como a sua «encarnação», agora já passada, para os leitores; ou como a sua «preexistência»), pois os termos «ontem», «hoje», e «para sempre» são usados em sentido geral. Todo o «tempo passado» contou com um Cristo imutável, com o Verbo eterno. Todo o «tempo presente», enquanto pudermos dizer *agora* exige a nossa lealdade a ele. Todo o *tempo futuro* não haverá de modificar isso em qualquer sentido.

10. Em Cristo se acham todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento (Col. 2:3). Portanto, em Cristo temos a nossa finalidade e perfeição.

11. Cristo é o *Mediador* imutável (Heb. 7:25 *ss*). Seu ofício de Mediador não terá fim e nem conhecerá enfraquecimento.

12. Cristo é o Sumo Sacerdote para sempre, sempre o mesmo, e os seus anos jamais terminarão. Ver Heb. 5:6; 7:3,17,21,27 e 9:12 quanto a declarações similares.

INABILIDADE NATURAL

Esse termo refere-se à posição teológica que diz que o homem, por causa da queda no pecado, não tem a

capacidade de cumprir a vontade de Deus. Há indicações bíblicas dessa doutrina (ver Rom. 3:9 *ss*). Foi descrita por Agostinho e, depois dele, tornou-se um importante aspecto no ensino calvinista sobre a depravação humana. O arminianismo opõe-se a essa idéia em seus aspectos mais absolutos. Ver sobre *Calvinismo* e sobre *Arminianismo*, quanto a discussões a respeito. Ver também *Imagem de Deus, o Homem como*, seção II.4. *Até que ponto a queda no pecado maculou (ou apagou) essa imagem?*

INÁCIO, CARTAS DE

Tradicionalmente, Inácio foi o terceiro bispo de Antioquia, tendo sido levado a Roma, onde foi martirizado. Escreveu sete cartas que se tornaram parte dos escritos dos pais apostólicos da Igreja. K.Lake publicou essas cartas como o primeiro volume de sua obra, intitulada *Os Pais Apostólicos*.

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Data
III. Motivo e Propósitos
IV. Ensinamentos Doutrinários

I. Caracterização Geral

Eusébio (**Hist.** 3.36) diz-nos como Inácio foi levado, sob escolta militar, de Antioquia a Roma. Ao longo do caminho, foi escrevendo sete cartas que trazem o seu nome. Enviou quatro cartas de Esmirna, para as igrejas de Trales, Magnésia (às margens do rio Meandro), Éfeso e Roma (que ele esperava que chegasse lá, antes de sua própria chegada). Essas cartas, excetuando aquela endereçada a Roma, foram escritas à guisa de visita pessoal, contendo exortações, encorajamentos e pontos doutrinários. Então, de Trôade, ele escreveu mais três cartas: para Filadélfia, para Esmirna (onde estivera há pouco) e uma carta pessoal a Policarpo, bispo de Esmirna. A autenticidade dessas cartas é reconhecida de forma geral, embora não sem algumas dúvidas. Dez outras cartas foram escritas em seu nome, embora consideradas espúrias. Nos textos latino e grego, aquelas cartas genuínas sofreram alguns acréscimos. Uma versão condensada, em siríaco, das cartas de Inácio aos Efésios, aos Romanos e a Policarpo, perdura até hoje. Há coisas adicionadas que só aumentam a confusão que cerca as tradições a respeito; mas quase todos os eruditos acreditam que as cartas são autênticas, se tirarmos o material editorial.

Cartas de 1 a 3. As cartas aos Efésios, aos Magnesianos e aos Tralianos registram seu agradecimento pela bondade e simpatia daqueles crentes. Contêm exortações a obedecerem às suas autoridades eclesiásticas e advertem contra ensinos heréticos.

Carta 4. Foi escrita em Esmirna e dirigida à igreja em Roma, pedindo que os cristãos daquele lugar intercedessem por ele, porquanto não queria ser privado de algo que muito desejava, isto é, morrer por Cristo. Chegando em Trôade, ele recebeu a notícia de que, pelo menos pelo momento, as perseguições contra a igreja cristã, em Antioquia, haviam cessado, um fato que muito o agradou.

Cartas de 5 a 7. Foram escritas em Trôade, endereçadas aos cristãos de Filadélfia, de Esmirna e uma carta pessoal a Policarpo, o jovem pastor da igreja em Esmirna. Ali ele exorta para que os crentes evitem as contendas e os ensinamentos heréticos, para que seguissem a orientação de seus pastores e procurassem preservar a unidade da fé.

Essas cartas servem de importante testemunho do surgimento do episcopado monárquico e da autoridade superior que, por essa altura, a igreja em Roma já desfrutava, ou seja, no começo do século II D.C.

II. Data

É fácil determinar uma data aproximada. Essas cartas foram escritas durante o reinado de Trajano (98—117 D.C.). Eusébio, em sua *Crônica*, diz, especificamente, que Inácio morreu no décimo ano do reinado de Trajano, isto é, entre (108 e 109 D.C.); mas muitos estudiosos não crêem na exatidão dessa informação. Seja como for, não há como fixar data mais exata, embora os estudiosos tendam por supor que seu martírio ocorreu já perto do fim do reinado de Trajano, talvez em 115 D.C. Portanto, suas cartas devem ter sido escritas pouco antes disso.

III. Motivo e Propósitos

Inácio gostaria de ter podido visitar as igrejas às quais escreveu. Mas o tempo escoava-se, e o tempo de sua morte era chegado. Estava sob guarda militar, pelo que perdera a liberdade. Assim, fez a única coisa que podia. Escreveu essas sete cartas a fim de comunicar, por assim dizer, seu último testamento espiritual. As perseguições contra os cristãos estavam se intensificando, e ele queria encorajar aos crentes a permanecerem firmes. Além disso, a heresia do *gnosticismo*, com seu docetismo (ver os artigos sobre ambos esses assuntos), estava causando perturbações, e Inácio escreveu para avisar aos cristãos a fim de não acolherem tais doutrinas. Ele também aproveitou o ensejo para agradecer àqueles a quem conhecera e de quem ouvira falar, pelo seu testemunho cristão. Em sua carta a Policarpo, Inácio mostrou que os cristãos deviam obedecer a seus líderes eclesiásticos. Em data tão recuada, pois, já encontramos uma forma episcopal de governo eclesiástico, onde um bispo era tido como autoridade não somente de uma igreja local, mas de toda uma região, com diversas igrejas locais. Inácio, pois anelava para que as autoridades constituídas da Igreja fossem respeitadas. Também preocupava-se para que a unidade da Igreja fosse preservada. Já tinham surgido problemas com os abusos sexuais, e Inácio escreveu acerca disso. Ele favorecia, embora não exigisse, o *celibato* (vide). Em seus dias, opositores judeus atacavam a Igreja cristã. Ele advertiu contra o retorno à fé judaica, vendo um avanço definitivo no cristianismo. Ele falou com grande vigor, afirmando que «é monstruoso falar sobre Jesus Cristo e praticar o judaísmo». (Aos Magnesianos 8:3).

IV. Ensinamentos Doutrinários

1. Cristo tanto nasceu como não nasceu; ele viveria no tempo e fora do tempo. Inácio opunha-se ao *docetismo* (vide).

2. A Igreja seria o lugar do sacrifício, onde se celebraria a *eucaristia* (vide).

3. Todos os crentes, coletivamente falando, formariam a *Igreja Católica* (vide).

4. *Ordem Eclesiástica*: bispo, anciãos, diáconos. O bispo é comparado com Deus ou com Cristo; os anciãos são comparados aos apóstolos; e os diáconos, aos servos da Igreja. O bispo seria o mestre autorizado da Igreja, o despenseiro dos mistérios de Cristo. Nisso vemos um reflexo do tipo episcopal de governo eclesiástico.

5. O celibato é louvado por Inácio, devendo ser praticado, segundo ele, por todos os capazes; mas isso não é uma regra imposta aos líderes e aos membros da Igreja.

6. A igreja em Roma é reconhecida como dotada de autoridade superior às demais. Podemos dizer que isso reflete uma condição que favoreceu o desenvolvi-

mento da Igreja Católica Romana.

7. Inácio ensinava a divindade de Cristo, seu nascimento virginal, seus sofrimentos expiatórios e sua ressurreição. Mediante os sofrimentos de Cristo é que somos salvos, segundo ele. (Ver Esmirna 2:1).

8. Ele ensinava uma união mística com Cristo. Ver o artigo intitulado *Cristo-Misticismo*.

9. O Antigo Testamento contém uma autêntica mensagem profética a respeito de Jesus Cristo.

10. A Igreja, a Noiva de Cristo, não deveria pecar. Mas, se chegasse a fazê-lo, restava-lhe o caminho do arrependimento (Efésios 14:2; Filipenses 8:1).

11. Ele se opunha ao gnosticismo (especialmente ao docetismo), bem como ao judaísmo. Este último estava ultrapassado pela revelação divina através de Cristo. (AM E KL LIG(1890) Z)

INÁCIO DE ANTIOQUIA

De acordo com Eusébio (**Hist. Ecl.** 3.36,2), foi o terceiro bispo de Antioquia da Síria. Teria sido martirizado em Roma, durante o reinado de Trajano. Orígenes considerava-o o segundo bispo daquele lugar. Ver *Hom.* VI, em Luc. par. 1. Segundo ele, teria sido devorado pelas feras, como castigo.

A caminho de Roma, desde a Síria, passando pela Ásia Menor, Inácio escreveu sete cartas a diversas igrejas cristãs. Por meio delas, deduzimos a maior parte do que sabemos sobre ele e suas crenças. Essas cartas estão agora entre os escritos dos chamados pais apostólicos da Igreja. Os títulos indicam os lugares para onde essas missivas foram endereçadas, a saber, aos Efésios, aos Magnesianos, aos Tralianos, aos Romanos, aos Filadelfianos, aos Esmirneanos. Uma delas era uma carta pessoal dirigida a Policarpo. Ver o artigo sobre *Inácio, Cartas de*, onde damos descrições sobre a natureza e o conteúdo dessas cartas.

As tradições dizem-nos que representantes cristãos de Éfeso, de Magnésia e de Trales vieram saudar Inácio, quando ele passava em direção norte, tendo partido da Síria. As cartas numeradas de um a três foram escritas em Esmirna, tendo sido endereçadas aos cristãos de Éfeso, Magnésia e Trales. As cartas de cinco a sete foram escritas em Trôade, tendo sido dirigidas aos cristãos de Filadélfia, de Esmirna, além de uma carta pessoal enviada a Policarpo, o jovem bispo de Esmirna. Essas cartas mostram que Inácio era homem de grande entusiasmo religioso, ansioso por morrer por Cristo, por quem ele tinha profundo amor. Foi um pastor zeloso, preocupado com os cristãos de toda a parte, desejando que fossem fortes em meio às tribulações, sempre progredindo espiritualmente. Em sua carta a Policarpo, exorta-o à coragem, usando duas metáforas: «Que nada te perturbe. Fica firme como a bigorna sob o malho. Um grande lutador é espancado, e mesmo assim vence».

Até onde vai nosso conhecimento, ele foi o primeiro a usar o termo *Igreja Católica*. Ele reconhecia uma posição de superioridade e autoridade da Igreja de Roma, dizendo que tanto Pedro quanto Paulo haviam ministrado naquela cidade. Foi martirizado em Roma, durante o reinado de Trajano (98—117 D.C.).

INÁCIO DE LOYOLA

Suas datas foram 1491—1556. Ele foi um líder religioso espanhol, da Igreja Católica Romana. Foi o fundador da Sociedade de Jesus, também chamados jesuítas. Nasceu em Loyola, em Azpeitia, na região basca da Espanha. Serviu como pajem em diversas igrejas. Tornou-se um homem de extraordinárias habilidades, de liderança e profundamente religioso.

Experiência Espiritual. Com a idade de vinte e cinco anos, serviu nas forças militares do vice-rei de Navarra. Durante o cerco de Pamplona, pelos franceses, foi seriamente ferido. Passou seu tempo de convalescença no castelo de Loyola. E, não tendo outros livros, leu livros acerca de Cristo e dos santos. Esses livros serviram para ele como um farol, e ele foi transformado em seu senso religioso. Fez uma peregrinação a Montserrat, e ali passou uma noite inteira de vigília. O resultado disso é que ele resolveu tornar-se um guerreiro de Cristo. No ano seguinte, estando ainda perto de Montserrat, passou por várias experiências místicas poderosas.

Eventos Posteriores. Inácio mudou-se para a Palestina, na esperança de viver ali. Mas, os turcos não lho permitiram. Retornou à Europa e passou onze anos em estudos diligentes, procurando tornar-se um servo melhor de Cristo. Formou-se como mestre, em Paria. Votou que viveria na pobreza e praticando atos de caridade. Quis fazer outra viagem à Palestina, mas isso lhe foi impossível. E resolveu servir à causa do papado, de forma toda especial.

Ele e vários companheiros puseram-se à disposição do papa Paulo III, tendo fundado o que chamaram de Companheiros de Jesus. A 27 de setembro de 1540, o papa Paulo III aprovou e encorajou a aventura deles, ficando assim formada a Sociedade de Jesus. As ênfases do grupo eram a simplicidade de vida, a caridade, a flexibilidade no serviço da Igreja, a obediência cega ao papa. Não houve a escolha de quaisquer trajes eclesiásticos especiais. Os jesuítas fazem voto de não buscar ofícios eclesiásticos e têm sido muito usados na educação e nas atividades missionárias católicas romanas. Eles se consideram cavaleiros ao serviço de Cristo. algo parecido com a atitude do Exército da Salvação, no protestantismo. Inácio de Loyola, contra sua vontade, foi eleito o primeiro superior geral da ordem dos jesuítas.

Ele permaneceu em Roma, encorajando o crescimento da nova ordem; enviou milhares de cartas, encorajando àqueles que se unissem à cruzada. Por ocasião de sua morte, que ocorreu a 31 de julho de 1556, a Sociedade de Jesus tinha cerca de mil membros, em doze regiões ou províncias da Itália.

O próprio Inácio não se envolveu em atividades antiprotestantes; mas alguns dos membros de sua sociedade assim fizeram. O interesse principal dessa sociedade, durante seus primeiros anos de existência, eram as missões ao estrangeiro. Isso tem continuado até hoje. Dos mais de trinta mil jesuítas existentes na década de 1970, oito mil deles dedicavam-se a vários tipos de trabalho missionário. Ver o artigo separado sobre os *Jesuítas*. Muitos jesuítas mostram-se ativos em instituições educacionais.

A Espiritualidade de Inácio de Loyola. Ele escreveu um livro intitulado *Exercícios Espirituais*. O propósito básico desse livro é o de ajudar o leitor a obter uma visão do que significa servir a Cristo. Inácio foi um místico, mormente em seus primeiros anos de carreira; mas a ênfase daquele livro recai sobre o trabalho e o serviço. Na teologia ele era um trinitário e cristocêntrico. Sua ênfase era fazer mais (um termo de uso freqüente em seus escritos) em favor de Cristo. O lema de sua vida era: «Para a maior glória de Deus».

Foi canonizado santo por Gregório XV, em 1622. Sua festa religiosa é celebrada a 31 de julho.

INALTERÁVEL

Ver os seguintes artigos: *Imutabilidade de Cristo; Imutabilidade; Atributos de Deus* (II.7).

INARI

Palavra japonesa que significa «planta do arroz» (ine) e «crescer» (naru). Esse nome designa o panteão japonês das divindades alimentares e da fertilidade, que consiste em nove principais deuses, que são adorados nos chamados santuários Inari, da religião xintoísta.

INCENSO

Tradicionalmente, esse é o símbolo da oração. (Ver Lev. 16:12,13; Sal. 141:2 e Luc. 1:9). O vidente João transferiu para o templo celestial aquilo que era praticado no templo terreno. Edersheim, ao descrever o oferecimento de incenso no templo, fornece-nos a seguinte descrição: «Quando o presidente baixava a ordem de que 'chegara a hora do incenso', a multidão inteira, do lado de fora, saía do átrio mais interno e se prostrava diante do Senhor, de palmas voltadas para cima, em oração silenciosa. Era aquele o momento mais solene, quando por todos os vastos edifícios do templo, descia profundo silêncio sobre a multidão que adorava, ao passo que, dentro do próprio santuário, o sacerdote punha o incenso sobre o altar de ouro, e as nuvens odoríferas ascendiam diante do Senhor, o que serve de imagem simbólica das coisas celestiais, no Apocalipse (ver Apo. 8:1,3). As orações feitas pelos sacerdotes e pelo povo, nessa porção do culto, foram registradas pela tradição, como segue: 'É verdade que Tu és Yahweh, nosso Deus, o Deus de nossos pais; és nosso Rei e o Rei de nossos pais; és nosso Salvador e a Rocha da nossa salvação; és nosso Ajudador e Libertador. Teu nome vem de toda a eternidade, e não há Deus além de Ti. Aqueles que foram libertados entoam para Ti um novo cântico, como Rei, dizendo: 'Reinará Yahweh, que salva a Israel'. (Isso pode ser comparado ao cântico de Moisés, em Apo. 15:3, e ao «novo cântico» que aparece no nono versículo do oitavo capítulo de Apocalipse).

Esboço:

I. Definições e Palavras Empregadas
II. Caracterização Geral e Uso entre os Hebreus
III. O Altar do Incenso
IV. Uso do Incenso na Igreja Cristã
V. Usos Simbólicos

I. Definições e Palavras Empregadas

A palavra portuguesa *incenso* vem do latim, *incensus*, o particípio passado de *incendere*, «acender». O incenso é feito de uma substância aromática que, quando é queimada, exala um odor agradável. Duas são as palavras hebraicas traduzidas por «incenso», na Bíblia portuguesa, a saber:

1. *Qetoreth*, «incenso», «perfume». Essa palavra, com suas variantes, *qetorah*, *qatar* e *quitter*, todas elas derivadas do verbo que significa «criar odor mediante queima», ocorre por cerca de cento e setenta e oito vezes, conforme se vê, por exemplo, em Êxo. 25:6; 39:38; 40:5,27; Lev. 10:1; 16:12,13; Núm. 4:16; 16:7,17,18,35,40,46,47; I Sam. 2:28; I Crô. 6:49; 28:18; II Crô. 2:4; 13:11; Sal. 66:15; 141:2; Isa. 1:13; Eze. 8:11; 16:18; 23:41; Deu. 33:10; Mal. 1:11; Jer. 44:21.

A forma verbal dessa palavra refere-se não só ao oferecimento do incenso propriamente dito, mas também ao odor do fumo dos sacrifícios, que, na concepção dos hebreus, era agradável a Yahweh (ver Sal. 66:15).

2. *Lebonah*, «olíbano». Essa palavra aparece por vinte e uma vezes no Antigo Testamento. Por exemplo: Êxo. 30:34; Lev. 2:1,15,16; Núm. 5:15; I Crô. 9:29; Nee. 13:9; Can. 3:6; 4:6,14; Isa. 43:23; 66:3; Jer. 6:20; 41:5. No hebraico, essa palavra vem da mesma raiz que significa «branco».

Todos os eruditos insistem em que o olíbano não é a mesma coisa que o incenso, mas era uma outra substância, também perfumada. É possível que esse nome se derive das florestas do Líbano, porquanto ali era costume crescerem plantas que produziam gomas odoríferas. Há uma nota na *Bíblia Anotada de Scofield* sobre Êxo. 30:34 que afirma que o olíbano não deve ser confundido com o incenso, onde também se lê que o olíbano era *adicionado* ao incenso, embora também pudesse ser usado independentemente. Seja como for, o Antigo Testamento não nos revela do que essa substância era feita, ao passo que há instruções específicas acerca da preparação do incenso.

No Novo Testamento também encontramos duas palavras gregas envolvidas:

1. *Thumíama*, «incenso». Esse termo grego figura por seis vezes. Luc. 1:10,11; Apo. 5:8; 8:3,4; 18:13. Os ingredientes usados para o fabrico do incenso, na cultura hebréia, aparecem em Êxo. 31:34,35. A substância assim composta era, então, partida em pedacinhos, que eram queimados. Visto que a fórmula era conhecida, não havia razão alguma para as classes mais afluentes não produzirem incenso para seu uso particular. Entretanto, isso era estritamente proibido, sob pena de exclusão (Êxo. 30:37,38), pois o incenso só podia ser usado para finalidades sagradas. O verbo, *thumiáo*, aparece em Luc. 1:9.

2. *Líbanos*, «olíbano». Essa palavra ocorre por duas vezes no Novo Testamento: Mat. 2:11 e Apo. 18:13. Corresponde à palavra hebraica *lebonah* (ver acima). Essa substância foi um dos presentes dos magos (vide), ao menino Jesus.

II. Caracterização Geral e Uso Entre os Hebreus

O incenso é uma substância seca, resinosa, aromática, de cor esbranquiçada ou amarelada, de gosto amargo ou pungente. Posto no fogo, o incenso queima durante muito tempo, emitindo uma chama constante e muito odorífera. Várias árvores do gênero *Boswellia*, que crescem na Índia, na África e na Arábia, produzem essa goma através de incisões feitas em sua casca. São bastante comuns as referências a essa substância na literatura antiga. Heródoto, Célsio e a própria Bíblia (ver acima), referem-se ao incenso.

O produto era importante no comércio da antiguidade, que seguia as rotas de caravanas comerciais entre o sul da Arábia e daí até Gaza e Damasco, conforme se percebe em Isa. 50:6. A substância fazia parte da composição do óleo da unção (Êxo. 30:34), sendo queimada, juntamente com outras substâncias, durante a oferta de manjares (Lev. 6:15). Em sua forma pura, o incenso era posto sobre os pães da proposição (Lev. 24:7). Um dos presentes oferecidos pelos magos, ao infante Jesus, foi essa substância (Mat. 2:11). Os intérpretes opinam que esse incenso simbolizava o ministério sacerdotal de Cristo. Seja como for, é verdade que o incenso simboliza o fervor religioso. A palavra grega correspondente, *líbanos*, tal como o vocábulo hebraico, também significa «branco». As árvores do gênero Boswellia estão aparentadas à espécie de terebinto. Elas produzem flores com formato de panículas brancas, verdes e com as pontas róseas.

Entre os hebreus havia um uso não-religioso do incenso. É de se presumir que, nesse caso, a fórmula não fosse a mesma da do incenso usado nos rituais do tabernáculo e do templo. O incenso era usado como motivo de prazer (Pro. 27:9); pelas prostitutas, em seus festins (Eze. 23:41); nos funerais dos reis (II Crô.

16:14; 21:19; Jer. 34:5); finalmente, era passado em redor, em taças, após algum banquete (ver Mishnah, *Berakoth*, 6:6).

Sabemos que, na adoração pagã, como na de Baal, o incenso era usado, o que foi condenado pelos profetas hebreus (I Reis 11:8). O trecho de Lev. 26:30 menciona altares pagãos para incenso. Incenso era queimado nos santuários dos *lugares altos*, o que também era condenado (I Reis 22:43), provavelmente porque esses lugares estavam vinculados a uma grosseira idolatria. Há trechos, como Isa. 1:13; 66:3 e Jer. 20, onde o incenso é condenado em associação à adoração ao Senhor; mas, provavelmente, isso visava àquela adoração vazia, meramente ritualística. A serpente de metal foi adorada juntamente com incenso, até que Ezequias pôs fim ao costume (II Reis 18:4).

O incenso veio a fazer parte dos ritos do templo, onde era oferecido em incensários especiais, como no dia da expiação, ou para a purificação das ofertas de manjares. O sacerdote oferecia o santo incenso aromático pela manhã e à tardinha, sobre o altar de ouro, diante do véu. Aarão fez isso (Êxo. 30:1-10), como também o fizeram os sacerdotes que eram escolhidos por lançamento de sortes, para servir no templo (ver Mishnah, *Tamid* 2:5; 5:2,4; 6:1-3 e Luc. 1:9). Um interessante ponto a observar é que, no judaísmo moderno, não é mais usado o incenso.

III. O Altar do Incenso

Ver o artigo separado com esse título.

IV. Uso do Incenso na Igreja Cristã

Por motivo de suas conexões com o paganismo, o incenso não foi usado nos meios cristãos até o fim do século IV D.C. Há menções específicas ao incenso, entretanto, em Antioquia da Síria, desde 594 D.C., e em Roma, a partir do século VIII D.C. Entretanto, o oferecimento de incenso, nos templos cristãos, só começou no século XIV. A Igreja Católica Romana, a Igreja Ortodoxa Oriental e a Igreja Alta Anglicana empregam incenso em seus ritos. É queimado ali o incenso em um vaso com tampa, dotado de frestas, chamado *incensário* (vide), nas missas solenes, nas bênçãos, nas vesperais, nos funerais e em outras ocasiões. Na bênção da vela pascal, cinco grãos de incenso representam os *cinco ferimentos* (vide) do Senhor Jesus crucificado e ressuscitado. A fragrância aromática do incenso aponta para a virtude; sua queima simboliza o zelo; e o fumo que sobe refere-se às orações em sua ascensão aos lugares celestiais.

V. Usos Simbólicos

Acabamos de mencionar alguns usos simbólicos do incenso, na Igreja cristã, a saber:

1. Orações que sobem ao trono de Deus são o sentido de Apo. 5:8.

2. Esse mesmo versículo (Apo. 5:8), aludindo especificamente a seres espirituais que manuseiam o incenso, provavelmente indica algum trabalho mediatório em favor dos santos, por delegação de Cristo. Que os anjos eram os mediadores das orações era uma doutrina judaica comum. O trecho de Apo. 8:3,4 menciona, especificamente, o trabalho dos anjos como mediadores nas orações, o que é simbolizado pela fumaça de incenso.

O incenso, com sua agradável fragrância, simbolizava as orações aceitas diante de Deus (Sal. 141:2), tal como a fumaça das ofertas queimadas era tida como agradável para Yahweh. O incenso, oferecido pelos judeus, nos holocaustos da manhã e da tarde, representava as orações feitas na oportunidade (Luc. 1:10).

3. A beleza da sabedoria (Ecl. 24:15).

4. O conhecimento de Cristo (II Cor. 2:14).

5. O fato de que Deus possui e governa o mundo inteiro era simbolizado pelas diversas substâncias componentes do incenso, de acordo com *Filo*, «Quem é o Herdeiro das Coisas Divinas?», e com Josefo (*Guerras* 5.5).

6. O incenso, com suas muitas qualidades (mistura de elementos) e com sua suave fragrância, simboliza as excelências de Cristo.

INCERTEZA, PRINCÍPIO DA

Essa é uma lei da física, proposta pela primeira vez por Werner Heisenberg, em 1929. Essa lei tem afetado profundamente a teoria quantum. Ver sobre a *Mecânica Quantum*. Também influencia a teoria das causas, sendo filosoficamente aplicada à questão do determinismo e do livre-arbítrio.

O princípio da incerteza afirma que a posição e o impulso de uma partícula não podem ser conhecidos sem uma certa dose de incerteza, porquanto o processo para se estabelecer tal posição ou tal impulso afeta ambas as coisas. Um eléctron, ao deslocar-se a uma velocidade conhecida, só pode ter sua posição, em um instante particular, conhecido e expresso em termos de probabilidades. Isso subentende uma incerteza quanto à identidade e ao destino daquele eléctron. Ora, se uma partícula qualquer não pode ser identificada sem certa incerteza, como alguém poderia dizer o que sucederá a ela no futuro? E se a identidade e o destino de uma partícula estão na dúvida, como alguém poderia saber se a lei de causa e efeito está sendo obedecida? Na filosofia e na teologia disputa-se até que ponto tais informes podem ser aplicados ao problema do determinismo versus livre-arbítrio. Isso envolve, antes de mais nada, as questões acerca do espírito, da vontade e do poder de Deus, e não as questões que dizem respeito à matéria. Em segundo lugar, os próprios cientistas não têm certeza quanto ao que está envolvido nessa questão. Eles não sabem se o que é incerto é o nosso conhecimento, ou as ações das partículas subatômicas. Todavia, Einstein tinha a convicção de que Deus não estava jogando dados, pelo que aquele grande cientista rejeitava, pelo menos teoricamente, o princípio da incerteza. Talvez a ciência do futuro consiga solucionar esse dilema.

INCESTO

Esboço:

I. Definição
II. Caracterização Geral
III. O Incesto na Sociedade Hebréia
IV. Razões do Tabu do Incesto

I. Definição

Incesto é palavra que vem do latim, *incestus*, «não casto». Essa palavra latina é formada por *in*, «não», e *castus*, «casto». Todavia, no seu uso comum, indica certo tipo de imundícia moral, a saber, contactos sexuais entre pessoas aparentadas mui estreitamente, o que as impede de contraírem casamento legal.

II. Caracterização Geral

O incesto é um relacionamento heterossexual proibido pelas costumes da sociedade e pelas leis. Envolve pessoas de parentesco por demais próximo, o que lhes veda o matrimônio legal. Assim, quase todos os povos desaprovam os relacionamentos sexuais entre um pai e sua filha, entre uma mãe e seu filho, e entre

irmão e irmã. Todavia, a história provê notáveis exceções quanto ao caso de irmãos e irmãs. No antigo Egito, entre indígenas do Peru e do Havaí, por exemplo, a união entre irmãos e irmãs não somente era permitida, mas até era requerida, a fim de manter a «pureza» do sangue real.

Em algumas sociedades, a regra do incesto é mais rígida do que em outras. Ali é proibido o casamento entre pessoas com qualquer grau de parentesco, sem importar quão distante seja esse grau. Assim, na China, uma pessoa não contrai matrimônio com outra pessoa que tenha o mesmo nome de família, mesmo que se desconheça o mais remoto grau de parentesco. E, em algumas sociedades primitivas, cada pessoa precisa escolher o cônjuge fora de sua própria tribo. Em outras culturas, como aquelas onde prevalecem várias castas, o oposto se dá: cada indivíduo tem de se casar dentro de sua própria tribo, sem qualquer mistura de castas.

III. O Incesto na Sociedade Hebréia

Ver os artigos separados *Matrimônio* e *Crimes e Castigos*.

O décimo oitavo capítulo de Levítico dá as proibições veterotestamentárias relativas ao incesto. Especialmente, ficam vedados casamentos entre um filho e sua mãe; com a madrasta; com uma irmã ou meia-irmã; com uma neta, filha de um filho ou de uma filha; com a filha de uma madrasta; com uma tia, irmã do pai ou da mãe; com a esposa de um tio pelo lado paterno; com uma nora; com uma cunhada; com uma mulher e sua filha, ou com uma mulher e sua neta; com a irmã de uma esposa ainda viva. Exemplos de incesto, encontrados na Bíblia, aparecem em trechos como Gên. 19:30-35; 35:22; 49:4; II Sam. 13:7-14; Eze. 22:10,11 e I Cor. 5:1-5.

As leis levíticas concernentes ao incesto, bem como as penas impostas, figuram em Lev. 20:11-21. A pena usualmente imposta era a sentença de morte. Punição menos severa era aplicada nos casos de alguém que (aparentemente) se casasse com uma tia ou com uma cunhada (presumivelmente, após a morte de seus respectivos cônjuges), que não tivessem ainda tido filhos. Paulo, ao abordar um notório caso de incesto (I Cor. 5:1-5) pediu à igreja de Corinto que orasse para que o culpado fosse entregue a Satanás, a fim de que morresse, o que talvez ocorreria por acidente, enfermidade, ou quem sabe o quê.

IV. Razões do Tabu do Incesto

1. *Razões Religiosas*. Em algumas sociedades, as relações incestuosas eram e continuam sendo proibidas por causa de ensinos contidos em documentos sagrados, que se propõem como revelações divinas sobre a questão. Isso indica que o incesto envolve um erro moral do ponto de vista divino. A ética teísta parte do pressuposto de que as leis éticas fundamentais foram instituídas por Deus.

2. O incesto contribui para a desestabilização da sociedade, porquanto perturba as fronteiras específicas do casamento legítimo.

3. Alianças são estabelecidas entre distintos grupos, mediante trocas de noivas. A fim de garantir o sucesso dessa idéia, as tribos e as famílias que são aparentadas entre si perto demais ficam excluídas nessa troca de noivas.

4. De acordo com as modernas pesquisas genéticas, as leis sobre o incesto também evitam muitos defeitos genéticos, que se acentuariam nos filhos de pessoas aparentadas perto demais entre si.

••• ••• •••

INCHAÇÃO

No hebraico, seeth. Esse termo aparece em Lev. 13:2,10,19,28,43; 14:56. Está em foco a intumescência da parte afetada do corpo humano. Com freqüência, essa inchação é causada pela inflamação devida à presença de substâncias nocivas nos tecidos, como um pouco de sangue vertido dos vasos, resultante de algum ferimento ou machucadura, uma ferroada de inseto ou como a picada de alguma serpente venenosa. Ver também sobre *Veneno*. Qualquer dessas coisas é capaz de dissolver células do sangue, causando a retenção de fluidos nas partes afetadas. O entupimento de vasos linfáticos ou de vasos sangüíneos também pode causar inchação. Um dos casos mais horríveis de entupimento dos vasos linfáticos é o da *elefantíase*, doença proveniente da Índia que faz os membros afetados (geralmente as pernas, os antebraços ou os seios femininos) incharem de modo que chegam a ser repulsivos. Visto que a inchação impede a circulação do sangue, a pele começa a morrer, com o aparecimento de nódoas esverdeadas que parecem limo, sobretudo quando ataca os pés. Estes incham tanto que se deformam, parecendo-se então, com as patas de um elefante. Os homens são forçados a usar calças com bocas largas. Toda a porção afetada fica arroxeada e de horrível aspecto. A vítima acaba morrendo de gangrena. Em nosso país, a condição infelizmente tornou-se comum em Belém do Pará. O mosquito é o veículo transmissor da doença.

Certos tumores, como o câncer, também podem produzir incrível inchação. Ver Lev. 13:2; Núm. 5:21 e Atos 28:5. Certos tipos de inchação, segundo vemos no décimo terceiro capítulo de Levítico, eram devidos à lepra. Dizem os entendidos que apesar dos métodos de exame serem primitivos, os diagnósticos, assim feitos, eram seguros.

INCIRCUNCISÃO

Há duas palavras hebraicas a serem consideradas, como também duas palavras gregas, no caso deste verbete, a saber:

1. *Arel*, «incircunciso». Esse termo hebraico aparece por trinta e cinco vezes, conforme se vê, por exemplo, em Gên. 17:14; Êxo. 6:12,30; Lev. 19:23; Jos. 5:7; Juí. 14:3; I Sam. 14:6; 17:26,36; II Sam. 1:20; Isa. 52:1; Jer. 6:10; 9:26; Eze. 28:10; 31:18; 44:7,9.

2. *Orlah*, «incircuncisão». Palavra hebraica que ocorre por uma vez com esse sentido, em Jer. 9:25, embora ocorra por mais treze vezes, com o sentido de «prepúcio».

3. *Akrobustía*, «incircuncisão». Vocábulo grego que é usado por vinte vezes, em Atos 11:3; Rom. 2:25-27; 3:30; 4:9-12; I Cor. 7:18,19; Gál. 2:7; 5:6; 6:15; Efé. 2:11; Col. 2:13; 3:11.

4. *Aperítmetos*, «não-circuncidado». Palavra grega que ocorre somente por uma vez, em Atos 7:51.

Nas Sagradas Escrituras, essa palavra é usada tanto em sentido literal quanto em sentido figurado. Nas páginas do Antigo Testamento, a incircuncisão representava a incredulidade e a desobediência diante da aliança estabelecida entre Deus e o povo de Israel (Jer. 6:10; 8:25). No sentido simbólico, os israelitas rebeldes tinham um *coração incircunciso* e para aqueles que faziam ouvidos moucos para com a verdade, Deus tinha os ouvidos *incircuncisos* (Jer. 6:10).

Quando chegamos ao Novo Testamento, os judeus incrédulos, embora fisicamente circuncidados, eram espiritualmente incircuncisos (ver Rom. 2:28,29).

Mas certos gentios, embora fisicamente incircuncisos, são considerados circuncidados, quando observam a retidão da lei (Rom. 2:25-27). Quando alguém é regenerado, cai por terra a distinção entre os circuncisos e os incircuncisos (I Cor. 7:19; Gál. 5:6; 6:15; Col. 3:11), porquanto a regeneração faz todos os crentes, judeus ou gentios, se unirem em um único corpo de crentes (Efé. 2:11-22). Isso é assim porque a circuncisão nada tem a ver com a justificação. Abraão foi justificado mediante a fé, quando ainda não fora circuncidado, conforme se aprende em Romanos 4:9-12. «Como, pois, lhe foi atribuída (a justiça)? estando ele já circuncidado ou ainda incircunciso? Não há regime da circuncisão e, sim, quando incircunciso» (vs. 10).

INCLINAI-VOS!

No hebraico temos **abrek**, de sentido incerto, mas geralmente tomado como «inclinai a cabeça», «dobrai o joelho» ou «prostrai-vos». É uma exclamação que se acha exclusivamente em Gên. 41:43, relativa à proclamação da autoridade de José. Alguns pensam que essa palavra e a prática da aclamação em público foram trazidas pelos hicsos para o Egito, se é que o vocábulo tem origem assíria, conforme alguns pensam. Mas outros dizem que a palavra é egípcia. Orígenes dizia que o termo significa «um egípcio nato». Nesse caso, a proclamação indicava que José não mais deveria ser considerado um estrangeiro, e sim, um oficial egípcio.

INCONSCIENTE (MENTE)

Definição Geral. A mente inconsciente é aquela extensa área da psique humana que não se acha dentro do campo imediato do consciente, e cujo conteúdo, quando consiste em material reprimido, pode afetar a personalidade por meio de sonhos espantosos, temores mórbidos, impulsos e compulsões irracionais, além de diversas formas de comportamento irregular ou mesmo anormal. A mente inconsciente inclui tanto os processos mentais quanto as memórias que não podem ser relembradas prontamente.

1. *Platão*. A doutrina platônica das lembranças (ver sobre *Anamnésia*) fornece-nos uma base filosófica para essa doutrina. O trauma do nascimento, em cooperação com o processo da reencarnação (vide), bloqueia a memória do indivíduo que torna a nascer, a memória de suas vidas passadas; mas, por meio disso, ele também perde o acesso fácil ao fundo de conhecimento que existe nos *universais* (vide). Portanto, até onde vai o conhecimento vital, um homem voltaria a viver apenas como um fragmento daquilo que ele realmente seria. Mediante a razão (como nos diálogos), a intuição e as experiências místicas (como na contemplação), um homem poderia relembrar-se de parte desse depósito oculto de conhecimentos. E quanto mais espiritual tornar-se um homem, tanto maior seria o alcance do conhecimento posto à sua disposição. Ademais, para Platão, o conhecimento sempre envolveria questões de moralidade. Chegamos a saber mais quando nos tornamos pessoas melhores, visto que a ascensão do conhecimento é ajudado pelo aprimoramento moral.

2. *Leibniz*. De um ângulo diferente, sua filosofia dizia algo similar. Ele acreditava que o corpo, por meio do cérebro, vive recebendo um contínuo fluxo de percepções, embora sejam apenas *pequenas percepções*, informações apagadas e diluídas. Portanto, o homem seria consciente apenas de forma quase desprezível acerca de suas percepções, de tal maneira que ele não tomaria conhecimento de quase tudo quanto se apercebe.

3. *Schelling*. Ele pensava que a criatividade artística depende do fundo da mente inconsciente, de que o artista é capaz de tirar proveito, assim produzindo algo que está além do homem ordinário e da mente consciente.

4. *Schopenhauer*. Ele falava sobre uma *vontade cega*, que controlaria todas as coisas, como uma essência irracional que faz parte da natureza humana. Esse aspecto da existência está oculto e é misterioso, de tal modo que a mente humana consciente não o compreende muito bem.

5. *Eduardo von Hartmann*. Utilizando-se de idéias básicas de Schopenhauer, Hartmann desenvolveu um elaborado sistema filosófico no tocante à mente inconsciente. Ele cria que a extração de conhecimentos da mente inconsciente seria a chave para o desenvolvimento humano. Ele supunha que existem vários níveis mentais, desde o inconsciente profundo até o consciente desperto. Seu conceito de vários níveis da mente inconsciente foi aceito e desenvolvido por Freud. Contrastamos o *esforço* inconsciente com o *cumprimento* consciente.

6. *Sigmund Freud*. Ele via a mente inconsciente como um depósito que antes contivera material consciente, mas agora reprimido, e, isso posto, oculto da consciência desperta. Mas, embora reprimidas e esquecidas, essas memórias continuam bem ativas, condicionando os nossos atos e pensamentos. Na mente inconsciente agitar-se-iam muitos conflitos, lutas, irracionalidades, temores mórbidos e monstros morais e mentais de toda sorte, até mesmo em crianças pequenas. A psicanálise, contudo, ajudaria a desenterrar essas coisas; e, uma vez relembradas, elas deixariam de perturbar o indivíduo. A explicação de Freud não tinha a espiritualidade do conceito platônico, descobrindo a explicação da mente inconsciente nas experiências humanas terrenas, que vieram a ser suprimidas. Por sua vez, Platão localizava a mente humana na eternidade passada, e não meramente nas vicissitudes de nossa existência terrena presente.

7. *Carl Jung*. Ele falava sobre o inconsciente, pensando tratar-se da mente coletiva da qual todos os homens participariam. O inconsciente conteria toda a experiência humana, desde o começo da raça humana, com suas principais idéias e os seus arquétipos. Poderíamos tomar consciência do conteúdo desse grande depósito (similar ao conceito da *mente universal*; vide) por meio de sonhos, da intuição e das experiências místicas, e também mediante a ajuda da psicanálise. Esse seria o poder por detrás daquilo que fazemos e daquilo em que nos estamos tornando.

8. *Lucano*. Ele pensava que a linguagem usada reflete o conteúdo da mente inconsciente, pelo que, mediante a análise lingüística poderíamos obter certo discernimento quanto à natureza dessa mente.

9. *Lévi-Strauss*. Ele acreditava que o inconsciente contém a estrutura original e ideal. As realidades estruturais estariam acima da realidade empírica, podendo ser discernidas por representações que são transmitidas através de mitos, ritos e crenças religiosas. A imagem ideal da sociedade achar-se-ia na mente inconsciente; porém, os homens distorceriam essa imagem, em seus pensamentos e em seus atos, de tal modo que a sociedade assim produzida pelos homens também seria uma distorção.

O homem essencial é mais do que o seu corpo. Ele é dotado de mente, de alma espiritual; e, em minha

opinião, é uma pessoa antiqüíssima. A sua vida no corpo reduz o homem a um fragmento do seu verdadeiro «eu»; e uma parte do seu desenvolvimento espiritual consiste em recuperar as dimensões perdidas do espírito. Há uma grande reserva da mente pessoal e universal (da qual o indivíduo humano participa) que pode ser utilizada em nosso crescimento como entidades espirituais. Esse fundo também está à nossa disposição para a criatividade nos campos artístico, científico e religioso. Há um nível de revelação ou inspiração que está envolvido em tudo isso. A inspiração divina pode usar a mente inconsciente humana; mas faz parte da herança humana ser capaz de utilizar-se da riqueza extraordinária da mente inconsciente, inteiramente à parte de qualquer intervenção divina.

INCONSCIENTE COLETIVO

Carl G. Jung (vide) supunha que todos os membros da humanidade compartilham de uma espécie de depósito psicológico, que contém os *arquétipos*. Esses arquétipos são epítomes simbólicos das principais facetas da experiência e da compreensão humanas. Encontramos esses arquétipos sob a forma da Grande Mãe, o aspecto feminino da natureza; do Grande Pai, que é o seu aspecto masculino; do Profeta, que é o homem interior, inspirado a conhecer a verdade e a transmiti-la; e da Sombra, o lado negligenciado do indivíduo, aquele potencial que ele possui, mas que nunca desenvolveu. Ou então, essa Sombra pode ser o lado pior do indivíduo. Tratar-se-ia da personificação de seus piores impulsos e qualidades. Os arquétipos também poderiam ser representados por animais, como o cão, que seriam os impulsos inferiores; ou, se são positivos, como o cavalo, símbolo das energias psíquicas, ao passo que a serpente representaria a sexualidade, etc. Os arquétipos tornam-se conhecidos por nós na mitologia, nos ideais religiosos, mas, especialmente, nos sonhos, quando a mente põe-se a revisar a vida e o seu significado. Ver o artigo geral sobre *Jung*. (CHE DRE F)

INCREDULIDADE

1. *As Palavras*. A palavra grega *apistia*, «incredulidade», aparece por doze vezes no Novo Testamento: Mat. 13:58; 17:20; Mar. 6:6; 9:24; 16:4; Rom. 3:3; 4:20; 11:20,23; I Tim. 1:13; Heb. 3:12,19. Sua forma verbal, *apistéo*, ocorre por sete vezes: Mar. 16:11,16; Luc. 24:11,41; Atos 28:24; Rom. 3:3 e II Tim. 2:13. O termo *apeitheía* figura por sete vezes: como «incredulidade», em Rom. 11:30,32 e 4:6,11; e como «desobediência», em Efé. 2:2; 5:6; Col. 3:6. Essa palavra grega encerra a idéia de incredulidade proposital, que resulta em revolta. Assim, os gentios receberam misericórdia da parte de Deus em vista da revolta de Israel, que terminou em apostasia (ver Rom. 11:32).

2. *Tipos de Incredulidade na Bíblia*:

a. Simplesmente não crer em alguma coisa, de natureza religiosa ou secular. É perfeitamente possível alguém não crer em certos elementos de algum credo cristão, sem que isso faça desse alguém um incrédulo na pessoa e na missão de Cristo. Os credos, por mais exatos que seus proponentes procurem fazê-los, não são, necessariamente, bons representantes da verdade, pois, no mínimo, pecam por omissão, quando não distorcem alguma faceta da verdade.

b. Pode haver uma negligência proposital da verdade, como no caso dos pagãos que apostatam de Deus, em sua rebeldia e insensibilidade. Ver Rom. 1:18 *ss*.

c. Pode haver a incredulidade proposital em face de alguma verdade revelada. Ver João 1:11 e 19. Os homens que amam as trevas não se mostram ansiosos por acolher e receber a verdade, porquanto isso requer mudança nas atitudes básicas diante da vida, seus valores e usos, e mudança na conduta.

d. Pode haver uma afronta direta à veracidade divina, conforme se vê no antigo sistema gnóstico, que misturava, em sua forma de cristianismo, idéias cristãs, judaicas e das religiões orientais misteriosas, com toda a mitologia que elas incluíam. Há forte oposição ao gnosticismo em vários dos livros do Novo Testamento, em um sentido ou outro. Ver Colossenses, Efésios, I e II Timóteo, Tito, Judas e as três epístolas joaninas. Além disso, o evangelho de João e o Apocalipse contêm alusões ao sistema gnóstico.

e. Pode haver a falta de fé que resulta na desobediência. Essa é uma forma comum de incredulidade, do tipo que o povo de Israel praticou durante suas vagueações pelo deserto (ver Heb. 3:19; 4:6). A incredulidade expressa-se mediante a desobediência, o fracasso espiritual e a alteração dos desígnios divinos quanto aos incrédulos.

f. A incredulidade evangélica ocorre quando os homens ouvem o evangelho, mas, por alguma razão, acabam-no rejeitando. Isso sempre envolve mais do que apenas descrer de alguma doutrina do sistema cristão. Também envolve a rejeição dos imperativos morais da fé cristã, não querendo o incrédulo submeter-se à vontade do Senhor, tornando-se um discípulo de Cristo, por meio de quem ocorre nossa transformação espiritual. Ver João 3:19 *ss* e Atos 20:21.

3. *A Incredulidade Eclesiástica*. Cada denominação cristã é arrogante o bastante para supor que outras denominações encontram-se, pelo menos em parte, em um estado de incredulidade, porquanto promovem outros sistemas de pensamento e formas de culto religioso. Essa é a incredulidade credal e eclesiástica, de acordo com a qual cada denominação cristã seria culpada, segundo a estimativa de outras denominações.

4. *A Incredulidade do Crente*. Visto que todos os crentes têm defeitos de fé e de prática, todos nós, na realidade, somos culpados de alguma forma de incredulidade, em alguma proporção, alguns mais e outros menos. A vida de fé, de acordo com a qual nos desenvolvemos espiritualmente, tem por finalidade anular, pouco a pouco, esses defeitos. A *heresia* (vide) pode resultar daí. Sem dúvida, um dos resultados dessa incredulidade é a carnalidade. A falta de poder espiritual na vida é outro desses resultados. O fracasso em cumprir a missão pessoal também pode ser um dos seus resultados. Todo crente tem muita razão em clamar: «Eu creio, ajuda-me na minha falta de fé» (Mar. 9:24).

5. *A Vontade de Não Crer*. Não se pode duvidar que os céticos não querem mesmo acreditar, da mesma forma que os crentes exibem a tendência de crer em coisas a qualquer preço, contanto que isso lhes confira conforto mental. Ver o artigo separado intitulado *Vontade de Não Crer*. Ver também sobre o *Ceticismo*.

6. *O Contrário da Incredulidade*. A fé é um dom e uma virtude cultivada em nós pelo Espírito Santo (Efé. 2:8). Também é um dos aspectos do fruto do Espírito (Gál. 5:22). Ver o artigo geral sobre a *Fé*, o oposto e a cura para a incredulidade.

••• ••• •••

INCUBUS E SUCCUBUS

Incubus e seu plural, *incubi*, são palavras latinas provenientes de *incubare*, «jazer», «deitar». Na *demonologia* (ver sobre *Demônio, Demonologia*), um *íncubo* era um demônio macho que teria contactos sexuais com mulheres humanas. Já a palavra *succubus*, com seu plural *succubi*, vem do latim, *sub*, «debaixo», e *cubare*, «deitar», «jazer». Desse modo, um súcubo seria um demônio que agiria como fêmea, que buscaria homens humanos para propósitos sexuais. Os atos sexuais, realizados por tais entidades normalmente tomam a forma de alguma ilusão diabólica. Contudo, alguns demonologistas supõem que o ato é absolutamente real, sendo concretizado através de alguma espécie de materialização, por parte do demônio envolvido, íncubo ou súcubo. Ou então, um demônio pode usar um homem ou uma mulher, mediante possessão demoníaca, e desfrutar do sexo mediante o uso da pessoa possuída. Há certas estranhas tradições que dizem que até cadáveres têm sido animados temporariamente com tão horrendo propósito; mas, a maioria dos estudiosos não leva a sério essas fantásticas histórias.

Quase todos os psiquiatras acreditam que as forças envolvidas nessa questão são puramente subjetivas, ou seja, são meras forças pervertidas da mente do próprio indivíduo envolvido, e não manifestações de qualquer tipo de ser espiritual exterior. Mas, ao assim dizerem, nem por isso desconhecem que tais acontecimentos parecem perfeitamente reais para aqueles que por eles passam, embora não passem de alucinações. Usualmente, mais de uma explicação é possível para tais fenômenos. Certas explicações aclaram alguns casos, e outras explicações aclaram outros casos.

Os demônios são temíveis realidades, e não é para admirar que alguns deles sejam pervertidos sexuais. Por outro lado, há distúrbios psicológicos que podem imitar as possessões e as atividades demoníacas; e as pessoas assim afetadas precisam de um psiquiatra, e não de algum exorcista. Ver sobre o *Exorcismo*.

INCULPÁVEL

O trecho de Colossenses 1:22 ensina-nos que a missão de Cristo teve o intuito de tornar o crente «inculpável». A palavra grega envolvida é *ámomos*, «sem mácula». Era uma palavra usada para adjetivar os animais a serem sacrificados, os quais deveriam ser *sem defeito* algum. Mas também foi vocábulo aplicado a Cristo, na qualidade de Cordeiro a ser sacrificado (I Ped. 1:19 e Heb. 9:14). Essa palavra é usada em um sentido moral, apontando para aquele que não pode ser criticado, por estar livre de qualquer motivo de crítica, porquanto não tem defeitos morais, nem vícios em suas práticas, mas antes, por haver obtido a vitória sobre pecados contaminadores.

INDEFECTIBILIDADE

Essa é a qualidade de um ser isento de qualquer falha, decadência, erro ou imperfeição. Essa é uma palavra da teologia usada para descrever a santidade divina, a graça divina, o Filho de Deus, em sua natureza divina, o estado celestial, e até mesmo as Sagradas Escrituras. O papa, em seus pronunciamentos oficiais, também é considerado indefectível pela Igreja Católica Romana; e ela mesma se considera indefectível em sua missão salvatícia e medianeira, o que lhe teria sido dado por delegação divina.

••• ••• •••

INDEPENDÊNCIA DA ALMA

Provavelmente, nosso mais elevado conceito religioso é aquele que assevera que o espírito humano pode assumir a natureza divina, mediante a evolução espiritual, a qual se processa mediante a sua conformação segundo a imagem do Filho de Deus. Ver Rom. 8:29; II Cor. 3:18; Col. 2:9,10 e Efé. 3:19. Ver também os artigos intitulados *Transformação Segundo a Imagem de Cristo* e *Divindade, Participação do Homem na*. Um dos aspectos desse ensino é que a alma assim obtém a mesma forma de vida que aquela possuída por Deus, embora em sentido finito e secundário. Isso dará aos remidos a forma de vida chamada necessária e *independente*. E isso, por usa vez, significa que a verdadeira imortalidade foi outorgada a esses espíritos, a qual só Deus possui (I Tim. 6:16). Essa verdadeira imortalidade é uma forma de vida que não é derivada ou dependente. Ela é *necessária*, ou seja, não pode deixar de existir; e também é *independente*, porquanto é a sua própria causa, não dependendo de qualquer outro ser para que continue. Esse é o imenso dom da vida eterna, que Deus está dando aos homens, através do *Logos*, Jesus Cristo. Em outras palavras, o homem remido deixará de ter uma imortalidade derivada, que depende continuamente do poder divino para que continue. As almas remidas assumirão a mesma forma de vida que Deus possui. Essa vida foi dada ao Filho, quando de sua encarnação; e, através do Filho de Deus, está sendo comunicada aos filhos de Deus (João 5:25,26).

INDEPENDÊNCIA DA IGREJA

No tocante à Igreja, o termo «independência» apareceu durante a revolução dos puritanos. Era então usado para designar a porção que se opunha à Igreja Presbiteriana, vinculada ao Estado, que era a maioria daquela igreja, e que aderia à Confissão de Westminster.

John Cotton escreveu um tratado chamado *A Verdadeira Constituição de Uma Igreja Particular Visível*, em 1642, que era uma apologia da igreja local independente, livre de todas as hierarquias e governada somente por si mesma. Ver o artigo *Congregacionalismo*. A chamada *Narração Apologética*, parcialmente baseada no tratado de Cotton, estabelecia as normas para a Igreja da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos da América do Norte. Ali, os oficiais da igreja local são os pastores, os mestres, os anciãos e os diáconos. A disciplina eclesiástica aparece como dever dos anciãos, dentro dos limites de cada congregação local. Todavia, incluia a estranha provisão mediante a qual uma igreja local, após julgamento, poderia ser excluída do grupo pelas igrejas circunvizinhas.

Outro nome importante, ligado à questão que ora discutimos foi o de Robert Browne (1550—1633), cujos ensinamentos vieram a ser conhecidos como o *brownismo*. Posteriormente, ele renunciou à sua posição separatista e se tornou um padre anglicano. Conforme se pode verificar por suas datas, sua época antecedeu a da revolução puritana, e podemos mesmo supor que suas idéias influenciaram aquele movimento. Os batistas fizeram da independência das igrejas locais um de seus princípios básicos. Alguém já disse: «Os batistas são tão independentes quanto porcos no gelo». Só quem vive em países onde a água congela pode perceber a força dessa afirmativa. O gelo é extremamente *escorregadio*. Um porco, sobre o gelo não consegue controlar seus movimentos, da mesma maneira que os batistas desdenham de qualquer

autoridade externa às suas próprias igrejas. Nesse ponto, já entramos na antiga luta acerca da forma ideal de governo eclesiástico.

É claro que quando os apóstolos ainda viviam, prevalecia uma forma de governo *episcopal*. Já no começo do século II D.C., pelo menos, sabemos que havia bispos que mantinham jurisdição sobre áreas geográficas, e não apenas sobre igrejas locais. Mas a doutrina da independência da igreja local afirma que o governo episcopal original terminou com a morte dos apóstolos, e que o poder episcopal, surgido no século seguinte, foi uma corrupção. Todavia, com base exclusiva no Novo Testamento, não há como se obter uma única forma de governo eclesiástico. Todavia, parece que ali a forma mais favorecida é o governo episcopal. Para que esse tipo tenha prosseguimento, teremos de supor que os oficiais eclesiásticos, após os apóstolos, continuaram no espírito dessa forma de governo. Aceitar ou negar tal coisa é, essencialmente, uma questão de fé. Há versículos no Novo Testamento, como Mat. 18:15 *ss*, que mostram que *algumas coisas*, na Igreja cristã primitiva, como as questões disciplinares, eram efetivadas mediante medidas democráticas. No entanto, o Novo Testamento não nos fornece diretrizes para um governo democrático *generalizado* nas igrejas. Essa é uma criação da história eclesiástica como certas outras formas de governo eclesiástico. Ver os artigos separados sobre *Congregacionalismo, Batistas* e *Episcopalismo*. Ver, sobretudo, o artigo *Governo Eclesiástico*, quanto a um completo estudo sobre questões que envolvem o governo eclesiástico.

INDEPENDÊNCIA DE DEUS

Deus é dotado da verdadeira **imortalidade** (I Tim. 6:16). Todas as demais formas de vida são derivadas e dependentes, posto que intermináveis. Sua verdadeira imortalidade: Deus tem uma vida *necessária*, que não pode deixar de existir. Sua vida também é *independente*, ou seja, não tem outra fonte além de si mesma. Essa vida não é derivada de qualquer outro ser ou fonte originária. Deus não recebe idéias de outrem (Isa. 60:13,14); age com independência (Jó 36:23); é independente em sua santidade e em todos os seus atributos (ver sobre os *Atributos de Deus*), porquanto nenhum outro ser pode ao menos aproximar-se dele quanto a essas questões. Deus também é soberano em sua vontade, conforme bem o demonstra o nono capítulo de Romanos. Porém, o termo *independência* se aplica, sobretudo, à sua forma ímpar de vida, a mais elevada forma de vida, originária de todas as outras formas de vida. Toda a vida deriva-se de Deus, pelo que todas as demais formas de vida são dependentes, para sua continuação, da vida de Deus. Na redenção que há em Cristo, os homens chegam a possuir a forma de vida necessária e independente que Deus possui, conforme, também, se discute no artigo chamado *Independência da Alma*.

INDEPENDÊNCIA POLÍTICA

1. *Definição Básica*. A independência política de uma nação é atingida quando a mesma passa a autogovernar-se, sem sofrer pressões econômicas externas. Essa tese assevera que é direito de todas as nações autogovernarem-se e terem a liberdade de escolher suas próprias formas de instituições políticas, econômicas, culturais e religiosas. Em nossos próprios dias vemos o horrendo espetáculo das nações do chamado Terceiro Mundo (do qual faz parte o Brasil) escravizarem-se com imensas dívidas externas e internas. Assim, apesar de serem politicamente independentes, estão longe da independência econômica. Também deparamo-nos com o constrangedor espetáculo de casas bancárias internacionais tomarem vantagem desse estado de coisas para promoverem vários abusos, a fim de se enriquecerem mais ainda. Paralelamente a isso, os governos economicamente escravizados recusam-se a reconhecer a sua própria responsabilidade pelo que tem acontecido, sempre lançando a culpa em governos anteriores ou em outros fatores. O alcoólatra lança a culpa de seu vício ao dono do bar, que lhe vende cachaça. Na verdade, tanto aquele que vende quanto aquele que compra têm participação na tragédia.

2. *História*. Em certo sentido, a história da humanidade não passa de uma crônica de guerras. Nesses inúmeros conflitos armados vemos nações arrebatando a independência de outras nações, como também nações em luta para preservar a sua independência. Há alguma coisa que provoca essa situação, ao menos como um dos fatores da mesma, que deve revestir-se de grande importância na consciência humana.

Historicamente, o conceito da independência política passou a ser frisado, de modo especial, desde os movimentos anticolonialistas do século XVIII. A Revolução Americana e o subseqüente estado democrático norte-americano serviram de inspiração para o mundo inteiro. A obra de Adam Smith, *Riqueza das Nações*, com a sua doutrina do *laissez-faire* (vide) e da liberdade do comércio ofereceu uma sanção utilitarista à busca pela independência econômica. Porém, os abusos retrataram diante do povo uma mentalidade própria de utopia mitológica, e o materialismo veio então macular tudo.

O século XX tem visto muitos movimentos de independência, após a Primeira Grande Guerra, na Europa, e após a Segunda Guerra Mundial, na Ásia e África. O presidente Wilson, dos Estados Unidos da América do Norte, proclamou os princípios da autodeterminação nacional e cultural, o que se transformou em grito de guerra para muitos. A independência tem sido um poderoso conceito motivador na África, de umas tantas décadas para cá. De 1947 a 1962, os estados norte-africanos tinham obtido sua independência política; estados africanos ocidentais, centrais e orientais iniciaram a sua luta por liberdade, depois que Ghana tornou-se independente, em 1957. Em 1968, vinte e oito novos estados independentes haviam aparecido naquele continente, incluindo três na parte sul da África.

As Nações Unidas, em sua Declaração de Direitos e Deveres dos Estados, declarou que «todo Estado tem o direito de ser independente». Na prática, porém, governos totalitaristas não têm permitido que isso, realmente, se torne uma realidade. As invasões da Checoslováquia e da Hungria, pelos exércitos russos, não muito depois da Segunda Guerra Mundial, serviram para demonstrar isso amplamente.

Paulo, o apóstolo, ensina que Deus determinou os tempos e os limites das nações (Atos 17:36). A preservação de Israel como nação, e sua independência atual, diz algo em favor de como a vontade divina está envolvida nas questões dos povos. A missão de Cristo, em favor dos povos do mundo inteiro (Mat. 28:19) dignifica ainda mais as nações.

INDESCULPÁVEL — O HOMEM

Rom. 1:21: *porquanto, tendo conhecido a Deus, contudo não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças, antes nas suas especulações se*

desvaneceram, e o seu coração insensato se obscureceu.

Por que estão sem desculpa: a palavra «porquanto» introduz a explicação.

1. Rejeitaram eles a revelação natural existente na mente humana.

2. Existe uma força intuitiva que conduz a Deus, mas eles repeliram essa força (ver Efé. 4:18).

3. A própria natureza revela a Deus, mas eles preferiram adorar ao que foi criado e não ao Criador (ver Rom. 1:20).

4. Os homens, para não conhecerem a Deus, têm de fazê-lo propositalmente, através do exercício de sua vontade distorcida; ou então isso pode acontecer quando alguns se tornam vítimas de outros, que os ensinam a não reconhecerem a Deus, conforme a prática de muitas escolas, universidades, cultos religiosos, etc.

«(Os homens) perderam até mesmo o seu conhecimento imperfeito (de Deus) porque não o elevaram até o conhecimento perfeito, através do labor do coração. Aqui temos *ton theon* (no grego), 'o DEUS', em oposição aos falsos *theoi* (deuses), aos quais os pagãos adoravam». (Philip Schaff, *in loc.*, no Comentário de Lange).

Isso tudo quer dizer que os homens conhecem algo sobre Deus, sobre a sua misericórdia e bondade, sobre o seu poder e a sua qualidade de criador, bem como sobre as suas exigências morais, porém, não se mostram «agradecidos» por essa revelação natural. Não se mostram gratos, e nem louvam a Deus; sua mentalidade é chã, não se elevando às realidades do mundo espiritual, e nem buscam luz adicional; mostram-se brutais e materialistas, e nem têm qualquer ideal espiritual. E é por esse meio que terminam por perder a «idéia divina» de sua consciência.

Tem sido dito, com carradas de razão, que o primeiro passo para baixo e para longe de Deus é a falta do senso de gratidão, conforme lemos em Newell (*in loc.*), que disse: «Todo o ser humano sabe que deveria dedicar o seu ser à adoração e para a glória de seu criador, e que deve mostrar-se continuamente grato até pela própria vida e suas bênçãos materiais; no entanto, os homens se recusam tanto a adorarem a Deus como a se mostrarem gratos para com ele: tornam-se ímpios e ingratos. Contudo, não é com facilidade que podem livrar-se da consciência e de seus terrores, o que explica como surgiu a idolatria. Antes de tudo os homens apelam para as vãs especulações e para os 'raciocínios' inúteis, na sua tentativa de escaparem ao pensamento de Deus e do dever».

O resultado judicial dessa atitude é expresso por Alford (*in loc.*), como segue: «O coração dos homens (o homem interior em sua totalidade, a sede do conhecimento e dos sentimentos) se torna obscurecido (perdendo assim a pouca luz que tinham), e passa a tatear cegamente no quebra-cabeça complicado da insensatez».

Tais homens são por isso indesculpáveis. Rom. 1:20. Esse testemunho é abundante e avassalador, incluindo idéias de ordem, de beleza e de correção. Por essa razão é que o indivíduo é moralmente responsável pelas suas ações, justamente pelo motivo que sente, em seu próprio íntimo, os impulsos e as exigências impostas por corretas ações morais, além do fato de que reconhece a existência do ser supremo a quem chama Deus.

«O apóstolo Paulo não ensina aqui que faz parte do desígnio de Deus revelar-se aos homens a fim de que a oposição deles se torne indesculpável, mas antes, visto que essa revelação já foi feita, os homens realmente não têm apologia a apresentar como explicação de sua ignorância e negligência sobre Deus. Todavia, embora a revelação de Deus, através de suas obras, seja suficiente para tornar os homens indesculpáveis, não se segue daí que essa revelação seja suficiente para orientá-los, cegos como estão pelo pecado, ao conhecimento salvador de Deus». (Hodge, em Rom 1:20).

A Justiça Nua

Sem dúvida, o primeiro capítulo de Romanos ensina que os homens podem ser justamente condenados ao julgamento eterno, até sem ouvir de Cristo e seu evangelho, porque, moralmente, merecem tal castigo porque rejeitaram a luz que Deus deu na natureza e à razão natural do homem. Mas a própria mensagem do evangelho, e o próprio significado da missão de Cristo nos mostram que, embora *possível*, Deus não vai deixar isto acontecer. Não existe, realmente, uma justiça nua nos planos de Deus, isto é, uma justiça sem a intervenção da missão de Cristo. Parte desta intervenção consiste na *descida de Cristo ao hades* para recuperar as almas perdidas no próprio lugar do julgamento. Ver o artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*. No terceiro capítulo de Romanos, Paulo começa a descrever a *intervenção* da missão de Cristo que vai salvar homens que não mereciam nada.

INDETERMINISMO

Esse termo é o oposto da idéia do *determinismo* (vide). Refere-se ao *livre-arbítrio* (vide), bem como a um mundo onde as coisas aconteceriam sem serem determinadas por qualquer força divina, cósmica, natural ou humana. Representa a doutrina de que a vontade, apesar de poder ser *influenciada*, não é absolutamente determinada por qualquer força exterior ou interior, nem por motivos psicológicos, nem por influências ambientais, e nem por heranças genéticas. Supõe que o poder da vontade humana é tal que ela pode escolher entre motivos conflitantes. E, em certas ocasiões, pode até dar-se por pura chance ou capricho, sem qualquer motivação. Ver o artigo geral sobre a *Liberdade*.

ÍNDIA (PAÍS)

Na Bíblia, o nome Índia figura somente em Est. 1:1 e 8:9, onde se lê que o rei persa reinava «...desde a Índia até à Etiópia, sobre cento e vinte e sete províncias». Alguns eruditos, contudo, pensam que houve alguma corrupção textual nesse texto. Lutero substituía a Índia pela *Jônia*, uma parte da Grécia. Em I Macabeus 8.8, essa palavra também figura, e onde se lê que esse era um dos países que os romanos tomaram de Antíoco e deram a Eumenes. Naturalmente, isso não corresponde aos fatos históricos, e nem sabemos como tal afirmativa veio a ser registrada naquele livro. É evidente que o país conhecido como Índia, na antiguidade, ampliava-se mais para o Ocidente e não atingia tão para o Oriente, como o moderno país desse nome. Quando lemos, nos documentos antigos, o nome Índia, devemos entender não o Hindustão inteiro, mas, principalmente regiões da parte norte do mesmo, ou seja aquelas entre os rios Indus e Ganges. Não é necessário dizer, conforme têm feito alguns eruditos, que o restante daquela península, particularmente suas costas marítimas ocidentais, era então desconhecida. Foi dali que os persas e os gregos (aos quais devemos as primeiras notícias sobre a Índia) invadiram o país. Por causa

dessas invasões, essa porção da Índia é que se tornou conhecida e foi mencionada nos documentos antigos. As regiões que margeavam o Ganges continuaram envoltas na obscuridade, excetuando o grande reino da Pérsia, que ficava situado perto e ao norte da moderna Bengala. Além disso, as fronteiras do oeste e do norte não eram as mesmas da Índia moderna. Para oeste, a Índia não era então limitada pelo rio Indus e sim, por uma cadeia montanhosa que, sob o nome de Có (de onde vem a designação grega, *Cáucaso Indiano*), estendia-se desde a Báctria até Macran, ou Gedrosia, engolfando os reinados de Candaar e Cabul bem como o moderno reino do Afeganistão, ou Pérsia Oriental. Na direçãc norte, a Índia antiga incluía a totalidade da região montanhosa acima de Casemir, Baldacsan, Belur, as fronteiras ocidentais da Pequena Bucária, ou Pequeno Tibete, e até mesmo o deserto de Gobi, embora não se saiba até onde.

Alguns estudiosos opinam que a Bíblia não alude a qualquer porção da Índia moderna, visto que as referências bíblicas confinam-se a territórios possuídos pelos persas e pelos gregos sírios, territórios esses que não se estendiam para além do rio Indus, o que, desde os dias de Nadir Xá tem sido considerado como a fronteira ocidental da Índia. Parte da Índia tornou-se conhecida, além do rio Indus, através das marchas conquistadoras de Alexandre, o Grande; e mais ainda graças às invasões de Seleuco Nicator, que penetrou até às margens do rio Ganges.

Alguns estudiosos, porém, supõem que o rio Pisom, de Gên. 2:11; que ficaria na terra de Havilá, é uma alusão à Índia. É possível que as mercadorias trazidas de Ofir, como o sândalo (I Reis 10:11; II Crô. 2:8), o marfim e as pedras preciosas fossem trazidas da Índia. Outrossim, os mercadores tírios, mencionados em Eze. 27:15, apontam para a Índia, ao mesmo tempo em que a Etiópia e o etíope, mencionados em Isa. 11:11 e Jer. 13:23, respectivamente, referem-se à Índia.

A Índia nunca é mencionada no Novo Testamento. Porém, obras apócrifas do Antigo e do Novo Testamento a mencionam. Antíoco Eupator empregou elefantes montados por indianos, contra os exércitos dos judeus (I Macabeus 6.38). E nesse livro é dito que, finalmente, ele cedeu a Índia aos romanos, embora isso nunca tivesse acontecido (ver I Macabeus 8:8). Mas, conforme já vimos, muitos estudiosos duvidam que a Índia, conforme a conhecemos atualmente, esteja em vista nesses textos apócrifos. Seja como for, o livro gnóstico *Atos de Tomé* fala sobre a evangelização da Índia por parte daquele apóstolo. Esse documento é uma fantástica invenção; mas alguns eruditos pensam que, pelo menos, a assertiva básica do ministério apostólico de Tomé, na Índia, é historicamente verdadeira. Isso pode corresponder ou não à verdade; e, embora a história fosse largamente crida pelos cristãos indianos, não há como confirmar sua historicidade. O que parece possível é que alguns missionários cristãos estiveram ativos ali, no século II D.C. Pantaeno teria trabalhado como missionário cristão na Índia, algum tempo antes de 180 D.C., e que ali já encontrou cristãos que usavam o evangelho de Mateus como fonte de seus ensinos. Provavelmente, esse evangelho foi deixado ali por Bartolomeu (Eusébio, *Hist.* 5.10), escrito em hebraico. Porém, uma frouxa designação de *Aden*, ou alguma outra porção da Arábia, pode estar em foco, e não a Índia, conforme a conhecemos hoje em dia. Seja como for, a Igreja siríaca do sul da Índia é antiqüíssima, embora não se saiba o tempo exato de sua origem. Apesar da Índia moderna ser tão importante como campo de atividades missionárias cristãs, a Índia antiga praticamente não ocupa espaço nos documentos bíblicos.

ÍNDIA, FILOSOFIA DA

Ver Filosofia Hindu.

ÍNDIA, RELIGIÕES DA

Ver sobre o *Hinduísmo*.

ÍNDICE

Ver sobre *Censor, Censura*. Desde o ano de 1571, a Igreja Católica Romana fundou uma *Congregação do Índice*, que atua como agência de censura. Qualquer livro que não é aprovado para publicação fica «no índice», ou seja, seu uso é proibido para os seus fiéis.

INDIFERENÇA, INDIFERENTISMO

No grego temos **a**, «não», **diáphoros**, «diferente». Esse termo tem sido aplicado a certo número de conceitos e situações filosóficos e teológicos:

1. Os *estóicos*, *cínicos* e *céticos* insistiam em que ninguém poderia deixar de ser indiferente no tocante à virtude e ao vício, embora definissem esses conceitos de diferentes maneiras. Todas as demais coisas podem ser negligenciadas. A *apatia* dos estóicos era uma espécie de indiferença diante de todas as coisas, de tal modo que ninguém podia manter uma mente tranqüila, sobretudo no tocante àquelas coisas que ninguém é capaz de controlar.

2. *Aberlardo de Bate* promovia uma doutrina de indiferença, no tocante aos universais (vide). Ver isso explicado no artigo a respeito dele. A contenção dele era que um objeto da mente torna-se universal ou individual, dependendo da maneira como se vê tal objeto.

3. *Guilherme de Champeaux*, trabalhando sobre o problema dos universais, supunha que os membros de uma espécie não são os mesmos essencialmente, mas apenas indiferentemente. Ver o artigo a respeito dele.

4. Uma doutrina da *liberdade da indiferença* foi defendida pelos associados de João Buridan (vide). Eles asseveravam que a única liberdade verdadeira é aquela da *indiferença*, na qual as ações ou estados alternativos são igualmente desejáveis ou não desejáveis. De acordo com esse conceito, temos a idéia do famoso asno de Buridan. Somos convidados a imaginar um asno que se acha entre dois montículos de feno igualmente desejáveis. O asno olha para um e para outro montículo, incapaz de resolver qual comerá. E passou fome e finalmente morreu entre um e outro montículo. Esse pobre asno ilustra mais o dilema de certas escolhas, mas a situação dele também ilustra a indiferença da liberdade. Ele não era *compelido* a escolher uma coisa ou a outra.

5. *Descartes* falava sobre o tipo de liberdade descrito no ponto anterior, como sua mais baixa expressão. A forma mais nobre de liberdade dá-se quando a escolha entre duas coisas é fácil, porque uma escolha é muito mais vantajosa do que a outra. Deus é assim. Ele nunca se perturba quando tem de escolher algo, porquanto seu conhecimento é perfeito sobre todas as coisas. O homem, ao melhorar a precisão de seu conhecimento, também melhora a qualidade de sua liberdade.

6. Dentro da *teoria das probabilidades*, a indiferença ocorre quando duas alternativas têm cinqüenta por cento de possibilidade de ocorrerem.

7. Na *teologia*, aquelas doutrinas que não são essenciais ao sistema cristão de fé, que podem ser defendidas ou não, de acordo com o juízo formado por cada indivíduo, são chamadas doutrinas indiferentes. Naturalmente, as definições diferem acerca de quais são essas doutrinas.

8. No campo da *ética*, em um sentido negativo, a indiferença consiste em ter uma atitude que não se importa com questões sérias, incluindo o pecado. Jesus denunciou essa forma de indiferença (Mat. 25:42 *ss*). O trecho de Tiago 2:14 tem algo semelhante para dizer. Vemos as necessidades de outras pessoas, mas mostramo-nos indiferentes. Isso mostra que não conhecemos muito sobre as exigências do amor que é próprio da verdadeira espiritualidade. O amor requer ação (João 14:15). Dentro do reino de Deus, os homens não podem tomar uma posição neutra, evitando todo comprometimento. A indiferença quanto à inquirição espiritual foi abordada com severidade por Jesus (Luc. 14:16-24).

A Liberdade Cristã. Paulo mostra-nos, no décimo quarto capítulo de Romanos, que várias coisas que eram importantes dentro da ética e dos costumes religiosos dos judeus tornaram-se indiferentes dentro da dispensação cristã. Entre essas coisas poderíamos mencionar questões de dieta, observâncias de dias religiosos, além de outras coisas questionáveis, as quais, em si mesmas, não têm qualquer substância. Na aplicação moderna, além desses tipos de aplicação, poderíamos adicionar assuntos como formas de entretenimento, vestuário e coisas dessa ordem. Uma situação ética indiferente é aquela em que se algum ato vier a ser realizado, isso não importará em pecado nenhum; e, se seu contrário for realizado, também não envolverá qualquer pecado. As coisas indiferentes deixam de sê-lo quando um irmão ofende a outro irmão com aquilo que pratica. Então torna-se nossa responsabilidade agir para não ofendermos ao próximo.

9. *A Indiferença e o Controle do Estado.* A união entre a Igreja e o Estado tem sido a causa de muito sofrimento. Quando homens são perseguidos, encarcerados, banidos ou mortos, por motivo de divergências religiosas, e isso feito por parte da Igreja ou do Estado, então há uma tremenda perversão da liberdade. O indiferentismo confessional é o ponto de vista que diz que as opiniões religiosas de um cidadão não estão sob a jurisdição do Estado. Um homem tem a liberdade de prestar lealdade à fé religiosa de sua escolha, ou mesmo de não seguir religião alguma, se essa for a sua preferência.

INDIFERENÇA ESPIRITUAL, Coisas de

Rom. 14:13: *Portanto não nos julguemos mais uns aos outros; antes seja o vosso propósito não pôr tropeço ou escândalo ao vosso irmão.*

Paulo havia condenado francamente o julgamento de um crente por parte de outro, ao mostrar que o Senhor Jesus é quem é, verdadeiramente, o Juiz universal (autoridade essa que ele não divide com nenhum ser humano), pois, finalmente, todos os crentes serão sujeitados ao mesmo julgamento severo e perscrutador. Não obstante, se algum crente deseja mostrar-se escrupuloso, se quer ser exato e sondador no que faz, existe um objeto na direção do qual deve voltar a sua atenção — o cuidado de evitar provocar escândalo para outro irmão, para que este não venha a cair. Todo o crente deve ter aquele cuidado especial de não pôr na frente de um irmão na fé qualquer coisa que possa levá-lo a errar, a desviar-se de Cristo, a negar a sua fé ou a enfraquecer na fé, sendo derrotado por qualquer dentre as muitíssimas tentações inevitáveis para todos os homens justos à face da terra.

Assim, pois, o crente pode dirigir o seu «zelo» na direção certa — na direção do amor cristão, que indica o interesse pelos outros que ele tem no coração. Se o crente verdadeiramente ama à causa de Cristo e aos discípulos do Senhor, mostrar-se-á extremamente consciencioso, não acerca de alimentos e dias de guarda e, sim, acerca de como poderá ser de ajuda para com os outros. Dessa forma, pois, Paulo reitera o seu tema do amor cristão, que deve ser a motivação básica de toda a conduta cristã, e que tem dominado a seção prática inteira da epístola aos Romanos, a começar pelo seu décimo segundo capítulo.

O amor requer *simpatia e altruísmo* sinceros. Não permite que o crente coma coisa alguma que ofenda a um irmão na fé, se porventura tal ação vier a enfraquecê-lo na fé, debilitando-se como discípulo de Cristo. Pelo contrário, o crente que se dirige pelo amor buscará aquelas coisas que são coerentes com a paz, com a harmonia e com a fraternidade, na igreja cristã. Será ele um elemento edificador, e não destrutivo. — Portanto, mesmo que comprar carne em um mercado vier a ofender a um irmão na fé, tal ato deve ser evitado, ainda que saibamos que um ídolo nada significa, e embora saibamos que tal alimento não adquire qualquer mancha espiritual por haver sido oferecida a algum ídolo. Muito mais importante que isso, entretanto, é a preservação da harmonia no seio da igreja.

O pano de Fundo do Problema

1. A teologia judaica não estabelecia distinção entre os aspectos cerimonial e moral da lei mosaica (conforme se faz dentro da moderna teologia evangélica). Pois certos itens da lei cerimonial eram considerados como envolvidos em importante conteúdo moral.

2. Por conseguinte, muitos problemas surgiram no seio da igreja cristã, quando se tentou unir judeus e gentios para formarem um só corpo. Quanta obediência à lei cerimonial deveria ser requerida pela igreja? O concílio de Jerusalém forneceu a resposta a essa indagação (ver Atos 15). Pouquíssimo, comparativamente falando, foi exigido; e nenhuma daquelas coisas foi considerada condição para a salvação, mas tão-somente medidas práticas, que buscavam assegurar a harmonia no seio da igreja.

3. Os gentios convertidos, que haviam aprendido que um ídolo nada significa, continuaram a ingerir da carne que os pagãos usavam em suas oferendas, nos seus templos. Em outras palavras, essa carne era posteriormente vendida nos mercados, depois de haver servido a seu propósito como oferenda, nos templos pagãos.

4. Alguns gentios convertidos mostravam-se suficientemente ousados por entrar nos templos pagãos e participar dos banquetes ali oferecidos, em honra a alguma divindade; porque raciocinavam: «Não existem deuses; portanto, o que faço não envolve nenhum pecado».

5. Era apenas natural que os judeus fizessem extremada objeção a tais práticas. Paulo classificou tais ações como «não-normais», na epístola aos Romanos; e exortou aos crentes gentios que *cedessem* à opinião daqueles outros crentes, para que se abstivessem de qualquer atitude que pudesse causar desunião e contenda.

6. Em sua epístola aos Gálatas, Paulo toma uma posição mais decidida, porquanto ali estava em jogo a

própria natureza cristã da igreja, posto que as igrejas para as quais escrevia, tinham praticamente se transformado em sinagogas judaicas, no que concerne às suas práticas. Isso envolvia total distorção da doutrina paulina da graça; e podemos estar certos de que coisas tais como a circuncisão e a observância da lei mosaica, eram ali consideradas como medidas necessárias à salvação, e não meras partes integrantes do culto.

7. O trecho de Apo. 2:14,20, mostra-nos que, pelo menos em alguns lugares, era vedado aos cristãos terem qualquer contacto com as carnes oferecidas aos ídolos. Podemos supor que, à medida que o tempo foi passando, e que os cristãos não mais foram capazes de usar devidamente a sua liberdade, que regras como essa foram se tornando mais e mais estritas.

8. Pode-se depreender, das notas acima, que as «questões indiferentes» não eram itens limitados às práticas cerimoniais dos judeus. Alguns costumes dos pagãos (que afetavam os membros das igrejas cristãs) também eram moralmente indiferentes, a despeito do que continham elementos perigosos. Esses elementos perigosos são chamados, no presente texto, de «tropeço e escândalo», isto é, coisas que podiam levar os crentes a cair em transgressão.

Aplicações Modernas:

Teoricamente pelo menos, Paulo se categorizou entre os «fortes na fé». Pois sabia que, quanto à correção doutrinária, os «fortes na fé» é que estão com a razão. No entanto, Paulo ensina a esses que não deveriam insistir sobre sua correção doutrinária, quando a mesma envolve questões indiferentes, de importância relativamente secundária. Poderíamos pensar sobre modos de batismo, formas de governo e outras questões igualmente secundárias, que há na moderna igreja cristã, em relação àquilo que Paulo deixa implícito nesta seção de sua epístola aos Romanos? Penso que sim. Mas, escutemos os clamores de protesto!

Na verdade, um irmão ensina, com razão que o batismo é por imersão, que as mulheres crentes não devem cortar os cabelos, além de outras práticas recomendadas nas páginas do N.T. E, biblicamente falando, esses irmãos estão com a razão. Contudo, uma igreja ou crente individual pode insistir de tal maneira sobre essas questões que se rompa sua comunhão com outras igrejas ou com outros crentes individuais. Penso que é errôneo recusar a comunhão na igreja local a pessoas que não obedeçam a essas verdades secundárias. Não quero dizer que algumas dessas injunções sejam tão «indiferentes» como a questão dos alimentos limpos ou não. Apesar disso, são *secundárias* e nossa atitude deve ser a de ensinar e convencer, e não a de criticar. Pois as censuras nada produzirão senão a desunião e a discórdia. Podemos andar perfeitamente corretos quanto à nossa maneira de pensar e, contudo, continuar bastante distantes do amor cristão. Paulo queria que primeiramente amássemos, então ensinássemos e, por fim, procurássemos persuadir. Isso não perturba o vínculo de paz e unidade que deve haver na igreja cristã.

Conheci um pregador que, quando jovem, levou uma igreja local a dividir-se, devido à questão da necessidade da mulher crente conservar longos os cabelos. De acordo com a teologia paulina, esse pregador estava com a razão (ver I Cor. 11:15); porém, em um sentido muito mais importante, e igualmente de acordo com os ensinamentos paulinos, ele incorreu em grande erro. Pois, para ele, a questão dos cabelos compridos das mulheres crentes parecia muito mais importante do que a unidade da igreja. Declarou guerra, e a igreja inteira é que saiu perdedora. A unidade e a harmonia em uma igreja, contudo, é mais importante que os cabelos compridos das mulheres, além de outras questões secundárias.

Rom. 14:21: *Bom é não comer carne, nem beber vinho, nem fazer outra coisa em que teu irmão tropece.*

A Regra é Geral

1. Este versículo apresenta o sumário da seção. Comidas e bebidas, dias especiais, etc., não são questões suficientemente importantes para que se tornem em causas diretas de disputas na igreja cristã.

2. Nas notas sobre Rom. 14:13 no NTI sugerimos algumas aplicações modernas.

3. O que se reveste de real importância? O vs. 17 nos dá a resposta: a promoção do reino de Deus. Essa é a regra divina que deve prevalecer entre nós, quanto às questões básicas, como a santidade, a alegria e a paz.

Além disso, Paulo menciona «*fazer qualquer outra cousa*», a fim de mostrar a seus leitores que não havia tentado apresentar uma lista completa dos diversos «escrúpulos» dos irmãos «débeis na fé», os quais, por enquanto, não compreendiam ainda a nossa «liberdade em Cristo». Este versículo, tal como o vs.20, foi dirigido aos irmãos *fortes na fé*, a fim de mostrar que aqueles que têm maior entendimento sobre a *liberdade cristã*, têm ainda assim a responsabilidade de se limitarem, não por causa de sua própria consciência, porém, devido à consciência fraca dos irmãos mais débeis na fé. Não há que duvidar que somos os guardadores de nossos irmãos, o que é o sentido bem claro da totalidade do décimo quarto capítulo da epístola aos Romanos, no que devemos nos mostrar conscientes. Este vigésimo primeiro versículo, portanto, é uma máxima oferecida aos crentes «fortes na fé», com o intuito de controlar sua liberdade cristã, e a fim de que eles evitem os abusos contra a liberdade cristã.

Assim, a conduta restringida é *boa*, em contraste com a atitude «má» ou «prejudicial» produzida por uma liberdade sem freios, conforme é mencionado no vigésimo versículo.

Abstinência de vinho? Não há razão alguma para pensarmos que não houvesse crentes «vegetarianos» na cidade de Roma, e nem aqueles que se «abstinham totalmente» de vinho. Somente elementos vindos do judaísmo poderiam ser tais membros da igreja cristã de Roma, conforme aparece na exposição relativa a Rom. 14:2 no NTI, e segundo vemos nestas considerações acerca da «abstinência de vinho». Dificilmente Paulo teria mencionado tal questão, a menos que houvesse crentes cujas atitudes se assemelhavam às de João Batista, ou a menos que houvesse em Roma alguma influência dos essênios, que se abstinham totalmente de vinho. Por essa razão é que diz Philip Schaff (*in loc.*, no Comentário de Lange): «O caso em foco não é hipotético; de toda essa passagem podemos inferir também da escrupulosa exigência sobre a abstinência de vinho».

Naturalmente, as injunções paulinas, aqui expostas, não têm natureza absoluta. Paulo não estava baixando regras de conduta para a vida inteira. Certamente ele não estava recomendando que sejamos vegetarianos, ou que devamos seguir de perto os escrúpulos próprios das leis judaicas de cunho cerimonial, sobre a questão das carnes proibidas. Nem estava ele dizendo que o uso moderado de vinho é errado para os crentes. Jesus bebeu vinho tanto quanto todos os seus apóstolos. Jesus não foi um asceta, conforme o foi João Batista. O que Paulo dizia, entretanto, é que em nossos contactos com os nossos irmãos na fé, devemos ter o cuidado de não

ofendê-los em sua consciência impressionável. Na casa de um crente, por ocasião da refeição se porventura estiver com ele uma pessoa assim excessivamente escrupulosa, é melhor que o dono da casa se esqueça de vinho, de carne de porco ou de qualquer outra coisa contra o que o seu visitante faça objeção. Pois devemos governar a nossa conduta por meio de restrições; e essas restrições variarão conforme variam as exigências da consciência dos irmãos que nos cercam, conforme variam as nossas associações com os outros.

Em alguns países, entre os crentes, têm surgido certas restrições que se tornaram características de comunidades cristãs inteiras. Por exemplo, nos Estados Unidos da América do Norte, um grande segmento dos crentes dali acredita na abstinência total de qualquer bebida alcoólica. Tais crentes se sentem ofendidos até mesmo à vista de qualquer bebida alcoólica, existente na casa de um outro crente. Outros, dentre eles, procuram bebericar um pouquinho, às furtadelas; mas procuram ocultar essa prática do restante da comunidade cristã local. Já nos países europeus a situação é exatamente oposta; pois ali a maioria dos cidadãos bebe vinho ou cerveja, o que não é considerado pecado algum, por parte dos crentes.

Luz da ciência. As notas dadas acima concordam com as condições que se encontram nas escrituras concernentes às bebidas alcoólicas. Todavia, a ciência tem mostrado que até pequenas quantidades de álcool no sangue matam células cerebrais. Até pode ser calculado quantas células qualquer determinada quantidade de álcool vai matar. Também, a ciência tem demonstrado que o uso até bem moderado de bebidas alcoólicas, em algumas pessoas, causa náusea, má digestão, dores de cabeça e outros problemas físicos. Existe, então somente uma posição moral e cristã que podemos assumir; isto é *abstinência total*. Se Paulo tivesse conhecido estes fatos, ele teria assumido esta posição em relação ao problema.

É interessante notarmos que os crentes que se deixam arrastar por tais escrúpulos são chamados de «débeis» pelo apóstolo Paulo, embora a maioria deles certamente pense que essas formas de «convicção» assinalam-nos como espiritualmente superiores. Ainda não puderam compreender totalmente o que significa a «liberdade cristã». Não nos olvidemos que não há aqui qualquer referência a vinho usado em libações oferecidas a divindades pagãs. Está em vista o ascetismo.

INDIGENIZAÇÃO (IGREJA INDÍGENA)

A raiz dessa palavra é o latim *indigenus*, «nativo». Ela é composta de *indu*, «dentro», e *gignere*, «gerar». A aplicação dessa palavra é «ter nascido em um lugar específico», ou seja, pertencente àquele lugar; vale dizer, *nativo*, e não estrangeiro.

Dentro das missões cristãs, a *indigenização* é a tentativa de dar a uma igreja, iniciada por meio do evangelismo, um caráter totalmente indígena, para que tenha seus próprios líderes, conduza seus próprios negócios e seja completamente autogovernada. Essa é uma posição de bom senso, porque uma igreja não deve ser mera extensão da igreja de outro país, mas antes, deve ser responsável somente a Jesus Cristo. Mas, a tendência dos missionários é forçar sobre as igrejas que eles implantam o caráter e os costumes das igrejas do país de onde vieram. Com exagerada freqüência, a transferência de cultura faz parte da evangelização. Naturalmente, é possível as pessoas incorrerem em toda espécie de erro, dentro desse campo. Uma igreja indígena não é aquela que pode preservar suas anteriores formas religiosas e sociais, se esses elementos são contrários aos requisitos do evangelho de Cristo. A adaptação de deuses locais aos santos cristãos, a preservação de certas formas de idolatria e uma moralidade frouxa são exemplos de elementos que podem permanecer, e que fazem de uma igreja recém-implantada uma igreja abaixo do ideal. Paulo queixou-se de um evangelho «diferente», em Gál. 1:6, e de um «outro Jesus», em II Cor. 11:4, inventados por pessoas de lugares onde ele havia iniciado igrejas locais. É comum as pessoas promoverem o sincretismo, misturando o antigo com o novo. Na Coréia, Jesus Cristo, por causa de suas qualidades de liberação, chegou a ser confundido com Lee-Doryung, que foi o libertador de sua amante, pouco antes dela quase ser executada. Pior ainda, alguns têm misturado o Cristo do evangelho com Moon-Sun-Myung, fundador do Movimento da Unificação do Mundo Espiritual. Esse indivíduo, em seu livro, *Princípios Divinos*, proclamou ser, ele mesmo, o cumprimento da segunda vinda de Cristo, dotado da tarefa de completar o que Cristo deixara incompleto em sua primeira vinda. Apesar desses serem exemplos extremos, outro tanto é a idolatria, promovida na Igreja cristã, porque as pessoas não tiveram o cuidado de eliminar de vez o paganismo, mas permitiram que misturas de idéias tivessem lugar.

Parece haver três passos pelos quais precisam passar a evangelização e a instrução dos convertidos:

1. *Indigenização*. A Igreja torna-se a igreja do país onde foi fundada sem a interferência da cultura dos missionários que implantaram aquela igreja. Ela passa a governar a si mesma, a sustentar a si própria e a autopropagar-se.

2. *De-indigenização*. A Igreja é purificada de seus elementos e influências locais, que alteram o padrão neotestamentário da Igreja.

3. *Re-indigenização*. A Igreja, uma vez purificada de seus elementos locais corruptos, é então confirmada em seu caráter indígena, livre tanto dos costumes estrangeiros quanto das corrupções locais.

INDIVIDUAL (INDIVIDUALIZAÇÃO)

Essa palavra vem de um termo latino, *individuus*, «indivisível». O termo grego correspondente é *átomon*, «indivisível». Vários significados têm sido vinculados a essa palavra, tanto na lógica quanto na metafísica.

I. Na Filosofia

1. *Na Lógica*. O indivíduo é o sujeito ao qual são adicionados predicados descritivos. Assim, um homem é chamado de *racional*. O homem é o sujeito ou indivíduo, e racional é o predicado, e não ao contrário. Boethius introduziu o termo latino *individuum* na filosofia, para transmitir esse sentido.

2. *Aristóteles* afirmava que a matéria é o princípio da individualização, sendo a forma ou elemento comum que pertence a todos os membros de uma dada classe. Porém, ao falar em matéria, ele não dava a entender meramente os elementos físicos. Assim, falamos sobre *a matéria de um livro*, dando a entender o seu assunto, o seu ensino, os seus propósitos. Portanto, para Sócrates, matéria era tudo aquilo que contribui para fazer algo ser o que é. Foi através desse processo que ele se tornou o grande filósofo de Atenas.

3. *Tomás de Aquino* aceitava essa idéia da individualização, e falava sobre a individualidade de seres não-materiais, em termos de qualquer coisa que os torne em espécies distintas.

4. *Boaventura* dizia que a individualização ocorre através da união da matéria com a forma. Ver o artigo separado sobre *Forma*.

5. *Godofredo de Fontaines* (vide) ensinava que a forma substancial é o princípio da individualização.

6. *Duns Scotus* falava sobre a individualização como a *haecceitas* de alguma coisa, isto é, o fato dessa coisa ser *isso mesmo*, que a distingue de todas as outras coisas.

7. *Leibniz* (vide, em seu terceiro ponto) abordava esse problema em conexão com seu conceito de *indiscerníveis*, e concluiu que há uma diferença essencialmente inteligível entre duas coisas quaisquer no universo; e, através dessa diferenciação é que se tornam indivíduos.

8. *Hegel* ensinava que o indivíduo é a unidade do universal e do particular. O universal, quando atinge sua expressão mais plena, torna-se um ser individual.

9. *Scheleiermacher* (terceiro ponto) referia-se ao indivíduo como aquele que é distinguido de qualquer outro por seu *próprio* ser, o que ele entendia como uma espécie de diferenciação interior, que lhe daria certa *unidade de vida*.

10. *Avicena* foi o filósofo que introduziu na filosofia medieval a frase latina *principium individuationis*, «princípio de individualização». Isso alude ao princípio mediante o qual um filósofo tenta mover-se do *ínfimo* (menor elemento) para o membro individual de uma dada espécie. Tenho mostrado métodos alternativos nos pontos dois a nono.

II. Na Teologia

1. *Em algumas religiões orientais*, o indivíduo é apenas uma espécie de epifenômeno ilusório do absoluto. Atman é apenas um incidente de Brahman, estando destinado a ser reabsorvido por este último.

2. *Em Platão*, o indivíduo (neste mundo físico) é apenas uma imitação imperfeita e temporária do real, e é menos real, embora exista verdadeiramente. O real é o universal. Ver o artigo sobre os *Universais*.

3. Ainda nos escritos de *Platão*, a alma humana é formada por uma substância eterna, embora se tenha individualizado dentro de algum ponto no tempo, de tal maneira que se tornou *esta alma*. Esse ponto no tempo ocorreu no passado remoto, antes do mundo, conforme o conhecemos, ter vindo à existência. Portanto, temos aí a idéia de uma alma eterna, que se tornou uma alma individual e preexistente.

4. *Dentro do pensamento hebreu cristão*, os indivíduos teriam vindo à existência mediante um ato divino criativo. Os indivíduos são pessoas dotadas de auto-identidade. O tipo de imortalidade delas garante uma existência individual eterna; mas chegam a tomar a mente divina, pelo que possuiriam uma inteligência comunitária, conhecedores de toda a consciência, a exemplo de Deus.

5. Como um indivíduo, cada alma também é *ímpar*. Isso fica implícito no novo nome e na pedra branca, de que falam as Escrituras. Ver a exposição do NTI quanto a Apo. 2:17. Essa qualidade de ser ímpar opera através do desenvolvimento especial do indivíduo, como um instrumento de Deus, dotado de uma missão sem igual a cumprir, tanto agora quanto no estado eterno. Ver o artigo sobre o *Individualismo*.

INDIVIDUALISMO

Dentro de certos contextos, essa palavra exprime o contrário do *coletivismo* (vide).

1. *Definição*. As definições primárias incluem as idéias de que quando existem qualidades capazes de existência separada, isso envolve individualismo. A independência pessoal também é assim chamada. Porém, no presente artigo abordamos a idéia que se encontra na política, na religião e na ética, e que declara a importância do indivíduo, em contraste com o grupo coletivo. Em todas as formas de totalitarismo, tanto de direita quanto de esquerda, como o fascismo, o comunismo e todas as variedades de ditadura, a importância do indivíduo é degradada e, algumas vezes, é violentamente suprimida, tendo em vista o suposto bem da comunidade. Na prática, com freqüência, isso significa que os governantes do totalitarismo estão servindo aos seus próprios interesses. O verdadeiro bem das massas populares não é uma característica muito comum dentro da política, sem importar sua variedade. É difícil ver como os direitos individuais podem ser sujeitos a abusos, mas, ao mesmo tempo, serem respeitados os direitos coletivos. Se eu não tenho o direito de reunir-me, o grupo também não o terá. A supressão de indivíduos é, *ipso facto*, a supressão da comunidade, formada por indivíduos. Naturalmente, o *abuso* do individualismo também se dá por auto-interesse e egoísmo, às custas do grupo coletivo. Esse também é um fenômeno comum e universal.

2. *Caracterização Geral*. O individualismo favorece os direitos, os desejos, as inquirições, as iniciativas e o bem-estar dos indivíduos nos terrenos da política, da religião, da vida econômica e da vida social. Afirma que todas as instituições e organizações sociais existem a fim de promover esses direitos, e não a fim de furtá-las desses direitos.

3. *Base Teológica*. Não se pode duvidar de que o ideal cristão do supremo valor do indivíduo (ver Mar. 8:35-37) tem inspirado todas as formas de individualismo. Secularmente, a Renascença (vide) inspirou esse ideal; mas, religiosamente, a Reforma protestante (vide) fez a mesma coisa. Os reformadores salientaram o sacerdócio de todos os crentes, tendendo por remover a distinção artificial entre o sagrado e o profano, entre o clero e o corpo leigo, fazendo todas as coisas serem sagradas. Um abuso comum desse ideal, porém, é a fragmentação, que se tem mostrado tão repetitiva nos movimentos protestantes e evangélicos.

4. *Na política*, esse ideal é aplicado à exigência de que o Estado promova e proteja os direitos do indivíduo, porquanto o Estado existe para ajudar, e não para subjugar o indivíduo. A *democracia* (vide) resulta precisamente desse ideal. O abuso da democracia, porém, resulta na fragmentação política, no caos e no crime descontrolado, onde os criminosos acabam tendo mais direitos do que as suas vítimas.

5. *Na economia*, o capitalismo e o ideal do *laissez-faire* (vide) resultam desse individualismo.

6. *Na ética*, essa doutrina do individualismo faz o indivíduo tornar-se o dirigente de sua própria vida, de acordo com os ditames de sua própria consciência. Afirma que todos os *valores* começam com o indivíduo. A liberdade pessoal é um subproduto dessa filosofia. O bem da comunidade só pode ser promovido através do bem de cada indivíduo que a forma. Um ramo do individualismo era a idéia do *utilitarismo* (vide) de Jeremias Bentham. Ele, Adam Smith e John Stuart Mill salientaram a importância e a necessidade da liberdade individual. Eles sentiam que o melhor tipo de governo é aquele que menos governa e menos interfere. Isso não favorece em nada o colonialismo. Dentro do movimento de industrialização, as uniões trabalhistas, as cooperativas e organizações similares vieram à existência a fim de

procurar preservar os direitos dos indivíduos.

7. *Textos de Prova da Bíblia*. O homem foi criado à imagem de Deus (Gên. 1:27). Ver o artigo separado sobre *Imagem de Deus, o Homem como*. Uma alma é imensamente valiosa aos olhos de Deus (Mar. 8:35-37). A missão de Cristo tornou-se uma realidade para salvar indivíduos, e não meramente para formar uma comunidade religiosa remida. A alma individual chegará a participar por completo da natureza divina (ver II Ped. 1:4), assumindo assim a imagem divina, de uma maneira inteiramente nova, exaltada. A doutrina bíblica, no entanto, também inclui a idéia da *redenção* da Igreja (a comunidade espiritual mais elevada), bem como a *restauração* de todas as coisas, coletivamente falando. Portanto, o indivíduo é contrabalançado pela comunidade. Ver os dois artigos separados com esses títulos.

INDRA

Esse é o nome do deus védico da guerra, da tempestade e da fertilidade. Mais de duzentos e cinqüenta (uma quarta parte) dos hinos do Rig-Veda foram dedicados a ele. Indra era considerado um deus benévolo; e até as tempestades por ele iniciadas teriam boas causas. Os elementos destrutivos dos temporais eram atribuídos a um outro deus, *Rudra* (vide). Os homens inventam deuses relativos a certas necessidades básicas, e assim é que têm aparecido incontáveis dessas imaginárias divindades. O homem também cria deuses segundo a sua própria imagem. Ver o artigo intitulado *Deuses Falsos*.

INDUBITÁVEL

Esse termo vem do latim, *in*, «não», e *dubium*, «dúvida». A isso acrescentou-se a terminação *ável*, que também vem do latim, *habilis*, «capaz». O resultado final aponta para alguma coisa que não admite qualquer dúvida razoável, para algo que não pode ser lançado na dúvida sobre bases racionais. Esse vocábulo é usado na gnosiologia das proposições. Uma proposição indubitável não é uma proposição logicamente necessária e, sim, que está acima de qualquer dúvida que se possa comprovar. Até mesmo uma crença justificada invicta pode ser indubitável. Isso quer dizer que existem crenças que, embora não comprovadas, também não podem ser negadas, o que as justifica em face de evidências aparentes. Essas proposições precisam continuar sendo investigadas, conforme reconhecem os pensadores.

INDUÇÃO

Vem do latim, **in**, «em», e **ducere**, «levar». Cícero parece ter sido o primeiro a ter usado esse termo, correspondente ao grego, *epagogê*. A indução é o contrário da dedução. A indução, parte de certa variedade de fatos (ou alegados fatos) para alguma conclusão geral. Já a dedução parte de premissas gerais para conclusões específicas. Uma outra maneira de aclarar a questão é que a indução consiste em inferências prováveis, com base em diversas evidências, ao passo que a dedução é a inferência necessária, alicerçada sobre poucas premissas, aceitas como verdadeiras. Ver também o artigo sobre *Dedução*.

Pontos de Vista sobre a Indução:

1. *Aristóteles* foi o iniciador das ciências da indução e da dedução. Ele postulava, essencialmente, duas formas essenciais de indução: a. indução perfeita: a conclusão é extraída de uma série de evidências, das quais se tem completo conhecimento. A conclusão não especula para além das evidências. Essa forma de indução também se chama «indução por simples enumeração». b. Indução ampliativa: a conclusão repousa sobre várias evidências, mas generaliza com base nas propriedades do exemplo, tornando-as em propriedades de uma *classe* inteira.

2. *Guilherme de Ockham* usava a indução para falar em favor da existência de Deus. Ele frisava que para que a indução opere, é mister a pessoa aceitar a uniformidade ou consistência da natureza. A fim de que haja uniformidade, deve ter havido um uniformizador, que estabeleceu regras naturais fixas. Esse uniformizador, pois, é Deus. A *invariabilidade* da natureza é a base mesma do sucesso em qualquer pesquisa científica. Esse é um fato aceito pelos cientistas, mas a maioria deles pensa ser inútil especular sobre *como* tal coisa pode existir em um universo mecânico. Ver sobre o *Argumento Teleológico*, em prol da crença na existência de Deus.

3. *Francisco Bacon* acreditava que a indução deveria ser o método empregado por toda a ciência, e isso através da análise cuidadosa e do uso de tabelas, através do que se poderia eliminar todo material não-essencial e irrelevante. Desse modo, era de se prever, surgiriam conclusões corretas e gerais. À semelhança de Aristóteles, Bacon confiava na enumeração exaustiva dos fatos, para se chegar à verdade. E seriam importantes tanto as instâncias positivas quanto as negativas, porquanto, no dizer de Karl Popper, a indução também deveria basear-se sobre provas ao contrário.

4. *John Stuart Mill* supunha que a indução é a única parte da lógica que, realmente, produz conhecimentos. Ele desenvolveu os cânones da indução, criados por Bacon. Ele correlacionava dados positivos e negativos, e levava em consideração tanto a presença quanto a ausência de evidências. Os cânones de seu método eram intitulados *concordância, diferença, concordância e diferença, variações e resíduos concomitantes*. Generalizações de evidências adequadas obtidas através dos cânones, transformavam-se em leis. O método por ele preconizado reconhecia a uniformidade da natureza, sem o que qualquer pesquisa seria impossível. Essa uniformidade era a sua premissa principal, e o seu método era uma espécie de silogismo indutivo. Contudo, alguns pensadores têm acusado Mill de usar argumentos circulares, visto que a própria uniformidade deve ser apoiada por evidências obtidas por meios indutivos; mas, para mim, parece que tal objeção não procede. A ciência estaria completamente perdida se não houvesse essa *invariabilidade*. Naturalmente, nem tudo que consideramos invariável é, realmente, tal coisa; e, nesses casos, as investigações devem prosseguir.

5. *Whewell* salientava o que ele denominava de *coligação*, com o que queria dar a entender certo tipo de ato mental em que os fatos são vistos como existentes em conjunto, de alguma maneira. Em outras palavras, é mister que o indivíduo use a sua razão para ligar os fatos entre si, percebendo que dali emerge um quadro geral que soluciona o problema em foco. Muitos cientistas começam por aí, e a indução por muitas vezes é empregada para *provar* uma idéia, e não tanto para descobrir algum fato novo. Essa posição de Whewell é apenas um outro nome para as *hipóteses*.

6. *Jevons* declarava que a indução segue o processo inverso utilizado na dedução.

7. *Peirce* empregava três termos para descrever o

seu processo indutivo, a saber: a *dedução ampliativa*, isto é, generalizações com base em um exemplo, partindo daí para a qualidade atribuída a uma classe; a *abdução*, que é a construção de uma hipótese capaz de explicar o fenômeno sob investigação; e a *dedução*, que é a extração de fatos de premissas confirmadas.

8. *W.E. Johnson* afirmava que as inferências indutivas repousam sobre a causalidade e são caracterizadas pela *probabilidade*. O *positivismo lógico* (vide) tem feito disso um importante princípio, embora afirmando que todo conhecimento deve ser científico e que existe somente em taxas de probabilidades. O conhecimento certo e imutável não-fixo e seguro.

9. No *século XX*, temos visto o desenvolvimento do *positivismo lógico*. Predomina atualmente a idéia das taxas de probabilidade. *Carnap* falava em grau de confirmação para que se possa desenvolver a teoria das probabilidades. *Karl Popper* insistia sobre a *falsificação*, e não meramente sobre a verificação, por ser, algumas vezes mais pronta e eficaz como modo de investigar do que meramente o acúmulo de supostos fatos sobre alguma coisa. *Braithwaite* negava que a indução nos envolvia em um círculo vicioso, visto que tudo quanto acontece passa da *crença* para a *crença razoável*. É preciso que creiamos em alguma coisa, pois, doutra sorte, a investigação científica é inútil desde o começo. (EP F MM P)

INDULGÊNCIA

Essa palavra vem do latim, *indulgentia*, «gentileza», «ternura». *Indulgere* é o verbo que significa «conceder», «usar de gentileza».

1. Definição Geral

«A remissão do castigo temporal devido ao pecado, cuja culpa já fora perdoada» (*Enciclopédia Católica* 8, pág. 783). O castigo assim removido pode ser neste mundo ou no purgatório, o que significa que as almas que ali estão podem ainda receber indulgências, pelos bons ofícios da Igreja Católica Romana. O pecado envolve culpa diante de Deus, e merece punição eterna. As indulgências, dentro da teologia católica romana, nada têm a ver com isso, embora, ao nível popular, muitos, sem dúvida, pensem que seus pecados são perdoados mediante indulgências. Antes, de acordo com aquela teologia, o sacramento da *penitência* (vide) é proposto como meio removedor da culpa do pecado, anulando a punição eterna em potencial. O castigo temporal contra o pecado é que é anulado pelas indulgências. Uma plena remissão é chamada plenária, a qual só pode ser concedida pelo papa. Mas remissões parciais, por um dado período de tempo, podem ser conferidas ou autorizadas por um bispo. A condição para tanto é a *contrição* (vide). Usualmente, essa contrição é satisfeita mediante a realização de obras, orações, doação de esmolas, visitas a alguma igreja, a leitura das Escrituras ou qualquer ato que o bispo ou pessoa autorizada pense ser eficaz para levar mais a sério os erros cometidos e a necessidade de melhoria moral e espiritual.

2. História

Na primeira indulgência indisputada de que se tem notícia, o papa Urbano II, em 1095, prometeu a todos quantos fossem a Jerusalém, na primeira cruzada (se isso fosse feito em virtude de autêntica devoção, e não por motivos outros), que essa viagem podia ser contada «em lugar de toda e qualquer penitência». No século XV, indulgências foram conferidas aos mortos que se achassem no purgatório, visto que o castigo que ali haveria destinava-se aos fiéis, podendo ser chamado de *castigo temporal*, em contraste com a punição eterna dos perdidos, no inferno. A infeliz prática da concessão de indulgências, em troca de dinheiro dado à Igreja, foi um produto da época imediatamente anterior à Reforma protestante. O princípio geral das indulgências, com os seus abusos, foi uma das principais molas mestras do movimento reformador. Porém, em 1562, o concílio de Trento proibiu o pagamento de dinheiro pelas indulgências; ainda que, na prática, essa norma nem sempre tenha sido obedecida.

3. Abusos. Os grupos protestantes e evangélicos crêem que o princípio das indulgências constitui um grande abuso, e não meramente a maneira como essa questão tem sido manipulada. A Igreja possui, deveras, a autoridade para conceder perdão quanto à punição contra o pecado, sem importar se essa punição é eterna ou temporal? Isso não contradiz a lei bíblica da colheita segundo a semeadura, conforme se vê em Gálatas 6:7,8? Os teólogos católicos romanos usam como textos bíblicos de prova as passagens de Mateus 16:19 e João 20:23, mas isso com o apoio das declarações oficiais de papas e concílios, o que, para a Igreja Católica Romana, põe fim a toda questão de autoridade. Os protestantes e evangélicos pensam que toda autoridade que Cristo deu aos apóstolos não foi transferida aos cristãos posteriores, sem importar o ofício ocupado por estes. Isso nos faz envolver na antiga discussão acerca da idéia da *sucessão apostólica* (vide), sem falar no problema geral da *autoridade* (vide).

Os protestantes objetavam ao abuso do princípio das indulgências; pois a venda das indulgências a dinheiro causava uma perigosíssima falsa impressão. Pois apesar da teologia católica romana sofisticada insistir em que as indulgências aliviam somente a punição temporal contra o pecado, no nível popular sempre se pensou que os pecados podiam ser perdoados, até mesmo de antemão, evitando-se assim o julgamento eterno. Muitos, até mesmo dentre as classes nobres e abastadas, viam as indulgências como uma espécie de permissão para pecar e não receber qualquer castigo. Vendiam-se indulgências perdoando de antemão um assassinato, um adultério, um roubo vultoso, etc. Ora, isso fere fundamentalmente o âmago da missão de Cristo, sem falar que remove toda a responsabilidade pessoal. Se alguém tinha dinheiro e se dispunha a pagar pela indulgência correspondente, podia cometer qualquer crime sem ter que prestar satisfação à justiça comum.

Na época da Reforma protestante, pois, a questão das indulgências vendidas veio à tona; e o concílio de Trento (vide), reconhecendo o abuso envolvido, cancelou a venda de indulgências. Hoje, as indulgências são adquiridas mediante pequenos e inocentes atos de devoção, como rezar o terço, dizer três Aves Marias e um Padre Nosso, e coisas desse jaez. Mas já houve época em que se cometeram terríveis crimes, sob o escudo das indulgências vendidas.

Em suas *Teses*, Lutero afirmou que a Igreja tem autoridade de perdoar somente penas eclesiásticas que tenham sido impostas, mas nunca a culpa ou as punições temporais, o que segundo ele e a maioria esmagadora dos protestantes e dos evangélicos, repousam exclusivamente nas mãos de Deus. Ver o artigo separado de nome *Teses, Noventa e Cinco, de Lutero*.

A palavra «indulgência» também tem sido usada para indicar o relaxamento ou não aplicação das leis eclesiásticas contra alguém, por alguma razão especial. Nesse caso, há um sinônimo, *dispensa*.

4. Origem da Idéia das Indulgências

A história mostra-nos que, na Igreja cristã antiga, muitas pessoas foram severamente castigadas por motivo de infrações diversas, até o ponto em que isso se tornou um abuso. Gradualmente, foi-se desenvolvendo um sistema de comutação de penalidades, para cuidar de casos complicados. Ao que parece, foi daí que surgiu a teoria das indulgências, uma idéia inteiramente ausente nas Sagradas Escrituras.

5. Condições para o Recebimento das Indulgências

a. A pessoa que recebe uma indulgência deve estar em *estado de graça* (vide); b. a pessoa deve ter a intenção de ganhar a indulgência; c. a pessoa deve cumprir os atos penitenciais prescritos que lhe foram determinados pelo padre ou outra autoridade eclesiástica. (AM B C CD CE E)

INDULTO

Trata-se de um favor que um legislador qualquer concede, por benevolência, por algum período marcado, sem importar se fora da lei ou mesmo contrário à lei. Difere do *privilégio*, que já tem uma natureza perpétua.

INEFÁVEL

Vem do latim, **in**, «não», e **effabilis**, «pronunciável». Aquilo que é inefável não pode ser expresso por meio de palavras, e nem descrito e, por implicação, também não pode ser compreendido. Existem coisas por demais exaltadas para serem expressas por meio da linguagem humana, coisas que a experiência comum não consegue esclarecer. A *inefabilidade* é um dos estados místicos; e as experiências místicas geralmente são inefáveis. Assim, a essência de Deus é inefável, embora possamos falar sobre as suas obras de maneira inteligível. As experiências que o Espírito de Deus concede a uma alma podem ultrapassar a intelecção humana, de tal modo que a linguagem humana é incapaz de descrevê-las. Ver o artigo geral sobre o *Misticismo*.

INERRÂNCIA

Ver sobre *Infalibilidade*.

INEVITABILIDADE

Vem do latim **in**, «não», e **evitare**, «evitar». A palavra é aplicada àquelas coisas que são consideradas lógica ou realmente inevitáveis, que devem existir ou acontecer, sem importar as circunstâncias ou a vontade dos homens. Algo inevitável é algo que não tem fatores contingentes, limitadores. Ver os artigos gerais *Determinismo* e *Predestinação*.

INFALIBILIDADE

Haverá **qualquer coisa** infalível, excetuando o próprio Deus? Se atribuirmos essas qualidades a qualquer outro ser ou coisa, além de Deus, então já estaremos infringindo contra o conceito de Deus, tornando-nos culpados de alguma modalidade de *idolatria*. É perfeitamente natural que os homens adorem àquilo que consideram infalível, porquanto tal coisa ou pessoa exigirá deles um respeito extraordinário e a toda prova. Aquilo que respeitam dessa maneira, acabam venerando, o que fica a apenas um passo da mais desabrida idolatria.

Esboço:

I. Definição
II. Pontos de Vista Católicos Romanos
III. Pontos de Vista Ortodoxos Orientais e Anglicanos
IV. Pontos de Vista Protestantes e Evangélicos
V. Críticas

I. Definição

Essa palavra vem do latim, *in*, «não», e *fallibilis*, «falso». A forma verbal é *fallere*, «enganar». Tudo quanto é infalível, fica entendido, é isento de erro, falácio e incerteza. «Em termos latos, é ser isento de qualquer erro; indica a doutrina que diz que um indivíduo, instituição, sistema doutrinário ou obra literária é inerrante». (E)

II. Pontos de Vista Católicos Romanos

1. Juntamente com todos os grupos cristãos, a Igreja Católica Romana diz que *o próprio Deus* é infalível e a fonte de toda infalibilidade que possa, porventura, ser possuída por pessoas ou coisas. As Escrituras declaram a absoluta santidade de Deus (Êxo. 15:11; Sal. 22:3; Isa. 57:15), bem como sua natureza exaltadíssima e imutável (Tia. 1:17,18; Rom. 11:33 *ss*). Embora o termo infalibilidade seja aplicado a um homem, ainda segundo a opinião católica romana, isso não indica impecabilidade ou santidade perfeita, como quando a palavra é aplicada a Deus. Isso redime um tanto o conceito católico romano, embora não o justifique.

2. *A Igreja*. Deus confiou à Igreja a guarda e a propagação de seus ensinos (Mat. 28:18-20; 16:18; João 14—16; I Tim. 3:14,15; Atos 15:28 *ss*). Isso posto, a Igreja, não como um corpo de pessoas imperfeitas, mas no exercício de seu ministério espiritual, deveria ser idealmente infalível, embora, na prática, ocorram muitos erros. Todavia, os *ensinos* da Igreja são infalíveis, e a correta interpretação dos mesmos é garantida pelos pronunciamentos oficiais dos papas e dos concílios. Esse é o ponto de vista particular da Igreja Católica Romana acerca da questão da *autoridade* (vide).

3. *O Papa*. Como chefe e representante (ou mesmo substituto) especial de Cristo, na terra, o papa, em seus pronunciamentos oficiais, *ex cathedra* (vide) é resguardado de erro, mediante a orientação do Espírito de Deus. Essa autoridade foi inequivocamente conferida ao papa mediante o decreto do concílio do Vaticano, a 18 de julho de 1870. Afirma-se ali que o papa, como cabeça espiritual da Igreja, quando define alguma doutrina ou prática, é divinamente impedido de todo e qualquer erro. Ele é o vigário ou substituto de Cristo, pelo que participa do poder de Cristo, em sua autoridade e infalibilidade. Isso, contudo, não envolve sua pessoa em qualquer sentido, mas somente em seus pronunciamentos oficiais. São usados pelos católicos romanos textos bíblicos de prova como Mateus 16:18 e João 20:23. Ver a exposição desses versículos no NTI. Ver também o artigo intitulado *Fundamento da Igreja, Pedro como*, acerca da controvérsia envolvida na questão da autoridade papal.

4. *Os Concílios*. Se permitíssemos que cada indivíduo interpretasse pessoalmente as Escrituras, terminaríamos na maior fragmentação. A Igreja deve interpretar, e não o indivíduo. O sentido das Escrituras, quando surgem pontos controvertidos, precisam ser definidos pelos concílios ecumênicos da Igreja. Ver o artigo sobre os *Concílios Ecumênicos*. Esses concílios, que funcionam como diretores espirituais da Igreja, supostamente são resguardados de erro, o que também aconteceria com o papa. Todavia, os sínodos têm o direito de interpretar

aquelas decisões, a fim de esclarecer pontos duvidosos.

5. *As Escrituras*. Os católicos romanos conservadores referem-se às Escrituras como inerrantes e infalíveis; mas nem por isso supõem que elas sejam a única diretriz dos cristãos quanto à fé e à prática. Ver o artigo sobre a *Autoridade*, que aborda profundamente a questão.

III. Pontos de Vista Ortodoxos Orientais e Anglicanos

Ambos esses grupos repelem a idéia da infalibilidade papal. E a Igreja Ortodoxa Oriental aceita como infalíveis os pronunciamentos dos sete primeiros concílios ecumênicos isto é, até o ano de 754. Depois disso, os concílios tornaram-se meramente locais. Muitos anglicanos, desde o movimento tractariano de 1833—1844 (vide) têm favorecido oficialmente a infalibilidade desses sete primeiros concílios eclesiásticos. Mas ambos os grupos, novamente, rejeitam as interpretações estritas sobre a infalibilidade da Igreja. Os mais conservadores entre os anglicanos, com freqüência, advogam a infalibilidade das Escrituras.

IV. Pontos de Vista Protestantes e Evangélicos

Esses grupos rejeitam a infalibilidade tanto dos papas, quanto dos concílios e da Igreja. Alguns eruditos protestantes consideram que os verdadeiros concílios ecumênicos estenderam-se somente até o de Calcedônia (451 D.C.), que foi o quarto. Outrossim, crêem que até mesmo esses autênticos concílios ecumênicos estavam sujeitos a erro, e que as suas decisões precisam ser cuidadosamente cotejadas e julgadas por meio das Escrituras Sagradas.

Muitos, embora nem todos, entre os protestantes conservadores, afirmam a inerrância e a infalibilidade das Escrituras. Contudo, à idéia de infalibilidade têm sido dadas várias definições. Para os da extrema direita, isso significa que as Escrituras são absolutamente destituídas de qualquer tipo de erro, se as considerarmos em seus escritos originais, ou autógrafos, os quais, naturalmente, desapareceram. Porém, outros qualificam isso, dizendo que a infalibilidade aplica-se somente à mensagem da redenção, e não a toda e qualquer palavra contida na Bíblia. Assim, a Palavra de Deus atinge infalivelmente os seus propósitos; a missão de Cristo foi sem defeitos; as regras bíblicas de fé e prática são adequadas para todos os propósitos, embora transmitidas através de mera linguagem humana que pode conter erros variados. Nesse caso, busca-se a essência da questão, e não meros detalhes, como pequenas questões de gramática; busca-se a refeição servida pelas Escrituras, e não as tigelas e pratos em que essa refeição é servida. O Espírito Santo, que é o autor da mensagem da Bíblia, é infalível, pelo que a mensagem é inteiramente digna de confiança, embora tenha havido erros no necessário manuseio humano dessa mensagem. Todavia, esses erros humanos em nada detratam da mensagem propriamente dita. Todas essas posições podem ser encontradas entre os eruditos conservadores, protestantes e evangélicos, embora algumas dessas posições sejam acaloradamente combatidas pelos ultraconservadores.

V. Críticas

Os críticos põem em dúvida a filosofia inteira da infalibilidade. De fato, eles dizem que qualquer forma de infalibilidade tende para a idolatria, pois somente Deus é verdadeiramente infalível. Salientam ainda que as próprias Escrituras não reivindicam infalibilidade para si mesmas, e que isso é um dogma que precisou de muito tempo para se desenvolver na Igreja. Eles ajuntam que as idéias católicas romanas sobre a infalibilidade do papa, da Igreja e dos concílios precisaram de muitos séculos para se desenvolverem, e que a infalibilidade pertence a essa mesma classe de idéias. Em outras palavras, trata-se de um dogma, que não pode ser demonstrado pelas próprias Escrituras. E, ainda que houvesse declarações que garantissem que alguns livros são infalíveis, o que parece não haver, dificilmente isso poderia ser aplicado ao cânon inteiro das Escrituras Sagradas. É claro que argumentos assim não ficam sem resposta. O Senhor Jesus parece ter enfeixado a Bíblia inteira (embora ela ainda estivesse em formação, visto que, quando ele falou, nenhum dos livros do Novo Testamento havia sido escrito), quando disse: «...a Escritura não pode falhar» (João 10:35). Portanto, para alguns protestantes e evangélicos, eles acham base bíblica verdadeira para a sua crença na infalibilidade da Bíblia, posto que reconhecem que isso deve ser aplicado ao conteúdo revelatório dela, e não a questões secundárias, como pontos de gramática, de exata concordância histórica, etc.

Consolo Mental. O desejo da infalibilidade, dizem os críticos, na verdade é o desejo de ter consolo mental. A infalibilidade busca um falso senso de segurança, através da dogmatização. Repousa sobre um falso senso de certeza, mas, na realidade, é o temor de enfrentar o mundo conforme ele realmente é, preferindo imaginá-lo como gostaríamos que fosse. O conceito geral da infalibilidade é bastante destituído de sentido, e mesmo indefensável. O melhor que podemos fazer é examinar em separado cada reivindicação, para ver qual o seu mérito. Os protestantes e evangélicos criticam várias formas de idolatria, como imagens e a mariolatria (vide). Em lugar de uma Igreja infalível, alguns colocam uma Bíblia infalível em todos os sentidos, tornando-se culpados de *bibliolatria* (vide). O papa, eles substituem por um papa de papel. Ver os artigos separados sobre a *Autoridade* e sobre as *Escrituras*, especialmente em suas seções segunda, *Inspiração*, e terceira, *Autoridade*. (B C CD CE E NTI)

INFÂMIA

Trata-se da perda da boa reputação, por causa de algum notório erro moral ou por causa de convicção quanto a certos crimes. Aqueles que se tornam infames ficam desqualificados tanto para posições e funções sociais como, especialmente, para ofícios eclesiásticos. A Igreja cristã exclui os infames. Ver sobre *Exclusão*.

INFANTES, MORTE E SALVAÇÃO DOS

Diversas Idéias.

Imaginemos que está sendo efetuada uma corrida com dez lances, para ver qual é a melhor explicação acerca do que acontece àqueles que morrem ainda na infância. Nessa corrida, há oito atletas, que são os seguintes:

1. O limbo
2. O inferno do calvinismo
3. A idade da responsabilidade
4. A não-entrada ou não-criação das almas
5. A contínua oportunidade da Igreja Oriental
6. Os níveis existentes no hades
7. A reencarnação
8. Um corredor desconhecido

1. Limbo

O catolicismo romano, procurando solucionar o

problema da morte dos infantes e da questão da justiça, tem-se mostrado relutante em enviar tais almas para o inferno. Porém, também não se tem disposto a enviá-las para o céu. Visto que tais almas parecem ficar, naturalmente, dentro de uma categoria *indefinida*, por isso mesmo o catolicismo romano criou um lugar especial para essas almas excepcionais. O *limbo* é imaginado como um lugar de felicidade e utilidade, mas não onde se possa ter a visão beatífica de Deus. Contra esse ponto de vista (embora haja uma certa racionalidade a respeito), temos o fato de que tal lugar foi inventado *ad hoc*, com o propósito específico de solucionar um enigma. Naturalmente, as Escrituras Sagradas fazem o mais completo silêncio sobre esse imaginário lugar.

Deveríamos frisar aqui que a doutrina católica romana assevera que os infantes *batizados* pela Igreja, que morrem na infância, estão em segurança, e que as suas almas vão para o céu, e não para o limbo. Somente os infantes não-batizados é que iriam para o limbo. E os adultos que não são responsáveis pelos seus atos, como os mentalmente deficientes, também iriam para o limbo, de acordo com a teologia católica romana.

2. O Inferno do Calvinismo

Os **calvinistas** radicais não encontram qualquer problema diante da morte de infantes. Visto que Deus já escolheu, antes do nascimento de cada pessoa, qual é o destino de cada um (o céu ou o inferno), faz bem pouca diferença quando uma pessoa morre. Se alguém é um não-eleito, então automaticamente é enviado para o inferno. Todavia, alguns evangélicos simplesmente não podem aceitar essa crueza. Esses acreditam que, de alguma maneira, o amor de Deus deve salvar àquelas almas, embora sejam pecadores desde o nascimento (de acordo com a doutrina bíblica). Apesar do primeiro capítulo da epístola aos Romanos poder ser empregado como texto de prova do ponto de vista do calvinismo radical, muitos evangélicos têm relutado em apelar para essa passagem da Bíblia. Esse primeiro capítulo de Romanos ensina o que a *nua* justiça de Deus seria, *se* ele a quisesse aplicar. Porém, a começar no terceiro capítulo dessa epístola, Paulo diz-nos que a justiça divina não é nua. O amor e o propósito de Deus, no evangelho, transcendem a uma justiça nua. A verdade da questão é que o oposto da *injustiça* não é a justiça, e, sim, o *amor*. Essa é outra maneira de dizer que a justiça de Deus jamais se manifesta sem estar revestida pelo amor e pela misericórdia divinos. Sua justiça nunca é nua.

3. A Idade da Responsabilidade

Os protestantes e evangélicos de todas as denominações aceitam essa outra invenção: as almas dos infantes que morrem vão para o céu, visto ainda não terem atingido a idade da responsabilidade. Esse é um conceito impossível, e uma criação não menos forjada que o limbo dos católicos romanos. Os teólogos não aceitam a passagem de II Samuel 12:23 como um texto de prova viável para a noção de que a alma do filho infante de Davi foi para o céu. Nenhuma doutrina dessa grande envergadura poderia estar fundamentada em uma declaração como essa, no Antigo Testamento. Se as almas dos infantes que morrem vão para o céu, simplesmente por terem morrido, então há duas maneiras de uma pessoa ser salva. Porém, as *almas*, e não os corpos, é que são pecadoras.

Os pecadores não podem chegar ao céu sem se encontrarem com Cristo e escolherem voluntariamente o seu caminho. Por conseguinte, não pode haver coisa alguma de automático quanto ao transporte de almas para o céu, sem importar a idade em que as pessoas morram. Além disso, a idéia é uma clara *racionalização ad hoc*, não menos que a idéia do limbo. De fato, esse é o equivalente protestante do limbo. Não há nenhum ensinamento bíblico que favoreça tal conceito. Na verdade, não existe qualquer ensinamento bíblico acerca do problema do que acontece às almas cujos corpos físicos morrem na infância. Em conseqüência disso, infelizmente, no tocante a uma questão tão importante quanto essa, somos forçados a pescar em redor por alguma resposta, e as racionalizações tomam o lugar da teologia séria. Mas, se alguém não quiser investigar a questão, então simplesmente poderá deixá-la aos cuidados da vontade de Deus, confessando a sua ignorância a respeito. Porém, uma das coisas que os teólogos *não* gostam de fazer é confessar a sua ignorância. Como resultado, há um cortejo de racionalizações que invadem a Igreja, mascaradas de verdades. Os católicos romanos, que não dependem exclusivamente das Escrituras Sagradas como sua autoridade, contam com as decisões dos concílios e dos papas para ajudá-los a definir tais questões. E os dogmas deles sobre a questão, para eles fazem parte da teologia. Porém, a «idade da responsabilidade», criada pelos grupos protestantes, não conta com qualquer autoridade que lhe dê validade, ainda posto que muitos evangélicos falem a respeito como se tivessem conseguido extrair a idéia da própria Bíblia.

Uma *alma* não é um infante. Ela é um poder espiritual, moral e intelectual como qualquer outra alma, embora sua permanência em um corpo físico seja extraordinariamente breve. Toda alma precisa tomar suas próprias decisões. Nenhuma alma pode ganhar um transporte gratuito para o céu, meramente porque o seu corpo físico cedeu diante da morte biológica. Isso contradiz duas importantes doutrinas bíblicas: a responsabilidade moral e a necessidade de um encontro com Jesus Cristo e de escolher ou não o seu caminho.

Alguém poderia argumentar que a graça de Deus cuida da questão, forçando *todas* as almas, cujos corpos morrem na infância, a *aceitarem* a oferta de salvação. E se não forem incluídas *todas* as almas, então já terá sido anulado *o espírito* da doutrina da idade da responsabilidade, visto que *algumas* almas, cujos corpos morrem antes do começo da idade da responsabilidade moral, não terminariam chegando ao céu. E seríamos forçados a explicar por que razão *algumas* almas conseguem chegar lá, mas *outras* não. — Porém, a idéia envolvida nessa doutrina é que *todas* essas almas obtêm transporte gratuito até o céu.

Acresça-se a isso a questão da justiça. Poderíamos considerar justo que algumas almas cheguem ao céu meramente porque os seus corpos físicos duraram apenas alguns momentos, enquanto que outras almas tiveram o *infortúnio* de ultrapassar dos sete ou oito anos de idade, tornando-se assim pessoas responsáveis? O meu argumento é que *todas* as almas, sem importar por quanto tempo seus corpos físicos perduram, *são responsáveis*. Por conseguinte, precisam enfrentar a Cristo, às suas reivindicações e ao seu evangelho, para tomarem *a sua própria decisão* acerca do seu próprio destino eterno. Isso também é uma racionalização; mas, pelo menos, um tanto melhor, visto que concorda com as exigências gerais da missão de Cristo.

Se você reler o que escrevi sobre o assunto, haverá de encontrar racionalizações quase a cada linha, no tocante a argumentos favoráveis e a argumentos contrários a esse conceito. Assim sucede, porque a

questão inteira é uma racionalização. Não se pode obter textos de prova extraídos das Escrituras, sobre esse assunto, exceto por meio de inferências. Ora, uma vez que começamos a *inferir*, já estamos racionalizando. Em conseqüência disso, para mim, essa doutrina da idade da responsabilidade não tem a menor autoridade, a menos que se possa demonstrar que ela é uma racionalização de caráter superior, em comparação com outras racionalizações. No entanto, rejeito a sua superioridade.

4. A Não-Entrada ou Não-Criação das Almas

Temos aqui duas idéias, que combino uma com a outra, por se revestirem de uma certa similaridade. *Imaginemos o seguinte caso*: Uma alma que já existe está em vias de encarnar-se em um corpo humano. Mas a alma sabe que aquele corpo morrerá ainda bem jovem. A fim de evitar a consternação de uma breve viagem, a alma simplesmente não entra no corpo. Tal corpo nasce sem alma, vive por alguns dias e morre. Nesse caso de mortalidade infantil, não haveria qualquer problema, porquanto nenhuma alma jamais esteve associada àquele corpo. O corpo foi apenas uma entidade animal, e não um verdadeiro ser humano. Tudo isso, porém, não passa de uma racionalização, sem qualquer valor, até onde posso ver as coisas. Para pior, levanta uma série de problemas. O principal desses problemas é que assim teríamos um bom número de infantes e de crianças (em alguns países, formando uma considerável porcentagem) que não são seres humanos, de acordo com qualquer definição teológica. Em outras palavras, elas não serão seres mortais-imortais, ao mesmo tempo (compostos de corpo e alma), conforme são todos os seres humanos, por definição.

Imaginemos um outro caso: Deus está prestes a criar uma alma para um corpo físico, que deverá nascer (na teologia, essa idéia é chamada *criacionismo*). Porém, Deus sabe que aquele corpo humano não perdurará por muito tempo. Assim sendo, Deus acaba não criando uma alma para aquele corpo. Dessa maneira, obtém-se o mesmo efeito que aquele descrito no primeiro caso, embora provocado por um ato diferente. Neste segundo caso, a decisão é de Deus; no primeiro, a decisão é da própria alma. Tanto um caso quanto o outro estão sujeitos às mesmas objeções seríssimas.

5. A Contínua Oportunidade da Igreja Oriental

A morte de um infante deveria ser considerada como um incidente relativamente sem importância, visto não exercer qualquer efeito sobre o destino espiritual da alma. — Não diminui e nem acrescenta coisa alguma. Uma alma humana que habitasse um corpo físico débil, simplesmente mudar-se-ia para alguma dimensão espiritual, onde, finalmente, teria a oportunidade de conhecer os fatos sobre Cristo e *aceitar* ou *rejeitar* o seu evangelho. Dessa maneira, seria responsável por seus próprios atos, no mesmo sentido e no mesmo grau que o seria qualquer outra alma humana. Não receberia qualquer privilégio especial, mas também não sofreria qualquer prejuízo por haver-se associado a um corpo físico apenas por um breve tempo. Como texto de prova, poderíamos aplicar a narrativa da descida de Cristo ao hades. Se Jesus anunciou o seu evangelho no hades, então ali deve ter havido muitas almas que poderiam ouvi-lo, para então aceitá-lo ou rejeitá-lo, e que viveram em associação com um corpo físico apenas por um breve período de tempo. A contínua oportunidade, postulada pelas igrejas orientais, por conseguinte, poderia ter lugar em algum lugar diferente do hades, que é apenas um dentre muitos mundos espirituais.

Se aceitarmos esse ponto de vista, teremos evitado o limbo dos católicos romanos, afirmando que o limbo católico romano é permanente, ao passo que um mundo de renovadas oportunidades espirituais, de acordo com as igrejas orientais, não é um lugar dominado pela estagnação. As almas confinadas ao limbo jamais podem avançar para a salvação (vindo a aceitar a Cristo), e nem podem terminar no hades (por terem rejeitado a Cristo). A narrativa da descida de Cristo ao hades pode ser usada como texto de prova dessa idéia; mas, nesse caso, será mister fazê-lo por meio de uma inferência, porquanto não existe qualquer ensinamento bíblico direto sobre a questão. E, visto que tal doutrina nos deixa, novamente, dependentes de uma mera inferência, teremos produzido uma outra racionalização, ou seja, mais um atleta a competir com outros, na pista de corrida.

6. Os Níveis Existentes no Hades

Essa idéia apenas é uma variante da idéia exposta acima. Suponhamos que diferentes gradações de julgamento (uma doutrina que conta com textos de prova no N. Testamento) requeiram a existência de vários níveis de confinamento no hades, ou, talvez, várias *esferas* de julgamento que, coletivamente, sejam chamadas de *o hades*. Ora, visto que as almas são pecadoras, então qualquer alma liberada de seu corpo físico (por haver morrido na infância), necessariamente terá de ir a um lugar de *julgamento*. A justiça requer tal coisa. Até esse ponto concordamos com o segundo dos oito atletas, ou seja, o inferno do calvinismo. Mas, a fim de evitarmos as asperezas da doutrina calvinista, podemos supor que existem níveis de existência, no hades, que não são inteiramente maus, mas onde até mesmo vidas úteis podem ser levadas, embora isso nada tenha a ver com a existência no *céu*.

Agora, as almas estão no hades. Devemos pensar que elas ficarão ali para sempre, estagnadas naquele *nível de rebaixamento?* Ou devemos pensar que elas terão a oportunidade de encontrar-se com Cristo, ou com um de seus missionários no hades, a fim de poderem tomar uma decisão negativa ou positiva? E, se tomarem uma posição positiva, serem preparadas para o céu? A narrativa bíblica da descida de Cristo ao hades confere-nos o direito de afirmar que as almas do hades mesmo ali poderão ser beneficiadas pelo evangelho de Cristo. Todavia, uma alma que esteja no hades, seguindo suas pervertidas inclinações naturais, poderá rejeitar essa oportunidade, afundando para mais severas regiões de julgamento.

Meus sentimentos pessoais acerca desse atleta é que ele projeta uma certa luz sobre toda a questão, embora menos esclarecedora que no caso do quinto atleta. Contudo, isso apenas emite uma opinião acerca de diferentes racionalizações. Não há quaisquer informações *bíblicas* acerca do que acontece às almas que deixaram corpos infantes que morreram.

7. A Reencarnação

A. A Reencarnação no Novo Testamento como uma Crença Popular

É uma tradição antiqüíssima entre os judeus que Elias haveria de voltar ao mundo, antes do aparecimento do Messias, quando teria uma outra missão terrena. O que a maioria das pessoas não sabe é que era uma doutrina sincretista padrão, entre os judeus do período entre o Antigo e o Novo Testamentos, que *muitos* dos profetas do Antigo Testamento teriam mais de uma missão sobre a terra. Esse conceito transparece em Mateus 16:14: Jesus era um grande mestre e uma poderosa figura profética. O que as pessoas de sua época diziam sobre a sua

identidade? Alguns pensavam que ele seria Jeremias, ou algum outro dos profetas do Antigo Testamento. Se acompanharmos essa declaração nos comentários, descobriremos que a maioria desses comentários admite que a reencarnação era uma crença popular entre os judeus da época de Cristo. Por exemplo, muitos rabinos identificavam Jeremias com Moisés. Adam Clarke diz a esse respeito: «A doutrina da metempsicose ou transmigração das almas era bastante generalizada; pois sobre essa base é que eles acreditavam que a alma de João Batista, ou de Elias, de Jeremias ou de algum outro dos profetas, voltara à vida no corpo de Jesus».

John Gill, por sua vez, acompanha essa crença nos escritos rabínicos. Trechos bíblicos, como Provérbios 8:22-31 e Jeremias 1:5 eram interpretados como se ensinassem a preexistência da alma. Josefo (ver *Antiguidades* 18:1,2), informa-nos especificamente que a reencarnação era uma doutrina ensinada tanto pelos essênios quanto pelos fariseus. Ver também Josefo (*Guerras* 2:8,10,11). No nono capítulo do evangelho de João, quando os discípulos indagaram a Jesus por causa do pecado de quem certo homem nascera cego, quando também sugeriram que talvez fosse por causa do pecado do próprio cego, eles estavam aludindo à reencarnação, conforme afirmam quase todos os comentários que tenho consultado. No entanto, seus autores não concordavam com a conclusão sugerida pelos discípulos de Jesus. Naqueles dias, aparentemente devido à influência da doutrina dos fariseus, os apóstolos chegaram a admitir a reencarnação como um acontecimento comum entre os homens. Posteriormente, entretanto, talvez tenham deixado de crer nessa idéia. Pelo menos, é óbvio que eles não incorporaram essa crença em seus escritos.

Alicerçados nessas referências, obtemos a idéia de que o conceito da reencarnação era uma *crença comum* entre os judeus dos tempos de Jesus, uma crença compartilhada por muitos judeus cristãos. Porém, não se trata da mesma coisa que um dogma ou um artigo soteriológico de fé.

B. A Reencarnação no Novo Testamento como um Dogma

Somos informados de que o anticristo voltará do hades e se reencarnará (ver Apocalipse 11:7; 17:10,11). Alguns documentos cristãos muito antigos, designavam Nero como o homem que deveria ser esperado de volta do hades, como o anticristo. William Newell, em sua exposição sobre o livro de *Apocalipse*, aceitava essa idéia. DeHann, por sua vez, afirmava que Judas Iscariotes haveria de reencarnar-se, para ser o anticristo. Além disso, as duas testemunhas mencionadas em Apocalipse 11:3 *ss*, conforme muitos estudiosos, seriam Moisés e Elias, reencarnados. Nesse caso, pelo menos, Moisés poderia ser considerado como uma reencarnação. A tradição de que Elias haveria de voltar era uma antiga tradição judaica, podendo ser incorporada nesse texto, como também em Marcos 9:11. Não quero elaborar muito esse ponto, visto que a maioria dos evangélicos acredita em uma forma limitada de reencarnação, levada a efeito com propósitos especiais. Isso, entretanto, não é a mesma coisa que uma reencarnação generalizada, para todos os seres humanos.

Pode-se usar o Novo Testamento para mostrar que a reencarnação era uma crença popular entre os judeus e os primitivos cristãos. Também podemos usá-lo a fim de mostrar que se espera que em alguns casos especiais, pelo menos, ocorra **e isso sobre bases** dogmáticas. Porém, é tempo perdido tentar provar, mediante o Novo Testamento, que a reencarnação generalizada seja uma verdade. Se isso tiver de ser provado, terá de sê-lo com base em documentos fora do Novo Testamento. Inteiramente à parte de religiões não-cristãs, alguns cientistas pensam que eles estão conseguindo reunir evidências que podem ser interpretadas em favor da noção da reencarnação, como um acontecimento bastante comum. Esse enigma só poderá ser solucionado, negativa ou positivamente, sobre bases *científicas*, e não sobre bases dogmáticas. Não se sabe dizer por quanto tempo será preciso fazer pesquisas, e nem se sabe dizer qual conclusão, finalmente, será obtida.

Continuo às voltas com o problema. *Imaginemos este caso*: — Uma alma entra em um corpo. Esse corpo vive por dois anos, e então morre. Em vez de partir para ficar no céu, no inferno, no limbo ou em alguma outra dimensão espiritual da existência, mediante a vontade de Deus, é determinado que essa alma seja recambiada à terra, para ocupar outro corpo físico. Em outras palavras, aquela alma reencarna-se. Essa resposta envolve certa simplicidade que chega a ser atrativa e que evita todas as contorções e especulações teológicas que caracterizam as idéias anteriores. Entretanto, a simplicidade não é, *necessariamente*, sinal de veracidade, a despeito do que os filósofos têm dito a respeito da navalha de Ockham. Ockham opinava que, na busca de qualquer solução, devemos evitar as complicações e as multiplicações de conceitos ou entidades espirituais, aceitando a forma *mais simples*, entre as possíveis. Porém, nem sempre a verdade é simples. Seja como for, a reencarnação ocupa lugar entre as possíveis racionalizações. Ela não é uma resposta bíblica; mas as outras possibilidades também não o são. Trata-se apenas de mais um atleta na pista. Quando escrevi meu livro sobre as evidências científicas em favor da existência da alma, considerei essa resposta como a mais provável entre as respostas disponíveis. Porém, prossigamos para o oitavo atleta.

8. Um Corredor Desconhecido

Devemos crescer no conhecimento da verdade, e onde não tivermos conclusões certas, poderemos esperar alguma resposta *melhor*, que nunca antes fora considerada. Talvez, até agora, essa resposta esteja completamente fora do alcance de nossa experiência e conhecimento. Porém, em face do crescimento, uma nova resposta aparece, satisfazendo a uma questão que antes envolvera um enigma. Pode haver nessa corrida um atleta desconhecido, capaz de esclarecer a questão. Talvez haja uma resposta, oculta nos conselhos de Deus, que possa preencher o vácuo com que nos defrontamos, no que tange a essa questão.

Retornemos à minha metáfora dos oito atletas na pista de corridas. Um deles vencerá na corrida de dez lances, e a sua vitória haverá de nos dizer o que sucede às almas daqueles que morrem ainda durante a infância. Há vários anos passados, quando eu estava estudando esses atletas, percebi que o sétimo deles, a Reencarnação, estava levemente à frente dos demais. Neste momento, quando os examino novamente, os atletas acabaram de completar o sexto lance, e ainda há um grande trajeto a ser percorrido por eles até o fim. Somente o tempo nos revelará quem será o campeão. Contemplando-os em uma curva da pista, percebo que dois deles estão na frente dos demais. Um deles é o corredor de número sete, a Reencarnação. E, ao seu lado, vem o corredor da Contínua Oportunidade, segundo pensam as Igrejas Orientais Ortodoxas. Passam por mim bem próximos um do outro, mas mesmo assim, dá para perceber que o de número sete está ligeiramente à frente, embora

dê sinais de cansaço. Ou estarei enganado?

Meus amigos, não conheço *quem* realmente tenha a resposta para esse enigma.

Nossos pequenos sistemas têm sua época,
Têm sua época, mas logo isso passa,
São apenas lamparinas que bruxoleiam,
Ao lado de Tua Luz, ó Senhor.
(Russell Champlin)

INFANTICÍDIO

Ver o artigo sobre **Aborto**.

Muitas culturas, nos tempos antigos, expunham os infantes, a fim de morrerem à míngua, sob condições de clima muito adversas. Se eram suficientemente fortes para resistir, e sobrevivessem, então acreditava-se que era da vontade dos deuses que vivessem. Caso morressem, os deuses obtinham todo o crédito, e aquelas crianças tornavam-se sacrifícios. Além disso, muitas crianças eram simplesmente sacrificadas aos deuses. Uma criança era considerada uma preciosíssima possessão (lembremo-nos da história de Abraão e Isaque!), e sacrificar uma criança era um tipo de sacrifício supremo que, presumivelmente, obtinha o favor dos deuses. Evidências de infanticídio sagrado têm sido encontradas no Egito, na Índia, na Grécia e em Roma. Lev. 18:21; 20:2-5; Deu. 12:31 e 18:10 são trechos que proíbem terminantemente a prática de sacrificar crianças na fogueira, o que, nos dias do Antigo Testamento, era feito pelas tribos cananéias, em honra ao deus Moleque, uma prática que chegou a ser imitada pelo povo de Israel, em certas ocasiões. O fato de que os profetas Jeremias (32—35) e Ezequiel (16:20,21) tiveram de condenar tal prática (o que, no tempo deles, estava associado à adoração a Baal) mostra-nos que até o tempo deles, às vésperas e durante o tempo do cativeiro babilônico (vide), essa prática ainda não havia cessado em Israel. Acaz foi um completo apóstata, o que se demonstra pelo fato de que sacrificou ao seu próprio filho (II Reis 16:3 e 21:6). Há evidências de que os fenícios ajudaram a propagar esse sangüinário costume a Cartago, de onde penetrou no mundo romano.

A Bíblia demonstra grande respeito pela vida humana, e as palavras de Êxo. 13:15 demonstram isso claramente: «...desde o primogênito do homem até o primogênito dos animais: por isso eu sacrifico ao Senhor todos os machos que abrem a madre; porém, a todo primogênito de meus filhos eu resgato». O relato bíblico no qual Abraão quase sacrificou a Isaque, embora inclua elementos que podem ser usados para ilustrar uma total dedicação, só pode ser considerado produto de uma antiga mentalidade que o judaísmo acabou ultrapassando. Tentar desculpar isso, ao mesmo tempo em que o ato é condenado no paganismo, é por demais absurdo para merecer refutação.

Lemos nas páginas da história, o que é confirmado pela arqueologia, que no tempo em que surgiu o cristianismo, a exposição de infantes, para que morressem, era uma prática muito comum. Para alguns, isso era feito por razões *econômicas*, tal como se pratica tanto o aborto em nossos dias. Mas também havia aquele fator ao qual já nos reportamos, de que seria fácil impressionar assim algum elevado poder espiritual, conquistando-lhes os favores, mesmo que um sacrifício assim envolvesse, como é claro, um infanticídio. Os sentimentos religiosos têm uma estranha capacidade de distorcer a mente das pessoas; e de fazer tal distorção parecer uma virtude. Outras vezes, essa exposição à morte era feita para pôr fim a bebês enfermiços, fracos e deformados, quando então se fazia tudo sob a alegação de ser um ato de misericórdia.

Apesar de ficarmos chocados diante desses antigos costumes, a maioria dos teólogos considera que o aborto é uma forma de infanticídio, ou, pelo menos, de feticídio. Isso é debatido entre os eclesiásticos. O certo é que se trata de um seriíssimo erro moral, mesmo que não importe em assassinato. O artigo sobre o *Aborto*, nesta enciclopédia, aborda o problema.

INFERÊNCIA

Essa palavra vem do latim, **in**, «em», e **ferre**, «carregar». Inferir, pois, é derivar do raciocínio, algumas vezes com base em atos conhecidos, mas, outras vezes somente por implicação ou por suposição, certas conclusões. Os atos de uma pessoa, por exemplo, inferem os seus motivos. A ética cristã proíbe-nos de inferir motivos nas pessoas que criticamos, porquanto isso já é um ato de julgamento. De um modo lasso, inferir significa apenas dar a entender.

Na teologia, as inferências são muito usadas no desenvolvimento de idéias e dogmas; e, quando nos ocupamos dessa atividade, devemos proteger com tolerância a todas as pessoas envolvidas. Algumas doutrinas cristãs importantes são baseadas em inferências, como, por exemplo, a salvação de infantes que morrem antes da presumível idade da responsabilidade. Não há ensinos bíblicos diretos sobre a questão; e, no entanto, trata-se de uma questão séria. Os cristãos têm chegado a várias conclusões diferentes a respeito, mediante *inferências*. Para os protestantes, a questão continua alicerçada sobre meras inferências. Mas, para os católicos romanos, as declarações dos pais da Igreja, dos concílios e dos papas dogmatizam as inferências, de tal modo que se torna obrigatório acreditar em pontos de vista assim expressos. Ver o artigo intitulado *Infantes, Morte e Salvação dos*. Esse exemplo mostra-nos a importância das inferências no desenvolvimento dos dogmas. Essa prática é legítima, e até mesmo necessária, a fim de aclarar certos conceitos; mas, sempre que for posta em prática, a tolerância deveria ser o fator controlador, se outras vidas humanas estiverem envolvidas, pois para nós todos é fácil inferir pelo lado pior, enegrecendo o caráter do próximo.

Na lógica, a inferência é a maneira de proceder em que as conclusões alicerçam-se sobre premissas. A inferência *imediata* é tirada quando se chega a uma conclusão com base em uma única premissa. Mas, se uma conclusão baseia-se sobre duas ou mais premissas juntamente, então diz-se que o processo de inferência é *mediato*.

INFERNO

Ver os artigos separados sobre *Hades; Geena; Sheol; Julgamento de Deus dos Homens Perdidos; Descida de Cristo ao Hades; Descida de Cristo ao Hades — Perspectiva Histórica e Citações Significativas; Estado Intermediário; Mortos, Estado dos*. A leitura desses artigos dará ao leitor uma idéia da complexidade da doutrina acerca do julgamento divino, do inferno e da vida após-túmulo. O artigo que ora começamos, em face da existência daqueles outros, não precisa estender-se demasiadamente.

Esboço:

I. Palavras e Pano de Fundo
II. O Antigo Testamento e o Inferno

III. Pontos de Vista Intertestamentais
IV. Ensinamentos do Novo Testamento
V. A Igreja Histórica e o Julgamento
VI. A Esperança Maior; as Grandes Dimensões do Amor de Deus

I. Palavras e Pano de Fundo

A palavra portuguesa **inferno** vem do termo latino **infernus**, que significa «o que está abaixo», «inferior», «subterrâneo». De acordo com as mitologias grega e latina, o *hades* e o *infernus* referiam-se a alegadas prisões subterrâneas onde as almas ficariam encerradas, após a morte física. A doutrina do *hades* é complexa. De acordo com o pensamento hebreu e grego, o hades, originalmente, não era um lugar onde habitavam seres conscientes, sofrendo tormentos. As almas eram concebidas muito mais em termos da moderna noção dos *fantasmas*, entidades destituídas de mentalidade, que ficariam a flutuar ao léu, mas sem qualquer identidade ou existência real. Gradualmente, porém, às almas do hades foi sendo atribuída a qualidade da consciência e, juntamente com isso, as idéias de recompensas para as almas boas e de castigo para as almas más. O pensamento posterior dos hebreus dividia o *sheol* (equivalente ao hades dos gregos) em compartimentos para os bons e para os maus, além de dar o nome de *paraíso* para o compartimento das almas boas. Uma palavra de sentido mais profundo era *geena*, que se referia a um lugar de chamas; e foi em ligação com essa palavra que a idéia de punição eterna tornou-se proverbial. A geena está vinculada ao vale de Hinom (pois esse é o significado desse nome, «vale de Hinom»), o moderno Wady Er-rababi a sudoeste de Jerusalém, e que era usado como lugar onde, no período do governo de certos reis, ofereciam-se sacrifícios humanos (incluindo a consumação de crianças no fogo, em honra ao deus Moloque). Mais tarde, esse lugar foi transformado em uma espécie de monturo da cidade, onde chamas eternas consumiam o lixo ali atirado. Por causa dessa circunstância, finalmente o lugar veio a tornar-se símbolo do juízo divino, o qual era concebido como um castigo mediante a ação das chamas.

A palavra inglesa «hell» (equivalente à palavra portuguesa «inferno»), vem de uma raiz teutônica que significa «ocultar», «encobrir», o que, novamente, reflete a antiga noção de que o inferno era um lugar de julgamento, localizado subterraneamente. É possível que a observação de erupções vulcânicas, com seu poder imenso, tenha levado os homens a associarem o juízo divino com o interior da terra, que misteriosamente requeimava. Em II Pedro 2:4 encontramos, no original grego, o vocábulo *tártarus*, que algumas versões também traduzem por «inferno», embora outras o transliterem por «tártaro». Aquele versículo diz que Deus enviou anjos maus para um lugar do submundo espiritual, chamado Tártaro. O trecho de I Enoque 20:2 também exibe esse termo, como um equivalente geral de «hades». Dentro da literatura judaica apocalíptica do período entre o Antigo e o Novo Testamentos, o *Tártaro* referia-se à porção má do hades, tal como o *Paraíso* seria a porção boa do hades. Ver Enoque 20:2; *Orác. Sib.* 2.302; 4.186. Ver também Josefo, *Contra Ápiom* 2.240.

Não é provável que a referência de II Ped. 2:4 queira distinguir entre o hades e o tártaro e, sim, que ali se faz menção à porção má do hades. De acordo com a mitologia grega, o tártaro era pintado como um profundo abismo, na porção mais inferior do hades. Seria a prisão de Cronos, o deus destronado, e dos titãs. Mais tarde, veio a indicar aquela porção do hades ou do mundo inferior que servia de lugar de tormentos e castigos, em contraposição aos campos Elísios, o lugar onde os deuses desfrutavam de sua bem-aventurança e alegria. Os cem filhos armados de Urano guardariam o tártaro, um lugar de grande melancolia e desespero.

Pano de Fundo Pagão. Torna-se óbvio, de imediato, que o conceito original do inferno foi-se *desenvolvendo*, e isso com base na mitologia pagã dos gregos e dos romanos. O Antigo Testamento, propriamente dito, não desenvolve a doutrina. Mas, durante o período intertestamental (entre o Antigo e o Novo Testamentos), tal doutrina foi injetada na *tradição dos hebreus*, mediante a literatura, nos livros apocalípticos e pseudepígrafos. E foi dali que alguns versículos chegaram até o Novo Testamento (refletindo os escritos pseudepígrafos).

Paralelos a essa doutrina surgiram, sob a forma de várias *descidas* ao hades, por parte de algum deus ou herói, tendo em vista muitos propósitos, incluindo missões misericordiosas. Isso explica a noção da descida ao hades intervindo nos sofrimentos daquele lugar, o que se tornou um motivo universal, um arquétipo da consciência humana. Discutimos amplamente a questão, com diversas evidências, no artigo intitulado *Descida de Cristo ao Hades*.

O Novo Testamento também incorporou esse conceito em suas doutrinas (I Ped. 3:18—4:6 e Efé. 4:7 *ss*). Em conseqüência disso, há a incorporação, no Novo Testamento, tanto do desespero quanto da esperança, para o caso dos perdidos, com base em fontes mais antigas, no tocante à doutrina do julgamento. O que é incrível é que muitos teólogos, sobretudo da Igreja ocidental (Igreja Católica Romana e suas filhas, as igrejas protestantes e evangélicas — do ponto de vista histórico), têm preferido ensinar o aspecto do desespero, *deixando de lado* o aspecto da esperança. Por outro lado, a Igreja oriental tem ensinado, quase unanimemente, o aspecto da esperança, provido pela descida de Cristo ao hades. No meu artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*; *Perspectiva Histórica e Citações Significativas*, demonstro como as Igrejas ocidental e oriental estão divididas quanto a essa questão.

O que um indivíduo acredita sobre a natureza do juízo divino depende, em muito, da denominação cristã em que ele foi criado, porquanto a Igreja cristã histórica não dispõe de uma doutrina homogênea a esse respeito, embora sistemas e denominações particulares defendam os seus pontos de vista como reflexos exatos do ensino bíblico. O próprio Novo Testamento evolui quanto a esse ensinamento, pelo que provê textos de prova para mais de uma posição acerca dessa doutrina. O que admira é que as pessoas criadas dentro da tradição ocidental, geralmente, ignoram totalmente o que dizem largos segmentos cristãos sobre o assunto do *inferno*. Tais pessoas deixam as almas sofrendo eternamente no inferno, procurando se convencer de que esse ensino serve à justiça de Deus. Mas, ao assim fazerem, ignoram totalmente aquelas porções do Novo Testamento que fazem brilhar um raio de esperança no próprio hades, ou seja, antes do julgamento final. Mas, o pior é que tais pessoas eliminam totalmente, de sua teologia, um dos aspectos da missão de Cristo. Há três aspectos nessa missão: o aspecto terrestre, o aspecto da descida ao hades e o aspecto celestial. É um erro sério ignorar os aspectos *cósmico e universal* da missão de Cristo, a fim de manter uma doutrina parcial sobre o juízo divino.

Para melhor entendermos o pano de fundo histórico da doutrina do *inferno*, é mister levar em conta o que se aprende nos artigos sobre o *Hades*, o *Sheol* e o

Tártaro. A tradução usual do termo hebraico sheol, na Septuaginta (tradução do Antigo Testamento hebraico para o grego, completado em cerca de 200 A.C.), é *hades*. Outros termos neotestamentários que se referem aos conceitos do inferno e do julgamento divino são «fogo inextingüível», «trevas exteriores», «segunda morte», «lago do fogo» e «ira». Há artigos separados sobre cada uma dessas expressões e vocábulos nesta enciclopédia.

II. O Antigo Testamento e o Inferno

Muitas pessoas se surpreendem diante do fato (quando isso é especificamente frisado), que, em toda a lei mosaica, embora ali sejam enfatizados princípios éticos, não há qualquer apelo ao após-vida, boa ou má, como uma razão para os seres humanos observarem a lei. O fato é que os hebreus antigos não dispunham de uma doutrina sobre a vida após-túmulo. Quando a doutrina do hades (ou sheol) ainda estava em suas formas mais primitivas, quando qualquer coisa era dito a respeito das almas, havia apenas um conceito de algum fantasma que tinha uma existência amorfa, sem qualquer intelectualidade verdadeira, que vagueava sem nenhum propósito. Isso encontrava paralelo no pensamento grego do período histórico mais antigo. Nos Salmos e nos Profetas é que começamos a perceber a doutrina de almas inteligentes, que sobrevivem à morte física; e, finalmente, encontramos ali, igualmente, uma doutrina da ressurreição. Mas, apesar desse desenvolvimento gradual, não há qualquer desenvolvimento, no Antigo Testamento, de uma doutrina do castigo ou das recompensas no após-vida, embora haja referências isoladas que deixam isso implícito. Ver Dan. 12:2,3, por exemplo. Muito se aprende, em certos versículos do Antigo Testamento, sobre aquilo que muitos estudiosos pensam ser uma cristianização da teologia dos hebreus, e não uma exegese dessa teologia.

R.H. Charles, em seu livro, *A Critical History of the Doctrine of a Future Life* (1913, págs. 33 *ss*), informa-nos de que a partir do século VIII A.C., podem ser percebidas duas idéias distintas acerca do após-vida, na cultura hebréia. Para alguns, o *sheol* seria um poder independente de Yahweh, o que significa que, segundo o conceito deles, haveria uma espécie de *dualismo* (vide). Mas outros criam que o poder de Yahweh abrangia também o *sheol*, o que eliminava qualquer forma de dualismo. Isso reflete-se em trechos como Sal. 139:8 e Amós 9:2. Ver também Sal. 88:5 e Isa. 38:8. Acresça-se que uma visão muito estreita do *sheol* era mantida, apesar do fato de que também havia a idéia de que o poder de Deus controlava a situação. A descida das almas ao *sheol* parecia ser uma penalidade imposta contra a iniqüidade (Sal. 40:15; Pro. 9:18). No entanto, não havia qualquer doutrina de uma morte espiritual, através do pecado, que explicasse tal coisa. Pelo menos, pode-se dizer que há ali um mínimo de evidências quanto a essa questão, excetuando a inferência que pode ser extraída da narrativa sobre a queda do homem no pecado. No entanto, faz-se totalmente ausente a doutrina de uma vida após túmulo. Talvez as palavras hebraicas *abaddon*, «destruição» (Jó 31:12; 26:6; 27:22; Sal. 58:11; Pro. 15:11; 27:20) e *shachath*, «corrupção» (o abisom) (Jó 17:14; Sal. 16:19,49) também fossem empregadas para referir-se a um lugar de punição, dentro do *sheol*, a dimensão dos mortos; porém, nenhuma passagem onde aparecem essas palavras precisa ser obrigatoriamente interpretada dessa maneira. Esses vocábulos podem ter sido um simples paralelo para *sheol*, o estado e condição dos mortos, em torno do que uma doutrina estava em formação. Tal doutrina, entretanto, só atingiu sua maturação no período intertestamental. Na literatura judaica posterior, encontramos um *sheol* com duas divisões, uma para os justos e outra para os ímpios. — Nos livros pseudepígrafos (ver I Enoque 22:1-14) a questão aparece muito bem delineada, e outros livros pseudepígrafos mostram a mesma coisa.

O que podemos dizer, sumariando, é que o Antigo Testamento não ensinava sobre um inferno, conforme o encontramos nas páginas do Novo Testamento, e que a definição neotestamentária sobre esse lugar de julgamento está alicerçada sobre os livros pseudepígrafos. Isso é, especialmente assim, no que diz respeito ao inferno como um lugar de chamas eternas e inextingüíveis.

III. Pontos de Vista Intertestamentais

Já vimos que o trecho de I Enoque 22:1-14 pinta o *sheol* como um lugar de bem-aventurança e de castigos conscientes, recompensando ou punindo os homens, de acordo com as vidas que tiverem vivido no corpo físico. O trecho de II Esdras 7:75 (um livro apócrifo para os protestantes e deuterocanônico para os católicos romanos) ensina que imediatamente após a partida desta vida, as almas perdidas têm de enfrentar o castigo, por haverem vivido na iniqüidade e não terem guardado o caminho do Deus Altíssimo. Na literatura apocalíptica judaica do período intermediário, encontramos uma *geena*, descrita como um lugar de castigos severos. Os rabinos judeus continuaram discutindo sobre a natureza de tais coisas; e sabemos que, pelo menos, os fariseus dos dias de Josefo tinham chegado a crer na punição eterna para as almas más. Ver *Guerras* 2.8,14. A crença na reencarnação também era uma crença padrão no judaísmo sincretista, pouco antes e pouco depois da época de Cristo. Sabemos que essa crença falava em condições adversas em uma outra vida terrena, para aqueles que se reencarnassem. Não se pode duvidar de que a visão sobre o *hades*, que achamos em certos trechos do Novo Testamento, tornara-se a doutrina padrão entre muitos dos rabinos judeus. A escola do rabino Shammai dividia os homens em três grupos: 1. os ímpios, que vão imediatamente após a morte para a geena; 2. os justos, que vão para o paraíso; 3. um grupo intermediário de pessoas, que vai para a geena, sofrendo angústias (elas gemem), mas que sai, finalmente, dali. Em outras palavras, no caso de alguns, a geena funcionaria como uma espécie de purgatório (aos moldes católicos romanos). De fato, a teologia romanista encontra um texto de prova da doutrina do purgatório no livro apócrifo de II Macabeus 12:39 *ss* (livro esse que eles chamam de deuterocanônico). Ver o artigo geral sobre o *Purgatório*. Ver também sobre o *Estado Intermediário*. Tanto a Igreja Católica Romana quanto a Igreja Ortodoxa Oriental tem aceitado o purgatório como uma realidade, embora reservando-o para os justos que ainda precisem ser purificados, e não para os ímpios. No entanto, a doutrina ortodoxa padrão do julgamento é que esse poderá redundar até mesmo em salvação para os perdidos (pelo menos esse julgamento seria *um* dos meios para fazer a perdição redundar em salvação — ver I Ped. 4:6).

A escola judaica de Hillel ensinava que os ímpios são punidos na geena durante o período de um ano, para, em seguida, serem aniquilados. Vários versículos veterotestamentários, dados na segunda seção (acima), sobre o *sheol*, podem ser interpretados como se ensinassem um aniquilamento; e isso era, realmente, a explicação mais comum a respeito, dada

pelo judaísmo antigo. A escola de Hillel ensinava, entretanto, que algumas pessoas especialmente malignas poderiam experimentar um período extraordinariamente longo de castigos no *sheol*, de tal maneira que a diferença de gravidade do castigo dos perdidos poderia ser medida pelo tempo em que seria dado o castigo, antes do aniquilamento.

O *lago do fogo* (vide), aludido no Novo Testamento (ver Apo. 19:20; 20:10,14,15; 21:8), é uma idéia tomada por empréstimo dos livros pseudepígrafos (ver I Enoque 9:6; 21:7-10). II (Eslavônico) Enoque 10 é trecho que encerra um quadro similar, isto é, o de um *rio de fogo*. O *Expositor's Greek Testament* diz, pitorescamente, que «o lago do fogo foi aceso, pela primeira vez, em Enoque» (referindo-se a I (Etíope) Enoque). A idéia de um julgamento mediante fogo é criação dos livros apocalípticos e pseudepígrafos, o que se evidencia pelo fato de que tal idéia não faz parte do Antigo Testamento, embora seja muito proeminente na literatura do período intertestamentário. Ver I Enoque 21.7-10; 54.1,2; 90.26,27; II Esdras 7.36; II Baruque 85.13; Oráculos Sibilinos 2.196-200,252,253,286; II Enoque 10.2. Essa idéia entrou nos escritos dos rabinos. Ver Mekhilta, sobre Êxo. 14:21; e Hagigah 13.v. Daí passou para os livros apócrifos do Novo Testamento, como, por exemplo, o Apocalipse de Pedro. E, naturalmente, há versículos, nos próprios livros canônicos do Novo Testamento, que preservam essa tradição (ver Mat. 5:22,28,30; Mar. 9:43,45,47, além das menções específicas ao «lago do fogo», no livro de Apocalipse).

Pode-se ver que o período entre os dois Testamentos deu origem a certa variedade de opiniões sobre como, por quanto tempo e de que maneira, os ímpios serão punidos. Não é para admirar, pois, que o próprio Novo Testamento tenha herdado certa variedade de pontos de vista, incluindo o da intervenção divina no hades, mediante a descida de Cristo àquele lugar, a fim de pregar o evangelho aos lesobedientes ali encerrados (ver I Ped. 3:18 — 4:6). Essa doutrina era comum na literatura do período intertestamentário. Mas, os grupos denominacionais e seus sistemas teológicos têm tolamente suposto que a doutrina neotestamentária sobre o inferno é homogênea. Mas, para tanto, precisam aceitar certos versículos e rejeitar a outros, para que contem com uma doutrina sobre o julgamento que se coadune com a sua teologia. Em tudo isso, é incrível que a Igreja ocidental tenha-se esquecido daqueles versículos bíblicos que oferecem esperança, concentrando toda a sua atenção sobre os versículos que só oferecem desesperança aos perdidos.

IV. Ensinamentos do Novo Testamento

1. Citações Feitas por Jesus

Podemos afirmar, de modo geral, que Jesus herdou e promoveu o ponto de vista mais severo, dos fariseus, acerca do inferno. O termo hebraico *geena* é usado somente nos evangelhos sinópticos e em Tiago 3:6. E todas as vezes em que essa palavra é usada nos evangelhos sinópticos, ela sai dos lábios de Jesus. Quanto ao leitor que quiser consultar todos os versículos que contêm esse termo, apresentamos a lista completa: Mat. 5:22,29,30; 10:28; 18:9; 23:15, 33; Mar. 9:43,45; Luc. 12:5 e Tiago 3:6 (um total de doze vezes). Nenhum desses versículos assevera que os ímpios requeimarão eternamente na geena, embora os versículos do evangelho de Marcos falem sobre a eternidade das próprias chamas. Contudo, ali o *verme* também é eterno. Mas, devemos pensar ali em uma interpretação figurada, e não literal. Que os ímpios possam ser atormentados para sempre é uma possível interpretação dos versículos de Marcos. Todavia, a passagem de Mat. 10:28, se considerada isoladamente, poderia ensinar a idéia de aniquilamento dos ímpios, porquanto ali é dito que a alma é potencialmente *destruída*. Também devemos relembrar que a idéia de aniquilamento era uma interpretação rabínica padrão; e as palavras de Jesus poderiam refletir a posição de Hillel, — que pensava que as almas ímpias são primeiramente punidas (por prazos variados, dependendo do grau de iniqüidade de cada uma), e depois aniquiladas. O trecho de Mat. 5:29,30 diz que o corpo e a alma serão lançados na geena; e podemos presumir, embora isso não seja especificamente afirmado, que está em foco o corpo ressurrecto. Mesmo sem usar a palavra *inferno*, o trecho de Mat. 7:19 refere-se a um julgamento de fogo, que alguns tomam em sentido literal, e outros em sentido simbólico. Todavia, é difícil perceber como chamas literais poderiam afetar almas *imateriais*. Seria como alguém jogar uma pedra no sol. A passagem de Mateus 8:12 refere-se à «fornalha de fogo», embora não seja determinado por quanto tempo os ímpios permanecerão ali, e nem se a permanência deles ali resultará em aniquilamento ou em soltura, que também é uma possibilidade, exposta pela antiga teologia rabínica. E o trecho de Mat. 18:8 traz a expressão «fogo eterno», embora sem definir se isso envolverá um sofrimento eterno para os pecadores, ou se essas chamas é que permanecerão eternamente, e se tal fogo aniquilará ou purificará (o que também aparece entre as diversas alternativas rabínicas).

Outras Figuras Simbólicas. O trecho de Mat. 12:13 alude às «trevas exteriores» e a uma angústia que leva ao choro e ao ranger de dentes; porém, coisa alguma é dita sobre o tempo em que isso perdurará. A expressão «trevas exteriores» é usada de novo em Mat. 25:30, juntamente com outras expressões de consternação, no décimo segundo capítulo de Mateus. O fogo eterno foi preparado para Satanás e seus anjos, mas os homens também podem ser encerrados no fogo eterno (Mat. 25:41). O trecho de Mat. 25:46 fala sobre a punição eterna dos perdidos, em contraste com a vida eterna, conferida aos justos. Porém, se levarmos em conta a passagem de Mat. 10:28, essa punição eterna poderia importar em aniquilamento. A palavra grega envolvida é *kólasis*, a qual, originalmente, significava «poda», mas que veio a significar «castigo», na forma de correção de qualquer tipo. Sua forma verbal, *koládzo*, significa «podar», «castigar», «confinar», «corrigir».

Diferentes Graus de Castigo. Os hipócritas receberão uma condenação mais grave (Mat. 12:40), o que mostra que há *graus* de punição no inferno. Alguns receberão um pesado espancamento; outros um leve espancamento (Luc. 12:47,48). Se levarmos esse simbolismo a seu ponto extremo, poderemos chegar à idéia purgatorial de punição, visto que, em qualquer espancamento, uma vez que o condenado receba certo número de chicotadas, fica livre, porquanto já saldou a sua dívida diante da sociedade. Naturalmente, não há qualquer explicação, da parte de Jesus ou do resto do Novo Testamento, sobre a maneira como esse julgamento será mais severo ou mais suave, a menos que consideremos que o relato da descida de Cristo ao hades signifique que uma vez que um homem tenha pago a sua dívida, então será libertado, pela graça de Deus, exatamente aquilo que parece ser ensinado por I Ped. 4:6 (a conclusão daquele relato). Dessa forma, punições mais pesadas e mais leves subitamente tornam-se totalmente inteligíveis. Por certo, diferentes graus de castigo não podem ser explicados com

base em quão quente (mais ou menos), o inferno possa ser.

Visão mais Pessimista dos Ensinamentos de Jesus. Poderíamos supor, conforme o têm feito muitos da Igreja ocidental, que Jesus ensinou o seguinte: os ímpios são lançados no inferno e sofrerão uma terrível punição, em estado de consciência, por toda a eternidade, sem qualquer esperança de livramento. Esse castigo pode ser literal, ou então, as chamas podem ser símbolo de um castigo severo, não menos real, somente porque não consiste de chamas literais. Vinculando-se esse ensino com a passagem de Mat. 7:13,14; teríamos de afirmar que poucos seres humanos — os eleitos — escaparão desse terrível destino.

Pessimismo Puro. Se essa é a afirmação final sobre o julgamento, então temos de afirmar, juntamente com Schopenhauer, que a vida humana é, realmente, pessimista, e que a própria existência é um mal, para a vasta maioria das almas humanas. De fato, excetuando para os escolhidos, que são poucos, teria sido melhor se Deus nunca os tivesse criado. O pior crime de um homem é o de ter ele nascido. A história torna-se realmente triste, e até mesmo *absurda*, quando posta em confronto com o evangelho, onde o amor de Deus e o poder da missão de Cristo são vistos como elementos que exercem bem pouco efeito para melhorar essa situação. O famoso amor de Deus, desse modo, cai por terra, e a missão de Cristo fracassa no caso de todos os perdidos, ao passo que Deus amou ao mundo (João 3:16) e quer que todos os homens sejam salvos (I Tim. 4:2), ao mesmo tempo em que Cristo morreu como propiciação pelos pecados de todos os homens (I João 2:2).

O Quadro mais Brilhante de Outras Passagens do Novo Testamento. Sabemos que a revelação bíblica teve seu próprio desenvolvimento. Paulo expôs novos conceitos acerca do julgamento, especialmente no tocante à Igreja, sobre os quais Jesus nunca falou em seu ministério terreno. Jesus, porém, afirmou que o Espírito Santo nos guiaria a uma verdade maior (João 16:13). Posso apenas supor que, para que o evangelho seja retirado do abismo em que fora lançado, pela interpretação pessimista sobre o destino dos homens, é mister que outras porções do Novo Testamento venham em seu socorro. Efetivamente, essas outras porções neotestamentárias lançam a sua luz, alterando completamente aquele quadro destituído de qualquer esperança, a despeito da insistência de alguns, em ficarem com o ponto de vista primitivo, pessimista.

2. Outros Ensinos do Novo Testamento

a. **Paulo.** Esse apóstolo continuou a descrever a severidade do castigo eterno (Rom. 2:3-9). O trecho de I Tessalonicenses 5:3 exprime um ponto de vista severo sobre o julgamento: «Quando andarem dizendo: Paz e segurança, eis que lhes sobrevirá repentina destruição, como vem a dor do parto à que está para dar à luz; e de nenhum modo escaparão». Sim, haverá uma «repentina destruição», e não conseguirão escapar «de nenhum modo». Também lemos sobre a destruição eterna, mencionada em II Tes. 1:9: «Estes sofrerão penalidade de eterna destruição, banidos da face do Senhor e da glória do seu poder». Essa pena inclui a exclusão dos ímpios da presença do Senhor. Não obstante, Paulo faz rebrilhar um raio de esperança, para dentro dessa situação, ao mencionar a descida de Cristo ao hades (Efé. 4:7 *ss*), o que poderia ser um reflexo de novas revelações por ele recebidas, um item de sua teologia posterior. Porém, a mais dramática de todas as passagens do Novo Testamento, sobre a questão do julgamento é a de Efésios 1:9,10, onde o «mistério da vontade de Deus» promete unidade e harmonia em redor de Cristo, finalmente, para todas as coisas e criaturas do Universo. Considero que está em foco ali a restauração de todas as coisas, incluindo todas as almas, onde a redenção dos eleitos é o ponto mais elevado dessa restauração.

b. O trecho de Hebreus 6:1,2 fala sobre um «julgamento eterno», empregando também a figura simbólica do fogo, em Heb. 10:27. O trecho de Hebreus 9:27 não permite qualquer idéia de reversão no destino dos perdidos: «...assim como aos homens está ordenado morrerem uma só vez e, depois disto, o juízo...»

c. A passagem de II Pedro 2:4-9 fala sobre o julgamento dos anjos no tártaro, e o versículo doze desse mesmo capítulo faz muitos homens compartilharem desse mesmo destino. O versículo dezessete fala sobre a «negridão das trevas». E a passagem de Judas 6 e 7 refere-se a coisas similares, aludindo ao fogo eterno.

d. *O livro de Apocalipse.* O fumo do tormento dos perdidos ascende dali para sempre (Apo. 20:10). Não haverá escape do lago do fogo (Apo. 19:20; 20:10,14,15; 21:8). «E, se alguém não foi achado inscrito no livro da vida, esse foi lançado para dentro do lago do fogo» (Apo. 20:15). O versículo imediatamente anterior fala sobre «a segunda morte, o lago do fogo», mostrando que essas duas expressões, «segunda morte» e «lago do fogo», são apenas sinônimos, referindo-se a uma só coisa.

e. *Pedro.* Esse apóstolo também lançou um raio de esperança no hades, quando descreveu a missão de Cristo naquele lugar espiritual, em benefício dos desobedientes (I Ped. 3:20), mostrando assim que o julgamento no hades é remedial, e não meramente retributivo. De fato, o julgamento terá um resultado final — o de oferecer aos homens vida no Espírito, a fim de que vivam como Deus vive. Ver I Ped. 4:6.

V. A Igreja Histórica e o Julgamento

A interpretação da Igreja histórica reflete precisamente o que ensina o Novo Testamento. A Igreja ocidental (católica romana e os grupos protestantes e evangélicos em geral), tem preferido o ponto de vista mais pessimista do Novo Testamento e tem distorcido aqueles versículos mais esperançosos, extraindo deles todo o laivo de esperança quanto aos perdidos. É difícil entender por que motivo os homens têm agido assim. Eles já tinham o claro exemplo de como o Novo Testamento ultrapassou, em profundidade de revelações, ao Antigo Testamento, e parece que não deveria ter sido difícil para eles entenderem que certas porções do Novo Testamento deixam para trás a outras porções. Cada vez que o apóstolo Paulo falava sobre um *mistério*, ele afirmava que, mediante revelação divina, ele estava expondo uma nova verdade, que não fora antecipada. De outra sorte, tal revelação não teria sido um mistério. Portanto, todos os mistérios de Paulo ultrapassam outras porções do Novo Testamento, como avanços acima do que os demais apóstolos diziam. Sabe-se que somente Paulo expôs doutrina detalhada sobre a Igreja, e nisso ele vai além de todos os demais autores sagrados. Em conseqüência, parece que a Igreja deveria ter reconhecido facilmente que o Novo Testamento não reflete uma única posição acerca do julgamento divino. Há versículos pessimistas que refletem os desenvolvimentos da idéia do julgamento alicerçados sobre os livros pseudepígrafos e sobre os escritos rabínicos do período intermediário. Porém, também há aqueles versículos repletos de esperança para os perdidos, que ultrapassam dessa marca.

A Igreja Oriental Ortodoxa sempre assumiu um ponto de vista mais otimista acerca do julgamento. Muitos representantes desse segmento da Igreja cristã histórica têm dito que a morte biológica não assinala o fim da oportunidade de salvação (ver I Ped. 1:4). Antes, eles têm sentido que as eras da eternidade futura oferecem um meio de levar as almas à salvação, *através do julgamento*. E isso significa que o julgamento é também remedial, e não meramente retributivo. Orígenes afirmava que encarar o julgamento *somente* como retributivo é condescender diante de uma teologia inferior. Quase todos os primeiros pais da Igreja, do Oriente e do Ocidente, viam esperança para os perdidos na história da descida de Cristo ao hades. Em meu artigo, intitulado *Descida de Cristo ao Hades, Perspectiva Histórica e Citações Significativas*, demonstro como o Oriente e o Ocidente se separaram por causa do ensino sobre o julgamento, e como o Oriente tomou uma posição mais otimista sobre a questão. Devemo-nos lembrar, entretanto, que ambos esses grandes segmentos da Igreja cristã dispõem de textos de prova extraídos do próprio Novo Testamento. Isso não se deve meramente ao desenvolvimento de uma teologia posterior. O fato é que a doutrina do julgamento, nas páginas do Novo Testamento, não é tão homogênea quanto alguns têm pensado. Mediante a seleção de versículos (com a conseqüente rejeição de outros versículos), mais de uma posição a respeito pode ser obtida, da mesma maneira que as escolas rabínicas, manuseando versículos veterotestamentários, chegavam a certa variedade de posições. Pode-se mesmo dizer que a variedade de posições, no Novo Testamento, reflete a variedade de posições, possíveis no Antigo Testamento.

VI. A Esperança Maior; as Grandes Dimensões do Amor de Deus

O Novo Testamento oferece muito maior esperança aos perdidos, do que se admite na Igreja ocidental.

1. *O Relato da Descida de Cristo ao Hades*. Esse relato (I Ped. 3:18 — 4:6) ensina que Cristo, após a sua morte, mas antes de sua ressurreição, teve uma missão de misericórdia no hades, durante a qual pregou o evangelho (I Ped. 4:6) aos desobedientes (I Ped. 3:20). O resultado disso foi que o julgamento veio a se tornar um meio de produzir vida. Os homens que são julgados vivem como Deus faz, no espírito. Em outras palavras, podem chegar a ter uma abençoada vida espiritual (I Ped. 4:6). Nesta enciclopédia são oferecidos dois artigos detalhados sob a questão, com os títulos de *Descida de Cristo ao Hades* e *Descida de Cristo ao Hades; Perspectiva Histórica e Citações Significativas*. A missão de Cristo tem três aspectos: o terreno, o do hades e o dos céus. Essa tríplice missão de Cristo lança sobre o julgamento uma luz muito diferente daquela que a Igreja ocidental ensina. A Igreja oriental, pois, tem reconhecido a esperança mais ampla e as dimensões mais vastas do amor de Deus, um amor que abrange a todos os homens.

2. *O Mistério da Vontade de Deus*. O evangelho pessimista foi completamente anulado quando Paulo revelou o mistério da vontade de Deus, que envolve aquilo que Deus tenciona fazer, finalmente. O trecho de Efé. 1:9,10 fala sobre a unidade que Deus realizará em torno de Cristo. Não sabemos dizer o quanto dos ciclos da eternidade futura teremos de avançar para que cheguemos a esse ponto; mas sabemos que a vontade de Deus produzirá a harmonia universal, de todas as coisas, em torno de Cristo. Visto que Deus encerra, em si mesmo, todas as propriedades da bondade, da harmonia e da unidade, isso terá reflexos finalmente, em toda a criação. Minha posição pessoal é que haverá a redenção dos eleitos, alguns poucos, mas a restauração de todos os demais, satisfazendo assim os requisitos da vontade de Deus quanto aos ciclos da eternidade. E o julgamento divino será um meio de conseguir isso. De fato, não há qualquer contradição entre o amor de Deus e a ira de Deus. A ira é apenas um dedo da amorosa mão de Deus, que consegue realizar certas coisas que somente a severidade poderia conseguir. Ofereço dois artigos separados que explicam esses conceitos: *Mistério da Vontade de Deus* e *Restauração*. Os conceitos envolvidos nesses ensinos salvam o evangelho e o amor de Deus daquilo que, de outra maneira, seria uma posição realmente pessimista. Não há como o evangelho e a missão de Cristo realizarem tão pouco da maneira como os mesmos são expostos por alguns segmentos da Igreja, atualmente. O Novo Testamento apresenta um evangelho mais abrangente do que esse, da mesma maneira que também há um evangelho menos abrangente, que pode ser ensinado com base no Novo Testamento. Prefiro o evangelho mais amplo, como mais coerente com aquilo que sabemos acerca destes pontos: 1. o amor de Deus; 2. a tríplice missão de Cristo; e 3. o mistério da vontade de Deus.

3. *Em conseqüência*, embora o julgamento divino possa ser muito severo, mostrando-se mais severo para com aqueles que merecem maior severidade, e menos severo para com aqueles que não merecem tratamento tão duro, embora possa prolongar-se por longo tempo — mais longo para os que disso precisem, e menos longo para os que não precisem de castigo tão severo — ele realizará *alguma coisa*. O julgamento não causará apenas sofrimento. Deus impõe o sofrimento para curar, e não para destruir. A cruz foi um julgamento severo; mas também foi um agente do amor de Deus. E o julgamento final terá idêntico caráter.

4. *A Eternidade do Julgamento Divino*. Faz parte dos direitos de cada alma humana obter a redenção e chegar a participar da natureza do próprio Deus (II Ped. 1:4), mediante a filiação juntamente com o Filho de Deus (Rom. 8:29), por intermédio da transformação gradual pelo poder do Espírito Santo (II Cor. 3:18), por causa do que as almas humanas chegarão a compartilhar da própria plenitude de Deus (Efé. 3:19). Aqueles que não aceitarem a redenção em Cristo, e tiverem de ser finalmente restaurados, não atingirão essas elevadas realidades espirituais. Antes, eles serão subdivididos em várias espécies espirituais inferiores, embora também venham a fazer parte da unidade que será formada em redor de Cristo, o que lhes emprestará propósito à existência e uma certa medida de bem-aventurança. Contudo, não tendo os tais chegado à redenção, ficarão sob juízo eterno, visto que o julgamento decretará para eles posições inferiores àquela dos remidos. Somente nesse sentido pode ser dito que o julgamento divino será eterno. Em tudo isso, pois, entramos em muitos mistérios. As espécies criadas por Deus poderão progredir ou retroceder? Aquilo que parece ponto final não é apenas um novo começo, a longo prazo? Respondo com um *sim* tentativo, embora não dogmático, a todas essas perguntas. Mas, nem por isso julgo que esteja solucionando os mistérios de Deus dessa maneira. Por outro lado, não respeito o «não» de outras pessoas, como a palavra final de resposta a essas indagações.

••• ••• •••

INFIDELIDADE

Vem do latim, in, «não» e fidelis, «fiel». De maneira lassa, essa palavra refere-se a qualquer forma de falta de fé. Porém, com freqüência assume sentidos específicos, como a infidelidade aos votos conjugais. Nesse caso, torna-se sinônimo de *adultério*. Ver o artigo geral com esse título.

INFIEL

Vem do latim infidelis, formado por in, «não», e fidelis, «fiel». Em sua aplicação, esse termo é usado como sinônimo de ateu, ou seja, alguém que não crê na existência de Deus. Porém, em um sentido frouxo, esse vocábulo refere-se a qualquer pessoa que não faz parte do grupo religioso aceito, que não acredita nas doutrinas daquele sistema religioso. Um católico romano fanático, pois, pode chamar um protestante de infiel; e vice-versa, apesar do fato de que ambos se afirmam cristãos.

INFINITO

Definição:

Essa palavra vem do latim, *in*, «não», e *finis*, «limite», «fim». Portanto, infinito é aquilo que não tem limites e nem fim. Às vezes envolve as idéias de interminavelmente grande, permanente, dotado de indescritível magnitude, sem limites no tempo e no espaço. Dentro do infinito cabem considerações sobre séries infinitas e sobre algum ser infinito. Muitas vezes concebemos o infinito como algo tão grande a ponto de ser incomensurável, sem limites, todo abrangente, perfeito e absoluto. Mas, outras vezes, apenas exageramos na linguagem, por pleonasmo, como quando dizemos: «Ele foi infinitamente paciente sobre a questão». Também podemos pensar no infinitamente numeroso, que não pode ser contado.

Idéias Sobre a Infinitude:

1. **Para começar, devemos esclarecer que a filosofia** moderna tem mostrado que a *infinitude*, na verdade, é um termo negativo, e não positivo, se insistirmos em exigir sua definição primária como um número infinito, o espaço infinito, um poder infinito, etc. Não temos qualquer experiência com qualquer tipo de infinitude. A mente humana é incapaz de conceber uma série infinita, o espaço infinito, o poder infinito, etc. Portanto, o que realmente queremos dizer com a palavra *infinito* é algo muito grande, muito numeroso, muito extenso, muito poderoso, etc. Em outras palavras, a palavra *infinito*, para nós é apenas um sinônimo de «muito», de «imenso», de uma maneira incalculável para nós. Mas, quando designamos algo de *infinito*, para além dessas especificações, então estamos apenas propondo uma proposição negativa. Por exemplo, quando chamamos Deus de infinito, na realidade não sabemos o que isso significa. Isso posto, ou estamos dizendo que Deus é muito grande, muito poderoso, etc., ou então estamos dizendo que «Deus está acima de minhas categorias de intelecção», e isso é um conceito negativo. Emprestamos o termo «infinito» a algum objeto sobre o qual não temos coisa alguma de conclusivo para dizer, embora *sintamos* que estamos abordando algo verdadeiramente grande ou extenso.

2. A *infinitude* é um dos atributos tradicionais de Deus. É costumeiro os teólogos falarem sobre os atributos de Deus como se existissem na infinitude, e não como se somente o próprio Deus fosse infinito. Qualquer tentativa para nos referirmos a Deus como absoluto ou infinito nos envolve em conceituações negativas, conforme vimos no primeiro ponto, acima. Referimo-nos a Deus como alguém que se autolimitou, o que é necessário, se ele tiver de entrar em qualquer relacionamento com este mundo finito. A negação de limites em Deus, ou em qualquer outra coisa, ultrapassa qualquer categoria da mente humana, e o termo torna-se, então, vazio (negativo), ou então um sinônimo de *muito* (ou de alguma outra palavra que exprima grandeza), conforme foi declarado acima. Mas, quando a palavra passa a indicar «ausência de defeitos ou deficiências», então já estamos falando sobre a santidade e as perfeições de Deus. As descrições positivas dessas virtudes envolvem-nos, forçosamente, em descrições limitadas; e qualquer coisa que vá além disso envolve-nos no uso de palavras vãs, por mais que sintamos que estamos dizendo algo de significativo.

Os teólogos pensam que sabem muita coisa sobre a essência de Deus; mas, quando lhes fazemos perguntas que requerem respostas elucidativas, então eles não são capazes de dizer grande coisa. Todavia, podemos descrever com maior sucesso as obras de Deus.

3. *Anaximandro* (vide), um filósofo pré-socrático, ao tentar explicar o elemento do qual todos os demais se derivam, postulou o conceito do *apeiron*, ou seja, *ilimitado*; e assim inventou uma forma de infinitude. Parte de sua doutrina parece ter consistido em especulações sobre o tempo e o espaço infinitos.

4. Outros filósofos pré-socráticos, como Pitágoras, Anaxágoras, Empédocles, Demócrito e Heráclito, referiram-se à interminabilidade do espaço e do tempo. Zeno de Elea procurou mostrar que os conceitos de infinitude colocam-nos em meio a paradoxos e dilemas sem solução.

5. *Platão* falava sobre os *universais* (vide), mais ou menos da mesma maneira que os crentes falam sobre Deus, porquanto chamava-os de infinitos, imutáveis, perfeitos e fora do tempo e do espaço.

6. *Aristóteles* procurou definir o termo «infinito». Ele falava sobre infinitude em potencial, na questão da divisibilidade infinita, bem como sobre infinitude mediante interminada adição. Poderíamos falar sobre uma infinita série de causas, pondo-a no lugar da Primeira Causa. Para nós, na prática, a infinitude consiste meramente em postular algo depois de algo, que já havia sido declarado; e depois, postular algo mais, e assim por diante, interminavelmente. O tempo é uma forma de série infinita, porquanto incorpora uma série sem fim conhecido. O conceito de infinitude subentende —um Ser Infinito—, cujas propriedades seriam independência, eternalidade e potencialidades tais que pudessem causar movimentos, pondo todas as demais coisas em atividade. Ele declarou que seu deus, esse Movedor Inabalável, é a causa de todas as coisas. E todas as coisas seriam movidas pelo Movedor Inabalável «sendo amadas por ele». Como é evidente, Aristóteles indicava com isso alguma força cósmica que, poeticamente, ele denominava de «amor».

7. O *neoplatonismo* absorveu os conceitos de infinitude, discutidos por Platão, aplicando-os a Deus, o possuidor da *real infinitude*, ao mesmo tempo em que a matéria teria apenas *infinitude em potencial*. A alma individual voltaria a ser absorvida pelo Infinito.

8. Nos escritos de *Tomás de Aquino* encontramos uma adaptação das idéias de Aristóteles. Em Deus é que residiria toda infinitude, positiva e absoluta. Por ocasião da criação, houve uma infinitude potencial. Deus é chamado de *infinito oceano do Ser*, e todas as criaturas encontram razão de sua existência nele, podendo vir a participar de seu Ser, por meio da

redenção.

9. *Giordano Bruno* falava de duas maneiras de vermos uma mesma realidade. Essa realidade é o universo realmente infinito e a atualidade do Ser divino. A idéia de Nicolau de Cusa das coincidências dos opostos é similar a essa noção. Nos escritos de Bruno encontramos uma forma de panteísmo.

10. Em *Hobbes*, temos uma compreensão mais moderna do termo «infinito». Afirmou ele que usamos essa palavra meramente para exprimir nossa incapacidade de ver o fim de qualquer tipo de série. Locke e Berkeley falaram mais ou menos da mesma maneira.

11. *Descartes* afirmava que a idéia de *infinitude* pertence à mente humana como uma intuição inata, anterior mesmo aos conceitos de finitude. Ele supunha que uma idéia sobre qualquer coisa alicerça-se sobre a mesma idéia, mas existente em forma ilimitada no Ser divino. Em outras palavras, o finito assume o infinito, onde se originou.

12. *Leibniz* só falava em infinitude como uma propriedade positiva de Deus. Deus é infinitamente grande, e o que é infinitamente pequeno é qualitativo em sua natureza, pois os aspectos quantitativos do mundo derivar-se-iam das relações existentes entre as mônadas.

13. *Emanuel Kant* situava o conceito de infinitude entre suas *antinomias*, ou seja, leis ou pressupostos que são contraditórios e irreconciliáveis. A palavra «antinomia» significa «contra a lei». Duas conclusões opostas, ambas as quais parecem válidas quando vistas independentemente, entram em choque, uma vez postas em confronto. Assim, o determinismo e o livre-arbítrio são antinomias; e a infinitude e a finitude também o são. A palavra antinomia é um vocábulo antigo para aquilo que chamaríamos de *paradoxo* ou contradição. De acordo com Kant, não podemos pensar no mundo empírico como um «dado todo», visto que dessa premissa segue-se, com igual necessidade, a asserção e a negação da infinita divisibilidade do espaço e do tempo. Com igual coerência, poderíamos defender um mundo finito ou um mundo infinito, um Deus finito ou um Deus infinito, um universo causado e um universo sem qualquer causa.

14. Para *Hegel*, o termo *infinito* aplica-se com razão ao Absoluto, à totalidade da existência, ao passo que o termo *finito* aplica-se a qualquer parte do Absoluto ou totalidade da existência. Porém, ele falava em termos de processos. O verdadeiro infinito é a síntese do abstrato e do concreto, do universal e do particular. Isso se dá devido à ação das tríadas e do progresso eterno.

15. *George Cantor* procurou eliminar falsas idéias sobre a infinitude ao mostrar que toda conversa sobre alguma propriedade, substância, etc., finita, pode ser reduzida a uma conversa sobre um número infinito, em que os próprios números seriam considerados como classes. Ele assevera que uma série é infinita quando compartilha de um número cardeal com uma de suas subséries.

16. *Royce* acreditava que qualquer coisa finita subentende no infinito; e, dessa maneira encontrava um argumento em favor da existência de Deus. (AM E EP MM P)

INFORMES RELIGIOSOS

O homem usa de meios complexos para adquirir conhecimentos. Ver o artigo geral intitulado o *Conhecimento e a Fé Religiosa*. Ver também sobre a *Gnosiologia*. A principal maneira religiosa de se tomar conhecimento das coisas é o *misticismo* (vide), visto que pressupõe que há um Deus que quer se comunicar com suas criaturas, fazendo-o através de visões, revelações e outras experiências místicas que santos, profetas e outros experimentam, e que então são registradas, formando livros sacros. A disponibilidade da presença direta de Deus ou de mensagens outorgadas por Deus, é o pressuposto fundamental de toda fé religiosa. Isso ultrapassa a razão e o conhecimento que obtemos através da percepção dos sentidos. Os informes místicos são reputados por alguns como irracionais, inefáveis e primordiais. São anteriores ao conhecimento conceptual, embora possam ser constituídos conceitos com base nesses informes místicos. A fé religiosa ventila o *Mysterium Tremendum*, que é Deus, sendo mesmo impossível tratar do Grande Mistério, bem como de mistérios secundários, sem a ajuda do Espírito divino e Suas comunicações.

Alguns estudiosos, naturalmente, negam a validade das experiências tipo místico, crendo que são apenas imaginações de atletas mentais. Isso posto, apesar de reais, essas experiências não seriam verdadeiramente transcendentais. Porém, a experiência humana demonstra que estamos tratando de algo muito mais profundo do que mero atletismo mental, embora isso não oculte o fato de que, em muitos casos, haja um misticismo mental, que nada mais é que um atletismo mental e subjetivo. Os artigos sobre *Misticismo* e sobre *Conhecimento* abordam a questão com detalhes. Ver também o artigo *Verificação de Crenças Religiosas*.

INFRALAPSARIANISMO

Essa palavra vem do latim, **infra**, «depois», e **lapsus**, «queda». Esse é o nome da doutrina que afirma que o decreto divino da eleição (vide) e da reprovação (vide) ocorreu depois da queda do homem no pecado, a fim de que aqueles que caíram pudessem ser salvos. Armínio, seus discípulos, e alguns dos calvinistas de tendências mais humanistas tomaram essa posição. O sínodo de Dort (1618—1619), convocado pelos calvinistas holandeses, declarou-se em favor da posição contrária, do *supralapsarianismo* (vide), que afirma que Deus decretou acerca da eleição e da reprovação antes da queda do homem no pecado. O supralapsarianismo não pensa que Deus decretou a queda, mas afirma que ele previu a queda, mas não a impediu.

INFUSÃO DA GRAÇA

A base bíblica dessa doutrina é formada pelos trechos de Rom. 5:5: «...o amor de Deus é derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi outorgado»; e por Atos 2:17,33, que diz como o Espírito Santo, segundo a promessa divina, derramar-se-ia sobre toda a carne.

De modo geral, a expressão refere-se a uma possível experiência mística, na qual o Espírito opera sobre a alma humana. Nesse sentido geral, dificilmente algum conhecedor da Bíblia poderia apresentar qualquer objeção. Ver o artigo sobre o *Misticismo*. Todos os atos transformadores do Espírito, em benefício do homem, são do tipo infusão. Porém, dentro da Igreja Católica Romana, a expressão é usada para indicar um *habitus* divino (essência sobrenatural), que seria administrado por meio do sacramento do batismo, de tal modo que, nesse ato, seria transmitido o poder regenerador do Espírito. Desse modo, o dom da graça de Deus, dado por ocasião da criação, recebe um acréscimo na natureza

humana, o que, embora tivesse sido perdido pelo homem por ocasião da queda no pecado, agora lhe é restaurado. Acredita-se ali que essa infusão da graça envolve as virtudes divinas, ultrapassando das meras disposições naturais do indivíduo, embora não destrua e nem substitua os poderes humanos naturais. Destarte, esses poderes naturais receberiam um influxo sobrenatural, e que a obra da graça seria aperfeiçoar a natureza humana. Ver o artigo geral sobre os *Sacramentos*.

INFUSIONISMO

Na teologia e na filosofia, o **infusionismo** assevera que a alma humana emana da substância divina e é infundida no corpo, por ocasião da concepção ou nascimento. É mister distinguir essa idéia do *criacionismo* e do *traducionismo* (ver os artigos a respeito), porquanto está mais associada à idéia da preexistência da alma. Ver o artigo sobre a *Preexistência da Alma*. Ver também sobre *Alma*. As várias idéias concernentes à origem da alma são discutidas nesse artigo.

INGENERAR

Essa palavra vem do latim, e significa «sem geração», aquilo que não foi gerado. No latim, temos também o termo *innascibilitas*, com o mesmo sentido. Os gregos usavam seu vocábulo, *agennesia*, «não-geração». A partir do século IV D.C., esse termo passou a ser usado para aludir à natureza distintiva do Pai, em distinção ao Filho, que é *eternamente gerado*, e em distinção ao Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho (na opinião ocidental) e somente do Pai (na opinião oriental). Os arianos referiam-se a essa característica como a própria essência do conceito da divindade; e, com base na idéia da ingeneração, rejeitavam a plena divindade tanto do Filho quanto do Espírito.

Os pais capadócios da Igreja fizeram clara distinção entre *agenetos* (não-criado) e *agennetos* (não-gerado). Assim, Cristo foi gerado, mas não-criado. Todavia os termos eram usados especificamente a respeito de Deus Pai, o único que seria *agennetos*, em contraste com o Filho e com o Espírito Santo. A deidade universal (da qual participam todos os três membros da Trindade) era chamada *agenetos*, não-criada». Com freqüência, a palavra «paternidade» foi usada como sinônimo de «não-gerado»; mas Tomás de Aquino usava essa palavra para denotar a *relação* (conforme atualmente se usa comumente) entre o Pai e os demais membros da Trindade, ao mesmo tempo em que a ingeneração denotava a ausência de relacionamento, sendo uma palavra usada para referir-se àquele *conceito* particular.

INGERSOLL, ROBERT GREEN

Suas datas foram 1833—1899. Nasceu em Dresden, estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América do Norte, a 11 de agosto. Era filho de um ministro presbiteriano. Várias vezes foi açoitado por seu pai, para que não fosse precipitado no inferno. Repelido pela disciplina por demais estrita de seu pai, e pelas idéias rígidas do mesmo e especialmente pelos livros da biblioteca dele, ele acabou apelando para um modo secular de viver. Todavia, encontrou os escritos de Shakespeare, que ele chamava de sua *Bíblia*, e de Robert Burnes, que ele apelidou de seu *hinário*. Posteriormente, familiarizou-se com os livros de Voltaire, de Thomas Paine, de Augusto Comte, de John Draper, de Henry Bucke e de Charles Darwin. Isso transformou totalmente a Ingersoll, e ele se tornou expositor poderoso do agnosticismo e da incredulidade, e pregava a sua doutrina a numerosas audiências por toda a América do Norte. Tornou-se notório por sua eloqüência, e os seus discursos abalavam os alicerces da ortodoxia. Esteve muito envolvido na política norte-americana, tendo servido em altos cargos, embora sua mais elevada ambição política não se tivesse concretizado, provavelmente por causa de sua reputação como um incrédulo. Antes e depois de suas atividades políticas, ele atuava como advogado. Era muito devotado à sua esposa e às duas filhas, às quais ele chamava de «minha santa trindade... a única deidade que adoro». Walt Whitman, ao comentar sobre o poder que ele emanava, asseverou: «...a importância dele não pode ser exagerada... ele era importante como uma força, como uma energia consumidora; como uma chama devoradora em favor das novas virtudes».

Ele era um humanista prático, cujo credo era extremamente simples: «Eu tenho um credo: 1. a felicidade é o único bem; 2. a maneira de alguém ser feliz é tornar felizes os seus semelhantes; 3. o lugar próprio para sermos felizes é neste mundo; 4. o tempo próprio para sermos felizes é agora».

Apesar de lamentarmos a miopia e exigüidade do seu credo, e que a sua eloqüência tenha sido usada para promover a dúvida e a incredulidade, também lamentamos que, algumas vezes, as forças ortodoxas rígidas promovam o ódio, em vez do amor; e, desse modo, afastam as pessoas da crença religiosa e da inquirição espiritual.

INIBIÇÃO

O termo latino por detrás dessa palavra é **in**, «em», e **habere**, «segurar», dando o sentido de «restringir», «reter». Freud usava o termo *repressão* para indicar as inibições psicológicas.

1. *A Inibição Científica*. Na psicologia, a inibição refere-se ao bloqueio de um impulso ou processo mental por outro impulso ou processo mental. Os psicólogos materialistas, naturalmente, pensam que essa inibição é apenas neurológica, e que as inibições são aprendidas mediante processos fisiológicos que não estão alicerçados sobre qualquer coisa espiritual. Como é óbvio, a inibição é um fator importante na formação dos *hábitos* (vide). Na psicologia, com freqüência, o termo «inibição» é usado com certo desprezo, visto que as inibições seriam motivadas por escrúpulos desnecessários, prejudiciais, devido a melindres; além do que, as inibições bloqueariam tendências naturais, espontâneas e benéficas. Também é frisado que, nas inibições neurológicas, uma pessoa pode ser impedida de andar porque o ato requer o esforço coordenado dos músculos, dos nervos e do comando cerebral. Sinais confusos, enviados pelo cérebro, poderiam impedir tal movimentação, em menor ou maior grau, embora sem qualquer defeito físico presente. Esse conceito também é aplicado à conduta do indivíduo, ou, metaforicamente falando, ao seu andar.

Na *psicologia*, a questão da inibição faz parte das discussões sobre a personalidade. Uma inibição seria uma restrição mental cujo intuito seria proteger a pessoa da ansiedade. Se alguém chegar a agir contra esse princípio, sofrerá de ansiedade. A fim de evitar os conflitos mentais, cada personalidade tem uma lista de coisas que pensa que não pode fazer. As inibições podem ser benéficas quando criam ansiedades que protegem a pessoa de vários perigos. As falsas inibições, porém, criam perigos falsos e uma pessoa tímida ou mesmo neurótica. As inibições prejudiciais

não permitem que a pessoa raciocine e solucione corretamente os seus problemas de adaptação.

Freud falava sobre a ansiedade que ocorre quando os chamados impulsos *estranhos ao ego* ameaçam a pessoa. Por causa desses impulsos ameaçadores ao ego, são desenvolvidos mecanismos de defesa, conferindo ao indivíduo certa medida de paz; e a *inibição* é um dos mais importantes mecanismos de defesa. As inibições manifestam-se de várias maneiras: como repressão, como esquecimento, como temor, como ansiedade e como comportamento neurótico. Freud estava convencido de que muitas personalidades distorcidas desenvolvem-se por causa de inibições desnecessárias e prejudiciais. Em seu sistema anti-religioso, ele salientou certas inibições aprovadas pelos cristãos, mas que ele considerava falsas.

Teoria do Aprendizado. De acordo com o condicionamento pavloviano (ver sobre **Pavlov**), as inibições desenvolver-se-iam em face de respostas sem recompensas aos estímulos. As não-inibições seriam produzidas por atos recompensadores. As experiências feitas quanto ao aprendizado convencional mostram que um aprendizado anterior malfeito pode inibir um aprendizado posterior; e isso porque toda uma série de maneiras de fazer tem de ser aprendida, e os antigos hábitos têm de ser vencidos, para que se possa fazer qualquer progresso. Além disso, o aprendizado posterior tende a anular o aprendizado anterior, de tal modo que coisas antes aprendidas acabam sendo desaprendidas.

2. *Inibições Morais e Religiosas.* Seria ridículo afirmarmos que todas as inibições são inspiradas pelo Espírito de Deus. Não obstante, pessoas que crêem em Deus e nas Escrituras, supõem que a revelação bíblica nos fornece uma longa lista de coisas que deveríamos rejeitar, e acerca das quais deveríamos ter inibições. Nesse caso, pois, a inibição é relacionada à idéia de rejeição ao pecado, embora erroneamente.

Inibições Eclesiásticas. Dentro dessa questão, uma inibição é uma ordem, dada a algum clérigo ou padre, para que não realize as funções próprias de seu ofício, por alguma grave razão. Faz parte das provisões das leis eclesiásticas.

INICIAÇÃO, RITO DE

As religiões, os clubes sociais, as escolas e outras associações geralmente contam com práticas de iniciação, pelas quais tem que passar cada novo membro, para que seja devidamente aceito. Nas culturas simples e primitivas, algum tipo de rito de iniciação assinala a maturidade, quando os membros jovens do grupo passam a ser considerados adultos. Em algumas culturas, por exemplo, a circuncisão parece não ter mais do que um sentido meramente iniciatório. As sociedades religiosas distinguem algum número de pessoas seletas, como membros, através de cerimônias específicas, que, algumas vezes, incluem instruções esotéricas, ou seja, doutrinas secretas que as pessoas de fora não teriam o privilégio de ficar sabendo.

Em várias culturas, por ocasião do nascimento, além da circuncisão é ministrada alguma forma de batismo. Ritos posteriores são reservados ao indivíduo quando, ao chegar à idade adulta, ele passa por uma espécie de segundo nascimento, tornando-se um membro da comunidade com todos os direitos. Nas sociedades mais primitivas, o candidato submete-se a alguma forma de teste, o que, algumas vezes, inclui até mesmo diversos tipos de tortura física. Entre os índios norte-americanos, por exemplo, dos iniciados requeria-se que passassem por experiências místicas ou espirituais. Essas experiências eram provocadas mediante o jejum e a ingestão de plantas dotadas de qualidades alucinógenas. Esses ritos tinham por intenção levar a pessoa a perceber a importância de sua identidade com o grupo, levando-a a romper com a sua vida passada, a fim de melhor cumprir as suas novas responsabilidades. Além do que já se mencionou, esses ritos incluíam o seguinte: a mudança de comportamento, de acordo com regras específicas; a mudança de vestuário; um período de reclusão total — como em lugares desertos e abandonados ou de reclusão parcial — sem qualquer tipo de contacto com pessoas do sexo feminino. No caso das donzelas, esses testes incluíam o casamento; a tatuagem; testes de resistência à dor; a mutilação, que se tornava um sinal visível e permanente da pessoa iniciada; instruções recebidas; o começo do uso de objetos sagrados e encantamentos; e juramentos e compromissos feitos pela pessoa.

No *hinduísmo* (vide), o começo da educação religiosa, de maneira formal, é um tipo de iniciação. Isso inclui um período de treinamento por certo número de anos. No *budismo* (vide), a iniciação se dá através de dois estágios: 1. treinamento preliminar, que inclui o aprendizado; 2. cerimônias elaboradas, que fazem do indivíduo um novo monge. No *Zoroastrismo* (vide), a criança é banhada; então recebe uma camisa e um cinto sagrados; recita trechos de livros sacros; confessa a sua fé. Esses ritos assinalam o começo de um período de instruções religiosas. A iniciação para os sacerdotes só se dá mais tarde, no caso de alguns poucos.

As iniciações às religiões misteriosas, no antigo mundo mediterrâneo, envolviam coisas como batismo, circuncisão, purificações, a visão de símbolos sagrados, uma refeição de comunhão, que daria certeza da imortalidade, e o começo do aprendizado de doutrinas esotéricas.

O *bar mitzvah* (vide) do judaísmo, também pode ser considerado uma forma de iniciação. Outro tanto poder-se-ia dizer no tocante ao batismo infantil (ou mesmo batismo de adultos), à primeira comunhão, à confirmação ou crisma, e até mesmo no tocante à confissão pública de fé em Cristo, ainda que essas cerimônias e atos não sejam meras iniciações.

INIMIGO

Esboço:

I. A Palavra
II. Usos no Antigo Testamento
III. Usos no Novo Testamento
IV. Ensinos Neotestamentários Superiores sobre os Inimigos
V. A Inimizade e a Teologia do Evangelho Cristão

I. A Palavra

A raiz latina dessa palavra portuguesa é **inimicus**, formada por **in** (não) e **amicus** (amigo), ou seja, alguém que é inamistoso. Usualmente, também estão envolvidas no termo as idéias de ressentimento, oposição, desígnios maliciosos e prejudiciais. Os sinônimos são: adversário, antagonista, competidor, oponente e rival. Sentimentos hostis estão envolvidos na *inimizade* (ver o artigo separado sob esse título).

No Antigo Testamento há quatro palavras hebraicas principais, envolvidas:

1. *Oyeb*, «inimigo». Palavra que ocorre por cerca de duzentas e oitenta vezes, desde Gên. 22:17 até Sof. 3:15.

2. *Ar*, «inimigo», «acordado». Palavra hebraica e

aramaica usada por três vezes: I Sam. 28:16; Sal. 139:20; Dan. 4:19 (aramaica).

3. *Tsar*, «adversário», «restringidor», «afligidor». Termo usado por sessenta e oito vezes, desde Gên. 14:20 até Naum 1:2.

4. *Sane*, «aquele que odeia». Palavra usada por cinco vezes com esse sentido: Êxo. 1:10; II Sam. 19:6; II Crô. 1:11; Pro. 25:21; 27:6.

No Novo Testamento encontramos a palavra grega *echthrós*, «inimigo», que figura por trinta e duas vezes: Mat. 5:43,44; 10:36; 12:25,28,39; 22:44 (citando Sal. 110:1); Mar. 12:36; Luc. 1:71,74; 6:27,35; 10:19; 19:27,43; 20:43; Atos 2:35; 13:10; Rom. 5:10; 11:28; Rom. 12:20 (citando Pro. 25:21); I Cor. 15:25,26; Gál. 4:16; Fil. 3:18; Col. 1:21; II Tes. 3:15; Heb. 1:13; 10:13; Tia. 4:4; Apo. 11:5,12.

Essas diversas palavras exprimem idéias como hostilidade ou ódio. Palavras menos freqüentemente usadas têm, no hebraico, os sentidos de desprezo, rivalidade, etc. Usualmente, a inimizade é criada por causa de algum abuso contra a lei do amor. No entanto, há coisas que deveríamos odiar e combater. Há coisas que fazem oposição à verdade e ao evangelho, como também há indivíduos assim contrários.

II. Usos no Antigo Testamento

Os inimigos do povo de Israel eram as nações gentílicas, os seus adversários em períodos de guerra e vários indivíduos que se fizeram inimigos pessoais. Os inimigos de Deus eram os pagãos, os injustos, os ímpios e os adversários do povo de Israel. Mas, dentro do povo de Israel também havia inimigos de Deus (Isa. 1:24 *ss*). Ver também Sal. 6:10 e 54:3 *ss*, nessa conexão. A primeira inimizade que houve no mundo resultou em homicídio (Gên. 4:5-8).

A inimizade é o oposto do amor e, usualmente, não tem bases justas (Lev. 19:18). O povo de Israel foi instruído a amar até mesmo os estrangeiros que habitassem em Israel (Lev. 19:34). Estão ali em foco os estrangeiros *residentes*. Sempre tenho lido que os mandamentos sobre o amor, no Antigo Testamento, diziam respeito somente às relações entre os próprios israelitas, em contraste com o Novo Testamento, que não limita o amor a fatores raciais ou nacionais; mas, esse trecho de Levítico 19:34 sem dúvida mostra que nem sempre era assim. Pelo menos os estrangeiros residentes em Israel deveriam ser estimados, conforme aquele versículo estipula.

Aqueles que fazem oposição aos propósitos de Deus tornam-se seus inimigos e isso podia incluir o próprio povo de Israel (Lam. 2:4; Isa. 1:24,25). Deus haverá de vingar-se dos seus inimigos (Jer. 46:10; Sal. 97:1,3). A vingança era sancionada pela lei levítica, até mesmo nos casos de indivíduos que queriam fazer justiça com as próprias mãos (Lev. 24:19-21). Mas isso era uma extensão das leis civis, governada por restrições. Os tipos de vingança concordavam com a *lex talionis*, ou seja, vingança de acordo com o mesmo tipo e nas mesmas proporções (Êxo. 21:24 *ss*). O ódio aos inimigos nacionais é expresso em termos fortes, nas páginas do Antigo Testamento. Ver Salmos 137:8,9. Fica entendido que os inimigos de Israel também eram inimigos de Deus (Gên. 12:3; Êxo. 23:22). Mas, quando o povo de Deus entregava-se ao pecado, tornava-se inimigo de Deus (Jer. 21:4-6). E, então, Deus levantava inimigos estrangeiros que castigassem Israel (Isa. 9:11). Em seu desespero, os israelitas algumas vezes chegaram a pensar que Deus os entregara às mãos de seus inimigos, sem causas adequadas (Sal. 89:38-45).

••• ••• •••

III. Usos no Novo Testamento

A palavra echthrós, usada no Novo Testamento, com o sentido de «inimigo», é usada de modo muito variegado, indicando: inimigos militares (Luc. 19:43); outras nações (Luc. 1:71,74); adversários pessoais (Rom. 12:19-21; Gál. 4:16); os adversários dos cristãos (Mat. 10:36; Rom. 11:28; Apo. 11:5,12); aqueles que fazem oposição a Deus, por meio de suas atitudes e ações (Luc. 19:27; Atos 13:10; Rom. 5:10; Fil. 3:18). A morte e os poderes espirituais da malignidade também são inimigos nossos (I Cor. 15:25 *ss*, Col. 2:15), como é o caso de Satanás (Mat. 13:39; Luc. 10:19; I Ped. 5:8).

IV. Ensinos Neotestamentários Superiores sobre os Inimigos

O trecho de Mateus 5:43 *ss* ensina-nos a amar os nossos inimigos. Não há nenhum paralelo desse ensinamento no Antigo Testamento. No Antigo Testamento, os israelitas eram ensinados a amar a seus compatriotas e aos estrangeiros residentes. Os demais estrangeiros eram objetos de ódio, visto que Israel mantinha-se em conflito contínuo e forçado com os seus vizinhos. Portanto, certas passagens do Antigo Testamento aproximam-se do mandamento que diz, «Amarás o teu próximo, e odiarás o teu inimigo» (Mat. 5:43), fazendo um sumário de trechos do Antigo Testamento, conforme se vê em Deu. 20:16-18. Isso pode ser comparado com os trechos de Sal. 26:5; 31:6; 139:21,22. Paulo reforçou o ensino do Senhor Jesus quanto a essa questão. O trecho clássico sobre essa questão é Romanos 12:19-21. Esse, entretanto, é um ensino que poucas pessoas põem em prática. Geralmente nem mesmo tentam fazê-lo. Viver de acordo com a lei do amor resulta do cultivo dos vários aspectos do fruto do Espírito (Gál. 5:22). E quando alguém é capaz de amar a seus próprios inimigos, então o seu amor está realmente desenvolvido. Por outra parte, a *lex talionis* concorda com a natureza humana, em seu estado natural, não regenerada.

V. A Inimizade e a Teologia do Evangelho Cristão

O pecado leva os homens a tornarem-se inimigos de Deus (Rom. 5:8 *ss*). No entanto, é precisamente nesse estado de inimizade que o evangelho chega até nós, oferecendo-nos reconciliação com Deus (Rom. 5:10). O fato de que podemos reconciliar-nos com Deus quando ainda somos inimigos significa que agora, na qualidade de *filhos*, seremos salvos pela sua vida e que chegaremos a participar em sua forma de vida (Rom. 5:10; II Cor. 3:18). A cruz de Cristo trouxe a paz ao campo cósmico de batalhas. Homens que, em sua mente, têm sido inimigos de Deus, são reconciliados com Deus por meio do evangelho (Col. 1:20,21). Essa esperança deve ser anunciada a todos os homens, de todos os lugares (Col. 1:23). (B H Z)

INIMIZADE

Ver o artigo geral sobre **Inimigo. A inimizade é** uma forma de ódio, ou contra o que é bom ou contra o que é mau. Teologicamente, a inimizade foi estabelecida entre o homem e o princípio do mal, com o advento do Messias prometido e seu ministério (Gên. 3:15). Esse texto promete-nos a vitória final do bem. A história, de acordo com certo ângulo, é o desenvolvimento gradual do conflito entre as forças do bem e as forças do mal, bem como da necessidade dos homens aliarem-se a um ou a outro lado desse conflito, sobre bases pessoais e raciais. Portanto, tornar-se amigo do mundo é tornar-se inimigo de Deus, porque ninguém pode manter uma dupla lealdade (Tia. 4:4). A mentalidade carnal é inimizade

contra Deus (Rom. 8:7,8). A lei cerimonial também faz oposição à vontade progressiva de Deus (Efé. 2:15,16). A lei mosaica tornou-se por demais pesada para ser suportada pelos homens e desde o princípio, conforme Paulo esclareceu, não foi uma medida justificadora. Portanto, era um jugo que precisava ser posto de lado, permitindo que o espírito do homem progredisse. Seus princípios espirituais foram incorporados na lei do Espírito (Rom. 8:2,3; 13:8 *ss*); mas o ministério do Espírito Santo implanta no homem um novo espírito de liberdade, bem como um poder por meio do qual a espiritualidade torna-se uma realidade bem definida.

INIMIZADE CONTRA DEUS

O pecado não consiste apenas em desobediência contra alguma lei. Antes é uma revolta contra Deus, o grande Legislador. Deus, como Criador e Sustentador de toda a vida, tem autoridade absoluta sobre tudo quanto participa do princípio da vida. Isso contribui para o bem, e não para o mal. Isso visa o benefício universal e não à destruição universal. Isso favorece a vida e não a morte. Isso contribui para a alegria e não para a tristeza; e também para a harmonia, e não para o caos. Ver o artigo geral sobre a *Restauração*. Visto que todas essas coisas são verdadeiras, Deus deveria ser o centro e o alvo de toda a vida, tal como ele é a fonte originária da mesma. Mas os homens, com suas mentes pervertidas, inclinadas à autodestruição, fazem do próprio «eu» o centro de suas vidas. Disso origina-se a inimizade humana contra Deus.

INJUSTO, INJUSTIÇA

1. *Palavras Envolvidas*. O trecho de Salmos 43:1, ao dizer: «...livra-me do homem fraudulento e injusto», usa o termo hebraico *'eval*, que significa «perverso», «iníquo», «injusto». Assim, o salmista não queria cair sob o poder de indivíduos com essas características, mas o salmo 29:27 encerra o mesmo vocábulo hebraico e refere-se ao homem injusto como uma *abominação* diante de Deus. Sofonias (3:5), ao usar essa palavra, referia-se ao *despudoramento* de tal indivíduo. Utilizando-se da palavra hebraica *aven*, Provérbios 11:7 declara que a esperança dos injustos perecerá. Essa outra palavra hebraica quer dizer «mau», «falso» e «iníquo». Por sua vez, as palavras gregas envolvidas na idéia são: *adikéo*, «fazer injustiça», «ofender»; *adikía*, «injustiça», «ato errado». E a forma adjetivada, *adikós*, significa «injusto», «traiçoeiro», «errado». *Adikéo* é usado por vinte e sete vezes no Novo Testamento. Ver exemplos em Mat. 20:23; Luc. 10:19; Atos 7:26,27; I Cor. 6:8; Gál. 4:12; Col. 3:25,26; Apo. 2:11; 6:6; 7:2; 9:4. *Adikós* aparece por doze vezes, como, por exemplo, em Mat. 5:45; Luc. 16:10; Atos 24:15; Rom. 3:5; Heb. 6:10; I Ped. 3:18; II Ped. 2:9. *Adikía* figura por vinte e cinco vezes. Ver exemplos em Luc. 16:9; João 7:18; Rom. 1:18,29; 2:8; 3:5; 6:13; 9:14; II Tes. 2:10,12; Heb. 8:12; II Ped. 2:13,15; I João 1:9; 5:17. Todas as formas de atitudes injustas e de atos pecaminosos dos homens são enfocados por essa palavra grega.

2. *O Homem Injusto*. Esse homem manifesta muitas formas de pecado em seus vícios. Temos provido um longo artigo sobre os *Vícios*, com sua impressionante lista. Ver também sobre o *Pecado*. O homem injusto é também o *homem natural* (vide). Ele não experimentou a *regeneração* (vide). Contudo, é objeto do amor de Deus (João 3:16), porquanto Cristo veio para chamar não os justos, mas os pecadores ao arrependimento (Mat. 9:13). A doutrina da Bíblia ensina que o homem, por seus próprios recursos, não é capaz de alterar sua natureza pecaminosa e injusta. Eis a razão pela qual se impunha a intervenção da missão de Cristo. Ver o artigo sobre a *Missão Universal do Logos (Cristo)*, e também sobre a *Expiação*.

3. *Uma Ampla Provisão Divina*. Deus proveu para os eleitos a *redenção* (vide), e para os demais a *restauração* (vide), providenciando assim uma provisão absolutamente universal para o homem injusto. Nisso fica demonstrado o profundo amor de Deus, que vai desde a mais elevada estrela até o mais profundo inferno.

INLÃ

No hebraico, «Deus cumpre», ou então «plenitude». Esse era o nome do pai do profeta Micaías, que viveu durante o reinado de Acabe (I Reis 22:8,9; II Crô. 18:7,8). Viveu por volta de 930 A.C.

INOCÊNCIA, INOCENTE

Esboço:

I. Definição e Caracterização Geral
II. Ensinos Bíblicos sobre a Inocência
III. Características Éticas da Inocência

I. Definição e Caracterização Geral

Essa palavra vem do latim, **in**, «não», e **nocens**, «nocivo», «prejudicial». Envolve o estado de inculpabilidade, de pureza espiritual, de impecabilidade, de liberdade de qualquer culpa, juntamente com a ausência de qualidades que prejudiquem ou sejam nocivas. Também chega a ser sinônimo de gentileza e de ingenuidade; e também, por outro lado, de falta de conhecimento, de ignorância quanto às maneiras de pensar e de agir de homens mundanos. O vocábulo designa a qualidade de quem é livre de atitudes e ações prejudiciais, de quem não é maculado pela maldade, de alguém inexperiente nas maldades deste mundo.

Adão e Eva aparecem, no começo do relato bíblico, como um casal inocente, visto que ambos eram sem pecado, não sabendo ainda o que era a maldade. As pessoas, muitas vezes, anelam pela inocência, e lamentam quando essa é perdida pelos jovens que vão desabrochando para a vida.

As culturas antigas postulavam uma era quando imperou a inocência, ou no passado distante, ou que ainda se instaurará no futuro. A todas essas propostas eras chamamos de *idades áureas*. Hesíodo tinha algo para dizer a esse respeito; mas os escritos de Homero transportam-nos para uma atmosfera literária onde os próprios deuses já viviam sobrecarregados de maldade e malícia. Essas representações antropomórficas foram combatidas por alguns filósofos, como Xenófanes e Platão, que procuraram elevar o conceito de divindade na cultura grega. O ceticismo e o cinismo lançam dúvidas sobre todos os valores tradicionais da sociedade, e os céticos e cínicos não consideram que a inocência seja um valor a ser cultivado, se é que, em algum tempo, houve tal coisa como inocência.

Na teologia patrística era muito valorizada a instrução de Jesus (Marcos 10:13-16) sobre a necessidade de termos uma atitude própria de criança, se quisermos receber a graça de Deus, que nos leva à salvação. Assim, naqueles escritos, a *innocentia*, também chamada *simplicitas*, aparece como o alicerce da inquirição espiritual, fazendo contraste com a altivez própria do paganismo. O movimento monástico surgiu supostamente a fim de promover o ideal de cultivar a simplicidade e

inocência de vida. Mas, como tudo que é humano, a coisa degenerou a tal ponto que chegou a escandalizar a corte papal, e algumas ordens monásticas tiveram de ser descontinuadas, diante do grito geral da sociedade contra aqueles religiosos. As esposas e as filhas dos cidadãos sérios corriam o constante perigo de perderem a fidelidade e a virgindade, assediadas pelos varões que procuravam a santidade no celibato!

Certos movimentos filosóficos, como elementos do Iluminismo (especialmente Rousseau) e do idealismo alemão (sobretudo Schelling), bem como do transcendentalismo norte-americano (conforme é visto em Walden e no Livro da Comunidade Agrícola), têm encorajado às pessoas a tentarem recapturar a simplicidade primitiva, que, segundo eles supunham, seria nativa à natureza humana. Ledo engano! O comunismo, por igual modo, tem postulado inutilmente a teoria de que a humanidade começou em condições de inocente simplicidade, em meio a um feliz comunismo; mas que então, por meio da cobiça pelo lucro capitalista, a sociedade humana veio a tornar-se vítima dos erros da escravatura, do feudalismo e do capitalismo. Parte do retorno aos bons e antigos dias seria atingido se os homens voltassem à inocência original.

A inocência, segundo é ensinado na Bíblia, consiste na restauração do estado adâmico, o que começa no perdão dos nossos pecados, através do dom da graça divina, o que sucede mediante a missão de Cristo, mas que só terminará quando de nossa transformação segundo a imagem de Cristo, por ocasião de seu segundo advento. A inocência ética consiste no esforço do crente manter uma consciência limpa. Quando esse alvo é absoluto, ainda para a atual existência terrena, então temos um mito, e não uma realidade. Contudo, esse mito da perfeição impecável tem sido promovido até por denominações cristãs inteiras, cuja existência gira mesmo em torno de tal ensino. Para mostrar a impraticabilidade disso, basta-nos citar um trecho bíblico claro: «Se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós» (I João 1:8).

II. Ensinos Bíblicos Sobre a Inocência

Várias palavras hebraicas e gregas estão envolvidas nesse conceito da «inocência»:

1. *Zaku*, «pureza», palavra aramaica que só ocorre por uma vez, em Dan. 6:22.

2. *Chaph*, «seguro», «coberto». Palavra hebraica que aparece somente por uma vez, em Jó 33:9.

3. *Chinnam*, «gratuito», embora usada com o sentido de «inocente» por uma vez, em I Reis 2:31, onde nossa versão portuguesa traduz por «sem causa».

4. *Naqah*, «inocente», «inocentado», «livre de culpa». Essa palavra hebraica ocorre por trinta e nove vezes, conforme se vê, por exemplo, em Jó 9:28; Sal. 19:13; Pro. 6:29; 28:20; Jer. 2:35.

5. *Naqi*, «inocente», «inocentado», «livre de culpa». Esse termo hebraico aparece por quarenta e duas vezes. Ver, por exemplo, Êxo. 23:7; Deu. 19:10,13; 27:25; I Sam. 19:5; II Reis 21:16; 24:4; Jó 4:7; 9:23; 27:17; Sal. 10:8; 15:5; Pro. 1:11; 6:17; Isa. 59:7; Jer. 2:34; 7:6.

6. *Athôos*, «inocente», «sem culpa». Essa palavra grega figura somente por duas vezes, em Mat. 27:4,24.

Na Septuaginta, essas palavras hebraicas geralmente são traduzidas pelo termo grego *díkaios*, «reto», «justo».

7. *Katharós*, «puro», «limpo». Esse termo grego aparece por vinte e cinco vezes: Mat. 5:8; 23:26; 27:59; Luc. 11:41; João 13:10,11; 15:3; Atos 18:6, 20:26; Rom. 14:20; I Tim. 1:5; 3:9; II Tim. 1:3; 2:22; Heb. 10:22; Tia. 1:27; I Ped. 1:22; Apo. 15:6; 19:8,14; 21:18,21.

A inocência, aos moldes bíblicos, nunca é conseguida mediante observâncias legalistas, mas através das provisões da graça divina e da fé. A questão só se completará por ocasião da parousia (vide). Diz I Tessalonicenses 5:23,24: «...o vosso espírito, alma e corpo sejam conservados íntegros e irrepreensíveis na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo. Fiel é o que vos chama, o qual também o fará».

III. Características Éticas da Inocência

1. A doutrina da inocência é abusada quando é reduzida à alegada perfeição impecável. Ver os artigos sobre *Perfeccionismo* e *Igrejas de Santidade*. Ver também sobre *Pecado*, VI. *Perfeição Impecável*, onde damos uma discussão detalhada a respeito. Apesar de ser nosso alvo buscar a inocência, uma consciência clara e aquilo que diz respeito à piedade, uma perfeição ética, utópica, é essencialmente uma distorção da augusta santidade de Deus e da incapacidade do homem, como criatura que ele é, para participar dessa santidade perfeita antes de chegar à glorificação, o que só sucederá por ocasião da *parousia* (vide).

2. O mundo zomba da inocência, mas podemos ter a certeza de que essa zombaria está alicerçada sobre a malignidade, algumas vezes até abertamente diabólica. Há uma malignidade no pecado que os próprios crentes precisam aprender a não dar atenção, ajustando-se um tanto à mentalidade mundana, embora sem nunca aprová-la. Paulo convidou-nos a quebrar os moldes deste mundo, buscando conformidade com a mente divina (ver Rom. 12:1,2).

3. Existem certos sistemas éticos que procuram definir a conduta ideal; e quase todos os sistemas éticos reconhecem o problema do pecado, ainda que, na filosofia, esse termo nunca seja usado com o sentido que lhe é dado na teologia. Ver o artigo geral sobre a *Ética*.

4. A inocência reflete a qualidade mental das crianças, e não apenas a ausência de pecado. Nesse sentido, é o contrário da altivez, da presunção e do dolo. Jesus requer essa qualidade da parte de seus discípulos. «Em verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos tornardes como crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus» (Mat. 18:3). Essa atitude inclui uma humildade que promove a devoção a Deus de toda a mente e de todo o coração.

5. O termo «inocente» é usado para indicar as crianças, antes da suposta idade da responsabilidade. Pessoalmente, rejeito essa noção, visto que o pecador é a alma, e a alma não é uma criança, ainda que abrigada em um corpo infantil. A alma, desde o começo, mui provavelmente, em um estado preexistente desde antes de tomar corpo físico, é um ser responsável. Ver o artigo sobre *Infantes, Morte e Salvação dos*, onde expresso minhas opiniões sobre a inocência e o estado espiritual dos infantes.

INOCENTE I

Faleceu em 417 D.C. Seu pontificado foi entre 401 e 417 D.C. Tornou-se papa a 22 de dezembro de 401, no ano em que Alarico, líder dos godos ocidentais, invadiu a Itália pela primeira vez. Procurando contornar a situação, o papa tentou convencer o imperador Honório a conceder terras aos godos; mas a sugestão foi repelida. O avanço dos godos não teve pausa; Roma caiu e foi saqueada. O papa fugiu, só tendo podido retornar ali em 412. Visto que, na época, a Igreja oficial ainda estava unida, Inocente I

foi a mais importante figura da Igreja, no Oriente e no Ocidente, durante os anos de seu pontificado. Nesse período, Agostinho e quatro outros bispos africanos opuseram-se aos ensinamentos de Pelágio (que faleceu em cerca de 420 D.C.), e Inocente os aprovou. Também deu seu apoio a João Crisóstomo, de Constantinopla, quando este foi deposto pelo patriarca de Alexandria, em 403 D.C.

Inocente I recomendava, embora não impusesse o celibato ao clero; estabelecer a unção dos enfermos como um sacramento da Igreja. Era conhecido como homem de piedade, e como pessoa enérgica. Faleceu a 12 de março de 417 D.C. e foi sepultado na catacumba de Ponciano. Sua festa é celebrada pela Igreja Católica Romana a 28 de julho.

INOCENTE II

Faleceu em 1143. Seu pontificado foi de 1130 a 1143. Nasceu em Roma, com o nome de Gregório Papareschi. Serviu durante algum tempo como cardeal diácono. Após a morte de Gregório VIII, candidatou-se ao papado, juntamente com Pietro Pierleoni. Oito cardeais favoreceram a Gregório; mas a maioria dos vinte e um cardeais preferiu Pierleoni, que tomou o título de Anacleto II. Disso resultou um cisma. Anacleto II reteve sua autoridade em Roma; mas Inocente contava com o apoio da igreja francesa; e Bernardo de Clairvaux cuidou para que o concílio de Étampes (1130 D.C.) confirmasse a Inocente II no ofício papal. Henrique I, da Inglaterra, também declarou que reconhecia o papado de Inocente II. Anacleto faleceu a 25 de janeiro de 1138, e seu sucessor, Vítor IV, abdicou por ocasião do Segundo Concílio de Latrão (1139 D.C.), e isso pôs fim ao cisma. Inocente faleceu em Roma, a 24 de setembro de 1143.

INOCENTE III

Nasceu com o nome de Lotário Conti, em 1160, de nobre família romana. Estudou em Roma, em Paris e em Bolonha. Ocupou vários cargos eclesiásticos; foi feito cardeal diácono em 1190. Foi eleito papa a 8 de janeiro de 1198, no mesmo dia em que o seu antecessor, Celestino III, faleceu. Governou como papa de 1198 a 1216. Seu pontificado é considerado o ponto culminante do poder da Igreja Católica Romana, durante a era medieval. Nesse tempo o conceito da teocracia papal andou muito cotado, o que foi devido, em grande parte, às habilidades de Inocente III como diplomata e estadista, e não meramente como líder religioso. Ele defendeu os direitos e os privilégios da Igreja católica, diante de várias autoridades civis importantes, com toda a sua energia. Tanto os imperadores germânicos quanto o senado romano haviam usurpado vários direitos e poderes que a Igreja reputava seus, o que fizera o catolicismo cair em graves dificuldades financeiras. Inocente III, pois, resolveu que sua tarefa era reconquistar os direitos dos estados papais, por toda a cristandade e, em seus esforços, obteve notável sucesso. Na qualidade de suposto vigário de Cristo na terra, ele reivindicava e exercia autoridade absoluta e universal sobre a Igreja, além de vasta autoridade no tocante a questões seculares. Desse modo, atos políticos tornaram-se atos morais, e a Igreja e o Estado uniram-se, de acordo com o sonho de Agostinho. Nesse esquema, a parte mais importante era a Igreja, mestra e orientadora do Estado.

Elementos da Filosofia de Inocente III. O papa, como vigário de Cristo, cuida de questões espirituais, que são mais importantes que as seculares. Ora, se ele cuida das mais importantes, então também deve cuidar das menos importantes. Naturalmente, isso reflete certa idéia do judaísmo, no Antigo Testamento. Assim, o papado não criou uma filosofia nova; mas apenas emulou uma antiga. Assim, de acordo com o papado, apesar de haverem tribunais seculares que funcionem por si mesmos, quando a ocasião requerer tanto, o papa deve intervir, no interesse da estabilidade e da paz na cristandade. E, visto que a Igreja guia os homens a um terreno espiritual mais elevado, também deveria envolver-se em questões secundárias, como a educação, as obras de caridade e as instituições sociais em geral. Inocente III via-se como o guardião das leis morais e, quando a política ficava envolvida em questões morais, ele sentia-se na obrigação de intervir nos negócios do Estado.

Poder Político de Inocente III. Esse papa primeiramente tornou-se o senhor da Itália. Então já brandia suficiente poder internacional para depor monarcas, como os da Alemanha e da Inglaterra. E recebeu como suseranias os reinos da Inglaterra, Portugal, Dinamarca, Aragão e vários outros. Seu ideal era reunir todos os estados europeus em uma comunidade cristã de nações, em que o papa fosse a principal autoridade. Não fora o surgimento do sentimento nacionalista, em diversos lugares, talvez ele tivesse podido concretizar o seu alvo.

Reformas Eclesiásticas. Inocente III combateu as heresias. Dirigia concílios públicos três vezes por semana e cuidava pessoalmente dos mais variegados problemas. Interessava-se muito pelos pobres e suas dificuldades. Regulamentou as finanças, coibindo abusos, e não permitia que o clero cobrasse por seus serviços religiosos mais do que o permitido pela lei canônica. Deu apoio à cruzada contra os albigenses. Fez vigorar as leis atinentes ao matrimônio e interessou-se pelos casamentos e divórcios dos príncipes europeus.

Aceitou os primeiros esforços de Francisco de Assis e de Domingos, com que começaram as ordens franciscana e dominicana. Convocou o quarto concílio de Latrão (1215), no qual foi oficializada a doutrina da *transubstanciação* (vide). Esse concílio também obrigava os cristãos a participarem da confissão auricular e da comunhão ao menos uma vez por ano. Deu apoio a uma nova cruzada contra Jerusalém. E, a caminho para o norte da Itália, onde tencionava promovê-la, acabou morrendo, em Perugia, a 16 de julho de 1216.

INOCENTE IV

Suas datas aproximadas foram 1200—1254. Reinou como papa de 1243 a 1254. Nasceu com o nome de Sinibaldo Fieschi, em Gênova, filho de Hugo, conde de Lavanha. Estudou em Bolonha e distinguiu-se como professor de lei canônica. Ocupou vários ofícios eclesiásticos. Tornou-se cardeal. Foi diplomata e administrador habilidoso. Tornou-se conselheiro de Gregório IX e concordava com a filosofia de supremacia papal, defendida por este. Para sua eterna vergonha, foi esse papa quem autorizou o uso de torturas, para dar maior força à Inquisição. Ver o artigo geral sobre a *Inquisição*.

Certas confusões políticas (os conflitos do papado com o imperador Frederico III, do Santo Império Romano) fizeram com que sua eleição não fosse realizada senão depois de dezoito meses da morte de seu antecessor, Celestino IV. Ele opunha-se ao desejo de Frederico de unir os reinos da Alemanha e da Sicília, porquanto via nisso uma tremenda ameaça

para a autonomia e o poder da Igreja. Nesse conflito, entretanto, Frederico mostrou ser mais forte que o papa, e Inocente IV precisou fugir para a França. Ali chegando, convocou o primeiro concílio geral, de Lyon (1245) e renovou a exclusão de Frederico, que havia sido decretada por Gregório IX, declarando-o deposto de sua posição monárquica. Porém, a medida foi nula, pois tudo continuou na mesma, e os filhos de Frederico chegaram a sucedê-lo no trono. Inocente IV morreu a 7 de dezembro de 1254.

INOCENTE V

Ele era apodado de Bendito. Suas datas foram cerca de 1225 — 1276. Nasceu com o nome de Pedro de Tarentaise, em Tarentaissen-Forez, na França. Era monge dominicano. Estudou com Alberto Magno e com Tomás de Aquino na Universidade de Paris. Ali chegou a ensinar, em data posterior. Escreveu um comentário sobre o *Livro de Sentenças*, de Pedro Lombardo, que os filósofos da época muito prezavam.

Juntamente com Alberto Magno e Tomás de Aquino, Inocente V traçou os estatutos de estudos feitos pela ordem dominicana. Ocupou ofícios eclesiásticos. Tornou-se cardeal bispo de Óstia, em 1273. Participou do segundo concílio de Lyon, o que resultou em uma união temporária da Igreja Oriental e Ocidental. Discursou por ocasião dos funerais de Boaventura, que havia falecido durante o período daquele concílio. Foi eleito papa para suceder ao papa Gregório X, e governou como pontífice romano por bem pouco tempo, de 21 de janeiro a 22 de junho de 1276. Foi beatificado em 1898.

INOCENTE VI

Faleceu em 1362. Nasceu com o nome de Etienne Aubert, em Mont, perto de Limoges, na França. Ocupou a cadeira papal de 1352 a 1362. Foi professor de direito em Toulousse, na França. Bispo de Noyon, e então de Clermont, chegou a ser cardeal. Foi eleito papa a 18 de dezembro de 1352. Era o papa reinante durante a terrível peste da Morte Negra e durante uma parte da Guerra dos Cem Anos. Preparou as coisas para o retorno de seu sucessor a Roma, para pôr fim ao chamado Cativeiro Babilônico do papado, durante cujos tempos os papas geriram a Igreja Católica Romana na França. Carlos IV privara os papas do direito de confirmarem as eleições imperiais, com a sua *Bula Dourada*. Inocente VI obteve o tratado de paz entre a França e a Inglaterra, chamado Paz de Brétgny, e também restaurou a paz entre Gênova e Veneza. Porém, ocupou-se em várias ambições ilusórias. Não foi capaz de levantar um exército para combater os turcos em uma cruzada, e nem conseguiu reunir as Igrejas Oriental e Ocidental, que se tinham separado em 1054. Faleceu em Avignon, na França, a 12 de setembro de 1362.

INOCENTE VII

Suas datas aproximadas foram 1336—1406. Nasceu com o nome de Cosimo de Migliorati, em Sulmona, na Itália. Estudou direito em Bolonha. Ensinou jurisprudência em Perúgia e em Pádua. Serviu ao papa Urbano VI. Tornou-se arcebispo de Ravena, em 1387. Foi nomeado cardeal em 1389. Foi eleito papa a 17 de outubro de 1404, em substituição a Bonifácio IX. Pontificou de 1404 a 1406, tendo começado a governar no vigésimo sexto ano do cisma ocidental. O antipapa correspondente foi Benedito XIII, de Avignon, na França. Tentou curar esse cisma, mas um sobrinho seu assassinou a certos líderes romanos populares em um levante, e Inocente VII foi forçado a retirar-se para Viberto, abandonando a cidade de Roma. Faleceu a 6 de novembro de 1406, deixando planos nunca realizados, um dos quais era a reorganização da Universidade de Roma.

INOCENTE VIII

Suas datas foram 1432—1492. Nasceu com o nome de Giovanni Battista Cibo, em Gênova. Estudou em Pádua e em Roma, e teve dois filhos ilegítimos, antes de tomar as santas ordens. Tornou-se bispo de Savona, em 1469, e então de Molfetta, em 1472. Foi nomeado cardeal, em 1473. Foi eleito papa em 1484, tendo pontificado até 1492. Esse papa tornou-se popular entre o populacho; mas os historiadores religiosos assinalavam sua pouca coragem moral, e como ele não possuía as qualidades de liderança que seu ofício exigia. Quase todos os seus projetos fracassaram em vista disso, além do que, no seu tempo, os tesouros da sé romana ficaram quase esgotados. É incrível, mas é verdade, que ele tentou levantar dinheiro vendendo ofícios eclesiásticos (muitos deles especificamente com esse propósito), para quem mais pagasse pelos mesmos. Esse é o pecado de simonia, de que o papado sempre se fez muito culpado. Teve de enfrentar muitas dificuldades, e não somente os de ordem eclesiástica. O rei Ferrante, de Nápoles, continuamente invadia os estados papais. Uma tentativa sua para iniciar uma cruzada, contra o sultão Baiezide II, de Constantinopla, fracassou. Mas, pelo menos, conseguiu firmar com ele um tratado favorável.

Condenou a bruxaria em sua bula *Summis desiderantes*, de 1484, o que, juntamente com outros fatores, provocou no clero a mania de perseguição às bruxas, o que se prolongou por nada menos de dois séculos. Condenou noventa teses do humanista Pico della Mirandola. Faleceu em Roma, a 25 de julho de 1492.

INOCENTE IX

Suas datas foram 1519—1591. Nasceu com o nome de Giovanni Antonio Facchinetti, a 20 de julho de 1519, em Bolonha, na Itália. Governou como papa de outubro a dezembro de 1591. Recebeu grau de doutor em leis e serviu ao cardeal Farneses, e então ao papa Paulo III. Tornou-se bispo de Nicastro, na Calábria. Tornou-se patriarca titular de Jerusalém, em 1576. Então foi nomeado cardeal, em 1583. A 29 de outubro de 1591, foi eleito papa. Embora tivesse permanecido apenas por dois meses como papa, teve tempo de iniciar algumas reformas no secretariado do Vaticano; restabeleceu a congregação germânica e restaurou o porto de Ancona. Era autoridade quanto às idéias de Platão e Aristóteles, e deixou alguns livros que nunca foram publicados.

INOCENTE X

Suas datas foram 1574—1655. Pontificou de 1644 a 1655. Formou-se em direito. Tornou-se mestre em lei canônica e em leis civis. Foi ordenado padre em 1597. Trabalhou a serviço do papa; foi auditor em Rota. Foi núncio (embaixador do papa) em Nápoles e então na Espanha. Tornou-se cardeal em 1629. Foi eleito papa a 15 de setembro de 1644. Embora já avançado em anos, era homem enérgico, que conseguiu realizar quase tudo quanto tentou fazer. Denunciou a Paz de Westphalia (1648) como injusta para os católicos romanos, pois várias propriedades católicas haviam

sido usurpadas. Ver o artigo sobre *Westphalia, Pactos de*. Recusou-se a aceitar o conceito da independência de Portugal da Espanha, mas deu apoio à luta dos irlandeses pela tolerância, bem como à luta de Veneza contra os turcos otomanos. Opôs-se ao *jansenismo* (vide), com a sua bula *Cum occasione*, expedida em 1653.

Foi patrono das artes e conhecido por seu espírito de caridade, tendo feito inúmeras e consideráveis contribuições. Infelizmente, deixou-se envolver pelo nepotismo (vide), e dava ouvidos demais à sua cunhada, Donna Olimpia Maidalchini, que lhe dava maus conselhos, usando a influência que tinha visando ao lucro pessoal. Ela era tão gananciosa e egoísta que se recusou a pagar pelo sepultamento de Inocente X, depois da morte dele, que ocorreu em Roma, a 6 de janeiro de 1655.

INOCENTE XI

Suas datas foram 1611—1689. Foi batizado com o nome de Benedicto Odescalchi. Nasceu em Como, na Itália, a 16 de maio de 1611. Foi papa de 1676 a 1689. Foi educado pelos jesuítas, em Como. Fez estudos de direito em Roma e em Nápoles. Serviu a vários postos eclesiásticos. Foi nomeado cardeal em 1645. Tornou-se bispo de Novara, em 1650. Quase foi eleito papa, em 1669, o que conseguiu em segunda candidatura, em 1676. Seu governo foi assinalado por lutas intermináveis com os franceses, em torno do exercício do direito real de receber os rendimentos de sedes eclesiásticas vagas, e de nomear bispos. O monarca francês, Luíz XIV, exercia ilegalmente esses direitos, opondo-se ao papa. Desse modo, violava as determinações do concílio de Lyon e da Concordata de 1516. Inocente XI, por causa disso, excomungou Luís XIV, mas isso não pôs fim aos problemas do papa. Luís XIV retaliou convocando uma assembléia do clero francês, que compôs os chamados *Quatro Artigos*, que davam aos concílios maior autoridade que ao papa. Inocente anulou os artigos e rejeitou a nomeação de bispos que davam apoio a essas disposições. O papa unificou as forças cristãs que derrotaram um exército turco invasor de Viena, em 1683. Inocente XI morreu em Roma, a 12 de agosto de 1689.

INOCENTE XII

Suas datas foram 1615—1700. Nasceu com o nome de Antonio Pignatelli, perto de Spinazzola, na Itália, a 13 de maio de 1615. Pontificou entre 1691 a 1700. Educou-se no colégio jesuíta de Roma; serviu ao papa Urbano VIII, foi inquisidor-mor em Malta, governador de Viterbo e núncio (embaixador papal) em Florença, na Polônia e em Viena. Foi nomeado cardeal em 1681. E arcebispo de Nápoles algum tempo depois. Foi eleito papa a 12 de julho de 1691.

Instituiu muitas reformas eclesiásticas. Pôs fim ao nepotismo no Vaticano, que vinha de longa data, mediante sua bula *Romanum decet Pontificem*, de 25 de junho de 1692. Procurou resolver os distúrbios do jansenismo, do galicanismo e do quietismo. O galicanismo (vide) asseverava que as tradições episcopais francesas não podiam ser perturbadas pelo poder papal. Os *Quatro Artigos*, mencionados no artigo sobre Inocente XI, servem de exemplo como os franceses tentaram promover o seu nacionalismo, debilitando o poder papal. Inocente XII persuadiu a Luís XIV a retirar esses artigos, o que impediu um cisma. Inocente XII proclamou um Ano de Jubileu, em 1700, a fim de celebrar os tratados de paz de Rijswijk e Carlowitz, bem como a conversão de Frederico Augusto, eleitor da Saxônia, ao catolicismo. Respeitando o jogo de poder na Espanha, ele favoreceu a Filipe de Anjou, membro da família de Bourbond, a fim de ocupar o trono; mas isso deu origem à Guerra da Sucessão Espanhola.

Os historiadores religiosos informam-nos que Inocente XII foi homem piedoso e gentil, que gastava polpudas somas socorrendo aos pobres. Morreu em Roma 27 de setembro de 1700.

INOCENTE XIII

Suas datas foram 1655—1724. Foi batizado com o nome de Michelangelo dei Conti, a 13 de maio de 1655, em Poli, na Itália. Governou como papa de 1721 a 1724. Era membro de uma família nobre, que preferia servir à causa do catolicismo a envolver-se nas atividades próprias dos abastados. Serviu em vários cargos eclesiásticos. Tornou-se arcebispo e então núncio papal em Lucerna e depois em Lisboa. Tornou-se cardeal em 1706. Foi eleito papa a 8 de maio de 1721. Sua experiência como embaixador ajudou-o a acalmar várias controvérsias que abalaram a Igreja Católica Romana durante aquele período. Aprovou o domínio de Carlos IV sobre Nápoles e a Sicília, domínio esse que Carlos IV já tinha, embora sem o reconhecimento da Igreja. Todavia, seus desejos não foram aceitos na Espanha, onde Dom Carlos, filho de Filipe V, da Espanha, sucedera no governo de Parma. Os bispos jansenistas franceses exortaram-no a repelir a bula de Clemente XI contra eles; mas o papa reagiu exigindo sua aceitação universal. Teve muitas dificuldades com os jesuítas, quanto a várias questões. Entre essas dificuldades, ele se opunha ao uso da liturgia nativa chinesa, que os jesuítas estavam empregando na China. Morreu a 7 de março de 1724.

INOCENTES, DIA DOS

Ver sobre *Dia dos Inocentes*.

INOCENTES, MASSACRE DOS

Herodes, o Grande, temendo o surgimento de um governante judeu nacionalista e popular, que ameaçasse o seu domínio, instigou a matança das crianças de dois anos de idade para baixo. Isso visava a eliminar qualquer criança do sexo masculino que cumprisse a profecia concernente ao Rei que pudesse nascer durante seus dias de governo. A narrativa é contada em Mateus 2:16-18. Os magos haviam dito a Herodes como o «rei dos judeus» haveria de nascer em Belém da Judéia. Herodes, pois, ordenou aos magos que voltassem a Jerusalém, depois de encontrarem o menino, para lhe darem informações especiais acerca do paradeiro da criança. Ver Mateus 2:2 *ss*. O propósito de Herodes, naturalmente, era localizar o menino Jesus, a fim de eliminá-lo. Mas os magos foram avisados, em um sonho, a não obedecerem à ordem de Herodes; e, assim sendo, partiram para sua terra nativa sem darem a Herodes qualquer informação.

Quando Herodes descobriu que fora enganado, e que suas ordens não haviam sido cumpridas, encheu-se de furor, e tentou eliminar a Cristo mediante grande matança de meninos de dois anos para baixo. A julgar pela possível população da cidade de Belém, na ocasião, o número de crianças deve ter sido entre vinte e trinta crianças, embora outros estudiosos pensem em um número bem maior. Na verdade, não há como fazer um cálculo mais aproximado.

Josefo, embora tivesse mencionado muitas das atrocidades cometidas por Herodes, não mencionou essa maldade; mas seus atos de crueldade foram tantos que, facilmente, um a mais ou um a menos não faz qualquer diferença. O incidente, todavia, foi visto por Mateus como cumprimento da predição de Jeremias (ver 31:15), embora Ramá, o lugar tradicional de sepultamento de Raquel ficasse localizado cerca de dezesseis quilômetros ao norte de Jerusalém, e não em Belém. Quanto a isso, comentou A.B. Bruce: «A tradição do massacre fez lembrar a profecia, e levou a mesma a ser citada, embora de maneira um tanto imprópria».

O relato aparece somente no evangelho de Mateus, fazendo parte do material que alguns eruditos chamam de «M», ou seja, aquela porção dos evangelhos sinópticos à qual Mateus teria tido acesso. Ver o artigo intitulado o *Problema Sinóptico*. Seja como for, a história ilustra a desumanidade do homem contra o homem, mas como os propósitos de Deus se cumprem, a despeito de tudo. «Quem nos separará do amor de Cristo...?» (Rom. 8:31-39). Nem mesmo Herodes, com toda a sua autoridade, pôde impedir que os propósitos de Deus fossem frustrados. Um simples sonho impediu seus desígnios. Ver o artigo separado sobre o *Problema do Mal*.

INQUIRIR, INQUIRIÇÃO

1. *Definição*. Essa palavra vem do latim, *in*, «em», e *quaero*, «buscar». O termo significa «pedir informação», «investigar», «buscar». Uma inquirição é uma investigação, pesquisa, questionamento. O termo é usado em sentido comum, mas também reveste-se de sentidos filosóficos e religiosos.

2. *Na Filosofia*. Charles Peirce (vide) pensava que esse processo é necessário às operações do pragmatismo, mediante o qual a «verdade», como a forma de utilidade, é buscada. Ele cria que o processo é autocorretivo, e que a melhor maneira de buscar o conhecimento prático é a maneira pragmática. John Dewey (vide) inquiria o âmago mesmo da atividade filosófica. A inquirição transforma uma situação indeterminada em uma situação definida, mediante uma série de estágios, começando pela localização do problema, e terminando com a solução apropriada. Todas as soluções, porém, para ele eram apenas *instrumentais*, servindo de trampolim para novas inquirições. A inquirição é a filosofia do método científico, a essência mesma do *empirismo* (vide).

3. *Na Bíblia e na Teologia*. A abordagem religiosa da verdade é diferente, via de regra, que a abordagem filosófica e científica. As pessoas vinham a Moisés, o profeta, procurando saber através dele a vontade de Deus (Êxo. 18:15; 33:7-11). Eles supunham que mediante a revelação, a intuição e a inspiração, ele teria algo de importante a dizer. Do sumo sacerdote levítico esperava-se que fosse capaz de determinar a vontade de Deus através das sortes sagradas, chamadas Urim e Tumim. O trabalho dele talvez envolvesse uma espécie de bola de cristal, talvez com o uso de diamantes. Ver Êxo. 28:28-30. Davi apelou para esse método de revelação do Urim e Tumim (usados pelo sumo sacerdote), quando se viu em graves dificuldades com Saul. Ver I Sam. 23:9-12. Saul fez a mesma coisa (I Sam. 14:41). Tendo isso falhado, ele apelou para uma médium espírita (I Sam. 28:6,7). Quanto a teorias sobre a natureza do *Urim e Tumim*, ver o artigo sobre o assunto. Ver também o artigo geral sobre a *Adivinhação*.

A consulta a médiuns, bruxos e o uso de vários meios de adivinhação eram todos proibidos em Israel (Isa. 8:19; Deu. 18:10-12); mas sabemos que Israel praticava suas próprias formas de adivinhação sem qualquer impedimento. Era uma situação como se um judeu dissesse: «Se um pagão praticar a adivinhação, estará errado; mas, se eu praticá-la, não haverá qualquer problema».

Os apóstolos também apelaram para o lançamento de sortes, até mesmo no caso da escolha de um apóstolo, para tomar o lugar deixado vago por Judas Iscariotes conforme se vê em Atos 1:15-26. Porém, o método normal de inquirição, nas páginas do Novo Testamento, é a *oração* (vide). Ver Mat. 26:39; Tia. 1:5; II Cor. 12:7-9. A inquirição religiosa também se dá através das experiências místicas. Ver sobre o *Misticismo*. A revelação é uma subcategoria do misticismo, e a inspiração é uma subcategoria da revelação. Além disso, há inquirições racionais e intuitivas, que podem revestir-se de caráter espiritual, pelo que podem ser empregadas para fins religiosos com toda a propriedade.

A própria vida espiritual é uma forma de inquirição prática e religiosa, mediante a qual buscamos uma espiritualidade mais profunda, com a participação final na própria imagem de Cristo (ver Rom. 8:29).

A mente espiritual não se volta contra a inquirição pragmática e empírica da ciência, aceitando muitas conclusões que são valiosas para a fé religiosa, tiradas pelos homens de ciência, e não somente para o avanço do próprio conhecimento científico. Todavia, há modos de inquirir próprios para a determinação das questões morais e espirituais. O Espírito Santo é aquele que nos guia em nossas inquirições, a fim de que atinjamos os alvos que buscamos. Ver João 16:13.

INQUISIÇÃO

Esboço

I. Definição da Inquisição
II. Caracterização Geral
III. Portugal e Brasil
IV. Propósitos da Inquisição
V. Tentativas de Justificação dos Abusos

I. Definição da Inquisição

É incrível que a Igreja Cristã, que fora vítima de intensa perseguição, primeiramente pelos judeus, e então pelos judeus e romanos juntamente, com a passagem dos séculos, viesse a tornar-se, ela mesma, perseguidora. E isso não somente contra pessoas de fora, mas até mesmo contra pessoas de dentro de suas fileiras. É este último aspecto que é enfocado pela inquisição. A Igreja Católica Romana punia, bania e matava até mesmo seus alegados membros que errassem.

Dois grandes escândalos têm abalado a Igreja cristã, no decurso de sua história. O primeiro é que ela tem perseguido e morto a outras pessoas que se intitulam cristãs. O segundo é a veneração ou adoração de imagens, que ela promove, em vários de seus mais importantes segmentos. Ver sobre *Iconoclasmo* (*Controvérsias Iconoclásticas*). Da mesma maneira que um indivíduo pode exibir um vício que macula a sua espiritualidade, assim também a Igreja cristã, como um todo, tem sustentado esses dois grandes vícios debilitantes.

O termo «inquisição» vem do latim, *inquirere*, «inquirir». Compõe-se de duas outras palavras latinas: *in*, «em», e *quaero*, «buscar». Portanto, a inquisição é uma «*busca*», uma «investigação». Historicamente falando, o termo refere-se a uma instituição estabelecida no seio da Igreja Católica Romana com o propósito de eliminar a heresia, isto é, toda e qualquer oposição religiosa. Essa atividade mostrou-

se mais ativa e destruidora durante um período de mais de quatrocentos anos, embora, como instituição, tivesse perdurado por muito mais tempo ainda.

II. Caracterização Geral

Em 1163, no concílio de Tours, na França, o papa Alexandre III ordenou que o clero procurasse os hereges com base em *inquéritos*, com a ajuda de testemunhas juramentadas. Durante um período de cerca de cinqüenta anos (de 1163 a 1215), houve processos inquisitoriais em andamento. No século XIII, a inquisição atuava em toda a Europa, excetuando-se na Escandinávia e na Inglaterra. Diferentemente dos casos tratados nos tribunais civis, os acusados nunca eram informados quem eram os seus acusadores. Se as ofensas fossem consideradas leves, penalidades bastante insignificantes eram baixadas, geralmente envolvendo formas de penitência. Mas, os alegados crimes, que usualmente nada mais envolviam senão diferenças de opinião doutrinária, eram pesadamente punidos, com encarceramento, banimento e até a morte, para nada dizermos sobre indescritíveis torturas sofridas pelas vítimas. O mais incrível é que, em 1253, o papa Inocente IV autorizou oficialmente o uso de torturas, no processo dos interrogatórios. Portanto, o suposto vigário ou substituto do humilde Jesus Cristo, que proibia toda sorte de violência, tornou-se pesadamente culpado desse crime de torturar até mesmo *membros de sua própria Igreja*. Ver Luc. 9:34 *ss*.

E os governos civis alegremente davam seu apoio à Igreja, encetando buscas que levaram a excessos notórios de arbitrariedade. Na Espanha, a inquisição mostrava-se altamente organizada, tendo sido eficaz e devastadora, porquanto atuava sob a autoridade direta do rei. E estendeu seus braços maliciosos contra a América Latina, uma vez descobertas e colonizadas as Américas. A inquisição espanhola foi estabelecida em 1480, e só foi abolida em 1834, o Santo Ofício da Inquisição foi estabelecido em Roma, em 1542, tendo prosseguido até 1965, quando foi substituído pela Congregação da Doutrina da Fé, que é uma inquisição que não se utiliza de meios violentos. O Santo Ofício de Roma ordenou que Bruno fosse executado na fogueira, o qual, por isso mesmo, tornou-se um dos mártires da filosofia. Também teve a duvidosa distinção de julgar e condenar Galileu Galilei.

Calcula-se que foram julgados cerca de quarenta mil casos. «Em termos de tortura, Hitler não passava de um aprendiz, comparado aos padres do Santo Ofício» (*O Estado de São Paulo*, 22 de janeiro de 1987).

III. Portugal e Brasil

Os territórios que atualmente constituem Portugal, por causa da proximidade e identidade histórica com a Espanha (onde a inquisição mostrou ser mais deletéria), tornaram-se um terror. Não foi senão em 1821 que o Tribunal da Inquisição foi desativado em Lisboa. No Brasil, milhares de pessoas foram denunciadas e centenas foram condenadas, a partir de 1591, com a chegada de visitadores como Heitor Furtado de Mendonça, que armou uma enorme mesa, nas instalações da Companhia de Jesus da Bahia, para receber as denúncias. Na maioria das vezes, as acusações falavam sobre corrupções de cristãos, por causa da influência do judaísmo, como feitiçarias, sodomia e homossexualismo. Também houve denúncias sobre desvios doutrinários que raiavam à blasfêmia. Uma das vítimas brasileiras foi o autor e poeta Antônio José da Silva, que foi executado na fogueira em Lisboa, em 1739, com apenas trinta e quatro anos de idade. Nasceu no Brasil, mas criou-se em Portugal. Antes de morrer, foi objeto de constantes perseguições. Um outro brasileiro vitimado foi Bento Teixeira, que foi o primeiro poeta a escrever no Brasil, após José de Anchieta. Foi feito prisioneiro em Pernambuco. Morreu na prisão, em cerca de 1600. Anita Novinsky, uma especialista no assunto, lembra que os inquisidores se anteciparam às leis nazi-fascistas com a teoria da *limpeza do sangue*, fazendo com que «o Brasil já nascesse sob a égide do preconceito». Por isso, Hitler não trouxe nenhuma novidade, mas só aperfeiçoou o mal.

IV. Propósitos da Inquisição

1. Inquirir quanto à propagação de doutrinas que se opunham à fé católica romana.

2. Convocar aos tribunais todos os católicos romanos suspeitos de heresias ou de conduta imprópria.

3. Punir a incredulidade, a fim de convencer as pessoas do erro, exortando-as ao arrependimento. Apesar de que havia exceções à regra, a inquisição não tinha por finalidade forçar pessoas não-católicas a aceitarem o catolicismo. Antes tinha por intuito promover o bem-estar espiritual e garantir a salvação dos católicos que precisassem ser disciplinados, até mesmo mediante as torturas e a morte, se isso se tornasse necessário.

Os principais hereges perseguidos pelos inquisidores foram os albigenses, os waldenses e os cátaros (ver os artigos sobre esses três grupos).

V. Tentativas de Justificação dos Abusos

Aqueles que tentam mitigar os horrores impostos pela inquisição, oferecem as seguintes desculpas para ela:

1. A inquisição não teria sido diferente dos tribunais civis, que usavam o mesmo tipo de métodos, pelo que esse tipo de coisa era comum à época. A resposta é que a Igreja cristã deve ser vastamente diferente do mundo, especialmente no que concerne à violência, à crueldade e à brutalidade.

2. Geralmente eram as autoridades civis, e não as autoridades religiosas, que mais dano faziam entre os hereges. A resposta é que o papa Inocente IV autorizou oficialmente as torturas físicas como parte dos processos, além do que é dificílimo distinguir entre as áreas de atuação da Igreja e do Estado, nesses processos. As evidências mostram que a Igreja Católica Romana não precisava de quaisquer lições do Estado para efetuar seus atos desumanos.

3. Os protestantes estiveram envolvidos no mesmo tipo de coisa. Sabe-se que Calvino mandou aprisionar, matar e executar um grande número de pessoas, somente por discordarem dele quanto a questões doutrinárias. Ver o artigo acerca de *Calvino*, em seus últimos parágrafos, quanto a uma demonstração disso. Zwínglio também não teve um registro histórico muito melhor, quanto a essa questão; e até mesmo nas colônias norte-americanas os líderes religiosos foram culpados de idênticos crimes. Isso é verdade; mas dois erros ou mais não corrigem o primeiro deles.

4. Alguns deles dizem apenas: «A inquisição foi um sinal da época». Apesar disso ser verdade, espera-se que a Igreja de Cristo se conduza de uma maneira que seja de muito melhor qualidade do que a de homens ímpios e destituídos de humanidade. (AM E KUP) Ver o artigo geral sobre a *Tolerância*.

INRA

No hebraico, «teimoso». Filho de Zofá, descendente de Aser (I Crô. 7:36), e que foi um dos chefes daquela tribo. Viveu por volta de 1612 A.C.

INRI

No hebraico, «eloqüente». Esse é o nome de duas personagens que aparecem no Antigo Testamento:

1. Um homem da tribo de Judá, filho de Bani, da família de Perez (I Crô. 9:4), que viveu algum tempo antes de 536 A.C. Ele se achava entre os exilados que voltaram do cativeiro babilônico para residir em Jerusalém.

2. O pai de Zacur, que ajudou a reconstruir as muralhas de Jerusalém, nos dias de Neemias (Nee. 3:2). Isso ocorreu algum tempo antes de 446 A.C.

I.N.R.I.

Essa abreviatura corresponderia à suposta inscrição em latim, afixada à cruz de Jesus: *Iesus Nazarenus Rex Iudaeorum*, «Jesus de Nazaré, rei dos judeus». Todos os quatro evangelhos mencionam essa inscrição, embora variem quanto à sua exata declaração. A versão de João 19:19 é a que melhor se ajusta a essa abreviatura. Tradições pias, sem dúvida mitológicas, asseveram que Helena, mãe do imperador Constantino, descobriu uma tábua, juntamente com as três cruzes, em uma caverna, identificada como o santo sepulcro. Naquela tábua foi encontrada essa inscrição. Pinturas da crucificação, feitas por M. Munkacsy, F. Pesellino e Ed. Burne-Jones, exibem a inscrição em latim.

INSANIDADE

Vem do latim, **in**, «não», e **sanus**, «são», «saudável». Essa é uma palavra geral que indica aqueles que são desequilibrados mentais, ainda que, no uso popular, também possa significar tolo, extravagante ou antipático. Na lei, a insanidade é uma condição mental que torna o indivíduo incapaz de cuidar de seus próprios negócios, ou de ser considerado responsável pela sua conduta. A palavra «incompetente» é usada para descrever tais pessoas. A lei ocupa-se com a questão da responsabilidade, e não com a identificação de enfermidades específicas, pelo que não está sujeita à queixa dos psiquiatras de que o uso dessa palavra, por parte dos advogados, subentende alguma enfermidade específica.

As legislações dos países têm estabelecido normas mediante as quais a insanidade é determinada; mas, nesse campo é mister grande dependência à ciência médica. Nos casos legais, com freqüência, testemunhos conflitantes são oferecidos pelos psiquiatras. É questão difícil e intrincada determinar tanto a insanidade quanto o grau de responsabilidade envolvidos, não apenas nos casos criminais, mas também no que diz respeito a testamentos. A questão fica ainda mais complicada por alegadas insanidades temporais, mediante as quais um criminoso, embora considerado hígido no momento, pode ter passado por um acesso de insanidade, pelo que cometeu seu ato criminoso.

Além disso, há atos feitos por pessoas normais que, segundo alguns alegam, poderiam ser feitos por pessoas que caem em insanidade temporária, ou em algo que se aproxima dessa condição. Para exemplificar, uma pessoa culpada de algum tipo de fraude pode ter sofrido pressões anormais, pelo que se tornou temporariamente irresponsável por suas ações. Ou, em um momento de intensa tristeza ou compaixão, uma pessoa poderia praticar um ato de eutanásia (vide).

Algumas Idéias Religiosas. Houve tempo em que se pensou que a insanidade era causada somente por possessões demoníacas. É verdade que assim sucede até hoje; mas, a maior parte desses casos deve ser atribuída a fatores fisiológicos ou psicológicos. No tocante à questão da responsabilidade, as leis civis tendem por assumir uma posição mais liberal do que a dos teólogos. Alguns teólogos afirmam que um homem pode chegar à insanidade por força de seus hábitos, que favorecem essa condição, sendo responsabilidade dele ter chegado a tal estado. Uma passagem bíblica das mais claras quanto a essa verdade é a de Romanos 1:22, que reza: «Inculcando-se por sábios, tornaram-se loucos...» Isso posto, apesar da lei alicerçar suas decisões sobre a responsabilidade do indivíduo sobre condições fisiológicas e psicológicas, também há o problema da degradação moral, diante da qual cada indivíduo deve ser responsabilizado.

Aqueles que crêem na preexistência da alma, com ou sem o acompanhamento da reencarnação (vide), supõem que as condições da alma, antes de sua junção ao corpo físico, podem ser a causa real da insanidade. Nesse caso, tal condição só pode ser evitada mediante a reversão de certas condições morais e espirituais, cultivadas pela alma, antes de vir habitar no organismo físico. Se esse raciocínio está com a razão, então pelo menos alguns casos de insanidade dependem da existência total da alma, e não meramente das condições do cérebro. Nesse caso, toda a alma que tiver cultivado sua própria insanidade certamente é responsável por seus atos, a despeito do que digam a lei e a psiquiatria.

INSCRIÇÕES

O latim por detrás dessa palavra é *inscriptio(nis)*, «uma escrita sobre». O termo latino *inscriptus* é o particípio passado de *inscribere*, «inscrever». Em um sentido geral, uma inscrição é qualquer coisa que se escreva sobre um objeto; mas, segundo o uso arqueológico do termo, estão em foco escritas gravadas sobre objetos encontrados pelos arqueólogos, vindos de antigas culturas, que nos auxiliam a compreender a natureza delas, bem como parte de sua história.

As inscrições, nesse sentido arqueológico, incluem cartas, palavras ou símbolos gravados ou pintados sobre materiais de grande duração, como pedra, argila, metal, terracota, marfim, etc., com o intuito de transmitir alguma mensagem, registrar eventos, ou talvez, em alguns casos, meramente decorar.

O estudo das inscrições muito tem feito para aumentar o conhecimento dos homens modernos sobre as civilizações antigas. Entre as mais bem conhecidas inscrições da civilização ocidental estão os vasos pintados e os mármores com gravuras em baixo relevo da antiga Grécia, bem como os selos e as moedas das civilizações da Mesopotâmia e do rio Nilo, que remontam tanto quanto até 3000 A.C. Naturalmente, inscrições também têm servido de preciosas fontes informativas sobre as culturas chinesa, maia, tolteca e asteca (estas três últimas nas Américas). As inscrições, como é óbvio, têm sua contraparte moderna nas pedras angulares dos edifícios, nas placas comemorativas, etc. Essa arte chama-se *epigrafia*.

I. Contribuição das Inscrições

As inscrições têm sido uma das mais valiosas fontes informativas dos arqueólogos. Até cerca de cem anos atrás, os estudiosos tinham de limitar-se a referências históricas literárias, como, por exemplo, os livros de Josefo, historiador judeu que viveu imediatamente após a época de Cristo. Atualmente, porém, a arqueologia tem encontrado grande massa de

informações nas próprias terras bíblicas. As inscrições encontradas pelos arqueólogos nos revelam muita coisa sobre leis, tratados, condições sociais, motivos das populações, crenças (inclusive aquelas de natureza religiosa), etc. Além de meras pequenas inscrições, a arqueologia tem encontrado vastas bibliotecas, valiosíssimas para o estudo de culturas antigas. Na área dos rios Tigre e Eufrates, têm sido encontradas muitas inscrições feitas sobre argila, o material mais comumente achado ali. No Egito, muitas inscrições eram feitas sobre a pedra, mas também como pintura. Na Grécia têm sido encontradas muitas inscrições pertencentes aos séculos IV e V A.C., especialmente em Atenas. As mais antigas inscrições em grego foram gravadas da direita para a esquerda, ao estilo dos hebreus. Mas, com a passagem do tempo, o grego passou a ser escrito da esquerda para a direita, como o nosso português. E também existem inscrições escritas verticalmente, de cima para baixo, conforme se vê, por exemplo, no japonês.

As inscrições públicas visavam transmitir instruções às massas populares, geralmente sendo colocadas em lugares movimentados. As inscrições feitas sobre túmulos tinham significado religioso. Inscrições particulares, com freqüência, tinham uma finalidade decorativa, embora até mesmo essas, em muitos casos, nos forneçam informações valiosas.

II. Inscrições Antes de Israel Estabelecer-se na Terra Prometida

1. *Os textos de execração do Egito*, pertencentes aos séculos XIX e XX A.C. Nomes de inimigos, suas cidades, além de outras informações, eram escritos sobre figurinhas ou vasos de argila, os quais eram então quebrados. Isso equivalia mais ou menos à prática dos macumbeiros e outros, que atravessam bonecos com agulhas, na esperança de prejudicar às suas vítimas vivas. Textos assim fornecem-nos informações sobre as condições sociais, militares e governamentais dos povos que os prepararam.

2. *Os Textos dos Faraós do Egito*. Além das inscrições em escrita hieroglífica que nos dizem algo sobre os tempos e os reinados de vários reis egípcios, há os escritos mais extensos como os de Tutmés III (cerca de 1490—1436 A.C.), encontrados no templo de Amom, em Carnaque, onde aparecem alistados os nomes de cento e dezenove cidades e aldeias, capturadas pelos egípcios em Canaã e na Síria. Esses escritos nos fornecem grande iluminação quanto aos centros populacionais dessas áreas, naquele tempo. Outros documentos escritos revelam o inter-relacionamento entre o Egito e a Palestina, nos tempos de vários Faraós, como Ramsés II (cerca de 1290—1223 A.C.), Ramsés III (cerca de 1179—1147 A.C.), além de outros. Esse material, também, nos fornece algumas informações sobre os hititas e os hurrianos. E na própria Palestina têm sido encontradas inscrições relativas ao Egito. Três estelas (duas de Seti I, antecessor de Ramás II, e uma do próprio Ramsés III) foram deixadas em Bete-Seã por tropas egípcias que ocuparam aquele lugar em certo período histórico. Ali, lê-se sobre a captura de Bete-Seã. Em uma dessas estelas há menção aos *habiru* (vide), que muitos estudiosos pensam ser os hebreus.

3. *Inscrições Sumério-acadianas*. Têm sido encontradas bibliotecas inteiras, pertencentes a essa cultura, como milhares de textos, inscritos sobre argila queimada. Entre esse material se encontra a lista de reis sumérios, onde aparecem os nomes dos mais antigos governantes da Mesopotâmia. Todavia, essa lista é parcialmente mitológica, visto que aparecem ali os nomes de somente oito monarcas antediluvianos, os quais teriam coberto, ao todo, um período fantástico de duzentos e quarenta e um mil e duzentos anos.

Muito se tem podido aprender sobre as opiniões desses povos quanto à lei e à moral, conforme se vê no código de Hamurabi (cerca de 1792—1750), que encontra alguns paralelos na Bíblia. Ver o artigo separado intitulado *Hamurabi, Código de*. Outras coleções de material antigo, que nos oferecem informes sobre leis e questões morais foram encontradas em Ur, da época do rei Ur-Namu (cerca de 2060 A.C.), e das épocas dos reis Bilalão, de Esnuna (cerca de 1930 A.C.), e Lipite-Istar, de Isin (cerca de 1865 A.C.).

Em Mari, no curso médio do rio Eufrates, foi encontrada uma coleção de vinte mil tabletes, pertencentes aos séculos XIX e XVIII A.C. Esse material revela muita coisa sobre costumes sociais, leis, etc., e que ilustram muitas coisas da época bíblica patriarcal. Material similar foi encontrado em Nuzi na porção noroeste da Mesopotâmia que ilustra muitos costumes dos hurrianos. Esse material também lança luz sobre certas questões referidas na Bíblia.

4. *Inscrições Ugaríticas*. O ugarítico era um dos dialetos cananeus que contava com uma escrita alfabética, mas cuja escrita era tipo cuneiforme. Em nenhum local tem sido encontrado grande acúmulo desse material; mas o material pertencente a essa categoria, encontrado espalhado por toda a Palestina, tem sido considerável. Os fragmentos mais antigos pertencem ao século XIV A.C., contendo informações de cunho religioso, além de outras.

5. *Textos em Escrita Alfabética*. Tem sido encontrado algum material em escrita protosinaitica pertencente, principalmente aos séculos XVI e XV A.C. Esse material foi achado em Serebite. Embora não sejam abundantes, tais inscrições ilustram estágios no desenvolvimento do alfabeto, além de nos darem algumas informações sobre as culturas da época. E algumas dessas informações iluminam as condições bíblicas da época.

III. Inscrições da Época da Terra Santa Ocupada por Israel

1. *Egípcias*:

a. *Mernepta* (cerca de 1224—1216 A.C.) deixou hinos de vitória em uma estela, achada em seu túmulo, em Tebas. Essa mensagem duplica aquilo que ficou inscrito no templo de Amom, em Carnaque. Israel é mencionado entre os povos inimigos derrotados.

b. *Ramsés III* (cerca de 1179-1147 A.C.). Ele diz que repeliu os chamados povos do mar, entre os quais estavam os filisteus, que se estabeleceram nas costas marítimas da Palestina, depois que foram expulsos do Egito. Relatos sobre as lutas que houve, aparecem no templo mortuário de Ramsés, em Medinet Habut.

c. *A Literatura de Sabedoria*. Os escritos de Amenemope assemelham-se, quanto ao estilo, a algumas declarações do livro de Provérbios, na Bíblia, especialmente o trecho de Pro. 22:17—23:14.

d. *Sisaque*, também conhecido como Sosenque, guerreou contra Israel, nos dias de Reoboão (I Reis 14:25,26; II Crô. 12:2-9). Há uma inscrição, no templo de Carnaque, que dá uma lista de cidades que ele teria conquistado, confirmando as informações que aparecem em II Crônicas 12. Jerusalém não foi capturada, mas lhe foi imposto um pesado tributo. E os escudos de ouro, de Salomão, foram entregues aos egípcios, entre outros tesouros.

As histórias dos reis da Assíria, — contadas em suas inscrições, suplementam aquilo que a Bíblia nos diz. Na inscrição monolítica de Salmaneser III (858—824 A.C.), Acabe é mencionado como um dos adversários dos assírios. Os sírios e israelitas tornaram-se aliados, por breve tempo, para enfrentar a ameaça assíria. Certa inscrição menciona a batalha de Qarqar, em 853 A.C., que houve durante esse conflito. O obelisco negro de Salmaneser III refere-se à submissão de Jeú aos sírios. *Tiglate-Pileser III* (744—727 A.C.) deixou registrado como Menaém, de Israel, precisou pagar-lhe tributo, o que também é mencionado em II Reis 15:19,20, além de descrever a guerra siro-efraimita, que envolveu Acaz, de Judá, o que tem paralelo bíblico em II Reis 16:5-18. Há inscrições que dizem como *Sargão I* (721—705 A.C.) destruiu Samaria e deportou os israelitas (ver também II Reis 18:9,12). *Senaqueribe* (704—681 A.C.) narra suas guerras na Palestina, jactando-se de suas vitórias sobre uma longa lista de cidades palestinas. Ele conta como pôs Ezequias em uma gaiola, embora sem mencionar os detalhes que aparecem em II Reis 18:17-35. Ele estabeleceu seu quartel general em Laquis, o que é confirmado na Bíblia. *Esar-Hadom* (680—669 A.C.), chama ao rei Manassés, de Judá, seu vassalo. *Assurbanipal* (668—633 A.C.) descreve como invadiu a Palestina.

3. *Babilônicas*. As inscrições que nos chegaram do período babilônico narram o colapso do império assírio, com a queda de Nínive. Cerca de trezentos tabletes foram recuperados na Babilônia, de cerca de 595-570 A.C., o tempo em que Nabucodonosor governou (605-562 A.C.). Jeoaquim, rei de Judá, é mencionado entre os muitos cativos e vassalos. Material escrito, procedente da Babilônia, também descreve Nabonido, Ciro e outros, que tiveram algum relacionamento com o povo de Israel.

4. *Hebréias*. Pertencentes ao século XII A.C., temos três cabeças de lanças inscritas, mui provavelmente, com os nomes de seus donos. Lâminas de metal, com nomes indecifráveis, têm sido encontradas, pertencentes desde o século XI A.C. Estações de plantio são alistadas em inscrições achadas em Gezer (século X A.C.). Inscrições fenícias, do século X A.C., ilustram o desenvolvimento do alfabeto. Uma dessas inscrições, bastante longa, foi encontrada em Caratepe, na parte leste da Cilícia, com material paralelo em escrita hieroglífica hitita. A chamada *pedra moabita* (vide), do século IX A.C., fala sobre o rei Onri, de Israel, além de fornecer detalhes sobre a história desse período do Antigo Testamento. Essa é a única inscrição significativa, no dialeto dos moabitas, que era um ramo da língua cananéia. Registros da entrega de azeite e vinho, pertencentes ao século VIII A.C., foram encontrados em Samaria, sob a forma de cerca de setenta *ostraca* (vide). Cerca de vinte e uma ostraca, do século VI A.C., foram achadas em Laquis, fornecendo-nos detalhes da época de Zedequias. A *inscrição de Siloé* (vide) foi encontrada em um antigo túnel, em Jerusalém, da época de Ezequias. Descreve como os engenheiros israelitas escavaram o túnel. Também há duas ostraca achadas em Tell Kasileh (século VIII A.C.), que mencionam o comércio de azeite e ouro, que Israel fazia com o Egito. Inscrições fúnebres, encontradas em Siloé, um lugar perto de Jerusalém, nos chegaram desde os tempos de Ezequias. Na fortaleza de Matzad Hashabyahu, várias ostraca foram achadas. Uma delas contém uma carta escrita em hebraico, do século VII A.C. Materiais perecíveis, como o papiro e o pergaminho, não perduravam por tanto tempo na Palestina como o faziam no Egito, de clima bem mais seco; razão pela qual não muito desse material chegou até nós. Os chamados manuscritos do Mar Morto são uma notável exceção desse fato. Ver o artigo intitulado *Mar Morto, Manuscritos (Rolos) do*. Centenas de inscrições relativamente sem importância, inscritas em hebraico, sobre todo tipo de objetos, como selos, pesos, jarras e cabos de armas, moedas, ossuários, ostraca, etc., têm sido encontradas. Essas inscrições abordam a maior variedade imaginável de assuntos, e outras são apenas ornamentais.

5. *Aramaicas*. Uma estela encontrada perto de Alepo, na Síria, confirma o texto de I Reis 15:18, ao falar sobre Ben-Hadade. Uma inscrição feita sobre marfim, de Arslan Tash, contém o nome Hazael, também mencionado em II Reis 8:15. Várias inscrições em aramaico nos dão detalhes sobre a história dos reinos aramaicos, além de mencionarem lugares específicos de grande interesse, como Nerabe e Assur. A história de uma colônia judaica em Elefantina, no Alto Egito, tem sido aclarada por papiros encontrados. Isso já nos vem do período persa. Dentre os manuscritos mais importantes aramaicos, estão aqueles descobertos no mar Morto. Ver o artigo *Mar Morto, Manuscritos (Rolos) do*.

6. *Gregas*. Durante o período helenista, era comum as sinagogas judaicas conterem inscrições que honravam a reis pagãos. De fato, havia até sinagogas com os nomes dessas figuras. Desde a época de Antíoco III (223—187 A.C.), uma inscrição em grego conta como os seus soldados lançaram confusão no norte da Palestina, perto de Hefizibá. Uma inscrição feita sobre o mármore, em Acre, menciona Antíoco VII, sendo uma dedicação feita a Zeus Soter, o principal deus do panteão grego. Inscrições em grego têm sido achadas em lugares de sepultamento, em Maresa (159—119 A.C.), em Samaria, mais ou menos da época dos monarcas ptolomeus. Em Kefar Yasif, a nordeste de Acre, foi encontrada uma inscrição em pedra calcária, que era uma dedicatória, posta sobre um altar devotado a deuses orientais, Hadade e Atargates. Muitos fragmentos de papiro foram encontrados na areia dos desertos egípcios, ilustrando a vida das épocas de onde procederam, ou seja, imediatamente antes da era cristã, que foi o período helenista.

7. *Latinas*. Inúmeras inscrições em latim têm sido encontradas, lançando luz sobre o período de dominação romana. Para os estudiosos do Novo Testamento é de especial interesse a inscrição encontrada em um antigo teatro de Cesaréia. Representa uma dedicatória em honra ao imperador Tibério, ali posta por Pôncio Pilatos. Ver o artigo separado intitulado *Escrita*. (AM THO Z)

IN SE

No latim significa «em si mesmo», o que contrasta com a expressão latina *in alio*, «em outro». Os mestres do escolasticismo usavam a expressão *in se* para indicar alguma substância, ao passo que *in alio* referia-se aos acidentes dessa substância.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

A história da inseminação artificial é antiga, retrocedendo pelo menos ao século XIV. Alguns governos e grupos religiosos não têm aceito a prática por uma razão ou outra. Nos Estados Unidos da América, entre dez e vinte mil mulheres por ano engravidam através desse método (1980), a grande maioria com esperma de seus próprios maridos. Se

isso não é possível, usualmente faz-se o possível para encontrar um doador cujas características genéticas sejam similares às do marido. O esperma pode ser recente ou congelado, preservado em bancos de esperma. O processo é hígido do ponto de vista da medicina, mas têm surgido problemas legais quando o doador não é o marido, e os tribunais têm baixado decisões contraditórias. Dois são os problemas mais evidentes: 1. A lei pode considerar tais casos como instâncias de adultério; ou 2. se a criança apresentar enfermidade ou deformação, por questões genéticas, o médico pode ser considerado responsável. Um problema adicional é a reação emocional retardada do marido, que, em alguns casos, é extremamente negativa. Ele pode sentir-se inadequado, ou que sua mulher o traiu de alguma maneira.

O impulso principal por trás do processo é o desejo natural da mulher de ter filhos. Para muitas delas, é mais satisfatório ter o próprio filho, mesmo que com esperma de outro homem, do que adotar um filho. Os problemas psicológicos das mulheres são raros.

O problema religioso. Se o doador é o marido, a maioria dos grupos religiosos não faz objeção, salvo que às vezes surge o argumento da «desnaturalidade» do processo. O problema real surge quando o doador não é o marido, e nesse caso, a história mostra que os católicos, os judeus ortodoxos e alguns protestantes (sobretudo luteranos) são os que mais se opõem à prática. A maioria dos grupos protestantes não tomou posição sobre a questão, a qual é deixada ao encargo da consciência das pessoas diretamente envolvidas. Ainda recentemente, os luteranos afrouxaram a sua posição sobre o problema, mas a Igreja Católica Romana, por meio de seus oficiais (não necessariamente seus membros), tem retido uma posição firme em contrário.

V. *Elvin Anderson*, diretor do Dwight Institute of Human Genetics, na Universidade de Minnesota, tem defendido a inseminação artificial com base nas seguintes razões:

1. É aconselhável para mulheres cujos maridos não são férteis ou têm genes prejudiciais, capazes de gerar filhos com defeitos genéticos.

2. A acusação de adultério não tem base do ponto de vista bíblico. O sermão do monte, ao referir-se ao adultério, salienta sua natureza sensual, que é o seu aspecto essencial, o que dificilmente ocorre na inseminação artificial, mesmo que a mulher seja inseminada com material colhido de outro homem que não seja seu marido.

3. A lei do casamento levirato, segundo a qual, se um homem casado morresse, um parente próximo tomaria sua esposa, gerando filhos para o marido falecido, em sua essência era um caso de inseminação por doador. (Conforme publicado no *Journal of the American Scientific Affiliation*, dezembro de 1966).

Cautelas necessárias. 1. Precisa haver concórdia entre marido e mulher. 2. Se são um casal religioso, devem consultar os representantes de sua fé, a fim de que se chegue a uma decisão se a questão é apropriada ou não. 3. Devem consultar um advogado para verificar quais problemas legais podem surgir, na área onde vivem. 4. Devem consultar o médico, para garantir a correção e a segurança médicas. (H PO)

INSENSATO, INSENSATEZ

No hebraico há quatro palavras envolvidas, e no grego, também quatro:

1. *Evil*, «insensato». Esse termo hebraico ocorre por vinte e seis vezes, conforme se vê, por exemplo, em Sal. 107:17; Pro. 1:7; 7:22; 24:7; 27:3,22; Isaías 10:11; Osé. 9:7.

2. *Kesil*, «autoconfiante». Palavra hebraica que aparece por sessenta e nove vezes, quando usada como adjetivo, conforme se vê, por exemplo, em Sal. 49:10; 94:8; Pro. 1:22,32; 3:35; 8:5; 10:18,23; 28:26; 29:11,20; Ecl. 2:14-16; 4:5; 5:3,4; 9:17; 10:2,12.

3. *Nabal*, «vazio», «tolo». Palavra hebraica que figura por dezoito vezes, conforme se vê em II Sam. 3:33; 13:13; Jó 30:8; Sal. 14:1; 53:1; Pro. 17:7,21; 30:22; Jer. 17:11.

4. *Sakal*, «cabeça dura». Termo hebraico que aparece por sete vezes como adjetivo: Ecl. 2:19; 10:3,14; 7:17; Jer. 5:21; 4:22.

5. *Anóetos*, «destituído de mente». Termo grego que aparece por seis vezes: Luc. 24:25; Rom. 1:14; Gál. 3:1,3; I Tim. 6:9; Tito 3:3.

6. *Ásophos*, «destituído de sabedoria». Palavra grega que é utilizada por apenas uma vez, em Efé. 5:15.

7. *Áphron*, «desatento». Palavra grega que é usada por onze vezes: Luc. 11:40; 12:20; Rom. 2:20; I Cor. 15:36; II Cor. 11:16,19; 12:6,11; Efé. 6:17 e I Ped. 2:15.

8. *Morós*, «rebelde», «insensato». Vocábulo grego usado por catorze vezes: Mat. 5:22; 7:26; 23:17,19; 25:2,3,8; Mar. 7:13; I Cor. 1:25,27; 3:18; 4:10; II Tim. 2:23 e Tito 3:9. O substantivo, *moría*, ocorre por cinco vezes: I Cor. 1:18,21,23; 2:14; 3:19.

I. Características da Insensatez

1. Não ter conhecimento de Deus (Tito 3:3).
2. Negar a Deus na teoria e na prática (Sal. 14:1; 53:1).
3. Blasfemar contra Deus e achar nele defeito (Sal. 74:22).
4. Zombar e desvalorizar o pecado (Pro. 14:9).
5. Odiar o conhecimento espiritual e desprezar a instrução (Pro. 1:22 e 15:5).
6. Não se interessar pela compreensão espiritual (Pro. 18:2).
7. Praticar o mal e permanecer nas trevas espirituais (Ecl. 2:14).
8. Deleitar-se no pecado (Pro. 10:23).
9. Mostrar-se corrupto (Sal. 14:1), auto-suficiente (Pro. 14:16), auto-iludido acerca dos verdadeiros valores (Pro. 14:8), falar muito, mas sem sabedoria (Ecl. 10:18), professar-se religioso, mas não pôr em prática a religião (Mat. 25:2-12), intrometer-se nos negócios alheios (Pro. 20:3), caluniar ao próximo (Pro. 10:18), ser um mentiroso (Pro. 10:18), ser preguiçoso (Ecl. 4:5), irar-se com facilidade (Ecl. 7:9), mostrar-se contencioso (Pro. 18:6), buscar a companhia de tolos (Pro. 13:20), ser idólatra (Jer. 26), confiar no dinheiro (Luc. 12:20).
10. O insensato pode ouvir o evangelho, mas não lhe dá atenção (Mat. 7:26).
11. Os insensatos só podem esperar pelo castigo divino (Sal. 107:17; Pro. 19:29).

II. Seus Contrários

1. A busca pela sabedoria; a inquirição espiritual; o cultivo da espiritualidade; o cultivo da santidade.

2. Levar uma vida enérgica, industriosa, cheia de propósito. Ter alvos na vida e buscá-los com denodo. Anular a própria ignorância, mediante o aprendizado. Buscar a sabedoria espiritual e aplicá-la (Efé. 1:17 *ss*). Aceitar a mensagem do evangelho (Rom. 2:20; Tito 3:3-5; I Cor. 1:21-25).

III. Quando é Legítimo ser Insensato?

O sério discipulado cristão pode envolver que o

crente torne-se um tolo, por amor a Cristo. Na verdade, os crentes dedicados não são tais, porém, as pessoas comuns assim os consideram (I Cor. 4:10; Atos 26:24). Entretanto, a verdadeira insensatez será evitada pelos discípulos sérios de Cristo (Efé. 5:4).

INSETOS

Todos os insetos mencionados na Bíblia aparecem em artigos separados, por seus respectivos nomes.

INSOLUBILIA

Essa palavra é latina e significa «insolúveis». Aponta para vários dilemas, quebra-cabeças e paradoxos semânticos e lógicos. Esses insolúveis apareceram, inicialmente, na antiga filosofia grega, principalmente entre os sofistas; e chegaram a ser um tema comum de discussões, na Idade Média. Ver sobre *Paradoxo*, sobretudo os pontos segundo a sexto.

INSPIRAÇÃO

Esboço:

I. A Inspiração e as Escrituras
II. A Inspiração e o Misticismo
III. A Revelação e a Inspiração
IV. Inspiração, um Fator Comum e Vital à Experiência Humana
V. A Inspiração e a Autoridade
VI. Fontes de Inspiração
VII. Critérios para Julgamento de Inspiração Verdadeira e Falsa

I. A Inspiração e as Escrituras

Quanto a quase tudo que tenho a dizer sobre o assunto, ver o artigo *Escrituras*, segunda seção, *Inspiração das Escrituras;* e quinta seção, *Níveis e Tipos de Inspiração*. Damos o que consideramos ser uma importante declaração sobre a questão, no último parágrafo do artigo sobre o *Alcorão*. A leitura desses artigos fornece, com detalhes, as coisas que podem ser ditas sobre a inspiração de escritos sagrados, além de outros assuntos, afins. Ver, igualmente, sobre a *Infalibilidade* (que inclui a idéia da inerrância das Escrituras). Muitos teólogos têm asseverado que essa palavra só pode ser aplicada ao próprio Deus. Pois nada mais é infalível, além de Deus; e as declarações em contrário terminam em alguma variedade de idolatria, porquanto atribui um atributo divino exclusivo a alguém ou a alguma coisa.

II. A Inspiração e o Misticismo

Misticismo é o termo usado quando indicamos que poderes externos e superiores a nós podem entrar em contacto conosco, comunicando-se conosco. A isso se dá o nome de *misticismo objetivo*, a forma mais comum de misticismo no Ocidente. Se Deus quer revelar algo e um profeta recebe essa comunicação em um transe, por inspiração, em qualquer de suas formas, mediante a apreensão intuitiva, então o profeta terá recebido uma experiência mística. Já o *misticismo subjetivo*, comum no Oriente, é o ensino que diz que a alma é um grande depósito de conhecimentos e de sabedoria, e que esse depósito pode ser sondado pela visão interior, que nos é conferida através da meditação e dos estados de consciência alterados que ela produz. Ver o artigo geral sobre o *Misticismo*, quanto a uma completa explanação a respeito. Por enquanto, basta-nos esclarecer que a revelação e a inspiração são subcategorias do misticismo.

III. A Revelação e a Inspiração

É verdade que essas duas palavras podem ser usadas como sinônimos. Porém, a revelação pode indicar o ato de Deus por meio do qual ele revela importantes verdades que podem ser ou não incorporadas, mais tarde, em um livro ou em uma coleção de livros sagrados. Em contraste, a inspiração pode aludir a uma revelação menos formal, mais de cunho pessoal, com vistas a guiar ou instruir o indivíduo. Isso pode fazer parte do seu aprendizado, por intermédio do que tal indivíduo torna-se habilitado para cumprir a sua missão. Em um sentido inferior, a inspiração consiste na infusão ou implantação de uma idéia, como uma espécie de influência espiritual, que opera sobre a pessoa e a transforma.

Alguns grupos cristãos, como a Sociedade de Amigos, ou quacres, têm dado muito valor à inspiração pessoal com o propósito de se compreender as Escrituras, quando o indivíduo recebe ensinamentos diretos que podem ser sugeridos ou não pelas Sagradas Escrituras. Isso faz parte do ministério do Espírito Santo, sendo o toque místico na vida, e muito importante para o desenvolvimento espiritual. Quando isso é exagerado além das medidas, já teremos chegado a novas escrituras, que tendem por suplantar a Bíblia Sagrada. É o caso, para exemplificar, dos escritos da sra. White, muito prezados pelos Adventistas do Sétimo Dia. Alguns hinos cristãos, mui definidamente, foram inspirados nesse sentido, como também outros escritos.

IV. Inspiração, um Fator Comum e Vital à Experiência Humana

Dentro do *campo religioso*, podemos falar em *iluminação* (vide). Temos aí a obra iluminadora do Espírito sobre a mente humana, para que esta entenda melhor o que seja a espiritualidade e seus requisitos. Faz parte do crescimento espiritual, da compreensão de tudo quanto está envolvido na inquirição espiritual: o conhecimento de Deus, do Filho, das obras do Espírito e do que essas coisas significam para nós. Ver Efé. 1:18 e I Cor. 2:6-16. É possível termos abertos *os olhos da alma*.

Em outros campos. A inspiração opera na ciência, bem como em todas as linhas da experiência e do empreendimento humano. Trata-se de uma experiência universal, aliada à *intuição* (vide). Não se pode duvidar de que a mente humana pode sondar uma inteligência e um conhecimento além de sua própria experiência e da capacidade cerebral do homem. Ver o artigo sobre a *Mente Cósmica Universal*. Coisas que dizem respeito à vida e à morte estão inscritas na consciência humana, de várias maneiras, e não somente da maneira individual. Edison e outros cientistas, e o próprio Albert Einstein, têm atribuído algumas de suas idéias e invenções a forças maiores que suas realizações cerebrais. A inspiração opera sobre as artes, a música, a poesia, etc., e até sobre a filosofia. Quanto mais aprendo, mais acredito nisso.

V. A Inspiração e a Autoridade

Em qualquer campo, religioso ou não, se algo foi inspirado, então, mui naturalmente, terá mais autoridade do que aquilo que não é inspirado, pelo menos quanto a certas questões. Todavia, é inútil falarmos em perfeição, quando estamos tratando dessas coisas. Nada existe de perfeito e destituído de erro, excetuando o próprio Deus; e a inspiração, por mais valiosa que seja, não é capaz de dar-nos um conhecimento perfeito, porquanto sempre será algo incompleto. É o que disse o próprio Paulo, em certo trecho: «...porque em parte conhecemos, e em parte

profetizamos...» (I Cor. 13:9). Ver o artigo geral sobre a *Autoridade*.

A Igreja Católica Romana, a Igreja Ortodoxa Oriental e alguns grupos anglicanos supõem que os concílios ecumênicos da Igreja cristã foram inspirados, e que a seus pronunciamentos deveríamos conferir a mesma autoridade que os católicos romanos dão ao papa, no tocante às suas declarações *ex cathedra*.

VI. Fontes de Inspiração

As mesmas fontes que nos dariam experiências místicas também são as fontes inspiradoras. Na inspiração objetiva, temos Deus, o Espírito Santo, Cristo, os santos (estes últimos dentro do catolicismo romano), os espíritos angelicais, e até mesmo espíritos humanos desencarnados (segundo o espiritismo). Na inspiração subjetiva, como já dissemos, a própria alma humana é o armazém de conhecimento e de sabedoria, o qual pode ser explorado mediante certos métodos. Sócrates tinha grande fé nas capacidades da alma humana. Ele acreditava em uma mente cósmica ou universal como fonte inspiradora; e isso seria outro modo de inspiração que requer o nosso respeito. A alma humana teria acesso à alma cósmica; e a mente humana teria acesso à mente cósmica.

VII. Critérios para Julgamento de Inspiração Verdadeira e Falsa

Muitos desses critérios são os mesmos que aqueles usados para determinar a autoridade do cânon das Escrituras, quando estamos tratando com documentos sagrados. Damos abaixo algumas sugestões gerais:

1. *A autoridade da Igreja*, através de seus concílios, ministros, etc.

2. *A coerência da mensagem dada*, em comparação com outras mensagens reputadas válidas. É importante que a comunidade interessada compreenda tal mensagem.

3. *A universalidade da mensagem*. Seitas e grupos locais dificilmente podem ser considerados autoritários quanto a questões religiosas, se é que a massa total da Igreja permanece na ignorância de fatos supostamente revelados e inspirados.

4. *Coerência interna*: moralidade e razão. Nenhuma inspiração verdadeira haverá de nos encorajar a praticar atos imorais, ilegítimos ou dúbios. Esse é o grande teste moral, uma questão importantíssima. Outro aspecto disso é o teste da *razão*. Não deveríamos abdicar de nossa capacidade de raciocinar, só porque algum grupo ou indivíduo diz que recebeu uma inspiração reveladora. A razão é que nos pode resguardar de abusos e fanatismos. É justo supormos que a razão nos foi outorgada como salvaguarda, e nós não deveríamos sacrificá-la, embora também não lhe possamos conferir uma importância exagerada. O misticismo pode transcender à razão, mas, usualmente não deveria contrariar a razão.

5. *Atitude desinteressada*. Algumas pessoas dizem ter recebido inspiração reveladora somente para promoverem seus próprios sistemas, em prejuízo de outros. Em uma verdadeira experiência mística, o «eu» e seus múltiplos interesses desaparecem, e o Espírito universal se manifesta.

6. *Inteligibilidade*. Visto que a inspiração visa a comunicar alguma mensagem, poderíamos aplicar esse critério. Precisamos aprender algo que serve de ajuda à maneira pela qual pensamos e agimos. Devemos repelir os excessos, os abusos, os absurdos.

7. *Praticalidade*. Aquilo que nos for dado pela inspiração revelada precisa revestir-se de senso prático, para nossas próprias pessoas, para nossas próprias vidas.

Esses vários critérios não são absolutos. São meras sugestões sobre o que deveríamos pensar sobre a inspiração. Dão-nos orientações. (E EP W Z)

INSTALAÇÃO

Essa palavra pode ser entendida de duas maneiras:

1. A cerimônia por meio da qual um cânon recebe seu ofício, para tornar-se um dos membros liderantes do clero de uma catedral ou de um colegiado eclesiástico (dentro da Igreja Católica Romana e da Igreja Anglicana, respectivamente). Desse modo, ele entra na posse oficial de seu assento ou posição eclesiástica. Essa palavra vem do latim medieval, *installare*, «estabelecer».

2. Nas igrejas tipo episcopal, essa palavra aponta para a cerimônia mediante a qual um ministro ou novo pastor dá início oficial ao seu trabalho, recebendo a recomendação da igreja onde deverá ministrar.

INSTINTO

Vem do latim, **instinctus**, particípio passado de *instingere*, «impelir». A palavra alude aos impulsos naturais ou tendências inatas que são essenciais à existência do homem e dos animais irracionais, para sua preservação e bem-estar, para a realização de certos atos e formas de comportamento, acompanhado por algum tipo de excitamento emocional. Naturalmente, o assunto é amplo e complexo na psicologia. Tem sido costumeiro os cientistas subestimarem as capacidades da razão e da inteligência nos animais, atribuindo tudo quanto eles fazem aos seus instintos. Os behavioristas (ver sobre o *behaviorismo*) fazem a mesma coisa no tocante ao próprio homem, praticamente eliminando a inteligência e a capacidade de escolher, com base na vontade criativa, para nada dizermos sobre as qualidades espirituais, que também inspiram as pessoas a fazerem coisas.

Uma definição popular de *instinto* é «motivação interior», sem entrar em detalhes quanto à natureza desse poder motivador. Além disso, muitas aptidões naturais podem ser chamadas instintivas. Muitos pensam que, nos animais, os instintos nunca são aprendidos, por serem motivações inconscientes. Toda essa questão está envolvida na teoria da evolução; e aquilo que se acredita aplicar aos instintos básicos, nos animais inferiores, também existiria nos superiores, incluindo no homem; contudo, até que ponto e de que maneira isso se dá, é algo que os estudiosos que crêem na teoria da evolução muito debatem.

Freud afirmava que o *libido* (vide) é a fonte da energia instintiva, que aflora sob a forma de comportamento sexual ou agressivo. J.B. Watson procurou demonstrar que existem reações instintivas que precisam ser distinguidas daquelas que são aprendidas e dependem do condicionamento. No mundo dos animais irracionais, há provas abundantes de que os instintos não são aprendidos. Assim, o filhote de gaivota, faminto desde que nasce, belisca no bico vermelho de seus pais, provocando o regurgitamento de alimentos. Isso é necessário, visto que aquela espécie, como várias outras também, só pode sobreviver se alimentar-se de alimentos parcialmente digeridos por seus pais. Só depois de algum tempo é que pode digerir sozinha. Supõe-se que os filhotes da gaivota não sabem por que razão precisam bicar o bico vermelho de seus pais. Todavia, sabe-se que a

precisão das bicadas melhora com o tempo, o que significa que o instinto é aprimorado. Os pesquisadores também têm observado que os filhotes de gaivota beliscam qualquer objeto vermelho, se for alongado e do tamanho aproximado do bico de seus pais. Seja como for, esse impulso é controlado geneticamente, e não racionalmente.

É óbvio que os animais nascem com instintos de comportamento agressivo, cujo propósito é o de proteger seu território. Não é mister ensinar um cão a ficar na porta de sua casa e ladrar por causa de toda pessoa que se aproximar. E alguns cães assumem a tarefa de proteger uma área maior, talvez algumas poucas casas de ambos os lados. Porém, da metade do quarteirão em diante, os cães não sentem ser necessário ladrar por causa dos que se avizinharem. Alguns pesquisadores estão convencidos de que um instinto similar é a causa principal das contínuas guerras entre os homens. Talvez racionalize o que está fazendo, mas, o tempo todo, está apenas obedecendo a um antigo instinto animal de proteger o seu território. A agressividade é algo necessário para a sobrevivência neste mundo hostil. Falamos sobre «defender os próprios direitos». Aquele que não mostra qualquer agressividade não demora a tornar-se saco de pancadas de todos em redor. Todos sentimos a necessidade da agressividade, vez por outra.

Os instintos humanos básicos parecem ser a autopreservação, o temor da morte, a necessidade de contacto sexual, a ira, a sociabilidade, a necessidade de dar e receber amor, o senso estático de harmonia e equilíbrio, e muitas preferências que poderíamos pensar ser aprendidas, mas que, provavelmente, são controladas por fatores genéticos.

A Moralidade, a Espiritualidade e os Instintos. Uma pessoa pode ser instintivamente moral ou espiritual? Até recentemente, tal idéia seria alvo de chacotas. Um certo autor, que tenho examinado, diz: «Há um acordo geral... de que o homem não tem instintos morais ou religiosos específicos». No entanto, estudos recentes mostram que os filhos parecem herdar as preferências e os instintos morais e religiosos de seus pais. Portanto, parece correto dizer que os pais deveriam receber menos crédito, se seus filhos se saem bem, mas também serem considerados menos culpados, se encontrarem dificuldades na vida. Essa questão levanta tremendos questionamentos. Por que as coisas são assim? Poderia acontecer que a alma humana é capaz de controlar o seu corpo ao ponto de imprimir suas características ao seu código genético, e que as características espirituais são possessões de *famílias*, e não meramente de indivíduos? Essas características são transmitidas geneticamente, como se fossem instintos básicos? As evidências favorecem um «sim» parcial e cauteloso, porquanto ainda há muitos mistérios a serem desvendados. Ver o artigo separado sobre *Psicologia da Religião*. Essa questão aumenta a dificuldade do *problema corpo-mente* (vide), que é a interação entre a alma e o corpo do indivíduo. Quando uma entidade amadurece, espiritual e moralmente, parece que as essências física e espiritual são afetadas por esse desenvolvimento, de tal modo que os corpos se adaptam ao progresso espiritual e moral das almas que neles habitam. Alguns pensadores misturam com tudo isso a idéia da reencarnação, o que deveria ser investigado, mesmo que discordemos de tal sugestão. Ver o artigo sobre a *Reencarnação*.

Os empreendimentos humanos não são necessariamente limitados pelos nossos instintos nem física, nem profissional, nem moral e nem espiritualmente. O homem é um ser criativo, cuja vontade pode dominar muitas situações e circunstâncias. Porém, é inútil negar a realidade dos instintos.

INSTRUMENTALISMO

1. John Dewey (vide) criou uma teoria de pensamento, lógica e aquisição de conhecimentos que chamou de *instrumentalismo*. Ele desdobrou o *pragmatismo* (vide) de William James, supondo que as idéias, conceitos e juízos são instrumentos que funcionam em situações experimentadas, e que assim determinam futuras conseqüências. As proposições seriam instrumentos de inquirição. Elas não são necessariamente verdadeiras ou falsas. Antes, deveriam ser reputadas eficazes ou ineficazes, o que é a medida da veracidade ou falsidade das mesmas. Se nossos juízos chegarem a ser confirmados pela experiência, então, sim, poderemos chamá-los de verdadeiros ou falsos; mas não estamos tratando com valores absolutos. As idéias e a prática cooperam juntamente, como instrumentos de aplicação prática na vida, onde o alvo é *aquilo que funciona*. A predição torna-se possível quando as experiências se ajustam umas às outras, formando padrões. É isso que torna a ciência possível. As idéias são instrumentos de ação, e as finalidades são consideradas mais importantes do que os meios.

Todas as Finalidades são Instrumentais. Coisa alguma é terminantemente final. Não existe síntese que não dê origem, finalmente, a uma antítese, de tal modo que as situações estão em constante estado de fluxo. Uma finalidade, na verdade, é apenas o instrumento para um novo começo, de maneira que não existe tal coisa como uma verdadeira finalidade. Orígenes, meditando dessa forma, embora não tivesse usado a mesma terminologia, supunha que já houve muitos ciclos que terminaram em redenção e restauração, somente para irromperem novamente em rebelião e queda; e que deveríamos esperar que esse processo continue. Todavia, nisso já entramos em especulações e mistérios; mas, pelo menos, o conceito de finalidades como meros instrumentos certamente é algo fartamente demonstrado em nossa própria experiência.

2. As Teorias são Instrumentais. Filósofos como Berkeley e Mach não têm exibido fé no valor absoluto das teorias em geral, como verdades. Antes, as teorias são consideradas apenas instrumentos ou artifícios calculadores, de onde derivamos algumas observações (predições), com base em outras observações (dados). As teorias, por conseguinte, não abordam questões de verdadeiro ou falso, mas servem apenas de condições para uma contínua investigação. Levado à sua conclusão lógica, esse tipo de instrumentalismo opõe-se ao realismo, onde as teorias básicas são consideradas como afirmações acerca da realidade do mundo. Talvez essa teoria instrumental seja outra maneira de dizer que todo o nosso «conhecimento» assume a forma de parábolas. Há grandes verdades a serem adquiridas, mas dispomos apenas de fragmentos de verdades, retidos em nossas mentes sob a forma de parábolas.

INSTRUMENTO

Ver sobre *Música e Instrumentos Musicais*.

INSTRUMENTO DO BEM

Ver sobre *Bem Instrumental*.

••• ••• •••

INSTRUMENTOS MUSICAIS DE CORDA

Ver sobre **Música e Instrumentos Musicais.**

INSUFLAÇÃO

Vem do latim, **insufflatio(onis)**, «sopro sobre». A raiz verbal é *in* e *sufflare*, «soprar do alto» ou «soprar em». Essa palavra tem sido usada para indicar aquele ato religioso que consiste em soprar sobre uma pessoa, como símbolo da doação do Espírito, em imitação ao que fez Jesus, conforme se lê em João 20:22. A mesma coisa é feita por alguns exorcistas, a fim de expelirem espíritos imundos. Primitivos ritos cristãos incluíam a insuflação sobre os catecúmenos, juntamente com o ato de batismo. Também é usada a insuflação em conexão com a bênção da fronte e com a crisma com o óleo bento. As Igrejas Católica Romana e Ortodoxa Oriental ainda praticam tal rito.

INSULTO

Palavra que aparece em Mat. 5:22 como tradução do termo aramaico *racá*, que significa «estúpido», «vazio (de mentalidade)». Era termo insultuoso. É um *hapax legomena*, ou seja, palavra usada apenas uma vez na Bíblia, onde Jesus disse que aquele que usasse tal expressão contra um irmão estaria sujeito a julgamento do tribunal.

A palavra que aparece no original grego pode ser uma transliteração do termo aramaico que indica uma pessoa de mentalidade inferior, ou estúpida. Há um termo aramaico similar que significa «vazio», ou seja, figuradamente, *ignorante*. Na literatura rabínica, o primeiro desses vocábulos aramaicos é usado por um comandante acerca de um homem que continuou a orar, ao ser saudado pelo oficial, mas não respondeu à saudação. O rabino Jochanan chamou de *reqa* a um aluno que riu em uma de suas conferências. E em um dos Midrashim, Noé teria dito a seus contemporâneos: «Ai de vós, *reqayya!* Amanhã chegará o dilúvio. Arrependei-vos». Nesses casos, o sentido parece ser «estúpido», «embotado».

Mas há um papiro grego do século III A.C. que usa *rachan* de modo a sugerir que se trata de um termo insultuoso, embora seu sentido seja incerto. Porém, visto que a forma *rachá* conta com maior apoio dos manuscritos que a forma *raká*, não podemos saber com certeza se o termo está vinculado ao termo aramaico.

INSURREIÇÃO

Ver o artigo intitulado **Crime e Castigos**, quanto ao ponto de vista da Bíblia acerca das insurreições. Esse termo vem do latim, *insurgere*, «levantar-se contra», «insurgir-se». Alude à revolta contra a autoridade civil ou religiosa, ou contra qualquer governo legitimamente estabelecido. Um exemplo bíblico é o de Absalão, que se revoltou contra seu pai, Davi. Ver II Sam. 15 *ss*. Ver também Sal. 55 quanto à descrição de Davi sobre essa insurreição.

Os teólogos supõem que é possível alguém insurgir-se contra as autoridades civis, sem que isso envolva desobediência às leis de Deus, quando os governos se mostram corruptos e ameaçam aos cidadãos de maneiras opressivas e imorais, através de medidas econômicas ou outras. As revoluções provam o fato de que muitos povos têm sentido que certos governos são insuportáveis. Por outro lado, nem todas as revoltas são justas, como é lógico. As visões de Fátima, em Portugal, envolviam uma forte advertência contra o comunismo (vide), exortando que se fizesse oposição a tal movimento. Se tal advertência era veraz, então as revoltas feitas em prol do comunismo são malignas, ainda que igualmente malignos possam ser movimentos que se digam democráticos ou que tenham outras motivações, quaisquer que sejam. É o caso do governo do aiatolá Komeine, do Irã, alicerçado sobre o mais puro fanatismo religioso. De modo geral, entretanto, a Bíblia recomenda a obediência às autoridades civis, conforme se vê, por exemplo, no décimo terceiro capítulo de Romanos, que é a exposição mais detalhada que encontramos sobre essa questão, em toda a Bíblia. Ver o artigo geral intitulado *Governo, Instituição de Deus*.

Alguns eruditos, mui equivocadamente, têm promovido o conceito de um «Jesus político», revoltado contra Roma. Segundo eles, talvez Jesus pertencesse ao partido dos zelotes (vide). No Novo Testamento encontramos a sua declaração de que ele viera trazer ao mundo a espada, e não a paz (Mat. 10:34); e o fato de que ele expulsou os cambistas e purificou o templo, através de medidas violentas (ver Mateus 21:12 *ss*). Todavia, as evidências em favor dessa tese não podem ser comprovadas pela Bíblia, havendo, pelo contrário, evidências bíblicas definitivas de que Jesus era apolítico. Para exemplificar, suas palavras diante de Pilatos: «O meu reino não é deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo, os meus ministros se empenhariam por mim, para que não fosse eu entregue aos judeus; mas agora o meu reino não é daqui» (João 18:36). A mente de Jesus estava interessada no mundo espiritual. Jesus jamais foi um político, nem mesmo por aspiração. Quanto à declaração que Jesus viera trazer a espada ao mundo, ele estava se referindo aos resultados inevitáveis do seu evangelho, que provocariam divisões entre as pessoas, segundo elas lhe dessem ouvidos ou se rebelassem contra a mensagem divina.

INTEGRIDADE

Ver o artigo geral sobre a **Honestidade**. A integridade refere-se à *higidez moral*, a condição daqueles que são possuidores de um autêntico caráter moral, em contraste com aqueles cuja natureza inclui o engodo, a astúcia e a malícia. O trecho de Gên. 25:27 faz a comparação entre Jacó e Esaú. Jacó aparece ali como um homem íntegro; mas Esaú é descrito como um homem dotado de habilidades violentas. Em Tito 2:7, a palavra grega *aphthoria* (palavra que só se acha por uma vez em todo o Novo Testamento), que nossa versão portuguesa traduz por «integridade», em algumas outras versões aparece como «incorruptibilidade» ou «sanidade». Ali, essa virtude aparece como uma das qualidades que os líderes das igrejas cristãs devem possuir. Com toda a razão podemos pensar que temos aí um aspecto do fruto do Espírito Santo, em nossas vidas, embora tal virtude não seja especificamente mencionada na lista de Gálatas 5:22,23. Mas Jesus ensinou claramente esse princípio, conforme se vê em Mat. 6:1-6.

Para nós, povo de Deus, a integridade envolve a honestidade, a retidão, a higidez de caráter e uma espiritualidade da mais pura qualidade, que evita e foge da corrupção.

INTELECTO

Esse termo vem do latim, **intelligare**, «compreender». Essa palavra é usada em diversos sentidos, na teologia e na filosofia, a saber:

1. Alguns aludem ao *intelecto* como a faculdade ou

poder de pensamento ou de percepção que envolve processos mais elevados de pensar. É distinguido por eles dos sentidos e da memória, como se caracterizasse o homem, em contraste com os animais inferiores. Os estudos feitos sobre as reações dos animais têm demonstrado que eles têm muito mais intelecto do que anteriormente se supunha.

2. Para outros, o intelecto seria aquele poder que permite ao homem compreender através da sua razão, em contraste com o conhecimento que lhe chega através da percepção dos sentidos. Ver sobre o *Racionalismo*.

3. No campo da psicologia, uma classificação arcaica alista o intelecto como a faculdade cognitiva, em contraste com a vontade e com a percepção dos sentidos.

4. Nosso intelecto pode se referir à somatória dos poderes mentais possuídos pelo homem, mediante os quais seu conhecimento é adquirido, ampliado e retido, em contraste com o conhecimento que nos chega através da percepção dos sentidos.

5. *O Uso Metafísico*. Deus é o *Grande Intelecto*, e os homens são meros intelectos, que compartilham algo da natureza e da inteligência divinas. De acordo com esse uso, está em pauta a *essência* do ser humano. Nesse caso, *intelecto* torna-se um virtual sinônimo de *espírito*, em contraste com a matéria, embora ressaltando a inteligência do espírito como sua principal qualidade. A natureza intelectual e espiritual de Deus também é demonstrada por essa palavra, «intelecto». Segundo dizia Joseph Smith: «A glória de Deus consiste em sua inteligência». Essa afirmativa é favorável à tese do racionalismo, porquanto assevera que o homem é um ser dotado de conhecimento, tal como Deus. O homem pode tomar conhecimento de muitas coisas mediante a razão e a intuição, que ele não precisa investigar empiricamente. Entre essas coisas, encontram-se as verdades morais e espirituais.

6. Nos escritos de *Aristóteles* encontramos os usos que aparecem no ponto anterior. E ele também se referia ao intelecto *passivo* e ao intelecto *ativo*. O primeiro refere-se à faculdade da inteligência que recolhe informações através da percepção dos sentidos; e o segundo refere-se à manipulação inteligente, mediante o desdobramento e a comparação dos informes recebidos. Desse modo as idéias seriam criadas e se inter-relacionariam.

7. *Avempace* usava a terminologia aristotélica e assevera que a inteligência ativa é um dos alvos do empreendimento humano. Aristóteles costumava dizer que Deus é pensamento puro, por pensar em si mesmo (visto que não há ninguém e nem outra coisa que seja digna da atenção divina). O homem, pois, parecer-se-ia mais com Deus quando se acha em estado de contemplação.

8. *Averróis*, ao referir-se ao intelecto como a essência do ser humano (conforme se vê no quinto ponto, acima), declarou que o intelecto é a essência imortal do homem; mas, conforme ele também dizia, o intelecto passivo contém elementos que fazem a pessoa tornar-se um *indivíduo*. Destarte, ao que parece, ele não cria na imortalidade contínua, individual, visto que, por ocasião da morte física, cessaria a intelectualidade passiva. Essa parece ter sido a posição de Aristóteles; mas Averróis foi pesadamente criticado por esse motivo.

9. *Tomás de Aquino* também se utilizou das descrições aristotélicas. O intelecto passivo (*intellectus possibilis*) receberia os fantasmas dos sentidos, ao passo que o intelecto ativo perceberia a essência mesma das realidades. A isso ele chamava de *intellectus agens*. Aquino também se referia ao intelecto como uma essência **não-material**; a saber, o espírito ou alma do homem, que seria uma substância capaz de tomar conhecimento das coisas. Esse espírito ou alma, conforme ele pensava, é capaz de existir sem um corpo físico. Em outras palavras, a *imortalidade* (vide) é uma realidade.

10. *Guilherme de Ockham* (vide) não via razões convincentes para crer em um intelecto ativo, embora recebesse esse conceito pela fé, visto que santos e filósofos respeitáveis tinham defendido tal idéia. Ele não encontrava evidências para se estabelecer a distinção entre o intelecto e a vontade, conforme é comum fazer-se na filosofia. Meu artigo sobre ele explica essas questões.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Ver o artigo **Cibernética**.

INTEMPERANÇA

Essa palavra vem do latim, **in**, «não», e **temperare**, «misturar nas devidas proporções», dando a entender qualquer coisa onde algum elemento se acha em desproporção aos demais. A intemperança consiste na falta de moderação na fala ou nas ações. Esse vocábulo também é comumente usado para aludir ao uso excessivo de bebidas alcoólicas. Ver os artigos intitulados *Alcoolismo* e *Bebida Forte*. Ver também *Moderação*.

INTENÇÃO SACRAMENTAL

Lutero afirmava que a validade de um sacramento (vide) depende da fé da pessoa que o recebe, e não da intenção do ministro que o serve. O concílio de Trento, contradizendo isso, afirmou: «Se alguém diz que não se requer dos ministros ao menos a intenção de fazer o que a Igreja faz, que seja anátema» (Cânon XI, seção sétima). De acordo com a doutrina católica romana e anglicana, as exigências para que haja uma válida ministração dos sacramentos, no caso de adultos, são duas: 1. uma vontade positiva, por parte dos adultos que o recebe; 2. uma vontade positiva por parte do ministro, de tal modo que ele tenha por intenção fazer com o sacramento aquilo que a Igreja ensina. Calvino, por sua vez, ensinou (Acta syn. trid. cum antid., Corpus Reforma, 35.946 *ss*) que as boas intenções, por parte do ministrante, não são necessárias, embora sejam desejáveis. Pois o ato de um ministrante, ainda que feito de modo fingido, ainda assim pode despertar fé por parte de quem recebe o sacramento; e é nessa fé, exclusivamente, que reside a eficácia do sacramento.

Após o concílio de Trento, Catarino defendeu o ponto de vista que diz que mesmo que um ministro discorde da aplicação de um sacramento, isso não desqualifica esse sacramento, contanto que seja ministrado da maneira correta. Esse veio a tornar-se um dos pontos de vista daqueles que têm tendências fortes para o sacramentalismo (vide). Não obstante, as teologias católica romana e anglicana continuam a requerer boas intenções da parte do ministrante, se um sacramento tiver de ter validade. E os protestantes sacramentalistas, como os luteranos, tomam atualmente uma posição intermediária, segundo a qual um rito é válido, apesar das falhas e dúvidas do ministrante, contanto que ele não o faça como um ato de zombaria. Por outro lado, os grupos evangélicos não sacramentalistas não acreditam na transmissão da graça divina mediante meras cerimônias ou ritos eclesiásticos. Por conseguinte, para eles nem existe tal

coisa como sacramentos teológicos. Por essa precisa razão, esses grupos evitam a palavra sacramento, preferindo dizer «ordenação». Para eles, pois, toda essa discussão em torno dos sacramentos já pecou pela base, e nem deveria ter prosseguimento.

INTERACIONISMO

Essa é uma das teorias relacionadas ao **Problema Corpo-Mente** (vide), que afirma que o ser humano constitui um dualismo composto de elementos materiais e não-materiais, e também que interagem o corpo (material) com a alma ou espírito (imaterial). De acordo com essa explicação, acredita-se que a substância material pode produzir efeitos sobre a parte não-material, e vice-versa. Em outras palavras, os eventos físicos podem produzir eventos mentais, e vice-versa. É sabido que uma emoção forte pode fazer o coração bater mais rapidamente. As atitudes erradas podem levar a enfermidades diversas. Os poderes mentais podem curar enfermidades. Mas, principalmente, o espírito humano pode manipular e realmente manipula o corpo material, sendo esse o poder por detrás de todos os atos humanos. Quanto a um completo estudo sobre essa questão, ver o artigo geral intitulado *Problema Corpo-Mente*, em sua sétima seção, chamada *Interacionismo*.

INTERCESSÃO

Esboço:

I. A Palavra e Caracterização Geral
II. A Intercessão dos Crentes
III. A Intercessão de Cristo
IV. A Intercessão do Espírito Santo

I. A Palavra e Caracterização Geral

A palavra intercessão vem do latim, **intercedere**, «ficar entre». Sua raiz é **inter**, «entre», e **cedere**, «passar», «ir». Interceder é apelar em favor de alguém. Quando é aplicada à oração, essa palavra dá a entender as intercessões feitas diante de Deus ou de alguma elevada autoridade espiritual, em favor de outrem. Em algumas porções da Igreja, a prática das preces em favor dos mortos está incluída na questão, visto que na Igreja Ortodoxa Oriental o estado dos *perdidos* não é considerado fixo ou final antes do julgamento do último dia, ao passo que na Igreja Católica Romana o estado dos *fiéis* não é considerado fixo antes do julgamento final.

A palavra hebraica *paga*, «interceder», originalmente significa «ferir sobre», e, por extensão, «assediar com petições». Quando esse insistente tipo de oração era feito em favor de outra pessoa, então a palavra tomava o sentido de *intercessão*. E a palavra grega correspondente é *entugchano*. Essa palavra ocorre por cinco vezes no Novo Testamento: Atos 25:24; Rom. 8,26,34; 11:2 e Heb. 7:25. O significado básico dessa palavra é «encontrar», «voltar-se para», «aproximar-se de», «apelar», «fazer petição». O indivíduo aproxima-se do poder divino a fim de fazer suas petições. A forma nominal, *enteuksis*, significa «pedido», «petição», «oração», «intercessão». Essa palavra encontra-se somente por duas vezes em todo o Novo Testamento: I Tim. 2:1 e 4:5. A passagem de I Tim. 2:1 recomenda um amplo ministério de intercessão por todas as classes de pessoas.

No Antigo Testamento, nos livros poéticos, encontramos exemplos de intercessão (ver Jó 1:5; 42:8; Sal. 20; 25:22; 35:13). Muitos exemplos podem ser vistos nos livros proféticos (ver Isa. 6; 25; 26 e 37; ver também Jer. 10:23 *ss*, 14:7 *ss*; Eze. 9:8; 11:13 e Dan. 9:16-19). O trecho de Mal. 2:7 subentende que os sacerdotes mostravam-se negligentes em seu trabalho de intercessão. Joel 2:17 mostra-nos que os sacerdotes e ministros tinham por obrigação realizar esse serviço. A intercessão é muito enfatizada nos livros históricos. Ver a história de Abraão e sua intercessão em favor dos sodomitas (Gên. 18:22-33). No tocante a Jacó, ver Gên. 48:8-23. Moisés intercedeu em favor do rebelde povo de Israel (Êxo. 32:31,32), e Samuel seguiu esse exemplo (I Sam. 15:11).

No Novo Testamento vemos que Jesus ensinou a necessidade de intercedermos até mesmo pelos nossos inimigos (Mat. 5:44). Disso o próprio Senhor Jesus deu o exemplo (Luc. 22:32; João 17), e a Igreja primitiva O imitou nisso (Atos 12:5-12; 13:3). O Espírito Santo intercede por nós (Rom. 8:26), tal como agora o faz o Cristo exaltado à glória celestial (Heb. 9:24).

A intercessão é um ato resultante da prática da lei do amor, visto que todos os seres humanos são carentes, e deveríamos preocupar-nos com a satisfação dessas necessidades, sobretudo quando essas necessidades são espirituais. A intercessão é a confissão de nossas necessidades e de que dependemos de Deus. Algumas vezes, precisamos da intervenção divina direta em nosso favor. Sempre precisamos do divino auxílio no tocante às nossas necessidades, sejam elas físicas ou espirituais, a fim de que também possamos cumprir como é devido a missão de cada um de nós neste mundo.

II. A Intercessão dos Crentes

Ver o artigo sobre a **Oração**, especialmente o nono ponto, *Intercessão Mútua*. Na família divina, o Filho de Deus intercede pelos filhos de Deus; o Espírito Santo intercede pelos filhos de Deus, e espera-se que estes últimos intercedam uns pelos outros. Cristo nos deixou exemplo disso: Luc. 22:32; João 17:9-24. A oração intercessória nos é ordenada (I Tim. 2:1; Tia. 5:14,16). Deveríamos interceder em favor de todos os homens (I Tim. 2:1), por todos quantos ocupam posições de autoridade (I Tim. 2:2), pelos ministros (II Cor. 1:11; Fil. 1:29), pela Igreja como um todo (Sal. 122:6; Isa. 62:6,7), por todos os santos (Efé. 6:18), pelos patrões (Gên. 24:12-14), pelos servos (Luc. 7:2,3), pelas crianças (Mat. 15:22), pelos nossos compatriotas (Rom. 10:1), pelos enfermos (Tia. 5:14), pelos que nos perseguem (Mat. 5:44), pelos nossos inimigos (Jer. 29:7), pelos que mostram ter inveja de nós (Núm. 12:13), por aqueles que nos abandonam (II Tim. 4:16). Os ministros do evangelho deveriam orar pelos membros de suas igrejas (Efé. 1:16; 3:14-19; Fil. 1:4), para que tomem coragem (Tia. 5:16). É um pecado negligenciarmos a oração intercessória (I Sam. 12:23). Além disso, a oração intercessória beneficia ao próprio intercessor (Jó 42:10).

Os exemplos bíblicos de oração intercessória incluem Abraão (Gên. 18:23-32), Moisés (Êxo. 8:12; 32:11-13), Samuel (I Sam. 7:5), Salomão (I Reis 8:30-36), Elias (II Reis 4:33), Ezequias (II Crô. 30:18), Isaías (II Crô. 32:20), Davi (Sal. 25:22), Daniel (9:3-19), Estêvão (Atos 7:60), Pedro e João (Atos 8:15), a igreja de Jerusalém (Atos 12:5), Paulo (Col. 1:9,12), Epafras (Col. 4:12) e Filemom (File. 22).

III. A Intercessão de Cristo

O décimo sétimo capítulo de João mostra a preocupação do Filho de Deus pelos filhos de Deus, mormente no tocante ao bem-estar espiritual deles. O trecho de Lucas 22:32 mostra que Jesus atarefava-se

nesse ministério. E as passagens de Romanos 8:34 e Hebreus 7:25 referem-se ao Cristo exaltado aos céus a interceder em favor de seus irmãos. O Espírito de Deus nos seria dado mediante a intercessão de Cristo (João 14:16,17), e é por meio dele que somos conduzidos a toda a verdade. Os crentes enfrentam muitos adversários; mas o trabalho intercessório do Filho de Deus garante para os filhos uma peregrinação bem-sucedida até à glória final (Rom. 8:34 e seu contexto). Somos salvos até às últimas conseqüências em virtude da intercessão de Cristo (Heb. 7:25). A eficácia desse ministério depende do ato expiatório de Cristo (Rom. 8:34), o que significa que sua missão salvatícia é que dá eficácia à sua intercessão. E Hebreus 7:25 mostra que essa intercessão de Cristo, em nosso favor, ocorre dentro do contexto de seu sumo sacerdócio. Ver também I João 2:1,2 quanto a essa questão. A intercessão é um dos aspectos da provisão do amor de Deus em prol de toda a humanidade.

IV. A Intercessão do Espírito Santo

Nosso principal texto bíblico a esse respeito é o de Romanos 8:26. Esse versículo indica um ministério bastante geral, que deve incluir todo tipo de petição. Supomos que o Espírito de Deus «traduz» as nossas orações, tornando-as mais eficazes e espirituais. Ele se preocupa com todas as nossas necessidades, físicas e espirituais; e, na qualidade de alter ego de Cristo, compartilha do ministério de intercessão de Cristo. O Espírito intercede por nós em consonância com a vontade de Deus, e profere coisas que não podemos entender, isto é, «...com gemidos inexprimíveis». Devemos entender que esses gemidos não poderiam ser expressos pela mente humana, embora sejam plenamente compreensíveis para a mente divina.

Algumas Questões e Controvérsias Teológicas. No segundo século de nossa era cristã, os mártires eram tidos no maior respeito, e suas orações eram grandemente valorizadas. Muitos cristãos chegaram a crer que os mártires continuariam intercedendo em favor dos crentes ainda no corpo, mesmo depois da morte desses mártires. E muitos dos primeiros pais da Igreja acreditavam no poder dos anjos e dos santos, como intercessores em favor da Igreja, devido à posição de que desfrutavam no céu. Um possível texto de prova do ministério intercessório dos anjos é o de Apocalipse 8:3, onde o incenso oferecido simboliza as orações dos santos, mediadas por um anjo. Filosoficamente falando, podemos apresentar o argumento de que a comunhão dos santos é mantida e exercida pela intercessão mútua; e muitos acreditam que esse liame não é quebrado nem mesmo pela morte física, e nem pela entrada nas dimensões celestiais.

Vigilâncio, que nasceu em cerca de 370 D.C., atacou a crença na intercessão dos santos e dos anjos. Desde então muitos estavam apelando para a ajuda dos tais, esperando que aqueles poderes espirituais intercedessem diante de Cristo ou de Deus. Essa prática, como é óbvio, envolve um modo de ver gnóstico (ver sobre o *Gnosticismo*), onde Deus aparece como um Ser que só pode ser abordado através de uma série de intercessores, dele emanados. Jerônimo fazia oposição vigorosa a essa prática. De fato, para nós «...há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem» (I Tim. 2:5). Não obstante, o catolicismo romano defende essa prática com base na idéia da comunhão de todos os santos. E outro tanto ocorre no seio da Igreja Ortodoxa Oriental, onde a expressão *a grande intercessão* indica aquela mútua intercessão da qual participariam todos os membros da família de Deus.

Durante a Reforma protestante, os grupos oficiais e independentes vieram a rejeitar o tipo de intercessão que não se restringe a Cristo e ao Espírito Santo. Todavia, o primeiro Livro da Oração Comum (1549), da comunidade anglicana, retinha o conceito e a prática da intercessão universal entre todos os crentes, deste mundo e do outro, embora não haja ali qualquer referência a supostos méritos humanos. A edição de 1552 rejeitou a idéia de orações *pelos* mortos, embora retendo a menção aos espíritos que *partiram* deste mundo, como um ato memorial. No entanto, alguns anglicanos oram em favor dos mortos, visto que acreditam que o estado deles só será fixado por ocasião do julgamento do trono branco, e as recentes liturgias anglicanas autorizam essa prática. Ver o artigo separado sobre a *Oração Pelos Mortos*. Sabemos que as orações pelos mortos eram uma antiqüíssima característica das religiões pagãs, e que pelo menos alguns judeus adotaram essa prática (ver II Macabeus 39:44). Por volta do século III D.C., essa prática já se havia generalizado na cristandade. Inscrições existentes nas catacumbas (vide) mostram-nos que essa prática entre os cristãos é realmente antiga. Os textos de prova bíblicos, usados em prol dessa prática, como I Cor. 15:29; II Tim. 1:16,18 e 4:19, nunca foram aceitos de modo generalizado, como se essa fosse a única interpretação possível, a qual, de fato, é muito forçada.

INTERDIÇÃO

Palavra que indica uma antiga prática religiosa, demonstrando certo desprazer ou disciplina. Israel e seus vizinhos praticavam o interdito. No início da história de Israel, a prática era usada contra os cananeus e outros povos pagãos circunvizinhos. Nesse caso, está em foco o «extermínio». Essa prática prossegue até hoje naquelas regiões do mundo, pois jamais elas gozaram de paz permanente. (Ver Êxo. 23:31,32; 34:13; Deu. 7:2; Jos. 6:17,21). Algumas vezes o interdito era decretado contra os israelitas ofensores, como no caso de Acã e sua casa (ver Jos. 7:25). A mesma sorte era ameaçada contra Israel, se chegasse a apostatar (ver Deu. 8:19,20 e Jos. 23:15). A prática variava desde a total extinção de pessoas e animais, até à extinção somente de pessoas (ver Deu. 20:10 *ss.*).

É possível que aos poucos a prática tivesse desaparecido, visto que da última vez em que ela foi mencionada, lemos que Davi ordenou que dois terços dos moabitas capturados fossem mortos (ver II Sam. 8:2). No trecho de Ezequiel 10:8, a idéia é a de exclusão e confisco de propriedades, feita contra os exilados que se recusassem a reunir-se em Jerusalém no prazo de três dias, após terem retornado da Babilônia. Ver o artigo sobre *exclusão*.

O interdito moderno. Temos os seguintes casos possíveis: 1. Uma exclusão ou denúncia oficial eclesiástica. 2. Temos uma multa imposta pelas autoridades eclesiásticas devido a sacrilégio ou algum crime cometido. 3. Na história da Alemanha, vê-se o interdito como uma forma de decreto (ver o artigo a respeito). Nesse caso, honras e privilégios das pessoas atingidas eram removidos, e havia proibições impostas. Pessoas, comunidades e até mesmo cidades inteiras podiam ser atingidas. (E PED)

INTERDITO

De acordo com a lei canônica do catolicismo romano (*Codex Iuris Canonici*), um interdito é uma punição eclesiástica. Permite que os membros errados

da Igreja Católica Romana permaneçam dentro da comunhão da assembléia, mas nega-lhes determinados ritos ou funções sacras, como a missa, os sacramentos e os serviços divinos. Um interdito pode ser pessoal, local ou geral, atingindo, respectivamente, um indivíduo, uma comunidade, ou mesmo uma cidade ou um país inteiro, pelo menos teoricamente.

INTERESSE

Na psicologia, esse termo alude à atitude mental que leva um indivíduo a ser atraído por algum objeto, atividade, ambição, propósito, causa, etc. Um interesse é qualquer coisa que desperta sentimentos, preocupação ou excitação, impelindo a pessoa à ação. Um interesse requer resposta.

Essa palavra, «interesse», pode aludir a algum desejo constante de uma pessoa, ou, conforme os psicólogos o chamam, a uma *fixação mental*. Não há que duvidar que certos interesses estão alicerçados sobre os *instintos* (vide); mas há outros que se desenvolvem na prática diária. É possível que quase todos os interesses sejam socialmente criados e derivados. Também existem aqueles interesses espirituais que precisam ser cultivados mediante o uso de meios espirituais, como a oração, o estudo dos documentos sagrados, a meditação (irmã gêmea da oração), a santificação, a prática das boas obras, a obediência à lei do amor e o toque místico das experiências espirituais, o que inclui o uso dos dons espirituais. Paulo nos diz quais são as coisas que deveriam atrair o nosso interesse, como servos de Cristo que somos: «...tudo o que é verdadeiro, tudo o que é respeitável, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se alguma virtude há e se algum louvor existe, seja isso o que ocupe o vosso pensamento» (Fil. 4:8).

Esse grande alvo pode ser atingido através da renovação espiritual da mente (ver Rom. 12:1,2), bem como mediante o cultivo, por parte do Espírito Santo, dos vários aspectos do fruto espiritual no crente individual (ver Gál. 5:22,23). Podemos julgar a natureza espiritual de uma pessoa por meio das coisas que a interessam.

INTERNACIONALISMO

Ver o artigo sobre o **Nacionalismo**.

INTERNÚNCIO

Essa palavra vem do latim, **inter**, «entre», e **nuntius** «mensageiro» O termo refere-se a um diplomata enviado pelo papa, encarregado da legação em um país estrangeiro de importância secundária. Ele ou é um arcebispo titular ou um prelado doméstico, e tem os mesmos poderes e privilégios de um *núncio*, embora sem idêntico grau de dignidade.

INTERPOLAÇÃO

O latim por detrás desse termo é **inter**, «entre», e **polire**, «polir». Isso posto, o seu sentido é polir e embelezar um texto qualquer, mediante a inserção de alguma palavra, cláusula, ou mesmo um texto inteiro. Essas alterações, como é evidente, modificam o texto envolvido, de tal modo que não retém sua forma original em sua inteireza. O *Textus Receptus* (vide), compilado por Erasmo de Roterdã, e que serviu de base para as primeiras traduções neotestamentárias do texto grego para línguas vernáculas, contém cerca de quinze por cento de bagagem. Uma boa parte desse material resultou de interpolações. Sempre foi mais natural os escribas tentarem adicionar algo ao texto sagrado, em vez de tentarem abreviá-lo. Isso posto, uma das regras fundamentais da crítica textual (tanto da Bíblia quanto de qualquer outro documento, antigo ou moderno) é que os textos mais breves usualmente correspondem ao original.

Os quatro evangelhos exibem muita interpolação nos manuscritos, portanto sempre houve a tendência de se fazerem harmonizações, com troca de matéria escrita. Assim, a oração do Pai Nosso, nos evangelhos sinópticos, envolve vários empréstimos, um do outro. O fim mais longo do evangelho de Marcos (16:9-20) é uma antiga interpolação, compilada essencialmente com base em material existente nos demais evangelhos, incluindo o quarto evangelho, onde o vs. 18 é sugerido pelo Salmo 91. O relato da mulher apanhada em flagrante adultério, em João 7:53—8:11, não fazia parte original do evangelho de João; e, em alguns manuscritos, essa passagem figura no evangelho de Lucas, e não no de João. Provavelmente, esse material representa uma tradição antiga (e, quem sabe, verdadeira), embora fosse um incidente da vida de Jesus que nenhum dos escritores sagrados incorporara em seu livro. O leitor pode ver as evidências textuais referentes às passagens mencionadas no NTI, *in loc*. Um dos alvos da crítica textual (ver o artigo intitulado *Manuscritos do Novo Testamento*) é o de eliminar as interpolações escribais, retornando assim o texto de volta ao seu estado primitivo. As pessoas que não estudaram as questões envolvidas na crítica textual ocupam-se na caça às bruxas, procurando dar um ar de autoridade a textos interpolados, e perseguindo ou criticando àqueles que têm o conhecimento que os leva a eliminar essas interpolações. Esse é outro desafortunado exemplo de como a «teologia» inspira a perseguição e o ódio. Ver o artigo sobre a *Tolerância*.

INTERPRETAÇÃO

Ver o artigo sobre a **Hermenêutica**. Além desse artigo geral sobre a natureza e os modos de interpretação, ver também estes: *Interpretação Alegórica; Interpretação Anagógica; Exegese; Interpretação Literal; Sentidos das Escrituras e Tipos*.

INTERPRETAÇÃO ALEGÓRICA

1. Quando um trecho de um dos chamados Livros Sagrados, ao ser literalmente interpretado, mostra-se ofensivo, obsoleto, ou (talvez) simplesmente errado naquilo que diz, os intérpretes apelam para a interpretação alegórica, a fim de preservar aquele trecho do livro, embora usando-o de forma mais útil. Isso evita a ofensa inerente à interpretação literal. Exemplos: Alguns interpretam alegoricamente a história da criação, por julgarem-na falsa, visto refletir idéias antigas acerca do Universo, que a ciência ultrapassou. Ou o sacrifício de Isaque, que Deus presumivelmente ordenou.

2. Ou pode ser usada a alegoria para descobrir-se sentidos ocultos, ou para ampliá-los, inteiramente à parte do significado inerente à interpretação literal. A maior parte das parábolas de Jesus precisa ser interpretada desse modo, pois cada item significa algo. Ver Mat. 13:18 quanto a uma elaborada interpretação, ponto por ponto, de uma parábola.

Para se chegar a um ou outro dos propósitos acima, muitos métodos engenhosos de reinterpretação têm sido criados, onde se encontram sentidos ocultos, simbólicos, metafóricos e espirituais, nos mais obscuros detalhes. Os gregos posteriores interpreta-

ram Homero desse modo. Similarmente, os judeus palestinos, acomodando as Sagradas Escrituras à compreensão mais recente, apelaram para esse método de interpretação. Desse modo, muitos têm caído nas pseudo-interpretações, embora, ocasionalmente, o método produza boas lições morais e espirituais, sem importar se faziam parte ou não dos escritos originais. Ver o uso alegórico de Paulo em Gál. 4:21-26; I Cor. 9:8-10. E também Heb. 7:2.

Em tempos posteriores. Os platonistas cristãos de Alexandria apreciavam a interpretação alegórica, especialmente quanto ao Antigo Testamento. Ver o artigo *Alexandria, Teologia de.* Eles extraíam vários pontos teológicos e filosóficos das Escrituras, mediante um bem frouxo método de aplicação, não dando muita atenção, em muitos casos, aos sentidos originais tencionados. Devemos lembrar, contudo, que há a convicção de que tal atividade é legítima, porque se cria que muitos sentidos ocultos estão fechados nas Escrituras, como tesouros ocultos, e que a interpretação alegórica e mística se faz necessária para desenterrar essa riqueza. Orígenes acreditava que havia três métodos de interpretação: 1. o literal, histórico; 2. o moral, com freqüência obtido através da alegoria e da tipologia; 3. o místico e filosófico. Assim sucedeu que, após Orígenes, muitos adotaram essa forma de interpretação, que veio a ser parte importante da exegese. Jerônimo introduziu esse método na Igreja de Roma. Na Idade Média floresceu essa atividade, embora os reformadores tendessem por desencorajá-la. Nos tempos modernos, o criticismo bíblico rejeita o método, embora ainda tenha grande papel na homilética e nas ilustrações.

Tipologia. Essa é uma atividade similar, embora nesta um único detalhe do Antigo Testamento representa alguma verdade do Novo Testamento. Os intérpretes vêem muitos tipos de Cristo no Antigo Testamento, em pessoas ou objetos, cada um aludindo a algum aspecto da pessoa ou da obra de Cristo. Assim, Adão é um tipo (Rom. 5:12-21) de Cristo; a páscoa é um tipo da morte expiatória de Cristo (I Cor. 5:6-8); os anos no deserto do Sinai são tipos de certos aspectos da vida cristã (I Cor. 10:1-11) e vários itens do próprio tabernáculo predizem muitas coisas acerca de Jesus Cristo - a madeira, Sua humanidade; o ouro, a Sua divindade; o sistema de sacrifícios, a Sua missão expiatória, etc. O cordeiro é um tipo de Salvador que se sacrificou (João 1:29).

A tipologia sobrevive na moderna crítica da Bíblia, apesar de seus abusos. Como exemplo de abusos, consideremos a interpretação que insiste que *todos* os Salmos são messiânicos, profeticamente ou como tipo. Tais exageros faríamos bem em ignorar. (B C D HAN JD LA) Ver o artigo sobre **Tipos**.

INTERPRETAÇÃO ANAGÓGICA

Esse adjetivo, «anagógica», vem do grego, **anagogo**, «levar para cima». A palavra **anagógica** refere-se a uma espécie de interpretação alegórica, que procura descobrir verdades espirituais ocultas, no texto literal das Escrituras. Sua forma mais radical era aquela dos antigos hebreus, que pensavam ver significados ocultos até nas letras formadoras das palavras, para nada dizermos sobre palavras e frases. Como é óbvio, tal prática tem sido sujeita a muitos abusos, porquanto a mente humana é fértil, podendo ver toda espécie de coisas que os autores originais nunca pretenderam dizer. Ver o artigo geral chamado *Hermenêutica.*

●●● ●●● ●●●

INTERPRETAÇÃO LITERAL

Aqueles que quiserem interpretar literalmente as Escrituras, haverão de rejeitar a *interpretação alegórica* (vide), bem como o método hermenêutico de Orígenes, de acordo com o qual três variedades de significação se achariam nas Sagradas Escrituras. Ver o artigo *Sentidos das Escrituras.* Os reformadores protestantes, em seu afã de recuperar a antiga autoridade das Escrituras, mostraram ser literalistas radicais. Lutero afirmou: «Somente o sentido literal das Escrituras contém a essência inteira da fé e da teologia cristã». Alguns evangélicos modernos chegam ao extremo de reduzir a afirmações literais as revelações de um livro tão *simbólico* quanto é o Apocalipse. Isso ignora a história inteira da simbologia apocalíptica que começou e se desenvolveu em porções amplas do Antigo Testamento, como, por exemplo, nos livros de Daniel e Ezequiel, sem falarmos da literatura apocalíptica e pseudepígrafa do período entre o A. e N. Testamentos, que exerceu tão poderosa influência sobre o livro de Apocalipse, do Novo Testamento.

João Calvino mostrou que era mais uma voz, em meio a esse literalismo todo, tendo rompido completamente com o método alegórico de interpretação, tornando-se um literalista extremado. Embora limitado pela falta de conhecimento quanto às questões históricas que jazem por detrás dos textos bíblicos, ele enfatizou a importância da história na interpretação dos textos sagrados. No entanto, caiu no erro colossal de negar a revelação progressiva, até mesmo entre o Antigo e o Novo Testamentos, que dirá dentro do próprio Novo Testamento. Tal como sucede a muitos literalistas, por muitas vezes, ele mostrou depender excessivamente da letra, na qual, em certos casos, entrava o entendimento. No entanto, a ênfase dele ajudou a reestabelecer a autoridade das Escrituras, que foi o grande grito de guerra da reforma protestante. Talvez por ser um dos pioneiros protestantes, ele chegou ao fanatismo, desdenhando quaisquer interpretações alternativas, e, em seu extremismo, chegou a banir, encarcerar e até mesmo executar àqueles que com ele discordavam. Ver o artigo sobre João Calvino, nos seus parágrafos finais; e também o artigo chamado *Tolerância.*

A lição que todos precisamos aprender é que temos necessidade de equilíbrio, não somente na interpretação, mas também em todas as atitudes e atividades. Em sua postura literalista e bitolada, tanto Lutero quanto Melancthon falharam, não distinguindo entre as porções doutrinárias do Antigo Testamento e as porções doutrinárias do Novo Testamento. Por esse motivo, passagens veterotestamentárias foram usadas abertamente para firmar pontos da doutrina cristã, ou alegadas doutrinas cristãs. A despeito disso, Melanchthon percebeu como o Novo Testamento transcende ao Antigo quanto a certos aspectos, e injetou alguma *razão* nos seus métodos hermenêuticos que modificavam, em algum sentido, o seu método literalista. E a moderna ênfase sobre a inerrância ou alegada *infalibilidade* (vide) das Escrituras, que se tornou comum em vários ramos do movimento evangélico de nossos dias, como se a Bíblia não contivesse erros nem mesmo de origem gramatical e de harmonia entre suas diversas partes constituintes, tem servido para fortalecer a interpretação literalista, enfocando a atenção sobre palavras, e não sobre o sentido geral da Bíblia. Se houvesse um conhecimento mais generalizado entre os crentes acerca da hermenêutica e da exegese, essas posições extremadas e indefensáveis não estariam prevalecendo em tantos segmentos da cristandade. Ver o artigo sobre as

Escrituras, seções II e V, quanto a detalhes sobre a questão da *Inspiração*.

Os estudiosos liberais põem em dúvida a filosofia inteira que cerca as questões da fé e da prática cristãs, bem como da busca pela verdade como se esta pudesse ser resolvida mediante o apelo somente às Escrituras, sem qualquer auxílio externo. Eles criticam mais acerbamente ainda a idéia de que as Escrituras devem ser interpretadas apenas literalisticamente. Ver o artigo sobre *Autoridade*.

INTOLERÂNCIA

Ver o artigo sobre a **Tolerância**.

INTRODUÇÃO BÍBLICA

Essa expressão é usada para indicar aquele ramo dos estudos teológicos que trata da crítica literária e da crítica histórica. É empregada por alguns como sinônimo de alta crítica. Era costume antigo prefixar cada escrito bíblico com uma breve nota referente ao autor, ao lugar de origem e aos destinatários da obra. Atualmente, informes dessa natureza, embora mais elaborados, são o tema abordado pelos críticos e intérpretes, quando estudam os vários livros da Bíblia. Essa atividade é variegadamente intitulada de alta crítica, crítica literária ou introdução bíblica. (E)

INTRÓITO

Esse termo vem do lat. **introitus**, «entrada». Esse é o nome da antífona que se canta na Igreja Católica Romana quando o padre se aproxima do altar, no começo da missa (vide). Faz parte da liturgia católica romana que começou a desenvolver-se nos séculos V e VI D.C. Na cantilena romana, outro nome para a música gregoriana (vide), há porções fixas e variáveis. O intróito é uma das porções variáveis.

INTROSPECÇÃO

Essa palavra vem do latim, **intro**, «para dentro», e **specere**, «espiar», ou seja, «espiar para dentro». Na filosofia e na psicologia essa palavra é usada para indicar a consciência que a pessoa tem de si mesma, de seus estados emocionais e espirituais, e, presumivelmente, da natureza de seu próprio ser. O indivíduo pode crescer através da introspecção, aperfeiçoando-se e lançando mão de tal conhecimento. Sócrates forneceu-nos um grande lema: «Conhece-te a ti mesmo», pois acreditava que se uma pessoa obtiver tal conhecimento de si mesma, poderá conduzir-se como é devido, atingindo uma conduta ideal. As religiões orientais têm enfatizado muito a meditação como um meio de introspecção, na firme fé nos resultados dessa prática, capaz de levar o indivíduo a vários estados alterados de consciência, conducentes à obtenção de um conhecimento mais imediato. Alguns filósofos e teólogos supõem que a introspecção é um guia adequado para se chegar a um autoconhecimento completo; mas, para outros, essa é uma questão problemática. Pois o perigo reside no *subjetivismo* (vide), segundo o qual o indivíduo cria seu próprio mundo de idéias e as valoriza, — envolvendo-se, assim, em uma alta dose de auto-ilusão. O misticismo também tem sido acusado de envolver idêntico perigo; mas, apesar de certos aspectos da experiência humana demonstrarem que tal perigo é real, outras experiências humanas comprovam o indiscutível valor das experiências místicas e da introspecção. Entretanto, torna-se mister aprendermos que nenhum pensamento, nenhum método, nenhum sistema pode manter-se de pé sozinho, e que cada fator precisa ser contrabalançado por outras considerações, para que a nossa ênfase não seja unilateral, pesando demais em uma direção, às expensas de outra.

Aqueles que acreditam no valor da introspecção supõem que o homem é um guardião do conhecimento universal (ou, pelo menos, de um conhecimento muito vasto), sendo ele uma espécie de *microcosmo* de realidades éticas e espirituais universais, fundamentais. A introspecção pode incluir tanto a intuição (vide) quanto os estados místicos. Mas também pode envolver tão-somente desejos e imaginações subjetivas. A introspecção é valiosa, mas precisa ser controlada, e jamais deveria ser praticada isoladamente e, sim, em conjunção com outros métodos de obtenção de conhecimento.

INTROVERTIDOS E EXTROVERTIDOS

Foi **Carl Jung** (vide) quem cunhou esses dois termos, para falar sobre o que ele pensava serem os dois tipos básicos de personalidade. Os *introvertidos* (palavra alicerçada sobre o latim, com o sentido de «voltados para dentro») são aquelas pessoas com padrões de emoção, de fantasia e de pensamento fortemente autocentralizados. A pessoa dotada desse tipo de personalidade prefere ter um pequeno círculo de amigos seletos, evita as multidões e é capaz de fortes poderes de concentração acerca de qualquer projeto pessoal. Tal pessoa geralmente descamba para o altruísmo, mas de um tipo que envolve apenas algumas poucas pessoas escolhidas. Em contraste, as pessoas *extrovertidas* (palavra alicerçada sobre o latim, com o sentido de «voltados para fora») são sociáveis, gostam de estar entre as multidões, apreciam os contactos sociais e as reuniões públicas. Uma pessoa extrovertida pode tornar-se um bom obreiro social ou político, ao passo que o indivíduo introvertido pode tornar-se um bom pesquisador, aprimorando o seu mundo privado e valorizando o mesmo. Poucas pessoas são inteiramente introvertidas ou inteiramente extrovertidas. A espiritualidade de cada um, como é óbvio, é afetada quando alguém é introvertido ou extrovertido, pelo menos naquilo em que cada um exprime a sua espiritualidade. Outrossim, uma ou outra dessas atitudes básicas são favoráveis ou desfavoráveis a tipos específicos de missões que a pessoa tente preencher. Assim, uma pessoa fortemente introvertida pode tornar-se um bom erudito, e promover o lado intelectual da fé; mas não será nunca um bom pastor. E uma pessoa fortemente extrovertida poderá tornar-se um bom pastor, mas andará sempre muito atarefada com atividades sociais para dedicar-se por muito tempo a estudos e à redação de livros. No corpo místico de Cristo há muitos membros, cada um com o seu ofício específico. Um tipo de personalidade básica pode ajudar cada crente como membro específico do corpo de Cristo.

INTRUSÃO

Vem do latim, **in**, «em», e **trudere**, «ímpeto». O ato de intrusão consiste em entrar em algo, física ou metaforicamente, mediante a força e sem a devida autorização. O indivíduo que assim age é um intrujão. Dentro da linguagem eclesiástica, o termo refere-se ao ato de introduzir alguém a algum ofício eclesiástico de maneira ilegal. O termo também pode referir-se a alguma denominação que force a aceitação de algum ministro a uma congregação que não quer tal ministro. Esse ato usualmente é efetuado para ganhar alguma vantagem ou retribuir a um favor feito pelo

ministro, embora isso faça violência à vontade dos membros da Igreja. Alguma dúbia situação política geralmente acompanha o ato, porquanto envolve interesses pessoais às expensas da vontade da maioria e da autonomia da igreja local. Há muitos pastores intrujões, infelizmente.

INTUIÇÃO

Ver o artigo separado intitulado o **Conhecimento e a Fé Religiosa**. Em I.3 do mesmo, damos uma descrição da *intuição*, e em II.7 discutimos a intuição como uma teoria da verdade. Ver também *Conhecimento, Conhecer* e *Epistemologia*. A intuição pode estar ligada ao misticismo se o conhecimento imediato, obtido através desse processo estiver relacionado à comunicação com agências da própria alma de quem o recebe (misticismo subjetivo), ou se for obtido mediante a inspiração dada por alguma força externa (como Deus, o Espírito Santo, etc.). Ver sobre o *Misticismo*. Seja como for, a intuição é o conhecimento que se considera obtido *imediatamente*, por via da percepção dos sentidos (como nas experimentações) ou por meio do processo do raciocínio. Todos os tipos de conhecimento seriam obtidos pela intuição, como o conhecimento da própria alma, o conhecimento do Ser divino, o conhecimento ético e estético, a compreensão sobre os universais, ou a definição de quaisquer objetos palpáveis. Por meio da intuição, *sentimos* algo da verdade das coisas inefáveis, pelo que não poderiam ser expressas verbalmente.

Essa palavra vem do latim, *intuitus*, particípio passado do verbo *intueri*, «olhar para». Mas, na filosofia e na religião, esse ato de «olhar para» envolve uma maneira especial de tomarmos conhecimento das coisas, sem a mediação de sentidos. Ver o artigo sobre o *Intuicionismo*.

INTUIÇÃO ÉTICA

Ver sobre o **Intuicionismo**, sétimo ponto.

INTUICIONISMO

Ver sobre **Intuição**, e os vários outros artigos mencionados sob esse título. O **intuicionismo** é a doutrina que diz que certas verdades são conhecidas de modo imediato, sem qualquer argumento discursivo, e também que essas verdades são fundamentais e incontestes, servindo de verdadeiro alicerce do conhecimento humano. No campo da *ética*, isso significa que pelo menos alguns juízos morais estão ao alcance do homem, através da intuição, sem qualquer investigação empírica ou racional. Isso pressupõe que o homem tem, dentro de si mesmo, as grandes respostas morais, por ser alguém que participa da mente universal, através da provisão divina, mediante os arquétipos de Jung, etc. Algumas vezes, os filósofos têm descoberto certas verdades normativas, como o utilitarismo, o hedonismo, ou algum outro conceito intuído; e é sobre esse fundamento que repousa a ética, construída com o auxílio da dedução e da coerência, que partem de algum grande princípio básico.

Algumas Idéias dos Filósofos:

1. *Platão* situava a intuição em terceiro lugar como maneira de conhecermos as coisas. Antes de tudo, viria a percepção dos sentidos, embora aí prevaleçam muitas ilusões, de tal modo que o verdadeiro conhecimento nunca emerge dessa atividade. Em segundo lugar teríamos a razão, que é mais poderosa que os sentidos. A razão nos confere algumas verdades, como os princípios éticos. Nem por isso a razão deixa de ter severas limitações. Em terceiro lugar aparece a *intuição*, de acordo com a qual já há uma operação da própria alma, e não somente da razão. Porém, acima da intuição teríamos a contemplação dos universais, uma forma de experiência mística, segundo a qual a verdade é diretamente conhecida pela alma.

2. *Aristóteles, Descartes, Locke e Leibniz* supunham que a intuição deve ser posta em contraste com a função do raciocínio discursivo. Intuímos tanto aquilo que percebemos como os princípios gerais que determinam nosso raciocínio.

3. *Spinoza* falava sobre a *scientia intuitiva* (conhecimento intuitivo). Isso pertence ao indivíduo que já atingiu o terceiro estágio da existência, e vive sob o aspecto da eternidade, de acordo com o que ele dizia.

4. *Bergson* também contrastava a intuição com o raciocínio discursivo. Ele pensava que a intuição é capaz de aprender o mundo em suas qualidades essenciais e em sua fluidez, ao passo que o raciocínio discursivo falsifica o mundo ao nosso redor, visto que faz parar seu fluxo e examina questões particulares, e não universais. E espacializa o tempo, o que é uma distorção.

5. *Emanuel Kant* distinguia entre a intuição empírica e a intuição pura. A primeira apreende a significação dos objetos, ao passo que a intuição pura compreende que o espaço e o tempo são formas da sensibilidade.

6. A *intuição sensível* é a idéia de que intuímos, e assim, compreendemos algo sobre um objeto, através das sensações que dele recebemos. Assim, não intuiríamos uma cadeira, mas somente que ela tem certa configuração geométrica, certa cor, certo grau de dureza, e outros fatores, mediante os quais então podemos dizer: «Vi uma cadeira».

7. A *intuição ética*. Ver o primeiro parágrafo.

a. Um homem é capaz de ter conhecimento imediato, sem o uso de quaisquer meios.

b. Essa capacidade de conhecimento imediato nos fornece pelo menos algumas proposições éticas dignas de confiança.

c. A origem desse conhecimento deve ser a alma, ou então algum poder exterior, como Deus, o Espírito Santo, etc. Isso talvez inclua algum tipo de participação mística na mente universal.

d. Certas verdades normativas específicas, desse modo, podem ser descobertas, como o utilitarismo, de onde pode ser derivado o restante do sistema ético.

e. Alguns pensadores, como Platão, supõem que podemos chegar aos universais por meio da intuição, ao passo que a racionalização pode distorcê-los, para nada dizermos sobre os poderes ilusórios da percepção dos sentidos.

f. Os intuicionistas escoceses (Thomas Reid, Dugald Steward, Thomas Brown, etc.), opondo-se ao utilitarismo e ao kantianismo, asseveravam que a consciência humana, uma vez devidamente educada, capacita-nos a conhecer, sem muita reflexão, o que deveríamos saber acerca da conduta apropriada, e também como pô-la em prática.

INVARIABILIDADE, PRINCÍPIO DE

Ver **Uniformidade da Natureza.**

INVEJA

No hebraico, **qinah**, «zelo», «ciúmes», «inveja». Essa palavra é empregada por quarenta e duas vezes,

como, por exemplo, em Jó 5:2; Pro. 14:30; 27:4; Ecl. 4:4; 9:6; Isa. 11:13; 26:11; Eze. 35:11. Também é usado o adjetivo «invejoso», no hebraico, *qana*, conforme se vê em Sal. 37:1; 73:3; Pro. 24:1,19.

No grego, *phthónos*, «inveja», «ciúmes». Esse vocábulo ocorre por nove vezes: Mat. 27:18; Mar. 15:10; Rom. 1:29; Gál. 5:21; Fil. 1:15; I Tim. 6:4; Tito 3:3; Tia. 4:5; I Ped. 2:1. Algumas versões também traduzem como tal o vocábulo grego *zélos*, mas este último tem mais o sentido de «zelo», «ardor».

A inveja é um sentimento sempre negativo, ao passo que o zelo pode ser negativo ou positivo. A inveja é uma das maiores demonstrações de mesquinharia humana, causada pela queda no pecado. Os invejosos chegam a fazer campanhas de perseguição contra suas vítimas, as quais, na maioria das vezes, não têm qualquer culpa por haverem despertado tal sentimento nos invejosos. Geralmente os mal-sucedidos têm inveja dos bem-sucedidos. Essa é uma tentativa distorcida para compensar pelo fracasso, glorificando ao próprio «eu» e procurando enxovalhar a pessoa invejada. Está baseada, portanto, na mais pura carnalidade. Muitas vítimas da inveja já descobriram que a melhor maneira de evitar o invejoso é fugir dele. Uma pessoa bem-sucedida não pode abandonar o seu sucesso, somente para satisfazer o invejoso, tornando-se um fracassado como ele.

A palavra portuguesa «inveja» vem do latim, *invidere*, que significa «em» (contra) e «olhar para», ou seja, olhar para alguém com maus olhos, de modo contrário, com base no ódio sentido contra esse alguém. A inveja sempre envolve um certo ressentimento. Mas alguns conseguem disfarçar muito bem a sua inveja, transmutando-a em zelo por alguma causa, mas sempre com alguém a ser combatido sem verdadeiras causas. O homem é um ser extremamente egoísta, ressentindo-se diante do sucesso ou da boa sorte de seus semelhantes.

No Antigo Testamento. Os Dez Mandamentos (que vide) proibem o sentimento invejoso, embora ali a própria palavra hebraica, *qinah*, não seja usada. Mandamentos específicos contra a inveja podem ser encontrados nos livros de Salmos, de Provérbios e em vários outros contextos. Ver, por exemplo, Sal. 37:1; 73:2,3; Pro. 3:31; 23:17; 24:1,19. O trecho de Eclesiastes 4:4 encerra uma interessante observação sobre o assunto. Ali os homens são exortados a trabalhar e a desenvolver suas habilidades pessoais, quando sentirem inveja de outrem. Assim, uma coisa boa pode resultar de uma atitude errada. O homem é capaz de qualquer coisa ruim. Exemplos veterotestamentários de inveja podem ser encontrados nas vidas de Jacó e Esaú, Raquel e Lia, os irmãos de José e ele mesmo. Os irmãos de José venderam-no como escravo, movidos por pura inveja. Um dos relatos mais tocantes da Bíblia é o de Hamã e Mordecai, no livro de Ester. A inveja tem sido motivo para muitas histórias pervertidas, para muitos dramas humanos.

No Novo Testamento. Dentro da lista de vícios humanos, preparada por Paulo, em Romanos 1:29, a inveja ocupa posição proeminente, associada ao homicídio e ao ódio contra Deus. Isso é muito sugestivo, pois parece que o invejoso, não podendo atacar a Deus diretamente (a quem considera a causa de seu insucesso), volta-se contra um outro ser humano, que parece ameaçá-lo com o seu sucesso (real ou imaginário). O trecho de Gálatas 5:19 alista a inveja como uma das obras da carne, que formam contraste direto com o cultivo dos frutos do Espírito (vs. 22 *ss*). — Paulo advertiu Timóteo para não se envolver em controvérsias e disputas mórbidas, as quais conduzem, entre outras coisas, à inveja (I Tim. 6:4). Tito também foi devidamente instruído quanto à inveja (Tito 3:3). O caso mais trágico de inveja, nas páginas da Bíblia é o dos líderes judeus, que fizeram de Jesus Cristo a vítima de sua inveja (Mat. 27:18). O distorcido motivo deles era tão óbvio que o próprio Pilatos, governador romano, percebeu o mesmo, embora fosse homem fraco demais para pôr-se ao lado do direito (Mar. 15:10 *ss*). O trecho de Tiago 4:5 tem um possível uso positivo do termo grego *phthónos*, ao referir-se ao intenso amor de Deus pelo homem, que O leva a ter ciúmes da amizade humana. É por isso que a nossa versão portuguesa traduz esse termo por «ciúme», evitando a confusão com o sentido negativo daquela palavra grega. A versão inglesa *Revised Standard Version* diz «yearns jealously», que aqui traduzimos para «anela com ciúmes». O *ciúme* de Deus em relação ao seu povo é uma noção que vem do Antigo Testamento, pelo que aparece com grande naturalidade na epístola de Tiago, que escrevia uma obra do ponto de vista cristão-judaico. Contudo, comparar com Gál. 4:17,18. Seja como for, a inveja é uma atitude diabólica, conforme asseveram I João 3:12, Sabedoria 2:24 e I Clemente 3. A inveja, como já dissemos, é uma das obras da carne, pelo que é natural para o ser humano decaído (Gál. 5:21). Na teologia moral posterior, a inveja é alistada entre os *pecados mortais* (que vide).

INVERNO

Ver sobre **Calendário**.

INVESTIDURA; CONFLITO DE INVESTIDURA

O latim por detrás desse termo é *in*, «sobre», e *vestire*, «vestir», ou seja, «revestir». A investidura é aquele ato ou cerimônia por meio do qual uma pessoa recebe as «vestes» próprias de seu ofício, passando a ficar autorizado para exercê-lo. Assim, os ofícios eclesiásticos são conferidos juntamente com os símbolos do ofício, a saber, o anel, o cajado e as chaves.

Conflito de Investidura:

Como é lógico, a investidura aponta para as funções dos oficiais eclesiásticos. Porém, tem havido disputas e conflitos entre os papas e os governantes civis, acerca de quem tem o direito de conferir posições nos bispados, nas abadias, etc. Essas questões envolvem a luta pelo poder político e questões monetárias. A simonia (venda de cargos eclesiásticos, para quem oferecesse mais) era um problema comum, de que lançavam mão aqueles que buscavam fama, privilégios e poder. Na época do Santo Império Romano (de Carlos Magno a Napoleão Bonaparte, 800—1806) os governantes civis assumiram o direito de conceder ofícios eclesiásticos, a despeito da oposição da Igreja oficial. O papa Nicolau II (1059—1061) tentou corrigir tal abuso; e os papas que o seguiram, fizeram o mesmo. — A controvérsia atingiu o seu ponto culminante quando o papa Gregório VII (1095) fez um ultimato ao imperador, Henrique IV. O imperador recusou-se a obedecer, pelo que foi excomungado. O conflito continuou entre os papas posteriores e os governantes civis. Por ocasião da Concordata de Worms (1122), que incluiu a disputa entre Henrique V e o papa Calixto II, chegou-se a uma posição de transigência. Por um lado, as autoridades civis viram-se privadas de seu poder sem limites, no tocante à nomeação de bispos; e, por outro lado, a Igreja Católica teve de satisfazer-se com algo menor do que a plena autoridade e poder sobre a questão. Pois os governantes civis continuaram tendo de ser consultados, e sua aprovação tinha de ser dada

aos candidatos escolhidos àquelas posições eclesiásticas. Por ocasião do concílio laterano de 1179, foram instituídas ainda outras reformas, no tocante a essa questão, especialmente no tocante aos ofícios eclesiásticos inferiores. Com a passagem do tempo, à medida que a Igreja e o Estado se foram distanciando um do outro, o conflito acabou desaparecendo.

INVISÍVEL, DEUS COMO

Do Deus invisível, Col. 1:15. Esse é o Deus que não se manifesta diretamente, mas que preferiu manifestar-se através do Logos eterno, que é a sua imagem, o seu representante exato. Nisso se destaca a razão verdadeira do uso desse vocábulo. Deus talvez não possa manifestar-se diretamente a seres inferiores, por ser ele por demais elevado, e nenhum ser criado pode aproximar-se dele, anjo ou homem. «...o único que possui imortalidade, que habita em luz inacessível, a quem homem algum jamais viu, nem é capaz de ver. A ele honra e poder eterno. Amém». (I Tim. 6:16). Isso pode ser comparado à mensagem do primeiro capítulo do evangelho de João.

O Logos eterno é a manifestação de Deus para toda a criação, é a sua mensagem. Nele se revela tudo quanto se pode saber de Deus. Assim sendo, Cristo, na qualidade de sua «imagem» ou representação, encerra aquilo que se pode saber sobre Deus, tomando-se como subentendida a «comunidade» de natureza, embora isso não seja diretamente expresso pelo termo grego. Como é que Cristo «representa» a Deus é o que é diretamente ensinado, pelo uso deste vocábulo. A doutrina gnóstica de uma interminável cadeia de elos, formados por mediadores angelicais não pode ser aceita. Pois aquilo que se pode saber de Deus só pode ser visto em sua «imagem», que é Cristo, o qual é mais elevado que todos os supostos mediadores e salvadores secundários, suplantando-os em qualquer serviço que porventura se pense terem, e que supostamente auxiliassem os homens na sua volta para Deus.

Hodiernamente há aqueles que degradam a glória de Cristo. Para a maioria de nós, o problema refletido na epístola aos Colossenses, sobre os que degradavam a Cristo, equiparando-o a meras emanações angelicais, não tem mais significação. Porém, até mesmo no mundo de hoje há muitas coisas que têm tomado o lugar desse problema de doutrina. O materialismo, o secularismo, o ateísmo, etc., podem ser enumerados, juntamente com o egoísmo e o desinteresse espiritual. Paulo exortou aos crentes de Colossos para que se afastassem dessas especulações, que só degradam a pessoa, a posição e a obra de Cristo. Ele também os ensinou para que vissem em Cristo a «imagem» de Deus, para que, tomados por essa visão, não andassem mais atrás daqueles que degradavam ao Senhor Jesus.

O Sentido Físico

Deus é invisível à percepção física do homem, e sua invisibilidade deve incluir este aspecto, como se pode ver em Jo. 1:18. Mas o sentido espiritual, como descrito acima, é a consideração principal.

A Visão Beatífica

A visão beatífica de Deus (os redimidos verão Deus) fala sobre a visão transformadora que faz o homem participar da imagem e natureza de Deus (II Ped. 1:4) e não meramente que, afinal, os homens poderão ver Deus, de alguma maneira, ainda não definida. Esta visão é iluminadora e transformadora, não meramente, a contemplação da pessoa de Deus com os olhos do corpo espiritual que será o veículo da alma nos lugares celestiais. Ver o artigo sobre *Visão Beatífica*.

INVITATÓRIO

Diz Salmo 95: «Vinde, cantemos ao Senhor, com júbilo...» (vs. 1). Essa introdução do referido salmo tem sido usada como o começo das *matinas* (vide), como um convite geral à adoração a Deus. Via de regra, os invitatórios são frases usadas como introduções a ritos relacionados ao dia ou período que está sendo observado. Trata-se de uma prática comum na Igreja Católica Romana e na Igreja Anglicana.

INVOCAÇÃO

Um ministro profere uma oração especial, no começo de um culto religioso, a fim de solicitar a manifestação da presença de Deus. A isso dá-se o nome de *invocação*. A mesma palavra é usada para designar as palavras, «Em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo», que acompanham os sermões e vários atos de devoção e liturgia. Esse termo também alude a *epíclesis* (vide) dos ritos anglicanos, que invoca a presença do Espírito por ocasião da celebração da Ceia do Senhor. A Igreja Oriental, por ocasião da *epíclesis* («invocação»), afirma que é nesse momento — que se dá a transformação miraculosa que altera os elementos da eucaristia. Mas a Igreja Católica Romana afirma que isso tem lugar durante a recitação das palavras da *instituição* (vide).

INVOCAÇÃO AOS SANTOS

Convém lembrarmos que o movimento cristão cresceu na atmosfera do pluralismo religioso greco-romano, dentro do qual meros homens eram elevados a semideuses, assumindo a estatura de *heróis*, aos quais se conferia grande veneração, na sociedade pagã. Não é de admirar, pois, que cristãos notáveis, especialmente no caso de mártires e dos que fossem dotados de poderes e de santidade extraordinários, se tivessem tornado *heróis cristãos*. Essas pessoas, em alguns casos, também eram chamadas de «santos».

O que se deve destacar nesse desenvolvimento é que a devoção aos santos não incluía, no começo, a idéia de que deveriam ser mediadores entre Deus e os homens. Essa idéia de mediação só começou a ser aventada a partir do século IV D.C. O papa Leão I, o Grande, que faleceu em 461 D.C., favorecia a doutrina da invocação aos santos. Todavia, antes mesmo do quarto século cristão, a idéia já se vinha desenvolvendo, e muita gente dirigia preces aos «santos».

Sabemos que nas religiões grega, romana e nas religiões misteriosas, eram oferecidas orações aos mortos em geral; e assim, sob tais influências, não é para admirar que a cristandade acabasse adotando também essa prática, no tocante a vultos cristãos extraordinários. Então, como agora, o pressuposto básico é que esses «santos» têm grande poder diante de Deus, podendo ajudar aos vivos e às almas daqueles que já morreram. Entretanto, os reformadores protestantes descontinuaram tal prática, por duas razões fundamentais: 1. Ela não aparece nos ensinos bíblicos, tendo-se cercado de muitas superstições, fazendo o paganismo invadir as fileiras cristãs. 2. Ela obscurece o ensino bíblico de que só existe um Mediador entre Deus e os homens, isto é, o homem Jesus Cristo (ver I Tim. 2:5).

IODE

Nome da décima letra do alfabeto hebraico. Era a menor das letras hebraicas. A letra grega *iota* (vide)

está baseada sobre a mesma. Essas letras correspondem ao *i* ou ao *y* das línguas indo-européias. Em Mat. 5:18, o *iota* é aludido. Ali é dito: «Até que o céu e a terra passem, nem um *i* ou um *til* jamais passará da lei, até que tudo se cumpra». A letra hebraica *iode* aparece no começo de cada verso da décima seção do Salmos 119 (vs. 73-80). Cada uma das seções desse salmo começa com uma letra hebraica diferente, em sucessão alfabética. Ver o *Alfabeto Hebraico*.

IOGA Ver **Yoga**.

IOTA

Nome da menor letra do alfabeto grego, equivalente ao nosso *i* e escrito virtualmente da mesma maneira. Deriva-se do *jod* dos hebreus. Ambas essas palavras, incluindo o siríaco *judh*, eram usadas metaforicamente para indicar qualquer coisa minúscula e de mínima importância. Várias metáforas têm sido derivadas das letras do alfabeto antigo, como *alfa* (o começo, alguma coisa importante que dê início a outras coisas) e *ômega* (o fim de algo, a finalidade de algum propósito). O Cristo exaltado era chamado de o Alfa e o Ômega, por ser ele, ao mesmo tempo, a origem e o alvo da existência humana. Ver o artigo separado sobre o *Alfa e o Ômega*.

No tocante ao *jod*, o Talmude (Sanhed. 20:2) conta-nos uma interessante história. Ali o livro de Deuteronômio é personalizado. Como uma pessoa, comparece à presença de Deus e queixa-se de como os seus preceitos são abusados pelos homens, mencionando, especificamente, Salomão, que, contra um certo mandamento, ignorou a proibição de multiplicar esposas (ver Deu. 17:17). Deus, então, teria respondido que Salomão e milhares de outros homens abusam dos preceitos da Palavra de Deus, mas que todos eles perecerão, ao passo que nunca perecerá a menor palavra do Livro Sagrado. Em face disso, Salomão teria tentado apagar a letra *jod* do Livro Sagrado (conforme o livro personalizado alegou), embora não tivesse sido capaz de perpetrar nem mesmo essa minúscula corrupção do texto sagrado. A passagem de Mat. 5:18 é um paralelo óbvio desse conceito. «Porque em verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um *i* ou um *til* jamais passará da lei, até que tudo se cumpra». O *til* corresponde ao termo grego *keraia*, que indica qualquer projeção, ou gancho, ou sinal que faça parte de alguma letra. O *jod* era uma letra minúscula do alfabeto hebraico, e podia ser representada por essa palavra grega. Os acentos e as aspirações também tinham esse nome, no grego. Quanto a outros comentários, ver as notas expositivas do NTI em Mat. 5:18. Isso nos ensina a importância e a permanência da Palavra de Deus, em suas formas escritas ou não.

IQUENATOM (AQUENATOM)

Um dos Faraós do Egito, também conhecido como Amenhótepe IV. Governou entre 1375 e 1358 A.C. Ver o artigo geral sobre *Faraó*. Do ponto de vista religioso, esse Faraó é lembrado por causa de sua suposta religião monoteísta. Porém, muitos eruditos pensam que o *henoteísmo* (vide) foi a verdadeira forma de sua adoração, e não um autêntico monoteísmo. Seja como for, ele estabeleceu o culto a Atom, o disco solar visível, como religião egípcia, ficando eliminado Amom, o deus de Tebas. Estava mais interessado na religião do que na política, e erigiu suntuosos templos, compôs hinos e estabeleceu o culto de sua fé. Porém, logo após a sua morte, foi restaurado o culto a *Amom*, e toda a obra de Iquenatom foi anulada. Os místicos modernos têm-no visto como um tipo de *anticristo* (vide), e alguns chegam a supor que há uma ligação de sangue entre ele e o anticristo futuro, pois seria seu antepassado. Essa figura (que pode aparecer em cena em nossa própria época, em cerca de 1993), imitando Iquenatom, estabelecerá uma nova forma de adoração que procurará eliminar a adoração a Cristo; mas, à semelhança de Iquenatom, não será capaz de manter essa adoração por muito tempo. Ainda à semelhança de Iquenatom, ele estabelecerá um culto universal, às expensas de outras fés religiosas. Mas a adoração ao anticristo será finalmente abolida, tal como sucedeu ao culto inventado por Iquenatom.

IQUES

No hebraico, «perverso». Foi pai de Ira, o tecoíta, um dos trinta poderosos guerreiros de Davi, e capitão do sexto regimento de seu exército (II Sam. 23:26; I Crô. 11:28; 27:9). Viveu por volta de 1046 A.C. Sua divisão armada consistia em vinte e quatro mil homens.

IR

No hebraico, «cidade». Um benjamita mencionado em I Crô. 7:12 que talvez seja o mesmo Iri, que aparece no vs. 7 desse mesmo capítulo. Ver também sobre *Iri*. Era pai de Supim e Hupim. Alguns estudiosos identificam-no com um filho de Benjamim mencionado em Gên. 46:21, Rôs; mas é bastante improvável tal coisa.

IR-HA-HERES

Temos aí a transliteração, para o português, das palavras hebraicas que significam «cidade do sol». Ver o artigo sobre *Heliópolis*, que significa a mesma coisa, passando pelo grego. Ver também *Cidade do Sol*.

IR-SEMES

No hebraico, «cidade do sol». Um lugar pertencente à tribo de Dã (Jos. 19:41). Talvez fosse idêntica a Bete-Semes (vide), onde foi construído um templo para a adoração ao sol, em tempos posteriores (I Reis 4:9).

IRÁ

No hebraico, «citadino». Foi um líder idumeu em monte Seir (Gên. 36:43 e I Crô. 1:54). Muitos pensam que ele foi contemporâneo dos reis horeus. Teria, portanto, vivido por volta de 1600 A.C.

IRA Ver também, **Ira de Deus**.

Meus amigos, quando tentamos descrever Deus, e suas supostas emoções, entramos no terreno do misterioso e na expressão antropomórfica. Achamos necessário usar muitos antropomorfismos. Portanto, o artigo que segue, falando sobre a *ira de Deus* pode errar muito por causa do dilema humano no uso de sua linguagem meramente terrestre. Quem é que pode realmente descrever Deus em termos acurados? As primeiras três seções deste artigo ignoram o problema de antropomorfismos. Na seção IV, tento lançar alguma luz sobre este problema. Na seção V, procuro mostrar que a ira de Deus tem uma *obra positiva* para cumprir, afinal, porque a ira de Deus é um *sinônimo* de seu amor. A ira de Deus castiga, sim; faz sofrer, sim; vinga, sim; pode prolongar-se,

sim. Mas opera um propósito benigno e restaurador, *afinal*.

O conceito de ira aparece nas Escrituras Sagradas no tocante tanto a Deus quanto ao homem. Trata-se de uma das grandes doutrinas, tanto do judaísmo quanto do cristianismo.

Esboço:

I. Palavras Envolvidas
A. No Hebraico
B. No Grego
II. A Ira de Deus
A. A Ira Divina no Antigo Testamento
B. A Ira Divina nos Livros Apócrifos e Pseudepígrafos
C. A Ira Divina nos Manuscritos do Mar Morto
D. A Ira Divina no Novo Testamento
III. A Ira do Homem
A. A Ira Humana no Antigo Testamento
B. A Ira Humana no Novo Testamento
C. O Conceito de Ira na Igreja Antiga
IV. Usos Antropomórficos
V. A Ira de Deus e o seu Amor são Sinônimos

Introdução

1. Quando lemos que Deus está irado, isso é simbólico (sendo uma expressão antropomórfica) do desprezar divino ante o pecado ou coisas incorretas. Ver Sal. 7:11; 11:7; Gên. 6:7; Êxo. 4:14. Essa ira inclui a indignação de Deus, termo usado para indicar o julgamento. Ver também Rom. 1:18; 2:8; Efé. 5:6. Supomos que Deus não sente esses tipos de emoção humana, e que a expressão «ira de Deus» seja um termo técnico para indicar o juízo. Ver o artigo sobre *o julgamento*. Há o grande dia da ira de Deus (Apo. 6:16).

A ira de Deus é suavizada por Sua misericórdia e Seu amor, não havendo nisso qualquer fraqueza, pois o amor é a maior de todas as forças. Ver II Crô. 19:7; Rom. 2:4.

2. Jesus se indignou com aqueles que pervertiam ou afrontavam espiritualmente a outros, como aqueles que queriam impedir os outros de entrarem no reino (Mat. 23:13), ou chegarem à Sua presença (Mar. 10:14). Jesus se indignava diante da falta de fé (Mat. 17:17; João 11:33,38), bem como por causa daqueles que se opunham às ordenanças de Deus (Mar. 3:5; Mat. 23:1-38; João 2:16). A indignação de Jesus era uma emoção humana, santificada por elevado nível de espiritualidade.

3. No tocante aos homens, a ira é geralmente proibida (Luc. 2:11,14; Rom. 5:9; II Cor. 5:18,19; I Tes. 1:10), pois a ira humana não estabelece a justiça de Deus (Tia. 1:20). Usualmente a ira é uma obra da carne, sendo um pecado cardeal (Gál. 5:20). E com freqüência origina-se no orgulho (Pro. 13:10).

4. É possível alguém irar-se sem pecar (Efé. 4:26), dependendo da causa e da motivação, bem como do objeto da ira. Mesmo assim, não deve ser sustentada por muito tempo, pois a ira contida é psicologicamente negativa, além de ser fisicamente prejudicial.

5. Objetos justos da ira: os ímpios (Sal. 7:11; Rom. 1:18); a incredulidade (Sal. 78:21,23; Heb. 3:18,19); a impenitência (Sal. 7:12; Rom. 2:5); a apostasia (Heb. 10:27,27); a idolatria (Deu. 29:20,27,28; Jer. 44:3); o pecado dos santos (Sal. 89:30-32; Sal. 90:7-9); os opositores do evangelho (I Tess. 2:16).

Muita arrogância, egoísmo, indisciplina e ódio se fazem passar por «justa indignação». Na verdade, *a ira* usualmente é obra da carne, embora se exiba como se fosse uma virtude.

I. Palavras Envolvidas

A. No Hebraico. Há cinco palavras hebraicas principais que transmitem a idéia de ira, no Antigo Testamento, a saber:

1. *Charon*, «calor», «ira», «ferocidade». Essa palavra, e sua forma verbal, *charah*, aparece no Antigo Testamento por cerca de cem vezes, conforme se vê, por exemplo, em Gên. 4:5,6; 31:36; Êxo. 15:7; Núm. 16:15; I Sam. 18:8; 20:7; II Sam. 3:8; 13:21; Nee. 4:1,7; 13:18; Sal. 18:7; 58:9; Eze. 7:12,13. Esse vocábulo hebraico dá idéia de uma fisionomia acalorada, transtornada pela ira. Sua primeira ocorrência fica no diálogo entre Deus e Caim, depois que a oferta deste fora repelida pelo Senhor: «Irou-se, pois, sobremaneira Caim, e descaiu-lhe o semblante. Então lhe disse o Senhor: Por que andas irado? E por que descaiu o teu semblante?» (Gên. 4:5,6). Essa palavra encontra cognatos em outras línguas semíticas. E até mesmo no hebraico podia significar coisas como «queimar», «inflamar», «acender», etc.

2. *Aph*, «nariz», «ira», «resfolegar». Esse termo hebraico ocorre por mais de duzentas vezes com o sentido de «ira». Ver por exemplo, Gên. 39:19; Êxo. 22:24; Núm. 11:33; Deu. 11:17; I Sam. 28:28; II Reis 23:26; II Crô. 12:12; 30:8; Jó 14:13; 16:9; 42:7; Sal. 2:5,12; 21:9; 55:3; 78:31; 138:7; Pro. 14:29; 24:18; 29:8; 30:33. A ligação dessa palavra para indicar «ira», provavelmente, deve-se ao fato de que, de acordo com a psicologia semítica, julgava-se que essa emoção forte tem sede no nariz. Tanto é assim que a manifestação de ira é expressa mediante expressões como «resfolegando», «respirando ameaças», etc. Esse sentido simbólico do ato de resfolegar pode ser visto claramente em Sal. 18:8: «...meu Deus... Das suas narinas subiu fumaça, e fogo devorador da sua boca...» E a forma substantivada, como é claro, também indica esse forte sentimento, conforme se vê em Números 25:4: «Disse o Senhor a Moisés: Toma todos os cabeças do povo, e enforca-os ao Senhor ao ar livre, e a ardente ira do Senhor se retirará de Israel».

3. *Chemah*, «calor», «fúria». Essa palavra hebraica, cujo sentido central é a sensação de «calor», é empregada até mesmo no sentido de «furor», «rancor» (no hebraico, «veneno»), segundo se vê em Gênesis 27:44. Tal vocábulo foi usado por mais de cem vezes com o sentido de «ira», conforme se pode ver, para exemplificar, em Núm. 25:11; Deu. 29:23,28; II Sam. 11:20; II Reis 22:13,17; II Crô. 12:7; 36:16; Est. 2:1; 3:5; Jó 19:29; Sal. 37:8; 59:13; 88:7; 89:46; 90:7; 106:23; Pro. 15:1,18; 16:14; 19:19; Jer. 18:20; Eze. 13:15. Indica uma ira furiosa e descontrolada, que incendeia os sentimentos da pessoa.

4. *Qetseph*, «ira», «amargor». Esse termo hebraico aparece por vinte e sete vezes no Antigo Testamento. Para exemplificar: Núm. 1:53; 16:46; Jos. 9:20; I Crô. 27:24; II Crô. 19:2,10; 24:18; 32:25,26; Est. 1:18; Sal. 38:1; 102:10; Ecl. 5:17; Isa. 54:8; 60:10; Jer. 10:10; 21:5; 50:13; Zac. 7:12.

5. *Ebrah*, «ira», «violência», «explosão». Essa palavra hebraica, cujos sentidos cognatos são bem claros, ocorre por trinta e quatro vezes, conforme se vê em Gên. 49:7; Jó 21:30; Sal. 78:49; 90:9,11; Pro. 11:4,23; 14:35; 21:24; Isa. 9:19; 10:6; 13:9,13; 16:6; Jer. 7:29; 48:30; Lam. 2:2; 3:1; Eze. 7:19; 21:31; 38:19; Osé. 5:10; 13:11; Amós 1:11; Hab. 3:8; Sof. 1:15,18. Um interessante texto que passa a ser estudado, no tocante ao sentido dessa palavra, é Jó 40:11: «Derrama as torrentes (no hebraico, *qetseph*) da tua ira (no hebraico, *aph*)... É como se, em sua ira justa, Deus espumasse contra os soberbos.

Ver também o artigo intitulado *Indignação*.

B. No Grego. Há três palavras gregas que devemos estudar, neste verbete, a saber:

1. *Thumós*, «ira», «furor». A raiz dessa palavra é o verbo *thúo*, «precipitar-se». A idéia é que a pessoa se precipita em sua mente e emoções, por causa de forte paixão iracunda, embora, no grego, indicasse as iras transitórias, explosivas, sem a idéia de rancor guardado. Essa palavra aparece no Novo Testamento por dezoito vezes: Luc. 4:28; Atos 19:28; Rom. 2:8; II Cor. 12:20; Gál. 5:20; Efé. 4:31; Col. 3:8; Heb. 11:27; Apo. 12:12; 14:8,10,19; 15:1,7; 16:1,19; 18:3 e 19:15.

2. *Orgê*, «ira», «indignação», «irritação». Essa palavra grega aponta para aquela ira mais duradoura que não se manifesta tanto como uma explosão dos sentimentos, mas mais como uma atitude de contínua indignação. Esse termo foi usado por trinta e cinco vezes, como um substantivo: Mat. 3:7; Mar. 3:5; Luc. 3:7; 21:23; João 3:36; Rom. 1:18; 2:5,8; 3:5; 4:15; 5:9; 9:22; 12:19; 13:4,5; Efé. 2:3; 4:31; 5:6; Col. 3:6,8; I Tes. 1:10; 2:16; 5:9; I Tim. 2:8; Heb. 3:11 (citando Sal. 95:11); 4:3; Tia. 1:19,20; Apo. 6:16,17; 11:18; 14:10; 16:19; 19:15. O verbo, *orgízomai*, aparece por nove vezes: Mat. 5:22; 18:34; Mar. 1:41; Luc. 14:21; 15:28; Efé. 4:26 (citando Sal. 4:5); Apo. 11:18 e 12:17. E o adjetivo, *orgílos*, «iracundo» aparece por uma vez, em Tito 1:7.

3. *Parorgismós*, «exasperação», «amargor», «exacerbação». Temos aí a variedade mais exacerbada e perigosa dessa emoção forte, que poderia ser melhor interpretada em português por «rancor», a ira surda que não perdoa, mas procura tirar vingança. O substantivo ocorre apenas por uma vez no Novo Testamento, em Efé. 4:26. E a forma verbal aparece por duas vezes, em Rom. 10:19 (citando Deu. 32:21), e Efé. 6:4.

II. A Ira de Deus

É um claro princípio bíblico que a ira de Deus é de categoria inteiramente diferente e de definição totalmente diversa da ira humana. A diferença não é apenas de intensidade, como poderíamos ser levados a pensar, mas é que a ira divina é de outra natureza, manifestando-se de forma como não se manifesta entre os homens. Isso ficará mais claro no decorrer deste estudo.

A. A Ira Divina no Antigo Testamento

1. Freqüência. No A.T., a ira de Deus nos é apresentada, com grande freqüência, tanto como um princípio quanto como através de exemplos históricos. Essa ira divina está estreitamente ligada à apresentação do grande motivo básico da Bíblia, a saber, o drama da criação-queda-redenção-restauração final. Mais especificamente, a necessidade da redenção é exposta contra o pano de fundo da natureza da iniqüidade do pecado e das exigências da justiça divina, que se manifesta sob a forma de ira contra toda a desobediência e iniqüidade humana. Citemos duas passagens veterotestamentárias que enfocam essa questão. «Disse o Senhor a Moisés: Até quando me provocará este povo, e até quando não crerão em mim, a despeito de todos os sinais que fiz no meio deles?» (Núm. 14:11). Esse trecho mostra que a ira divina é provocada pelas atitudes humanas contrárias. Nesse caso, os israelitas, no deserto, obstinavam-se em não confiar no Senhor, apesar de todos os prodígios que já fizera em favor deles. Talvez não haja atitude que mais deixe o Senhor Deus indignado que a atitude da incredulidade. E também poderíamos citar Deuteronômio 6:14-16: «Não seguirás outros deuses, nenhum dos deuses dos povos que houver à roda de ti, porque o Senhor teu Deus é Deus zeloso no meio de ti, para que a ira do Senhor teu Deus se não acenda contra ti e te destrua de sobre a face da terra. Não tentarás o Senhor teu Deus, como o tentaste em Massá». Da incredulidade quanto a Deus, os homens passam para a confiança nos deuses imaginários. Isso desperta o ciúme do Senhor, como uma terrível provocação que faz sua indignação acender-se contra os idólatras. Aliás, o Novo Testamento também enfoca claramente esse aspecto, conforme se vê, por exemplo, em Rom. 1:18,25: «A ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e perversão dos homens que detêm a verdade pela injustiça... pois eles mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura, em lugar do Criador...»

Foi essa indignação divina que levou, muitas vezes, o Senhor a decretar a destruição de povos inteiros. Do ponto de vista do Senhor Deus, o mal precisa ser extirpado definitivamente. Se o pecador não muda, não se arrepende, não resta a Deus alternativa senão aplicar-lhe o castigo, que pode até incluir o extermínio. Muitas das vitórias militares do povo de Israel estavam alicerçadas sobre esse fato — chegara a hora de certos povos, caracterizados por teimosa iniqüidade, serem varridos da face da terra. E disso o Antigo Testamento testifica abundantemente. Por exemplo: «...e a terra se contaminou; e eu visitei nela a sua iniqüidade, e ela vomitou os seus moradores... porque todas estas abominações fizeram os homens desta terra que nela estavam antes de vós...» (Lev. 18:25 e 27). E os próprios israelitas foram advertidos que também seriam expelidos da Terra Prometida, se chegassem a provocar o Senhor à ira. «Então se dirá... o Senhor os arrancou de sua terra com ira, indignação e grande furor, e os lançou para outra terra...» (Deu. 29:25 e 28).

2. Meios e Fins da Ira Divina. Os meios usados pela ira de Deus sempre são agências criadas pela vontade de Deus, como seus exércitos angelicais (II Sam. 24:17), o seu povo de Israel (Eze. 32:9-31), as nações gentílicas (Isa. 10:5,6), e as forças da natureza, todas elas postas sob as ordens do Senhor (Juí. 5:20). Por meio do intermédio válido dessas várias forças, Deus faz sua justa causa imperar sobre a história dos homens e o curso seguido pelas nações. E as finalidades colimadas, tal como os meios usados por sua ira, também são justas e corretas. A ira de Deus se manifesta tendo em vista uma dupla finalidade, a saber: 1. A manutenção da ordem legal da criação, o que requer a justiça; e 2. a retribuição contra aqueles que agem impiamente. Mediante as operações da ira divina, no curso da história, a objetividade e a responsabilidade dos meios empregados são mantidos estritamente intactos. A ira do Senhor, pois, jamais é desfechada contra alguém sem nenhum propósito em mira, ou visando a algum resultado misterioso; os atos de Deus, em sua justiça, são sempre claramente visíveis.

Já vimos que a ira divina se acende igualmente contra os pagãos irreverentes e contra os malfeitores. Os reis, os sacerdotes, os profetas, as tribos e o povo de Israel eram julgados e castigados, tanto quanto os líderes e governantes das nações gentílicas (ver Sal. 2:1-3).

No século XIX, era costume entre os eruditos da época fazer distinções espúricas entre o pecador e seus atos pecaminosos. e então supor que a real ira de Deus descarregava-se somente contra a noção abstrata do pecado do pecador. No entanto, o Antigo Testamento é perfeitamente claro no ensino de que a iniqüidade não existe à parte dos atos iníquos dos ímpios. Por conseguinte, o julgamento divino é lançado contra as criaturas ímpias inteligentes. E é

precisamente por esse motivo, e com a finalidade de impor a justiça ao quadro, que a ira de Deus, por muitas vezes, assume a forma de guerras e carnificinas. Essas formas humanas de violência e derramamento de sangue, portanto, são empregadas tendo em vista a glória de Deus. O humanismo evolutivo geral dos fins do século XIX e do século XX tem achado que esse conceito bíblico é cruel e inaceitável; porém, a sua veracidade essencial pode ser vista no decurso não somente da narrativa bíblica, mas também no curso da história pós-bíblica, secular.

Reveste-se de importância primária o fato de que Deus considera os objetos de sua ira como entes responsáveis por seus delitos e por isso mesmo, determina que eles são passíveis de destruição. Por causa desse último fato é que alguns intérpretes do Antigo Testamento rejeitam o quadro que ali se faz de Deus, como se as descrições veterotestamentárias expusessem um Deus cruel e caprichoso. Porém, ao assim julgarem a questão, perdem de vista as finalidades da ira divina, que consistem em devolver à lei de Deus aquilo que tem sido violado pelos desígnios e ações dos iníquos. Nesse sentido, o pacto opera sem encontrar qualquer obstáculo, porquanto quando homens ou anjos usurpam a autoridade que pertencem exclusivamente a Deus, a destruição deles anda muito próxima de ocorrer, em face da ira de Deus.

A própria santidade e transcendência de Deus são de tal magnitude que só podemos nos aproximar de Deus com muito temor e respeito. Blasfemar da soberania de Deus, mediante a resistência à vontade revelada de Deus, mediante as Escrituras, é convidar e até exigir a manifestação da ira de Deus. Uma consideração central é que a apostasia de Israel, ao aceitar os pontos de vista das nações gentílicas e ao adorar os ídolos pagãos, servia de causa direta das desigualdades sociais e dos fracassos políticos naquela nação. Contra isso a ira do Senhor se manifestava. A lei do profeta Moisés, e as advertências das grandes vozes proféticas, eram igualmente obrigatórias para os israelitas e os gentios. Visto que o Antigo Testamento declara a tríplice promessa de que a presença do povo de Israel em sua própria terra seria uma fonte de bênçãos divinas para toda a humanidade, é óbvio que a ira de Deus terá de entrar em ignição contra aqueles, dentro ou fora do povo de Israel, que tentarem frustrar o plano divino. «Queixou-se o povo de sua sorte aos ouvidos do Senhor; ouvindo-o o Senhor, acendeu-se-lhe a ira, e o fogo do Senhor ardeu entre eles, e consumiu extremidades do arraial. Então o povo clamou a Moisés, e orando este ao Senhor, o fogo se apagou. Pelo que chamou aquele lugar Taberá, porque o fogo do Senhor se acendera entre eles» (Núm. 11:1-3). Ver também Deu. 1:26-36; 13:2,6,13, etc.; Jos. 7:1; I Sam. 28:18; Sal. 2:1-6; 78:21,22.

3. A Ira Divina e a Expiação. A ira de Deus opera de duas maneiras diversas, simultaneamente. Deus tanto liberta os oprimidos (I Sam. 15:2, etc.) quanto condena os iníquos (Deu. 7:4,5). Entretanto, uma porção básica do ensinamento bíblico concernente à ira de Deus é que, por meio da expiação, a ira divina pode ser aplicada e os ímpios que aceitarem a expiação serão justificados. Essa expiação, de acordo com o Antigo Testamento, era apropriada mediante a observância da lei mosaica e da confiança nas promessas de Deus (Eze. 36:22-32). Visto que, de acordo com o antigo pacto, às nações do mundo era requerido que viessem ao povo em pacto com Deus, a fim de receberem a graça divina, o Antigo Testamento requeria que os gentios seguissem a lei de Israel, se quisessem obter misericórdia. A ira de Deus, por conseguinte, opera tanto como uma advertência quanto como um encorajamento à obediência por parte dos homens.

Um fator especial na expiação por meio de sacrifícios, ensinada no Antigo Testamento, é que ela era coerentemente figurada. Todavia, o Antigo Testamento apresenta a remoção final da ira de Deus e a preservação daqueles em favor de quem era feita a expiação em termos do dia final do julgamento divino. Esse aspecto escatológico é associado ao ensino veterotestamentário sobre a culminação da história no «dia» de Deus. Esse dia da visitação divina seria, primariamente, um dia de ira. «Porque o dia do Senhor dos Exércitos será contra todo soberbo e altivo, e contra todo o que se exalta, para que seja abatido... A arrogância do homem será abatida, e a sua altivez será humilhada; só o Senhor será exaltado naquele dia» (Isa. 2:12,17). Todavia, a mesma proclamação divina que haverá de impor a condenação aos ímpios, proferirá salvação em favor do povo de Deus. Ver Isaías 2:2-5. A expressão mais importante para indicar esse período final, nas páginas da Bíblia, é «últimos dias». Para exemplificar: «...então este mal vos alcançará nos últimos dias, porque fareis mal perante o Senhor, provocando-o à ira com as obras das vossas mãos» (Deu. 31:29).

A remoção da ira divina, em face da satisfação prestada pelo arrependimento, ou, vendo-se a mesma coisa de outro ângulo, pela obediência ao Senhor, aparece no Antigo Testamento descrita por vários termos hebraicos, dentre os quais os mais comuns são dois: 1. *shub*, «voltar atrás» (por exemplo, Sal. 85:3,4 e Eze. 18:27,28); e 2. *nacham*, «arrepender-se» (por exemplo, II Sam. 25:16 e Jó 42:6).

Esse desviar da ira de Deus, usualmente, está vinculado à cessação das calamidades e catástrofes naturais, um método comum de Deus castigar aos homens, por todo o decurso da história. Alguns estudiosos têm imaginado, mais recentemente, que os ritos do tabernáculo e do templo em algum sentido mágico faziam a ira de Deus desviar-se; mas isso não goza de qualquer apoio por parte dos textos sagrados envolvidos. Não obstante, todos os ritos e práticas cúlticas de Israel eram confirmados na expectação escatológica da grande «bênção» final. E isso, ainda de acordo com o Antigo Testamento, seria levado à plena fruição pelo «servo do Senhor», conforme se vê, por exemplo, em Isa. 49:7-9: «Assim diz o Senhor, o Redentor e Santo de Israel, ao que é desprezado, ao aborrecido das nações, ao servo dos tiranos: Os reis o verão, e os príncipes se levantarão; e eles te adorarão por amor ao Senhor, que é fiel, e do Santo de Israel, que te escolheu. Diz ainda o Senhor: No tempo aceitável eu te ouvi e te socorri no dia da salvação; guardar-te-ei e te farei mediador da aliança do povo, para restaurares a terra e lhe repartires as herdades assoladas; para dizeres aos presos: Saí, e aos que estão em trevas: Aparecei. Eles pastarão nos caminhos, e em todos os altos desnudos terão o seu pasto». E também Isaías 53:10-12: «Todavia, ao Senhor agradou moê-lo, fazendo-o enfermar; quando der ele a sua alma como oferta pelo pecado, verá a sua posteridade e prolongará os seus dias; e a vontade do Senhor prosperará em suas mãos. Ele verá o fruto do penoso trabalho de sua alma, e ficará satisfeito; o meu Servo, o Justo, com o seu conhecimento justificará a muitos, porque as iniqüidades deles levará sobre si».

O amor de Yahweh foi demonstrado no fato de que ele supria uma graça gratuita, suficiente e não merecida para as necessidades de Israel, no tocante à expiação. Um equívoco comum consiste em interpre-

tar a expiação pela culpa de Israel como se esta fosse oferecida por alguma atividade ou por algum sofrimento da própria nação de Israel, como se isso fosse o bastante para satisfazer os requisitos da justiça do Senhor Deus. Porém, quanto a essa idéia o Antigo Testamento mostra-se totalmente silente. Assim, o povo de Israel não foi redimido do Egito por motivo de sua fidelidade e, sim, por haver sustido o seu pacto com Deus: é Deus quem provê as devidas salvaguardas ao seu pacto, apesar dos pecados de seu povo. De fato, o poder eletivo especial de Israel, entre as nações do mundo, envolve uma responsabilidade vastamente crescente diante de Deus. «De todas as famílias da terra somente a vós outros vos escolhi, portanto, eu vos punirei por todas as vossas iniqüidades» (Amós 3:2). As exigências da lei de Deus estão arraigadas em sua justiça, e a razão dos cuidados de Deus por seu povo encontra-se no seu amor. Em última análise, o Antigo Testamento aponta para esse amor divino, conforme se vê em Salmos 1:2 e vários outros trechos bíblicos. E esse amor divino se reflete no amor humano pelo Senhor e sua lei. «Antes o seu prazer está na lei do Senhor, e na sua lei medita de dia e de noite». É precisamente esse amor que faz sobrevir ao povo de Deus todas as suas bênçãos. A bênção e a promessa de sua certeza estão alicerçadas sobre o aparecimento do exemplar celeste da bênção, a saber, o próprio Messias. O término final tanto da ira quanto da misericórdia refletidas no antigo pacto ocorreu no primeiro advento do Senhor Jesus Cristo, em cuja pessoa combinavam-se as funções tanto de Juiz quanto de Salvador. «Quem nele crê não é julgado (salvação); e o que não crê já está julgado (julgamento)...» (João 3:18). Na vinda de Cristo, pois, todas as promessas e profecias sobre Cristo, como o Redentor, tiveram cumprimento.

B. A Ira Divina nos Livros Apócrifos e Pseudepígrafos. Essa literatura dá prosseguimento ao tema da destruição das nações gentílicas que, porventura, tenham perseguido ao povo de Israel (ver Pr. Man. 10 *ss*). As narrativas dos livros apócrifos concebem um futuro governo messiânico e político, bem como a restauração da monarquia davídica. O Senhor é o protetor de Israel, é Aquele que é o grande Vitorioso nas campanhas de Israel (II Macabeus 15:17-36). A literatura de Sabedoria demonstra ser um tanto mais eclética. Também tem certas tendências sincretistas. Assim, disse Aristéias: «É mister reconhecer que Deus governa o mundo inteiro com espírito de bondade, e sem qualquer tipo de ira» (254). Porém, isso não concorda com o testemunho do Antigo Testamento, e nem mesmo com os registros apócrifos mais tradicionais. Na literatura apócrifa e pseudepígrafa, a ira de Deus é retratada, mais freqüentemente, como algo dirigido, em sentido mecânico, contra algum opressor humano (Jubileus 36:10), ainda que, em algumas passagens, se perceba a mesma antiga mensagem profética de juízo divino contra as iniqüidades de Israel (IV Macabeus 4:21). Certo interesse pelo possível retorno de famosas personalidades bíblicas do passado é uma das características da literatura apócrifa e pseudepígrafa, de modo geral, bem como pelo papel medianeiro de Moisés, Elias ou algum anjo, que desviariam a ira de Deus, conforme se vê, para exemplificar em Sabedoria de Salomão 18:21. No entanto, nenhuma nova idéia interpretativa é acrescentada nas obras apócrifas ou pseudepígrafas.

C. A Ira Divina nos Manuscritos do Mar Morto. O mesmo padrão interpretativo reaparece nos manuscritos do mar Morto, conforme já se viu no tocante à literatura apócrifa e pseudepígrafa do Antigo Testamento, embora não com tanta intensidade. A principal característica é a maldição das nações, por parte dos judeus, com a expectação do derramamento da ira divina sobre as mesmas. Ali, o «dia da ira» é encarado como o dia do *triunfo final* dos exércitos de Israel sobre todas as nações gentílicas. Na realidade, a totalidade do rolo 1 QM ocupa-se com a ordenação do exército do Senhor para a batalha, para o derramamento da ira divina. Nessas cenas, os romanos substituem os monarcas helenistas, como os grandes alvos da ira divina. A separação entre os benditos, isto é, Israel, e os condenados, as nações gentílicas, aparece como algo consumado nos manuscritos do mar Morto, embora sem o cumprimento de qualquer das promessas remidoras do Antigo Testamento, e quase sem qualquer menção de castigo contra os apostatados do próprio povo compactuado com Deus. De fato, o templo institucionalizado também aparece castigado, em face de sua fidelidade e vassalagem a Roma. Assim, a ira de Deus aparece ali como uma retribuição política. Esse nacionalismo militarista, que permeia aqueles escritos, utiliza-se mais da terminologia das artes e ciências humanas do que da terminologia emocional humana. Pois ali predominam termos que indicam as idéias de fundir, refinar e dividir (1 QS 1.16; 4.20; 8.4, etc.). Além disso, aqui e acolá, nesses rolos das cavernas de Qunram transparecem idéias gnósticas, como a da indução secreta e irracional no tocante à verdade. Os rituais elaborados, os conceitos dualistas dos bem-aventurados e dos malditos, são pontos fundamentais, nesses escritos, no tocante à vinda do «dia da ira», porquanto será então que os iniciados nesses mistérios seriam vindicados. No entanto, como é evidente, não encontramos coisa alguma dessas idéias nem no Antigo e nem no Novo Testamentos.

D. A Ira Divina no Novo Testamento. Desde o começo, o Novo Testamento dá a entender que o pacto do Antigo Testamento chegara ao fim e tivera cabal cumprimento. Citemos uma das mais claras passagens neotestamentárias quanto a essa questão, a de Lucas 16:16: «A lei e os profetas vigoraram até João; desde esse tempo vem sendo anunciado o evangelho do reino de Deus...» Por conseguinte, no Novo Testamento a ira de Deus é compreendida juntamente com as antigas doutrinas enunciadas no Antigo Testamento, embora com uma ênfase inteiramente nova. E essa nova ênfase é que é mister os homens se submeterem e obedecerem a Cristo, sob a pena de estarem sujeitos à ira de Deus. «Por isso quem crê no Filho tem a vida eterna; o que, todavia, se mantém rebelde contra o Filho não verá a vida, mas sobre ele permanece a ira de Deus» (João 3:36). Acrescente-se a isso que a ira que se manifestará no *juízo final* é a ira de Jesus Cristo. «E o Pai a ninguém julga, mas ao Filho confiou todo o julgamento» (João 5:22). Portanto, a idéia de proteção da comunidade de Israel como uma nação, mediante ameaças de ira divina desfechada contra os adversários, é algo que se faz totalmente ausente nas narrativas dos evangelhos. E é precisamente quando aparece como o Juiz que Jesus Cristo aparece com muitos dos títulos e muitas das imagens simbólicas do Antigo Testamento. «Pelo que também Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai» (Fil. 2:9-11).

1. A Terminologia do Novo Testamento. Visto que o Novo Testamento é consideravelmente menos volumoso do que o Antigo Testamento, além de não ter a necessidade de apelar para a poesia hebraica de estilo paralelista, o vocabulário do Novo Testamento

grego é consideravelmente mais breve do que o vocabulário do Antigo Testamento hebraico, no tocante aos termos referentes à ira. Como já vimos, a palavra grega mais comum para indicar «ira» é *orgê*, que a Septuaginta usou para representar certo número de vocábulos hebraicos. Essa palavra é usada sem aquelas distinções de várias facetas da ira, conforme se vê no Antigo Testamento. O que se destaca no Novo Testamento, no tocante a essa questão, é que a ira de Deus, que resulta na eterna condenação, é tão central que a contenção, atribuída a Márcion, um mestre gnóstico do século II D.C., no sentido de que haveria uma dicotomia entre o «amoroso Pai celestial» de Jesus e o iracundo Yahweh do Antigo Testamento, não tem a menor razão de ser. Não obstante, o uso da noção da ira divina, no Novo Testamento, é algo tão terrível porque não se aplica à esfera política, envolvendo alguma vitória ou derrota militar, mas antes, aplica-se à perdição eterna da alma, com um eterno castigo para os ímpios. «...onde não lhes morre o verme, nem o fogo se apaga» (Mar. 9:48). «...e serão atormentados de dia e de noite, pelos séculos dos séculos» (Apo. 20:10).

A despeito disso, não existem termos, no Novo Testamento, que descrevam a ira divina em linguagem antropopatética, ou seja, de acordo com os sentimentos humanos. No Novo Testamento, aqueles que forem julgados dignos de receber a ira de Deus aparecem confinados a um lugar de castigo. «Eu, porém, vos mostrarei a quem deveis temer: Temei aquele que depois de matar, tem poder para lançar no inferno...» (Luc. 12:5). O trecho de Judas 11-15 também nos apresenta uma cascata de idéias: «Ai deles! porque prosseguiram pelo caminho de Caim e, movidos de ganância, se precipitaram no erro de Balaão, e pereceram na revolta de Coré... Quanto a estes foi que também profetizou Enoque, o sétimo depois de Adão, dizendo: Eis que veio o Senhor entre suas santas miríades, para exercer juízo contra todos e para fazer convictos todos os ímpios...» e vemos que as imagens verbais mais freqüentemente usadas, com base no Antigo Testamento, são aquelas que encontramos nos livros de Isaías e de Salmos.

Muitas das parábolas de Cristo abordam diretamente a questão da ira de Deus. Nessas parábolas, a ira divina aparece não somente como a retribuição dada àqueles que perseguiram ao povo de Israel, mas também àqueles que rejeitaram ao Messias, em suas reivindicações. «Então ordenou o rei aos serventes: Amarrai-o de pés e mãos, e lançai-o para fora, nas trevas; ali haverá choro e ranger de dentes. Porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos» (Mat. 22:13,14). Somente em algumas poucas passagens do Novo Testamento os juízos impostos pela ira divina aparecem associados a calamidades físicas ou naturais, conforme se vê, comumente, nas páginas do Antigo Testamento. Assim, em Lucas 13:4,5, a queda repentina da torre de Siloé, sobre certos indivíduos, parece mais importante que a morte daquelas dezoito vítimas. Mas o Senhor Jesus sempre se preocupou, em seu doutrinamento, a ensinar não sobre meras calamidades físicas, como resultados da ira divina, e, sim, a ensinar sobre a perdição da alma e, de fato, do homem em sua inteireza: «...temei antes aquele que pode fazer perecer no inferno tanto a alma como o corpo» (Mat. 10:28).

Independentemente das indicações de ira, emoções levemente menos violentas do que a ira foram atribuídas a Jesus, nos textos neotestamentários, quando ele se via diante de indivíduos que não queriam largar seus pecados e sua hipocrisia. Assim, em Marcos 10:14, onde lemos: Jesus, porém, vendo isto, indignou-se e disse-lhes: Deixai vir a mim os pequeninos, não os embaraceis, porque dos tais é o reino de Deus». A palavra aqui traduzida por indignou-se é o vocábulo grego *aganaktéo*, «indignar-se», «ficar desagradado». No entanto, em tais casos, não se reflete, realmente, a severidade da ira divina, mas tão-somente o quanto revoltava ao Senhor Jesus a dureza do coração humano.

2. Cristo e a Ira Divina. Jesus Cristo desempenha um duplo papel nas operações da ira divina. Ele é, ao mesmo tempo, o Juiz celeste e o principal dos Pecadores (representativamente), sob o julgamento divino. No Antigo Testamento, nenhum rei, profeta ou sacerdote chegou a asseverar que estava investido da autoridade divina de julgar, exceto naquilo em que agia como mensageiro ou servo do Senhor, se para tanto fosse enviado. No entanto, foi nessa função que Jesus Cristo apareceu, ao ser apresentado ao mundo por João Batista. «A sua pá ele a tem na mão, e limpará completamente a sua eira; recolherá o seu trigo no celeiro, mas queimará a palha em fogo inextingüível» (Mat. 3:12). Isso é um reflexo de Salmos 1:4 e 5, onde lemos: «Os ímpios não são assim; são, porém, como a palha que o vento dispersa. Por isso, os perversos não prevalecerão no juízo...»

Em suas parábolas, o Senhor Jesus reiterou as descrições do Senhor dos céus como um Juiz, conforme se vê em Mat. 13:24-30, sobre a parábola do joio. Ali, o dono do campo plantado dirá aos ceifeiros: «Ajuntai primeiro o joio, atai-o em feixes para ser queimado; mas o trigo, recolhei-o no meu celeiro». De conformidade com muitas outras passagens bíblicas, isso terá lugar por ocasião da vinda gloriosa do *Filho do homem*, ou seja, quando da *parousia* (vide). Nessa conexão, é interessante observarmos que o título «Filho do homem», nunca foi aplicado por Jesus a si mesmo a fim de destacar a sua natureza humana, tão-somente, e, sim, para realçar o seu papel como Aquele que cumprirá as expectações messiânicas do Antigo Testamento, nos «últimos dias» e no «dia de Deus».

O fato de que Jesus Cristo tomou, sobre Si mesmo, todas as conseqüências da ira de Deus contra o pecado, como nossa expiação vicária, é um dos mais profundos mistérios da revelação cristã. O quadro bíblico que nos é oferecido, a respeito do injusto julgamento e da crucificação do Senhor Jesus, na qualidade de Messias ou Servo de Deus, quando então ele sofreu todo o rigor da ira divina, desafia toda e qualquer descrição e silencia as especulações. As narrativas bíblicas dependem totalmente da terminologia sobre a ira, conforme se vê no Antigo Testamento, como «o derramamento do cálice» ou o «sorver da ira divina», além de outras expressões similares. Para exemplificar: «E lembrou-se Deus da grande Babilônia, para dar-lhe o cálice do vinho do furor da sua ira» (Apo. 16:19b). Isso reverbera a idéia de que Deus destilou todas as mais ferozes da manifestação da bílis de sua ira, e entregou a mistura para ser sorvida até à borra, por aqueles que O desafiaram.

Nas explicações das parábolas, feitas por Jesus, ele esclareceu o significado completo do seu sacrifício expiatório pelo pecado, aplacando assim inteiramente a justa indignação e ira de Deus contra os pecadores, sob a condição de arrependimento e fé. E isso também transparece nos escritos apostólicos, conforme vemos, por exemplo, em Rom. 5:9: «Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira». Ou em Gálatas 3:13,14: «Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar, porque está escrito: Maldito

todo aquele que for pendurado em madeiro; para que a bênção de Abraão chegasse aos gentios, em Jesus Cristo...» Ver Também II Cor. 5:12.

Uma expansão final das idéias sobre a ira de Deus, nas páginas do Novo Testamento é aquela que, em Judas e em Apocalipse, está vinculada à idéia da *parousia* ou segundo advento de Cristo. É ali que, conforme já dissemos de passagem, culmina toda a ira de Deus. A mais complexa e completa predição sobre os dias finais de nossa dispensação é aquela que se encontra no livro de Apocalipse. Ali são reiteradas todas as possibilidades da linguagem usada no Antigo Testamento a respeito da ira divina. Basta uma pequena lista dessas repetições para vermos o quanto essa linguagem depende do Antigo Testamento. Sobre uma grande lamentação (Apo. 18:9,10: «Ora, chorarão e se lamentarão sobre ela os reis da terra, que com ela se prostituíram e viveram em luxúria, quando virem a fumaceira do seu incêndio e, conservando-se de longe, pelo medo do seu tormento, dizem: Ai! ai! tu, grande cidade, Babilônia, tu, poderosa cidade! pois em uma só hora chegou o teu juízo» — ver Eze. 26:16,17; 27:30,33; Sal. 48:4; Eze. 27:35; Isa. 23:17; Dan. 4:30 e Eze. 26:17). Um incêndio (Apo. 8:7: «O primeiro anjo tocou a trombeta, e houve saraiva e fogo de mistura com sangue, e foram atirados à terra. Foi, então, queimada a terça parte da terra, e das árvores, e também toda erva verde» — ver Êxo. 9:24; Eze. 38:22; Joel 2:30). A ceifa (Apo. 14:15: «Outro anjo saiu do santuário, gritando em grande voz para aquele que se achava sentado sobre a nuvem: Toma a tua foice e ceifa, pois chegou a hora de ceifar, visto que a seara da terra já secou» — ver Joel 3:13). A quebra de um vaso de barro (Apo. 2:27: «...e com cetro de ferro as regerá, e as reduzirá a pedaços como se fossem objetos de barro» — ver Sal. 2:8,9; 49:14; Dan. 7:22 e 12:5).

Na literatura apócrifa do Novo Testamento destaca-se ainda um outro aspecto da execução da ira divina. Trata-se do julgamento da prisão, de mescla com tormentos incessantes. «...estrelas errantes, para as quais tem sido guardada a negridão das trevas, para sempre» (Jud. 13). Ver também Apo. 20:1-3: «...porque o Senhor sabe livrar da provação os piedosos, e reservar, sob castigo, os injustos para o dia de juízo» (II Ped. 2:9). Isso posto, ainda que o quadro nos pareça espantoso no livro de Apocalipse temos o quadro de como o Messias, que foi morto mas reviveu, haverá de governar sobre este mundo, depois que o mesmo tiver sentido os devastadores efeitos da ira de Deus, o que porá fim à nossa dispensação. «Digno é o Cordeiro, que foi morto, de receber o poder, e riqueza, e sabedoria, e força, e honra, e glória e louvor. Então ouvi que toda criatura que há no céu e sobre a terra, debaixo da terra e sobre o mar, e tudo o que neles há, estava dizendo: Àquele que está sentado no trono, e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória e o domínio pelos séculos dos séculos» (Apo. 5:12,13).

III. A Ira do Homem

A. A Ira Humana no Antigo Testamento. Embora, em ocasiões e por motivos restritos, aos homens é ordenado que cumpram as exigências da ira de Deus, no Antigo Testamento (cf. Jos. 9:20), as explosões de ira, sem qualquer autocontrole, são julgadas por Deus. como se as pessoas estivessem se arrogando a posição que cabe exclusivamente à autoridade de Deus. «Deixa a ira, abandona o furor; não te impacientes; certamente isso acabará mal. Porque os malfeitores serão exterminados, mas os que esperam no Senhor possuirão a terra» (Sal. 37:8,9). Os mandamentos determinados por Deus devem ser cumpridos sem qualquer irritação por parte dos homens (ver Núm. 20:11), e a fúria da ira apaixonada devia ser rejeitada, e era proibida em Israel, conforme se aprende em Gênesis 49:5-7: «Simeão e Levi são irmãos; as suas espadas são instrumentos de violência... no seu furor mataram homens, e na sua vontade perversa jarretaram touros. Maldito seja o seu furor, pois era forte, e a sua ira, pois era dura; dividi-los-ei em Jacó, e os espalharei em Israel». A justa ira divina também se volta contra os atos cruéis e bárbaros, ou contra as astúcias de certas nações gentílicas, que inventam sofrimentos sofisticados para os seres humanos. De acordo com o trecho de Naum 3:1-4, certamente isso atrai o castigo divino. E até mesmo a execução de criminosos precisava ser efetuada sem malícia e sem rancor, conforme se depreende claramente de Deuteronômio 21:22,23: «Se alguém houver pecado, passível da pena de morte, e tenha sido morto, e o pendurares num madeiro, o seu cadáver não permanecerá no madeiro durante a noite, mas certamente o enterrarás no mesmo dia...»

Nos períodos de degradação idólatra, por muitas vezes, nações pagãs foram usadas por Deus para servirem de instrumentos de sofrimento para a ímpia nação de Israel (cf. Isa. 10:5,6); mas os excessos das violências gentílicas, por sua vez, eram castigados. O Antigo Testamento mostra claramente a distinção entre o estado de guerra, um ato do Estado, e os ataques físicos e os homicídios, estes causados pela fúria das paixões humanas. No *decálogo* (ver Êxo. 20:13) temos um mandamento diretamente aplicado ao homicídio cometido por um indivíduo. Nas narrativas do Antigo Testamento, os atos de ira mencionados, com freqüência, servem de base de julgamento por parte de Deus (ver Gên. 4:5,6; 34:13). E a própria indignação de Deus é reconhecida como algo desfavorável (ver Núm. 18:5), embora absolutamente necessária. Enfim, Deus nunca encontra satisfação com as misérias sofridas pelos ímpios, porquanto ele só se rejubila diante dos triunfos de sua retidão. «Ri-se aquele que habita nos céus; o Senhor zomba deles. Na sua ira, a seu tempo, lhes há de falar, e no seu furor os confundirá» (Sal. 2:4,5). O Antigo Testamento mostra-se claríssimo quanto ao ensino que somente Deus tem a autoridade de vingar-se dos erros cometidos pelos homens contra os seus semelhantes. «A mim me pertence a vingança, a retribuição, a seu tempo, quando resvalar o seu pé: porque o dia da sua calamidade está próximo, e o seu destino se apressa em chegar» (Deu. 32:35; ver também Sal. 94:1).

O Antigo Testamento não permite aos homens aquilo que se convencionou denominar de «justa indignação», exceto no clamor da batalha. Diferentemente de tantos outros documentos escritos que nos chegaram da antiguidade, o Antigo Testamento jamais encoraja a satisfação diante da agonia humana. As privações sofridas pelos iníquos e o cativeiro que, finalmente, atinge os conquistadores, são pontos enaltecidos nos salmos impecatórios e outros trechos bíblicos, de uma maneira até bastante comum; mas as recitações sobre conquistas sangrentas, com detalhes dos tormentos padecidos por cativos derrotados, que faziam parte tão constante dos anais assírio-babilônicos, fazem-se completamente ausentes das páginas da Bíblia. A ira, no Antigo Testamento, contenta-se em asseverar a privação da vida e a remoção do corpo até algum lugar de sepultamento; e a vindicação final da ira justa, aparece ali como algo que ocorrerá na outra vida, já fora das realizações terrenas dos homens. «Eis que me matará, já não tenho esperança; contudo, defenderei o meu procedi-

mento. Também isto será a minha salvação, o fato de o ímpio não vir perante ele» (Jó 13:15,16).

B. A Ira Humana no Novo Testamento. Se há alguma coisa que nos deveria fazer meditar é que as proibições contra a manifestação da ira humana ainda são mais peremptórias no Novo Testamento, do que o eram no Antigo Testamento. O ensino principal gira em torno do discurso de Jesus no monte das bem-aventuranças. «Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus... Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; e: Quem matar estará sujeito a julgamento. Eu, porém, vos digo que todo aquele que sem motivo se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento...» (Mat. 5:9,21,22). Jesus adverte nesse contexto até mesmo contra a falha que consiste em ofender a um irmão com as nossas palavras. E essa advertência é reiterada em várias das epístolas. «...não vos vingueis a vós mesmos, amados, mas dai lugar à ira; porque está escrito: A mim me pertence a vingança; eu retribuirei, diz o Senhor. Pelo contrário, se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber; porque, fazendo isto, amontoarás brasas vivas sobre a sua cabeça. Não te deixes vencer do mal, mas vence o mal com o bem» (Rom. 12:19-21). Ver também II Cor. 12:10; Gál. 5:19,20; Efé. 4:26-31; Col. 3:8; Tia. 1:19,20.

O grande alvo da expiação pelo sangue de Cristo é a glorificação do crente; mas uma parte essencial desse alvo consiste na santificação diária. E certas passagens neotestamentárias deixam claro que a ausência de santificação, por parte do homem, torna-o sujeito à ira divina. «De quanto mais severo castigo julgais vós será considerado digno aquele que calcou aos pés o Filho de Deus, e profanou o sangue da aliança com o qual foi santificado, e ultrajou o Espírito da graça... O Senhor julgará o seu povo. Horrível cousa é cair nas mãos do Deus vivo» (Heb. 10:29-31). Ver também II Coríntios 5:10, terrível nas conseqüências salientadas, para o crente que não anda na santidade: «Porque importa que todos nós compareçamos perante o tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o bem ou o mal que tiver feito por meio do corpo». Essa necessidade de santificação chega mesmo a ser exposta em termos da salvação da própria ira de Deus. «E compadecei-vos de alguns que estão na dúvida — salvai-os, arrebatando-os do fogo; quanto a outros, sede também compassivos em temor, detestando até a roupa contaminada pela carne» (Jud. 22:23). E a posição dos cristãos, por muitas vezes, é comparada com a do povo de Israel, em suas jornadas pelo deserto do Sinai, onde vemos que os israelitas, com grande freqüência, voltaram as costas a Yahweh, e, por isso mesmo, ficaram sujeitos à sua ira. «E contra quem se indignou (Deus) por quarenta anos? Não foi contra os que pecaram, cujos cadáveres caíram no deserto? E contra quem jurou que não entrariam no seu descanso, senão contra os que foram desobedientes? Vemos, pois, que não puderam entrar por causa da incredulidade. Temamos, portanto, que nos sendo deixada a promessa de entrar no descanso de Deus, suceda parecer que algum de vós tenha falhado» (Heb. 3:17—4:1). E, no Novo Testamento, torna-se igualmente claro que a santificação é realizada com base na expiação pelo sangue de Cristo, em face da graça divina, mediante a fé em Jesus Cristo (Rom. 7:13-25). Ora, é precisamente no que concerne a essa última questão que, em algumas poucas referências, há alusão a uma «ira justificada», de acordo com as Escrituras. No esforço do crente obedecer à lei de Deus e de emular o amor de Cristo, todo estado de animosidade e ira deve ser imediatamente solucionado. A bem da verdade, a ira gerada devido ao genuíno ódio contra o mal, é uma ira aprovada. Lemos em Salmos 97:10: «Vós, que amais o Senhor, detestai o mal...» E esse tema reaparece no Novo Testamento. Sem dúvida, certas observações feitas por Paulo, acerca de seus detratores, foram impulsionadas pela ira. «Mas, ainda que nós, ou mesmo um anjo vindo do céu vos pregue evangelho que vá além do que vos temos pregado, seja anátema. Assim como já dissemos, e agora repito, se alguém vos prega evangelho que vá além daquele que recebestes, seja anátema» (Gál. 1:8,9). Não obstante, mesmo quando justificada, a ira não pode ser guardada no coração, ao ponto de transformar-se em rancor, ou seja, não pode chegar àquilo que Paulo condenou tão indubitavelmente: «Irai-vos, e não pequeis; não se ponha o sol sobre a vossa ira, nem deis lugar ao diabo» (Efé. 4:26,27). Nessa citação, a primeira vez em que aparece a palavra verbal, «irar-se», temos o verbo grego *orgízomai*; mas, na segunda vez, temos o vocábulo grego *parorgismós*, «rancor», «exasperação». Ver I. *Palavras Envolvidas*. B. *No Grego*. 3. *Parorgismós*. Toda ira dessa qualidade exacerbada torna-se passível do julgamento divino.

C. O Conceito da Ira na Igreja Antiga. Um dos mais importantes documentos que sobrevivem até hoje, provenientes do período anteniceno, é o tratado de Lactâncio (260—320? D.C). O título desse documento é *De ira Dei*, «A Ira de Deus». O argumento apresentado por essa pequena, mas antiga obra, aborda o problema se podemos dizer, com toda propriedade, que Deus pode *irar-se*, à luz do fato de que as fortes emoções humanas não podem ser atribuídas ao Criador. O autor daquela obra retruca a isso dizendo que Deus é o Criador, e que se ele permitisse que a transgressão tivesse curso livre, sem qualquer retribuição divina, isso seria lançar o caos na criação. Essa obra segue um método escolástico de apresentação, e suas conclusões gerais não têm sido aprovadas pelos estudiosos no decorrer dos séculos, mesmo por aqueles que têm aprovado seu método e seus alvos. A questão foi ventilada novamente nos escritos dos escolásticos medievais; porém, uma vez mais, caiu no desinteresse, após o período da Reforma. Mas, à semelhança de outros documentos da fé cristã, tem sido um foco de atenções em períodos de turbulência política e de perseguição religiosa, embora torne a cair no olvido nos tempos de relativa tranqüilidade e bem-estar por que tem passado a Igreja cristã. Mas, nesta nossa época de ameaça de extermínio total da humanidade, a obra tem sido novamente projetada a uma posição de importância e veracidade, na opinião de muitos.

A Ira de Deus e a Interpretação Pré-Milenista da Parousia. Conforme temos mostrado em vários artigos dispersos por esta enciclopédia, mormente naquele intitulado *Parousia* (vide), há uma posição escatológica que diz que Jesus virá arrebatar a sua Igreja antes da eclosão da tribulação final, e uma outra posição que diz que o Senhor só virá buscar a sua Igreja após terminado aquele período atribulado. Ora, aqueles que tomam a primeira dessas duas posições têm, como um de seus argumentos de reforço, a idéia de que o crente não foi destinado à ira, que a Grande Tribulação será a manifestação da ira de Deus, e que, por conseguinte, a Igreja não passará pela Grande Tribulação.

À primeira vista essa argumentação parece ser lógica. Todavia, quando submetida a exame, vê-se que o argumento é muito falho, conforme passamos a mostrar. Antes de tudo, esse argumento usa a palavra *ira* em dois sentidos. Na primeira premissa — o

crente não foi destinado à ira — temos uma premissa veraz, para a qual poderíamos citar vários textos bíblicos. Por exemplo: «...porque Deus não nos destinou para ira, mas para alcançar a salvação mediante nosso Senhor Jesus Cristo» (I Tes. 5:9). Como é evidente, nesse sentido, «ira» é o oposto de «salvação», conforme Paulo mesmo frisa. Já na segunda premissa — a Grande Tribulação será a manifestação da ira de Deus — encontramos uma premissa viciada. Pois, se é verdade que a Grande Tribulação será um aspecto da ira de Deus, não pode ser confundida com «a ira» de Deus, a qual, conforme já vimos, no Novo Testamento tem sempre o sentido de castigo eterno, nos lugares infernais, algo que nada tem a ver com a Grande Tribulação. Em virtude disso, a conclusão desse aforismo — a Igreja não passará pela Grande Tribulação — não passa de um sofisma.

A posição pós-tribulacional, ou seja, a que diz que o Senhor Jesus só virá buscar sua Igreja terminada a calamidade da Grande Tribulação, fundamenta-se sobre a ordem de seqüência dos acontecimentos relatados por Cristo, no seu discurso profético, em resposta à indagação dos discípulos: «Dize-nos quando sucederão estas cousas, e que sinal haverá da tua vinda (no grego, *parousia*) e da consumação do século» (Mat. 24:3 *ss*). O Senhor Jesus, pois, fez a listagem de sinais que antecederiam a sua *parousia* (vide), destacou a Grande Tribulação como o maior de todos os sinais anteriores à sua *parousia*, mostrou que após a tribulação final haverá sinais cósmicos (o que não ocorrerá durante a Grande Tribulação), e, finalmente, cumpridos todos os sinais menores e maiores, diz ele: «...verão o Filho do homem vindo sobre as nuvens do céu com poder e muita glória. E ele enviará os seus anjos, com grande clangor de trombeta, os quais reunirão os seus escolhidos, dos quatro ventos, de uma a outra extremidade dos céus» (Mat. 24:30b,31). Ora, se todos aqueles sinais cósmicos e o próprio arrebatamento dos eleitos (posto que Jesus não tenha usado a palavra «arrebatamento», e, sim, o verbo «reunirão»), sucederão «logo em seguida à tribulação daqueles dias» (vs. 29), como é que alguns dizem que o arrebatamento da Igreja será antes da tribulação final?

Além disso, há precedentes bíblicos para a idéia de que o povo de Deus pode ficar incólume, na terra, enquanto a ira de Deus descarrega-se contra os seus adversários, atingindo somente a estes e isentando de toda a ira àqueles. É o caso de Israel durante as dez pragas do Egito. Embora convivessem no mesmo país, os israelitas não foram atingidos por nenhuma das dez pragas, mas os egípcios não puderam escapar de nenhuma delas. Ver Êxo. 7:14—12:36. Isso posto, que impedirá que Deus proteja o seu povo dos piores desastres ecológicos e outros, que haverão de sobrevir ao mundo, quando da Grande Tribulação? Elias também foi preservado em vida, enquanto a seca, por três anos e meio (o mesmo período da Grande Tribulação) devastava Israel!

IV. Usos Antropomórficos

Alguns eruditos duvidam que seja apropriado usar descrições tipicamente humanas para descrever Deus. Até que ponto podemos afirmar que *Deus* sente os mesmos tipos de emoções que os *homens* sentem? É claro que a linguagem humana, necessariamente, deve se expressar em termos *humanos*; mas é claro também que, descrevendo *Deus*, a linguagem humana, tão cheia de antropomorfismos, deve errar muito quando descreve o Ser *mais alto* e *transcendente*. O termo *ira*, portanto, é um termo técnico para significar o julgamento de Deus e seus resultados, e não descreve, necessariamente, uma emoção que o Ser Supremo sente. A Bíblia fala, em muitos lugares, sobre a ira de Deus em termos de emoção, mas este uso é um limite natural do dilema antropomórfico no qual os homens se acham. A Bíblia também descreve Deus como um ser cujos pensamentos não são nossos, cuja natureza é totalmente diversa da nossa porque ele é um ser *transcendente* (Rom. 11:33 *ss;* I Tim. 6:16). É possível falar sobre este Deus, usando termos antropomórficos, e mesmo assim, esperar que as nossas descrições sejam corretas? É melhor confessar a nossa *ignorância*.

V. A Ira de Deus e o Seu Amor São Sinônimos

A cruz de Cristo foi um julgamento (uma expressão da ira de Deus), mas foi, igualmente, uma grande expressão de seu *amor*. O castigo que o crente recebe quando erra, é uma demonstração da ira de Deus, mas, mesmo assim, é também uma expressão do amor de um *Pai*, Heb. 12:5 *ss*. O julgamento do incrédulo tem a intenção de remediar sua condição, portanto, é uma demonstração do *amor divino*. Ver I Ped. 4:6; Efé. 1:9,10 e os artigos sobre a *Descida de Cristo ao Hades* e *Restauração*. Fica óbvio, portanto, que a ira de Deus, mesmo quando severa, é uma expressão de seu amor, porque opera o plano que o amor de Deus fez em favor dos homens. A ira de Deus castiga, mas também limpa; corrige, mas também restaura. O amor de Deus, *através* de sua ira operava e opera no próprio lugar do julgamento, como I Ped. 3:18-4:6 demonstram. A ira de Deus, mesmo quando severa e *prolongada*, é um dedo na mão amorosa de Deus. O *Artista-Mor Supremo* nunca perde ou gasta uma pincelada. (AM B E I ID ND NTI)

IRA (Pessoa)

No hebraico, «cidadão» ou «vigilante». Esse foi o nome de várias personagens que figuram no Antigo Testamento:

1. Um tecoíta, filho de Iques. Ira foi um dos trinta poderosos guerreiros de Davi, que faziam parte de sua guarda pessoal. Ver I Crô. 11:28; II Sam. 23:26. Foi comandante do sexto regimento de tropas, segundo se vê em I Crô. 27:8. Viveu entre cerca 1046 e 1014 A.C.

2. Um itrita, outro dos trinta poderosos guerreiros de Davi. Ver II Sam. 23:38 e I Crô. 11:40. Viveu na mesma época do primeiro.

3. Um jairita, que foi chamado de sacerdote de Davi (II Sam. 20:26). É impossível que ele tivesse ocupado uma verdadeira posição sacerdotal, visto que era da tribo de Manassés. De acordo com a opinião de alguns, é possível que algumas exceções fossem abertas, no sacerdócio, no caso de indivíduos especiais. No entanto, o mais provável é que ele funcionasse como uma espécie de capelão ou conselheiro religioso de Davi; e, assim sendo, seu ministério sacerdotal era extra-oficial. Ele também é mencionado em I Crô. 18:17. Viveu por volta de um pouco antes do ano 1000 A.C.

IRA DE DEUS

1. Essa expressão não indica alguma emoção, como se o Senhor Deus, em cólera, frustração e ódio, se voltasse violentamente contra os seus adversários, conforme esse termo freqüentemente é usado, quando aplicado aos homens.

2. Pelo contrário, trata-se de um termo técnico que aponta para o «julgamento». (Ver o artigo sobre o *Julgamento*).

3. A ira de Deus (julgamento) inclui as seguintes

considerações:

a. *Ela é retributiva*. Em outras palavras, os homens terão de pagar por todo o mal que tiverem praticado, como também pelo bem que tiverem deixado de fazer. Essa retribuição será minuciosa, seguindo a lei da colheita segundo a semeadura, em detalhes precisos. (Ver no NTI as notas em Gál. 6:7,8 sobre esse conceito). Essa lei é que determinará a extensão da retribuição.

b. Ela será mitigada pelas obras do indivíduo, pois os não-eleitos que tiverem praticado boas obras, não receberão a mesma retribuição que receberão aqueles que praticaram muitas maldades e poucas ações boas.

c. *O julgamento* (a ira de Deus) tem um aspecto remedial e restaurador e não apenas retributivo. Esse conceito é comentado em I Ped. 4:6 no NTI, onde está contida a idéia no texto sagrado.

d. O julgamento contribuirá para trazer à existência a «restauração» referida em Efé. 1:10. Não fará com que os não-eleitos se tornem eleitos; e nem reverterá seus destinos eternos. Mas conferirá aos não-eleitos, uma vida digna de ser vivida, uma glória secundária, onde Cristo será honrado e será o alvo de toda a existência, porquanto ele terá de ser tudo para todos (ver Efé. 1:23).

e. Os não-remidos não participarão da natureza divina (o «pleroma» de Col. 2:10), mas *tornar-se-ão* uma espécie de ser inteiramente diferente, de ordem inferior. Mesmo assim, sua glória, afinal, será muito grande.

f. O julgamento envolve sofrimento. Esses sofrimentos exercerão um efeito remedial. Mas o julgamento significa que os perdidos nunca chegarão a obter o destino que lhes era possível atingir em Cristo. Nesse sentido é que serão «destruídos», quanto ao propósito essencial em potencial, que tiveram na vida. Esse conceito de julgamento é muito mais temível que a idéia de mero sofrimento, por mais intensos que sejam tais sofrimentos.

g. Falando assim, usamos termos comparativos, e não absolutos em si. É errado baixar a missão de Cristo, diminuindo o nosso conceito sobre a sua grandeza. A glória da restauração dos não-eleitos será maior do que as descrições na igreja sobre a glória dos eleitos. E a glória dos eleitos será maior do que a descrição na igreja sobre o próprio Deus. Ver o artigo sobre *Restauração* que entra em detalhes sobre este assunto.

4. Não há nenhuma contradição entre a ira de Deus e seu amor. De fato, os dois servem o mesmo propósito. A ira de Deus é um dedo da mão amorosa de Deus. É severa mas esta própria severidade realiza o trabalho de restauração, *através* de um julgamento tão severo que *deve ser* para cumprir seu propósito benéfico. *É isto* que I Ped. 4:6 ensina. Ver o artigo separado sobre *Julgamento*. Ver a *Descida de Cristo ao Hades*.

IRA DOS HOMENS

O trecho de Gálatas 5:19 informa-nos que essa é uma das obras da carne, contrastando com o fruto (as virtudes) cultivado pelo Espírito. A ira é um dos grandes vícios humanos. Algumas vezes, pessoas boas deixam-se arrastar pela ira, mas chamam-na de justa indignação. O que usualmente está operando é a carnalidade, a despeito daquelas reivindicações. A palavra «iras», naquele versículo, traduz o vocábulo grego *thumoi*. Esse termo indica, basicamente, «alma», «espírito», «coração»; e daí derivam-se as idéias de *coragem* (positivamente) e de *mau temperamento* (negativamente). É provável que Paulo quisesse destacar aquelas explosões de ira que criam sentimentos de hostilidade contra nossos semelhantes. Também poderia indicar *ardor* ou *paixão*. Tal vocábulo era usado tanto para Deus quanto para os homens. Ver Apo. 14:10,18; 15:1. Indica tanto a indignação divina quanto a fúria de Satanás. Ver Apo. 12:12. Também aponta para a ira humana. Ver Luc. 4:28; Atos 19:28; II Cor. 12:20 e Col. 3:8. Essa emoção forte é causa de muitos conflitos pessoais, domésticos e religiosos. É o contrário da ação benigna do Espírito Santo. Essa emoção solapa e destrói o espírito do amor cristão. Transforma em adversários aqueles que deveriam amar-se mutuamente.

Tiago informa-nos que a ira humana não opera a justiça divina (Tia. 1:20). E o trecho de Tia. 1:19 recomenda que sejamos lentos para nos irar. A ira não deveria perdurar por muito tempo na pessoa espiritual (Efé. 4:26). Apesar de ser possível a um homem bom odiar ao mal e irar-se contra as manifestações do mal, e apesar disso ser bom, na maioria das vezes, os homens bons também caem na armadilha da ira carnal e destrutiva.

IRADE

No hebraico, «fugitivo». Era um dos filhos de Enoque, o patriarca antediluviano, da linhagem de Caim (Gên. 14:18). Era neto de Caim.

IRASCÍVEL

Um termo usado por Tomás de Aquino (vide), referindo-se aos apetites carnais do homem. Mais especificamente, esse vocábulo indica como o indivíduo protege seus meios de satisfação. O homem natural inclina-se, pois, por proteger e promover aquelas coisas que lhe dão satisfação, pelo que é *irascível*. Essa palavra significa «inclinado à ira», referindo-se à maneira intensa e egoísta como o homem protege os seus próprios vícios.

IRÊNICA, TEOLOGIA

Esse adjetivo, «irênica», vem do grego, **eirene**, «paz». A chamada **teologia irênica** consiste no estudo das doutrinas cristãs, com o intuito de conciliar diferenças, e assim promover a paz e a harmonia, em lugar da contenção e da controvérsia, que, com tanta freqüência, são apodadas de «teologia». Essa abordagem ao estudo das doutrinas cristãs procura evitar pontos de vista unilaterais, levando em conta todos os aspectos envolvidos em cada questão ventilada.

IRI

Ver sobre **Ir**, provavelmente outra forma do mesmo nome. Esse nome também é mencionado em I Esdras 8:62. Ver igualmente sobre Urias, em Nee. 3:4,21. Alguns duvidam da identificação desse homem com aquele que é mencionado em I Crônicas 7:7, e que algumas versões também dão em Gênesis 46:21.

IRINEU

Suas datas aproximadas foram 125-202 A.C. Foi um líder e teólogo cristão. Pensa-se que ele nasceu em Esmirna, na Ásia Menor. Foi bispo de Lyon, na França. Declarou que conhecia o bispo de Esmirna, Policarpo (vide). Há escassas informações sobre a sua vida; mas os seus escritos são importantes devido às citações que ele fez dos pais e devido aos seus ataques contra o gnosticismo (vide), o que nos provê

informações sobre o assunto. Tornou-se presbítero da igreja de Lyon, mas, por razões que desconhecemos, foi para a Gália. Em 177 D.C., no decurso da controvérsia montanista, foi a Roma, como representante da igreja de Lyon. Irrompeu a perseguição contra as igrejas de Lyon e de Viena. E Potino, bispo de Lyon, foi martirizado. Então Irineu tomou seu lugar como bispo, tendo continuado no ofício até, pelo menos, o ano de 190 D.C.

Foi por esse tempo que ele escreveu uma carta ao bispo de Roma, acerca da controvérsia quartodecimana (vide). Ele intercedeu diante do papa Vítor, em favor dos bispos asiáticos. O papa Vítor reinou em cerca de 189—199 D.C. A petição de Irineu era que aqueles bispos pudessem continuar seu tradicional método de calcular a data da páscoa, que estava envolvida na citada controvérsia.

Não se sabe quais as circunstâncias da morte de Irineu. Apesar disso, ele é honrado como mártir cristão. Talvez a antiga tradição a respeito seja correta, embora não haja menção da questão antes do século V D.C. Sua festa religiosa era antes observada a 28 de junho, mas agora o é a 3 de julho. Sem dúvida alguma, foi um dos mais influentes elementos da Igreja da época antes de Nicéia.

Escritos. Sabe-se que Irineu foi autor de muitos livros e artigos, embora só sobrevivam dois livros completos, ambos originalmente escritos em grego. Seus títulos são: *Adversus Haereses*, «Contra as Heresias», atualmente disponível em uma tradução para o latim. No original chamava-se *Detecção e Refutação da Pretensa Mas Falsa Gnosis*, sendo, essencialmente, um ataque contra o gnosticismo. Sua outra obra, *Epideixis*, «Prova da Pregação Apostólica», esteve perdida durante muitos séculos. Mas, foi encontrada uma tradução da mesma para o armênio, em 1904. Trata-se de uma espécie de catecismo de ensinamentos cristãos, enfatizando como Cristo cumpriu muitas profecias do Antigo Testamento. Fragmentos daquela primeira obra também podem ser encontrados nos escritos de Hipólito, Eusébio e Epifânio.

Idéias:

1. Sendo um dos pais orientais da Igreja, e em consonância com a teologia geral da área (o que até hoje prevalece na Igreja Ortodoxa Oriental), Irineu acreditava que a oportunidade de salvação ultrapassa à morte biológica do indivíduo, de tal modo que o após-vida torna-se um tempo em que as almas podem ser remidas. Usualmente, essa crença também envolve a confiança de que o ministério de Cristo no hades (I Ped. 3:18—4:6) é eficaz, porquanto o hades teria sido aberto como um campo missionário. Para alguns, essa crença incorpora uma doutrina da restauração, em algum sentido. Ver os artigos separados: *Descida de Cristo ao Hades* e *Restauração*.

2. Em sua refutação do gnosticismo, Irineu foi o primeiro a desenvolver uma espécie de sistema de crença católica ou universal. Isso incluía as seguintes idéias:

a. A autoridade da sucessão apostólica.

b. Cristo era o **Deus-homem**, encarnação da divindade, antecipado no Antigo Testamento e revelado no Novo Testamento.

c. Assim como Cristo participou de nossa humanidade, assim também as almas humanas, na redenção, podem participar da natureza divina. Ver os seguintes artigos, que expõem o conceito: *Transformação Segundo a Imagem de Cristo* e *Divindade, Participação na, Pelos Homens*. Esse conceito ensina que os homens podem participar da natureza divina (II Ped. 1:4), em um sentido real, embora finito e secundário, mas de maneira sempre crescente, o que faz da glorificação um processo eterno, e não um único acontecimento, por ocasião da morte física. O finito ir-se-á aproximando sempre e cada vez mais do infinito, nunca atingindo o mesmo, mas sempre progredindo. Visto que há uma infinitude com que deveremos ser cheios, então também deverá haver um preenchimento infinito. Cristo, como o Filho de Deus, é o Redentor que leva os demais filhos de Deus à glória.

d. A presença do corpo e do sangue de Cristo nos elementos da eucaristia.

3. *O Teísmo*. Deus tanto criou o mundo como está sempre presente em sua criação. Sua presença é remidora. Isso Irineu ensinava em oposição ao gnosticismo, com sua teologia deísta. Ver sobre o *Deísmo*.

4. A doutrina do *Logos* (vide). Irineu dizia que o Logos apenas tornou-se uma *hipóstase* (vide) independente da deidade, com o propósito de criar e de redimir.

5. Irineu frisava especialmente a *encarnação*, com interessantes subprodutos. Segundo ele ensinava, Cristo teria retraçado todos os estágios da experiência de Adão, bem como todo o processo da transgressão de Adão, quando se tornou pecado em nosso lugar. Em cada estágio, onde Adão havia desobedecido, Cristo obedeceu. Dessa filosofia emergiu o grande princípio de Irineu de que tudo isso foi feito a fim de que «Cristo se tornasse o que somos, a fim de nos podermos tornar naquilo que ele é». Essa crença é descrita em 2.c, acima.

6. Sua insistência sobre a necessidade da sucessão apostólica tinha o propósito de evitar a fragmentação da Igreja. Ele pensava que é mister haver alguma autoridade central, automaticamente transmitida, pois, do contrário, surgiriam grupos como os gnósticos, que ameaçariam o cristianismo histórico. Além disso, essa sucessão de ministros agiria como um corpo de mestres, salvaguardando as doutrinas cristãs, transmitidas de geração em geração. Os pais da Igreja ter-nos-iam dado tradições que dão apoio e defendem as Escrituras, de tal modo que os seus ensinos não são interpretados de acordo com os caprichos de cada um.

Quanto a esse particular, muitos pensadores têm objetado a uma estrita transmissão das tradições, como base da verdade, pois, se dessa maneira, realmente se obtém a preservação dos ensinos, por outro lado também se chega a uma horrível estagnação que tolhe todo o crescimento espiritual. De fato, poderíamos limitar dessa maneira a verdade?

IRMÃ

Ver o artigo sobre a **Família**.

No hebraico, *'ahoth*; no grego, *adelphē*. Esse termo era usado pelos hebreus com a mesma latitude de significado com que usavam a palavra «irmão». Indicava um grau de parentesco que damos literalmente à palavra «irmã», ou à **palavra «meia-irmã»**, ou, simplesmente, uma parenta próxima, como uma «prima» (ver Mat. 13:56; Mar. 6:3). Sara era chamada de irmã de Abraão (Gên. 12:13; 20:12), embora fosse, na realidade, apenas sua **meia-irmã**. Também há estudiosos que pensam que ela seria apenas sobrinha de Abraão, como Ló. Procuramos aclarar a questão no artigo intitulado *Sara*.

Usos Metafóricos. Existem as *irmãs em espírito*, ou seja, aquelas que concordam completamente conosco sobre alguma questão, ou que compartilham de aspirações e planos similares. *Assuntos relacionados*

entre si, como a astronomia e a astrologia, também são chamados de ciências irmãs. As pessoas unidas umas às outras pelas mesmas convicções religiosas são chamadas de irmãos e irmãs. Ver I Tim. 5:2, como um exemplo disso no Novo Testamento. Mas também devemos pensar no uso profissional dos termos. Assim, as *freiras* são chamadas de «irmãs», porquanto, em seu serviço religioso, atuam como irmãs espirituais da comunidade a que servem.

IRMÃS DE CARIDADE

Esse nome é dado popularmente às freiras pertencentes às Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula. A ordem foi fundada em 1633, dedicando-se a obras físicas e espirituais de misericórdia. Embora a princípio fosse apenas um grupo de jovens mulheres que cuidavam dos enfermos, foi organizado como uma ordem de religiosas por São Vicente de Paula, pela venerável Louise de Merilla e pela srta. le Gras. A primeira casa da ordem, fundada nos Estados Unidos da América, foi estabelecida pela mãe Elizabeth Seton, em 1809, embora, antes disso, já se tivesse espalhado por muitos países. Também há muitas comunidades diocesanas que seguem uma regra modificada das Irmãs de Caridade. (E)

IRMANDADE

No hebraico, **achavah**, palavra que aparece somente em Zac. 11:14. No grego, **adelphótes**, palavra que aparece em I Ped. 2:17 e 5:9.

O vocábulo denota o vínculo que une irmãos literais, ou indivíduos da mesma raça, ou pessoas pertencentes a um mesmo grupo religioso, político, social ou a uma mesma organização filantrópica. Biblicamente falando, há uma irmandade que congrega todos os homens, derivada da paternidade de Deus. Essa é uma importante verdade, largamente enfatizada, mas posta em prática mui raramente. Deus é o criador de todos os homens, e cada um deles é um ser espiritual que merece o máximo respeito. O reconhecimento desse fato poderia resolver de imediato diversos problemas da humanidade, de âmbito pessoal, comunitário, nacional ou internacional. Mas o homem, quer considerado como indivíduo, quer como uma comunidade, uma sociedade ou uma nação, sempre se mostra egoísta, preocupado, acima de tudo, com os seus mesquinhos interesses pessoais.

No sentido mais restrito, há também a irmandade de todos os regenerados (I Ped. 2:17), regida por princípios exclusivamente espirituais. Nesse caso, irmandade é apenas um outro ângulo pelo qual pode ser vista a Igreja dos remidos. Cumpre-nos amar aos nossos irmãos em Cristo, conforme lemos nessa referência.

Quando a irmandade é perturbada em qualquer sentido, em algum ponto oculta-se o pecado, o qual contradiz a lei do amor. Visto que o pecado é um problema espiritual, a concretização da unidade, da paz e da estabilidade são problemas espirituais, antes de tudo, e apenas secundariamente são problemas econômicos. No *sentido teológico*, a idéia de irmandade ou fraternidade é muito importante, porquanto, no processo da redenção, Cristo é o nosso Irmão mais velho, enquanto nós somos irmãos de Cristo e uns dos outros, pois chegaremos a participar da mesma natureza de Cristo, mediante a transformação interna, operada pelo Espírito Santo (Rom. 8:29; II Cor. 3:18; II Ped. 1:4). Portanto, em um certo sentido, irmandade é um nome alternativo para a salvação (que vide). (H NTI)

IRMÃO

No hebraico, **ach**, palavra usada por cerca de cento e sessenta vezes (por exemplo: Gên. 4:2,8,11,21; 9:5; Êxo. 4:14; 7:1; Lev. 16:2; Núm. 6:7; Deu. 1:16; II Sam. 1:26; 2:22; I Reis 1:10; II Crô. 31:12; Jó. 1:13; Sal. 35:14; Isa. 3:6; Jer. 9:4; Eze. 18:18; Mal. 1:2; 2:10). No grego, *adelphós*, palavra usada por cerca de trezentas e quarenta vezes, desde Mat. 1:2 até Apo. 22:9. Tanto o termo hebraico como o grego têm vários sentidos nas Escrituras, a saber:

1. Um irmão no sentido natural, progênie do mesmo pai e da mesma mãe, ou apenas de um deles (Mat. 10:2; Luc. 3:1,19; 6:14).
2. Um parente próximo, incluindo primos (Gên. 13:8; 14:16; João 7:3; Atos 1:14).
3. Outra pessoa do mesmo país, raça ou família (Mat. 5:47; Atos 3:22; Heb. 7:5; Êxo. 2:11).
4. Alguém de idêntica posição ou dignidade, mas sem parentesco de sangue (Jó 30:29; Pro. 18:8; Mat. 23:8).
5. Um discípulo (Mat. 15:40; Heb. 2:11,12).
6. Alguém da mesma fé religiosa (Amós 1:1; Atos 9:30; I Cor. 5:11).
7. Um associado, colega de ofício ou de dignidade (Esd. 3:2; I Cor. 1:1; II Cor. 1:1).
8. Alguém da mesma natureza humana (Gên. 13:8; Mat. 5:22-24; Heb. 2:17; 8:11).
9. Aquele que cumpre a vontade de Deus é irmão de Jesus (Mat. 12:50).

Dentro da comunidade cristã, o termo «irmão» é usado para indicar o amor mútuo, a compaixão e o respeito por aqueles que confiam em Cristo e pertencem à mesma família espiritual. Os textos do Oriente Próximo mostram que as culturas em redor tinham usos similares, paralelos aos acima enunerados. Ver o artigo separado sobre os *Irmãos de Jesus*.

IRMÃOS CRISTÃOS

Um nome abreviado dos Irmãos das Escolas Cristãs, uma ordem monástica fundada por João Batista de La Salle (que vide), em 1674. Surgiu como uma congregação de leigos, que se compactuava mediante três votos simples, dedicando-se à educação dos pobres. Sua instituição de treinamento para mestres, fundada em Rheims, na França (1685), foi o primeiro desses institutos, com o objetivo de formar professores primários. Escolas dessa ordem existem em vários países. Os Irmãos Cristãos Irlandeses formam uma organização similar, mas separada, fundada em Dublim, por Edward Ignatius Rice, em 1802. (E)

IRMÃOS DE CARIDADE

Uma congregação religiosa católica romana, fundada na Bélgica pelo padre P.J. Triest, no século XIX. O propósito do grupo é cuidar dos enfermos, dos idosos, dos órfãos e de outras pessoas necessitadas.

IRMÃOS DE JESUS

Ver sobre **Família de Jesus**.

IRMÃOS DO SENHOR

Ver sobre **Família de Jesus**

Quanto a Judas (autor do livro neotestamentário desse nome), como irmão do Senhor Jesus, ver o artigo sobre aquele livro.

IRMÃOS GÊMEOS

Ver sobre os **Dióscuros**.

IROM

No hebraico, «luta de terrores». Essa era a designação de uma cidade existente na região montanhosa de Naftali (Jos. 19:38). Talvez seja a moderna Yarun, que fica na porção norte da Galiléia.

IRONIA

O termo grego correspondente, **eironeia**, significa «dissimulação». O vocábulo descreve duas possíveis atividades filosóficas: 1. a abordagem *heurística*. Esse é um método mediante o qual tentamos descobrir alguma coisa. Esse adjetivo procede do verbo grego *eurísko*, «achar». *Sócrates*, em seus diálogos, empregava uma ironia do tipo heurístico. Ele fingia ignorância sobre alguma coisa, fazendo muitas perguntas, a fim de forçar seus interlocutores a responderem o que ele queria ouvir. É verdade que ele punha armadilhas à frente das pessoas, levando-as a cair em toda espécie de contradição, algumas delas bastante cômicas. Meus amigos, se vocês ainda não leram os diálogos socráticos (escritos por Platão), então acharão que eles são deliciosos. Alguns desses diálogos são fáceis de entender, e outros, não, a menos que o leitor tenha alguma formação filosófica. 2. *Kierkegaard* (vide) empregava uma ironia *reveladora*. Consistia em uma espécie de comunicação indireta, que forçava a pessoa, em algum ponto, a dar um salto de fé, a fim de chegar a alguma crença, que parecia necessária para o bem-estar e a compreensão do indivíduo.

Na argumentação, a *ironia* consiste no uso de palavras com um sentido exatamente oposto daquilo que usualmente significam. Ou então consiste no ridículo disfarçado de elogio, isto é, um sarcasmo ou sátira indireta.

IRPEEL

No hebraico, «Deus curará». Nome de uma cidade do território de Benjamim, localizada entre Requém e Tarala (Jos. 18:27). Provavelmente, ficava localizada na região montanhosa a noroeste de Jerusalém. Ela tem sido identificada por alguns eruditos com a moderna Rafate, a norte de Gibeão.

IRRACIONAIS

Um vocábulo usado para indicar todos os animais, excetuando o homem, conforme se vê no *Discurso* de Descartes. A diferença entre o homem e os irracionais é a ausência de linguagem nestes últimos, pelo que não teriam a capacidade de pensar e raciocinar. Os animais eram antes explicados com base em reações instintivas e mecânicas diante dos estímulos externos. Descartes, por isso mesmo, chamava-os de *autômatos naturais*. Voltaire e Hume opunham-se a tal doutrina (a qual, na realidade, tem sua base em Aristóteles), pois supunham que os animais são dotados de certo poder de raciocínio. Experiências recentemente efetuadas têm demonstrado que o chimpanzé e outros símios têm a capacidade de adquirir competência lingüística através do uso de teclas de computadores, bem como através dos sinais da língua dos mudos. As experiências feitas com os insetos mostram que eles têm certa forma de pensamento, podendo até mesmo antecipar o futuro, como no caso das abelhas. Põe-se um pouco de água açucarada do lado de fora da colméia; quando a água é encontrada pelas abelhas, remove-se a mesma para certa distância além de sua posição original. As abelhas tornam a encontrá-la. Então remove-se a água para mais longe. As abelhas tornam a achá-la. Numa próxima etapa, as abelhas irão ainda mais longe, já tendo compreendido o jogo envolvido e esperam que a água açucarada seja posta em certo lugar, onde elas já a estão esperando. Parece que a ciência ocidental não tem compreendido muita coisa acerca dos irracionais. No Oriente, pelo contrário, uma doutrina comum diz que os animais possuem alma, pelo que até mesmo a sobrevivência de animais, após a morte, é antecipada. Ver o artigo sobre os *Animais*. (F EP)

IRRACIONALISMO

Ser irracional significa não possuir razão, ou crer em coisas que não estão alicerçadas sobre a sã razão. Em contraste com isso, uma filosofia racional é aquela que, presumivelmente, pode fornecer um conhecimento fidedigno, embora incompleto, por meio da razão. Ver sobre o *Racionalismo*.

Hegel expunha uma filosofia altamente racional, mediante a qual os seus princípios de tese, antítese e síntese explicavam todas as palavras do Espírito absoluto. Desse modo, ele eliminou os elementos desconhecidos de Kant, e produziu uma solução racional para todos os problemas filosóficos.

Vários filósofos do século XIX reagiram contra esse «pacote feito» que tão arrogantemente afirmava poder solucionar grandes mistérios. *Kierkegaard* (vide) assevera que o homem é um ser essencialmente irracional e emotivo, e que a posição de Hegel distorcia a verdade. O destino de cada homem depende da salvação aos moldes cristãos, buscada mediante uma busca apaixonada, orientada pela escolha deliberada e voluntária, o que incluiria crer em absurdos, porquanto, com freqüência, a verdade parece absurda para o homem, e não racional. Por exemplo, não há explicações racionais para algumas das principais doutrinas cristãs, como a encarnação. Tertuliano havia antecipado a filosofia irracional, afirmando que devemos crer *porque* é absurdo.

Nietzsche (vide) foi um filósofo secular, ateu e irracionalista. Ele negava a própria existência da mente no sentido tradicional e dualista, afirmando que aquilo que Descartes pensou ser *ego*, na realidade era apenas uma multiplicidade de desejos e impulsos conflitantes. Freud adotou esse pensamento em seus traços essenciais. A verdade não seria o alvo real buscado pelos homens, mas apenas a utilização do mundo para suas finalidades egoístas. A lei básica da lógica seria a contradição. Essa lei teria emergido do processo evolutivo, o qual impõe sobre nós a irracionalidade que atualmente prevalece. Talvez a evolução ainda consiga reverter esse curso, prevalecendo sobre a nossa loucura.

Paradoxo. Apesar de não podermos concordar inteiramente com as assertivas acima, é verdade que as grandes doutrinas cristãs, inevitavelmente envolvem algum *paradoxo* (vide), e que precisamos observar, por muitas vezes, o princípio da *polaridade* (vide) *Karl Barth* chegou a empregar o ponto de vista de Kierkegaard sobre os paradoxos, mas, em seus escritos posteriores, ele restringiu tal conceito. *Emil Brunner*, por sua vez, acreditava que a fé exerce a função de refrear a lógica, porquanto, inevitavelmente, teremos de acreditar em algumas coisas que nos parecem absurdas, descrendo em outras coisas que tal crença pareceria tornar necessárias. A coerência, de acordo com essa posição, não é, necessariamente, um

guia seguro da verdade. Também é verdade que a fé justifica a insanidade? O valor residente em uma discussão assim é que ela nos conserva humildes, evitando a arrogância de quem chegou a algum alegado sistema de verdade completo. Grandes surpresas ainda esperam por nós, nessa inquirição pela verdade; e de nada adianta pensarmos de outro modo. A verdade é uma aventura, e não algo que nos seja dado de uma vez para sempre, como se fosse um pacote infalível.

O misticismo (vide) acredita que a verdade, com freqüência, é inefável, e que, de fato, assim acontece com freqüência. Grande parte de nosso conhecimento toma a forma de alguma *parábola*. Nosso conhecimento fala-nos *sobre* a verdade, em vez de nos entregar diretamente a verdade. Esse é um dilema humano, por causa das limitações do entendimento do homem. Até mesmo as verdades que nos são conferidas por meio da revelação são necessariamente parciais, pois não há como a alma humana, no presente, poder abrigar perfeitamente a revelação do Ser divino. Não obstante, contamos com alguns fragmentos de grandiosas verdades que nos são outorgadas por meio da razão e da revelação, coisas essas que não deveriam ser degradadas, meramente porque ainda precisamos percorrer uma estrada muito longa, antes de chegarmos até à *Verdade*.

IRRIGAÇÃO

Em algumas regiões áridas, a vida humana depende da *irrigação*. Nos tempos modernos, inúmeras represas e barragens têm sido construídas para assegurar a irrigação de terras áridas, bem como o suprimento de água potável para as populações, durante os meses de estio. A grande represa Hoover, localizada perto de Las Vegas, estado de Nevada, nos Estados Unidos da América do Norte, precisou de vinte anos para que a água ali represada chegasse ao seu nível planejado. Naturalmente, essa água está sempre sendo renovada. O que é notável nessa represa é que a água vem de um único rio de proporções médias, o rio Colorado, formado pela neve que se derrete em certo trecho das montanhas Rochosas. Além dessa represa, há várias outras, rio Colorado abaixo, de tal modo que nenhuma gota desse rio chega ao oceano. E o que os norte-americanos não aproveitam, os mexicanos usam, antes desse rio completar seu antigo curso. Toda a porção sudoeste dos Estados Unidos da América consiste, essencialmente, em um deserto e sem um sistema de represas, a vida humana não poderia ser sustentada ali em grandes números.

Um moderno subproduto das represas é a produção de energia elétrica, possibilitando a industrialização e a vida de estilo moderno. Isso é algo que os antigos sistemas de irrigação não antecipavam. A água é a fonte da vida e da energia, e isso fornece-nos uma metáfora sobre o pensamento espiritual. Oferecemos ao leitor um artigo detalhado sobre a *Água*, que aborda a questão e também descreve os mananciais de água potável na antiga Palestina.

Não há nenhuma palavra hebraica antiga que signifique, especificamente, *irrigação*, e que apareça no Antigo Testamento. Contudo, sabemos que essa é uma prática antiga que se processava de várias maneiras. Os egípcios praticavam a irrigação, utilizando-se das águas do rio Nilo; mas nas colinas da Palestina, onde havia chuvas abundantes, essa era uma prática desnecessária. Com freqüência, um bom regime de chuvas era considerado sinal da aprovação divina; e a ausência de chuvas era interpretada ao contrário (Deu. 11:10-17). Como é óbvio, nas áreas desérticas, o povo de Israel também contava com alguma forma de irrigação, ainda que crua e primitiva.

A arqueologia tem mostrado que desde os tempos calcolíticos (3000 A.C.) havia a prática da irrigação por todo o chamado Crescente Fértil (vide). Sistemas de irrigação vêm de antes de Abraão. No Egito, a irrigação era feita mediante barragens de terra, que retinham as águas do Nilo; e, então, saíam canais dessas barragens, levando a água até os locais a serem irrigados. Idêntico método era usado no vale do rio Jordão (Gên. 13:10). Em muitos lugares de Israel, fontes naturais supriam toda a água que se fazia necessária, mas, em outros lugares, eram utilizados os wadis (vide), ao método egípcio. Há evidências de que, com freqüência, a malária resultava de águas estagnadas, que serviam de viveiros dos mosquitos transmissores (embora os antigos não fizessem nenhuma idéia de que esses insetos serviam de meio transmissor), o que acrescentava uma outra praga à situação de escassez de água.

Sabemos que, na região montanhosa eram usados tanques, construídos paralelos aos poços artificiais e aos açudes. As cisternas e os açudes eram forrados com argila, e assim as águas eram utilizadas no plantio e para dessedentar o gado e até mesmo as populações. Ver II Crô. 26:10 e Ecl. 2:4-6. Isso possibilitava multiplicar em até dez vezes a produção agrícola. Eram construídos aquedutos para transporte de água de um lugar para outro. Ver os artigos *Aquedutos Antigos* e *Cisternas*.

Alguns Antigos Sistemas de Irrigação. Havia o método egípcio, acima descrito; também havia cisternas e canais. A água, levada de Siloé para os jardins feitos em terraços, era espalhada por aberturas feitas em canais e túneis. Também eram usados os simples baldes. Neste último caso, as pessoas borrifavam água, manualmente; e outras vezes, eram usados animais para transporte da água até os lugares a serem irrigados. Ver Núm. 24:7. Havia canais flanqueando córregos, como o Quisom. Túneis horizontais transportavam águas subterrâneas na Síria e na Transjordânia. As águas que extravasavam nas cheias dos grandes rios, devido a chuvas pesadas, eram retidas em represas. Intrincados sistemas de barragens foram encontrados em Kurnube, no Neguebe. Os nabateus e os bizantinos multiplicaram esses sistemas, em seus respectivos territórios. Os romanos (e Herodes, na Palestina) ampliaram e criaram novos sistemas de irrigação com sistemas de canais e represas. Na moderna Palestina, a irrigação bem planejada, do estado de Israel, tem feito o deserto florescer como a rosa. (AM DRO GLU (1960) A)

IRU

No hebraico, «cidadão». Era o nome do primeiro dos filhos de Calebe, filho de Jefuné (I Crô. 4:15). Viveu por volta de 1618 A.C. Provavelmente, seu nome real era *Ir*, e a letra *u* foi acrescentada como a conjunção simples *e*. Nesse caso, o texto deveria dizer: Ir e Elá e Naã, em vez de, Iru, Elá e Naã.

IRVING, EDWARD

Suas datas foram 1792-1834. Ele foi um líder religioso escocês. Nasceu em Annan, na Escócia. Educou-se na Universidade de Edimburgo. Foi estudante de teologia e mais tarde, professor da

mesma matéria. Tornou-se conhecido por seus sermões eloqüentes e candentes, o que foi um fator na formação da chamada Igreja Católica Apostólica, em Londres, em 1832. Trabalhava entre os pobres, em Glasgow; então serviu como pastor da capela Caledoniana, uma congregação presbiteriana de Londres. Amigos pessoais seus eram figuras famosas como Thomas Carlyle, Charles Lamb e Samuel Taylor Coleridge.

Ficou obcecado por temas proféticos, e pregava sermões de fogo sobre o retorno iminente de Cristo e de uma breve inauguração do reino milenar. Foi atraído para o Círculo Albury, que salientava a volta iminente de Cristo (ver sobre a *parousia*). Foi-lhe dado um cargo secundário na Igreja Católica Apostólica, que havia sido organizada por membros de sua congregação em Londres. Membros dessa igreja têm sido chamados de *irvingitas* (vide), embora, na verdade, seu fundador não tenha sido Irving.

Um outro aspecto da vida e do ministério de Irving é que ele se envolveu nas línguas e nas profecias. E ele complicou ainda mais a questão em face de sua doutrina particular da humanidade de Cristo, por causa da qual foi excluído da congregação presbiteriana de Londres, o que, conforme já foi dito, finalmente levou à fundação de Igreja Católica Apostólica, porquanto as pessoas que deixaram aquela igreja formaram essa seita. Irving morreu em uma viagem que fazia pela Escócia, em meio às suas profecias e pregações apocalípticas, em um corpo prematuramente envelhecido e debilitado, embora tivesse sido um homem de elevada estatura e porte elegante.

IRVINGITAS

Essa seita, até hoje existente, é assim designada como nome alternativo para Igreja Católica Apostólica, sobre a qual oferecemos um artigo separado. Ver também o artigo *Irving, Edward*.

IS-BOSETE

Ver sobre **Esbaal**.

IS-HODE

No hebraico, «homem honrado». Ele era um manassita, filho de Homolequete, irmã de Gileade (I Crô. 7:18). Por causa de seu chegado parentesco com Gileade, provavelmente, era homem influente. Viveu por volta de 1400 A.C.

IS-SEQUEL

Em várias traduções, no trecho de Esd. 8:18; essa palavra hebraica não é traduzida como um nome próprio e, sim, algo parecido com o que vemos em nossa versão portuguesa, «homem entendido», que é o sentido literal do vocábulo. Todavia, há quem pense que a tradução ali deve ser como se fora um nome próprio. Esdras, em Aava, precisava de sacerdotes levitas que o ajudassem; e, entre eles, achou esse homem. Era um dos filhos de Mali, filho de Levi, filho de Jacó. Isso deve ter ocorrido por volta de 460 A.C.

IS-TOBE

Literalmente, no hebraico, «homens de Tobe», precisamente o que encontramos em nossa versão portuguesa, em II Sam. 10:6,8. Tobe era um pequeno principado arameu, fundado no século XII A.C. Ficava localizado ao sul do monte Hermom e de Damasco. É local mencionado juntamente com Zobá, Maaca e Reobe. Jefté residiu ali como um foragido (Juí. 11:3,5). Davi teve alguns conflitos com os habitantes daquele lugar (II Sam. 10:6 *ss*).

ISABEL

No hebraico, **Elisheba**, «Deus é jurador». No grego, **Elisábet**. No Antigo Testamento, o nome ocorre somente em Êxodo 6:23, indicando uma filha de Aminadabe. Ver sobre *Eliseba*. No Novo Testamento, a única mulher desse nome é a mãe de João Batista e esposa de Zacarias. Isabel é mencionada somente no evangelho de Lucas (1:5,7,13,24,36,40,41,57).

Interessante é observar que a Eliseba do Antigo Testamento era esposa de Arão, irmão de Moisés, e, portanto, mãe de toda a família sacerdotal, o que lhe conferia muito prestígio. E a Isabel do Novo Testamento era descendente de Arão.

O Novo Testamento muito elogia a Isabel e seu marido, Zacarias, dizendo: «Ambos eram justos diante de Deus, vivendo irrepreensivelmente em todos os preceitos e mandamentos do Senhor» (Luc. 1:6). A grande dificuldade é que Isabel era estéril e, nos dias do Antigo Testamento, uma mulher casada que não tivesse filhos era considerada uma tragédia. O casal continuava sem filhos, mesmo quando já eram idosos. Um belo dia um anjo do Senhor chegou com boas novas quase inacreditáveis — eles teriam uma criança, que chegaria a ser um grande profeta diante do Senhor, o precursor do Messias: «E irá adiante dele (do Senhor seu Deus; versículo anterior) no espírito e poder de Elias...» (Luc. 1:16,17). Quando alguma esperada realização demora-se, é fácil ficarmos descoroçoados. Zacarias, pois, não foi capaz de aceitar facilmente a mensagem e demonstrou dúvidas. Por causa disso, ficou mudo, o que continuou até que nasceu João Batista.

A narrativa assemelha-se à de Sara e à de Ana, no Antigo Testamento. Contra todas as expectativas, uma promessa divina teve cumprimento e em proporções muito acima do que seria de esperar. Se Deus não fosse muito além daquilo que pensamos e pedimos, não realizaríamos grandes coisas, pois a nossa fé é muito pequena. Esses relatos bíblicos ensinam-nos que há um desígnio divino em operação que pode realizar mais do que aquilo que pensamos ou pedimos. Diz Efésios 3:20: «...àquele que é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos, ou pensamos, conforme o seu poder que opera em nós...»

Isabel é chamada «parenta» de Maria, mãe de Jesus (Luc. 1:36). O termo grego por detrás de «parenta», isto é, *suggenís*, «da mesma linhagem», é por demais lato para sabermos qual grau de parentesco exato havia entre as duas. O mais provável, conforme desde há muitos séculos se diz, é que elas eram «primas», o que significa que Jesus e João Batista também tinham esse grau de parentesco, embora um pouco mais distante.

Durante cinco meses, já grávida, Isabel ocultou o fato, por especial favor de Deus; mas o anjo Gabriel revelou a gravidez de Isabel a Maria, quando lhe apareceu também, como uma garantia extra de que a futura mãe de Jesus também seria altamente favorecida por Deus (Luc. 1:24-38). A declaração conclusiva do anjo, referindo-se a ambos os casos, de Isabel e de Maria, foi: «Porque para Deus não haverá impossíveis em todas as suas promessas» (Luc. 1:37).

Posteriormente, Maria visitou Isabel, o que deu a ambas a oportunidade de trocarem congratulações e louvarem juntas ao Senhor. E quando nasceu o menino de Isabel, amigos objetaram ao nome por ela

escolhido, «João», visto que esse nunca fora um nome utilizado no círculo da família. No entanto, Zacarias, em uma tabuinha de escrever, anunciou que o menino chamar-se-ia «João», conforme fora instruído, meses antes, pelo anjo do Senhor. E foi depois que escreveu as palavras «João é o seu nome», que o seu empecilho vocal desapareceu, e Zacarias voltou a ser capaz de falar.

A bela passagem de Lucas 1:47-55 está alicerçada sobre a oração de Ana, registrada em I Samuel 2:1-10. Essas palavras de Lucas foram ditas por Maria. Esse hino de louvor recebeu o título latino de *Magnificat*, por causa da primeira palavra da tradução latina. E o *Benedictus*, as palavras proferidas por Zacarias, em Luc. 1:68-79, também recebeu esse nome devido à primeira palavra da tradução latina. Interessante é observar que alguns antigos manuscritos latinos, bem como Irineu e Orígenes, atribuem o *Magnificat* a Isabel e, não, a Maria. As evidências textuais e confirmatórias são impressionantes nesse sentido, podendo até ser autênticas. Contudo, a maioria dos estudiosos prefere pensar que *Maria* foi quem proferiu essas palavras. Alguns eruditos pensam que Lucas adicionou tanto o *Magnificat* quanto o *Benedictus* como um artifício literário a fim de ornamentar o diálogo que Maria e Zacarias devem ter tido, na ocasião. O problema textual envolvido nessa passagem é amplamente discutido no NTI, *in loc.*

ISABEL, SANTA

Suas datas foram 1201-1231, filha de um rei húngaro e esposa de um príncipe da Turíngia. Embora ela tivesse muitas responsabilidades, dedicava-se intensamente a obras de caridade. O começo de seu desenvolvimento espiritual foi assessorado por conselheiros franciscanos. — Quando seu marido faleceu, ela resolveu seguir uma vocação ainda mais ascética. Entretanto, ela foi convencida a abandonar a vida do convento para continuar em seus labores ativos de caridade. E Isabel distinguiu-se por seu ministério social como freira franciscana terciária.

Desde a mais tenra juventude, Isabel não simpatizava com a vida de pompa e do luxo em que era forçada a viver, porquanto fazia parte de uma família real. As circunstâncias, sem dúvida, guiadas pela vontade divina, finalmente libertaram-na de fazer aquelas coisas que ela não gostava de fazer, para fazer o que queria. Seu marido encorajava-a nas obras de caridade, ao passo que outros membros de sua família a censuravam por esse mesmo motivo. Enquanto seu marido ainda vivia, ela conseguiu fundar muitas obras de caridade, incluindo hospitais. Seu marido, Luís, partiu na Quinta Cruzada, mas morreu no caminho, por causa de uma febre. Em sua viuvez, Isabel sofreu muitas perdas e infortúnios. Os próprios habitantes de Marburgo, aos quais ela tanto servira, recusaram-se a dar-lhe asilo, quando novas forças políticas tornaram-se dominantes e a sua família caíra em desfavor. Finalmente, ela encontrou refúgio no mosteiro de Kitzingen, onde sua tia era abadessa; e, mais tarde, foi acolhida por um tio, que era o bispo de Bamberg. Quando os guerreiros que tinham seguido com Luís, retornaram da cruzada, os direitos soberanos de Isabel lhe foram restaurados. Dotada novamente de recursos, ela entregou-se com empenho redobrado às obras de caridade. E tornou-se membro da Ordem Terceira de São Francisco, razão pela qual com freqüência é representada trajada no habito das franciscanas.

Quatro anos após o seu falecimento (com apenas trinta anos de idade), foi canonizada pelo papa Gregório IX. O santuário dela, na igreja de Marburgo, tornou-se um santuário religioso muito popular. Várias pinturas célebres têm retratado Isabel, e um poema, de Charles Kingsley, intitulado *A Tragédia da Santa*, foi escrito tendo-a em mente. (AM E)

ISAGOGE

Palavra formada de dois termos gregos, **eis**, «para dentro», e **agein**, «guiar», ou seja, «levar para dentro». Esse termo é usado para indicar a *introdução bíblica*. Trata de assuntos como autoria, data, lugar de composição, destino, pano de fundo histórico, problemas de inspiração, unidade, integridade, estilo e problemas especiais. A *isagoge* é um estudo preliminar a qualquer exegese bíblica sã.

ISAÍAS

Esboço:

I. Isaías, o Profeta
II. Pano de Fundo Histórico
III. Unidade do Livro: Isaías e os Críticos
IV. Autoria e Data
V. Cânon e Texto
VI. Isaías e seu Conceito de Deus
VII. Idéias Teológicas
VIII. Isaías no Novo Testamento
IX. Problemas Especiais do Livro
X. Esboço do Conteúdo

I. Isaías, o Profeta

1. *Cenário.* O versículo de introdução do livro de Isaías situa o profeta durante os reinados de Uzias, Jotão, Acaz e Ezequias, reis de Judá. O trecho de Isa. 6:1 refere-se, especificamente, à morte do rei Uzias, o que pode ser datado em cerca de 735 A.C. Sem importar o que pensemos sobre os problemas que envolvem a unidade do livro (ver a terceira seção), não há razão alguma para duvidarmos que o profeta Isaías viveu nesse tempo. Isaías, o filho de Amós, proclamou a sua mensagem à nação de Judá e em sua capital, Jerusalém, entre 742 e 687 A.C., o que foi um período crítico para o reino do norte, por causa da invasão assíria, o que resultou no *cativeiro assírio* (vide). Partes do livro parecem refletir um tempo posterior ao *cativeiro babilônico* (capítulos 40—66), conforme alguns supõem, o que já teria acontecido após a época de Isaías. Discutimos sobre essa questão na seção mencionada acima.

2. *O Nome.* No hebraico, *Yeshayahu* ou *Yeshaya*, uma combinação de duas palavras hebraicas cuja tradução seria «salvação de Yahweh». Historicamente, Isaías acompanhou Amós e Oséias, que ministraram na nação do norte, Israel. Miquéias foi contemporâneo de Isaías, e também trabalhou no reino do sul, Judá.

3. *Sua Vida.* Sabemos que o nome do pai de Isaías era Amós (Isa. 1:1), e que sua esposa era profetisa, embora não saibamos dizer em qual capacidade (Isa. 8:3). Coisa alguma se sabe sobre seus primeiros anos de vida. Com base em Isa. 6:1-8, alguns têm conjecturado que ele era um sacerdote. No entanto, outros pensam que ele pertencia à família real. Isso se alicerça sobre tradições judaicas, as quais, naturalmente, não nos podem dar certeza do que dizem. O certo é que, aos seus dois filhos, foram dados nomes que simbolizavam a iminência do juízo divino. O primeiro deles, «Um-Resto-Volverá» (no hebraico, Shear-yashub; Isa. 7:3) parece que já era homem feito, nos dias de Acaz. O outro filho, de nome

«Rápido-Despojo-Presa-Segura» (no hebraico, Maher-shalal-hashbaz; Isa. 8:3), tal como seu irmão, recebeu um nome simbólico. É possível que, nesses dois nomes, estejam em pauta tanto o cativeiro assírio quanto o cativeiro babilônico. Quando a nação do norte foi levada em cativeiro, a nação do sul só conseguiu permanecer precariamente, pagando tributo (II Crô. 28:21).

Calcula-se que durante quarenta anos, Isaías atuou ativamente como profeta do Senhor, em Judá. Se, afinal de contas, Isaías não pertencia à aristocracia, pelo menos sua habilidade literária confirma sua excelente educação. Sabemos que o seu grande centro de atividades foi Jerusalém, embora não saibamos a que tribo ele pertencia. Mas, levava a sério o seu ofício, usando roupas de linho cru e uma capa de pêlos de cor escura, as vestes próprias de quem lamentava, porquanto o que ele previa para o povo de Israel era extremamente desastroso.

4. *Períodos do Ministério de Isaías*. a. Nos tempos de Uzias (783—738 A.C.) e de Jotão (750—738 A.C., como regente, e então 738—735 como governante único). Nesse primeiro período, Isaías pregava o arrependimento, mas não conseguiu convencer a quem quer que fosse. Então proferiu um terrível julgamento que estava prestes a desabar sobre a nação b. O segundo período de seu ofício profético começou no início do reinado de Acaz (735—719 A.C.), até o reinado de Ezequias. c. O terceiro período começou com a ascensão de Ezequias ao trono (719—705 A.C.) até o décimo quinto ano do seu reinado. Depois disso, Isaías não mais participou da vida pública, embora tivesse continuado a viver até o começo do reinado de Manassés. As tradições antigas dizem que ele foi martirizado sendo serrado ao meio, sendo possível que o trecho de Heb. 11:37 faça alusão a isso.

5. *Escritos*. Além do livro que tem seu nome (ou, pelo menos, uma porção maior do mesmo), Isaías escreveu uma biografia do rei Uzias (II Crô. 26:22) e outra de Ezequias (II Crô. 32:32). Contudo, essas biografias, com o tempo se perderam. A obra chamada *Ascensão de Isaías* (vide), naturalmente nada tem a ver, historicamente falando, com o profeta Isaías.

Estilo e Poder. O sexto capítulo nos deixa em um terreno eminentemente místico. Isaías era homem dotado de visões e experiências místicas (ver o artigo sobre o *Misticismo*). O que ele via e experimentava serviam para dar grande poder ao que ele escrevia. Naquele sexto capítulo, ele registrou a visão que teve de Yahweh; e, apesar de todo o nosso conhecimento de Deus ser necessariamente parabólico, nessa visão a glória de Deus resplandece mediante a inspiração dada a esse profeta. Alguns de seus oráculos mais candentes foram aqueles que descreveram a queda então iminente de Samaria, diante dos assírios (ver Isa. 9:9-10:4; 5:25-30; 28:1-4). Notáveis oráculos messiânicos encontram-se nos trechos de Isa. 9:1-7; 11:1-9; 32:1-8. Os capítulos 40—48 encerram, virtualmente, uma teologia sobre os atributos de Deus. Apresentamos um artigo separado que considera a questão com detalhes, intitulado *Isaías, Seu Conceito de Deus*. Isaías escrevia com um vigor e uma eloqüência sem iguais, entre todos os demais profetas do Antigo Testamento. Com toda a justiça, pois, ele é considerado como o principal dos profetas escritores. Seus escritos antecipavam os ensinamentos bíblicos sobre a graça divina. Sua linguagem é rica e com muitas ilustrações. Seu estilo é severo, apesar de imponente. Suas aliterações e bem calculadas repetições ilustram sua grande habilidade literária, colocando seus escritos numa classe toda à parte. Ele não se precipitava nunca em suas palavras as quais fluíam graciosamente. Sua parábola da vinha (Isa. 5:1-7) serve de excelente exemplo do uso poderoso que ele fazia das palavras. Suas doutrinas normativas eram o reinado e a santidade de Yahweh. Com base nisso, segue-se, necessariamente, o julgamento divino contra os desobedientes. A Assíria estava aterrorizando Israel, mas como um terror enviado por Deus contra um povo desobediente. Todavia, Deus estava no controle das coisas. Coisa alguma acontece de surpresa para ele. O propósito de Deus terá de prevalecer, finalmente (Isa. 14:24-27; 28:23 ss). Apesar de suas profecias melancólicas, Isaías previu o dia do triunfo do Bem. Chegará, afinal, o tempo em que a terra encher-se-á do conhecimento de Yahweh, assim como as águas cobrem o mar (ver Isa. 11:9).

II. Pano de Fundo Histórico

O próprio livro de Isaías (ver 1:1) informa-nos de que esse profeta viveu durante os reinados de Uzias, Jotão, Acaz e Ezequias, reis de Judá. O trecho de Isa. 6:1 menciona a morte do rei Uzias (cerca de 735 A.C.). Miquéias, outro profeta, foi seu contemporâneo que trabalhou em Judá. O período da vida de Isaías foi um período crítico. No tocante a Israel é um dos períodos mais abundantemente confirmados pelo testemunho histórico e pelas evidências arqueológicas. Foi o tempo em que os grandes monarcas assírios, Tiglate-Pileser III, Salmaneser IV, Sargão e Senaqueribe lançaram-se à tarefa de universalizar o seu império assírio. Parte desse esforço foram as campanhas militares contra o norte da Palestina, o que incluía as nações de Israel e Judá. Parece que Isaías iniciou seu ministério público em cerca de 735 A.C. e continuava ativo até tão tarde quanto o décimo quinto ano do reinado de Ezequias (cerca de 713 A.C.). Talvez tenha vivido até bem dentro do reinado de Manassés. As tradições judaicas afiançam que foi no período desse rei que Isaías foi serrado pelo meio (ver *Martírio de Isaías*, cap. 5), ao que é possível que aluda o trecho de Heb. 11:37, embora referências e tradições dessa ordem não possam ser comprovadas, podendo ser apenas imaginárias. Seja como for, o trecho de Isaías 1:1 não menciona Manassés, e isso é uma omissão significativa, se Isaías viveu todo esse tempo. Seja como for, seu ministério público poderia ter-se ampliado por quarenta anos; e certamente não envolveu menos do que vinte e cinco anos.

Se os capítulos 40 a 66 não foram originalmente escritos por Isaías, conforme alguns têm pensado, então poderíamos dizer que as profecias de Isaías abordavam, essencialmente, a ameaça assíria, bem como a razão dessa ameaça, a saber, a teimosa desobediência de Israel, a par da indiferença religiosa e da corrupção moral. Se esses capítulos, porém, pertencem genuinamente a Isaías, então devemos considerá-los como *profecias*, e não como história. Em outras palavras, dificilmente Isaías teria sobrevivido até o tempo do exílio babilônico, que é o pano de fundo daqueles capítulos. Porém, ele pode ter visto profeticamente aquele período histórico. Os estudiosos conservadores preferem tomar o ponto de vista profético. Mas os eruditos liberais consideram que aqueles capítulos são um reflexo histórico, e não declarações preditivas. Nesse caso, teriam sido escritos aqueles capítulos por um outro autor. Se isso é mesmo verdade, então o livro unificado de Isaías aborda tanto o cativeiro assírio quanto o cativeiro babilônico. Ver os artigos separados sobre ambos. Ver a terceira seção, que aborda a questão da unidade do livro de Isaías.

Acabe e seus aliados detiveram, temporariamente,

o avanço assírio, por ocasião da batalha de Qarqar, em 854 A.C.; mas isso não fez os assírios desistirem de seus ideais de conquista territorial. Tiglate-Pileser III (745—727 A.C.) invadiu o oeste, conquistou a costa da Fenícia e forçou certos reis, como Rezim, de Damasco, e Menaém, de Samaria (além de vários outros) a lhe pagarem tributo. O trecho de II Reis 15:19-29 revela-nos isso. Ali esse rei é chamado *Pul*, que era o seu nome nativo, conforme se sabe mediante fontes informativas babilônicas. Em cerca de 722 A.C., ele conquistou grande fatia da Galiléia e deportou daquela região as duas tribos e meia de Israel que ocupavam a área. E fez aquelas populações se misturarem com outras, conforme era seu costume (II Reis 17:6-24).

Salmaneser V (726—722 A.C.) seguiu na esteira de seu pai, quanto às conquistas militares. Peca, rei de Israel, foi assassinado. Seu sucessor, Oséias, tornou-se vassalo da Assíria. Seguiu-se um cerco de três anos da capital, Samaria, até que o reino do norte, Israel, foi destruído, o que ocorreu em 722-721 A.C. Amós e Oséias foram os profetas do Senhor que predisseram isso. Alguns pensam que Sargão teria sido o monarca assírio que, finalmente, conquistou Samaria e completou a derrota do reino do norte. Seja como for, o trabalho de destruição se completou. Sargão continuou reinando até 705 A.C., tendo ainda feito muitas guerras contra a Ásia Menor, contra a região de Ararate e contra a Babilônia.

Senaqueribe, filho de Sargão (705—681 A.C.), invadiu Judá, nação que já se sujeitara a pagar tributo à Assíria. Acaz pagou tributo a Tiglate-Pileser III, e Ezequias foi forçado a fazer o mesmo a Senaqueribe. Foram capturadas quarenta e seis cidades de Judá, e Ezequias, em Jerusalém, ficou engaiolado como se fosse um pássaro, embora a própria cidade não tenha sucumbido. Então Senaqueribe foi assassinado, e seu filho, Esar-Hadom (ver Isa. 37:38) continuou a opressão contra Judá. Alguns pensam que foi por esse poder que Manassés ficou detido por algum tempo na Babilônia (II Crô. 33:11). Judá não caiu totalmente diante da Assíria, mas ficou extremamente debilitada, e tornou-se uma sombra do que havia sido antes disso.

A *Babilônia* veio então a substituir a Assíria como potência mundial dominante e foram os babilônios quem, finalmente, derrubaram os habitantes de Judá e os levaram em cativeiro. Os capítulos quarenta em diante do livro de Isaías cobrem esse tempo, ou profeticamente (conforme dizem os estudiosos conservadores) ou historicamente (conforme dizem os estudiosos liberais, — que, por isso mesmo atribuem esses capítulos finais de Isaías a um outro autor, que não aquele profeta).

Conforme se pode ver, Isaías (e o deutero-Isaías?) viveu na época em que impérios caíram e se levantaram. Em sua confiança de que nada de mal poderia acontecer a um obediente povo de Israel, ele partia da idéia de que as tribulações do povo de Deus se deviam a causas morais e espirituais, e não apenas políticas e militares. Ele pressupunha que Deus controla todas as coisas, e que todo o desastre que recaiu sobre Israel poderia ter sido impedido, se o povo de Deus se tivesse mostrado fiel ao Senhor. Porém, o que sucedeu foi precisamente o contrário. As nações de Israel e Judá haviam caído em adiantado estado de decadência moral e espiritual. Na primeira metade do século VIII A.C., tanto Israel (sob Jeroboão II; cerca de 782—753 A.C.) quanto Judá (sob Uzias) haviam desfrutado de um período de grande prosperidade material. Esse período foi uma espécie de segunda era áurea, perdendo em resplendor somente diante da glória da época de Salomão. Os capítulos dois a quatro de Isaías nos fornecem indicações sobre isso. Mas, ao mesmo tempo que prevalecia a riqueza material, prevalecia a pobreza espiritual, incluindo a mais desabrida idolatria, que *encheu* a terra (Isa. 2:8). De tão próspera e elevada situação, Israel e Judá em breve cairiam. A Assíria deu início à derrubada; e a Babilônia a terminou.

«Isaías, em seu ministério, enfatizava os fatores espirituais e sociais. Ele feriu as dificuldades da nação em suas raízes — sua apostasia e idolatria — e procurou salvar Judá da corrupção moral, política e social. Porém, não conseguiu fazer seus compatriotas se voltaram para Deus. Sua comissão divina envolvia a advertência de que sobreviria o castigo fatal (Isa. 6:9-12). Dali por diante, ele declarou, ousadamente, a inevitável queda de Judá, e a preservação de um pequeno remanescente fiel a Deus (Isa. 6:13). Todavia, há raios de esperança que alegram as suas predições. Através desse pequeno remanescente, teria lugar uma redenção de âmbito mundial, quando viesse o Messias, em seu primeiro advento (Isa. 9:2,6; 53:1-12). E, por ocasião do segundo advento do Messias, haveria a salvação e a restauração da nação (Isa. 2:1-5; 9:7; 11:1-16; 35:1-10; 54:11-17). O tema de que Israel, um dia, será a grande nação messiânica no mundo, um meio de bênção para todos os povos (o que terá cumprimento somente no futuro), que faz parte tão constante das predições de Isaías, tem merecido para ele o título de *profeta messiânico*». (Unger, em seu artigo sobre *Isaías*).

III. Unidade do Livro: Isaías e os Críticos

1. **Ponto de Vista Tradicional.** No século XVIII, a unidade do livro de Isaías começou a ser questionada. Até então, o livro inteiro era aceito como produção literária do profeta Isaías, e mais ninguém. Pode-se notar que seu nome figura nos capítulos um, dois, sete, treze, vinte, trinta e sete a trinta e nove. Em apoio a essa contenção, deve-se notar que todos os manuscritos do livro de Isaías apresentam-no como uma unidade. Não há qualquer menção histórica de que algum outro autor esteve envolvido no preparo de qualquer porção dessa produção. Um dos mais bem preservados manuscritos dentre os manuscritos do mar Morto é um completo rolo de Isaías, com data de cerca de 150 A.C. Não há qualquer evidência de interrupção no começo do capítulo quarenta, conforme alguns eruditos liberais têm querido dar a entender.

2. *Um Autor Distinto para os Capítulos 40—66.* O primeiro a sugerir um autor distinto de Isaías foi o erudito alemão Doderlein. Esses capítulos finais do livro de Isaías foram chamados de deutero-Isaías. Presumivelmente, um autor desconhecido, que teria escrito durante o exílio babilônico, teria produzido essa adição aos primeiros trinta e nove capítulos.

3. *Uma Outra Divisão*: o *Trino-Isaías*. Eruditos posteriores pensaram ter encontrado ainda um terceiro autor, no capítulo cinqüenta e cinco do livro de Isaías, pelo que uma terceira divisão do livro foi proposta, envolvendo os capítulos cinqüenta e seis a sessenta e seis.

4. *Explicações das Divisões*. Os capítulos quarenta a cinqüenta e cinco consistem em uma coletânea de poemas em um novo estilo rapsódico, que alguns atribuem ao período do exílio babilônico de Judá. A crítica da forma (ver o artigo intitulado *Crítica da Bíblia*) tem procurado separar os elementos dessa seção. Ali encontramos alusões a Ciro, como uma figura que começava a levantar-se. Seria isso uma

predição, ou seria história? E também há menção à iminente queda da Babilônia dos caldeus. Se essa seção teve origem imediatamente após a queda da Babilônia, o que ocorreu a 29 de outubro de 539 A.C., então a composição dessa segunda suposta seção do livro de Isaías deve ter sido feita durante esse tempo, ou alguns anos mais tarde. Ciro é especificamente mencionado em Isa. 44:28 e 45:1. A menos que tenhamos aí uma afirmação *profética*, então pode-se pensar seriamente na possibilidade da existência de um deutero-Isaías, pòrquanto não haveria como Isaías pudesse ter sobrevivido desde o cativeiro assírio até o cativeiro babilônico. Pois ele teria tido de viver por mais de duzentos anos! Diferenças de estilo, de terminologia e de expressões, quanto a certas idéias, são adicionadas ao argumento histórico. Muitos eruditos modernos, por isso mesmo, crêem que essa porção do livro de Isaías deve ser considerada como história, e não como profecia.

Os capítulos cinqüenta e seis a sessenta e seis são uma coletânea de poemas similares aos dos capítulos quarenta a cinqüenta e cinco. Muitos eruditos crêem que foram escritos pelo mesmo autor daquela seção. E, nesse caso, então houve somente um deutero-Isaías e não um trino-Isaías. Outros eruditos opinam que essa seção reflete uma escatologia mais avançada, típica de tempos posteriores. E daí supõem que esses capítulos foram, realmente, produzidos mais tarde que a época de Isaías. Além disso, esses estudiosos acham que há um interesse maior pelo culto, nessa seção que seria distinta das outras duas porções do livro. Supõem eles que o conteúdo sugere uma data entre 530 e 510 A.C., talvez da época dos contemporâneos de Ageu e Zacarias. E alguns estudiosos pensam que os capítulos sessenta a sessenta e dois devem ser atribuídos a uma época ainda posterior. Outros pensam que o próprio trino-Isaías consiste apenas na coletânea de poemas escritos por vários autores. Uma data tão tardia quanto 400 A.C. tem sido atribuída a essa alegada terceira seção. Dizem esses estudiosos que os vários autores envolvidos faziam todos parte da escola de Isaías, —pelo que o livro de Isaías teria sido uma compilação de material recolhido no processo de muitos anos. A continuar nesse pé, vai ver que cada capítulo do livro de Isaías teve um autor diferente! Já há quem pense que essa escola de seguidores de Isaías usava seu livro original como um livro de texto, ao qual, periodicamente, foram adicionados novos capítulos!

Respostas dos Defensores da Unidade do Livro de Isaías:

1. O ponto de vista *tradicional* merece consideração. Todos os manuscritos antigos favorecem a idéia da unidade do livro de Isaías. As evidências históricas também. Não há qualquer relato sobre alguma escola de Isaías que tenha compilado gradualmente algum manual profético. Não há evidência histórica em favor de um segundo ou um terceiro Isaías.

2. O argumento acerca do *estilo* poderia ter algum peso, pois sabe-se que todo autor tem sua maneira distintiva de exprimir-se, um vocabulário todo seu, e idéias específicas que ele gosta de enfatizar. Todavia, as diferenças não são maiores do que aquelas encontradas, por exemplo, nas obras de Shakespeare, ou nas obras mais volumosas de outro autor qualquer. Além disso, ao escrever sobre diferentes assuntos, qualquer pessoa se utiliza de uma maneira toda própria para expressar-se. Um autor que escreva prosa, também pode escrever poemas; e seu estilo então varia, até mesmo muito. A história nos dá muitos exemplos disso. Um só autor que escreva poesias, fica diferente quando escreve em prosa. Além disso, um Isaías mais idoso, que tivesse escrito certas porções de seu livro mais tarde na vida, poderia ter adquirido certas idéias e certos maneirismos de estilo diferentes da época em que ainda era jovem. Para julgarmos a questão, tornar-se-ia mister, antes de tudo, que fôssemos mestres do hebraico. É quase impossível julgar questões que envolvam estilo. Julgo que poucos dos críticos e poucos dos defensores da unidade do livro de Isaías dominam o hebraico o bastante para fazerem as afirmações que fazem com grande grau de seriedade. E mesmo que tivessem tal conhecimento, ainda assim é difícil julgar questões de estilo.

3. *A crítica* que afirma que os capítulos 40-66 são *históricos* e não proféticos, repousa sobre a suposição de que não há tal coisa como a capacidade verdadeiramente profética. O fato de que o nome de Ciro é mencionado é, para os críticos, uma clara indicação de que esta porção de Isaías foi escrita depois do cativeiro babilônico. Sabemos, todavia, que o homem possui o poder de precognição, fato esse abundantemente ilustrado através dos estudos da parapsicologia. É raro, obviamente, que um místico moderno preveja *nomes* muito antes dos acontecimentos, mas até isto acontece. Também, não devemos esquecer do poder de Deus que dá aos profetas uma capacidade extraordinária. Supomos que Isaías era um verdadeiro profeta e que foi capaz de prever o futuro. Os estudos mostram que todas as pessoas, nos seus sonhos, têm uma previsão do futuro. De fato, a experiência psíquica mais comum é o sonho precognitivo. (Ver o artigo sobre *Sonhos*). Sendo este o caso, não é um grande pulo de fé acreditar que o profeta de Deus, com capacidades além das dos homens comuns, poderia ter verdadeiras visões do futuro remoto. Portanto, a menção de Ciro, por nome, enquanto não uma coisa comum em profecias, não é impossível.

4. O argumento derivado de *diferenças de idéias e ênfases* é o mais fraco de todos. Nos capítulos 1-39 nós temos a ênfase sobre a majestade de Deus. A segunda parte do livro é, de fato, mais interessada no *culto* religioso, seus ritos, leis etc., mas isto dificilmente comprova um autor distinto. Qualquer livro pode ter estes tipos de variações sem indicar que outro escritor esteja envolvido. Diferenças de temas e de ênfase ocorrem em todas as peças de literatura que são conhecidas como dos mesmos escritores. Autores até incorporam contradições de idéias e acontecimentos, e erros crassos. Mas tais coisas não indicam, necessariamente, uma mudança de escritor.

IV. Autoria e Data

A maior parte dos eruditos acredita que o mesmo escritor produziu os capítulos 1-39. Alguns acham que esta porção sofreu algumas interpolações. O nome de Isaías aparece em 1:1; 7:3; 13:1; 20:2,3; 37:2,5,6,21; 38:1,4,21; 39:3,5,8. É curioso, que não aparece depois do capítulo 39, que é, sem dúvida, um peso em favor da suposição de que os capítulos 40-66 foram escritos por outro autor. De qualquer maneira, o que cremos sobre a autoria, naturalmente, tem um efeito sobre a data ou datas que atribuímos ao livro, ou a partes distintas do mesmo.

Na seção III, pontos um e quatro, oferecemos várias conjecturas acerca da data da composição do livro de Isaías. As idéias diferem desde cerca de 750 A.C. até cerca de 400 A.C., dependendo de quantos autores sentirmos que estão envolvidos nessa obra. Se um único autor escreveu o livro inteiro, então é possível que parte foi escrita tão cedo quanto 750

A.C., embora outras porções só tenham sido escritas no tempo do reinado de Ezequias, o que seria nada menos que uma geração mais tarde. Ezequias é mencionado por várias vezes nesse livro, incluindo em 1:1 (o último nome da lista de reis). Ver também Isa. 36:1,2,4,7,14-16,22; 37:1,3,5,9; 38:1,2,35,39; 39:1-5, 8. Isaías profetizou durante os dias do reinado de Uzias (791-740 A.C.), sendo possível que uma parte do livro tenha vindo dessa época, com outras porções acrescentadas até tão tarde quanto o ano 700 A.C., embora Isaías tenha sido o autor de todas essas porções.

V. Cânon e Texto

Isaías é o mais longo e, em vários sentidos, o mais rico dos livros proféticos do Antigo Testamento. E a canonicidade desse livro é tão antiga quanto aquela atribuída a qualquer outro livro profético do Antigo Testamento. A experiência demonstra que os escritos e as predições de um profeta garantem sua aceitação e reconhecimento quase imediatos, se o seu autor foi uma figura notável. Podemos supor que a preservação dos escritos de Isaías, e sua contínua aceitação durante todo o tempo, desde que ele escreveu, confirmam sua posição no cânon desde o século VIII A.C. Todavia, não dispomos de qualquer evidência literária comprobatória acerca do livro de Isaías. O trecho de Eclesiástico 48:22-25 (de cerca de 180 A.C.) refere-se às visões do profeta Isaías, sendo esse o primeiro informe histórico a respeito de que dispomos. A passagem de II Crônicas 32:32 menciona as visões do profeta Isaías, correspondente à época da morte do rei Ezequias, ou seja, cerca de 700 A.C. Esse livro vem de depois do cativeiro babilônico, pelo que foi escrito bastante tempo depois do próprio Isaías. As tradições judaicas atribuem esse livro de II Crônicas a Esdras (cerca de 538 A.C.), embora alguns estudiosos liberais pensem que só foi escrito no século III A.C. Seja como for, essa referência é nossa mais antiga informação sobre Isaías, dentro da Bíblia, mas fora do próprio livro de Isaías. Serve de confirmação do grande poder espiritual de Isaías, como profeta. E podemos supor que isso reflete a posição canônica de seu livro, que desde o começo, recebeu condição quase canônica, e que se tornou plenamente canônico não muito depois de sua morte.

Texto. Antes da descoberta dos **Manuscritos (Rolos) do Mar Morto** (vide), não havia rolos de Isaías de antes da época de Cristo. Os estudiosos tinham de confiar na exatidão geral do chamado texto massorético (vide). A LXX não difere em grande coisa daquele texto. E a cópia completa do livro de Isaías, descoberta nas cavernas que margeiam o mar Morto, é bastante parecida com o texto tradicional, excetuando quanto à vocalização, à soletração de palavras e outros pequenos pontos, como um uso diferente do artigo, de certas preposições e de certas conjunções. As variações são mais numerosas do que os tradicionalistas poderiam esperar, mas não são tão grandes a ponto de ser alterada qualquer idéia ou a substância da mensagem do livro. Há evidências de que os escribas dos séculos anteriores a Cristo se mostraram muito cuidadosos na cópia, embora não tão cuidadosos quanto os escribas judeus da época medieval. Seja como for, o texto massorético (ver sobre *Massora*) pode ser atualmente acompanhado, em todos os seus pontos essenciais, de volta até cerca de 150 A.C., data em que foi escrito o rolo de Isaías encontrado nas cavernas de Qumran, perto do mar Morto.

VI. Isaías, Seu Conceito de Deus

Os capítulos quarenta a quarenta e oito apresentam um notabilíssimo estudo acerca de Deus e seus atributos. Textos de prova, extraídos desses capítulos, têm sido tradicionalmente usados pelos teólogos, como bases de várias asserções. Apresentamos um artigo separado sobre esse assunto, com o título de *Isaías, Seu Conceito de Deus*.

VII. Idéias Teológicas

Quanto à doutrina de Deus, no livro de Isaías, oferecemos um artigo separado. Ver sob a seção sexta. Outros notáveis ensinos e ênfases do livro de Isaías são os seguintes:

1. *Contra a Idolatria*. O lapso de Israel nesse pecado e em outros levou Isaías a escrever seu livro, porquanto viu que o desastre esperava o desobediente povo de Israel. O trecho de Isa. 40:12-31 é uma ótima peça literária contra os ídolos mudos, que pessoas insensatas fabricam, em substituição a Deus. Outras condenações da idolatria acham-se em Isa. 2:7,8,18, 21,22; 57:5-8. Ver também o artigo sobre a *Idolatria*.

2. *A Providência e a Soberania de Deus*. Deus governa os indivíduos e as nações. Essa é uma verdade que empresta grande peso à profecia, porquanto Deus age a fim de corrigir os pecadores em seus erros; e essa correção, às vezes, é feita de maneira desastrosa para os desobedientes. A Assíria aparece como instrumento nas mãos de Deus, em Isa. 10:5. Ela era a vara da ira de Deus. Fora enviada para punir a hipócrita nação de Israel (vs. 6). Contudo, a providência divina também tem o seu lado positivo. Pode abençoar e destina-se a abençoar àqueles que se arrependem e vivem em consonância com os princípios espirituais verdadeiros. Deus exerce controle sobre a cena internacional, conforme é ilustrado em certas porções dos capítulos dez e trinta e sete do livro de Isaías.

3. *O Pecado do Homem*. Quanto a essa questão há vívidas descrições no livro de Isaías. Esse pecado é escarlate (Isa. 1:18); por causa do pecado os corações dos homens se afastam para longe de Deus (Isa. 29:13), seus pés correm para praticar o mal, e eles apressam-se por derramar sangue inocente (Isa. 59:7). Aqueles que rejeitam o pecado podem esperar pelo favor divino (Isa. 56:2-5). Deus ouve a causa dos oprimidos (Isa. 1:23). Os orgulhosos são repreendidos, mas os humildes são exaltados (Isa. 22:15-25).

4. *Redenção*. Esse é um dos principais temas do livro de Isaías. Por isso mesmo esse profeta tem sido chamado de o evangelista do Antigo Testamento. Suas declarações proféticas têm um caráter nitidamente messiânico. Ele via quão inadequados eram os sacrifícios de animais e os ritos religiosos (Isa. 1:11-17; 40:16). Apesar disso, ele aconselhava a devida observância das obrigações religiosas (Isa. 56:2; 53:10). O capítulo cinqüenta e três encerra a famosa passagem do Servo sofredor (o Messias), que tem sido citada com tanta freqüência pelos cristãos, como textos de prova acerca de Jesus e de seu caráter messiânico, como o grande sacrifício expiatório. O capítulo cinqüenta e cinco salienta a *salvação eterna* posta à nossa disposição. Isa. 55:5 prediz a salvação das nações gentílicas.

5. *Os Poemas do Servo*. Esses poemas talvez aludam a Israel ou Jacó, indicando mais especificamente a nação de Judá. Porém, há vezes em que esses poemas aludem claramente ao Messias, o filho de Judá. Alguns eruditos, que não dão o devido valor à profecia, e que objetam à prática de alguns, que torcem passagens a fim de encontrar ali menções ao Messias, afirmam que essas passagens são referências estritamente contemporâneas à nação de Israel. O exame de todas essas passagens, porém, demonstra o tom messiânico que algumas delas inegavelmente

têm. Ver Isa. 41:8—53; 42:1-9; 49:1-6; 50:4-10; 44:1,2,21,26; 45:4 e 48:20. Ezequiel mostrou-nos a dualidade de uso que se encontra no livro de Isaías. O trecho de Isaías 37:25 chama de *servos* de Deus tanto à nação de Israel quanto ao Rei messiânico. Notemos como, em Isaías 42:1-6, o servo é ungido pelo Espírito de Deus para uma grandiosa obra de testemunho e de julgamento. Esses versículos descrevem o Messias, e o trecho de Mat. 12:18-21 cita aquela passagem de Isaías.

6. *Escatologia.* Acima de tudo, Isaías é um livro profético, e destacar todas as profecias seria apresentar, virtualmente, um tabela do conteúdo do livro. A natureza constante desse elemento, pois, damos na décima seção, intitulada *Esboço do Conteúdo*. Há predições sobre o reino de Deus em Isa. 2:1-5; 11:1-16; 25:6-26:21; 34 e 35; 52:7-12; 54; 60; 65:17-25; 66:10-24. A ressurreição de Cristo e a sua volta aparecem em Isa. 25:6—26:21. Isaías 34 apresenta Edom como o inimigo escatológico do povo de Deus, em um sentido simbólico. O quarto versículo desse capítulo foi citado por Jesus acerca de sua própria vinda (Mat. 24:29), como também é feito em Apocalipse 6:14. O retorno de Israel à sua terra e o reino milenar de Cristo são descritos em Isaías 35. Certas profecias a curto prazo dizem respeito, essencialmente, à invasão e ao cativeiro assírios (Isa. 10:5 *ss*, 36). O trecho de Isaías 39, porém, olha para mais adiante no tempo, ao cativeiro babilônico de Judá. Isaías 53 é a passagem messiânica mais notável de Isaías, onde são descritos os sofrimentos de Cristo.

VIII. Isaías no Novo Testamento

Os escritores do Novo Testamento muito se utilizaram dos escritos de Isaías. Há pelo menos sessenta e sete citações claras desse livro, no Novo Testamento, a saber:

ISAÍAS	*NOVO TESTAMENTO*
1:9	Rom. 9:29
6:9	Luc. 8:10
6:9-10	Mat. 13:14-25; Mar. 4:12; Atos 28:26,27
6:10	João 12:40
7:14	Mat. 1:23
8:8,10 (LXX)	Mat. 1:23
8:12-13	I Ped. 3:14-15
8:14	Rom. 9:33; I Ped. 2:8
8:17 (LXX)	Heb. 2:13
8:18	Heb. 2:13
9:1-2	Mat. 4:15-16
10:22	Rom. 9:27,28
11:10	Rom. 15:12
22:13	I Cor. 15:32
25:8	I Cor. 15:54
26:20	Heb. 10:37
28:11-12	I Cor. 14:21
28:16	Rom. 9:33; 10:11; I Ped. 2:6
29:10	Rom. 11:8
29:13 (LXX)	Mat. 15:8-9; Mar. 7:6-7
29:14	I Cor. 1:19
40:3	Mat. 3:3; Mar. 1:3; João 1:23
40:6-8	I Ped. 1:24-25
40:13	Rom. 11:34; I Cor. 2:16
42:1-4	Mat. 12:18-21
43:20	I Ped. 2:9
43:21	I Ped. 2:9
44:28	Atos 13:22
45:21	Mar. 12:32
45:23	Rom. 14:11
49:6	Atos 13:47
49:8	II Cor. 6:2
49:18	Rom. 14:11
52:5	Rom. 2:24
52:7	Rom. 10:15
52:11	II Cor. 6:17
52:15	Rom. 15:21
53:1	João 12:38; 10:16
53:4	Mat. 8:17
53:7-8 (LXX)	Atos 8:32-33
53:9	I Ped. 2:22
53:12	Luc. 22:37
54:1	Gal. 4:27
54:13	João 6:45
55:3 (LXX)	Atos 13:34
56:7	Mat. 21:13; Mar. 11:17; Luc. 19:46
59:7-8	Rom. 3:15-17
59:20-21	Rom. 11:26-27
61:1-2	Luc. 4:18-19
61:6	I Ped. 2:9
62:11	Mat. 21:5
64:4	I Cor. 2:9
65:1	Rom. 10:20
65:2	Rom. 10:21
66:1-2	Atos 7:49-50

Que Isaías previu a vinda do Messias é fato aceito por todo o Novo Testamento. Algumas das citações acima são didáticas; mas a maioria delas é de natureza preditiva sobre o Cristo ou sobre as circunstâncias de seu período na terra. Algumas delas podem ser aplicadas ao Novo Israel, a Igreja, conforme se vê em I Ped. 2:9 (Isa. 43:20,21). Outras situam Israel em relação à Igreja, como em Rom. 9:27,28 (Isa. 10:22 e 1:9). A natureza dessas predições tem feito o livro de Isaías ser chamado de evangelho do Antigo Testamento.

IX. Problemas Especiais

1. A unidade do livro de Isaías, o que foi discutido na terceira seção, acima.

2. O nascimento virginal de Jesus (comparar Isa. 7:14 e sua citação em Mat. 1:22,23). Esse problema tem sido considerado suficientemente importante para merecer um artigo em separado. Ver *Nascimento Virginal de Jesus: História e Profecia em Isaías 7:14 e Mateus 1:22,23.*

3. O problema do significado da palavra «servo». Ver sob a oitava seção quinto ponto.

4. O problema da profecia preditiva. Os eruditos liberais não se deixam impressionar pela tradiçao profética, supondo que os eruditos conservadores estão sempre vendo coisas, no texto do Antigo Testamento, como se ali estivesse o Novo Testamento em potencial. Segundo diz esse mesmo argumento, os conservadores estariam sempre procurando encontrar predições acerca dos últimos dias (que corresponderiam à nossa própria época), o que, para os liberais é uma atividade sem proveito. Apesar dessa acusação ter certa dose de razão, não há como negar a existência e a exatidão da tradição profética. Esse problema destaca-se mormente na questão da unidade do livro. O próprio Isaías poderia ter previsto Ciro, chamando-o por seu nome próprio? ou um outro autor qualquer teria estado envolvido na escrita dos capítulos 40 a 66 de Isaías, cujo autor teria vivido em tempos posteriores, pelo que escreveu história, e não profecia preditiva? Ver uma discussão sobre isso em III.4, e também sob *Respostas dos Defensores da Unidade do Livro de Isaías*, em seu terceiro ponto.

Apesar de ser verdade que o Messias não é mencionado no Antigo Testamento com a extensão

que alguns intérpretes supõem, é muito difícil imaginar que Isaías não escreveu sobre o Messias em muitos trechos do seu livro. A oitava seção deste artigo alista grande número de profecias de Isaías, referidas no Novo Testamento, onde a teoria das profecias messiânicas é abundantemente comprovada. Assim, se os intérpretes modernos, que encontram alusões claras ao Messias, no livro de Isaías, estão equivocados, também o estavam os escritores sagrados do Novo Testamento, o que é um absurdo.

X. Esboço do Conteúdo

Em Quatro Divisões Principais:

1. *Profecias de Cumprimento a Curto Prazo* (Isa. 1:1—35:10).

Temos aí a condenação da nação de Israel por causa de suas corrupções, com predições de desastres, produzidos pela invasão e pelo cativeiro assírios. Várias outras nações também são denunciadas, havendo predições de condenação contra elas.

2. *Os Capítulos Históricos* (Isa. 36:1—39:8).

Descrição da invasão pelas tropas de Senaqueribe; a enfermidade de Ezequias e sua recuperação. Menção à missão de Merodaque-Baladã.

3. *Profecias Preditivas Sobre a Babilônia* (Isa. 40:1—45:25)

Antecipação da invasão e do cativeiro babilônicos. Para os estudiosos conservadores, isso envolve predição; mas muitos estudiosos liberais preferem pensar que essa seção do livro de Isaías é histórica, tendo sido escrita por algum outro autor, que eles intitulam de deutero-Isaías.

4. *Várias Profecias Preditivas* (Isa. 46:1—66:24).

Essa seção contém muitas e diferentes profecias, sobre vários assuntos, além de muitos ensinamentos morais e espirituais. Essa quarta seção não pode ser esboçada de forma coerente, por causa da natureza miscelânica do material ali constante, reunido sem qualquer estrutura interna.

Um Esboço Detalhado:

I. *Profecias e Instruções a Curto Prazo* (Isa. 1:1—35:10)
1. *Judá e Jerusalém e Acontecimentos Vindouros* (1:1—13:6)
   a. Introdução ao livro e ao seu assunto (1:1-31)
   b. A purificação e a esperança milenar (2:1-4:6)
   c. Punição de Israel devido ao seu pecado (5:1-30)
   d. A chamada e a missão de Isaías (6:1—13)
   e. Predição acerca do Emanuel (7:1-25)
   f. Invasão e cativeiro assírios (8:1-22)
   g. Previsão acerca do Messias (9:1-21)
   h. O látego assírio (10:1-34)
   i. A restauração e o milênio (11:1-16)
   j. O culto durante o milênio (12:1-6)
2. *Denúncias Contra Várias Nações* (13:1—23:18)
   a. Babilônia (13:1—14:23)
   b. Assíria (14:24-27)
   c. Filístia (14:28-32)
   d. Moabe (15:1—16:14)
   e. Damasco (17:1-14)
   f. Terras para além dos rios da Etiópia (18:1-7)
   g. Egito (19:1-25)
   h. A conquista da Assíria (20:1-6)
   i. Áreas desérticas (21:1—22:25)
   j. Tiro (23:1-18)
3. *O Estabelecimento do Reino de Deus* (24:1-27:13)
   a. A grande tribulação (24:1-23)
   b. A natureza do reino (25:1-12)
   c. A restauração de Israel (26:1—27:13)
4. *Judá e Assíria no Futuro Próximo* (28:1—35:10)
   a. Catástrofes e livramentos (28:1-33:24)
   b. O dia do Senhor (34:1-17)
   c. O triunfo milenar (35:1-10)

II. *Descrições Históricas* (Isa. 36:1—39:8)
1. A invasão de Senaqueribe (36:1—37:38)
2. Enfermidade e recuperação de Ezequias (38:1-22)

III. *Profecias Concernentes à Babilônia* (Isa. 40:1—45:13)
1. Consolo para os exilados: promessa de restauração (40:1-11)
2. O caráter de Deus garante o consolo (40:12-31)
3. Yahweh castigará a idolatria por meio de Ciro (41:1-29)
4. O Servo de Yahweh, o Consolador (42:1-25)
5. Restauração: a queda da Babilônia (43:1—47:15)
6. Exortação para que sejam consolados os restaurados do cativeiro babilônico (48:1-22)

IV. *O Servo e Redentor e as Coisas Finais* (Isa. 49—64)
1. Livramento final do sofrimento pelo Servo de Deus (49—53)
2. A salvação e as suas bênçãos (54 e 55)
3. Repreensão a Judá, por causa de seus pecados (56—58:15)
4. O Redentor divino redimirá a Sião (58:16-62)
5. A vingança do Messias e a oração de Isaías (63:7—64:12)
6. A resposta de Deus e o reino prometido (65 e 66)

Bibliografia. AM BA BW DEL E GT I IB IOT ND. UN WBC WG WES YO YO(1954) Z

ISAÍAS, SEU CONCEITO DE DEUS

Esboço:

Introdução
I. Teísmo
II. Deus de Juízo
III. Deus de Perdão: Deus é Redentor
IV. Os Atributos de Deus
V. A Natureza de Deus
Conclusão

Introdução

Os filósofos tentam provar a existência de Deus. É razoável supor que deve haver uma *primeira causa*, e que a imensidade que vemos ao nosso redor, com nossos próprios olhos nus ou mediante o uso de instrumentos (telescópios, radiotelescópios, microscópios, etc.), não pode ter-se auto-originado. É lógica simples supor que o desígnio que pode ser visto nas coisas deve ter sido determinado por uma mente inteligente, e não pelo mero acaso, que teria operado de forma caótica. Não é contrário à razão pensarmos que o propósito que pode ser percebido em todas as funções da natureza subentende a atividade de um Criador inteligente. E os próprios teólogos não combatem essa atividade racionalista, visto que qualquer teologia sistemática que possamos selecionar conta com uma seção que aborda essas questões. É uma necessidade imperiosa que a justiça, finalmente, terá de ser feita, e que deve haver um Deus que tanto é poderoso quanto é suficientemente sábio para impor a justiça. Mediante o uso de nossa razão, também podemos afirmar muitas coisas sobre a natureza de Deus, inteiramente à parte da revelação; e isso porque a mente humana, afinal de contas, é criação de Deus e

deve ter alguma afinidade com Ele. Sem dúvida, há grande harmonia entre a revelação e a razão, uma vez que a razão tenha sido devidamente disciplinada.

Porém, o quadro bíblico acerca de Deus depende da revelação, e não da razão humana. Do começo ao fim, a Bíblia pressupõe a existência de Deus, em vez de tentar prová-la, embora ela contenha muitas informações que podem ser utilizadas como a base de provas racionalistas. A voz dos profetas fala na Bíblia, e, quando damos ouvidos a essa voz, aprendemos muitas coisas a respeito da natureza de Deus.

Uma seção bíblica especialmente rica sobre a natureza e os atributos de Deus se encontra no livro de Isaías, capítulos 40-48. O presente artigo está alicerçado sobre essa porção do livro de Isaías. A discussão está dividida em cinco tópicos, segundo se vê no esboço, acima.

I. Teísmo

1. *Definição Básica*. Existe um Deus pessoal. Ele criou tudo e continua a manter contacto com a sua criação. Ele guia, recompensa, castiga e intervém na história da humanidade. Tanto o Antigo quanto o Novo Testamento são acentuadamente teístas em sua postura, incluindo aqueles capítulos do livro de Isaías que estamos discutindo, segundo demonstraremos abaixo.

2. *Idéias Contrastantes*

a. *Deísmo*. Existiria um Deus, um deus ou alguma força cósmica (pessoal ou impessoal). Porém, essa força não mantém o contacto com a criação. Antes, as leis naturais seriam o fator governante no Universo, e não algum Deus vivo e pessoal. — Na teologia, isso significa que Deus transcende e se mantém totalmente distante do mundo, sua criação, sem qualquer relação íntima com o mesmo. Tal posição deve ser contrastada com a teologia da imanência de Deus. O conceito deísta, como é óbvio, é contrário à teologia bíblica.

b. *Ateísmo*. Pode-se falar de modo significativo sobre Deus, um deus ou deuses; mas as evidências de que dispomos são negativas. Deus não existe. Essa posição, contrária à Bíblia, usualmente, alicerça-se sobre as inadequações morais do homem, por causa das quais ele rejeita qualquer autoridade acima dele mesmo, ou sobre sua incapacidade de explicar a presença do mal no mundo, se é que realmente existe um Deus Amoroso, Todo-Poderoso e Todo-Conhecedor.

c. *Agnosticismo*. Pode-se falar de modo significativo sobre Deus, um deus ou deuses, mas as evidências que temos são insuficientes, positiva ou negativamente, para nos permitir fazer qualquer asserção dogmática. Em outras palavras, não sabemos se Deus existe ou não, e nem dispomos de informações adequadas que nos permitam tomar uma decisão inteligente a respeito. Talvez Deus seja a fonte originária de todas as coisas, mas ele mesmo ou é desconhecido ou não pode ser conhecido.

d. *Panteísmo*. Deus é a totalidade da realidade. Tudo quanto existe é Deus, e Deus é tudo quanto existe, incluindo a vegetação... os minerais... as pessoas. Visto que, de acordo com essa idéia, Deus não é um Ser pessoal, de acordo com a definição bíblica o panteísmo é uma variação do ateísmo.

e. *Positivismo Lógico*. Essa é uma forma científica do ceticismo. O cetismo afirma que não existe tal coisa como conhecimento seguro, e que, quando muito, só podemos conviver com uma série de aproximações da verdade. O cético confirmado é alguém que pensa que essa situação prosseguirá para sempre, que o conhecimento nunca será alcançado. O positivismo lógico assevera que nossas aproximações precisam ser conseguidas através do método científico (empírico). A revelação é assim rejeitada como um meio de se obter conhecimentos. As proposições teológicas, incluindo aquela que diz: «Deus existe», são destituídas de sentido para os positivistas lógicos. E igualmente sem sentido é aquela outra proposição que diz: «Deus não existe». Em outras palavras, nada temos a dizer sobre o sujeito que transmite «conhecimento», visto que tais proposições ficam fora do terreno da inquirição científica.

Por todas as suas páginas a Bíblia pressupõe a existência de Deus. Essa idéia se alicerça, essencialmente, sobre o pressuposto de que o conhecimento dado através da revelação é um conhecimento válido, sem importar se podemos submetê-lo a exame de microscópio, em algum laboratório. No primeiro capítulo de Romanos, Paulo afirma que Deus pode ser conhecido através da luz que nos é dada mediante a natureza, o que se torna um meio secundário de conhecermos a Deus, um meio em parte racional, em parte empírico.

3. *O Teísmo em Isaías* 40—48:

Em Isa. 40:1 *ss* Deus consola o seu povo, pelo que tem contacto com eles, sempre interessado em suas vidas. Isso é teísmo em contraste com o deísmo. Em Isa. 40:11 Deus alimenta o seu povo, como um pastor faz com o seu rebanho. Isso envolve uma preocupação teísta. Em Isa. 41:13 Deus aparece ocupado em ajudar o seu povo. Em Isa. 42:16 Deus mostra o caminho aos homens; ele os guia, mesmo que eles ajam como cegos, e nunca os abandona. Em Isa. 43:1,2 Deus aparece como quem redime o seu povo em tempos difíceis. Ele os livra de seus inimigos. Em Isa. 43:5 lemos que a herança de Deus não deve temer, porquanto Deus tem um desígnio para os homens e para as nações. Nesse caso, a restauração do povo de Israel está em pauta. Portanto, as coisas não acontecem por puro acaso, segundo alguns filósofos têm proposto. Em Isa. 45:25 vemos que o interesse de Deus por Israel garante o bem-estar e a glorificação finais de seu povo. Em Isa. 46:4 aprendemos que Deus acompanha os membros de seu povo até à idade avançada, pois seu cuidado por eles não muda em nada com a passagem dos anos. Em Isa. 48:17 vemos que Deus nos ensina o que é «proveitoso», guiando-nos pelo caminho pelo qual devemos palmilhar.

Essa seleção (dentre uma variedade ainda maior) mostra-nos que Deus deve ser considerado Alguém que está interessado por nós. As seções II e III deste artigo, que mostram que Deus castiga e galardoa, também são provas insofismáveis do conceito teísta. Deus se interessa pelas vidas dos indivíduos e das nações. Logo, Deus não é sempre e totalmente transcendental, conforme o deísmo assevera.

II. Deus de Juízo

1. *Contra os pagãos*. Em Isa. 40:15 ss, os ímpios, considerados em pouca monta, são julgados. Em Isa. 41:11,12, lemos que os perseguidores serão julgados. Em Isa. 42:13-15 aprendemos que alguns homens, em sua perversão, se fazem adversários de Deus, atraindo assim a indignação do Senhor contra eles mesmos. Em Isa. 44:9 *ss* lemos que certas nações específicas são julgadas por pecados específicos. Os pecados secretos também não escapam (vs. 10).

2. *Contra o povo de Deus*. Em Isa. 41:23,24, é-nos mostrado que quando o povo de Deus age como se fosse pagão, — compartilha do castigo destinado aos pagãos. Em Isa. 42:24,25 vemos que *Jacó* pode tornar-se — um despojo — se não caminhar pela

vereda de Deus. Em Isa. 43:28 lemos que príncipes e mestres são destacados como aqueles que merecem ser julgados, se não cumprirem os seus deveres. Em Isa. 48:1,2 aprendemos que os hipócritas jamais escaparão. Em Isa. 48:3 a rebelião é condenada. Em Isa. 48:5, embora a idolatria possa ser praticada pelo povo de Deus, este não escapará ao juízo divino. Em Isa. 48:9-11 vemos que os julgamentos de Deus são remediais, e não meramente retributivos. Em Isa. 48:22 somos informados de que é impossível a paz sem a retidão. Mediante meios gentis, não mais severos que os homens e as nações são capazes de suportar, Deus aplica os seus juízos

III. Deus de Perdão: Deus é Redentor

A teologia bíblica apresenta Deus como o Redentor, e não meramente como o Criador. A iniciativa é de Deus, e isso com base no amor divino. A passagem de Isaías 40—48 ilustra amplamente esse princípio.

Isaías 40:2,3. Essa seção começa com uma chamada ao consolo, pois um Deus remidor se move entre o seu povo. *Isaías 41:14* — esse versículo chama Deus, especificamente, de Redentor. *Isaías 42:1* — esse trecho refere-se à missão remidora do Messias, salientando uma das mais bem conhecidas profecias messiânicas. A redenção dá-se por meio de Cristo. *Isaías* 42:6 — esse versículo ensina-nos que a missão remidora de Cristo inclui, necessariamente, os gentios. *Isaías 43:11.* Deus é um Salvador sem-par, não havendo outro que salve. *Isaías 43:14.* Novamente, Deus aparece especificamente como Redentor de seu povo. *Isaías 43:25.* A redenção inclui a anulação do pecado. Nossos pecados nos são perdoados. Isso é mencionado de novo em Isaías 44:22, onde é diretamente vinculado ao conceito da redenção. *Isaías 46:13.* O ato da vontade de Deus assegura, inevitavelmente, o exercício de sua redenção. *Isaías 47:4.* O Senhor dos Exércitos é Redentor. *Isaías 48:17.* Deus concede bênçãos proveitosas ao seu povo, guiando-o pelo caminho que deve seguir. *Isaías 48:20.* O perdão divino e a redenção de seu povo são causas de grande júbilo. Apesar dessa profecia envolver, primariamente, o livramento da servidão à Babilônia, o fato de que até os confins da terra haverão de ouvir tais notícias mostra-nos a universalidade da redenção.

IV. Os Atributos de Deus

Os capítulos de Isaías que estamos estudando ilustram o grande número dos atributos de Deus. O estudo aqui exposto é feito mediante a alistagem de todos os atributos divinos discutidos na teologia sistemática de Lewis Sperry Chafer. Cada item dessa sua lista pode ser consubstanciado por um versículo ou mais, extraídos dos capítulos do livro de Isaías que estamos considerando.

1. *Personalidade* (Isa. 40:1,5). Deus é uma pessoa que consola, julga, orienta, galardoa e castiga. Deus não é apenas alguma força cósmica e impessoal. Tudo quanto foi dito no primeiro capítulo, sobre o *Teísmo*, aplica-se aqui. Deus fez o homem (uma pessoa) à sua própria imagem (Gên. 1:26,27). A similaridade de naturezas pode ser vista como inerente a Deus e ao homem. Ele (Deus) é uma Pessoa, dotada daquelas faculdades e elementos constitutivos que fazem parte da personalidade.

2. *Onisciência* (Isa. 40:13,14; 46:10). Esses textos não declaram um conhecimento absoluto da parte de Deus; mas subentendem isso, ao falarem de um conhecimento imenso. Outros trechos bíblicos, como II Reis 13:19 e Jer. 38:17-20, ensinam a mesma coisa. Ver também II Crô. 16:9.

3. *Santidade* (Isa. 40:25). A santidade de Deus não tem igual. Em Isaías 41:16 aprendemos que essa santidade é contrária à falsidade e à idolatria. Em Isaías 44:9-18, que Deus julgará a idolatria. Em Isaías 45:11, que o Senhor de Israel é o Santo.

4. *Justiça* (Isaías 40:15-17). As nações são reputadas em nada, porquanto têm transgredido contra a retidão e não se têm arrependido. Em Isaías 41:10 lemos que o poder sustentador de Deus se alicerça sobre sua retidão. Em Isaías 41:26 descobrimos que o julgamento contra a idolatria será severo.

5. *Amor* (Isaías 49:1,2). Deus consola o seu povo. *Isaías 41:9.* O amor de Deus é a base da escolha que ele fez de seu povo. *Isaías 42:16.* Deus guia os cegos pelo caminho e retifica as veredas tortuosas. *Isaías 43:3,4.* Deus dá forças a seu povo para que atravesse as dificuldades. *Isaías 42:1 ss.* O Amor de Deus está por detrás da missão messiânica.

6. *Bondade* (Isaías 40:1,2). O amor de Deus é a fonte de sua bondade. Portanto, tudo quanto foi dito no ponto anterior, cabe também aqui. Isaías 43:3 *ss* nos faz saber que essa bondade opera através do Espírito Santo.

7. *Veracidade* (Isaías 40:13,14). Deus é a fonte de todo conhecimento e verdade. Ele é ímpar, não havendo quem possa aconselhá-lo. Isaías 43:9,10. O testemunho e o propósito de Deus são verazes. Isaías 42:3. O juízo divino é efetuado em meio à verdade, isto é, «...de acordo com o perfeito padrão da verdade».

8. *Liberdade da Vontade* (Isaías 40:12). Deus é dotado de um poder ilimitado e exerce esse poder de acordo com sua própria vontade. Ninguém lhe diz o que deve fazer. Isaías 43:21. Sua vontade mostrou-se soberana, quando ele escolheu o seu povo. Isaías 45:23. Deus não tem que prestar contas a quem quer que seja, e a sua vontade fatalmente se cumpre.

9. *Onipotência* (Isaías 40:12,17,18,22,24,26,28). O ilimitado poder de Deus é exercido sobre a natureza, entre as feras e entre os habitantes humanos da terra, porquanto ele é o Criador de tudo. Isaías 41:20. O poder do Senhor é empregado em benefício de seu povo. Isaías 45:23. Esse poder divino não conhece restrições.

10. *Simplicidade* (Isaías 40:7,13). Deus não é um ser complexo como o homem, por exemplo, que é uma combinação de matéria e de espírito, formando um só ser. A natureza de Deus é simples, pois ele é puro espírito. Essa passagem de Isaías declara a natureza espiritual de Deus.

11. *Unidade* (Isaías 43:10,11; 44:8; 45:5,6,21; 46:9; 48:16). Há somente uma essência na natureza de Deus. Embora ele se manifeste como Deus triúno (o que talvez fique implícito em Isa. 42:1,2 — Pai, o Messias (Filho) e Espírito que repousa sobre o «Servo»), ele é um único Deus. Esses versículos mostram-nos que há somente uma essência divina, e, por conseguinte, um único Deus. O trinitarianismo não é triteísmo. ...o Senhor nosso Deus é um único Deus» (Deu. 6:4).

12. *Infinitude* (Isaías 40:12,14,18). Esses versículos não ensinam a infinitude de Deus em um sentido estrito, mas ilustram a incompreensível imensidade de Deus; e, para todos os propósitos práticos, isso equivale à mesma coisa. Deus, na qualidade de Criador, sempre envolve essa noção, pois quão imensa é a criação! O efeito não pode ser maior do que a causa. Na seção V.5, ilustramos essa verdade. Isaías 44:6. Deus é o primeiro e o último, a medida de todas as coisas, o único Deus. Esses fatos falam sobre a infinitude de Deus.

13. *Eternidade* (Isaías 41:4; 43:6; 48:12). Deus pertence ao mundo eterno. Ele não teve princípio e nem terá fim. Deus não pode deixar de existir. Na teologia, a palavra «eternidade» pode ter estes dois sentidos: como qualidade — pertencente à ordem eterna; e como uma qualidade temporal — sem começo e sem fim. Deus é o primeiro e o último. Isaías 43:10. Deus sempre foi Deus. Nenhum outro deus formou-se antes ou depois dele. Isaías 43:13 mostra-nos que Deus existia antes que houvesse dia.

14. *Imutabilidade* (Isaías 40:8). Enquanto outras coisas fenecem, Deus permanece para sempre. Isaías 43:6. Deus é o primeiro e o último, sugerindo a expressão «o mesmo ontem, hoje e para sempre». Isaías 48:12. Sendo o primeiro e o último, Deus lançou os fundamentos da terra, o que subentende um Ser constante e eterno.

15. *Onipresença-Imensidade* (Isaías 40:12). Os capítulos 40—48 de Isaías não declaram, abertamente, que Deus está em toda a parte; mas as dimensões de sua presença aparecem como tão diversas que a onipresença de Deus fica entendida. Em Isa. 40:12 essa onipresença aparece em toda a natureza; e em Isaías 48:13, Deus aparece em toda a sua criação, incluindo a expansão dos céus.

16. *Soberania* (Isaías 40:9,12,15—17). Deus faz sua vontade imperar sobre todas as nações e sobre a própria natureza. Isaías 43:13: Deus faz o que melhor lhe apraz, e ninguém é capaz de impedi-lo. Isaías 43:20. Os animais irracionais obedecem à sua vontade. Isaías 43:15. As pessoas existem segundo o **bel-prazer de Deus.** Isaías 45:23. Toda a criação haverá de prostrar-se diante de Deus, finalmente, porquanto a sua palavra é firme e exerce um infalível efeito. Isaías 46:9. Deus é o único Deus que existe, pelo que somente ele é supremo.

V. A Natureza de Deus

Algumas coisas, já escritas, dizem respeito à natureza de Deus. Para exemplificar, seus vários atributos certamente ilustram algo de sua natureza fundamental. Ademais, o conceito do *teísmo*, ventilado no primeiro capítulo, necessariamente subentende algo sobre a natureza básica de Deus.

1. *Deus é Espírito* (Isaías 40:7,13; 41:1,5). Na qualidade de espírito, Deus é uma pessoa, e não apenas uma força cósmica (o que é discutido na primeira seção).

2. *Deus é Eterno* (Isaías 40:8). Isso coincide com o décimo terceiro item, a eternidade de Deus, sob atributos, onde damos mais detalhes, com mais alguns versículos.

3. *Deus é um Poder Criativo* (Isaías 40:12,28; 42:5; 43:1,14; 44:24). A criação de Deus constitui uma admirável mescla de harmonias e atitudes. Ele fez a criação ser algo agradável a ele, — a qual contém criaturas como ele, dotadas de espírito, porquanto ele é espírito e intelecto, visto que ele é inteligência capaz de amar. Deus é mais do que um arquiteto, porquanto existia antes do dia e do que ele fez. Deus é o primeiro e o último.

4. *Deus é Onipotente*. Isso é abordado no nono item dos atributos, na quarta seção. Deus é imutável, item décimo quarto dos atributos, na quarta seção.

5. *Deus é Independente*. Essa é outra maneira de dizermos que Deus é o Criador, e que todas as coisas fora de Deus foram criadas. Somente Deus não pode não existir. Porém, ao redimir os homens, ele lhes confere uma independência derivada. Ver Isaías 40:15-17, quanto a essa independência. O trecho de Isaías 46:5 mostra que ninguém pode comparar-se com Deus. Isaías 46:9 ensina que não existe outro Deus além do Senhor, não existe qualquer outro poder independente. Todas as coisas são contingentes e dependem de Deus. O ensino sobre a soberania de Deus (item décimo sexto dos atributos, seção quarta) mostra algo paralelo à independência de Deus. Somente um Ser independente poderia ser realmente soberano.

6. *Deus é triúno*, mas é somente um Deus. Ver sob o décimo primeiro item, unidade, na discussão sobre os atributos de Deus.

7. Embora independente, Deus prefere ser *dependente*, porquanto busca o nosso amor e a nossa lealdade. Em Isaías 40:1 *ss* vemos que ele convoca os homens para que sigam o seu caminho e participem de sua glória. Em Isaías 42:1 *ss*, aprendemos que Deus enviou o seu Servo, o Messias, com esse propósito distinto, Deus quer que os homens compartilhem de sua glória.

Conclusão

No tocante à doutrina de Deus, os capítulos 40-48 do livro de Isaías são bastante reveladores. O ponto mais surpreendente é que esses capítulos de Isaías incorporam um segmento tão amplo do teísmo bíblico. Quase todos os aspectos dessa doutrina encontram-se ali, pelo menos em forma potencial. Poderíamos dizer que *o todo* repousa sobre a fé, a fé de que as palavras recebidas pelos profetas são autênticas revelações de Deus. Por outro lado, nossa razão aceita esse esboço geral da doutrina de Deus, como algo que condiz com aquilo que poderíamos esperar que Deus fosse. Além da revelação e da razão, devemos também considerar a experiência humana. Se essa experiência é espiritual, então certamente adiciona seu testemunho à veracidade desse ensino geral.

ISAQUE

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. A Origem do Nome
III. Sacrifício Humano Ordenado por Deus?
IV. As Notáveis Características de Isaque
V. Isaque nas Páginas do Novo Testamento
VI. Tipologia

I. Caracterização Geral

A história da vida de Isaque aparece nos capítulos vinte e um a vinte e nove do livro de Gênesis. Isaque era filho de Abraão e Sara, e foi o segundo dos três patriarcas hebreus: Abraão, Isaque e Jacó. Era filho gerado por promessa divina e por divina intervenção, o que fez dele um apto símbolo de Cristo, o Filho prometido, redentor, que está conduzindo muitos filhos de Deus à glória. Seu nome significa «riso» (comparar com Sal. 15:9 e Amós 7:9,16), embora essa mesma palavra hebraica também signifique «zombaria», o que, naturalmente, não se ajusta ao contexto de Gênesis. A razão desse nome é explicada na segunda seção, abaixo.

Isaque foi circuncidado como um filho prometido, porquanto nele é que a aliança com Abraão (e, portanto, o pacto messiânico) teria continuação. Ver o artigo separado, *Pacto Abraâmico*. Quando Isaque tinha seus oito anos de idade, houve o seu sacrifício potencial, de onde extraímos lições espirituais de grande valor moral, mas que, por si mesmo, não pode ser justificado através de qualquer sã teologia. Ver esse problema na terceira seção deste artigo. Seja como for, o povo terreno de Deus, *escolhido*, descenderia de Abraão, passando por Isaque. Destarte, no relato, encontramos as raízes de uma

grande nação, o povo de Israel.

Após a morte de Sara, Abraão enviou um seu servo dileto à Mesopotâmia, a fim de encontrar ali esposa para Isaque. Isso teve o propósito de preservar os laços raciais de Abraão, pois as jovens da região onde ele habitava não eram aceitáveis com esse propósito. Teria sido desastroso para a nação em formação envolver-se com os cananeus pagãos. Isso serve de tipo da noiva espiritual que seria buscada para Cristo, o grande Filho da promessa. Quanto à *tipologia* da vida de Isaque, ver a seção VI. Foi assim que Isaque adquiriu Rebeca como sua esposa. Eles permaneceram sem filhos durante muitos anos; mas, finalmente, nasceram-lhes os irmãos gêmeos, Esaú e Jacó. E Jacó veio a tornar-se o terceiro dos grandes patriarcas hebreus, através dos quais se formou o povo de Israel, por meio de quem o pacto messiânico foi perpetuado.

A fome, provocada pela seca, forçou Isaque a levar sua família para Gerar. Em uma terra estrangeira, e tendo de enfrentar possíveis perigos, ele julgou ser necessário apresentar sua esposa como se fosse sua irmã, duplicando o que Abraão fizera, muitos anos atrás (ver Gên. 12:10-20). Apesar de Abraão e Isaque terem sido ambos severamente criticados, porque supostamente «negaram» e não deram «proteção» às suas respectivas esposas, devemos lembrar que os chefes das pequenas tribos antigas podiam fazer qualquer coisa que quisessem com as mulheres do lugar, incluindo aquelas que passassem pelo seu território. Todavia, estamos falando acerca de tribos selvagens e pagãs, cujos costumes eram tão diferentes das comunidades civilizadas de hoje em dia. Apesar de Rebeca ser prima de Isaque, e apesar do uso lato que os antigos faziam de termos como irmão, irmã, pai, etc., não se pode negar que o intuito de Isaque foi o de enganar os habitantes de Gerar, a respeito da verdadeira identidade de Rebeca, em relação a ele. Mediante tal esquema, mesmo que ela tivesse de perder sua virtude, pelo menos salvar-se ia a vida dela (e, por que não dizer, a dele também). Muitos homens modernos, se se vissem em tais circunstâncias, fariam algo similar. Mas Abimeleque, o chefe de Gerar, ao surpreender Isaque brincando com Rebeca, percebeu de pronto que ela era esposa dele, e não irmã; e, chamando Isaque à sua presença, repreendeu-o pelo engodo. E Isaque confessou que agira daquele modo com medo de perder a vida. Felizmente para Isaque e Rebeca, Abimeleque era homem probo, e chegou a proibir que qualquer homem de seu povo fizesse qualquer malefício a Isaque ou à sua esposa. Até mesmo entre os pagãos podemos encontrar algumas virtudes. «Quando, pois, os gentios que não têm lei, procedem por natureza de conformidade com a lei, não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos. Estes mostram a norma da lei, gravada nos seus corações...» (Rom. 2:14,15).

Com o tempo, Isaque prosperou; e isso serviu para despertar a inveja dos filisteus em derredor. A fim de evitar problemas, ele se mudou para Berseba, onde erigiu um altar. E novamente recebeu as promessas e as bênçãos de Deus. A providência de Deus estava em operação, a despeito dos perigos que apareciam e desapareciam.

Quando Isaque tornou-se homem idoso, débil e cego, preparou-se para transmitir a última bênção a seu filho primogênito (embora gêmeo), Esaú, que era seu filho favorito. Entretanto, Rebeca preferia Jacó, e ansiava para que este recebesse a bênção paterna. Daí originou-se o relato, contado por tantas vezes, de como Isaque foi enganado pelo disfarce de Jacó, que o levou a supor que estava abençoando a Esaú. Foi assim que Jacó foi confirmado como o «suplantador», conforme o seu nome também significa. Esaú, por sua vez, recebeu uma bênção secundária, e ficou muito indignado por causa disso. Isso criou um longo período de conflitos entre os dois irmãos, o que poderia ter resultado em alguma grave violência, se Jacó não tivesse abandonado a região. Jacó voltou à Mesopotâmia, a fim de arranjar esposa, enquanto Isaque, Rebeca e Esaú permaneceram na Palestina.

Finalmente, Isaque faleceu, com cento e oitenta anos de idade, e foi sepultado por seus dois filhos, na caverna de Macpela, perto de seus pais e de sua esposa, Rebeca, que já havia falecido algum tempo antes. E os dois irmãos, Esaú e Jacó, adversários durante tantos anos, fizeram as pazes. Os antigos ódios foram ultrapassados; e, pessoalmente, acredito que a graça de Deus, de alguma maneira, também chegou a beneficiar a Esaú, apesar da má reputação dele na antiga tradição rabínica, o que transparece no nono capítulo da epístola aos Romanos.

II. A Origem do Nome

No tocante às circunstâncias de seu nascimento, lemos que várias pessoas riram-se. Abraão riu-se quando lhe foi revelado que ele teria um filho na sua velhice (Gên. 17:17), o que também foi a reação de Sara, a mãe de Isaque (Gên. 18:12). E ainda outros sentiram vontade de rir, quando souberam do que estava sucedendo (Gên. 21:6). Sara foi repreendida por Deus, — por ter rido, o que foi interpretado como sinal de falta de fé no poder de Deus. E, quando ela negou que se tinha rido, foi repreendida novamente. Mas Sara mentiu por motivo de temor. Seja como for, a promessa divina teve cumprimento. Mas, com base nessa circunstância de que várias pessoas riram-se, o menino recebeu o nome de Isaque, «riso», no hebraico. O riso original fora divertido, e não zombeteiro, embora refletindo certa fraqueza de fé. Todavia, nesse riso também podemos perceber o *júbilo* diante do cumprimento das promessas de Deus, o que, finalmente, resultou na vinda do Messias a este mundo, através da linhagem de Isaque.

Lemos nos textos ugaríticos que o deus *El* costumava rir-se. Algo semelhante se acha no segundo salmo. Talvez Isaque fosse um nome comum, baseado na crença da existência de um deus risonho. Mas, no tocante ao Isaque da Bíblia, é quase certo de que seu nome lhe foi dado por causa dos vários incidentes de riso, conforme se vê acima.

III. Sacrifício Humano por Deus?

Não há que duvidar que esse é o aspecto mais difícil do relato bíblico sobre Isaque. De fato, é um dos mais árduos problemas de todo o Antigo Testamento. Aqueles que tentam apoiar a teoria de que não existe tal coisa como revelação divina progressiva, encontram boa variedade de maneiras para desculpar *Yahweh* por ter dado a Abraão a ordem de sacrificar seu filho, Isaque. Todo esse esforço é inútil. Por que não confessar logo que estamos ali tratando com um primitivo conceito acerca de Deus, que foi totalmente ultrapassado pela tradição religiosa hebreu-cristã, tendo então sido abandonado como inaceitável?

Sentimo-nos desolados diante do vigésimo segundo capítulo de Gênesis. Nenhuma explicação pode aliviá-lo de sua demonstração de uma religião primitiva. Mesmo que Abraão tivesse crido, sinceramente, que Deus requerera dele um sacrifício humano, e isso do seu próprio filho, é impossível crermos que *Deus*, realmente, tivesse feito a ele tal exigência. Abraão certamente errou (embora em boa fé), apesar de seu estado espiritual avançado. Podemos extrair do relato muitas boas lições morais, mas é catastrófico para a fé religiosa sã a suposição de que

Deus, sob quaisquer circunstâncias, tivesse ordenado que se oferecesse um sacrifício humano. Mais tarde, na legislação de Israel, os sacrifícios humanos foram estrita e enfaticamente proibidos. Ver Lev. 18:21. A *pena de morte* foi imposta aos desobedientes (Lev. 20:2,3).

Contudo, a lição espiritual que se sobressai nesse relato é a da suprema dedicação de Abraão ao Senhor, uma dedicação desde o próprio lar. A fé religiosa requer de nós todos, se quisermos ser sinceros, que nossos filhos devam ser a primeira coisa que dedicamos a Deus. Naturalmente, temos nesse incidente um tipo do sacrifício do Filho de Deus. Deus amou de tal maneira ao mundo, que deu o Seu próprio Filho (João 3:16). O primeiro mandamento da lei mosaica determina que amemos a Deus de todo o coração e de todas as nossas forças; em seguida, em grau de importância, temos o mandamento para amarmos ao próximo como a nós mesmos. Abraão, pois, demonstrou esse tipo de amor a Deus, sem importar o quão equivocado fosse o seu ato.

Uma outra lição que se evidencia aqui é que as pessoas religiosas, a despeito de suas boas intenções e grande sinceridade, podem estar equivocadas naquilo que fazem e crêem, embora essa seja uma lição que todos preferimos olvidar. A arrogância cega.

IV. As Notáveis Características de Isaque

Isaque foi o único dos três grandes patriarcas hebreus que nasceu na Terra Prometida e nunca a abandonou. Acima dos outros dois, ele ancorava a história de Israel àquela região. Esse relato também nos mostra como a linhagem prometida passava por Jacó, ao passo que Esaú deu origem aos idumeus. Deus tem os seus escolhidos. Essa é uma das ilustrações mais claras da Bíblia — usada por Paulo — para mostrar o fato. «E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já lhe fora dito a ela (Rebeca): O mais velho será servo do mais moço. Como está escrito: Amei a Jacó, porém, me aborreci de Esaú» (Rom. 9:11-13).

O relacionamento de Isaque com Deus caracterizava-se pela passividade, pela confiança instintiva, pela submissão e pela devoção (Gên. 22:7; 25:21). Jacó referiu-se a Deus como «o Temor de Isaque» (Gên. 31:42,53), o que demonstra a completa devoção de Isaque ao Senhor. No Talmude e no judaísmo posterior, Isaque simbolizava a submissão do povo de Israel à inexcrutável vontade de Deus. Isso, naturalmente, estava vinculado à história de como Isaque submeteu-se a ser sacrificado a Deus, sem queixas e questionamentos.

Os intérpretes julgam como fraqueza de caráter o fato de Isaque ter mentido acerca de sua esposa e de sua preferência por Esaú (o que se deveria ao fato de que Esaú caçava e satisfazia ao apetite de Isaque; Gên. 25:28). Ou, pelo menos, esses incidentes mostrariam lapsos sérios na vida de Isaque. Mas, dificilmente poderíamos julgar o caráter geral de um homem por causa de dois incidentes difíceis de julgar, ou mesmo por causa de alguma atitude errada e persistente, de algum tipo. É verdade que a bênção que Isaque tencionava proporcionar a Esaú, finalmente foi dada a Jacó, por desígnio divino; e isso não por causa do próprio Jacó e, sim, por causa do plano divino relativo ao povo de Israel, porquanto esse povo seria o instrumento mediante o qual o Messias chegaria ao mundo e cumpriria a sua missão terrena.

«A vida de Isaque, julgada segundo normas mundanas, pode parecer inativa, ignóbil e infrutífera; mas os anos de vida imaculada, de oração, de atos graciosos, de ações de graças diárias, em meio a atividades tipicamente pastorais, não devem ser julgados por esse prisma, embora não nos pareçam espetaculares. O caráter de Isaque talvez não tenha exercido nenhuma influência dominante sobre a sua geração e sobre as gerações subseqüentes; mas foi suficientemente assinalada e coerente para conquistar o respeito e a inveja da parte de seus contemporâneos. Seus pósteros sempre lhe deram uma honra idêntica à que dão a Abraão e a Jacó. Esse nome chegou mesmo a ser usado como parte de uma fórmula empregada pelos mágicos egípcios dos tempos de Orígenes (*Contra Celso* 1:22), empregada como eficaz para amarrar demônios que quisessem conjurar» (Smith, *Dicionário Bíblico*).

V. Isaque no Novo Testamento

Além das duas vezes em que Isaque aparece na genealogia de Jesus (ver Mat. 1:2 e Luc. 3:34), há outras referências a ele, como na expressão «...o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó...» (Mat. 22:23; Mar. 12:26; Luc. 13:28 e 20:37). Lucas repete essa fórmula em Atos 3:13, como parte de um dos sermões de Pedro. No sétimo capítulo de Atos, no discurso defensivo de Estêvão, Isaque é mencionado em conexão com a narrativa da história de Israel (vs. 8 e 32). E as passagens de Rom. 9:7,10 e Gál. 4:28 enfatizam Isaque como um filho prometido, que serve de ilustração sobre a posição favorecida do Novo Israel (a Igreja), que também seria um filho prometido. O trecho de Heb. 11:9 ressalta a vida de peregrinações dos patriarcas (entre os quais estava Isaque), como herdeiros que foram da promessa divina de salvação. Hebreus 11:17 menciona o sacrifício de Isaque, por parte de Abraão, como um ato de fé. O fato de que ele foi preservado vivo representa a ressurreição (vs. 19). E o versículo vigésimo mostra-nos que a bênção dada por Isaque a Jacó era profética, sem dúvida alguma envolvendo a promessa messiânica, que passava por Isaque. O trecho de Tia. 2:21 refere-se ao sacrifício de Isaque, por parte de Abraão, como prova de que um crente é justificado, igualmente, por suas obras de fé, e não somente pela fé, o que o contexto afirma enfaticamente, especialmente no versículo vigésimo quarto. Muitos pensam que temos nisso uma típica interpretação rabínica, que Tiago usou para defender sua tese. Ver sobre o *Legalismo*.

VI. Tipologia

1. O servo que foi enviado por Abraão a fim de obter esposa para Isaque serve de símbolo de Espírito Santo, que está buscando uma noiva para Cristo. De acordo com esse tipo, Abraão simboliza Deus Pai, e Isaque representa Deus Filho. E a noiva é a Igreja, ver Gên. 24.

2. O nascimento de Isaque, que foi miraculoso, representa o nascimento virginal do Filho. Ver Gên. 21:1,2.

3. O sacrifício de Isaque simboliza o sacrifício de Jesus Cristo, o Filho de Deus. Ver Rom. 8:32. Deus «...não poupou a seu próprio Filho...» E o Filho de Deus também foi obediente até à morte (Fil. 2:5-8), exibindo a mesma atitude que a de Isaque, diante da morte.

4. Isaque, como filho da promessa, também simboliza a todos os filhos da promessa, que, coletivamente, formam a Igreja. Ver Gál. 4:28.

5. Os filhos espirituais de Abraão, todos os quais passam através de Isaque, simbolizam o novo Israel, a Igreja, ver Gál. 4:28.

6. Isaque também simboliza a nova natureza do

crente, nascido «...segundo o Espírito...» (Gál. 4:29).

7. *A Providência de Deus.* É curioso que, contra todas as expectativas, Isaque não morreu em face da enfermidade que o levou a abençoar apressadamente a Jacó e a Esaú. Parece que ele ainda viveu por cerca de mais trinta anos, até que, finalmente, morreu, já com cento e oitenta anos de idade. Portanto, viveu por mais tempo que Abraão ou que Jacó. Isso contém uma lição para nós. O propósito de Deus, operante em nossas vidas, garante que elas sejam vividas em consonância com a tabela de tempo de Deus, e que nem mesmo enfermidades sérias podem frustrar os desígnios do Senhor. Além disso, notemos a intervenção divina. A bênção acabou sendo outorgada a Jacó, embora Isaque tivesse planejado de outro jeito. Essa é uma preciosa lição acerca da providência divina em nossas vidas, e do que tanto necessitamos.

ISBÁ

No hebraico, «ele louvará». Esse era o nome de um descendente de Judá, pai ou fundador de Estemoa (I Crô. 4:17). Era filho de Merede e Bitia, esta filha de Faraó. Alguns identificam-no com o Isi do vs. 20 desse mesmo capítulo, ou então, com o Naã do versículo dezenove. Viveu por volta de 1600 A.C.

ISBI-BENOBE

No hebraico, «meu assento está em Nobe». Ele era um dos gigantes ou refains. Levava uma lança cuja ponta de bronze pesava trezentos siclos, ou seja, cerca de 3,4 kg. O siclo equivalia a 11,4 gramas. Ver II Sam. 21:16. Ele era um dos quatro filhos nascido a um gigante que vivia entre os filisteus, na cidade de Gate. Ver II Sam. 21:22. Esse gigante, que já se preparava para tirar a vida de Davi, extremamente fatigado na batalha, foi morto por Abisai, filho de Zeruia. Isso aconteceu por volta de 1018 A.C.

ISCÁ

No hebraico, «vigilante». Esse era o nome de uma filha do irmão de Abraão, Harã. Era irmã de Ló (Gên. 11:29). As tradições judaicas e também Jerônimo (*Quaest.* sobre o Gênesis) identificavam-na com Sara. Isso também é mencionado por Josefo (*Anti.* 1:6,5).

ISCARIOTES

Ver sobre **Judas**, segundo item, **Judas Iscariotes**. Muitos pensam que essa palavra significa «homem de Queriote» (vide), ou seja, no hebraico, *'ish qerioth*. Era esse o sobrenome de Judas, o traidor de Jesus, da mesma maneira que Aquino (um lugar) servia de sobrenome de Tomás de Aquino. Esse Judas era assim chamado a fim de ser distinguido de outro apóstolo com o mesmo nome, Judas, já que esse era um nome judaico muito comum na época. Ver Mat. 10:4.

ISHI (NOME DE DEUS)

Em nossa versão portuguesa encontramos a tradução dessa palavra hebraica, «meu marido». Oséias predisse que esse nome seria usado por Israel, no futuro, ao referir-se a Deus, em vez de usar o nome *Baali* (em nossa versão portuguesa, «meu Baal»), porquanto esse último nome estava associado à adoração pagã ao deus *Baal* (vide). Ver Osé. 2:16.

••• ••• •••

ISHVARA

A forma personalizada de Deus, em contraste com o Brahman impessoal, de acordo com o hinduísmo. Esse nome é usado por seitas teístas do hinduísmo, como o apelativo do Ser Supremo.

ISI

No hebraico, «salutar». Nome de várias personagens bíblicas, a saber:

1. O filho de Apaim, um descendente de Judá, e pai de Sesã (I Crô. 2:31). Pertencia à casa de Hezrom, e viveu em cerca de 1612 A.C.

2. Antepassado de vários simeonitas, que encabeçaram uma expedição de quinhentos homens armados. Eles tomaram o monte Seir dos amalequitas, que se haviam apossado do mesmo (I Crô. 4:42). Esse Isi viveu em cerca de 726 A.C.

3. O pai de Zoete e de Ben-Zoete (I Crô. 4:20). Ele viveu por volta de 1017 A.C.

4. Um chefe da tribo de Manassés, que se tornou conhecido por sua bravura. Ele vivia na região leste do rio Jordão (I Crô. 5:24), por volta de 720 A.C.

ÍSIS

Essa deusa egípcia da natureza vinha sendo adorada no Egito pelo menos desde 1700 A.C. Juntamente com Mitra e com a Grande-Mãe, o seu culto foi uma das três adorações que mais se opuseram à emergente fé cristã, no Egito. Gradualmente, porém, o cristianismo foi prevalecendo, mas a influência do culto a Ísis perdurou ainda por muito tempo. No Egito, Ísis tornou-se uma espécie de modelo dos seus fiéis, bem como de uma esposa e mãe amorosa. Talvez ela tivesse personalizado o trono real, porquanto seu nome tem sido encontrado inscrito nos tronos reais do Egito, embora os eruditos não tenham certeza sobre como se deve interpretar esse fato.

Tradicionalmente, ela era irmã e esposa do deus Osíris. Quando Sete, à traição, matou e então desmembrou o corpo de Osíris, Ísis reconstituiu cuidadosamente o cadáver dele e, com suas artes mágicas, fê-lo reviver, a fim de que, unidos, pudessem cuidar dos poderes do mundo inferior, onde Osíris deveria governar como monarca. O casal gerou um filho, Horus, que precisou ficar escondido até estar preparado para enfrentar o maligno Sete, e apossar-se do anterior reino de seu pai, que Sete havia usurpado. Isso Horus acabou conseguindo fazer. E assim, Horus tornou-se o símbolo dos Faraós vivos e de sua divindade protetora, enquanto que Osíris continuou sendo considerado o governante do mundo dos mortos. De acordo com a astrologia egípcia, Ísis seria a estrela Sotis (Sírio), fiel companheira de Osíris, o Órion.

Ísis teria uma mágica tão poderosa por ter aprendido qual o nome secreto do deus-sol, Rá. Ao tomar conhecimento desse nome, ela adquiriu os poderes dele. A adoração a Ísis propalou-se largamente na época dos Ptolomeus; e mais ainda no período da dominação romana. Os templos dedicados a Ísis podiam ser encontrados por toda a parte, com os sacerdotes dedicados a ela, o que representava um poderoso desafio idólatra ao cristianismo.

O conflito entre Osíris (o sol) e Sete (a noite) simboliza a luta entre o bem e o mal, como também entre a imortalidade da alma e o eterno esquecimento.

ÍSIS-OSÍRIS

Ver os artigos separados sobre *Ísis* e *Osíris*, e também sobre as *Religiões Misteriosas (dos Mistérios)*.

ISIDORO DE SEVILHA

Suas datas foram 560-635 D.C. Foi um filósofo espanhol. Nasceu em Cartagena. Foi bispo de Sevilha. Escreveu prolificamente. Suas *Etimologias*, além de outros livros de texto, preservavam a erudição da época, ao mesmo tempo que suas obras de cunho prático eram notáveis como fontes informativas, mesmo que não se notabilizassem por sua originalidade. Seu interesse pela sistematização do conhecimento da época foi o que o levou a produzir as *Etimologias*, uma espécie de enciclopédia. A influência dessa obra foi grande durante a Idade Média.

Isidoro de Sevilha se achava entre os homens mais eruditos de seu tempo. Ele arquitetou um programa cujo desígnio era fundir as instituições romanas e góticas em uma cultura nacional homogênea, na Espanha. Alguns dos fatores dessa fusão eram a conversão dos visigodos ao cristianismo romano, a restauração da erudição e o apoio dado aos reis visigodos. Suas idéias e seus atos influenciaram profundamente e até mesmo modificaram a Igreja católica espanhola. O concílio de Toledo (633 D.C.) ordenou o estabelecimento de escolas nas catedrais de cada diocese, aprimorou a educação dos padres e padronizou a liturgia. Isidoro faleceu em Sevilha, a 4 de abril de 636, e foi canonizado em 1598 e declarado doutor da Igreja em 1722. Sua festa é celebrada a 4 de abril.

ISLÃ

Essa palavra é de origem árabe e significa «submissão a Deus». Esse é o nome da religião fundada por Maomé, religião essa também conhecida por islamismo e maometanismo. As tradições islâmicas dizem que o anjo Gabriel perguntou de Maomé (o mensageiro de Deus): «O que é o islã?» E Maomé replicou, dando a essência da fé islâmica: «O islã é crer em Deus e no seu profeta; é dizer as orações prescritas; é dar esmolas; é observar a festa de Ramadã, e é fazer uma peregrinação a Meca».

Visto que Maomé pregava a submissão a Deus, por isso mesmo ele chamou a fé religiosa, por ele fundada, de «islã». Os seguidores do islamismo são os *muçulmanos* (vide). Artigos a serem consultados, para a obtenção de completas informações sobre o islamismo:

1. Maomé
2. Maometanismo
3. Ética Islâmica
4. Filosofia Islâmica
5. Alcorão

Ver também o artigo sobre *Ismael* e sobre o pano de fundo racial e histórico dos povos (árabes) que têm estado mais intensamente envolvidos com o islamismo.

ISMA

No hebraico, «desolado». Esse era o nome de um descendente de Judá (I Crô. 4:3). Aparentemente era filho do fundador de Etã (vide). Sua vida esteve associada à aldeia de Belém (vs. 4). Viveu por volta de 1612 A.C. Os nomes de seus irmãos eram Jezreel e Idbas.

ISMAEL

Esboço:

1. O Nome
2. Circunstâncias de seu Nascimento
3. Sumário da Vida de Ismael
4. O Filho Rejeitado
5. Incidentes Posteriores de sua Vida
6. Descendentes de Ismael
7. Ismael no Novo Testamento

1. O Nome. «Ismael», **Deus ouve.** A raiz básica é **El**, um nome comum aplicado a Deus, que significa «forte» ou «força». Ver o artigo sobre *Deus, Nomes Bíblicos*. A essa raiz está vinculada a palavra hebraica que significa «ouvir». Portanto, esse nome pode ser interpretado como «Deus ouve», «Deus ouviu» ou «Deus ouvirá». Em Gênesis 16:11, lemos: «...a quem chamarás Ismael, porque o Senhor te acudiu na tua aflição». Deus ouvira Hagar quando ela clamara a Ele, em grave momento de necessidade. O trecho de Gên. 21:17 mostra-nos que o Senhor também ouviu a voz de Ismael. Assim, em ambos os casos, encontramos em atuação a providência de Deus.

2. Circunstâncias de seu Nascimento. No Oriente Próximo e Médio era muito importante para as mulheres casadas que elas tivessem filhos. Se uma mulher casada fosse estéril, era costume ela prover filhos e herdeiros para seu marido, por algum outro meio. Um meio comum consistia em dar ela uma serva ou escrava, ou mesmo várias, a seu marido, para lhe servirem de concubinas. E os filhos nascidos do concubinato eram criados pela esposa legítima, ficando sob seu controle. Portanto, temos aí um antigo caso de mães substitutas, com a diferença que, na atualidade, essas mães recebem uma certa quantia em pagamento, a fim de dar à luz a uma criança. O modelo antigo envolvia concubinas que, naturalmente, era um método mais satisfatório em vários sentidos. Tal como nos tempos modernos, o método antigo também causava conflitos, conforme se vê no caso de Hagar e Ismael. Visto que Hagar era serva de Sara, Ismael era considerado filho legal de Sara. Têm sido encontradas evidências arqueológicas em favor dessa prática. Um caso especializado é mencionado no código de Hamurabi, ponto 146 (que envolvia uma sacerdotisa). No entanto, naquela porção do mundo antigo havia uma lei generalizada no sentido de que a mãe escrava não podia fazer prevalecer os seus direitos sobre a mãe livre. Às escravas não se permitia que fossem arrogantes ou exigentes. Ora, o trecho de Gên. 16:4 mostra-nos que Hagar, tendo concebido, desprezava Sara no íntimo. E mostrou-se orgulhosa e altiva. Ela, e não Sara, é quem pudera dar um filho a Abraão! E Sara sentiu-se profundamente ofendida diante disso, conforme se vê no quinto versículo, onde também Sara falou na «afronta» sofrida. Sara, pois, exigiu justiça da parte de Abraão. E assim Sara, promovendo seus próprios direitos, mas esquecendo-se da caridade e do espírito de conciliação, perseguiu Hagar ao ponto — que esta acabou fugindo.

O Anjo do Senhor, entretanto, saiu no encalço de Hagar, porquanto havia um propósito divino em andamento que requeria que Hagar e Ismael ficassem, por mais algum tempo, em companhia de Abraão. O Anjo do Senhor encontrou Hagar no deserto, perto de uma fonte de água, e a enviou de volta, recomendando que ela se submetesse a Sara, sua senhora. Foi esse o primeiro conflito árabe-judaico. Hagar obedeceu, totalmente admirada de que «vira a Deus», mas continuava viva para contar o fato. Incidentalmente, percebemos a convicção, comum ao primitivo judaísmo, de que ver o Anjo do

Senhor era a mesma coisa que ter visto ao Senhor.

Em todo esse incidente também encontramos uma lição sobre as intervenções divinas. Fazemos as coisas de acordo com a nossa razão ou com as nossas paixões, as quais nos dominam em grande parte — se não a razão, então as paixões. Porém, Deus tem uma idéia diferente da nossa, e intervém. No caso de Hagar, doutra sorte, provavelmente, ela pereceria no deserto, juntamente com o filho que trazia no ventre. No entanto, uma nação poderosa haveria de nascer dela, e isso de acordo com os propósitos de Deus (Gên. 16:11 *ss*). Algumas vezes, precisamos da intervenção divina em nossas vidas, para reconduzir-nos à trilha certa, ou para ajudar-nos a enfrentar obstáculos que não poderíamos transpor sozinhos. Ver o artigo separado sobre *Hagar*.

3. Sumário da Vida de Ismael. Hagar, que era egípcia, evidentemente estava retornando de sua fuga de Sara. O anjo interveio e enviou Hagar de volta a Abraão. Ismael nasceu quando Abraão tinha cerca de oitenta e seis anos de idade (Gên. 16:16). Naquele tempo, ele vivia perto de Hebrom (Gên. 13:18). E quando Ismael chegou aos treze anos (Gên. 17:1), Deus estabeleceu um pacto com Abraão, que incluía a necessidade da circuncisão de todos os homens que viviam em sua casa. Ismael, pois, foi incluído na operação.

Ao que parece, Abraão se sentia muito apegado a Ismael, porquanto quando lhe foi anunciado que um filho nasceria de Sara, e que através desse filho, Isaque (vide), a promessa constante no pacto abraâmico (vide) teria cumprimento, Abraão disse a Deus: «Oxalá viva Ismael diante de ti» (Gên. 17:18). Porém, Deus tinha um plano diferente, pois de Ismael procederia uma grande nação, mas de Isaque, o filho da promessa, descenderia a nação de Israel, que seria o meio da vinda do Messias a este mundo!

Algum tempo depois, nasceu Isaque. Hagar e seu filho cairam em desfavor e foram expulsos, e então, puseram-se a vaguear pelos lugares ermos em redor de Berseba. O trecho de Gên. 21:9 indica que Ismael tomou uma atitude hostil contra Isaque. O sentido exato desse versículo não é claro, e tem sido interpretado de várias maneiras. Uma interpretação comum é que Ismael havia zombado do infante Isaque por ocasião da cerimônia do desmame. Talvez tudo quanto temos aí seja aquele ciúme comum de um irmão mais velho diante de um irmão mais novo, que lhe ameaça a posição. Usualmente, tais coisas acabam sendo ajustadas, mas Sara não tinha paciência de tentar a conciliação, e exigiu, novamente, que Abraão expulsasse a *egípcia* e o filho dela. Abraão fez o que Sara exigiu, embora com bastante relutância. Alguns intérpretes judeus exageram a questão, dizendo que Ismael era uma ameaça à integridade física de Isaque, ou então, que Ismael praticava a idolatria e tentara arrastar Isaque à mesma prática.

O trecho de Gên. 21:14 *ss* registra uma história comovente. Abraão, triste no coração, levantou-se cedo pela manhã e preparou pão e água para Hagar, para que ela levasse em sua jornada de volta ao deserto. Então ela pôs as provisões sobre o ombro e partiu, levando consigo a Ismael. Ela adotou uma vida de nômade, no deserto de Berseba, não muito distante da tenda de Abraão. Mas, houve um momento, antes disso, em que ela pôs Ismael debaixo de uns arbustos, para deixá-lo morrer à míngua. E foi sentar-se longe dele, a fim de não ser testemunha do evento. Então Ismael chorou, e Deus precisou fazer uma segunda intervenção em favor dele. O Anjo do Senhor apareceu novamente. Foi reiterada a promessa de que uma grande nação procederia dele. É Deus quem controla os destinos, e não as vicissitudes da vida humana. Hagar foi orientada na direção de certo manancial de água, e assim a vida dela e de seu filho foram salvas. Ela e Ismael continuaram a viver no deserto de Parã. E, sendo egípcia, Hagar providenciou para que, com o tempo, Ismael obtivesse uma esposa egípcia.

É interessante observarmos que apesar de Ismael não ter sido um filho prometido, ainda assim tinha um destino que era importante aos olhos de Deus. Por conseguinte, houve duas provisões divinas: uma delas, através de Isaque, com propósitos específicos; e outra, através de Ismael, com um propósito específico, embora diferente, mas igualmente útil. Por igual modo, no trato de Deus com a humanidade, há a redenção dos eleitos, mas também há a restauração dos não-eleitos, afinal. Ver sobre *Redenção* e sobre *Restauração*. As idéias de Deus sempre são mais amplas que as idéias humanas, sempre mais universais e mais satisfatórias.

4. O Filho Expulso. Alguns intérpretes frisam que o ato de expulsar um filho era algo contrário aos costumes antigos daquela região do mundo. Castigar, sim, restringir privilégios, sim. Mas, expulsar? Além disso, as razões dadas — Ismael zombou de Isaque, exibindo ciúmes — dificilmente justificariam uma reprimenda tão severa. E, se alguns intérpretes pensam que o texto dá mostras de que Ismael estava ameaçando seriamente a vida de Isaque, o próprio Antigo Testamento não indica tal coisa nem de longe. O que mais se pode deduzir do texto sagrado é que Sara foi assaltada por um violento ataque de ciúmes; e, quer creiamos quer não, ela parece que exercia bastante ascendência sobre Abraão, que, desejando manter bons relacionamentos com ela, dispôs-se a praticar um ato contrário à natureza. Outros intérpretes salientam que o termo hebraico *tsachaq*, que nossa versão portuguesa traduz por «caçoava» (ver Gên. 21:9), na verdade indica que tudo quanto Ismael estava fazendo era «brincando» com Isaque. Essa é a tradução que aparece, por exemplo, na *Revised Standard Version*. E a tradução portuguesa da Imprensa Bíblica Brasileira diz apenas: «...Sara viu *brincando* o filho de Agar, a egípcia». Isso poderia envolver Isaque, ou não, visto que essa parte é suprida por alguns tradutores, não fazendo parte do original hebraico. Seja como for, parece que o ato de Ismael foi inocente, sem manifestar qualquer hostilidade contra Isaque. Mas Sara meramente foi atacada por violento surto de ciúmes, e simplesmente não queria que houvesse qualquer competição contra Isaque. O filho dela era um príncipe, enquanto que o filho da escrava era perfeitamente supérfluo. A enciclopédia *Z*, quanto a esse incidente, meramente supõe que o problema é que Sara não queria que houvesse um competidor de seu filho. E assim, não mandou Ismael embora por causa de qualquer coisa que ele tivesse feito. E o fato de que Abraão anuiu à voz de Sara mostra-nos o poder que Sara exercia sobre ele. Algumas mulheres, na verdade, são poderosas. Poderíamos dizer:«Eu a teria posto no seu devido lugar». Porém, é muito difícil pôr certas mulheres no lugar delas. Felizmente, nem todas as mulheres são desse tipo.

Todavia, a lição que nos convém aprender não é como são certas mulheres e, sim, observar que a despeito de todos os empecilhos, o propósito de Deus relativo a Isaque não pôde ser impedido, e teve seu devido cumprimento, o que também aconteceu no caso de Ismael.

5. Incidentes Posteriores. Ismael cresceu no

deserto, tornou-se arqueiro e teve mulheres egípcias. Teve doze filhos (Gên. 25:13-15), presumivelmente de uma só mulher, que também lhe deu uma filha, de nome Maalate (Gên. 28:9). Todavia, há estudiosos que pensam que todos esses filhos não eram de uma única mulher, embora o próprio texto sagrado não diga tal coisa.

Ismael e Isaque Unidos na Morte de Abraão. Ver Gên. 25:9. Visto que, no Oriente, os funerais ocorriam pouco depois da ocorrência da morte do indivíduo, podemos concluir que a vida nômade de Ismael acabou levando-o até perto de onde Abraão residia. Também podemos supor que Ismael recebeu algum dote, sob a forma de propriedades, da parte de seu pai, nessa ocasião, ou antes disso, visto que aquele patriarca fez a mesma coisa com os filhos de Quetura (Gên. 25:6).

Nada mais é dito na Bíblia a respeito de Ismael, exceto que ele morreu com cento e trinta e sete anos de idade. Seus doze filhos deram nomes a doze tribos (cumprindo assim a promessa divina acerca de uma grande nação). E Maalate, sua filha (talvez entre várias) tornou-se uma das esposas de Esaú (ver Gên. 28:9). Ao contrário do que alguns pensam, Ismael não foi o fundador das nações árabes, porquanto antes disso essas tribos semitas já tinham tido seu começo; mas Ismael contribuiu para a formação da nação árabe, com a tribo que dele descendia.

6. Descendentes de Ismael. Ver Gên. 25:12-16 e I Crô. 1:29-31, que provêem essa informação. Assim como Jacó teve doze filhos, cada um deles originou uma das tribos de Israel, assim também sucedeu a Ismael, cujos doze filhos tornaram-se cabeças de tribos. A mesma coisa é dito acerca de Naor (ver Gên. 22:21-24). A menos que isso envolva mera coincidência, então, é possível que haja algum tipo de padrão organizacional dos povos daquela área do mundo, que envolvia o número doze como uma normativa. Ver o artigo separado sobre os *Ismaelitas*.

7. No Novo Testamento. Ismael não é chamado por nome em nenhuma porção do Novo Testamento; mas Paulo faz alusão a ele, em Gál. 4:29-31, embora sem mencionar o seu nome. Ali, Ismael é chamado de «o filho da escrava», que foi expulso da casa paterna como alguém que era perseguidor e não poderia ser herdeiro juntamente com «o filho da livre» (Isaque). Isso se alicerça sobre as interpretações rabínicas sobre a conduta de Ismael, e não sobre o próprio texto do Antigo Testamento. Paulo tirou vantagem disso a fim de se queixar de como a nova fé, o cristianismo, estava sendo perseguida pela antiga fé, o judaísmo. E fez da *lei* um equivalente à condição de *escrava* de Hagar e seu filho; mas a *liberdade* equivale à justificação pela fé, da *nova religião*. Esse uso alegórico (metafórico) deve ter parecido extremamente amargo e incoerente para a mente judaica. Pois, fazer do judaísmo o filho de Hagar, e do cristianismo o filho prometido, de Sara, certamente deve ter parecido uma blasfêmia para qualquer judeu que lesse os escritos de Paulo. Embora a ilustração paulina seja poderosa, tem sido questionada até mesmo por alguns intérpretes cristãos, no tocante à sua coerência e lógica. Na verdade, Paulo também interpretava alegoricamente o Antigo Testamento. Ver sobre *Interpretação Alegórica*. O uso que ele fez dessa interpretação empresta crédito a esse modo de interpretar, contanto que não seja exagerado e nem seja usado com exclusividade. Sabe-se que alguns rabinos gostavam muito de usar a interpretação alegórica. Paulo lançava mão desse modo de interpretar com certa raridade.

••• ••• •••

ISMAEL (OUTROS)

Ver o artigo sobre **Ismael, filho de Abraão e Hagar.** Outros indivíduos do mesmo nome, referidos nas páginas do Antigo Testamento, são os seguintes:

1. Um filho de Azael, descendente de Saul através de Meribaal ou Mefibosete (I Crô. 8:38 e 9:44). Viveu em algum tempo antes de 588 A.C.

2. Um homem de Judá, cujo filho (ou descendente), Zabadias, governava a tribo de Judá nos dias do rei Josafá (II Crô. 19:11). Viveu por volta de 875 A.C.

3. Um filho de Joanã, que era capitão de cem homens, e que ajudou Joiada, na substituição da usurpadora Atalia pelo legítimo pretendente do trono, Joás, ainda menino (II Crô. 23:1). Viveu por volta de 877 A.C.

4. Um filho de Pasur, que foi forçado a divorciar-se de sua esposa estrangeira, com quem se casara durante o cativeiro babilônico, depois que ele retornou a Jerusalém. Ver Esd. 10:22. Isso ocorreu em cerca de 456 A.C.

5. O assassino de Gedalias, que fora nomeado superintendente do remanescente de Judá, que fora deixado na Palestina quando do cativeiro babilônico. Gedalias tinha de prestar contas de seu governo aos babilônios. O motivo de seu assassinato, ao que parece, era debilitar ainda mais e destruir o que fora deixado da tribo de Judá na Palestina. Outros atos de traição certamente se seguiram. Gedalias havia sido avisado sobre o conluio, e alguém se oferecera por matar a Ismael, antes que ele pudesse matar a Gedalias. Gedalias, porém, não creu na informação. O rei dos amonitas, Baalis, entre os quais Ismael se refugiara na época do cativeiro babilônico, convenceu-o a perpetrar o crime. Talvez Ismael tivesse pensado que ganharia alguma posição de autoridade, ou seria recompensado de alguma outra maneira. Talvez Ismael pertencesse à família real, mas não se sabe se ele era filho ou não do rei Zedequias. Seja como for, após o assassinato, ele fez um certo número de reféns, entre os quais o profeta Jeremias e as filhas do rei Zedequias, e retornou aos amonitas. Porém, foi alcançado por Joanã, amigo de Gedalias, perto das águas de Gibeom, e Ismael foi forçado a libertar os seus reféns. O próprio Ismael, porém, conseguiu escapar com oito de seus auxiliares, e continuar a residir entre os amonitas. Ver o relato inteiro nos trechos de Jer. 40:7—41:18 e II Reis 25:23-25.

ISMAELITA

Ver Gên. 37:25,27,28. Esse termo, nesses versículos, refere-se a certo descendente de Ismael (vide). O vocábulo foi usado como uma designação genérica de povos árabes, ainda que, estritamente falando, Ismael tivesse sido o progenitor de somente certas tribos, através de doze filhos que se tornaram chefes de suas respectivas tribos. Em seu sentido estrito, esse nome aplica-se somente àqueles doze clãs. Foi aplicado, porém, a Jeter, pai de Amasa, por Abigail, irmã de Davi (I Crô. 2:17). Porém, em II Sam. 17:25, ele é chamado de *israelita*. Portanto, é possível que ele tivesse sido israelita, embora chamado de ismaelita porque vivia no território dos ismaelitas. Além disso, Ismael tornou-se um nome comum entre os israelitas (ver I Crô. 8:38; 9:44; II Crô. 19:11; 23:1; Esd. 10:22), pelo que nem sempre uma ascendência não-israelita era indicada por esse nome. Ver Gên. 25:12-16 e I Crô. 1:29-31 quanto aos descendentes de Ismael, bem como o sexto ponto do artigo sobre *Ismael*.

Maomé dizia-se descendente de Ismael. Visto que, historicamente falando, os árabes têm sido cuidado-

sos sobre suas genealogias, a exemplo dos judeus, é possível que a reivindicação dele fosse autêntica. Dando margem à miscigenação entre várias tribos, especialmente com os joctanitas e os queturaítas, quase chega a ser correto chamarmos os árabes de ismaelitas.

ISMAÍAS

No hebraico, «Yahweh ouvirá». Esse era o nome de duas personagens do Antigo Testamento:

1. Um gibeonita, líder daqueles que abandonaram Saul e se bandearam para Davi, tendo-se juntado a ele em Ziclague (I Crô. 12:4). A família de Saul também era de Gibeom (I Crô. 8:28,30,33). Ele viveu por volta de 1020 A.C.

2. Um filho de Obadias, um chefe nomeado por Davi para a tribo de Zebulom (I Crô. 27:19). O propósito de Davi era organizar melhor a nação. Isso ocorreu por volta de 1014 A.C.

ISMAQUIAS

No hebraico, «Yahweh sustentará». Esse era o nome de um levita que, por ordem do rei Ezequias, ficou encarregado das oferendas sagradas (II Crô. 31:13). Ele viveu por volta de 726 A.C.

ISMERAI

No hebraico, «que Deus preserve». Esse era o nome de um descendente de Benjamim. Ele era filho de Elpaal, que vivia em Jerusalém (I Crô. 8:18). Viveu por volta de 588 A.C.

ISÓCRATES

Suas datas foram 436-338 A.C. Ele foi filósofo e retórico grego, contemporâneo de Platão. Foi educado pelos sofistas (vide). Estabeleceu uma escola perto do Liceu, em cerca de 392 A.C. Um de seus alunos foi Speusipo, que foi o sucessor de Platão como chefe da Academia.

Isócrates foi um professor altamente bem-sucedido de retórica e oratória, e as suas idéias sobre a ética exerceram grande influência sobre vários pensadores da época. Nasceu em uma família rica e influente, pelo que teve a oportunidade de ouvir os filósofos que estavam produzindo uma revolução intelectual em seus dias. Seu professor que mais o influenciou foi o sofista Górgias. Foi esse Górgias que tentou elevar a prosa a um estilo tão elevado que pudesse competir com a poesia, seguindo o pendor da mente grega, que se tem perpetuado por milênios, para a eloqüência.

A escola fundada por Isócrates foi muito bem-sucedida e influente. Cícero observou que essa escola era como o cavalo de Tróia: «dali só saíam líderes». O próprio Isócrates não se ocupava na oratória pública, embora a ensinasse; mas enviou muitas cartas e panfletos, sob a forma de orações que influenciavam o pensamento, a política e as idéias éticas de muitos. Cícero foi muito influenciado por ele, pelo que passou a ter um lugar garantido, na tradição ocidental, como um artístico escritor em prosa. Restam vinte e uma de suas orações, e nove de suas cartas. Ele promovia a cultura grega como superior às outras culturas, e pensava que a mesma deveria ser imposta ao resto do mundo conhecido, pelo que foi uma espécie de antigo precursor do *helenismo* (vide).

1. Isócrates definia a retórica como *a arte da persuasão*. Ele fez da retórica uma ciência técnica muito superior àquilo que os sofistas tinham conseguido. Ele enfatizava o uso da retórica com nobres propósitos, ao contrário dos sofistas, que a usavam com propósitos egoístas, e até mesmo dúbios. É com Isócrates que temos o começo da profissão dos advogados.

2. No campo da *ética*, Isócrates elogiava a utilidade da virtude, de ser alguém honesto, e ensinou uma forma da regra áurea que servia de lei normativa de seu sistema ético. Ele acreditava que a virtude pode ser ensinada com sucesso a outras pessoas, e que a essência básica da virtude é a *moderação*, o que se tornou um importante princípio da ética grega, e que foi trazida para o Novo Testamento pelo apóstolo Paulo (ver Fil. 4:5). Ele salientava que as leis morais devem manifestar-se na sociedade, e não meramente no indivíduo, e que nessa esfera ele obtém uma existência mais durável. Ele também abordava a ética de forma utilitarista, quanto a certos aspectos, embora não tivesse desenvolvido essa tendência, que foi deixada ao encargo de filósofos posteriores.

ISOLACIONISMO

1. Definição
2. Isolacionismo Político
3. Isolacionismo Religioso
4. Isolacionismo Estético

1. *Definição*. Essa palavra vem do latim, *isolare*, «isolar». No uso comum, pode significar pôr em uma situação distinta, separada. —Pode ser um isolamento geográfico, mental, moral ou espiritual. Pode envolver a separação de algo do todo. Pode indicar o exclusivismo.

2. *Isolacionismo Político*. As nações, na esperança de evitarem dificuldades e complicações, conseqüência comum e inevitável das relações exteriores, isolam-se em maior ou menor grau. Para isso, é mister que um país se torne essencialmente auto-suficiente, sacrificando qualquer vantagem advinda das relações internacionais. Mas, se assim se obtêm uma certa liberdade, por outro lado perde-se um pouco de liberdade, pois, de fato, nenhum país pode viver totalmente independente e ainda assim satisfazer às necessidades de sua população, a menos que esse país seja uma pequena nação agrícola. Um governo é responsável pela segurança, pela paz e pela prosperidade de seus cidadãos. Nesta era moderna de populações em rápido crescimento e de sistemas de comunicação que se expandem rapidamente, a interdependência, e não a independência das nações, é um fato da vida. Um país independente e auto-suficiente acabará por ser objeto de agressão externa; e nesse momento é que o valor dos aliados se evidencia. A auto-suficiência na área econômica só pode ser obtida mediante o sacrifício de muitos bens de consumo. Outrossim, um país que nunca exporta, perde muitos empregos em potencial. E nenhum país pode exportar se também não importar, mediante acordos mútuos com outras nações. Do ponto de vista da ética, poder-se-ia argumentar que uma nação se assemelha a um indivíduo. Um país tem a responsabilidade de inter-relacionar-se com outros, não menos que um indivíduo tem a responsabilidade de inter-relacionar-se com outros indivíduos. Um país precisa pôr em prática a lei do amor e da cooperação mútua, tal como deve fazer o indivíduo, se quiser manter boas relações de amizade com outras pessoas. Por outro lado, um país está convidando o desastre, se se tornar por demais envolvido em dívidas. Nenhum governo deveria forçar o endividamento nacional além das possibilidades de pagamento da dívida. Temos aí um princípio econômico que poderia ter salvado

muitos países do terceiro mundo dos desastres em que atualmente se encontram.

3. *Isolacionismo Religioso.* É verdade que há pessoas que pensam que o fato de que se isolam de outros cristãos (como uma denominação de outras denominações) é uma virtude. Na verdade, o que está sucedendo é que está sendo ferida a lei do amor. Existem princípios de separação bíblica que envolvem a necessidade de evitarmos vários tipos de males. Ver o artigo chamado *Separação do Crente*, que aborda com detalhes essa questão. Por outro lado, os cristãos têm encontrado muitas razões para se isolarem, formando facções hostis umas às outras, por causa de questões insignificantes. Assim, conheço uma escola bíblica que não recebe nenhum professor que não creia no arrebatamento pré-tribulacional da Igreja. Uma outra escola bíblica dividiu-se, tanto os professores quanto os alunos, sobre a questão se os seis dias da criação devem ser compreendidos ou não como dias literais de vinte e quatro horas cada um. É fácil alguém mostrar-se arrogante acerca de sua própria doutrina e espiritualidade. O conhecimento incha, e até mesmo um conhecimento falso faz a cabeça de muita gente estufar como balões de gás. Precisamos aprender duas lições básicas: a *tolerância* (vide), e, mais importante ainda, o *amor* (vide). Esses dois princípios têm a capacidade de eliminar muito isolacionismo espúrio.

4. *Isolacionismo Estético.* Essa é a teoria de uma interpretação estética que promove a idéia de que uma obra de arte pode ou deveria ser compreendida sem qualquer alusão ao seu contexto cultural e histórico. O *contextualismo*, em contraste com isso, assevera que toda obra de arte deveria ser entendida em termos de suas conexões culturais totais, e que tudo deveria ser historicamente condicionado.

ISPA

No hebraico, talvez signifique «ele arranhará». Outros pensam em «forte», «robusto». Esse era o nome de um benjamita, da casa de Berias. (I Crô. 8:16). Viveu por volta de 1400 A.C.

ISPÃ

No hebraico, «ele esconderá», embora outros pensem no sentido «forte», ou «robusto». Era um dos filhos de Sasaque, residente em Jerusalém. Era um chefe da tribo de Benjamim (I Crô. 8:22). Viveu por volta de 588 A.C.

ISRAEL

Quanto a definições e usos desse termo, ver a primeira seção do artigo intitulado *Israel, História de*.

Esta enciclopédia oferece muitos artigos que abordam o povo de Israel por vários ângulos. Ver os seguintes:

1. Antigo Testamento
2. Cronologia do Antigo Testamento
3. Ética do Antigo Testamento
4. Filosofia da História
5. Filosofia Judaica
6. Hasmoneanos
7. Hebraico
8. Hebreus (Povo)
9. Hebreus, Literatura dos
10. Israel, Constituição de
11. Israel de Deus
12. Israel, História de
13. Israel, Reino de
14. Israel, Religião de
15. Judá, Reino de Judá
16. Judaísmo
17. Legalismo
18. Lei no Antigo Testamento
19. Pactos
20. Período Intertestamental
21. Profecia: Tradição da, e a Nossa Época
22. Queda e Restauração de Israel
23. Rei, Realeza

O Antigo Testamento conta a história completa de Israel, de sua religião, de suas leis, de sua ética e de sua filosofia. Esta enciclopédia provê um artigo detalhado sobre cada um dos livros do Antigo Testamento.

O nome *Israel* tem feito parte da tradição judaica desde seu primeiro aparecimento, no Antigo Testamento, em Gên. 32:28. Lemos ali sobre como o anjo lutou com Jacó. Tendo prevalecido na luta, Jacó exigiu uma bênção da parte do anjo, que a concedeu e, ao mesmo tempo, mudou o nome de Jacó para *Israel*, que significa «Deus luta». «...pois como príncipe lutaste com Deus e com os homens, e prevaleceste». Do indivíduo, Jacó, o nome se estendeu aos seus descendentes, que então formaram a nação de Israel. No século XX, esse antigo nome, Israel, tornou-se a designação do país restaurado. O moderno estado de Israel, estabelecido em 1947, é um dentre mais de cinqüenta estados soberanos que têm vindo à existência desde que terminou a Segunda Guerra Mundial.

Israel (Jacó) Ver Jacó.

ISRAEL, CONSTITUIÇÃO DE

Esta enciclopédia contém muitos artigos relacionados a Israel. Ver o artigo *Israel*, onde há uma lista.

Esboço:

I. O Israel Patriarcal
II. O Israel Teocrático
III. A Constituição Civil de Israel
IV. Propósitos Históricos de Israel

Introdução:

Israel não era o único país que dependia muito de alegadas informações e inspiração divina como princípios normativos de governo e de padrões de vida em geral. De fato, quando lemos a história das nações antigas, com suas leis e seus costumes, ficamos impressionados com o grande poder que a religião exercia sobre todos os aspectos da vida delas. Mas, apesar de Israel não estar isolada quanto a esse particular, talvez, dentre todas as nações, seja ela aquela que melhor exemplifique a operação do princípio divino, em cooperação com o poder civil e secular. Talvez até seja um erro falar sobre qualquer coisa secular em Israel, se estamos falando sobre teorias. Deus propusera-se a governar todas as coisas, individual e coletivamente. Na prática, houve muitos desvios e abusos dessa situação. Seja como for, em Israel temos a mescla da constituição *civil* com a lei *divina*; e, pelo menos em teoria, as duas coisas não podiam ali ser separadas.

I. O Israel Patriarcal

Deus falou com Abraão, Isaque e Jacó. As leis estabelecidas por eles resultaram de convicções religiosas. Enquanto residissem na terra de Canaã, estariam livres da opressão estrangeira. Eles promoveram uma sociedade agrícola e pastoril, e tinham a liberdade de mover-se dentro da Terra Prometida

conforme bem quisessem fazê-lo (Gên. 13:6-12). Usaram da violência, sempre que precisaram vingar-se de alguma injúria sofrida (Gên. 14). Todavia, não tentavam sujeitar a si mesmos os seus vizinhos, e tratavam os chefes das tribos como iguais, estabelecendo acordos com eles (Gên. 14:13,18-24; 21:22-32; 26:16; 27:33; 31:44-54). Dentro do sistema patriarcal, os pais eram reis e os filhos eram súditos. Infrações graves podiam causar a perda da herança, ou alguma outra punição severa, incluindo a execução capital (Gên. 49:3,4; I Crô. 5:1; Gên. 21:14). As bênçãos ou as maldições que os pais podiam proferir sobre seus filhos eram, respectivamente, altamente prezadas ou temidas. Noé amaldiçoou seu neto, Canaã (Gên. 9:25); Isaque abençoou Jacó (Gên. 27:28,38); Jacó abençoou seus filhos (Gên. 49). Quando o pai de uma família morria, o filho mais velho tornava-se o chefe da mesma e assumia a autoridade de seu pai. Os direitos do filho primogênito eram grandes. Nas questões religiosas, o pai era o sacerdote da família, o responsável pelas questões espirituais de seus familiares. Sua palavra era lei (Gên. 7:20; 12:7,8; 35:1-3).

A forma patriarcal de governo, no primitivo Israel, incluía a provisão de que quando novas unidades familiares se estabeleciam, com o casamento dos filhos, o pai, agora avô, retinha grande dose de autoridade sobre a sua família, que assim se ampliava (Gên. 38:24; 42:1-4,37,38; 43:1-13; 50:15-17).

À medida que os números aumentavam, tornava-se mister criar um governo suprafamília, mediante a nomeação de magistrados ou governadores, que exerciam autoridade sobre os vários clãs. Esses *anciãos* tornavam-se os chefes dos clãs, e tinham autoridade sobre as famílias que constituíam cada clã, e não meramente sobre as suas próprias famílias (Êxo. 3:16). Eram escolhidos por causa de sua idade e sabedoria superior. Os *shoterim*, ou oficiais de Israel, brandiam grande autoridade (Êxo. 5:14,15,19). Dentro do contexto egípcio, parece que essas pessoas eram nomeadas pelos egípcios, como uma maneira de estabelecer sobre os israelitas um controle indireto.

II. O Israel Teocrático

O povo de Israel foi redimido da servidão no Egito. Os israelitas encaminharam-se para o deserto. No deserto do Sinai, foi instituída uma nova forma de governo. Deus outorgou a *lei* a Moisés, a qual se tornou o padrão para todo modo de proceder pessoal, social e governamental. O cotejo entre essa e outras legislações da época, sobretudo aquelas da Mesopotâmia, demonstra um considerável *fundo comum* de idéias. As provisões da lei mosaica eram bastante abrangentes, incluindo questões como a proteção da propriedade privada, da liberdade individual, da segurança, da paz e de tudo quanto dissesse respeito ao culto religioso. É significativo que a base dessa legislação, os Dez Mandamentos (vide) exerce uma grande ascendência sobre as mentes dos homens, até hoje, quanto a seus aspectos religiosos, ou não. É interessante que essa lei tencionava fazer com que um povo santo se consagrasse a um Deus Santo. Destarte, os israelitas formavam uma espécie de reino de sacerdotes, embora também contassem com um sacerdócio formal, a fim de assegurar a propagação e a proteção dos princípios religiosos que eram reputados indispensáveis. Essas leis eram escudadas em severas sanções, incluindo a pena de morte para os infratores graves (entre as quais havia várias que, hoje em dia, não seriam consideradas muito sérias).

Juízes. Nos tempos de Moisés, conforme os registros históricos, ele assumia uma tremenda responsabilidade na aplicação da lei. Esse arranjo nem sempre funcionou suavemente, pois todo povo desgosta-se diante de uma autoridade por demais centralizada. À medida que o povo de Israel se multiplicou, juízes foram nomeados, dotados de muitos dos poderes de um rei-sacerdote, visto que controlavam tanto as questões civis quanto as religiosas (Deu. 1:17; 19:17). Quase todos os juízes, após a época de Moisés, provinham da tribo de Levi. O sumo sacerdote de Israel era o principal expositor da lei religiosa. Em casos difíceis, eram consultados o Urim e o Tumim (vide). Deus enviou profetas que esclareceram alguns pontos. Apesar do governo assim descentralizado, Deus era considerado o verdadeiro rei de Israel. E, após os tempos de Josué, os juízes formais de Israel passaram a atuar como reis-sacerdotes, o que foi um passo preliminar na instituição do ofício real. A questão da constituição do povo de Israel, na época do reino unido e dividido, é abordada nos artigos *Israel, História de; Israel, Reino de* e *Judá, Reino de*.

III. A Constituição Civil de Israel

1. **Significação.** Está em foco a classificação das pessoas que envolviam a sucessão e o direito de herança, de terras, de propriedades e de direitos adquiridos.

2. Em virtude do fato de que o povo de Israel estava dividido em doze tribos, que eram os descendentes de Jacó, todas as instituições nacionais tinham de levar em conta esse fato. As doze tribos formavam a *casa de Israel*,—que era genealogicamente dividida em várias tribos (Jos. 7:14,16-18). As tribos, por sua vez, eram divididas em famílias ou clãs; então vinham as casas ou grupos familiares e, finalmente, cada família individual.

3. *As Tribos*. As unidades familiares se uniam em grupos maiores, chamados tribos. Cada tribo era uma espécie de comunidade em miniatura, com seus próprios direitos. Também havia príncipes ou chefes de tribos, que formavam uma espécie de reinos dependentes, e que também dispunham de poderes religiosos. Com base nos registros sagrados, parece que as doze tribos foram mantidas em Israel mesmo depois que elas partiram do Egito; e isso foi confirmado no deserto como a norma. As tribos eram conservadas unidas mediante a herança genética e os laços culturais.

4. *As Famílias ou Clãs*. Os conglomerados de famílias, ou clãs, eram unidades menores, dentro das tribos. O clã (no hebraico, *mishpahoth*, «círculo de aparentados») era a subunidade básica de cada tribo. Com base no capítulo vinte e seis de Números parece que as doze tribos eram constituídas por cinqüenta e sete famílias ou clãs, já perto do fim dos quarenta anos de vagueação pelo deserto.

5. *As Casas*. O termo hebraico correspondente é *bayith*, «casa», ou então *beth ab*, «casa do pai». Os clãs eram constituídos por casas, ou famílias, no sentido de um grupo de famílias, talvez composto por bisavô, avô, pai, filhos e os vários inter-relacionamentos por casamento. Dentro dessa unidade, havia um tipo de poder patriarcal. O pai nunca perdia completamente a autoridade sobre seus filhos, embora estes se casassem e formassem unidades familiares distintas. O avô continuava exercendo certo controle sobre as atividades e negócios de seus descendentes. As autoridades dentro dessas unidades familiares podiam ser chamadas de *anciãos;* mas um ancião também era o governante de um clã, a unidade maior. Ver Jos. 23:2; 24:1; Deu. 18:21; 21:1-9.

6. *O Homem, a Unidade Básica*. É uma filosofia ética comum que o valor de uma sociedade começa

pela valorização do indivíduo. Apesar da maioria dos homens exercer pouca influência sobre a comunidade onde vivem, alguns poucos exercem uma influência significativa, que extrapola suas próprias unidades familiares. O aprimoramento da família, da comunidade e da nação depende do caráter espiritual de cada indivíduo formador dessas unidades. É nesse ponto que a fé religiosa torna-se tão importante. O quinto capítulo da epístola aos Romanos ensina-nos que um homem nunca vive isolado; pois faz parte da sociedade em que vive. A redenção, a despeito de ser individual, também tem um aspecto coletivo. O indivíduo e a sua comunidade avançam ou retrocedem juntos.

IV. Propósitos Históricos de Israel

É doutrina comum supor que Israel, como uma nação, incluindo suas várias constituições, estava escudada sobre o plano divino, de tal modo que o propósito de Deus sempre atuava com finalidades remidoras. Pode-se mesmo dizer que os propósitos de Deus entraram na comunidade de maneira significativa, através de Israel. Mas aquilo foi apenas o começo de um desenvolvimento, e não o fim. Pois os propósitos de Deus não se limitam ao povo de Israel, mas antes, abarcam todos os povos, os quais também foram estabelecidos com propósitos específicos (ver Atos 17:26 *ss*). O propósito divino básico é a redenção, embora existam muitos propósitos secundários, relativos à vida física, terrena, e que também são importantes. A terra tem um destino, que se cumprirá através das nações da terra e as atividades das mesmas. Esse propósito não envolve apenas uma escola que prepara os homens para a existência nos lugares celestiais.

ISRAEL, HISTÓRIA DE

Quanto a uma lista de artigos que abordam **Israel** por vários ângulos, como a sua religião, a sua lei, a sua ética, o seu reino, etc., ver o artigo desse nome.

Esboço:

I. Definições e Usos do Termo
II. Caracterização Geral
III. Gráficos Ilustrativos dos Reis de Israel e Judá
IV. O Reino de Israel
V. Filosofia da História
Bibliografia

I. Definições e Usos do Termo

Os intérpretes têm dado diferentes traduções para a palavra *Israel*. Basicamente, significa «Deus esforça-se», pois compõe-se de duas palavras hebraicas, *yisra* e *el* (esta última um dos termos comuns para Deus, e que significa «forte»). O verbo hebraico *sara* significa «esforçar-se». No contexto da primeira vez em que essa palavra é usada no Antigo Testamento (Gên. 32:28), onde Jacó lutou com o anjo e prevaleceu, quando seu nome foi alterado de Jacó para Israel, temos a palavra hebraica *sarita*, «tendo-se esforçado». A declaração bíblica inteira diz: «Já não te chamarás Jacó e, sim, Israel: pois como príncipe lutaste com Deus e com os homens, e prevaleceste». O trecho de Gên. 35:10 reafirma a mudança do nome de Jacó. Ali o Senhor diz a Jacó: «O teu nome é Jacó. Já não te chamarás Jacó, porém Israel será o teu nome. E lhe chamou Israel». Dali por diante, o nome Israel aparece por todo o Antigo Testamento, em alternância com Jacó. Visto que a nação hebréia multiplicou-se a partir da linhagem de Jacó, o nome *Israel* veio a designar a nação inteira. Além disso, os patriarcas que dele descenderam são chamados de «filhos de Israel».

O termo *Israel* também tem sido interpretado como se significasse «que tem poder diante de Deus», ou então «lutador de Deus». Mas outros interpretam o nome como se fosse «príncipe com Deus». Winder, em seu léxico hebraico, dá o sentido *pugnator Dei*. Talvez a melhor tradução de todas seja «Contendor com Deus», porque Jacó, ao lutar com o anjo, tomou isso como uma espécie de confrontação pessoal com o próprio Deus. E chamou o lugar onde a luta ocorreu de *Peniel*, dizendo: «Vi a Deus face a face, e a minha vida foi salva» (Gên. 32:30). Ora, *Peniel* significa «face de Deus». A idéia mais ousada de todo o incidente é que Jacó lutara com o próprio Deus, e prevalecera; e, por isso mesmo, foi abençoado de modo todo especial, por motivo de sua diligência e vitória. Por sua vez, a nação de Israel recebeu bênçãos especiais de Deus, como representante dele entre as nações, como agente do desígnio messiânico.

Usos do Termo Israel:

1. Um nome alternativo do homem Jacó, conforme foi explicado acima.

2. Nome da nação hebréia, descendente de Jacó, com base em Gên. 24:7. Os *israelitas* eram as doze tribos de Israel, também chamados de «filhos de Israel» (Jos. 3:17; 7:25; 8:27; Jer. 3:21), «casa de Israel» (Êxo. 16:31; 40:38). A nação inteira foi personificada como se fosse uma pessoa, chamada filho de Deus: «Israel é meu filho, meu primogênito» (Êxo. 4:22; Núm. 20:14; Isa. 41:8; 42:24). O primeiro uso extrabíblico, estrangeiro, desse termo, em alusão aos hebreus, aparece em uma inscrição de Meremptá, Faraó do Egito, em cerca de 1230 A.C. Várias outras ocorrências do nome Israel, em inscrições de inimigos dessa nação, têm sido encontradas.

3. Alguns intérpretes pensam que, em Isa. 49:3, temos um uso messiânico desse termo, referindo-se a Cristo como o Servo de Deus: «Tu és o meu servo, és Israel por quem hei de ser glorificado».

4. Os trechos de Esd. 6:16; 9:1 e Nee. 11:3 parecem aplicar o termo Israel aos sacerdotes e levitas, destacando-os do restante da nação.

5. O nome Israel foi conferido a dez das tribos, após a divisão dessa nação nos reinos do norte (dez tribos) e do sul (duas tribos). Ver II Sam. 2:9,10,17,28; 3:10; 10:40-43; I Reis 12:1. Em contraste com isso, as duas tribos do sul (Judá e Benjamim) foram chamadas de reino de Judá. Finalmente, o termo *judeu* derivou-se de Judá, tendo chegado a designar todo o povo de Israel. Os reis das dez tribos eram chamados «reis de Israel»; e os reis de Judá e Benjamim eram chamados de «reis de Judá». Isso posto, os profetas falaram sobre *Israel* e *Judá* como nações distintas (Osé. 4:15; 5:3; 6:10; 7:1; 8:2,3,6,8; 9:1,7; Amós 1:1; 2:6; 3:14; Miq. 1:5; Isa. 5:7). Porém, em Isaías 8:14 os dois reinos são chamados de «duas casas de Israel».

6. Terminado o cativeiro babilônico, o termo *Israel* novamente veio a designar a nação inteira, apesar do fato de que a maioria daqueles que voltaram a residir em Jerusalém pertencia à tribo de Judá. Mas, por essa altura, o termo «judeu» também se tornou comum, o que é exemplificado nos livros apócrifos e no Novo Testamento.

7. *O Uso Espiritual*. Algumas vezes há alguma referência ao *verdadeiro Israel*, ou seja, os fiéis, aqueles que se distinguiam por sua sinceridade e piedade, em contraste com outros membros dessa nação, que não eram tais. Ver Sal. 73:1; Isa. 45:17; João 1:47; Rom. 9:6; 11:26; Gál. 6:16.

8. *O Uso Cristão*. A Igreja cristã veio a ser chamada de Novo Israel, o Israel espiritual. Ver I Ped. 2:9; Gál. 6:16, e comparar com Rom. 4:11,12 e 9:6. Ver o

artigo separado intitulado *Israel de Deus*.

II. Caracterização Geral

Apresentamos aqui um sumário da história de Israel, alguns aspectos da qual desenvolvemos com detalhes em outras seções deste artigo.

1. *O Pacto Abraâmico* (vide).— Esse pacto armou palco para o desenvolvimento e o caráter da nação de Israel; e Abraão foi o pai em quem foram investidas as bênçãos e os desígnios de Deus.

2. A linhagem escolhida passava por Jacó, que recebeu o novo nome de *Israel*, conforme foi descrito longamente nos parágrafos acima.

3. A nação de Israel desenvolveu-se numericamente no Egito, mas mesmo ali, naquele tempo, conforme mostra a inscrição de Meremptá (cerca de 1230 A.C.), o termo *Israel* já era aplicado à nação. É provável que esse desenvolvimento se tivesse dado na forma de doze tribos, e que esse arranjo foi confirmado e teve continuação (e não que foi iniciado) após o *êxodo* (vide). Os filhos de Jacó foram denominados *filhos de Israel*, por serem tribos que descendiam dele (Êxo. 1:1). Os filhos de Jacó foram chamados *filhos de Israel*, tal como as tribos que deles descendiam (Êxo. 1:1). Além disso, encontramos as alternativas «tribos de Israel» (Gên. 49:16,28), «congregação de Israel» (Êxo. 24:4) e «casa de Israel» (Êxo. 5:1).

4. O *êxodo* (vide) fez que a nação que se multiplicara no Egito fosse enviada ao deserto, onde ficou vagueando por quarenta anos. Foi então que a lei foi dada a Israel. Ver o artigo separado sobre *Lei no Antigo Testamento*, quanto a detalhes completos. A lei, acima de qualquer outro fator, distinguiu Israel de todas as demais nações do mundo. Nesse tempo, a nação tornou-se uma *teocracia*. Ver o artigo separado intitulado *Israel, Constituição de*. Isso ocorreu por volta de 1200 A.C.

5. *A Conquista da Terra*. Diversas datas têm sido sugeridas para essa conquista. A cronologia do Antigo Testamento não é um assunto fácil de deslindar. Ver sobre *Cronologia do Antigo Testamento*. Uma data padrão para a conquista é cerca de 1200 A.C., mas outros têm sugerido uma data tão remota quanto 1400 A.C. O livro de *Josué* narra as vicissitudes da conquista.

6. *Os Juízes*. O livro com esse título conta a história desse período. Israel continuou sendo uma nação teocrática, mas os juízes atuavam como se fossem reis-sacerdotes, embora lhes faltasse uma completa organização, com o apoio de um exército, conforme sucedia no caso dos reis. A ausência de organização centralizada tendia para o individualismo e o caos (ver Juí. 21:25). O livro de Juízes narra um total de sete apostasias, com sete períodos de servidão e sete nações pagãs opressoras, com sete livramentos correspondentes. O período coberto foi de cerca de trezentos anos, que alguns estudiosos pensam ter começado tão cedo quanto 1400 A.C. Os problemas cronológicos são muitos, conforme nosso artigo sobre esse assunto demonstra laboriosamente.

7. *Os Reis*. Samuel (vide), o maior dos juízes de Israel, que foi um líder carismático, talvez o líder hebreu mais significativo entre Moisés e Davi, objetou ao estabelecimento da monarquia em Israel; porém, os israelitas queriam um rei que os protegesse, pois isso lhes parecia o melhor método. As guerras e as matanças jamais cessaram; e, para viver dessa maneira era mister contar com forças armadas, o que resultou em um exército permanente, sob o comando do rei. Saul (vide) tornou-se o primeiro rei de Israel. Imediatamente começaram guerras contra os amonitas e os filisteus. Enquanto Saul deu ouvidos aos conselhos de Samuel, as coisas correrem regularmente bem. Porém, quando as hostilidades entre os dois aumentaram, houve uma brecha entre eles, e Saul declinou rápida e perigosamente. Foi morto em batalha contra os filisteus, no monte Gilboa. A ameaça dos filisteus, que sempre fora grande, agora estava mais perigosa do que nunca. A morte de Saul ocorreu por volta de 1010 A.C. Os livros de I e II Samuel nos fornecem os detalhes de sua história.

8. *Davi*. Ele era membro da tribo de Judá, e foi através dele, um guerreiro decidido e violento, que o jugo filisteu foi quebrado, afinal. Davi havia sido um comandante militar nos dias de Saul, e sua habilidade em combate despertara a inveja do idoso monarca. Assim, Davi teve de fugir para o exílio, até que as circunstâncias permitiram que ele se tornasse rei. Quando Saul foi morto, imediatamente Davi foi aclamado rei de Judá. Dois anos mais tarde, as tribos de Israel estavam unidas debaixo de seu governo. Davi capturou a cidade de Jerusalém (que então se tornou sua capital), no sétimo ano de seu governo. E os filisteus tornaram-se seus vassalos, através de uma série de brilhantes vitórias. Ele desenvolveu a vida religiosa do seu país, especialmente organizando a classe dos músicos que serviam no templo. O próprio Davi era um habilidoso músico.

Davi conseguiu formar um império que se estendia desde a fronteira com o Egito e desde o golfo de Ácaba, até o alto rio Eufrates. Ver o artigo separado acerca de Davi, quanto a considerações sobre a história inteira. Os reis Saul, Davi e Salomão, que governaram sobre uma unida nação de Israel, datam de cerca de 1020 a cerca de 922 A.C. O povo do período do império unido era chamado de «povo de Israel» (II Sam. 18:7), de «filhos de Israel» (I Reis 6:13), de «congregação de Israel» (I Reis 8:5,14,55), de «casa de Israel» (II Sam. 1:2), ou simplesmente, de «Israel» (II Sam. 2:10). Mas, até mesmo nessa época já se fazia a distinção entre Israel e Judá (ver II Sam. 12:8; 21:2; 24:9), ao passo que «a casa de Israel» era constituída pelas duas porções, Israel e Judá.

9. *Salomão*. Ele era filho de Davi e Bate-Seba (II Sam. 12:24). Salomão herdou o império de Davi. Embora homem mais pacífico do que Davi, Salomão também teve sua cota de matanças, tanto em batalha quanto pessoalmente. Todavia, não conduziu qualquer campanha militar importante. Ver o artigo separado sobre ele. Por ser um homem comparativamente pacífico (o que concordava com o sentido de seu nome, no hebraico), foi-lhe permitido por Deus construir o templo de Jerusalém, assim fomentando o aspecto religioso da vida de Israel. Salomão empregou muito trabalho estrangeiro na ereção do templo, principalmente de origem fenícia. Seu reinado de comparativa paz permitiu-lhe desenvolver o comércio e a indústria, e o resultado disso foi um reino muito rico, muito luxo pessoal e tempo para ele entrar em dificuldades espirituais. O fato de que ele tolerou a idolatria, por amor às suas esposas estrangeiras, tornou-se um fato destacado. Salomão foi um grande edificador, mostrando-se tão intenso construtor quanto seu pai, Davi, fora um intenso líder militar. Empregou trinta mil israelitas em trabalhos forçados (I Reis 5:13 *ss*). Também empregou operários cananeus; mas, quando isso se mostrou inadequado, empregou o método de campos de trabalho. A impopularidade dessa política trabalhista provocou o assassínio de Adonirão, superintendente das equipes de trabalho forçado (I Reis 4:6; 5:14; 12:18).

A questão tornou-se tão séria que se estendeu até o tempo do sucessor de Salomão, seu filho Reoboão. Reoboão recusou-se a tomar qualquer providência de

melhoramento a respeito, e essa foi a razão da divisão da nação em dois reinos, o do norte, Israel, e o do sul, Judá (I Reis 12:4 *ss*). Mas, voltando à época de Salomão, este se atirou a um intensivo programa de construção e prometeu dar duas cidades da Galiléia a Hirão, como recompensa pela ajuda financeira dada por este (I Reis 10:11 *ss*). Todavia, vários atos opressivos de Salomão levaram o povo israelita a perder a estima por ele, e a boa vontade deles. Seu ambicioso programa de edificações, portanto, custou-lhe um preço exorbitante, ajudando a armar o palco para a divisão do reino de Israel em dois, conforme dissemos acima.

Salomão também substituiu as tradicionais fronteiras tribais por distritos administrativos: doze na porção norte do rei (I Reis 4:7 *ss*), e talvez um só em Judá. A fim de viver luxuosamente, cobrava impostos escorchantes, reduzindo seus súditos a uma situação econômica difícil. Entrementes, ele corrompeu a vida religiosa da nação, permitindo o funcionamento de cultos idólatras estrangeiros, e até mesmo participando deles. Esses foram pecados gravíssimos, especialmente para quem era dotado de tão profunda sabedoria. Salomão multiplicou esposas e cavalos, contra todo o bom conselho dado pelos profetas.

10. *Reoboão e Jeroboão.* Reoboão sucedeu a seu pai, Salomão, no trono. Foi o último rei do império unido (governou em cerca de 922—915 A.C.), e também foi o primeiro a reinar somente sobre o reino de Judá. Contudo, não houve outra família reinante em Judá, senão a de Davi, até o cativeiro babilônico. Mas o reino de Israel foi governado por várias dinastias. A continuação de más normas financeiras, instituídas por Salomão, além das rivalidades pessoais entre Reoboão e Jeroboão, produziram a permanência da divisão entre o reino do norte e o reino do sul. Sua arrogante recusa de anuir às condições impostas pelo povo, conforme se vê no registro de I Reis 12:14, levaram dez tribos a retirar dele a lealdade, e Reoboão ficou contando com o apoio somente das tribos de Judá e Benjamim, com os levitas que ali viviam.

Jeroboão. Foi ele quem encabeçou o protesto; e quando Reoboão permaneceu firme em sua recusa de aliviar os pesados impostos, Jeroboão e seus parceiros, indignados, resolveram retirar sua lealdade de Reoboão. Separaram-se da opressora casa de Davi. E assim Jeroboão tornou-se rei de dez das tribos de Israel, excetuando Judá e Benjamim. Reoboão preparou um grande exército para atacar o norte; mas o profeta Semaías convenceu-o de que tudo acontecera por vontade divina (I Reis 12:22-24). Isso impediu a guerra civil. Reoboão herdou o gosto pelo luxo de seu pai; mas, pelo menos, quanto às questões espirituais, foi superior a Jeroboão, que não demorou muito para levar as dez tribos de Israel à mais horrenda idolatria.

Jeroboão (vide) era efraimita, filho de Nebate. Calcula-se que seu governo sobre o reino do norte deu-se, aproximadamente, entre 931 e 910 A.C. Ver I Reis 11:26—14:20; II Crô. 10:2—13:20. Ele havia servido a Salomão como um dos líderes sobre turmas de trabalhos forçados, no norte (I Reis 11:28). O profeta Aías havia previsto dificuldades futuras, por causa das normas seguidas por Salomão (que Reoboão deu continuidade), e a divisão do reino em dois tornou-se inevitável (I Reis 11:29 *ss*).

Jeroboão criou santuários religiosos rivais, em Dã e Betel, para dar ao seu povo alternativas de adoração em Jerusalém (que não tinha mais acesso fácil para eles). Alguns supõem que a adoração ao bezerro foi instituída por ele. Outros pensam que as estátuas de bezerros representavam divindades, ou mesmo que eram apenas pedestais sobre os quais, supostamente, o invisível Yahweh se postaria. Seja como for, eles ameaçavam a verdadeira fé porquanto encorajavam o sincretismo da adoração a Yahweh com o culto de fertilidade de Baal, motivo porque foram tão acerbamente condenados (ver I Reis 13:1 *ss*; 14:14-16). E os cultos instituídos pelos diversos reis de Israel perpetuaram o pecado de Jeroboão (I Reis 16:26).

11. *O Reino de Israel.* Desde o começo do reinado de Jeroboão (cerca de 931 A.C.), até à queda da capital do reino, Samaria, quando Oséias era o rei (cerca de 752 A.C.), houve dezenove reis, durante um período de cerca de duzentos e dez anos. Quanto aos reis de Israel e suas respectivas datas, ver a terceira seção *Cronologia do Reino Dividido*, onde oferecemos um gráfico a respeito.

A data da divisão do reino é variegadamente calculada entre 983 e 931 A.C. Dificuldades cronológicas e aparentes contradições são abundantes. Ver o artigo separado sobre *Israel, Reino de*, quanto a maiores detalhes.

12. *O Cativeiro Assírio.* Ver o artigo separado sobre esse assunto. Salmaneser, rei da Assíria, conquistou o reino do norte, Israel, bem como sua capital, Samaria, que caiu em 721 A.C. A deportação dos israelitas do reino do norte foi tão completa que o país perdeu quase inteiramente o seu caráter hebreu. Foi trazida gente do estrangeiro, o que deu o retoque final na des-hebraização do país. Todavia, a verdade é que na própria província de Samaria, embora cheia de estrangeiros, prosseguiu a religião de Israel até certo ponto, ou conforme se lê em II Reis 17:26, eles desejavam «...servir o Deus da terra». Não obstante, permaneceu no reino do norte um remanescente israelita, embora em números estonteantemente pequenos. A mistura desses com os estrangeiros produziu os desprezados samaritanos, um povo misto, racial e religiosamente falando, que os judeus puros nunca aceitaram de bom grado.

13. *O Reino de Judá.* Reoboão foi o primeiro rei do reino do sul, Judá, e Zedequias foi o último dessa dinastia. Um total de vinte reis governou ali, desde 936 A.C., quando ocorreu a divisão do reino em dois, até o cativeiro babilônico, em 586 A.C. Ver os dois artigos separados, *Judá, Reino de* e *Cativeiro Babilônico*. Isso cobre um período de cerca de trezentos e cinqüenta anos.

Quase todos aqueles que foram levados para o cativeiro babilônico pertenciam à tribo de Judá, embora alguns exilados procedessem do reino do norte, que fixaram residência no norte da Mesopotâmia e na Média. Também havia exilados de Judá no Egito. O profeta Ezequiel, juntamente com um bom contingente de exilados judeus, vivia em Tel-Abibe, à beira do rio Quebar, um canal que havia próximo da cidade de Nipur. Outros locais povoados por judeus eram Tel-Harsa, Tel-Melá e Casifia.

Escrevendo aos exilados judeus na Babilônia, o profeta Jeremias recomendou que construíssem casas, plantassem jardins e vivessem de maneira normal. Esse conselho foi aceito, e os judeus receberam certo grau de liberdade, podendo ser dirigidos no exílio por seus próprios líderes, os anciãos. Alguns deles prosperaram nos negócios, e outros chegaram a galgar postos de mando no exílio. Assim, Daniel chegou à posição de conselheiro do rei. O rei da Babilônia, Evil-Merodaque (562-650 A.C.), tirou o rei Jeoaquim da prisão, permitindo-lhe viver no palácio real da Babilônia. Jeremias e Ezequiel se esforçaram por melhorar a qualidade espiritual da vida dos exilados, ressaltando diante deles as catástrofes que

lhes tinham sobrevindo em resultado de sua teimosa desobediência, e que uma vida correta e justa poderia reverter essa sorte. É possível que os capítulos quarenta e um a sessenta e seis do livro de Isaías também tenham sido escritos para os exilados judeus na Babilônia, oferecendo-lhes o consolo da providência divina, que é o fator normativo em toda a história da humanidade. Todavia, alguns estudiosos pensam que esses capítulos são de natureza profética, e não histórica. Ver sobre *Isaías*, terceira seção, intitulada *A Unidade do Livro*.

14. *O Poder Persa*. A área do mundo que interessa aos estudiosos da Bíblia esteve sob o poder persa de 538 a 533 A.C. Ciro (cerca de 559—530 A.C.) foi o instrumento usado por Deus para livrar Israel do cativeiro, segundo nos mostra a passagem de Isaías 41—66. Ciro capturou a Babilônia em 539 A.C., e isso armou o palco para o estágio de modificações radicais, que afetaram a história de Israel. Ele praticava normas políticas internas liberais e mesmo benévolas, tendo permitido a reconstrução do templo de Jerusalém, e também o retorno dos judeus que quisessem voltar à Terra Prometida. Sesbazar, um príncipe judeu, foi nomeado governador de Judá, e ele conduziu a primeira leva de judeus que retornou à Palestina. Um outro grupo retornou em companhia de Zorobabel, sobrinho de Sesbazar e seu sucessor como governador de Judá. Sacerdotes e levitas faziam parte do grupo que voltou com Zorobabel.

A Reconstrução do templo de Jerusalém começou em 520 A.C. Os profetas Ageu e Zacarias encorajaram o povo; e o rei Dario I (522—486 A.C.), da Pérsia, deu seu apoio e cooperação ao projeto. Em 515 A.C. estava completo o segundo templo de Jerusalém. Não tinha a glória e o esplendor do templo de Salomão, mas serviu para restabelecer o culto religioso dos judeus, em Jerusalém, dando aos mesmos uma nova esperança e determinação. Esdras, um sacerdote e escriba, foi um instrumento disciplinador e restaurador das práticas religiosas tradicionais. Todavia, a data de seu retorno é disputada entre os estudiosos. Pode ter acontecido já no tempo de Artaxerxes I (465—424 A.C.); mas, se aconteceu nos dias de Artaxerxes II, então sucedeu entre 404 e 358 A.C. O trecho de Nee. 8:1,2,5,6,9; 12:36 parece requerer a data mais recuada, a época de Artaxerxes I.

Neemias, que havia sido o copeiro-mor do rei da Pérsia, chegou a Jerusalém, como governador nomeado, em 445 A.C., no vigésimo ano de governo de Artaxerxes I. Sua autoridade lhe fora conferida pelo monarca persa, a fim de reconstruir as muralhas de Jerusalém, e o governo persa chegou a suprir ajuda material com essa finalidade. Judá opôs-se aos samaritanos, encabeçados por seu governador, Sambalate, por Tobias, governador israelita de Amom, e por Gesém, que, segundo inscrições, parece ter sido o rei dos árabes quedaritas, do noroeste da Arábia. Mas, apesar de toda a oposição, Neemias e seus seguidores cumpriram seu propósito. Neemias foi o primeiro a assinar o pacto nacional, cujo intuito era restaurar Israel material e espiritualmente. A lei teria de ser obedecida; os casamentos com estrangeiros foram descontinuados; foi vedado aos israelitas casarem-se com samaritanos; e, finalmente, foram restabelecidos os ritos religiosos judaicos. Esdras e Neemias, destarte, restauraram a nação de Israel, e atuaram como poderosas forças que moldaram as atitudes judaicas pelo resto da história da nação, até hoje. Os conflitos havidos entre Neemias e Sambalate dividiram Israel de Samaria, e as hostilidades se agravaram, perpetuando-se por muitos séculos exaustivos.

15. *A Comunidade Judaica de Elefantina*. Muitos judeus não voltaram do exílio. Mas permaneceram fora da Palestina, em vários lugares, e prosperaram materialmente. Um desses lugares era Elefantina, uma ilha perto do Aswan, no Egito, às margens do rio Nilo. Uma guarnição armada de judeus foi postada ali, pelos persas. O judaísmo daquele lugar passou por grandes modificações, incluindo o fim do oferecimento de animais em sacrifício mas com a adição de idéias e práticas pagãs, devido à influência persa e egípcia. Quanto a detalhes completos sobre essa questão, ver o artigo separado intitulado *Elefantinos, Papiros*.

16. *O Poder Grego*. A dominação grega sobre as terras que interessam aos estudiosos da Bíblia perdurou de 333 a 167 A.C. Alexandre, o Grande (336-323 A.C.) foi a força que produziu mudanças radicais e duradouras na Palestina. Ele derrotou militarmente a Dario III, em Isso, perto da fronteira entre a Ásia Menor e a Síria, e logo marchou em triunfo por toda a Síria e a Palestina, para nada dizermos acerca do mundo conhecido na época. Alexandre solicitou a ajuda do sumo sacerdote de Israel, Jadua; mas este negou-se a isso, já se tendo comprometido com o rei Dario. Porém, coisa alguma era capaz de fazer Alexandre estacar. Quando Alexandre já se aproximava de Jerusalém, Jadua teve um sonho que o avisava de submeter-se ao grego. E foi o que ele fez, recebendo Alexandre em paz. Isso impediu uma grande matança entre os judeus, e também encorajou Alexandre a manter um relacionamento pacífico com os judeus. E foi-lhes permitido um considerável grau de autonomia. Josefo, historiador judeu, narrou a visita de Alexandre a Jerusalém.

Alexandre morreu ainda jovem, de malária e excesso de bebidas alcoólicas. Os seus maiores generais assumiram a direção e dividiram entre si o seu vasto império. A Palestina ficou com Ptolomeu I (323—283 A.C.), —que também governava o Egito. Dele é que surgiu a linhagem dos reis ptolomeus, catorze ao todo. Oferecemos um artigo separado sobre esses monarcas. Além disso, todo aquele período intertestamental é descrito em um artigo separado, *Período Intertestamental*.

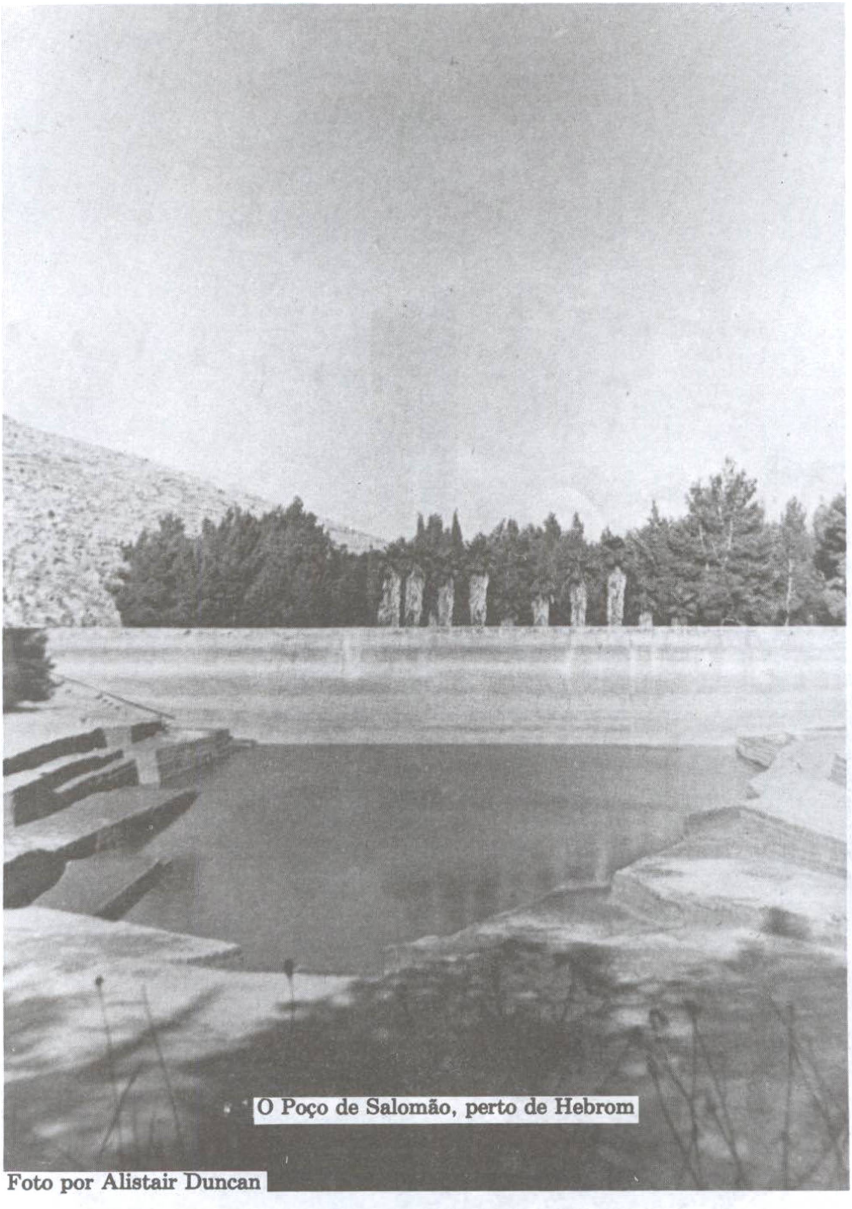
17. *Os Selêucidas*. A Síria ficou com outro general de Alexandre, *Seleuco* (vide). Daí surgiu o governo selêucida sobre a Síria. No começo, a Palestina ficou sob a esfera de influência dos selêucidas, mas depois passou para as mãos dos ptolomeus, apesar de que haja algumas disputas históricas a esse respeito. O poder ptolemaico permaneceu na Palestina durante cerca de cem anos, até 198 A.C. Nesse tempo, a cidade de Alexandria cresceu muito em importância, onde havia uma numerosa comunidade judaica. Foi nessa época que veio à existência a Septuaginta (também conhecida como LXX), tradução do Antigo Testamento do hebraico para o grego. O fato é que os judeus prosperaram sob os reis ptolomeus, e Alexandria tornou-se um poderoso centro da erudição judaica.

18. *Antíoco, o Grande*. Esse homem reconquistou a Palestina, e esta voltou ao controle dos selêucidas. Em 175—164 A.C., os judeus foram severamente perseguidos por *Antíoco Epifânio* (vide), —que estava resolvido a exterminá-los e a helenizar toda a Palestina. Esse é o *pequeno chifre* de Dan. 8,9, descrito nessa passagem profética. No ano de 168 A.C., Antíoco Epifânio profanou o templo de Jerusalém, oferecendo uma porca sobre o altar dos holocaustos. Ele tornou-se assim o tipo mais vívido do ainda futuro *anticristo* (vide). Antíoco Epifânio



O portão de ouro, Jerusalém

Foto por Alistair Duncan



O Poço de Salomão, perto de Hebrom

Foto por Alistair Duncan

cometeu muitas atrocidades contra os judeus, incluindo a tentativa de destruir todos os manuscritos do Antigo Testamento. Seus excessos é que provocaram a revolta dos *Macabeus* (vide), o que resultou no período de independência política dos israelitas, antes de a perderem novamente para o romanos.

19. *Os Hasmoneanos (Macabeus) e a Independência de Israel.* O período de independência israelita também é conhecido como período *macabeu*, ou *hasmoneano*. O nome de família dos macabeus era *Hasmom*. Matatias, um sacerdote, tinha cinco filhos, cujos nomes eram Judas, Jônatas, Simão, João e Eleazar. Judas foi guerreiro de considerável habilidade, tendo reunido as forças necessárias para a libertação dos judeus. Em 165 A.C., Judas purificou e reconsagrou o templo de Jerusalém, um acontecimento que passou a ser comemorado pela *Festa da Dedicação*. A partir daí, pois, houve um período de cem anos de independência política. Porém, essa liberdade terminou em 63 A.C., quando os romanos se apossaram da Palestina. Ver o artigo separado sobre os *Hasmoneanos*, quanto a uma descrição detalhada sobre esse período da história de Israel.

20. *O Poder Romano.* A dinastia hasmoneana havia caído em decadência; facções adversárias disputavam o poder, conforme a descrição detalhada do artigo a respeito deles. Roma tomou isso como o motivo (ou a desculpa) para invadir a Palestina, o que sucedeu em 63 A.C. Sob o comando de Pompeu, os romanos se apossaram da Palestina. E Antípatre, um idumeu (descendente de Esaú), foi nomeado governador da Judéia. A Judéia incluía, na verdade, terras pertencentes à Galiléia, à Samaria, à própria Judéia, à Traconite e à Peréia (terras essas intituladas algumas vezes, coletivamente, de *Judéia*). Essas divisões políticas haviam sido estabelecidas durante o período sírio, mas permaneceram durante a maior parte do tempo do período de domínio romano, que se seguiu. Foi com Antípatre que começou o governo dos *Herodes* (ver o artigo separado sobre eles). Herodes, o Grande, era filho de Antípatre. Os *herodianos* (vide) eram o partido político que favorecia a linhagem dos Herodes como um artifício para evitar o governo romano direto. Muitos consideravam a sucessão dos Herodes como se fosse o *Messias*; mas muitos judeus abominavam esse partido e seus representantes. Foi no tempo do governo do tetrarca Herodes (também chamado Ântipas, um dos filhos mais novos de Herodes, o Grande; Luc. 3:19) que Jesus Cristo morreu e ressuscitou.

21. *O Nacionalismo e a Revolta dos Judeus.* Israel nunca se sentiu à vontade sob governo estrangeiro. As revoltas eram inevitáveis. Enquanto os herodianos procuravam promover as boas relações com Roma, os zelotes e outros grupos radicais pensavam que podiam realizar o que os macabeus tinham feito, liberando uma vez mais a Palestina do poder estrangeiro. Somente assim, segundo pensavam, poderia ser preservada e promovida a verdadeira fé de Israel. *Judas, o Galileu* (Atos 5:37) enganou os judeus. Mas, sua derrota e morte não desencorajou o movimento em geral. Finalmente, em 66 D.C., a tempestade, que se vinha concentrando e ameaçava já por tanto tempo, irrompeu de súbito. Por cem anos, os romanos haviam dominado a Palestina, mas a mão de ferro dos romanos usara uma luva de veludo. Entretanto, em 66 D.C., eles tiraram essa luva. A rebelião dos judeus, cada vez mais intensa, provou aos olhos de Roma que sua política de relativa tolerância, na Palestina, fora um equívoco. Durante quatro anos, fez-se sentir a ira dos romanos. Jerusalém caiu, finalmente, e vastas áreas, por toda a Palestina, foram destruídas. A destruição foi tão completa que apenas recentemente, em Cafarnaum, foi desenterrada pelos arqueólogos uma verdadeira sinagoga do século I D.C. Até recentemente não havia tais evidências, e as sinagogas que haviam sido encontradas datavam somente do século III D.C. em diante. O lindo templo de Herodes, o Grande, foi totalmente demolido, e a terra foi deixada em total desolação.

O incrível é que os judeus se revoltaram novamente em 132 D.C., e uma vez mais os romanos sentiram que tinham de arrasar até ao rés do chão a Palestina inteira. Dessa vez, o país foi despovoado de judeus, e asism começou a grande dispersão que perdurou até o nosso próprio tempo, quando, em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, novamente Israel tornou-se um estado independente.

A Igreja cristã desenvolveu-se, em seus aspectos positivos e negativos; a nação de Israel foi temporariamente posta de lado, nos propósitos de Deus; porém, podemos esperar pela restauração de Israel, como algo que está previsto nas profecias bíblicas. Ver o artigo separado sobre isso, intitulado *Queda e Restauração de Israel*. Esse artigo explica as razões para a rejeição de Israel, discutindo também a esperança de Cristo, quando, por ocasião da volta de Jesus, ela se tornará uma nação cristã, oficialmente falando.

III. Gráficos Ilustrativos dos Reis de Israel e Judá

1. *O Reino Unido*
   De Saul a Salomão — 120 anos, 1095—975 A.C.
   Escrituras: I Sam. 8—I Reis 11
   I Crô. 10—II Crô. 9.
2. *O Reino Dividido — Israel e Judá*
   Israel: De Jeroboão a Oséias — 209 anos, 931—722 A.C.
   Judá: De Reoboão a Zedequias — 345 anos, 931—586 A.C.
   Israel e Judá separadas: 209 anos, 931—722 A.C.
   Judá sozinha: 136 anos, 722—586 A.C.
3. *Gráfico Comparativo do Reino Dividido com Profetas e Poderes Estrangeiros Dominantes*
   Escrituras: I Reis 12:2—II Reis 18:12
   I Crô. 10—28.
   Ver este gráfico no artigo *Rei, Realeza*.
4. *O Reino Isolado: Judá Sozinha*
   De Ezequias (sexto rei judeu) a Zedequias — 136 anos, 722—586 A.C.
   Escrituras: II Reis 18:13-25; II Crô. 29—36.

IV. O Reino de Israel

Apresentamos um artigo separado sobre esse tema, onde damos uma breve descrição sobre os reinados dos reis de Israel, para servir de suplemento do presente artigo. Sob o título *Judá, Reino de* temos provido informações gerais sobre aquela divisão política da antiga Israel, onde também damos um sumário do governo de cada um dos reis da mesma.

V. Filosofia de Israel

Quando abordamos a história de Israel, precisamos lembrar de duas coisas: a primeira é o interesse pela história, fortíssimo em Israel, pois muitos judeus se têm tornado historiadores. Israel sempre foi uma nação que procurou enfatizar a história, talvez mais do que qualquer outra das nações da terra. É geralmente reconhecido que a história exposta por vários autores do Antigo Testamento, a começar pela época da monarquia (1095 A.C.), é muito exata, a

despeito dos problemas que envolvem questões cronológicas. Em segundo lugar, Israel tinha uma *filosofia* da *história*. Deus era tido como o poder por detrás do processo histórico humano. A história, para eles, tinha uma razão específica para existir, tendo sido instituída por Deus. De acordo com a filosofia judaica, a história prossegue em sentido linear, de um evento para o próximo, desdobrando assim o propósito divino. E chegará a um ponto culminante, divinamente direcionado. Ver o artigo separado *Filosofia da História*, que nos dá idéias sobre vários filósofos, bem como a postura filosófica do Antigo e do Novo Testamentos.

Bibliografia. ALB AM ANET BA E HALL ID IOT ND PF PFE SMI SMIT STA YO Z

Israel, Jacó Ver **Jacó.**

ISRAEL, QUEDA E RESTAURAÇÃO

Ver *Queda e Restauração de Israel*. Ver também *Restauração de Israel*, que oferece mais detalhes e aborda mais a teologia envolvida na questão.

ISRAEL, REINO DE

Este artigo serve somente de suplemento a vários outros artigos que têm sido escritos acerca de Israel, ou acerca de assuntos que tratam diretamente com Israel. Ver uma lista de artigos dessa natureza sob o título *Israel*. Ver especialmente o artigo *Israel, História de*.

A fim de suplementar a matéria oferecida, apresentamos aqui um sumário das vidas e da influência dos reis de Israel, o reino do norte. No artigo sobre *Judá, Reino de*, temos feito a mesma coisa quanto à porção sul da nação.

Os Reis de Israel:

De Jeroboão a Oséias. Ver os artigos separados sobre cada um deles, quanto a maiores detalhes que aqueles que aqui oferecemos.

Ver os gráficos existentes no artigo — **Rei, Realeza**. Esses gráficos comparam os reis de Judá com os de Israel (as porções sul e norte da nação dos descendentes de Abraão).

Israel, o reino do norte (931—722 A.C.), um período de cerca de trezentos e quarenta e cinco anos.

Os artigos sobre *Jeroboão* e *Reoboão* explicam por que Israel se dividiu em duas nações: a do norte e a do sul. E o artigo sobre o *Cativeiro Assírio* explana como terminou o reino do norte, Israel.

As Escrituras que narram a história do reino dividido são I Reis 12 a II Reis 18:12 e II Crônicas 10—28.

Lista e Descrição dos Reis de Israel, o Reino do Norte:

1. *Jeroboão* (931 A.C.) reinou por vinte e dois anos (I Reis 11:28). Tinha sido um ativo oficial do governo de Salomão. Foi encorajado pelo profeta Aías. Encabeçou uma revolta contra as normas trabalhistas de Salomão. Este último procurou executá-lo. Então Jeroboão fugiu para o Egito. Voltou a Israel e separou as dez tribos do norte do reino de Israel, tendo estabelecido o reino do norte, que assumiu o nome de «Israel», contrastante com «Judá» (formada por Judá e Benjamim). Estabeleceu uma adoração separada, em Dã e Betel, que rivalizava com a adoração em Jerusalém; mas, nesse tempo, o profeta Aías predisse a queda e o cativeiro do reino de Israel, por causa de seus pecados (I Reis 14:10,15). Josias foi chamado por nome trezentos anos antes de seu nascimento (I Reis 13:2), o que teve o devido cumprimento (II Reis 23:15-18). Os estudiosos liberais, entretanto, pensam que isso envolve história, e não profecia.

2. *Nadabe* (911 A.C.) reinou por dois anos (I Reis 14:20). Era filho de Jeroboão. Perpetuou os caminhos ímpios de seu pai. Foi morto por Baasa, que também exterminou a casa de Jeroboão.

3. *Baasa* (909 A.C.) reinou por vinte e quatro anos (I Reis 15:16). Assassinou Nadabe, filho de Jeroboão, a fim de se apossar do trono. Fez guerra contra Judá. Esta contratou os assírios para atacarem a Baasa.

4. *Elá* (887 A.C.) reinou por dois anos (I Reis 16:14). Era filho de Baasa. Era oficial militar; vivia debochadamente. Quando estava alcoolizado, foi assassinado por Zinri, que também exterminou a sua família.

5. *Zinri* (886 A.C.) reinou por apenas sete dias (I Reis 16:15 *ss*). Apesar de haver governado por apenas uma semana, mostrou-se muito sangüinário, tendo executado à casa inteira de Elá. Suicidou-se assim que começou a governar.

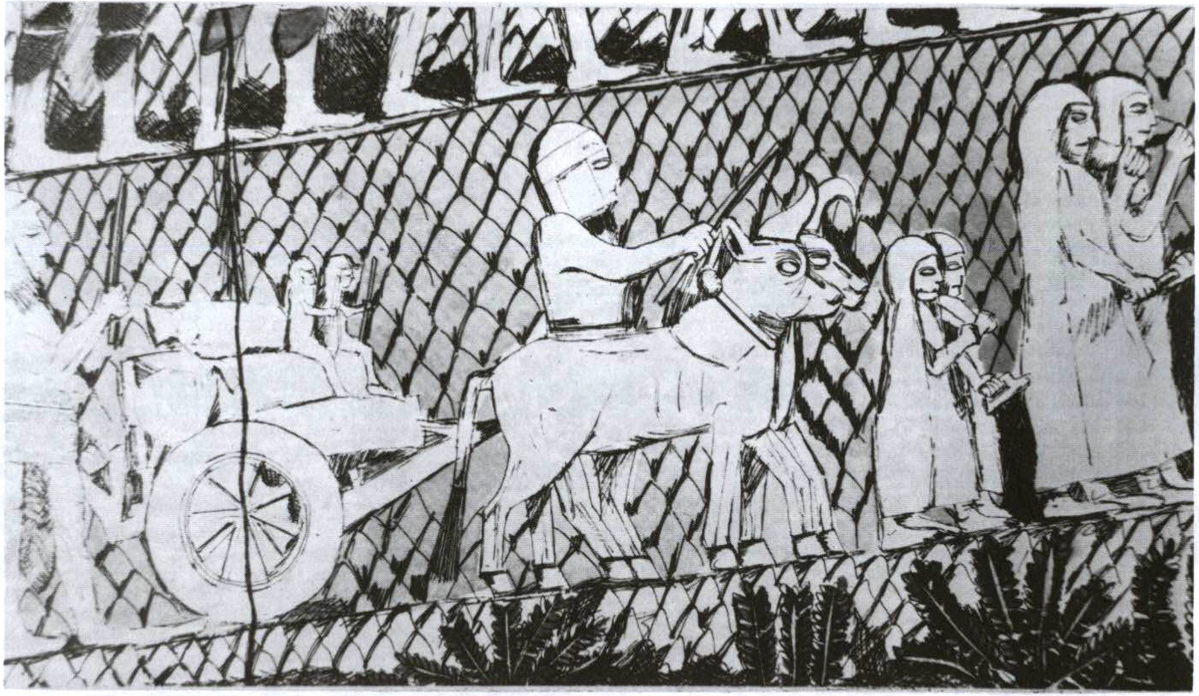
6. *Onri* (886—875 A.C.) reinou por doze anos (I Reis 16:21 *ss*). Foi o recordista na maldade, entre todos os reis de Israel, embora soubesse governar. O seu poder e habilidades eram tão extraordinários que Israel chegou a ser chamada de «a terra de Onri». Fez de Samaria a capital do reino, em substituição a Tirza (I Reis 14:17; 15:33). A pedra Moabita (vide) menciona Onri, como também o faz a inscrição de Adade-Nirari (808-783 A.C.). O Obelisco Negro, de Salmaneser III (860-825), fala sobre o tributo pago por Jeú, sucessor de Onri. Uma expedição feita pela Universidade de Harvard encontrou os alicerces do palácio de Onri, além de muitas relíquias antigas.

7. *Acabe* (875—854 A.C.) reinou por vinte e dois anos (I Reis 16:29—22:40). Chegou mesmo a ultrapassar a Onri em iniqüidade, pois ninguém pode se esquecer de Acabe e de sua indigna esposa, Jezabel. Esta era uma princesa sidônia, má, violenta e sem escrúpulos, que encorajou Acabe em sua idolatria, bem como em toda forma de pecados e atos de violência. Acabe tornou-se devoto do deus pagão, Baal. Jezabel construiu um santuário em honra a esse deus, em Samaria, e mantinha oitocentos e cinqüenta sacerdotes nesse culto. A adoração de Yahweh foi abolida de Israel (I Reis 18:13,19). O profeta Elias fez oposição ao casal real (I Reis 17—II Reis 2). Acabe encerrou o seu governo com um crime brutal contra Nabote, e então foi morto, em guerra com a Síria. Em uma inscrição, Salmaneser jacta-se de suas vitórias militares sobre Acabe. Sua casa de marfim foi descoberta pelos arqueólogos. As paredes dessa residência eram apaineladas com peças de marfim. Muitas relíquias foram descobertas, demonstrando a vida luxuosa de Acabe.

8. *Acazias* (855—854 A.C.) reinou por dois anos (I Reis 22:51 e II Reis 1). Foi co-regente com seu pai, Acabe, e imitou toda a iniqüidade dele.

9. *Jorão* (854—843 A.C.) reinou por doze anos (II Reis 3—9). Foi um monarca essencialmente mau e corrupto. Foi morto por Jeú (II Reis 9:24). Durante o seu governo, o rei de Moabe, que havia pago tributo a Acabe, rebelou-se (II Reis 3:4-6). Essa passagem também refere-se à sua tentativa fracassada de tornar a sujeitar a si os moabitas. A pedra Moabita presta-nos informações sobre a questão. Essa inscrição foi encontrada em 1868, em Dibom, Moabe, a trinta e dois quilômetros a leste do mar Morto. Mesa, rei de Moabe, mandou fazer essa inscrição.

10. *Jeú* (843—816 A.C.) reinou por vinte e oito anos (II Reis 9 e 10). Tornou-se famoso por sua impiedade. Fora oficial da guarda pessoal de Acabe, e testemunha do assassínio de Nabote. Ouviu Elias proferir a condenação da casa de Acabe. Foi ungido



Os filhos de Israel cativos pelos assírios em Láquis



Vale de Hinom com Monte Sião à distância
— Cortesia, Matson Photo Service

por Eliseu para ser o próximo rei. Destruiu a casa de Acabe. Erradicou o baalismo, mas passou a perpetuar muitas iniqüidades. Era homem incansável, que não mostrava tréguas e nem misericórdia. Matou Jorão, rei de Israel, Jezabel, Acazias, rei de Judá (genro de Acabe), setenta filhos de Acabe, e toda espécie de associado e amigo daquele monarca. Jeú era um látego terrível. Algumas vezes, homens maus são levantados por Deus para realizarem missões negativas; e isso não os transforma em personagens de boa índole. Quando Jeú estava ocupado com uma sangüinária revolta dentro das fronteiras de Israel, Hazael, rei da Síria, conquistou Gileade e Basã, regiões pertencentes a Israel, a leste do rio Jordão (II Reis 10:32,33). Em seu tempo, os assírios tornaram-se uma ameaça mais evidente; e Jeú não demorou a encontrar dificuldades com a nova potência que se erguia no Oriente.

11. *Jeoacaz* (820—804 A.C.) reinou por dezessete anos (II Reis 13:1-9). O seu período de governo foi muito difícil, por causa dos constantes ataques desfechados pelos sírios.

12. *Joás* (806—790 A.C.) reinou por dezesseis anos. Guerreou contra os sírios, e reconquistou algumas das cidades perdidas por seu pai, Jeoacaz. Guerreou também contra Judá, e chegou a pilhar Jerusalém.

13. *Jeroboão* (790—749 A.C.) reinou por quarenta e um anos (II Reis 14:23-29). Era filho de Joás, e deu prosseguimento às vitórias militares contra os sírios, com a ajuda de Jonas, o profeta. Restaurou a glória e o poder do reino do norte. No entanto, deixou-se envolver pela idolatria e por certas abominações, e foi repreendido pelos profetas Amós e Oséias.

14. *Zacarias* (748 A.C.) reinou por seis meses (II Reis 15:8-12). Seguiu nos passos iníquios de seus antepassados e foi assassinado por Salum, que se apossou do trono de Israel.

15. *Salum* (748 A.C.) reinou por um mês apenas (II Reis 15:13-15). Matou o rei Zacarias, para tomar seu lugar. Menaém, filho de Gadi, assassinou-o e reinou em seu lugar.

16. *Menaém* (748—738) reinou por dez anos (II Reis 15:16-22). Matou Salum para reinar em seu lugar. Perpetuou a iniqüidade de todos os seus ancessores. Encontrou dificuldades com os assírios e teve de pagar um elevado tributo, para evitar que eles se apossassem do território de Israel.

17. *Pecaías* (738—736 A.C.) reinou por dois anos (II Reis 15:23-26). Perpetuou o mal. Peca, filho de Remalias, e capitão do exército, matou-o em Samaria, juntamente com seus associados, e começou a reinar em seu lugar.

18. *Peca* (748—730 A.C.) reinou por vinte anos. Talvez tivesse sido co-regente com Menaém e Pecaías, e era um poderoso militar. Tendo a Síria como aliada, atacou Judá. E Judá precisou apelar para o socorro dos assírios. O exército assírio invadiu tanto Israel quanto a Síria, e levou os habitantes do norte e da porção oriental de Israel para a Assíria. Isso constituiu o chamado *cativeiro galileu*, de 734 A.C. Do reino do norte, Israel, restou somente Samaria. Ver II Crô. 28 e Isa. 7, quanto à narrativa bíblica a respeito.

19. *Oséias* (730—721 A.C.) reinou por nove anos (II Reis 17). Matou Peca a fim de governar em seu lugar (II Reis 15:30). Foi o último dos reis de Israel. Pagou tributo à Assíria, mas fez um pacto secreto com o Egito. Foi em seu tempo que os assírios deram o golpe de misericórdia contra Israel, levando para o exílio o que restara de seus habitantes e conquistando a capital, Samaria, em 722 A.C. Os profetas de seus dias foram Oséias, Isaías e Miquéias. O reino do norte, Israel, perdurou por cerca de duzentos anos, e todos os seus reis imitaram as atitudes pecaminosas de Jeroboão, fundador do reino. Diz certa inscrição de Tiglate-Pileser, rei da Assíria: «Peca, rei deles, foi derrubado; pus Oséias sobre eles. Dele recebi dez talentos de ouro e mil talentos de prata». Os assírios cercaram Samaria pelo espaço de três anos, e, finalmente, a conquistaram. Estrangeiros foram trazidos para ocupar o território. Finalmente, uma população mista desenvolveu-se ali, tomando o nome de samaritanos, e uma forma de judaísmo modificado prevaleceu na região. Ver os detalhes a respeito no artigo intulado *Cativeiro Assírio*.

ISRAEL, RELIGIÃO DE

Esta enciclopédia oferece grande número de artigos atinentes a Israel. Quanto a uma lista dos títulos dos artigos mais importantes, ver sobre *Israel*. A história geral de Israel aparece no artigo *Israel, História de*. Aspectos separados da cultura e da fé de Israel são abordados em separado, como no artigo *Lei no Antigo Testamento*, etc. O presente artigo concentra sua atenção sobre os aspectos religiosos da história e da cultura de Israel.

1. Primórdios. Talvez possamos dizer que o começo formal da fé judaica teve lugar no livro de Gênesis, que funciona como base de certas crenças sobre Deus e descreve o início das cerimônias e práticas religiosas. A comparação entre as crenças e os costumes religiosos patriarcais e aqueles das culturas da Mesopotâmia demonstra claramente grande interdependência. Embora falemos sobre revelações, temos de considerar que não existem revelações feitas no vácuo, e nem elas desprezam completamente os elementos culturais já existentes. Para exemplificar, sabe-se que os místicos quase sempre interpretam suas visões e informações gerais, obtidas através das experiências místicas, segundo diretrizes das religiões nas quais se criaram. Nunca deveríamos ignorar os elementos históricos e culturais, quando estivermos estudando qualquer fé religiosa, mesmo que tal fé afirme ter sido dada mediante revelação direta. Um exemplo notório disso, nos tempos modernos, é o material que os mórmons afirmam ter sido dado, por revelação, a Joseph Smith, como o livro de Mórmon, a Pérola de Grande Preço e os Documentos e Pactos. Esses livros abordam muitas questões teológicas que surgiram no século XIX, quando as alegadas revelações foram feitas, embora uma grande parte pertenceria à época antes de Cristo, oculta na terra por quase dois milênios. Os profetas usam suas visões para reforçar suas crenças teológicas. Contudo, nem todas as crenças têm origem na experiência visionária. Não admira, pois, que o judaísmo antigo compartilhasse de muitas crenças religiosas juntamente com os povos vizinhos, e que a passagem do tempo tenha modificado, e, em alguns casos, purificado certas crenças. Esse processo foi ajudado pelas visões e escritos dos profetas do Antigo Testamento.

Segundo insistem alguns eruditos, *Yahweh* teria sido, a princípio, um deus tribal, que, no processo do tempo, assumiu ares de universalidade na mente dos hebreus. E muitos deles asseveram que uma vez que o politeísmo franco foi abandonado pelos hebreus, o passo seguinte foi o *henoteísmo* (vide), que afirma que apesar de haver muitos deuses, somente um entra em contacto conosco, o único ao qual devemos adorar. Esse deus, usualmente, é apresentado como mais poderoso do que todos os outros. Isso importa em politeísmo teórico, mas em monoteísmo prático. Alguns supõem que essa idéia predominava em Israel, desde Moisés até o exílio, visto que Yahweh cada vez

mais se universalizava e singularizava, mas tudo mui gradualmente, após muito desenvolvimento histórico. Os eruditos conservadores, é claro, negam esse ponto de vista; e até mesmo muitos estudiosos liberais de nossos dias declaram que Moisés era monoteísta. Pelo menos é certo que o conceito de Deus desenvolveu-se a partir de conceitos mais primitivos da deidade, que foram sendo aprimorados com o passar do tempo. Esse desenvolvimento pode ser visto até mesmo dentro do Antigo Testamento, mormente no Novo Testamento. No livro de Gênesis, pois, encontramos um Deus que vinha passear e conversar com o homem com grande facilidade, algo característico do pensamento grego primitivo, com seus deuses e heróis que facilmente entravam em contacto com os homens. Porém, gradualmente Deus se foi tornando mais augusto e transcendental, e menos um capitão de exército, etc. Certamente é preciso alguém ser cego para não perceber a diferença entre o Deus de Elias e o Deus de Jesus Cristo. É inútil, pois, negarmos o princípio da revelação progressiva. Se negarmos esse fato, que avanço poderia ter havido no Novo Testamento, em relação ao Antigo?

Também é claro que tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos houve uma revelação progressiva. Não fora isso, e Paulo não poderia ter falado em mistérios, ou seja, a revelação de segredos e doutrinas divinos que, até o tempo em que foram desvendados, eram desconhecidos. Ver o artigo chamado *Mistério*, e também sobre *Inspiração*. Tudo o mais neste mundo cresce e evolui. E por que pensaríamos que somente a teologia forma exceção a essa regra?

2. Desenvolvimento. Os pais alexandrinos da Igreja estranharam certas apresentações de Deus no Antigo Testamento, sobretudo diante de atos brutais que eram atribuídos a Deus, mas que uma compreensão sã da divindade não podia aceitar sem qualquer modificação. Assim, a fim de preservarem os valores morais e espirituais dos relatos e declarações do Antigo Testamento, sem se envolverem em qualquer crença literal ou sanção de certas coisas, eles lançaram mão da interpretação alegórica (vide). Assim, para exemplificar, pode-se admitir que o sacrifício potencial de Isaque, por parte de Abraão, contém lições morais e espirituais valiosas, sem termos de admitir que Deus, realmente, tenha ordenado um sacrifício humano. Ver o artigo sobre *Isaque*, seção III, quanto a uma completa discussão sobre esse assunto. As crenças patriarcais e as práticas religiosas deles tinham muitos pontos em paralelo com as crenças e práticas religiosas da Babilônia, e a lei mosaica tinha muito em comum com os códigos legais da época. Ver o artigo sobre *Hamurabi, Código de*, que fornece ilustrações adequadas a esse respeito.

3. Quanto a propósitos comparativos, o leitor deveria ler o artigo sobre o **Dilúvio de Noé**, onde se demonstra como as crenças antigas dos patriarcas eram compartilhadas por muita coisa existente na cultura mesopotâmica. Quanto a informações adicionais e iluminadoras, ver também sobre *Gilgamés, Epopéia de*.

4. Uma Nação Sacerdotal. Nos tempos patriarcais, o pai da família era o sacerdote da mesma. Com Moisés, entretanto, esse ofício foi institucionalizado, e uma tribo de Israel foi escolhida para cuidar do culto religioso formal. Seja como for, Israel, como um *reino de sacerdotes*, tornou-se parte da consciência religiosa. Isso foi transferido mui naturalmente para a Isgreja cristã, o Novo Israel, de natureza eminentemente espiritual. Ver Apo. 1:6 e 6:10.

5. As Instituições de Israel. As instituições tipicamente judaicas, que realmente chegaram a distinguir Israel das outras nações, começaram com a lei mosaica. Isso proveu não somente os princípios fundamentais de todos os atos, individuais, sociais e nacionais, mas também outorgou a Israel o seu *Livro*, as suas leis e práticas, sob forma concreta, a base de toda a instrução do povo de Israel. Essa legislação era tão abrangente e sugestiva (quando não especificava coisas) que todos os aspectos da vida nacional e individual, em Israel, eram regulamentados por ela.

6. Conceito de Inspiração e Revelação Divinas. Desde o princípio, conforme nos mostra o livro de Gênesis, a mente dos hebreus preocupou-se em entrar em contacto com Deus e manter esse contacto, aprendendo sobre ele e obedecendo às suas leis. Essa preocupação foi reforçada pelas revelações dadas através de Moisés. Era apenas natural que os livros sagrados terminassem formando um cânon. Assim, temos como diretriz das crenças e práticas religiosas uma base literária aceita como dotada de origem divina. Ver os artigos chamados *Cânon* e *Revelação*. Ver também sobre *Misticismo*. A revelação é apenas uma subcategoria do misticismo. O pressuposto básico é que Deus existe, estando interessado em comunicar-se com o homem e, realmente, comunicando-se. Nessa comunicação é que surgem nossas crenças e leis fundamentais. O contacto com o ser divino transcende às limitações da razão e da percepção dos sentidos, dando-nos um meio de obter conhecimentos de uma maneira não inerente a essas qualidades. Outrossim, o contacto com o Ser divino promove a espiritualidade, e não apenas o conhecimento; e isso serve de alicerce de toda a crença religiosa.

7. Lutas Contra a Idolatria. Até mesmo durante as vagueações de Israel pelo deserto, segundo o registro do livro de Êxodo, ocasionalmente, esse povo foi tentado a cair na idolatria. Mas, quando lemos o relato bíblico sobre os reis de Israel (ver o artigo chamado *Israel, Reino de*, que sumaria a história de todos os dezenove reis de Israel), ficamos desolados em ver como Israel, durante séculos, foi, essencialmente, uma nação idólatra, em contraste com Judá, o reino do sul, que teve menos comprometimento com a idolatria. É difícil entendermos como a lei de Moisés e as antigas instituições de Israel não exerceram maior poder sobre a mentalidade nacional. Profetas como Elias e Eliseu tentaram promover a antiga fé, em meio a tantos apostatados.

8. O Crescente Conceito de Deus. É notável o quanto a teologia cristã acerca de Deus se alicerça sobre os escritos do profeta Isaías, especialmente nos capítulos quarenta a sessenta e seis de seu livro. Apresentamos um artigo separado sobre essa questão. Ver *Isaías, Seu Conceito de Deus*.

9. A Tradição Profética. Israel era uma nação que acreditava no poder que os profetas tinham tanto para instruir quanto para prever o futuro. Portanto, temos uma série de livros proféticos no Antigo Testamento, e falamos sobre os profetas maiores e menores, dependendo do volume de material que eles nos legaram. O livro de Daniel tornou-se a grande inspiração dos escritos proféticos e apocalípticos do período intermediário entre o Antigo e o Novo Testamentos. Ver os artigos intitulados *Livros Apócrifos* e *Apocalípticos, Livros* (*Literatura Apocalíptica*). O Novo Testamento também apresenta esse ponto de vista no capítulo vinte e quatro de Mateus, no capítulo treze de Marcos, no capítulo dois de II Tessalonicenses, e, acima de tudo, no livro de Apocalipse.

O Messias. O conceito messiânico é importantíssimo dentro da Bíblia, tendo-se desdobrado a partir de Isaías e Daniel. No período intermediário, essa atitude prosseguiu nos livros apócrifos de I e II Enoque (vide), além de outros escritos judaicos do mesmo período. O Novo Testamento aponta em Jesus, o Cristo, o cumprimento de todas as esperanças messiânicas. E na missão terrena de Jesus, o Novo Testamento vê parte importante da missão do *Logos* (vide).

10. Ezequiel foi um profeta que enfatizava a **responsabilidade moral**, que é a base de toda a ação ética verdadeira.

11. Recompensa e Castigo. Um dos pontos mais admiráveis da lei de Moisés eram suas promessas de recompensa e suas ameaças de castigo, no caso da obediência ou da desobediência, respectivamente — mas promessas que nada tinham a ver com o céu e ameaças que nada tinham a ver com o inferno. Conforme alguém já disse: «As chamas do inferno foram acesas somente em I Enoque!» De fato, seria uma incoerência prometer o céu aos obedientes à lei, quando a lei é o ministério da condenação, segundo diz Paulo: «Todos quanto, pois, são das obras da lei, estão debaixo da maldição; porque está escrito: Maldito todo aquele que não permanece em todas as cousas escritas no livro da lei, para praticá-las. E é evidente que pela lei ninguém é justificado diante de Deus, porque o justo viverá pela fé» (Gál. 3:10 *ss*). No Pentateuco não temos qualquer ensino claro sobre a alma, embora trechos isolados possam ser destacados que mostram que alguns hebreus acreditavam no após-vida. A doutrina da alma, como ensino direto e claro, só aparece nos salmos e nos livros proféticos. Somente depois disso aparece com nitidez a doutrina da *ressurreição*, em face da qual as almas serão conduzidas ou à glória eterna ou à vergonha eterna, depois da presente vida. Isso é enfatizado em Dan. 12:2. E esse conceito veio a popularizar-se no período intermediário, entre os dois testamentos, no judaísmo, e daí passou para o cristianismo.

12. A salvação pessoal é uma doutrina que se desenvolveu naturalmente a partir da crença na alma e na ressurreição do corpo. Essa doutrina foi ensinada claramente, pela primeira vez, pelos *hassideanos* (vide), nos séculos IV e III A.C. Esses conceitos tornaram-se básicos no farisaísmo, em contraste com a posição dos saduceus. Naturalmente, no Novo Testamento, a salvação pessoal é uma das doutrinas dominantes. Ver sobre *Salvação* e sobre *Imortalidade*.

13. O Mundo Intermediário. Referimo-nos aqui ao período de vida da alma, antes da ressurreição. No judaísmo de antes e da época do cristianismo, encontrava-se a mesma variedade de idéias que achamos atualmente na Igreja cristã. Assim, entre alguns prevalecia a doutrina do *sono da alma*. Ou seja, de acordo com certas crenças primitivas dos hebreus, alguns pensavam que a alma morre juntamente com o corpo, embora a vida do indivíduo viesse a ser renovada por ocasião da ressurreição. Mas também, havia aqueles que não criam na vida após-túmulo, de maneira alguma, julgando que a morte física é o fim de tudo, o que parece refletir-se no trecho de Ecl. 9:10: «...porque no além, para onde tu vais, não há obra, nem projetos, nem conhecimento, nem sabedoria alguma». Isso concorda com o pensamento hebreu mais primitivo, uma das razões pelas quais Moisés não tentou encorajar a busca pela retidão com a promessa do céu, e nem desencorajar a prática do mal com a ameaça do inferno. E alguns pensam que no décimo segundo capítulo de Eclesiástico temos um pós-escrito, de um autor diferente, que deu ao livro um final de sabor ortodoxo. Diz Ecl. 12:7: «...e o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu». De acordo com esse versículo, a sobrevivência da alma diante da morte física é uma realidade; e também fica subentendida a futura ressurreição do corpo. Porém, a verdade é que antes mesmo do décimo segundo capítulo de Eclesiastes fica subentendida a sobrevivência da alma, juntamente com a idéia de um ajuste de contas diante de Deus, o que mostra que o autor sagrado não deixava de crer na imortalidade. Lemos em Ecl. 11:9: «Alegra-te, jovem, na tua juventude, e recreie-se o teu coração nos dias da tua mocidade; anda pelos caminhos que satisfazem ao teu coração e agradam aos teus olhos; sabe, porém, que de todas estas cousas Deus te pedirá conta».

Sabemos, com base em II Macabeus 12:39, que muitos judeus do período intermediário antes da inauguração do Novo Testamento, acreditavam que o estado dos mortos não era fixo, podendo ser afetado pelas preces dos vivos. Naturalmente, para a Igreja Católica Romana, para quem os livros apócrifos fazem parte do cânon do Antigo Testamento, aquele versículo de II Macabeus é autoritário, como se o mesmo desse respaldo à doutrina do *purgatório* (vide). No entanto, foi somente por ocasião do concílio de Trento, já em meados do século XVI, que os livros apócrifos foram considerados canônicos pelo catolicismo romano. «Excetuando o protestantismo moderno, a oração em favor dos mortos, herdada do judaísmo, tem sido uma prática cristã universal. Essa prática não precisa de qualquer apoio escriturístico específico, muito menos de II Macabeus 12:39. Pois certamente é um corolário necessário da doutrina cristã da comunhão dos santos» (C). Ver os artigos intitulados *Purgatório* e *Estado Intermediário*.

14. A Reencarnação. Sabemos que tanto as escolas dos fariseus quanto as escolas dos essênios ensinavam a doutrina da reencarnação. A reencarnação era uma doutrina importante da *Cabala* (vide), a escola mística do judaísmo. No Novo Testamento mesmo há casos especiais de reencarnação, como os de Elias, das duas testemunhas do Apocalipse 11 e do anticristo. Este último, terá sido um dos antigos imperadores romanos, que, saindo do hades, viria à terra em uma nova missão maligna (Apo. 17:8,10,11). No caso do anticristo temos a doutrina de uma alma humana que sairá do hades e se reencarnará. O trecho de I Ped. 4:6 indica que o hades não é, necessariamente, um lugar permanente para as almas perdidas, mesmo porque ali se processa um trabalho missionário. Ver o artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*. Refletindo uma doutrina judaica popular sobre a reencarnação, alguns judeus pensavam que Jesus fosse o retorno de algum dos antigos profetas de Israel (ver Mat. 16:14). A significação teológica disso é que, na concepção de muitos judeus, havia *oportunidade* de salvação mesmo após a morte física. Além disso, havia a crença de que muitos dos profetas do Antigo Testamento continuariam os seus labores através desse processo, pelo que assim seriam perpetuados tanto o trabalho missionário no hades quanto o ofício profético na terra. Ver o artigo separado sobre a *Reencarnação*, que apresenta um completo estudo sobre a questão, com argumentos pró e contra.

15. O Problema do Mal. Um dos mais complicados e vexatórios problemas da teologia e da filosofia é o problema do mal. Como reconciliar as doutrinas da bondade, da onisciência e da onipotência de Deus com o mal reinante, com os desastres e tragédias que podemos observar no mundo? O livro de Jó é uma primitiva resposta a esse problema. É perturbador que

ali Deus seja retratado a barganhar com o diabo sobre a tentação à que Jó seria sujeito, com o resultado de que ele terminou sofrendo horrores, somente para ficar provado um ponto. Mas talvez aquela fosse apenas uma maneira literária de introduzir o problema, que não deva ser considerado como parte integral do argumento. A mensagem principal do livro parece ser que o mal pode sobrevir a um homem bom, inteiramente à parte do problema do pecado, embora os consoladores molestos de Jó tivessem insistido em que seus problemas tinham de se derivar de seu pecado. Todavia, no fim Jó confessou o seu pecado, ao ser cotejado com o próprio Deus (Jó 40:4; 42:1-6; esse último versículo fala em *arrependimento*). Mas, o fato de que ele era um pecador miserável e cheio de limitações não parece ser a *razão* por detrás de seus sofrimentos. Se assim fosse, então os oponentes de Jó estavam com a razão na avaliação que fizeram. Jó 42:7, mostra-nos que Deus ficou indignado com eles, pelo que fizeram, e isso não é reivindicação em favor da argumentação deles. Antes, o livro de Jó parece indicar a idéia de que os sofrimentos podem proceder de algum lugar dentro da inescrutável vontade de Deus; que esses sofrimentos são controlados por Deus; e que, no fim o homem bom é abençoado. Ver o artigo separado sobre o *Problema do Mal*.

16. O Monoteísmo. Essa foi a mais primitiva contribuição do judaísmo ao pensamento religioso. Muitos estudiosos liberais estão concordando, atualmente, que Moisés foi um monoteísta e um henoteísta. A grande pluralidade de deuses, bons e maus, concebida pelos povos pagãos, apenas obscurecia o conceito do divino, por parte dos homens. Xenófanes objetava ao conceito popular dos gregos acerca dos deuses como uma degradação e uma invenção da mente humana. Somente o Deus que se revelou aos hebreus era o Deus verdadeiro (todos os demais sendo apenas imaginários), um Deus justo que requer justiça da parte dos homens. A lei mosaica demonstra isso, ao mostrar a pecaminosidade de todos os homens, ao confrontá-los com um reto padrão de justiça, a justiça de Deus.

17. Uma Ética Superior e Nacional. Acima de todas as outras nações, Israel era uma nação fundamentada sobre um código de princípios éticos que qualquer comunidade humana bem formada exigiria. Não havia entre os israelitas o que hoje chamamos de secular, em contraste com o religioso. Todas as coisas, na vida nacional, faziam parte do desígnio divino, e cada aspecto da vida teria de ser governado pela lei moral.

18. As Leis Universais. Os fariseus ensinavam que a salvação pessoal só podia ser obtida por membros da fé judaica através do estudo e da observância cuidadosos da lei mosaica, que havia sido dada especificamente a Israel. Mas também ensinavam que todos os homens podiam obter a salvação mediante a observância dos sete princípios morais básicos da legislação mosaica. Conforme os fariseus entendiam, essas leis aplicar-se-iam a todos os descendentes de Noé, ou seja, todos os povos do mundo. Esses sete princípios seriam aquelas leis que proíbem a idolatria, a blasfêmia, o homicídio, as irregularidades sexuais, o furto, a crueldade contra os animais, e, positivamente, a necessidade de estabelecer a retidão civil.

19. A Duradoura Influência do Farisaísmo. Os escritos talmúdicos são produtos da tradição farisaica. Não dispomos de obras escritas antigas geradas pelas tradições dos saduceus. Portanto, o judaísmo que sobreviveu no mundo é, essencialmente, filho do farisaísmo.

20. A Influência da Filosofia. Quanto a uma completa declaração a esse respeito, ver o artigo chamado *Filosofia Judaica*. Era apenas natural que o judaísmo, em contacto com grandes centros de filosofia, como Alexandria, se deixasse influenciar pelas idéias filosóficas de Aristóteles e de Platão, mormente deste último. Alguns judeus se esforçaram por reconciliar a sabedoria grega com as revelações dadas aos hebreus. Esse artigo traça a história e os principais pensamentos que emergiram desse esforço. De modo geral, podemos dizer que, quanto a *alguns* aspectos, o judaísmo produziu certas idéias melhores que aquelas contidas no Antigo Testamento, sobretudo no tocante à imortalidade da alma, sobre o que o Antigo Testamento é fraco, embora essa doutrina seja saliente no Novo Testamento.

21. Elementos Essenciais da Fé Judaica. Se levarmos em conta não só o Antigo Testamento, mas também o que ensinava o judaísmo posterior, poderemos afirmar que os princípios abaixo são fundamentais: uma doutrina de Deus na qual Deus é eterno, santo, onisciente, onipotente, transcendental e imanente ao mesmo tempo, existente fora do tempo e totalmente transcendental; a lei é autoritária, mas a sua verdadeira interpretação apareceria no Talmude; as Escrituras do Antigo Testamento, como um corpo literário, esboçam nossas crenças e práticas básicas; no que concerne ao homem, deve-se afirmar que ele é dotado de dignidade, imortalidade e personalidade individual; durante a era messiânica haverá a redenção final da humanidade.

22. A Interpretação e a Autoridade. Não há qualquer corpo judaico central capaz de expor uma interpretação final e autoritária do judaísmo. Cada rabino bem instruído pode examinar o Talmude e outros escritos afins, como sua orientação pessoal, e como base das instruções que der a outros. Na prática, e por consenso informal, os principais mestres rabínicos de cada geração são reconhecidos como intérpretes autoritários. Porém, a autoridade deles envolve somente aqueles indivíduos e grupos que os aceitam como líderes espirituais. Outras comunidades judaicas precisam ter seus próprios mestres orientadores. Não obstante, visto que todos eles partem das mesmas bases, há uma espécie de concórdia geral entre eles, pelo menos no tocante a pontos básicos. A isso temos que ajuntar que somente os rabinos de tendências liberais fazem exceção a isso, que não aceitam aquelas bases, necessariamente, como autoritárias. Temos provido vários artigos a respeito do *Judaísmo*, que suplementam o presente artigo.

Bibliografia. AM E HOS KRAU WG(1969) Z

ISRAEL (JACÓ)

Ver sobre **Jacó**. Ver a definição e os vários usos desse nome na primeira seção do artigo intitulado *Israel, História de*.

ISRAEL BEN ELIEZER BAAL SHEM TOBE (BESHT)

Ele foi o fundador do moderno *Assidismo* (vide).

ISRAEL DE DEUS

Um dos ensinamentos de Paulo é que nem todos os membros do *Israel* físico merecem o nome. Lemos em Romanos 9:6 «...porque nem todos os de Israel são de fato israelitas». Por um lado, obtemos a idéia de que o remanescente espiritual é que constitui o verdadeiro

Israel; e, por outro lado, que a Igreja tornou-se o Israel espiritual nesta era da graça.

João Batista já havia introduzido o conceito de um remanescente, visto que ensinava que era inútil alguém pensar que tinha algum direito espiritual, meramente por descender fisicamente de Abraão (Mat. 3:9). Jesus convocou para si mesmo um «pequeno rebanho», que ele declarou serem os herdeiros do reino (Luc. 32:32; ver Dan. 7:22,27, quanto a essa conexão). Jesus também predisse uma nova era, durante a qual os doze apóstolos governariam o novo Israel (Mat. 29:38; Luc. 22:30). Outras ovelhas haveriam de engrossar as fileiras desse novo Israel, ou seja, com o chamamento dos gentios (João 10:16).

É em Gálatas 6:16 que encontramos a única ocorrência bíblica da expressão exata, *Israel de Deus*. Os estudiosos disputam quanto à definição desse termo. Pode indicar um Israel espiritual (e literal), ou pode indicar o Novo Israel (a Igreja), formada por judeus e gentios convertidos. Seja como for, é comum, nas páginas do Novo Testamento, a idéia da Igreja como o Novo Israel. Ver I Ped. 2:9. Naturalmente, o núcleo original desse Novo Israel compunha-se de judeus convertidos (Rom. 11:18). Na verdade, Israel é a *nova criação* de Deus (Gál. 6:15), equiparada ao Israel de Deus.

A fim de evitarmos conceber um quadro desolador e pessimista do destino de Israel e daqueles que não fazem parte do *remanescente*, deveríamos lembrar que o conceito de remanescente não é a palavra final de Deus sobre a redenção e a restauração humanas. Pois, finalmente, todo o Israel será salvo, conforme aprendemos em Rom. 11:25 *ss*. Ver o artigo separado intitulado *Queda e Restauração de Israel*. Esse artigo aborda o Israel literal, o que, finalmente, será espiritualizado como uma vasta unidade. Outrossim, temos o ensino sobre a restauração dos perdidos, o que ocorrerá através das eras da eternidade futura, mediante o julgamento divino e vários outros fatores. Ver o artigo sobre a *Restauração*. Isso contrasta com a Redenção (vide), embora seja uma grandiosa obra do Redentor Restaurador.

Para propósitos de comparação, ver Rom. 4:11,12; 9:6 e Gál. 3:16 *ss*. Um remanescente da nação de Israel foi salvo; surgiu o Novo Israel; mas Paulo antevia uma obra ainda mais completa e abrangente de Deus, acerca de Israel (Rom. 9:1-3). Os artigos acima referidos justificam essa antevisão de Paulo.

ISRAELI, ISAAC BEN SOLOMON

Foi um filósofo judeu dos fins do século IX e começo do século X. Nasceu no Egito. Educou-se em Kairawan. Sua filosofia era, essencialmente, uma forma de neoplatonismo (vide). Suas principais obras escritas são: *Livro dos Elementos; Livro das Definições; Livro das Substâncias; Livro sobre o Espírito e a Alma.*

ISRAELITA

Alguém que pertence a alguma dos doze tribos de Israel. Quanto a uma completa descrição sobre o uso do termo «Israel» (e, portanto, «israelita»), ver o artigo intitulado *Israel, História de*, seção primeira.

ISSACAR

Esboço:

I. A Pessoa
II. A Tribo
III. O Território de Issacar

I. A Pessoa

Issacar vem de uma palavra hebraica que significa «ele trará recompensa». Esse era o nome do nono filho de Jacó (e o quinto de Lia), —que nasceu por volta de 1750 A.C. Outros estudiosos derivam seu nome de *ish*, «homem», e *sakar*, «salário», ou seja, «trabalhador contratado» (Gên. 30:18; 35:23 e Núm. 26:25). Sabe-se que ele nasceu em Padã-Harã, mas praticamente nada é registrado na Bíblia acerca de sua vida. Tinha quatro filhos e desceu com eles ao Egito, em companhia de Jacó (Gên. 46:13; Êxo. 1:3). Ali compartilhava da vida que tinham todos os patriarcas hebreus; mas não se sabe de qualquer de seus atos distintivos. Issacar morreu no Egito e ali foi sepultado. Sua família dividiu-se em quatro tribos; mas finalmente consolidou-se como a tribo de Issacar. Ver Núm. 26:23,24; Gên. 46:13.

Um Outro Issacar. Houve um sacerdote coraíta com esse nome, que trabalhava como porteiro, durante o reinado de Davi. Ver I Crô. 26:5.

II. A Tribo

A tribo de Issacar era formada pelos descendentes do homem desse nome, descrito na primeira seção, através de quatro famílias principais: Gên. 46:13; Núm. 26:23-25 e I Crô. 7:1. Quando foi feito o recenseamento em Israel, Issacar contava com 54.400 homens, o que fazia deles a quinta mais populosa tribo de Israel. Ver Núm. 1:28,29. Quando do segundo recenseamento, esse número já havia aumentado para 64.300 homens, o que fazia da tribo a terceira mais numerosa. Quando o povo de Israel marchava pelo deserto, Issacar posicionava-se a leste do tabernáculo. Essa posição era compartilhada por Judá e Zebulom (Núm. 2:3-8). Nesse tempo, o chefe da tribo era Natanael, filho de Zuar (Núm. 1:8). Seu sucessor foi Igal, que era filho de José. Ele foi um dos doze espias enviados para investigar a Terra Prometida, antes da invasão israelita (Núm. 13:7). Paltiel apareceu em seguida como chefe da tribo, que ajudou Josué a dividir a terra invadida, depois que a mesma foi conquistada (Núm. 32:26).

O trecho de Josué 19:17-23 alista mais de uma dúzia de cidades pertencentes à tribo de Issacar, depois que ela se estabeleceu na Terra Prometida. Porém, os arqueólogos não têm conseguido determinar a localização exata da maioria delas.

Tola, um dos juízes de Israel, era da tribo de Issacar (Juí. 10:10). Dois dos reis de Israel, reino do norte, eram de Issacar, Baasa e seu filho, Elá (I Reis 15:27). Débora e Baraque também eram da tribo de Issacar. O cântico triunfal de Débora menciona a tribo, cujos homens participaram da batalha contra Sísera. Essa batalha teve lugar na planície de Issacar. Um dos benefícios dessa vitória é que foi obtida uma passagem livre entre os israelitas da região montanhosa de Efraim e os israelitas que viviam na Galiléia.

Pela época de Davi, a tribo já havia aumentado para oitenta e sete mil homens (I Crô. 7:5). Quando Salomão reorganizou Israel em distritos administrativos, em vez de doze tribos, o território de Issacar tornou-se uma província independente (I Crô. 4:17).

Na divisão ideal do território da Terra Santa, conforme se vê na visão de Ezequiel (48:25), o território de Issacar aparece entre os das tribos de Simeão e Zebulom. Issacar, Simeão e Zebulom teriam três portões, no lado sul da nova Jerusalém. Esses portões são chamados pelos nomes dessas tribos (Eze. 48:33). A tribo de Issacar é mencionada em Apo. 7:7, onde doze mil homens daquela tribo figuram como selados para o serviço do Senhor.

••• ••• •••

III. O Território de Issacar

A fronteira oriental da tribo de Issacar era o rio Jordão. Para oeste, esse território estendia-se exatamente até a meio-caminho para o Grande Mar, ou mar Mediterrâneo. Compreendia a totalidade da planície de Esdrelom e os distritos circunvizinhos, e era considerado o celeiro da Palestina. O território de Manassés fazia fronteira com o de Issacar a oeste e ao sul. Suas principais cidades eram Megido, Taanaque, Suném, Jezreel, Bete-Seã, Endor, Afeque e Ibleã. Os montes de Tabor e Gilboa, e o vale de Jezreel, eram elementos geográficos importantes do território de Issacar. O rio Quisom atravessava esse território.

ISSIAS

No hebraico, «Yahweh emprestará». Esse é o nome de cinco pessoas cujos nomes aparecem na Bíblia:

1. Um levita, filho de Uziel, da casa de Coate (I Crô. 23:20; 24:25). Ao que parece, ele viveu na época de Davi.

2. Um membro da tribo de Issacar (I Crô. 7:3). Também viveu na época de Davi.

3. Um dos trinta poderosos guerreiros de Davi (I Crô. 12:6).

4. Um filho de Recabias, neto de Moisés, através de Eliezer. Viveu na época de Davi e foi cabeça de uma numerosa família que tinha o nome de seu pai (I Crô. 24:21; ver também 23:17; 26:25). Também é chamado de Jesaías, em algumas versões (mas não na nossa versão portuguesa) em I Crô. 12:6 e 23:20.

5. Um israelita que retornou do cativeiro babilônico e que, em consonância com o pacto firmado, divorciou-se de sua mulher estrangeira (Esd. 10:31). Ele tem sido identificado por muitos estudiosos com o Asaías de I Esdras 9:32. Viveu por volta de 520 A.C.

ISTALCURO

Um israelita que teria retornado do cativeiro babilônico em companhia de Esdras, no tempo de Artaxerxes (I Esdras 8:40). Na passagem canônica paralela, em Esd. 8:14, encontramos «Utai, dos filhos de Istalcuro», segundo alguns manuscritos, o que, sem dúvida é uma corrupção do texto original, que diz «Utai e Zabude». Viveu por volta de 520 A.C.

ISTAR

Uma deusa assíria e babilônica, também conhecida como Astarte e Astorete. Em diversas tradições ela desempenhava certa variedade de funções, sendo considerada deusa das fontes, da vegetação, dos rebanhos de gado vacum e de ovelhas, do amor sexual e do casamento. Pelo lado negativo, ela era tida como destruidora da vida, controlando as tempestades e a guerra. Segundo a crença de seus adoradores, ela descia anualmente ao hades, o que estaria associado à morte da vegetação. De acordo com as lendas astrológicas, ela estava associada ao planeta Vênus. O nome «Istar» não aparece nas páginas do Antigo Testamento, embora se saiba que era venerada tanto na Assíria quanto na Babilônia. Somente na Babilônia ela contava com cento e oitenta santuários ao ar livre. Ela, entretanto, é a «rainha do céu», a que se referem os trechos de Jer. 7:18 e 44:19. Com base nessas referências, sabemos que os israelitas andaram envolvidos nessa adoração idólatra.

ISVÁ

No hebraico, «plano». Esse era o nome do segundo filho de Aser, filho de Jacó e Zilpa (Gên. 46:17; I Crô. 7:30). Viveu em algum tempo entre 1850 e 1640 A.C.

ISVARA KRISHNA

Ver sobre **Sankhya**.

ISVÍ

No hebraico, «igual». Nome de duas personagens mencionadas nas páginas do Antigo Testamento:

1. O terceiro filho de Aser, filho de Jacó e Zilpa (Gên. 46:17; Núm. 26:44; I Crô. 7:30). As traduções grafam o nome de várias formas, nessas três passagens, mas não a nossa versão portuguesa, que traz uma única grafia. Ele foi o fundador de uma família que tomou seu nome, os isvitas (ver Núm. 26:44).

2. Um filho do rei Saul e Abinoã (I Sam. 14:49). No entanto, em I Crô. 8:33 e 9:39, seu nome aparece com a forma de *Esbaal* (vide). E, em II Sam. 2:10, lê-se *Is-Bosete* (vide).

ITAI

No hebraico, «oportuno». Foi o nome de duas pessoas que figuram na Bíblia:

1. Um filho de Ribai, de Gibeá, um dos trinta poderosos guerreiros de Davi (II Sam. 23:29; I Crô. 11:31). Ele viveu por volta de 1046 A.C.

2. Um filisteu de Gate que se uniu a Davi e tornou-se comandante de seiscentos homens e suas respectivas famílias. Quando Absalão revoltou-se contra seu pai, esse homem acompanhou a Davi na fuga. Então tornou-se comandante de uma terça parte do pequeno mas experiente exército de Davi, ocupando um posto militar idêntico ao de Joabe e de Abisai (II Sam. 17:2,5,12). O trecho de II Sam. 15:20 refere-se aos seus «irmãos». Isso mostra que Davi contava com vários estrangeiros no seu exército, entre os quais também havia filisteus. Itai participou da batalha na floresta de Efraim, quando Absalão foi morto (II Sam. 15:18-22; 18:2,5).

ITALA, VERSÃO

Esse é o nome da mais antiga das versões latinas do Novo Testamento. Ver sobre *Bíblia, Versões e Manuscritos do Novo Testamento*.

ITÁLIA

O Nome. Não se sabe qual o nome que os antigos hebreus davam à Itália. Algumas vezes, Jerônimo equiparou *Quitim* com a Itália, em Núm. 24:24 e Eze. 27:6. E, quanto a Isa. 66:19, ele traduziu *Tubal* como Itália, embora isso seja tradução extremamente duvidosa. Parece mais provável que o mar Tirreno, a oeste da península italiana, preserve o nome dos mais antigos habitantes da região, os descendentes de Tiras (ver Gên. 10:2), filho mais novo de Jafé, filho de Noé. Contudo, não há como comprovar essa opinião. Há estudiosos que pensam que Tiras deu os trácios. Ver o artigo sobre a *Trácia*.

No Novo Testamento. Se no Antigo Testamento não há nenhuma menção específica à Itália, com esse nome, o mesmo já não ocorre no Novo Testamento, onde esse nome locativo aparece por quatro vezes (Atos 18:2; 27:1,6 e Heb. 13:24), e em cujos trechos não há qualquer dúvida ou ambigüidade quanto ao sentido da palavra. «Itália» refere-se então àquela região do sul da Europa que inclui a península inteira que vai desde os montes dos Alpes até o estreito de

Messina, onde havia uma nação da qual Roma era a capital.

Abalizados estudiosos pensam que o nome «Itália» vem de um termo itálico, *vitulus*, «boi» ou «vitela». Os habitantes daquela península eram chamados *itali*, pelos gregos. Os *itali* eram os habitantes da ponta do extremo sul da Itália e estavam, aparentados, bem de perto com os gregos. Tanto isso é verdade que, posteriormente, essa região veio a chamar-se de Magna Grécia, e suas cidades tinham nomes tipicamente gregos, como Nápolis, Crotone, Galípoli, Otranto, etc. Entretanto, pouco a pouco, o nome Itália foi sendo aplicado à península inteira, até envolver todo o país que, atualmente, se chama Itália. Assim, a Gália Cisalpina, que é a porção do extremo norte da Itália atual, só foi incorporada ao que se considera Itália, atualmente, nos tempos de César Augusto. Foi nessa época que a Itália atingiu suas fronteiras alpinas, conforme até hoje se vê. Essa península, em forma de uma perna humana, e que também é conhecida pela alcunha de «bota italiana», tem cerca de mil e cem quilômetros no sentido de maior comprimento, na direção noroeste-suleste. E somente no extremo norte atinge mais de duzentos e quarenta quilômetros de largura, que é a largura média do resto do território.

Os montes Alpes formavam uma barreira natural, que protegia a Itália de invasores vindos do norte; mas Aníbal, o general cartaginês (ver sobre *Guerras Púnicas*), demonstrou que atravessar os Alpes com um exército poderoso não era um feito impossível. As referências neotestamentárias à Itália mostram que ali havia colônias judaicas. A colônia judaica da capital, Roma, era bastante numerosa. Mas, o imperador Cláudio expulsou de Roma os judeus; e foi por esse motivo que Paulo chegou a conhecer Áquila e Priscila (ver Atos 18:2).

Após ter sido detido em Jerusalém, e após certo período de permanência em Cesaréia, Paulo foi levado até Roma, onde teria de ser julgado pelo imperador, Nero, consoante a sua petição (ver Atos 25:11,12). A famosa viagem de Paulo a Roma, capital da Itália, é narrada no vigésimo sétimo capítulo do livro de Atos. Havia uma próspera igreja cristã em Roma, conforme o demonstra a epístola paulina aos Romanos. E o trecho de Hebreus 13:24 indica que outros locais do território italiano haviam sido influenciados pelo evangelho, e não somente Roma.

Na antiguidade, a Itália tinha mais paisagens lindas do que férteis, excetuando-se as planícies entre as montanhas, onde havia um adequado suprimento de água. Os produtos agrícolas dali eram as azeitonas, as uvas e muitas frutas, mas, sobretudo cereais. A madeira era abundante na antiguidade. Havia populações italianas antiqüíssimas que se misturaram com invasores **indo-europeus**. Entre essas populações mais primitivas poderíamos mencionar os etruscos, vindos da Ásia Menor, os oscos e os úmbrios. Sete séculos de expansão quase contínua resultaram na propagação do poder e da cultura romanos por uma grande parte do mundo antigo, incluindo grande faixa da Europa, o norte da África e o Oriente Próximo, ou seja, todos os territórios em redor do mar Mediterrâneo, que se tornou um lago italiano. Visto que a civilização ali predominante era greco-romana, e que esta dependia muito da civilização persa, a qual, por sua vez, era um subproduto da civilização babilônica, pode-se dizer que esta última é a originária da atual civilização ocidental, um misto de elementos romanos e germânicos, conforme qualquer estudioso da história universal sabe. Roma, portanto, sintetizava todo um desenvolvimento civilizador que vinha de antes da época de Abraão, e que, lentamente foi deslocando o seu centro do Oriente para o Ocidente — Babilônia, Média-Pérsia, Grécia e Roma.

Quando da queda do Império Romano do Ocidente, no século V D.C., provocada tanto por sua própria inércia e devassidão quanto pela invasão de diversos povos germânicos (vindos do centro e norte da Europa), a Itália se desagregou em diversas unidades políticas, cujas fronteiras mudavam diversas vezes por outra, ao longo dos séculos. Foi somente no século XIX, em 1870, que se completou a unificação política moderna da Itália, conforme os italianos do Risorgimento haviam previsto que aconteceria. Mas, se a organização política do império romano se esfacelou (em seu segmento ocidental) no século V D.C., a civilização romana prossegue até hoje, naquilo que chamamos de civilização latina (da qual até o Brasil faz parte). Essa civilização terá seu período de renovação às mãos do futuro anticristo, somente para chegar ao seu final poucos anos depois, quando da volta do Senhor Jesus. Ver sobre a *Parousia*. Ver também sobre o *Anticristo* e a *Grande Tribulação*. Por igual modo, ver os artigos separados *Roma* e *Império Romano*.

ITAMAR

No hebraico, «ilha das palmeiras». Esse era o nome do quarto filho de Aarão, irmão mais velho de Moisés. Itamar foi consagrado ao sacerdócio juntamente com os seus irmãos (Êxo. 6:23 e Núm. 3:2,3). Sabemos que a propriedade do tabernáculo foi deixada aos seus cuidados (Êxo. 38:21), e que ele supervisionava a atuação das seções levíticas de Gérson e Merari (Núm. 4:28); mas, à parte disso, não temos informações mais específicas acerca dele.

Itamar e seus descendentes ocuparam a posição de sacerdotes comuns até que o sumo sacerdócio passou para essa família, na pessoa de Eli. Entretanto, são desconhecidas as causas dessa transferência de sumo sacerdócio. Abiatar, deposto por Salomão, foi o último sumo sacerdote dessa linhagem, quando então o ofício reverteu à linhagem de Eleazar, na pessoa de Sadoque (I Reis 2:34).

Os dois irmãos mais velhos de Itamar, Nadabe e Abiú, foram executados a mando do Senhor por terem oferecido fogo estranho sobre o altar (Lev. 10; Núm. 3:4; 26:1). Quando Israel vagueava pelo deserto, ele era líder dos levitas (Êxo. 38:21), e também dos gersonitas (Núm. 4:28) e dos meraritas (Núm. 4:33; 7:8). O trecho de Esd. 8:2 mostra que a família de Itamar sobreviveu como um clã distinto, terminado o cativeiro babilônico.

ITINERÁRIO

Esse termo refere-se às orações recitadas por monges e outros eclesiásticos, antes de iniciarem alguma viagem. Essas orações aparecem impressas no final do *Breviário* (vide). Essas preces são muito antigas, e, provavelmente, tiveram começo entre as ordens monásticas. Sabemos que os chamados padres do deserto proferiam orações em favor dos monges que partiam em alguma jornada. A regra de São Benedito (vide) apresenta duas formas dessas orações: uma para viagens curtas e outra para viagens longas. O *Itinerário* dos dias presentes teve origem na Idade Média. Ali o cântico *Benedictus* aparece em combinação com uma antífona, além de certos versículos e diversas coletâneas.

••• ••• •••

ITLA

No hebraico, «suspenso» ou «exaltado». Algumas traduções grafam seu nome como Jetlá. Esse era o nome de uma cidade do território de Dã, localizada em algum ponto entre Aijalom e Elom (Jos. 19:42). O local exato nos é desconhecido.

ITMÃ

No hebraico, «orfanato». Esse era o nome de uma porção sul de Judá (Jos. 15:23), localizada em algum ponto entre Hazor e Zife. É mencionada juntamente com Quedes e Telém, pelo que, provavelmente, ficava perto da fronteira do deserto. O local exato é desconhecido na atualidade.

ITNÃ

No hebraico, «extensa». Nome de uma cidade na moabita que era um dos trinta guerreiros seletos de Davi, segundo se vê na lista complementar de I Crônicas 11:46.

ITRÃ

No hebraico, «excelência» ou «proeminente». Nome de duas personagens bíblicas:

1. Um horeu, filho de Disom e neto de Seir (Gên. 36:26; I Crô. 1:41). À semelhança de seu pai, ele parece ter sido chefe do clã dos horim (ver Gên. 36:30). Viveu por volta de 1970 A.C.

2. Um descendente de Aser, aparentemente filho de Zofa (I Crô. 7:37). Alguns estudiosos têm-no identificado com o mesmo Jeter do versículo seguinte. Ver sobre *Jeter*, número dois. Nesse caso, teria vivido por volta de 1540 A.C.

ITREÃO

No hebraico, «resíduo do povo». O sexto filho de Davi, nascido em Hebrom. Sua mãe era Eglá (II Sam. 3:5; I Crô. 3:3). Viveu por volta de 1045 A.C.

ITRITAS

Nome de um dos quatro clãs que viviam em Quiriate-Jearim, que eram os itrigas, os puteus, os sumateus e os misraeus (I Crô. 2:53). Dentre os itritas saíram dois dos trinta poderosos heróis do exército de Davi, cujos nomes eram Ira e Garebe (II Sam. 23:38 e I Crô. 11:40). Alguns supõem que Jeter, mencionado em II Sam. 17:25 (ver sobre *Jeter*, número um), é uma outra forma do nome Itra. Ele era cunhado de Davi, sendo possível que ele tenha originado um dos clãs de Israel. Outros estudiosos pensam que Jetro, sogro de Moisés, fizesse parte dos itritas, o que só seria possível se eles não fizessem parte de Israel. Ainda outros imaginam que esse nome se derivava de *Jatir*, um distrito montanhoso de Judá.

ITURÉIA

A única referência bíblica ao território com esse nome, encontra-se em Luc. 3:1. Conforme nos mostra esse versículo, fora de Judéia, os Herodes ainda exerciam alguma autoridade. Herodes Ântipas, filho mais novo de Herodes, o Grande, governou a Galiléia e a Peréia, enquanto que Filipe (Herodes Filipe II), usualmente conhecido por Filipe, o Tetrarca, filho de Herodes, o Grande e de Cleópatra de Jerusalém, governou as regiões de Gaulonite, Traconite, Batanéia e Panéia, a leste da Galiléia. Ver o artigo sobre os *Herodes*.

A Ituréia era uma pequena província na fronteira noroeste da Palestina, situada ao longo da base do monte Hermon. Ficava a nordeste do mar da Galiléia e a leste das fontes que alimentavam aquele rio. Essa província incluía as cadeias montanhosas do Líbano e do Antilíbano, bem como o território lacustre ao redor de Hulé, com seus mananciais. A capital era Calquis. É possível que o nome dessa região se derivasse de Jetur, um dos filhos de Ismael (I Crô. 1:31).

Ante o declínio do poder dos selêucidas (vide), os territórios antes dominados por aquela dinastia obtiveram certa medida de independência. A Ituréia, que os selêucidas chamavam de Coele-Síria (vide), era um desses territórios. Os homens de Ituréia, de linhagem árabe, utilizavam-se do aramaico como uma espécie de *língua franca* da área em geral. Ali mesclavam-se as culturas grega e semítica. Em 161 A.C., Judas Macabeu derrotou o exército de Nicanor, comandante das tropas selêucidas. A região da Ituréia, desse modo, ficou sob o controle dos Macabeus. Ver o artigo geral sobre os *Hasmoneanos*. Na época, os habitantes da região foram forçados a aceitar o judaísmo, deixando-se circuncidar, conforme nos informa Josefo (Anti. 13:9,3). Estrabão (*Geografia* 15:2,18) dá-nos algumas informações sobre essa população.

Roma começou a entrar na região em cerca de 65 A.C. Mais ou menos nessa época, Pompeu conquistou a Síria e a cidade de Jerusalém. O governante da Ituréia, Ptolomeu, filho de Meneu, comprou tempo e a independência pagando a Pompeu uma polpuda soma. Ele protegeu o último dos hasmoneanos e conseguiu manter alguma independência de Roma. Porém, em 36 A.C., seu filho, Lisânias, foi assassinado por um agente de Cleópatra, com a anuência de Antônio, segundo nos diz Josefo (*Anti.* 15.92,3). Mesmo assim, Roma não interferiu ainda diretamente, mas permitiu que os reis vassalos da região mantivessem boa medida de independência.

Um outro Lisânias, talvez descendente daquele que já foi mencionado, subiu ao poder, embora responsável diante de Roma. Esse é o Lisânias mencionado em Luc. 3:1, como «tetrarca de Abilene»; mas esse território foi um dos segmentos em que foi dividido o antigo estado da Ituréia. Herodes, o Grande, chegou a governar a região inteira; e, então o tetrarca Filipe, após a morte de Herodes, o Grande, ficou com uma parte da região. Portanto, a Ituréia ficou sob o seu controle em cerca de 4 A.C. Após a invasão da Palestina pelas tropas comandadas por Tito, em 70 D.C., foi alterada a divisão política, e a Ituréia não aparecia mais como um território distinto, mas antes, foi incorporada na Síria, passando a ser dirigida por procuradores romanos.

IUS DIVINUM

Expressão latina que significa «lei divina». Deve-se comparar com a *lex divina* e com a *lex aeterna*. Dentro da filosofia e da teologia escolásticas, especialmente no caso da teoria tomista, a *ius divinum* refere-se à ordem imutável da natureza e da sociedade humana, derivada diretamente de Deus, em contraste com a *lex humana*, mutável e criada pelo homem. A *ius divinum* e a *ius naturale* podem ser conhecidas pelo homem mediante a razão, sem qualquer auxílio divino; mas a *ius divinum positivium* precisa ser conhecida pelo homem por meio da revelação.

••• ••• •••

IUS NATURALE

Expressão latina que significa «lei natural». Ver o artigo intitulado *Direito Natural*.

IUSTITIA NATURALIS

Expressão latina que significa «justiça natural» ou «perfeição». Essa expressão é usada para aludir ao que o homem era em si mesmo, e o que era capaz de fazer, antes da queda no pecado. Essa qualidade é aceita como algo sujeito ao livre-arbítrio humano. Mas a queda maculou tanto a justiça natural quanto o livre-arbítrio, e os teólogos continuam discutindo até que ponto isso afetou o homem. Dessa discussão é que se originou a controvérsia calvinista arminiana. Ver os artigos separados sobre *Calvinismo* e *Arminianismo*.

IUSTITIA ORIGINALIS

Expressão latina que quer dizer «justiça original», «justiça primitiva» ou «perfeição». O termo refere-se à perfeição com que o homem teria sido criado. Isso foi dado por dom divino, pois, do contrário, nem teria existido. Foi um *donum supernaturale*, acrescentado à *pura naturalia*, ou seja, à humanidade essencial que era possuída por Adão, antes da queda no pecado. Muitos teólogos acreditam que visto que esse dom foi dado ao homem através do poder divino, que o pecado humano não foi capaz de destruí-lo, embora o tivesse manchado e debilitado. A teologia católica romana estabelece uma aguda distinção entre a lei natural e a justiça original ou perfeição. A primeira seria uma parte natural e inerente à criação. A última seria uma doação divina.

IVA

Enquanto alguns estudiosos pensam que o sentido dessa palavra é desconhecido, outros preferem pensar em «esconderijo» ou em «céu, o deus Iva». Essa cidade assíria é nomeada por três vezes no Antigo Testamento: II Reis 18:34; 19:13; e Isa. 37:13. Em II Reis 17:24, também temos a designação *Ava*, que certamente se refere à mesma cidade assíria. Alguns eruditos têm-na identificado com a *Hite* da Babilônia e com a *Is* aludida por Heródoto (Hist. 1.179).

A localidade tornou-se famosa por suas fontes betuminosas, que até hoje produzem com abundância. Talvez se trate da mesma *Aava*, referida em Esd. 8:15. *Hite* ficava no lado leste do rio Eufrates, entre Sefarvaim e Hena. Os eruditos não estão muito certos quanto à localização da antiga cidade.

IYYAR

Um nome posterior para o mês de Zive, do calendário judaico. Era o segundo mês dos hebreus, correspondendo ao nosso mês de maio. Todavia, esse nome, Iyyar, não aparece nas páginas da Bíblia. Ver o artigo sobre o *Calendário Judaico*. Ver também sobre *Zive*, mencionado em I Reis 5:1,37; Dan. 2:31 e 4:33.

IZAR

No hebraico, «unguento». Esse é o nome de duas personagens que figuram nas páginas do Antigo Testamento:

1. Um neto de Levi, segundo filho de Coate (Êxo. 6:18,21; Núm. 3:19; 16:1; I Crô. 6:2,18). Em I Crô. 6:22, Aminadabe aparece em lugar de Iazar, como filho de Coate e pai de Coré. Muitos estudiosos pensam que se trata de um erro de transcrição, visto que no vs. 38 reaparece o nome de Izar, como deve ser. Seus descendentes tornaram-se conhecidos como os izaritas. Ele viveu por volta de 1440 A.C.

2. Um descendente de Judá também tinha esse nome. A sua mãe era Hela. Algumas traduções, porém, dão seu nome como *Jezoar*, e ainda outras como *Zoar*. Ver I Crô. 4:7. Viveu por volta de 1500 A.C.

IZARITAS

Uma família de levitas que descendia de Izar (vide), filho de Coate (Núm. 3:27). Nos dias de Davi, Selomote era o cabeça desse clã (I Crô. 14:22). Ele e seus irmãos estavam encarregados do tesouro do templo (I Crô. 24:22; 26:23,29).

IZIAS

Seu nome não aparece nos livros canônicos do Antigo Testamento, mas figura em I Esdras 9:26. Era da família de Parós. Quando do cativeiro babilônico (vide), ele se casou com uma mulher estrangeira; mas, ao retornar a Jerusalém, viu-se forçado a divorciar-se dela, a fim de manter o pacto estabelecido por Israel.

IZLIAS

No hebraico, «retirado», «preservado». Nome de um filho de Elpaal, da tribo de Benjamim (I Crô. 8:18). Algumas traduções dão seu nome como Jezlias. Ao que parece, ele era chefe de um clã, e residia em Jerusalém, em cerca de 590 A.C. Nada mais se sabe a seu respeito além disso.

IZRAÍAS

No hebraico, «Yahweh produzirá» ou «Deus resplandece». Era descendente de Issacar, neto de Tola, e o filho único de Uzi (I Crô. 7:3). Seu nome aparece com a forma de Jezraías, em Nee. 12:42. O filho de Uzi e o homem que aparece no trecho referido do livro de Neemias não são uma mesma pessoa. O primeiro data de cerca de 1000 A.C., mais ou menos na época de Davi, e o outro de cerca de 446 A.C., na época de Neemias.

IZRI

No hebraico, «jererita». Nome de um levita, líder da quarta divisão de cantores, organizados por Davi (I Crô. 25:11). Provavelmente, trata-se do mesmo Zeri, filho de Gedutum, conforme se vê em I Crô. 25:3. Viveu por volta de 1000 A.C.

••• ••• •••



Reprodução Artística de
Darrell Steven Champlin

Arte céltica — o leão, símbolo do evangelho
de Marcos, Livro de Kells